

ORGANIZADORES

Antônio Fernandes Júnior  
Tainá Santos  
Lucas Silvério Martins  
Amanda Magalhães Santiago  
Viviane Bengezen

# VIII SEPPGEL

DESAFIOS E POSSIBILIDADES  
DOS ESTUDOS DA LINGUAGEM  
EM TEMPOS DE PANDEMIA



ORGANIZADORES

Antônio Fernandes Júnior  
Tainá Santos  
Lucas Silvério Martins  
Amanda Magalhães Santiago  
Viviane Bengezen

# VIII SEPPGEL

DESAFIOS E POSSIBILIDADES  
DOS ESTUDOS DA LINGUAGEM  
EM TEMPOS DE PANDEMIA

| SÃO PAULO | 2021 |



Copyright © Pimenta Cultural, alguns direitos reservados.

Copyright do texto © 2021 os autores e as autoras.

Copyright da edição © 2021 Pimenta Cultural.

Esta obra é licenciada por uma Licença Creative Commons: Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional - CC BY-NC (CC BY-NC-ND). Os termos desta licença estão disponíveis em: <<https://creativecommons.org/licenses/>>. Direitos para esta edição cedidos à Pimenta Cultural. O conteúdo publicado não representa a posição oficial da Pimenta Cultural.

## CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO

### Doutores e Doutoradas

Airton Carlos Batistela

*Universidade Católica do Paraná, Brasil*

Alaim Souza Neto

*Universidade do Estado de Santa Catarina, Brasil*

Alessandra Regina Müller Germani

*Universidade Federal de Santa Maria, Brasil*

Alexandre Antonio Timbane

*Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil*

Alexandre Silva Santos Filho

*Universidade Federal de Goiás, Brasil*

Aline Daiane Nunes Mascarenhas

*Universidade Estadual da Bahia, Brasil*

Aline Pires de Moraes

*Universidade do Estado de Mato Grosso, Brasil*

Aline Wendpap Nunes de Siqueira

*Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil*

Ana Carolina Machado Ferrari

*Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil*

Andre Luiz Alvarenga de Souza

*Emill Brunner World University, Estados Unidos*

Andreza Regina Lopes da Silva

*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*

Antonio Henrique Coutelo de Moraes

*Universidade Católica de Pernambuco, Brasil*

Arthur Vianna Ferreira

*Universidade Católica de São Paulo, Brasil*

Bárbara Amaral da Silva

*Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil*

Beatriz Braga Bezerra

*Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil*

Bernadette Beber

*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*

Breno de Oliveira Ferreira

*Universidade Federal do Amazonas, Brasil*

Carla Wanessa Caffagni

*Universidade de São Paulo, Brasil*

Carlos Adriano Martins

*Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil*

Caroline Chioquetta Lorenset

*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*

Cláudia Samuel Kessler

*Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*

Daniel Nascimento e Silva

*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*

Daniela Susana Segre Guertzenstein

*Universidade de São Paulo, Brasil*

Danielle Aparecida Nascimento dos Santos

*Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil*

Delton Aparecido Felipe

*Universidade Estadual de Maringá, Brasil*

Dorama de Miranda Carvalho

*Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil*

Doris Roncareli

*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*

Edson da Silva

*Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Brasil*

Elena Maria Mallmann

*Universidade Federal de Santa Maria, Brasil*

Emanoel Cesar Pires Assis

*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*



- Erika Viviane Costa Vieira  
*Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Brasil*
- Everly Pegoraro  
*Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil*
- Fábio Santos de Andrade  
*Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil*
- Fauston Negreiros  
*Universidade Federal do Ceará, Brasil*
- Felipe Henrique Monteiro Oliveira  
*Universidade Federal da Bahia, Brasil*
- Fernando Barcellos Razuck  
*Universidade de Brasília, Brasil*
- Francisca de Assiz Carvalho  
*Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil*
- Gabriela da Cunha Barbosa Saldanha  
*Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil*
- Gabrielle da Silva Forster  
*Universidade Federal de Santa Maria, Brasil*
- Guilherme do Val Toledo Prado  
*Universidade Estadual de Campinas, Brasil*
- Hebert Elias Lobo Sosa  
*Universidad de Los Andes, Venezuela*
- Helciclever Barros da Silva Vitoriano  
*Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Brasil*
- Helen de Oliveira Faria  
*Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil*
- Heloisa Candello  
*IBM e University of Brighton, Inglaterra*
- Heloisa Juncklaus Preis Moraes  
*Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil*
- Humberto Costa  
*Universidade Federal do Paraná, Brasil*
- Ismael Montero Fernández,  
*Universidade Federal de Roraima, Brasil*
- Jeronimo Becker Flores  
*Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil*
- Jorge Eschriqui Vieira Pinto  
*Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil*
- Jorge Luís de Oliveira Pinto Filho  
*Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil*
- José Luís Giovanoni Fornos Pontifícia  
*Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil*
- Josué Antunes de Macêdo  
*Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil*
- Júlia Carolina da Costa Santos  
*Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil*
- Juliana de Oliveira Vicentini  
*Universidade de São Paulo, Brasil*
- Juliana Tiburcio Silveira-Fossaluzza  
*Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil*
- Julierme Sebastião Morais Souza  
*Universidade Federal de Uberlândia, Brasil*
- Karlla Christine Araújo Souza  
*Universidade Federal da Paraíba, Brasil*
- Laionel Vieira da Silva  
*Universidade Federal da Paraíba, Brasil*
- Leandro Fabrício Campelo  
*Universidade de São Paulo, Brasil*
- Leonardo Jose Leite da Rocha Vaz  
*Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*
- Leonardo Pinheiro Mozdzenski  
*Universidade Federal de Pernambuco, Brasil*
- Lidia Oliveira  
*Universidade de Aveiro, Portugal*
- Luan Gomes dos Santos de Oliveira  
*Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil*
- Luciano Carlos Mendes Freitas Filho  
*Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil*
- Lucila Romano Tragtenberg  
*Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil*
- Lucimara Rett  
*Universidade Metodista de São Paulo, Brasil*
- Marceli Cherchiglia Aquino  
*Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil*
- Marcia Raika Silva Lima  
*Universidade Federal do Piauí, Brasil*
- Marcos Pereira dos Santos  
*Universidad Internacional Iberoamericana del Mexico, México*
- Marcos Uzel Pereira da Silva  
*Universidade Federal da Bahia, Brasil*
- Marcus Fernando da Silva Praxedes  
*Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil*
- Margareth de Souza Freitas Thomopoulos  
*Universidade Federal de Uberlândia, Brasil*
- Maria Angelica Penatti Pipitone  
*Universidade Estadual de Campinas, Brasil*
- Maria Cristina Giorgi  
*Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Brasil*
- Maria de Fátima Scaffo  
*Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil*
- Maria Isabel Imbronito  
*Universidade de São Paulo, Brasil*
- Maria Luzia da Silva Santana  
*Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil*
- Maria Sandra Montenegro Silva Leão  
*Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil*



Michele Marcelo Silva Bortolai  
*Universidade de São Paulo, Brasil*

Miguel Rodrigues Netto  
*Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil*

Nara Oliveira Salles  
*Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil*

Neli Maria Mengalli  
*Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil*

Patricia Biegging  
*Universidade de São Paulo, Brasil*

Patricia Helena dos Santos Carneiro  
*Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil*

Patricia Oliveira  
*Universidade de Aveiro, Portugal*

Patricia Mara de Carvalho Costa Leite  
*Universidade Federal de São João del-Rei, Brasil*

Paulo Augusto Tamanini  
*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*

Priscilla Stuart da Silva  
*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*

Radamés Mesquita Rogério  
*Universidade Federal do Ceará, Brasil*

Ramofly Bicalho Dos Santos  
*Universidade de Campinas, Brasil*

Ramon Taniguchi Piretti Brandao  
*Universidade Federal de Goiás, Brasil*

Rarielle Rodrigues Lima  
*Universidade Federal do Maranhão, Brasil*

Raul Inácio Busarello  
*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*

Renatto Cesar Marcondes  
*Universidade de São Paulo, Brasil*

Ricardo Luiz de Bittencourt  
*Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*

Rita Oliveira  
*Universidade de Aveiro, Portugal*

Robson Teles Gomes  
*Universidade Federal da Paraíba, Brasil*

Rodiney Marcelo Braga dos Santos  
*Universidade Federal de Roraima, Brasil*

Rodrigo Amancio de Assis  
*Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil*

Rodrigo Sarruge Molina  
*Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil*

Rosane de Fatima Antunes Obregon  
*Universidade Federal do Maranhão, Brasil*

Sebastião Silva Soares  
*Universidade Federal do Tocantins, Brasil*

Simone Alves de Carvalho  
*Universidade de São Paulo, Brasil*

Stela Maris Vaucher Farias  
*Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*

Tadeu João Ribeiro Baptista  
*Universidade Federal de Goiás, Brasil*

Taiza da Silva Gama  
*Universidade de São Paulo, Brasil*

Tania Micheline Miorando  
*Universidade Federal de Santa Maria, Brasil*

Tarcisio Vanzin  
*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*

Thiago Barbosa Soares  
*Universidade Federal de São Carlos, Brasil*

Thiago Camargo Iwamoto  
*Universidade de Brasília, Brasil*

Thiago Guerreiro Bastos  
*Universidade Estácio de Sá e Centro Universitário Carioca, Brasil*

Thyana Farias Galvão  
*Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil*

Valdir Lamim Guedes Junior  
*Universidade de São Paulo, Brasil*

Valeska Maria Fortes de Oliveira  
*Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*

Vanessa Elisabete Raue Rodrigues  
*Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil*

Vania Ribas Ulbricht  
*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*

Walter de Carvalho Braga Júnior  
*Universidade Estadual do Ceará, Brasil*

Wagner Corsino Enedino  
*Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil*

Wanderson Souza Rabello  
*Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil*

Washington Sales do Monte  
*Universidade Federal de Sergipe, Brasil*

Wellington Furtado Ramos  
*Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil*

## PARECERISTAS E REVISORES(AS) POR PARES

## Avaliadores e avaliadoras Ad-Hoc

Adilson Cristiano Habowski <i>Universidade La Salle - Canoas, Brasil</i>	Antônia de Jesus Alves dos Santos <i>Universidade Federal da Bahia, Brasil</i>
Adriana Flavia Neu <i>Universidade Federal de Santa Maria, Brasil</i>	Antonio Edson Alves da Silva <i>Universidade Estadual do Ceará, Brasil</i>
Aguimario Pimentel Silva <i>Instituto Federal de Alagoas, Brasil</i>	Ariane Maria Peronio Maria Fortes <i>Universidade de Passo Fundo, Brasil</i>
Alessandra Dale Giacomini Terra <i>Universidade Federal Fluminense, Brasil</i>	Ary Albuquerque Cavalcanti Junior <i>Universidade do Estado da Bahia, Brasil</i>
Alessandra Figueiró Thornton <i>Universidade Luterana do Brasil, Brasil</i>	Bianca Gabriely Ferreira Silva <i>Universidade Federal de Pernambuco, Brasil</i>
Alessandro Pinto Ribeiro <i>Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil</i>	Bianka de Abreu Severo <i>Universidade Federal de Santa Maria, Brasil</i>
Alexandre João Appio <i>Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil</i>	Bruna Carolina de Lima Siqueira dos Santos <i>Universidade do Vale do Itajaí, Brasil</i>
Aline Corso <i>Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil</i>	Bruna Donato Reche <i>Universidade Estadual de Londrina, Brasil</i>
Aline Marques Marino <i>Centro Universitário Salesiano de São Paulo, Brasil</i>	Bruno Rafael Silva Nogueira Barbosa <i>Universidade Federal da Paraíba, Brasil</i>
Aline Patricia Campos de Tolentino Lima <i>Centro Universitário Moura Lacerda, Brasil</i>	Camila Amaral Pereira <i>Universidade Estadual de Campinas, Brasil</i>
Ana Emídia Sousa Rocha <i>Universidade do Estado da Bahia, Brasil</i>	Carlos Eduardo Damian Leite <i>Universidade de São Paulo, Brasil</i>
Ana Iara Silva Deus <i>Universidade de Passo Fundo, Brasil</i>	Carlos Jordan Lapa Alves <i>Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil</i>
Ana Julia Bonzanini Bernardi <i>Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil</i>	Carolina Fontana da Silva <i>Universidade Federal de Santa Maria, Brasil</i>
Ana Rosa Gonçalves De Paula Guimarães <i>Universidade Federal de Uberlândia, Brasil</i>	Carolina Fragoço Gonçalves <i>Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil</i>
André Gobbo <i>Universidade Federal da Paraíba, Brasil</i>	Cássio Michel dos Santos Camargo <i>Universidade Federal do Rio Grande do Sul-Faced, Brasil</i>
André Luis Cardoso Tropiano <i>Universidade Nova de Lisboa, Portugal</i>	Cecilia Machado Henriques <i>Universidade Federal de Santa Maria, Brasil</i>
André Ricardo Gan <i>Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil</i>	Cíntia Moralles Camillo <i>Universidade Federal de Santa Maria, Brasil</i>
Andressa Antonio de Oliveira <i>Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil</i>	Claudia Dourado de Salces <i>Universidade Estadual de Campinas, Brasil</i>
Andressa Wiebusch <i>Universidade Federal de Santa Maria, Brasil</i>	Cleonice de Fátima Martins <i>Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil</i>
Angela Maria Farah <i>Universidade de São Paulo, Brasil</i>	Cristiane Silva Fontes <i>Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil</i>
Anísio Batista Pereira <i>Universidade Federal de Uberlândia, Brasil</i>	Cristiano das Neves Vilela <i>Universidade Federal de Sergipe, Brasil</i>
Anne Karynne da Silva Barbosa <i>Universidade Federal do Maranhão, Brasil</i>	Daniele Cristine Rodrigues <i>Universidade de São Paulo, Brasil</i>



- Daniella de Jesus Lima  
*Universidade Tiradentes, Brasil*
- Dayara Rosa Silva Vieira  
*Universidade Federal de Goiás, Brasil*
- Dayse Rodrigues dos Santos  
*Universidade Federal de Goiás, Brasil*
- Dayse Sampaio Lopes Borges  
*Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil*
- Deborah Susane Sampaio Sousa Lima  
*Universidade Tuiuti do Paraná, Brasil*
- Diego Pizarro  
*Instituto Federal de Brasília, Brasil*
- Diogo Luiz Lima Augusto  
*Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil*
- Ederson Silveira  
*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*
- Elaine Santana de Souza  
*Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil*
- Eleonora das Neves Simões  
*Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*
- Elias Theodoro Mateus  
*Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil*
- Elisiene Borges Leal  
*Universidade Federal do Piauí, Brasil*
- Elizabete de Paula Pacheco  
*Universidade Federal de Uberlândia, Brasil*
- Elizânia Sousa do Nascimento  
*Universidade Federal do Piauí, Brasil*
- Elton Simomukay  
*Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil*
- Elvira Rodrigues de Santana  
*Universidade Federal da Bahia, Brasil*
- Emanuella Silveira Vasconcelos  
*Universidade Estadual de Roraima, Brasil*
- Érika Catarina de Melo Alves  
*Universidade Federal da Paraíba, Brasil*
- Everton Boff  
*Universidade Federal de Santa Maria, Brasil*
- Fabiana Aparecida Vilaça  
*Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil*
- Fabiano Antonio Melo  
*Universidade Nova de Lisboa, Portugal*
- Fabricia Lopes Pinheiro  
*Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil*
- Fabício Nascimento da Cruz  
*Universidade Federal da Bahia, Brasil*
- Fabício Tonetto Londero  
*Universidade Federal de Santa Maria, Brasil*
- Francisco Geová Goveia Silva Júnior  
*Universidade Potiguar, Brasil*
- Francisco Isaac Dantas de Oliveira  
*Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil*
- Francisco Jeimes de Oliveira Paiva  
*Universidade Estadual do Ceará, Brasil*
- Gabriella Eldereti Machado  
*Universidade Federal de Santa Maria, Brasil*
- Gean Breda Queiros  
*Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil*
- Germano Ehler Pollnow  
*Universidade Federal de Pelotas, Brasil*
- Giovanna Ofretorio de Oliveira Martin Franchi  
*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*
- Glauco Martins da Silva Bandeira  
*Universidade Federal Fluminense, Brasil*
- Handerson Leylton Costa Damasceno  
*Universidade Federal da Bahia, Brasil*
- Helena Azevedo Paulo de Almeida  
*Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil*
- Heliton Diego Lau  
*Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil*
- Hendy Barbosa Santos  
*Faculdade de Artes do Paraná, Brasil*
- Inara Antunes Vieira Willerding  
*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*
- Ivan Farias Barreto  
*Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil*
- Jacqueline de Castro Rimá  
*Universidade Federal da Paraíba, Brasil*
- Jeane Carla Oliveira de Melo  
*Universidade Federal do Maranhão, Brasil*
- João Eudes Portela de Sousa  
*Universidade Tuiuti do Paraná, Brasil*
- João Henriques de Sousa Junior  
*Universidade Federal de Pernambuco, Brasil*
- Joelson Alves Onofre  
*Universidade Estadual de Santa Cruz, Brasil*
- Juliana da Silva Paiva  
*Universidade Federal da Paraíba, Brasil*
- Junior César Ferreira de Castro  
*Universidade Federal de Goiás, Brasil*
- Lais Braga Costa  
*Universidade de Cruz Alta, Brasil*
- Leia Mayer Eyng  
*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*
- Manoel Augusto Polastreli Barbosa  
*Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil*

Marcio Bernardino Sirino  
*Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil*

Marcos de Souza Machado  
*Universidade Federal da Bahia, Brasil*

Marcos dos Reis Batista  
*Universidade Federal do Pará, Brasil*

Maria Aparecida da Silva Santandel  
*Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil*

Maria Edith Maroca de Avelar Rivelli de Oliveira  
*Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil*

Maurício José de Souza Neto  
*Universidade Federal da Bahia, Brasil*

Michele de Oliveira Sampaio  
*Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil*

Miriam Leite Farias  
*Universidade Federal de Pernambuco, Brasil*

Natália de Borba Pugens  
*Universidade La Salle, Brasil*

Patricia Flavia Mota  
*Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil*

Raick de Jesus Souza  
*Fundação Oswaldo Cruz, Brasil*

Railson Pereira Souza  
*Universidade Federal do Piauí, Brasil*

Rogério Rauber  
*Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil*

Samuel André Pompeo  
*Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil*

Simoni Urnau Bonfiglio  
*Universidade Federal da Paraíba, Brasil*

Tayson Ribeiro Teles  
*Universidade Federal do Acre, Brasil*

Valdemar Valente Júnior  
*Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil*

Wallace da Silva Mello  
*Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil*

Wellton da Silva de Fátima  
*Universidade Federal Fluminense, Brasil*

Weyber Rodrigues de Souza  
*Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil*

Wilder Kleber Fernandes de Santana  
*Universidade Federal da Paraíba, Brasil*

## PARECER E REVISÃO POR PARES

Os textos que compõem esta obra foram submetidos para avaliação do Conselho Editorial da Pimenta Cultural, bem como revisados por pares, sendo indicados para a publicação.



Direção editorial	Patricia Biegling Raul Inácio Busarello
Editora executiva	Patricia Biegling
Coordenadora editorial	Landressa Rita Schiefelbein
Assistente editorial	Caroline dos Reis Soares
Diretor de criação	Raul Inácio Busarello
Editoração eletrônica	Lucas Andrius de Oliveira Peter Valmorbida
Imagens da capa	Freepik - Freepik.com
Revisão	Thaíne Fernanda Sell
Organizadores	Antônio Fernandes Júnior Tainá Santo Lucas Silvério Martins Amanda Magalhães Santiago Viviane Bengezen

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

---

V694 VIII SEPPGEL: desafios e possibilidades dos estudos da linguagem em tempos de pandemia. Antônio Fernandes Júnior, Tainá Santos, Lucas Silvério Martins, Amanda Magalhães Santiago, Viviane Bengezen - organizadores. São Paulo: Pimenta Cultural, 2021. 594p..

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-5939-193-6 (eBook)

1. Linguagem. 2. Discurso. 3. Feminismo. 4. Literatura. 5. Texto. 6. Imagem. I. Fernandes Júnior, Antônio. II. Santos, Tainá. III. Martins, Lucas Silvério. IV. Santiago, Amanda Magalhães. V. Bengezen, Viviane. VI. Título.

CDU: 81'42  
CDD: 400

DOI: 10.31560/pimentacultural/2021.936

---

**PIMENTA CULTURAL**

São Paulo - SP

Telefone: +55 (11) 96766 2200

livro@pimentacultural.com

www.pimentacultural.com



2 0 2 1

# SUMÁRIO

**Apresentação..... 14**

Capítulo 1

**(Des)obediência, (in)subordinações  
e discursos de corpos insepultos  
a partir do mito de Antígona ..... 26**

*Denise Gabriel Witzel  
Camila Ratki Krautchuk*

Capítulo 2

**Miudezas de uma escrita enquanto  
prática de resistência: o fazer cartográfico  
com Manoel de Barros ..... 52**

*Marcelo Vinicius Costa Amorim  
Antônio Fernandes Júnior*

Capítulo 3

**Reinvenções de si no feminismo da diferença ..... 84**

*Margareth Rago*

Capítulo 4

**O discurso do *coaching* profissional  
e a governamentalidade neoliberal ..... 111**

*Samuel Cavalcante da Silva  
Katia Menezes de Sousa*

Capítulo 5

**Biopolítica e necropolítica na gestão da vida  
e morte e o discurso jornalístico..... 133**

*Antônio Fernandes Júnior  
Raquel Costa Guimarães Nascimento*



## Capítulo 6

- A representatividade da voz feminina em jornais  
online portugueses: estudo de caso (2020)..... 160**  
*Andreia Freitas*  
*Susana Amante*

## Capítulo 7

- Manhã Submersa, de Vergílio Ferreira:**  
dos corpos dóceis e dos espaços  
heterotópicos de crise e exclusão ..... 187  
*Fernando Alexandre de Matos Pereira Lopes*  
*Ana Maria Marques da Costa Pereira Lopes*  
*Fátima Susana Amante*

## Capítulo 8

- Selva de pedra e terrores: espaço e marginalidade  
na Londres dos *Penny Dreadfuls* ..... 209**  
*Giovana Guimarães Gonzaga*  
*Alexander Meireles da Silva*

## Capítulo 9

- Monstros urbanos, espelhos da cidade:**  
representações da marginalidade  
na Inglaterra Vitoriana..... 232  
*Giovana Guimarães Gonzaga*  
*Alexander Meireles da Silva*

## Capítulo 10

- Corpos translúcidos: representação feminina  
em *Nada a Dizer*, de Elvira Vigna..... 254**  
*Hellyana Rocha e Silva*

Capítulo 11

**Galadriel: a Senhora de Tolkien** ..... 275

*Milena Lourenço da Silva*

*Alexander Meireles da Silva*

Capítulo 12

**Texto e imagem de mãos dadas: o poder da palavra e da ilustração em *Flicts*, de Ziraldo** ..... 293

*Yuri Pereira de Amorim*

*Silvana Augusta Barbosa Carrijo*

Capítulo 13

**Espaços de conversação em Língua Inglesa como lugar seguro: uma tentativa de viver histórias secretas na Escola Pública**..... 309

*Amanda Magalhães Santiago*

*Viviane Cabral Bengezen*

Capítulo 14

**Análise sistêmico-funcional de relatos, episódios e exempla com foco na transitividade e avaliatividade** ..... 328

*Cristiane Fuzer*

*Maria Cecília de Castro da Silva*

Capítulo 15

**Super heróis e vilões: um estudo metonímico em LIBRAS conforme a Linguística Cognitiva** ..... 354

*Leandro Andrade Fernandes*

*Lucas Eduardo Marques-Santos*

Capítulo 16

**Estrangeirismo lexical nos gêneros  
reportagem e infográfico..... 385**

*Patrícia Maria da Silva  
Anair Valênia Martins Dias*

Capítulo 17

**Que nomes têm os descendentes  
da escravidão no Brasil? Um estudo  
em dicionários brasileiros do século XX ..... 408**

*Lucas Victalino Nascimento  
Amanda Moreira de Amorim  
Maria Helena de Paula*

Capítulo 18

**Os neologismos glamourosos da moda  
e suas conexões sócio-culturais..... 434**

*Pauler Castorino Oliveira Barbosa  
Vanessa Regina Duarte Xavier*

Capítulo 19

**A(s) Língua(s) Portuguesa(s) do Continente Africano:  
papel e uso nas comunidades luso-africanas..... 461**

*Ivone de Silva Santos*

Capítulo 20

**Desenvolvendo a autonomia do sujeito aluno:  
trabalhando a retextualização  
como metodologia de ensino ..... 489**

*Lidineia Ferreira da Silva Oliveira  
Anair Valênia Martins Dias*



## Capítulo 21

- Criminologia e tradução: un ejercicio**  
de engrandecimiento em estudos da linguagem..... 504  
*Denis Carara de Abreu*  
*Fabiola Sartin Dutra Parreira Almeida*

## Capítulo 22

- A ética relacional em uma pesquisa narrativa**  
**com uma mulher cis e uma mulher trans** ..... 528  
*Sarah Thayne Rodrigues Silva dos Santos*  
*Viviane Cabral Bengezen*

## Capítulo 23

- Um estudo sobre a presença dos gêneros**  
**orais nos livros didáticos: análises preliminares**..... 551  
*Sheila de Carvalho Pereira Gonçalves*  
*Ana Cláudia Oliveira Araújo*

- Sobre os autores e as autoras** ..... 579

- Índice remissivo**..... 589

## APRESENTAÇÃO

Os trabalhos que compõem este livro são resultados das pesquisas desenvolvidas pelo corpo discente e apresentadas durante o VIII Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem (PPGEL) da Universidade Federal de Catalão (UFCAT), que ocorreu nos dias 19, 20 e 21 de outubro de 2020. O objetivo do programa, ao realizar esse evento anual, tem sido viabilizar o debate das pesquisas em andamento do PPGEL, tendo como principais atividades as sessões de avaliação de projetos de pesquisa e mesas de discussão em torno das experiências de pesquisa no campo dos Estudos da Linguagem. O evento também se constitui como ação de popularização das pesquisas desenvolvidas no âmbito do programa, no sentido de apresentar à comunidade externa não só ao PPGEL, mas também à UFCAT, a estrutura e o funcionamento do PPGEL.

Nessa edição de 2020, o tema foi “Desafios e Possibilidades dos Estudos da Linguagem em tempos de Pandemia” e pela primeira vez o evento foi realizado totalmente online, devido às medidas de distanciamento físico recomendadas pela OMS para conter a pandemia do novo coronavírus. Ao escrever esta apresentação, e olhando para trás, à medida que nos aproximamos da conclusão do trabalho com a publicação deste livro, percebemos que o engajamento de todo o corpo docente, discente e técnico, especificamente no ano de 2020, exigiu um ato de coragem e compromisso ético com a pesquisa científica no Brasil, pois nos faltam termos na língua portuguesa para descrever os desafios enfrentados. Afinal, nunca antes na história essa geração passou por experiências afetadas pelos impactos biológicos, financeiros e emocionais como os da pandemia de COVID-19.

Mestrandos/as ingressantes em 2020 e doutorandos/as ingressantes em 2019 tiveram seus projetos de pesquisa avaliados

por examinadores externos, e mestrandos/as ingressantes em 2019, egressos/as do programa e discentes de graduação bolsistas e voluntários/as de Programas de Iniciação Científica, Tecnológica e às Licenciaturas tiveram a oportunidade de enviar um trabalho completo para ser avaliado por pareceristas *ad hoc*, diversificando, ampliando e estreitando, dessa forma, os laços com pesquisadores/as parceiros/as de outras universidades e institutos no Brasil e no exterior, como UFPB, UNICENTRO-PR, UFU, UEM, UFERSA, UFLA, UEG, UNESP-Araraquara, UNEMAT, USP, UFSC, UERJ, UNIFESP, UFPA, UFSM, UNILASALLE, UEMASUL, Universidade Eduardo Mondlane - UEM/Maputo-Moçambique, Escola Superior de Educação de Viseu - Portugal, e Universidade de Vigo - Espanha.

A fim de organizar este livro com base nas três linhas de pesquisa do PPGEL, agrupamos primeiro os capítulos da Linha 1 - Discurso, Sujeito e Sociedade, depois os trabalhos da Linha 2 - Literatura, Memória e Identidade e, finalmente, os capítulos da Linha 3 - Língua, Linguagem e Cultura. Cada capítulo corresponde a um trabalho em andamento, com discussões teóricas e resultados preliminares das pesquisas, ou a capítulos das dissertações ou teses sendo desenvolvidas no programa.

Os textos inscritos na linha do discurso, sujeito e sociedade (linha 1), apresentam temáticas diversas sob o viés dos estudos discursivos, possibilitando, assim, a reflexão acerca do discurso e da constituição do sujeito na sociedade.

O primeiro texto é intitulado “(Des)obediência, (in)subordinações e discursos de corpos insepultos a partir do mito de *Antígona*”, das autoras Denise Gabriel Witzel e Camila Ratki Krautchuk, que dissertam, embasadas nos escritos de Michel Foucault, sobre a constituição dos “nós discursivos” da mulher desobediente e insubordinada frente à memória da personagem Antígona, da peça homônima de Sófocles (441 a. C). A personagem, constituída, na trama, pela desobediência



às leis de um rei intransigente, resiste à decisão da não-realização do sepultamento de um de seus irmãos, marcando, deste modo, condutas que confrontavam “as leis dos homens”, principalmente no que tange ao “ser mulher”. Neste estudo, memórias discursivas são recuperadas, quando, por exemplo, as pesquisadoras apresentam Zuzu Angel, mulher que, durante os anos de ditadura militar no Brasil, lutou para que o corpo de seu filho, morto no regime, fosse encontrado e sepultado. Há, portanto, a existência de “nós discursivos” que implicam a mulher desobediente e insubordinada diante do desejo de realização do sepultamento de “corpos insepultos” (marcados por um determinado poder soberano, do rei, do Estado ditador).

No segundo texto, “Miudezas de uma escrita enquanto prática de resistência”, de Marcelo Vinícius Costa Amorim e Antônio Fernandes Júnior, a escrita é apresentada como possível prática de resistência. Especificamente, os autores selecionam a Biblioteca de Manoel de Barros (2013) como *corpus* de estudo, fundamentando-se no pensamento foucaultiano, bem como em Deleuze e Guattari. A proposta é traçar as linhas do dispositivo de escrita, realizando, assim, uma análise cartográfica, com destaque às denominadas “miudezas” da escrita de Manoel de Barros, isto é, elementos relacionados ao ínfimo, marginal e desimportante. A partir desses elementos, os autores discutem sobre as “linhas de fuga” por meio das miudezas componentes do objeto analisado, no qual a resistência é visualizada no dispositivo da escrita, agenciado por Barros.

O texto “Reinvenções de si no feminismo da diferença”, de Margaret Rago, tem como temática as experiências de militantes feministas brasileiras que questionam o discurso biologizante de gênero. Com base em Michel Foucault e na epistemologia feminista sobre a subjetividade, a autora discute a ética das referidas militantes feministas, destacando as reinvenções frente ao discurso normativo, seja nos modos de vida, seja na subversão da identidade. À luz da problemati-

zação dos efeitos culturais sobre as mulheres, são apresentadas mulheres que romperam, segundo o estudo realizado, com os padrões de conduta atribuídos a elas. Desta maneira, apesar do discurso tradicional direcionado a esses corpos, mulheres demonstram possibilidades inúmeras de se esquivar e resistir às normas, rejeitando, sobretudo, os padrões biologizantes de gênero.

O artigo “O discurso do *coaching* profissional e a governamentalidade neoliberal”, de autoria de Samuel Cavalcante da Silva e Kátia Menezes de Sousa, se propõe a problematizar a emergência do empreendedorismo, do sujeito empresário de si mesmo e das formas de concorrência no mercado de trabalho vinculadas ao discurso do *coaching*. Para tanto, os autores elegem, como material de análise, enunciados presentes no site do Instituto de Brasileiro de *Coaching* (ICB), com o objetivo de “refletir sobre possíveis práticas de si capazes de desencadear outros modos de governar-se que possam se constituir como forma de não apenas seguir cegamente formas de subjetivação esperadas pela ordem da concorrência e do empreendedorismo de si”. Esta discussão se vincula às perspectivas arqueogenealógicas de análise dos discursos sustentadas pelo pensamento de Michel Foucault.

Em outro texto, intitulado “Biopolítica e necropolítica na gestão da vida e morte e o discurso jornalístico”, Raquel Costa Guimarães do Nascimento e Antônio Fernandes Júnior discutem dois acontecimentos discursivos produzidos sobre um incêndio no Centro de Internação em Goiânia (2018) e outro incêndio ocorrido no Centro de Treinamento Presidente George Helal (conhecido como Ninho do Urubu), do time de futebol do Flamengo (2019). Em cada um deles morreram 10 adolescentes. O fato de serem adolescentes em circunstâncias diferentes, pois os primeiros eram custodiados pelo governo do estado e o segundo sob a responsabilidade de um time de futebol, desencadeou uma série de produções discursivas, a partir das quais diversos segmentos

mediáticos mobilizaram enunciados e discursos distintos para referir sobre os sujeitos adolescentes, seja para caracterizar os “delinquentes”, no primeiro caso, ou para designar os adolescentes do Rio de Janeiro como “promessas do futebol”. No artigo, os autores, amparados nos conceitos de biopolítica e necropolítica, procuram refletir sobre os discursos vinculados aos “corpos que (não) importam para a sociedade”. Como forma de análise, os autores farão a descrição e interpretação de enunciados das reportagens midiáticas selecionadas para discutir como essas mortes foram produzidas pela mídia.

A constelação de textos que versam sobre a literatura, portanto, pertencentes à linha 2, se inicia com o artigo “A representatividade da voz feminina em jornais online portugueses – estudo de caso (2020)”, de Andreia Freitas e Susana Amante. No texto, onde os objetivos foram traçados a partir de um “estudo aturado de conteúdo, de onde foram extraídos dados quantitativos e qualitativos relativos ao *JN online* e *Observador*, que permitiram obter respostas a algumas das questões levantadas ao longo do enquadramento teórico deste artigo, nomeadamente: a) Como se caracterizam as fontes portuguesas nos media; b) a mulher estará a ganhar espaço nos *media online*? c) Quais as categorias de notícias em que a mulher serve de fonte com mais frequência? d) o meio *online*, com a característica da interatividade, tem permitido aumentar as vozes femininas nos *media*?”. Os autores, nas considerações finais, concluem que “embora se verifique uma maior interatividade e o aumento do uso das redes sociais como fonte, num país em que as vozes masculinas predominam, persiste a desigualdade de gênero nos *media* portuguesas”.

Na sequência, temos o artigo “*Manhã Submersa*, de Vergílio Ferreira: dos corpos dóceis e dos espaços heterotópicos de crise e exclusão”, cujos autores são Fernando Alexandre de Matos Pereira Lopes, Ana Maria Marques da Costa Pereira Lopes e Fátima Susana Amante. Quanto aos objetivos, os autores procuram desvelar “as utopias, dis-



topias e heterotopias, presentes em *Manhã Submersa*, tal como foram definidas pelo intelectual francês, bem como a sua presentificação em espaços concretos, tais como a mansão de D. Estefânia ou o seminário, entre outros”. Assim, ao concluir, os autores chegam à conclusão de que na obra estudada ocorre a separação temporal de 20 anos, que divide o “discurso e a narrativa. Porém, é graças a esta distância que António dos Santos Lopes, mais conhecido como “O Borrvalho” - numa clara alusão à sua inferior condição social -, que o narrador autodiegético revisita o seu passado. (Re) interpretando o passado com o distanciamento que um hiato de vinte anos lhe proporciona, o narrador poderá finalmente chegar à autognose”.

O próximo texto a ser apresentado é “Selva de pedra e terrores: espaço e marginalidade na Londres dos *Penny Dreadfuls*”, de Giovana Guimarães Gonzaga e Alexander Meireles da Silva. O estudo tem por objetivo “realizar uma reflexão crítica a respeito dos *Penny dreadfuls*. Tais obras abrangiam todos os elementos do gótico e do grotesco, como assassinatos brutais, violência e roubos, temáticas que não eram comumente abordadas de forma explícita em histórias literárias”, utilizando do conto “Sweeney Todd - O barbeiro demoníaco da Rua Fleet” (2000) para discutir “a visão que a alta classe possuía dos trabalhadores, como elementos prejudiciais ao desenvolvimento da cidade”. Num estudo de metodologia qualitativa, foi possível concluir que “os *Penny Dreadfuls*, além de serem narrativas carregadas de elementos violentos e grotescos, também são repletas de marcas dos autores indicando a visão deturpada e pessimista sobre a população de classe trabalhadora”, ao mesmo tempo que se celebra a importância e relevância da literatura gótica.

Em sequência, encontra-se o artigo intitulado “Monstros urbanos, espelhos da cidade: representações da marginalidade na Inglaterra vitoriana”, também de Giovana Guimarães Gonzaga e Alexander Meireles da Silva. O estudo, que tem por objetivo “principal analisar a

influência do Espaço, enquanto elemento narrativo do Fantástico que exerce influência sobre outros elementos da narrativa, como a construção de personagens” numa jornada analítica em busca de contemplar como a cidade de Londres foi a força motriz para a criação de um ambiente em que narrativas “sangrentas e violentas, em especial, aquelas escritas por mulheres” foram ascendidas. Assim, a pesquisa contribui, ainda, para a elucidação de como o apagamento feminino é encontrado em obras literárias que foram lançadas a público entre os séculos XIX e XX. Utilizando uma metodologia qualitativa e, ainda, biográfica-documental, o estudo aponta que a “apropriação feminina do gótico, ou “góticos femininos”, mostram a mulher em papéis de mais notoriedade, mas não interiorizam a mesma ideologia, nem apresentam um empoderamento feminino, mesmo aquelas obras escritas por mulheres”, celebrando, também, os escritos das autoras que se debruçaram sobre o tema em tempos tão difíceis a elas.

O próximo artigo que pode ser apreciado é intitulado “Corpos translúcidos: representação feminina em *Nada a Dizer*, de Elvira Vigna”, concebido pelas mãos de Hellyana Rocha e Silva. No estudo, que tem como *corpus* a obra *Nada a dizer* (2010), de Elvira Vigna, a estudiosa tem por objetivo “analisar o modo como a literatura escrita por Vigna articula suas rupturas ao representar novas concepções de gênero ao mesmo tempo em que faz releitura do passado, desconstruindo e reconstruindo identidades engendradas em meio a opressão”, indo além, quando se propõe a observar a forma como se dá a representação feminina, problemas na relação entre homens e mulheres e as violências que nelas surgem, num percurso investigativo que observa os não ditos da obra supracitada. Como considerações finais, é apresentado que, na obra escolhida como *corpus* de estudo “a mulher é um ser ainda em construção, transgressor e subjetivo. A própria ausência do nome da personagem é um reflexo desse processo de descobrimento” e, para além deste entendimento, é possível observar as contradições que envolvem a identidade feminina”, num questionamento de Vigna

quanto às noções pré-estabelecidas sobre as subjetividades e, ainda, quanto à manutenção de novos processos, entre os quais os padrões socialmente impostos são alvo de discussão.

Em “Galadriel: a senhora de Tolkien”, escrito por Milena Lourenço Silva e Alexander Meirelles da Silva, o objetivo perseguido é “demonstrar como a personagem Galadriel, criada pelo escritor John Ronald Reuel Tolkien, se vincula a uma visão da mulher na cultura ocidental como um ser ameaçador e disruptivo”, numa pesquisa de fôlego que vem sendo desenvolvida desde a graduação. Dos entendimentos percebidos no estudo, cabe destacar a relevância de investigar sobre “um personagem que se rebela contra as estruturas vigentes de poder; as relações históricas e sociais vinculadas ao feminino dentro da tradição da fantasia, além da análise da corporificação dessa tradição em personagens femininas enquanto arquétipo sobrenatural de poder”, apresentados em um percurso analítico que preza pelo cuidado em ler e extrair de uma trama as nuances que mais se destacam.

Por fim, encerrando as discussões literárias, é apresentado o artigo “Texto e imagem de mãos dadas: o poder da palavra e da ilustração em *Flicts*, de Ziraldo”, concebido em quatro mãos por Yuri Pereira de Amorim e Silvana Augusta Barbosa Carrijo. Objetivando “discursar sobre o poder da imagem e do texto verbal em *Flicts* (2004), de Ziraldo” e, ainda, analisar “linguagens responsáveis por propiciarem a criatividade e a humanização do pequeno leitor”. O estudo foi desenvolvido numa metodologia descritivo-analítica de caráter interpretativo em que a literatura e as discussões de forma-conteúdo e texto-imagem se tornam protagonistas. Em formato de considerações finais é entendido que “a narrativa de *Flicts* é carregada de elementos textuais que contribuem para humanização e desenvolvimento do imaginário do sujeito leitor” numa perspectiva que enfatiza a fruição estético-literária, afastando-se, assim, de uma abordagem didático-moralizante, em que, ao fim, é possível “evidenciar o potencial da literatura enquanto arte da palavra e da ilustração”.



O primeiro trabalho pertencente a linha 3 é o de Amanda Magalhães Santiago e Viviane Cabral Bengezen intitulado “Espaços de conversação em língua inglesa como lugar seguro: uma tentativa de viver histórias secretas na escola pública” no qual as autoras contam sobre suas experiências em liderar um espaço de conversação em uma escola pública com o uso de narrativas escritas pelas pesquisadoras e pelos participantes de pesquisa. A pesquisa aponta a criação de um espaço seguro nas reuniões do grupo de conversação para que a pesquisadora e os participantes pudessem compartilhar suas experiências de aprendizagem da língua inglesa.

O segundo texto apresentado se intitula “Análise sistêmico-funcional de relatos, episódios e *exempla* com foco na transitividade e avaliatividade”, de Cristiane Fuzer e Maria Cecília de Castro da Silva. Os objetivos pelos quais as autoras teceram o estudo foram baseados em “sistematizar, por meio de análise linguística, aspectos léxico-gramaticais e semântico-discursivos de textos que têm potencial para instanciar gêneros da família das estórias, destacando o que os aproximam na família e o que os caracterizam como gêneros distintos na perspectiva da Linguística Sistêmico-Funcional”. Assim, ao concluir, as estudiosas concebem, entre outros, que “A análise da transitividade dos textos que compõem o *corpus* desta pesquisa evidenciou a predominância das orações materiais como característica comum aos textos que compartilham o propósito da família das estórias, confirmando resultados de pesquisas prévias de base sistêmico-funcional em língua inglesa [...] e em língua portuguesa [...]”.

Os autores Leandro Andrade Fernandes e Lucas Eduardo Marques Santos apresentam em “Super Heróis e Vilões: um estudo metonímico em libras conforme a linguística cognitiva” uma análise de “um grupo lexical específico denominado Super heróis e Vilões” buscando evidenciar as relações domínio-matriz que estão situadas no esquema imagético categorizado como multiplicidade, também conhecido

como sinédoque. Os autores se baseiam nos princípios teórico-metodológicos da Linguística Cognitiva e suas análises comprovam a formação de sinais metonímicos do tipo sinédoque no corpus escolhido e que “possuem um alto grau de iconicidade em sua motivação”.

No trabalho “Estrangeirismo lexical nos gêneros reportagem e infográfico” as autoras Patrícia Maria da Silva e Anair Valênia Martins Dias sugerem atividades que exploram a presença dos estrangeirismos em textos autênticos com foco nos gêneros reportagem e infográfico. As autoras constataam que é possível “verificar que a linguagem verbal pode se complementar na linguagem visual, vislumbrando uma informação de maneira resumida, rápida e eficaz”

Em “Que nomes têm os descendentes da escravidão no Brasil? Um estudo em dicionários brasileiros do século XX” escrito por Lucas Victalino Nascimento, Amanda Moreira de Amorim e Maria Helena de Paula, os autores propuseram “analisar pares de lexias comumente utilizados no processo de escravização no Brasil” buscando entender se os dicionários brasileiros publicados no século XX teriam herdado alguma marca do escravagismo e, se sim, quais influências essas marcas teriam no presente cultural. Os autores apontam que há comprovação de que o léxico de um povo carrega sua História e tem definições atravessadas por ideologias de objetificação e dos corpos escravizados.

Pauler Castorino Oliveira Barbosa e Vanessa Regina Duarte Xavier relatam em “Os neologismos glamourosos da moda e suas conexões socioculturais” que creem existir uma padronização lexical no campo da moda. Ao avaliarem o *corpus* escolhido, a revista *Glamour*, puderam evidenciar “um número abundante de unidades lexicais provenientes de outros sistemas linguísticos, constituindo os neologismos na língua portuguesa.” e que estes podem contribuir para que consumidores venham a adquirir produtos evidenciados no *corpus*.

Ivonete da Silva Santos propõe em “A(s) línguas portuguesa(s) do continente africano: papel e uso nas comunidades luso-africanas” uma discussão acerca da importância de políticas linguísticas, tendo em foco o processo que culminou no estabelecimento da Língua portuguesa como língua oficial em nações luso-africanas de modo a “argumentar a favor da ideia de que a abordagem das políticas linguísticas deve questionar as condições de uso da LP nas comunidades luso-africanas como parte das suas culturas”. A autora argumenta que as decisões que implicaram no uso da Língua Portuguesa como língua oficial foram tomadas em *top down*, mas que o uso autêntico sofre influências de todos os lados, inclusive dos falantes.

“Desenvolvendo a autonomia do sujeito aluno: trabalhando a retextualização no gênero discursivo conto”, trabalho escrito por Lidineia Ferreira da Silva Oliveira e Anair Valênia Martins Dias, tem como objetivo a retextualização do conto Cinderela. Busca-se com esta pesquisa, ressignificar as aulas de Português na escola de acordo com as propostas dos PCNs, da BNCC e de diretrizes oficiais do governo do Estado de Goiás. A pesquisadora pôde demonstrar com esta pesquisa que a promoção da autonomia dos alunos por meio da proposta de retextualização em sala de aula ofereceu aos alunos um maior engajamento com a atividade e “participação ativa no processo de aquisição do saber” nas aulas de Língua Portuguesa.

Denis Carara de Abreu e Fabíola Sartin Dutra Parreira Almeida tem como objetivo em “Criminologia e tradução: *un ejercicio de engrandecimiento* em estudos da linguagem” utilizar a tradução como “mote inspirador de estudos da linguagem e de aprofundamento de conceitos e contextos em criminologia” através do uso de uma sequência didática. A intenção do exercício é puramente didática e encontra em sua realização uma oportunidade de imersão não somente no conteúdo apresentado, mas também no processo de entendimento e compreensão muitas vezes não considerado nas leituras em Língua Portuguesa.



Em “A ética relacional em uma pesquisa narrativa com uma mulher cis e uma mulher trans” de Sarah Thayne Rodrigues Silva dos Santos e Viviane Cabral Bengezen, as autoras descrevem e compõem narrativas sobre experiência vividas entre uma das pesquisadoras e uma mulher trans. As autoras descrevem tensões vividas no contexto de suas experiências e relatam sobre os desafios ao se engajarem na pesquisa narrativa, especialmente quando se é iniciante na abordagem de pesquisa. São apontados como resultados de pesquisa o estabelecimento de uma ética relacional entre pesquisadoras e participantes e a “criação de um espaço seguro e o compartilhamento de histórias secretas.”

O trabalho que encerra este volume é intitulado “Um estudo sobre a presença dos gêneros orais nos livros didáticos: análises preliminares” de Ana Cláudia Araújo e Sheila Carvalho Pereira Gonçalves, no qual as autoras investigam a presença de gêneros orais em livros didáticos aprovados pelo PNLD. Para isso, utilizam os livros do 6º ao 9º ano de uma coleção bastante utilizada em diversas escolas no Brasil. Ao final do trabalho, as autoras apontam o enfoque insuficiente do material no ensino e trabalho da oralidade em sala de aula. Apontam ainda para a necessidade do professor viabilizar uma ampliação de oportunidades de trabalho com gêneros orais que são ofertados no material.

Antônio Fernandes Júnior  
Tainá Santos  
Lucas Silvério Martins  
Amanda Magalhães Santiago  
Viviane Bengezen

# 1

Denise Gabriel Witzel

Camila Ratki Krautchuk

## **(DES)OBEDIÊNCIA, (IN)SUBORDINAÇÕES E DISCURSOS DE CORPOS INSEPULTOS A PARTIR DO MITO DE ANTÍGONA**

## INTRODUÇÃO

Onde convocar forças para derrubar o tirano quando cidadãos respeitáveis calam? Sófocles coloca em cena uma mulher sem partidários, sem exército, sem nada. Antígona abala a tirania sozinha. E isso numa sociedade em que a vida pública era de exclusiva competência masculina. [...] Antígona morre? Morre! Morre como poucos. Morre para dignificar todos os que em todas as épocas atacam a injustiça. [...] Antígona é uma aventura de lealdade, dignidade, linguagem, vida. (Donaldo Schüller<sup>1</sup>)

A conhecida peça que Sófocles escreveu há 2.500 anos é um dos textos mais recriados na história da literatura. Nomes como o de Racine (1639-1699), Anouilh (1910-1932) e Brecht (1898-1905) figuram em uma longa lista que reiteram, cada um a seu modo e conforme suas interpretações, o que afirmou Hegel (1835-1905): “Antígona é a mais bela e satisfatória obra de arte de todos os tempos”. Além de essa obra dar visibilidade aos discursos de coragem, ou nos termos de Michel Foucault (2010), a coragem de dizer a verdade (Parresia) de uma princesa que enfrentou o poder soberano, ela permanece na atualidade provocando reapropriações em outras materialidades discursivas, sejam elas literárias ou filosóficas, no campo da ficção ou na vida real, instigando-nos a analisar discursos balizados, interdiscursivamente, por esse texto que dá relevo à devotada e desobediente filha de Édipo, uma mulher insubordinada que morre por desobedecer o rei e não aceitar o corpo insepulto do irmão.

Em sua bela conferência intitulada *Antígona – o feminino como crime político*, Rosiska Darcy de Oliveira<sup>2</sup> (2015) inicia destacando o seguinte:

se todos os livros, por um estranho mistério, desaparecessem da face da terra e só *Antígona* (441 a.C.) [...] sobrevivesse como

1 Apresentação da obra *Antígona* (2017).

2 Membro da Academia Brasileira de Letras.



testemunha do que teria sido a sensibilidade humana, essa sensibilidade estaria ainda assim bem representada no que ela tem de conflitante, já que o conflito é constitutivo da identidade de cada um de nós, e nós nos construímos no encontro com o outro. (OLIVEIRA, 2015)

Sófocles (2017) escreveu *Antígona* em 441 a. C., dez anos antes de Édipo Rei, peça em que a tragédia do pai sucede à da filha. No acontecimento discursivo de *Antígona*, além de Sófocles fixar na obra a identidade de uma jovem virgem, apaixonada, intransigente, a noiva de Hêmon, o filho de Creonte, nela se estabelece uma trama e uma intriga canônica: depois que seus dois irmãos, Etéocles e Polinices, matam-se em combate, a princesa Antígona escapa dos muros do palácio durante a madrugada, desafiando o decreto do novo rei, Creonte, recém promovido. A interdição real, como também sabemos, deriva do poder soberano de seu tio, que, reinando sobre Tebas desde a morte dos dois irmãos, imediatamente proibiu que se desse sepultura a Polinices, apontado como o traidor, o renegado, o agitador. Já à Etéocles, foram reservados funerais suntuosos. Antígona desobedeceu a ordem do tio soberano e enfrentou, corajosamente, a interdição, de modo que o “duplo espiritual [pudesse] apaziguar-se no país dos mortos” (GROS, 2018, p. 79).

Pega em flagrante pelos guardas, Antígona é detida e levada à presença do rei (seu tio), que descobre horrorizado a traição no seio de sua própria família. Creonte se dirige à filha de Édipo questionando-a sobre a “autoria” de seu gesto (cena do confronto público), que permanece como fonte inesgotável de novos (e mesmos) discursos para se pensar o estatuto da desobediência pública e, nessa mesma medida, conforme veremos, o eixo de atualização de *Antígona* em outras narrativas, cuja trama se organiza e se desenvolve a propósito de um corpo que deveria permanecer insepulto.

Antígona não se deixou impressionar com o excesso de poder de Creonte e, ao ser questionada sobre a autoria do seu crime, ela o admite

e refuta, vorazmente, as leis que a impossibilitariam de sepultar o corpo de seu irmão. Face a esse afrontamento/desobediência, Creonte se vê desmoralizado e obrigado a condenar Antígona à morte, emparedando-a viva. Foi o adivinho Tirésias que o convenceu a rever a sentença, ao preveni-lo contra a cólera dos deuses. Mas já era tarde demais: quando foi ver Antígona, encontrou-a enforcada; seu filho, noivo de Antígona, que havia chegado antes, matou-se diante do pai; o rei carregou nos braços o cadáver do filho até o palácio, amaldiçoando a si próprio; sua esposa, Eurídice, quando soube da morte do filho, suicidou-se. Em resumo, a família de Édipo não era a única a sofrer as piores desgraças. Tebas inteira havia sido atingida por uma maldição cuja última vítima foi Creonte.

Dentre as inúmeras chaves de leitura e de interpretação da obra de Sófocles, interessam-nos os discursos e os poderes que produzem “a colisão irremediável dos universos contínuos e contraditórios do feminino e do masculino” (OLIVEIRA, 2015), cujo confronto faz reverberar o desejo de (não) enterrar o corpo. Os protagonistas da tragédia grega - um velho rei intransigente e uma jovem princesa desobediente - ao disputarem o (não) direito de enterrar o corpo de Polinice, formatam um campo de memória a partir do qual outros discursos atualizam, de um lado, o rei que faz valer o poder soberano, guiando-se pelas leis da cidade; e de outro, a mulher desobediente e corajosa que faz valer a resistência, guiando-se pelas leis não escritas, mas que são perenes, ou seja, as leis dos deuses e, em decorrência, da consciência individual.

Partindo, portanto, do princípio de que a figura mítica de Antígona, notadamente sua lealdade fraternal e coragem, atinge-nos via memória discursiva por meio de outras narrativas em que a mulher se destaca pela transgressão, coragem e desobediência, daremos visibilidade neste estudo a memórias construídas sobre uma outra mulher que, nos anos de chumbo<sup>3</sup> da ditadura militar brasileira, também en-

3 Anos de chumbo é uma expressão que se refere ao período mais repressivo da ditadura militar no Brasil, ou seja, inicia-se basicamente no fim de 1968, com a edição do AI-5 (13/12/1968) e estende-se até o final do governo Médici, em março de 1974.

trou em choque com o poder com o desejo de encontrar e enterrar o corpo torturado e morto de seu filho. Trata-se de Zuleika Angel Jones (1921-1976), Zuzu Angel, a famosa estilista de modas que se tornou uma ativista política após o desaparecimento de seu filho Stuart Angel<sup>4</sup>, em 14 de maio de 1971. Depois da certeza de que o desaparecimento significava sua morte, ela travou uma verdadeira batalha contra o regime da época numa busca incansável para encontrar o cadáver de seu filho e conceder-lhe um funeral.

Eis o ponto que nos permite entrelaçar os discursos e os poderes a partir do mito de Antígona, mais precisamente a partir de enunciados que se referem a corpos insepultos: são duas vozes, duas mulheres e múltiplas práticas de resistência que destacam da estrutura da narrativa trágica o enfrentamento da filha de Édipo face ao decreto do rei – reverberado no enfrentamento da mãe de Stuart Angel face aos excessos de poder da ditadura. Esses dois acontecimentos se entrelaçam pelos discursos que fundamentam a *desobediência* e a *parresia*. Trataremos dessas duas noções seguindo as reflexões de Frédéric Gros (2018), no livro *Desobedecer* e as formulações de Michel Foucault (2010), no curso/livro *O Governo de si e dos outros*.

Veremos que esses discursos exprimem não apenas o conflito irreduzível que opõe homens e mulheres, “os imperativos da consciência privada ao dever público, mas também o contraste entre a lógica [...] do espaço público e o espaço privado” (OLIVEIRA, 2015, p. 2). Nesse sentido, “quero enterrar o corpo do meu irmão/filho” irrompe como um enunciado que se repete, em suas diferentes enunciações, reverberando o desejo primordial de Antígona. Por que emerge este enunciado e não outros, perguntaria Foucault (2007), conforme seu método arqueológico. Como esse enunciado funciona nos processos de subjetivação de mulheres que não aceitam o corpo insepulto de um ente querido?

4 Stuart fazia parte do movimento de luta armada contra o governo, o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8).



As possíveis respostas a essas questões serão orientadas pelos pressupostos teóricos e metodológicos dos Estudos Discursivos Foucaultianos, ou seja, pelos estudos que se valem do pensamento do filósofo francês Michel Foucault, atentando para questões concernentes à linguagem em sua relação indissociável com o sujeito, a história e a cultura. Isso significa, conforme Foucault (2007) retomado por Gregolin (2016), considerar que os dizeres sobre o corpo não sepultado se inserem em formações discursivas, cujos elementos são presididos por determinadas regras de formação e essas regras funcionam em meio a um jogo estratégico e polêmico, por meio dos quais constituem-se os saberes de um momento histórico. Além disso, temos em conta que o discurso articula a produção de saberes e os exercícios/tecnologias de poderes, pois quem fala, fala de algum lugar, a partir de um direito reconhecido institucionalmente; a depender desse lugar, o sujeito (re) produz verdades forjadas historicamente. Os discursos do corpo insepulto, enredados nas tramas do poder, são incontornavelmente controlados, selecionados, organizados e redistribuídos por procedimentos que visam a eliminar toda e qualquer ameaça ao poder.

Em suma, a partir desse mirante teórico, interessa-nos compreender os nós discursivos que se entrelaçam numa rede de memória constituída a partir da grandeza da personagem de Antígona, considerada uma “heroína da desobediência” (GROS, 2018) e atualizada nos discursos que definem Zuzu Angel como um “heroína da pátria”<sup>5</sup>. Os materiais de análise dos discursos em relação à estilista estão materializados no livro *Eu, Zuzu Angel, procuro meu filho*, organizado por Virgínia Valli (1986). Trata-se de uma obra do gênero iconográfico, reunindo oito textos de autores que conviveram com Zuzu, e até mesmo viveram juntos seus dramas e dores. Dessa obra, recortaremos sequências enunciativas dos seguintes autores:; (ii) Hildegard Angel (atriz,

5 Conforme Lei nº 13.433. Disponível em <https://www.gov.br/mdh/pt-br/noticias-spm/noticias/estilista-zuleika-angel-jones-a-zuzu-angel-tem-nome-incluido-no-livro-dos-herois-e-heroinas-da-patria>. Acesso em 20 de fev. 2021.

jornalista e filha de Zuzu Angel), autora do capítulo “Seu objetivo se sobrepuja a tudo”; (ii) Nilo Baptista (advogado, professor de Direito Penal e um dos responsáveis pela reconstituição da tortura e morte de Stuart), autor do capítulo “Sabia que estava defendendo um morto”; (iii) Ana Cristina Angel Jones (também filha de Zuzu), que redigiu o capítulo “Carta à minha mãe”; (iv) Virgínia Valli (irmã da Zuzu e organizadora da obra) e da própria Zuzu Angel com sua biografia publicada no capítulo “Minha forma de morrer”.

## ANTÍGONA E ZUZU ANGEL: DUAS MULHERES (DES)OBEDIENTES

Por que Antígona e Zuzu Angel desobedeceram? A força de resistência dessas mulheres é aqui pensada segundo as reflexões de Gros (2018) que parte do princípio de que a desobediência deriva de uma resistência ética ao poder. Obedecer, por sua vez, garantiria certa ordem, mas, ao mesmo tempo, produziria a cegueira e a aceitação do mundo. Elas desobedeceram às leis “dos homens”, mas obedeceram às leis, cuja legitimidade ultrapassa essas leis por serem da ordem da ética, das crenças e das verdades que implicam as relações entre irmã e irmão, entre mãe e filho.

Considerando que a desobediência é construída paralelamente por meio de nosso envolvimento com a resistência ética e a democracia crítica, Gros (2018) aproxima a (des)obediência do conceito de poder que, para ele, define-se da seguinte forma:

Todo poder se estrutura da força que os homens atribuem voluntariamente a ele, o que limita a esfera imediata do pensamento e da ação. O poder cria, assim, noções e entidades visíveis e invisíveis para impedir que os homens busquem a liberdade. A obediência é a chave, a principal arma do poder político (GROS, 2018, p.56)

Com isso, o estatuto da desobediência nos conduz a pensar-mos que as mazelas (decorrentes do destino, do pensamento político) não estariam nos pretensos erros ou falta de moralidade do indivíduo, ao contrário, elas estariam antes determinadas em normas e costumes. É, portanto, pela obediência que criamos os princípios de legitimidade que fundamentam nossos sistemas de relacionamentos sociais, ou seja, a harmonia do corpo social. Por isso mesmo, a obediência é origem de permanentes contradições, a exemplo da autoridade e da obediência, do direito de mandar e do dever de obedecer.

Antígona e Zuzu Angel se chocaram voluntariamente com o poder, porque ambas desarmonizaram o corpo social; ambas não aceitaram o inaceitável fazendo valer certo “dever de não obedecer” e, assim, entraram para a história via insubordinação, ponto crucial da tragédia grega e das estratégias de resistência em tempos ditatoriais. Precisamente sobre a “filha de Édipo”, Gros a considera uma “heroína da desobediência”.

Impossível não falar de Antígona, não fazer surgir aqui o ícone cultural da revolta, o símbolo da contestação intempestiva, a egéria rebelde, essa personagem que, para nós, representa a desobediência ativa, pública, insolente. Antígona – foi muitas vezes dito, escrito, repetido -, a história de Antígona é uma pura criação de teatro. Os textos mitológicos [que] evocam a jovem, mas sumariamente, como filha de Édipo, [não fornecem] mais detalhes. [Contudo], serão Ésquilo (*Os sete contra Tebas*), Eurípedes e Sófocles, sobretudo, que lhe darão consistência. Por meio deles ela se tornou, para nós, **a heroína da desobediência** (GROS, 2018, p. 78, grifos nossos).

Uma heroína porque desestabiliza as verdades historicamente construídas que, desde a noite dos tempos, impuseram sobre as mulheres o silêncio (PERROT, 2015) e a obediência. Subjugadas e controladas, não sem resistências, em diferentes esferas, no âmbito público e/ou privado, as mulheres dividiram-se em dois grandes grupos: em um, reúnem-se aquelas que “correspondiam aos tradicionais



ideais femininos por serem castas, fiéis, obedientes, boas esposas e mães; de outro, aquelas que provocavam repúdio por serem feiticeiras, lésbicas, rebeldes, anarquistas, prostitutas e loucas” (WITZEL; TEIXEIRA, 2020, p. 247).

São essas últimas que interagem interdiscursivamente com a desobediência de Antígona e Zuzu Angel, pois elas não aceitaram as “vontades de verdade” (FOUCAULT, 2014, p.14) que enraizaram as mulheres no território de seus corpos, presas no interior de poderes muito apertados que lhes impuseram condutas, lugares e obrigações. Ao desobedecerem às leis do Estado e da Igreja, para reinventarem outras práticas e outras subjetividades, muitas delas foram mortas nas fogueiras da inquisição, apedrejadas, espancadas, banidas e/ou encarceradas em manicômios ou conventos. No caso específico de Antígona, ela foi emparedada viva; já Zuzu Angel, seguindo Antígona, foi silenciada em um forjado acidente de carro, conforme o relatório *Mortos e Desaparecidos Políticos* da CNV (2014).

Logo no início da peça de Sófocles, deparamo-nos com o diálogo entre Antígona e Ismênia, que reverbera os discursos que normatizaram e regularam historicamente o sujeito mulher, concebendo-a, em relação ao homem, como sendo hierarquicamente menos importante, menos inteligente, mais submissa, mais dependente. Ao saber dos planos da irmã, Ismênia se curva à vontade de Creonte e fundamenta sua argumentação nas “vontades de verdade” (FOUCAULT, 2014) sobre a inferioridade feminina na expectativa de dissuadi-la.

**SE<sup>6</sup> 01:** *ISMÊNIA – Ai de nós! Pensa, minha irmã em nosso pai, como morreu esmagado pelo ódio e pelo opróbrio, quando inteirado dos crimes que praticara, arrancou os olhos com as próprias mãos! E também em sua mãe e esposa, visto que foi ambas as coisas, – que pôs termo a seus dias com um forte laço. [...] E agora que estamos sós, pensa*

6 SE significa Sequência Enunciativa, seguindo os pressupostos teóricos e metodológicos da *Arqueologia do Saber*, de Michel Foucault (2017).

na morte ainda mais terrível que teremos se contrariarmos o decreto e o poder de nossos governantes. **Convém não esquecer ainda que somos mulheres, e, como tais, não podemos lutar contra homens;** e também que estamos submetidas a outros mais poderosos e que nos é forçoso obedecer às suas ordens, por muito dolorosas que sejam. De minha parte, pedindo a nossos mortos que me perdoem, visto que sou obrigada, obedecerei aos que estão no poder. É loucura tentar aquilo que ultrapassa nossas forças! (p. 9, grifos nossos).

Ciente do poder que controlava os corpos e as atitudes das mulheres, Ismênia tenta frear a irmã lembrando-a de que ela é mulher e que, por isso, não poderia lutar contra os homens, não poderia se envolver em questões do espaço público, especialmente na política, uma vez que esses espaços foram, desde sempre, “centro da decisão e do poder, [...] apanágio e negócio dos homens” (PERROT, 2015, p. 151). Lembremo-nos de que nos tempos de Antígona, a *pólis* grega excluía completamente suas mulheres, tal como excluía seus escravos, pois não eram reconhecidas como indivíduos da sociedade, eram seres inferiores, “apenas mulheres”, como enfatiza Ismênia.

Já nesse momento da peça, emergem os discursos que apontam o estatuto da desobediência, adquirindo força e importância no confronto político e público quando Creonte começa a arguir Antígona lhe perguntando “se ela sabia”, se de fato conhecia sua proibição. O rei lhe oferece assim uma escolha de salvação.

**SE 02: CREONTE:** [...] *Fala agora, por tua vez, mas fala sem demora! Sabias que, por uma proclamação eu havia proibido o que fizeste?*

Sob esse enunciado, coexistem outros que apontam para certa expectativa de que a princesa pudesse negar que conhecia o decreto, bastando dizer não sabia e “tudo se arranjará, com boas, sólidas e hipócritas desculpas” (GROS, 2018, p. 81), a partir das quais Creonte poderia simplesmente dizer para si mesmo:

[...] a pequena insensata trazida pela guarda queria se fazer de esperta, mas assim que [ouviu] minha voz forte [avaliou] a extensão de seu erro, a gravidade da ameaça, e se [retratou] como uma criança culpada: 'Não, eu não sabia, querido tio, sinto muito, se eu soubesse, é claro...'" (GROS, 2018, p. 81).

Entretanto, a princesa tebana oferece ao seu rei uma resposta, cuja voz e conduta atravessaram o tempo e são reencontradas em novas narrativas de/sobre outras mulheres, a exemplo de Zuzu Angel.

**SE 03: ANTÍGONA:** *Sim, sabia! Por acaso poderia eu ignorar, se era uma coisa pública?*

Na sequência dessa cena de afrontamento, Antígona é considerada criminosa e é feita prisioneira. Nessa posição, Antígona tem dois caminhos: em um, ela se retrata e obedece a Creonte e trai seus deveres familiares e, conseqüentemente, macula sua alma e insulta a memória de seus ancestrais, além de se expor às vinganças divinas; em outro, ela obedece às leis sagradas, gesto que significaria transgredir as ordens do rei, desprezar a ordem pública ao risco do sofrimento e, como ocorre, da morte. Sua opção é clara quando questiona a legitimidade da lei que interditava o sepultamento de seu irmão:

**SE 04: ANTÍGONA -** *Não foi, com certeza Zeus que as proclamou, nem a justiça com trone entre os deuses dos mortos as estabeleceu para os homens. Nem eu supunha que tuas ordens tivessem o poder se superar as leis não escritas, perenes, dos deuses, visto que és mortal. Pois elas não são de ontem nem de hoje, mas são sempre vivas, nem se sabe quando surgiram. Por isso, não pretendo, por temor às decisões de algum homem, expor-me à sentença divina. Sei que vou morrer. Como poderia ignorá-lo? E não foi por advertência tua. Se antes da hora morremos, considero-o ganho. Quem vive num mar de aflições iguais às minhas, como não há de considerar a morte lucro? Defrontar-me com a morte não é tormento. **Tormento seria, se deixasse insepulto o morto que procede do ventre de minha mãe.***

*Tuas ameaças não me atormentam. Se agora te pareço louca, poder ser que seja louca aos olhos de um louco.*

É precisamente nesse ponto que a desobediência de Antígona ganha destaque, visto que a personagem não cessa de repetir, ciente dos riscos, que obedece apenas às leis eternas de sua família e às prescrições imemoriais: na SE 04, ela não teme o castigo dos homens, mas a vingança dos deuses. Ou seja, Antígona escolhe desobedecer, “mas essa desobediência é a outra face de uma obediência superior” (GROS, 2018, p. 83).

Quando Creonte está face a face com a filha de Édipo, reconhecida “como filha de um pai intratável” (OLIVEIRA, 2015, p.5), Antígona deixa claro que ela é diferente do tio, porque entende que ela nasceu para o amor e não para o ódio, e que nada seria mais importante ou que poderia consolá-la se ela obedecesse ao decreto e deixasse insepulto um corpo nascido de sua mãe. Sua atitude tem em conta que as leis que desafia valem menos que as outras, aquelas que vigoram desde o princípio dos tempos. Na sua convicção, valem as leis que ninguém escreveu porque foram promulgadas pelos deuses.

É por isso que surge, finalmente, da boca de Antígona, a réplica que, segundo Gros (2018), teóricos da desobediência civil citam em coro. Uma resposta que, em meio ao discurso acidentado entre Antígona e Creonte – entre uma mulher e um poder soberano, brilhante, ilimitado, pessoal, irregular e descontínuo que incide sobre a vida e a morte dos indivíduos (FOUCAULT, 2008) –, adquire especial relevo por haver um atrito entre a legitimidade contra legalidade, ponto crucial da tragédia e da desobediência.

A preocupação de Antígona em dar sepultura ao irmão advém, fundamentalmente, do modo como a cultura grega interpretava o rito funerário. Segundo Santos (2011), enterrar o corpo era considerado um ritual de passagem de extrema importância, pois para essa cultura



a morte significava a completa perda da identidade de um indivíduo e seu esquecimento representava a verdadeira morte e era por meio dos rituais e de seus monumentos funerários que essa perda era evitada.

Além disso, acreditava-se que somente após o funeral é que uma parte do morto poderia deixar seu corpo e partir em direção ao mundo dos mortos. Mas, percorrer todo o caminho até chegar a esse lugar dependia da continuidade e finalização dos ritos de passagem e, por isso, dar sepultura era para os gregos antigos considerado um processo duplo onde trabalhavam os mortos e os vivos (SANTOS, 2011).

A negação do funeral ao morto, e isso Antígona deixa muito claro na SE 03, era considerado um ato de *hybris*, significando um crime contra essa pessoa que ofenderia aos deuses, podendo até mesmo levar à punição, especialmente se o falecido se sentisse injustiçado e se queixasse à deusa Pérsfone<sup>7</sup>, pois esta poderia castigar toda a comunidade com infertilidade da terra e más colheitas. A correta realização dos rituais levava dias, até o fim do luto, e após esse final, continuavam por anos para manter sua memória. Somente sua correta realização, conforme Santos (2011, p.15), “garantia que o morto seria bem acolhido no Hades<sup>8</sup> e que encontraria seu lugar no submundo, mantendo a ordem social e evitando que este pudesse se vingar dos vivos”.

Assim, ao enunciar que “*nem eu creio que o teu édito tenha força o bastante para conferir a um mortal o poder de infringir as leis divinas que nunca foram escritas, mas são irrevogáveis;*” e que “*tais decretos, eu que não temo o poder de homem algum posso violar*”, Antígona enuncia suas verdades e direitos diante do poder que se pauta em

7 Pérsfone, deusa do submundo na mitologia grega, é a guardiã do mundo dos mortos. Também considerada a deusa da agricultura, das estações, das flores, dos frutos, das ervas e da fertilidade. (POUZADOUX, 2001)

8 Hades, deus grego do submundo, do reino dos mortos. Também é o deus da riqueza porque possui todos os metais preciosos do planeta. Reside e governa o lugar mais sombrio da Terra, para onde vão as almas dos mortos. (POUZADOUX, 2001)

outras verdades e direitos, sem medo das consequências. Esse enunciado e a memória discursiva que ele atualiza, vai ao encontro da Páris estudada por Foucault (2010), da qual trataremos mais à frente. Em suma, é por isso que Gros (2018, p. 41) considera que Antígona “representa a desobediência altiva, pública, insolente”.

Nessa mesma linha das insubordinações que negam e reinventam a suposta “natureza” feminina, segundo a qual uma mulher não teria que sempre se submeter às vontades dos homens, nos espaços públicos e privados, Zuzu Angel é assim descrita no livro organizado por Valli (1986).

**SE 05:** [...] *Ela se foi como sempre viveu, desde pequena, desafiando todo mundo. Independente e livre, como aprendeu a ser em casa, na família, na vida. Lutando para realizar tudo o que sonhava. [...] essa vontade de viver contra tudo e contra todos. Depois do desaparecimento de Stuart, vivendo diariamente aquele desafio nacional contra as forças mais poderosas do Brasil. Procurando obter uma resposta aparentemente simples: - Eis aqui o teu filho. Ainda que morto (VALLI, 1986, p. 197).*

Essa SD descreve, sumariamente, quem foi Zuzu Angel. Há múltiplas e importantes questões que poderiam ser abordadas a partir dos discursos que fundamentam os modos de subjetivação dessa mulher que, antes de dedicar sua vida e seu trabalho na procura do corpo do filho, já era uma reconhecida *designer*, precursora de um movimento que imprimiu estampas e cores de um modo brasileiro de se fazer a moda, distanciando-se dos modelos europeus da *Haute Couture*, dos anos de 1960. Contudo, importa aqui nos concentrarmos nas regularidades enunciativas que entrelaçam os discursos de Antígona e Zuzu Angel, a partir da linguagem, da recursividade dos sentidos, do exercício dos poderes e dos jogos de verdade que fundamentaram as lutas das duas mulheres contra as formas de sujeição face ao poder soberano (do rei, na Antiguidade grega; do Estado, nos anos de chumbo da ditadura civil-militar brasileira).

No encalço do sepultamento do irmão ou do filho, ambas não desobedecem por capricho, ou por mera insolência, tampouco por loucura, como aponta Ismênia na SD 01; elas apenas estão obedecendo às leis “cuja legitimidade eterna ultrapassa as pobres leis frágeis, transitórias dos homens” (GROS, 2018, p. 83), como é possível entrever na SD2 quando se enuncia o desejo de uma mãe que só queria que alguém que lhe devolvesse seu filho “ainda que morto”. Nessa mesma direção, vale destacar as palavras da própria Zuzu Angel:

**SE 06:** *“Eu não tenho coragem, coragem tinha meu filho. Eu tenho legitimidade”. (VALLI, 1986, p. 25).*

“Coragem” e “legitimidade” são enunciados investidos de sentidos implícitos associados aos corpos insubmissos e, em decorrência, à fala franca, ou seja, à *parresia*, conforme passaremos a expor.

## DA MODA À POLÍTICA, UM RECORTE DAS INSUBMISSÕES DE ZUZU ANGEL

Zuzu Angel segue, em muitos sentidos, os passos de Antígona para fora do palácio, notadamente no que diz respeito à sua desobediência ética, pois ela, como já dissemos, também entra em choque com o poder, não aceita o corpo insepulto do filho, e nos deixa uma série de discursos para refletirmos acerca da posição sujeito mulher num mundo construído e governado por homens. A entrada nesse mundo se deu por sucessivas contra-condutas, insubmissões que culminaram na certeza de que seu filho fora injustiçado, torturado e morto (CNV, 2014). Após muitas recusas, denúncias e protestos, ela acabou também “emparedada” num sentido metafórico, na medida em que, após sofrer muitas ameaças, ela morreu tragicamente em um acidente de carro forjado (CNV, 2014), no dia 14 de abril de 1976, às 3h, na saída

do túnel Dois Irmãos, na Estrada da Gávea, RJ, aos cinquenta e três anos de idade (VALLI, 1986). Um “acidente” que não a silenciou, haja vista que sua voz repercute em discursos outros sobre o direito de sepultar o corpo de seu filho<sup>9</sup>.

Para tratarmos da insubmissão de Zuzu Angel, voltemos a Foucault (2015), mais precisamente às suas formulações sobre o poder amalgamado às resistências. Na analítica foucaultiana, ninguém detém o poder.

Temos [...] que admitir que esse poder se exerce mais do que se possui, que não é o ‘privilégio’ adquirido ou conservado da classe dominante, mas o efeito de conjunto de suas posições estratégicas. [...] Esse poder, por outro lado, não se aplica pura e simplesmente como uma obrigação ou uma proibição aos que ‘não tem’; ele os investe, passa por eles e por meio deles; apoia-se neles, do mesmo modo que eles, em sua luta contra esse poder, apoiam-se por sua vez nos pontos em que ele nos alcança (FOUCAULT, 2008, p. 30).

Em não sendo uma propriedade, mas uma estratégia, relações de força, seus efeitos de dominação se devem a táticas e técnicas de funcionamento, manobras que se aplicam aos corpos, aos gestos e aos comportamentos. Ele não se materializa em um único formato, mas em muitos tipos de luta, gerando incontornavelmente jogos de resistência que jamais cessam, apenas se modificam nas múltiplas batalhas discursivas e não discursivas. Nesse contexto, Zuzu Angel se instala no lugar da resistência face ao regime militar. E essa resistência aponta para as práticas de corpos insubmissos, até porque resistir é, em certa medida, desobedecer e, segundo Gros (2018), este é um dos instintos humanos.

9 Vale destacar os discursos das *Mães da Praça de Maio*, um grupo de mulheres cujos filhos foram presos e desaparecidos durante a ditadura militar na Argentina. Essas mães organizaram passeatas na Praça de Maio, em Buenos Aires, em frente à casa Rosada – sede do governo argentino – com o intuito de descobrirem a paradeiro de seus filhos, de seus corpos insepultos. Todas essas mulheres reverberam o mesmo enunciado, em suas diferentes enunciações: “quero enterrar o corpo do meu filho” repetindo o desejo de Antígona em relação ao irmão, entrelaçando-o com o desejo de Zuzu Angel.



Para alguém ser considerado “normal” dentro de uma sociedade, é preciso ser dócil e (FOUCAULT, 2008) obedecer às leis e às exigências de um certo funcionamento do poder, para que a organização da comunidade seja possível:

Aceitar a mediação das leis, resistir à inclinação de nosso instinto, fazer o que o outro exige que façamos é aceder ao patamar da humanidade ‘normal’. Desobedecer é se deixar escorregar ladeira abaixo na selvageria, ceder às facilidades do instinto anárquico. Se é o animal em nós que nos faz desobedecer, então obedecer é afirmar nossa humanidade (GROS, 2018, p. 15-16).

Ou seja, entre jogos de poder e resistência que se estabelecem na ordem do discurso da obediência, o ato de obedecer nos coloca lado a lado com a humanidade, e desobedecer nos tornaria selvagens, pois é a desobediência que mostra nosso lado animalesco e nos tira da ordem do “normal”. Ser independente e contrariar leis estaria ligado, nessa linha de raciocínio, à selvageria. Humanos, portanto, seriam os corpos dóceis (FOUCAULT, 2008) e perfeitamente submissos.

Por submissão, Gros (2018, p. 22) entende “uma obediência de pura coerção: obedecemos àquele que tem nas mãos a arma ou o chicote, a força de decisão sobre a carreira e mesmo sobre a vida e a morte”. Ao se questionar por quais motivos o submisso obedece, destaca: obedece “porque não pode fazer de outro modo, porque para ele é impossível desobedecer: a sanção seria imediata e demasiado pesada. Humilhado, demitido, espancado, excluído, rebaixado... Pagaria um preço alto demais” (GROS, 2018, p. 23). Em outras palavras, o submisso permanece alheio às próprias vontades, agindo sempre sob os desejos e decisões do outro, de um superior que sobre o submisso possa fazer recair seu poder. Desobedecer é arriscado para o trabalho, para o bem-estar e até mesmo para a vida que pode ser retirada do submisso. O preço a pagar pela insubmissão é, portanto, perigoso e muito caro.

A relação de forças entre o que se impõe e o submisso é sempre desequilibrada e hierárquica. Dá-se entre escravo e amo, servo e senhor, operário e superior. Em nossas análises, esse desequilíbrio é flagrante na insubmissão tanto em relação à cidadã Zuzu Angel e o poder militar vigente na sua época quanto em relação à princesa grega e o rei. Esse tipo de relação é sempre política e hierárquica.

O escravo executa silenciosamente as ordens de seu amo, o servo se mata para cultivar as terras de seu senhor, o operário deixa que lhe imponham cadências insanas, o empregado ouve, serrando os dentes, as críticas depreciativas de seu superior. Como fazer de outro modo? (GROS, 2018, p. 22).

É justamente por não aceitar essa submissão política, que nos é ensinada/imposta, que Zuzu Angel resiste, vale-se da “selvageria” e não aceita, a exemplo da princesa tebana, o corpo insepulto. Ao reiteradamente perguntar “onde está (o corpo do) meu filho?”, ela recebeu como respostas informações que a impulsionaram a se revoltar contra a hierarquia da qual fala Gros (2018).

Ao mesmo tempo, a submissão pode trazer como seu reverso futuro uma promessa de revolta, de rebelião. O submisso espera sua hora. Ele espereita as fraquezas do senhor, está atento às fragilidades, às brechas, pronto para dar o golpe, virar o jogo. Delimito aqui o conceito de “submissão”. Se digo que essa relação de forças é histórica, contingente, transitória, reversível – um puro estado de fato –, então a submissão, obediência refratária, contém em si a insubmissão como revanche. A partir do momento em que os submissos conseguem se unir para conspirar contra os senhores, assim que sentem e constroem sua força coletiva, a guerra pode ser retomada. Rebelião, Re-bellum: a guerra recomeça, o antigo vencido se recompõe (GROS, 2018, p. 22).

Guardadas as proporções com relação a essa noção de revolta, Zuzu Angel promoveu uma verdadeira rebelião quando se deu conta do que estava acontecendo com seu filho e com os filhos de muitas outras brasileiras. Ao procurar insistentemente por pontos de fragilida-

de no formato do poder que exigia adesão e silêncio, ela, na certeza de que seu filho havia sido torturado e estava morto, não aceita explicações como a de quando foi pedir ajuda à igreja. Conforme relata Jones (1986, p. 44), um padre procurado por Zuzu Angel disse que ela “não devia [se] preocupar, porque [seu] filho estava vivo, com a graça de Deus”. Ao insistir em relação às torturas, ouvia que isso era exagero das pessoas, já que os choques eram “levezinhos, não [davam] para matar ninguém. Uma maquininha atoa que não mata[va] ninguém”.

Zuzu obteve ajuda dos familiares do marido, que moravam nos Estados Unidos, pois o filho também tinha nacionalidade estadunidense, o que lhe dava o direito de ser defendido por autoridades fora do Brasil. Ela chegou a traduzir a carta de Alex Polari<sup>10</sup> para a língua inglesa e enviar para autoridades nacionais e estrangeiras, entre elas, o general Ernesto Geisel, Sylvio Frota (ministro do exército), Dom Paulo Evaristo Arns, (arcebispo de São Paulo), além do senador estadunidense Edward Kennedy, segundo o relatório da CNV (2014). Ela acreditava que sua condição privilegiada poderia ajudá-la a encontrar o filho, conforme SE 05.

**SE 06:** *Deram destaque às minhas declarações, quando disse que, apesar do meu filho estar envolvido em atividades underground contra o governo brasileiro, isto não impedirá que nossos parentes americanos lutem para descobrir se ele está vivo e, se estiver morto onde seu corpo foi enterrado (JONES, 1986, p. 53).*

Não obtendo informações ou resultados, a revolta e a rede de denúncias de Zuzu se ampliam quando ela decide explorar seu reconhecimento internacional como estilista. Se antes do desaparecimento de Stuart, Zuzu Angel já se destacava pela sua ousadia em suas criações, após o desaparecimento ela abusou ainda mais dessa característica.

Ela realizou o primeiro desfile político da história da moda no Brasil, em 1971, chamado “*Internacional Dateline Collection III*”, na re-

<sup>10</sup> Em 1972, Zuzu recebeu uma carta escrita por Alex Polari de Alverga descrevendo as torturas e a morte do filho na Base Aérea do Galeão.

sidência do Consul do Brasil em Nova York, com o objetivo primordial de denunciar as atrocidades que aconteciam em território brasileiro. Suas estampas de pássaros e borboletas cederam lugar para anjos, armamentos bélicos, uniformes militares, militares armados e pássaros engaiolados (ANGEL, 1986). O sucesso do evento foi comentado nas colunas do *Inside Fashion*, do *New York Post* (17/11/1970), e *Design With Touch of Carmen Miranda Flair*, no *New York Times* (15/11/1970), indo ao encontro de suas estratégias para chamar a atenção para os excessos de poder que incidiam sobre o corpo de seu filho de tantos outros.

### SE 07 (Figura 1) e SE 08 (Figura 2)

**Figura 1 - Vestido protesto político [anjo bordado em paetês].**



Fonte: <<http://www.zuzuangel.com.br/vestuario/vestido-protesto-politico-anjo-bordado-em-paetes>>. Acesso em: 19. jan. 2021.

**Figura 2 - vestido preto ornamentado com crucifixos utilizado por Zuleika em seu 1º desfile político**



Fonte: <<http://aquimequedo.com.br/2014/09/24/zuzu-angel-moda-e-os-50-anos-da-ditadura-brasil/>>. Acesso em: 19. jan. 2021.

A figura 1, SE 07, é um dos vestidos inscritos nessa ordem discursiva de protesto político em que vemos o significante imagético



“anjo” remetendo diretamente ao significante verbal do nome do filho “Angel” que, na língua inglesa, significa justamente “anjo”. Em religiões como o cristianismo, prevalecem sentidos de que o anjo é um ser espiritual que serve a Deus e assume o papel de mensageiro entre o Senhor e os homens; é comum a morte remeter a esse ser e evocar um sentido angelical aludindo à ideia de que a pessoa deixou a terra e foi para o céu, virando um anjo. No acontecimento do desaparecimento de Stuart, o anjo passou a simbolizar os excessos de poder do regime contra o qual Zuzu Angel lutava, ao tempo em que foi adotado como o novo símbolo de sua marca.

Na gola do vestido xadrez da modelo da Figura 2, novamente temos o anjo, além de um tanque de guerra sutilmente desvelando o funcionamento antidemocrático do Estado Brasileiro. Essa acusação adquire mais força e clareza quando a própria Zuzu Angel finaliza o desfile trajando um vestido preto, ornamentado com dezenas de crucifixos; em seu pescoço exibe um colar de anjo e cobre a cabeça com o xale preto, tal qual as mulheres tradicionalmente faziam em velórios. Esse conjunto de elementos impactou e incitou naqueles que a assistiam questionamentos que iam para muito além das roupas apresentadas. Isso porque as cruces, o vestido preto e o véu convocam sentidos do luto, da tristeza e do sofrimento de uma mãe em contradição com o que se instala, comumente, em um desfile de moda. Esse acontecimento fúnebre remeteu, sem hesitações, sem medos ou dúvidas, à morte; o luto de Zuzu Angel estava fora das capelas mortuárias, apontando para a não existência física de um corpo a ser velado e sepultado, caso estivesse morto; não eram necessárias palavras, pois sua roupa, tomada como uma eficiente materialidade para sua estratégia política, enunciava a revolta a partir de um corpo claramente desobediente que conseguiu o que desejava, conforme SE08.

**SE 09:** *No dia seguinte, os jornais falaram do meu desfile, destacando aquilo que eu mais queria: Designer de moda pede pelo filho desaparecido. [...]* (JONES, 1986b, p. 53).

Ela sabia que sua vida corria riscos, mas isso não a impedia de continuar denunciando e exigindo o corpo de seu filho.

**SE 10:** *Continuarei a bater em todas as portas e anunciarei ao mundo, através da minha moda, o que está acontecendo no Brasil. Se for necessário. Esta é minha arma* (JONES, 1986b, p. 53).

**SE 11:** *Agora eles vão saber que país do futuro é este, que está nos slogans. Ame-o ou deixe-o! Que futuro? Um futuro sem meu filho, sem os filhos das outras brasileiras como eu. Sem aqueles que já foram assassinados ou que estão sendo caçados como feras por aí. Estou lendo tudo, coleciono tudo. Anoto nomes dessas centenas de jovens (pelo tamanho do Brasil devem ser milhares) intimidados, laçados nas ruas, nas casas onde se encontram para serem mortos em interrogatórios[...]. Que futuro é este? Sem juventude?* (ANGEL, 1986b, p. 38).

**SE 12:** *Moços e moças, às centenas, presos e torturados com requinte. Também operários, até padres, mulheres grávidas. Alguns para sempre enlouquecidos como essa Dulce, uma atriz. Quase todos mortos. Seus corpos nunca mais serão encontrados. Como o do meu filho. Como devolvê-los à família com essas marcas de sofrimento? [...]* (ANGEL, 1986b, p. 56).

Na ordem desses discursos, a insubmissão se destaca juntamente com a indignação de um ser irrefreável, disposto a ir até as últimas consequências para “anunciar ao mundo o que acontecia no Brasil” (SE 10), dar visibilidade ao acontecimento do desaparecimento de seu filho e de “centenas de jovens (...) intimidados, laçados nas ruas, nas casas...” (SE 11), cujos corpos “nunca mais serão encontrados” (SE 12) e permanecerão insepultos. São discursos em estreita relação com o funcionamento da *parresia*, estudada por Foucault (2010) em seus últimos cursos no *Collège de France*.

A *parresia* pode ser traduzida por “falar francamente”, “dizer verdadeiro”, “coragem da verdade” ou “enunciado da verdade”. Porém,

esse enunciado possui características que o diferenciam da vontade da verdade, pois ela não ocorre somente no ato da enunciação, tal como no ato performativo, tampouco só no enunciado sustentado sobre os saberes das instituições. Ela ocorre em dois níveis: i) no ato de enunciar a verdade, no momento da enunciação; ii) no ponto em que a afirmação de que a verdade é considerada efetivamente verdadeira. Ou seja, “eu penso a verdade, e penso verdadeiramente que é verdade, e penso verdadeiramente que digo a verdade no momento em que a digo” (FOUCAULT, 2010, p. 62). Pensar a verdade, enunciar a verdade e crer que se disse a verdade absoluta é essencial à *parresia*.

Ao contrário do ato performativo que, ao ser dito, executa-se uma ação já esperada – como no caso de um juiz que enuncia “Está aberta a sessão” e ele a abre efetivamente – a *parresia* abre para o parresiasta não um efeito já esperado, habitual ou institucionalizado, na medida em que, ao enunciar a verdade, o parresiasta abre para si mesmo vários riscos nem sempre pré-determinados. Seguramente os discursos de Zuzu Angel – e os de Antígona igualmente – a fazem correr riscos reais, o que nos permite afirmar que seus manifestos pressupõem a coragem de ferir as verdades, as condutas e/ou as convicções do outro, no caso o regime ditatorial. Por ser um discurso parresiástico, o outro reage, por sua vez, de forma violenta, nas duas narrativas que emparelhamos neste estudo. Ambas colocaram a própria vida à prova em defesa de seus enunciados verdadeiros; ambas morreram por não aceitarem o inaceitável, cada uma em seu tempo e espaço.

Corroboram essas reflexões estas duas últimas SEs.

**SE 13:** *A figura admirável de Zuzu Angel dominava as audiências de julgamento. Vestida de preto, com uma mantilha também preta sobre os ombros pequenos, suas feições mantinham uma serena obstinação, uma firmeza desafiante que a convertiam num autêntico órgão acusador daquelas sessões judiciárias. Ela sim, formulava em seu silêncio, uma*

*formidável acusação de tortura e de morte que remarcava toda a discussão do processo* (BAPTISTA, 1986, p. 68).

**SE 14:** *Onde quer que esteja, junto a seu filho querido, Zuzu Angel nos inspira a não nos determos jamais diante do arbítrio e do autoritarismo, e a tentar construir uma Justiça para a liberdade, a vida e a felicidade* (BAPTISTA, 1986, p. 68).

## CONCLUSÃO

No arquivo da memória, mais precisamente na interdiscursividade que entrelaça os enunciados de Zuzu Angel e Antígona, observamos regularidades e, entre elas, especialmente chamam nossa atenção a aproximação das narrativas que se desenvolvem em torno do acontecimento de enterrar o corpo. Nesse ponto, ambas as personagens se ligam às suas enunciações: a) de forma pública, frente ao tirano; b) elas creem dizer a verdade no momento em que dizem a verdade, daí seus discursos remeterem à parresia, à coragem da verdade; c) desobedecem as normas e atraem para si mesmas o risco da morte, assumindo essa posição no ato de dizer a verdade, compactuando com seus enunciados e o discurso da verdade presente neles. Ambas revelam, então, “os jogos subversivos, os embates entre a vida e a morte, a luz e a noite, a mulher e o homem” (GROS, 2018, p. 47) e, então, cada qual na sua desobediência abala a possibilidade de ordem desse poder.

Notadamente em relação a Zuzu Angel, sua luta lhe consagrou como heroína brasileira; em 2018, ela teve seu nome adicionado ao “Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria”, um monumento feito de aço com apenas dez páginas, mantido no Panteão da Pátria, em Brasília, cujo objetivo é preservar a memória nacional. Entre vários nomes masculinos, como Dom Pedro I, Tiradentes e Euclides da Cunha, havia



somente três nomes femininos até a colocação do nome de Zuleika Angel Jones, Anita Garibaldi, heroína da Guerra dos Farrapos, Bárbara Pereira de Alencar, heroína da Revolução Pernambucana de 1817, e Anna Nery, enfermeira que atuou na Guerra do Paraguai.

## REFERÊNCIAS

- ANGEL, Hildegard. Seu objetivo se sobrepunha a tudo. In: VALLI, Virgínia (Org). *Eu, Zuzu Angel, procuro meu filho*. Rio de Janeiro: Phillobiblion, 1986.
- BAPTISTA, Nilo. Sabia que estava defendendo um morto. In: Valli (Org). *Eu, Zuzu Angel, procuro meu filho*. Rio de Janeiro: Phillobiblion, 1986.
- CNV - COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. *Mortos e Desaparecidos Políticos*. Vol. 3. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: < [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br\\_rjanrio\\_cnv/0/cve/00092000508201511\\_v\\_03/br\\_rjanrio\\_cnv\\_0\\_cve\\_00092000508201511\\_v\\_03\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_cnv/0/cve/00092000508201511_v_03/br_rjanrio_cnv_0_cve_00092000508201511_v_03_d0001de0001.pdf)>. Acesso em: 13. Abr. 2020.
- FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2017.
- FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*: aula inaugural no *Collège de France*, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- FOUCAULT, Michel. *Aula de 12 de Janeiro de 1983*. In: O Governo de si e dos outros: curso no *Collège de France* (1982-1983). 1. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*: Nascimento da prisão. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- GREGOLIN, Maria do Rosário. *Michel Foucault*: uma teoria crítica que entrelaça o discurso, a verdade e a subjetividade. In: Um mapa da crítica nos estudos da linguagem e do discurso. Campinas: Pontes Editores, 2016.
- GROS, Frédéric. *Desobedecer*. São Paulo: UBU editora, 2018.
- JONES, Ana Cristina Angel. Carta à minha mãe. In: VALLI, Virgínia (Org.). *Eu, Zuzu Angel, procuro meu filho*. Rio de Janeiro: Phillobiblion, 1986.

JONES, Zuleika. Minha maneira de morrer. In: VALLI, Virgínia (Org). *Eu, Zuzu Angel, procuro meu filho*. Rio de Janeiro: Phillobiblion, 1986.

OLIVEIRA, Rosiska Darcy de. Antígona – o feminino como crime político. Transcrição. Ciclo de Conferências “Obras-primas da literatura universal”. Coord.: Evanildo Bechara. 27/10/2015. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=VOJwZm9Pi2Q&feature=youtu.be&ab\\_channel=Academia-BrasileiradeLetras](https://www.youtube.com/watch?v=VOJwZm9Pi2Q&feature=youtu.be&ab_channel=Academia-BrasileiradeLetras).

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2015.

POUZADOUX, Claude. Contos e lendas da mitologia grega. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

SANTOS, Sandra Ferreira dos. Ritos Funerários na Grécia Antiga: um espaço feminino. História, imagem e narrativas N.12, abril/2011. Disponível em < <https://docplayer.com.br/2451375-Ritos-funerarios-na-grecia-antiga-um-espa-co-feminino.html>> Acesso em: 13 nov. 2020.

SÓFOCLES. Antígona. Porto Alegre: L&PM, 2017.

VALLI, Virgínia. A morte encerra a busca. In: Valli (Org). *Eu, Zuzu Angel, procuro meu filho*. Rio de Janeiro: Phillobiblion, 1986.

WITZEL, Denise Gabriel; TEIXEIRA, Níncia Ribas B. Discurso e memória de uma mulher desobediente em *Carta à Rainha Louca*, Revista Interfaces, v. 11, n. 04, 2020, pp. 246-258.

# 2

Marcelo Vinicius Costa Amorim

Antônio Fernandes Júnior

**MIUDEZAS DE UMA ESCRITA  
ENQUANTO PRÁTICA  
DE RESISTÊNCIA:  
O FAZER CARTOGRÁFICO  
COM MANOEL DE BARROS**

## INTRODUÇÃO

Este trabalho se constitui como uma pequena reflexão originária de uma pesquisa maior, a saber, do percurso do mestrado em que optamos pela construção de uma análise a respeito do processo de escrita que pode funcionar como prática de resistência, a partir do que entendemos como as miudezas da escrita de Manoel de Barros. Pesquisa esta que toma como *corpus* a *Biblioteca Manoel de Barros* (2013), cujo material funciona tanto como objeto de análise quanto a própria composição das reflexões a respeito do processo de escrita, situado em particular campo historicamente constituído. Partindo da Análise do Discurso (AD) de perspectiva foucaultiana, elaboramos uma cartografia em conjunto com as contribuições da filosofia da diferença, privilegiando sintonias entre os pensamentos de Foucault e Deleuze, bem como Félix Guattari, para forjarmos uma ferramenta de análise cartográfica, que é o aparato metodológico mensurador de dado território da escrita, a partir do desemaranhar das inúmeras linhas do dispositivo da escrita. A cartografia que aqui funciona se dá transversalmente, tecendo as relações que evidenciam fluxos de forças inerentes aos processos micropolíticos de certa escrita. Esse movimento transversal se orienta pelo que entendemos como miudezas da escrita, pensando os elementos que se relacionam com o que é ínfimo, desimportante, impensado, inútil, marginal e jogado fora.

Justifica-se acentuar reflexões sobre o processo de produção da escrita exatamente por entendermos a escrita como um mecanismo fino de exercício de poder, próprio de uma veiculação não-repressiva, diríamos, onde a trama saber-poder encontra via de fluxo potencialmente passante entre diferentes corpos, movente, no campo social. Escrita ora que se coloca como suporte, mas também como parte crucial de múltiplas materialidades; escrita que evidencia e propicia que variados discursos circulem e diferentes técnicas de poder se exer-



çam, e, não só, que no caso de nosso estudo, o objeto de pesquisa, afinal, a escrita aqui é evidenciada enquanto seu movimento possível de práticas de resistência.

Dada a infinitude de leituras admissíveis, das tantas escritas materializadas na história, nossa leitura será transversal<sup>11</sup> no seguinte sentido, privilegiando trechos da escrita de Barros que se ocupam em destacar a emergência de um arranjo de palavras que engendram criação e inventivismos em torno da miudeza. Uma linha dentro de inúmeras outras presente em um dispositivo de escrita.

Neste ínterim, podemos ler o lugar de sujeito da poesia barroelina delineada junto da possível linha de fuga que jaz no supracitado dispositivo, linha esta que comporta uma escrita singular, por vezes inusitada e certamente impregnada de multiplicidades. É assim que entendemos o processo da composição poética de Barros, enquanto movimento que engendra uma máquina de guerra<sup>12</sup>, tocando suas batalhas, afirmando a vida pela criação de diferenças, em detrimento dos inúmeros processos que adoecem, imobilizam e enfraquecem o pensamento. Vemos que no território da escrita encontra-se a trama de saber-poder que alimenta subjetividades produtivistas em contínua busca ao útil e àquilo que tem valor, enquanto a escrita que ganha corpo com Manoel de Barros funciona pela prática de resistência, à medida que faz uso do miúdo, do imperceptível, do impensado, do traste, do inútil, do que é jogado fora, para emaranhar sentidos novos, produzindo conexões entre palavras que subvertem a ordem estabelecida pela/na escrita. A nuance poética barroelina se vale de uma multi-

11 A ideia de transversalidade enquanto leitura é vista na tese de Prado Filho (1998) como uma forma de leitura e análise que se localiza pela escolha deliberada de recortes relacionados diretamente ao tema proposto de pesquisa. Assinalamos que esse movimento precisa ser destacado na medida em que seria demasiadamente longo tratar de todos os elementos que se apresentam nos inúmeros enunciados constituintes da extensa biblioteca barroelina.

12 A noção de máquina de guerra é discutida por Deleuze e Guattari (2012) enquanto movimento de inventividade e criatividade dentro das frestas da perversão burocrática. A máquina de guerra tem a ver com o que é pura potência, sendo ela, inclusive, perigosa.

plicidade de sentidos no processo de composição das despalavras<sup>13</sup>, escapando da ideia como representação, elaborando mundos por vir em conjunto à lentidão das miudezas dos elementos marginalizados.

Argumentamos que nossa experiência enquanto sujeitos, neste tempo marcado por sociedade disciplinar, sociedade de controle e sociedade do cansaço, percebemos o mundo ser arrematado pelo uso normativo das palavras, uso disciplinar da escrita, diferentes técnicas de marcar e controlar os corpos. Mas os diferentes exercícios de poder comportam suas brechas, e é nessa condição em que pode emergir o ato de criação de palavras, no sentido de dar conta de “Si”, criar para criar a “Si”, sair do regime de verdades e identidades na busca por novas composições, na confecção de novas formas de existência. Não há linhas retas, como assinala Deleuze (2011), nem na linguagem nem nas coisas encontramos linha reta, isso considerando todos os desvios e devires possíveis. Sendo assim, na escrita nos deparamos com variadas curvaturas, tropeços e bifurcações. Rejeitar palavra pronta desgastada de sentido hegemônico é suscitar multiplicidade de caminhos, desterritorializar o campo de regras em privilégio de práticas de liberdade, fazer desvios. Com Manoel de Barros, experimentamos a intensidade que é criar sentidos inusitados no saboroso criancimento das palavras, na paixão por curvas, escorregões, quedas e fugas, em detrimento de uma única retidão infecunda, já que inventar é também escapar de tramas que tendem a disciplinar e docilizar os corpos. Bem como percorrer por margens alheadas dos dispositivos de produção do sujeito consagrado ocidental, sujeito do conhecimento, o indivíduo normal ou anormal, questiona uma concepção de individualidade engendrada desde o século XIX que “nasceu das práticas sociais, das práticas sociais do controle e da vigilância” (FOUCAULT, 2002, p. 8).

13 ‘Despalavra’ é uma espécie de conceito que Barros (2000, p. 21) usa para situar que sua escrita parte de uma perspectiva em que todas as coisas podem ter qualidades novas, impensadas, pois é no reino da despalavra que se aumenta o mundo.

Adotando a perspectiva de Foucault (2019), procuramos apreender a racionalidade singular presente com/nos enunciados, não interpretando-os, muito menos nos colocando no rastro de alguma suposta verdade, pois a análise arqueológica opera no demorar descritivo do interior dos enunciados, elaborando seus devires possíveis e seus efeitos múltiplos tanto quanto seus entrecruzamentos. Logo, Deleuze e Guattari (2017) assinalam que é preciso privilegiar a experimentação em detrimento da interpretação, dessa maneira é que infiltramos na toca do texto, considerando suas entradas múltiplas proporcionadas pela sua singular escrita, pois são os elementos que tropeçam em nós durante o processo de leitura, sendo necessário levar em consideração o benefício do impasse e das incertezas, agindo em bloco, agindo com algo, o que é próprio do devir. Olhar para onde percorre o fluxo da escrita. Quando citamos o movimento analítico que não interpreta, estamos apresentando a análise enunciativa como uma forma de leitura singular que se pauta pela dimensão relacional, intuindo por caminhos que este ou aquele enunciado tece enquanto rede ao se relacionar com outros na composição de discursos, que por sua vez também estabelecem diferentes relações. Afinal, um enunciado sempre pressupõe a existência de um ou mais enunciados (FOUCAULT, 2019), nesse sentido um enunciado não existe isolado em si, neutro no campo social e histórico. Só a partir desse entendimento é que podemos então adotar uma perspectiva em que é possível efetuar uma espécie de jogo com os enunciados nos poemas de Manoel de Barros. É justamente brincar com os enunciados no intuito de tecer relações possíveis e prováveis.

Enfim, a escrita pode algo. Testemunhamos seu uso intenso nos últimos milênios, e desde a *Epopéia de Gilgamesh* (PUCHNER, 2019; FISCHER, 2009) a escrita canta para e com diferentes povos, em tempos diferentes e contextos variados, nos quais o processo de escrita se faz como mecanismo transmissor de pensamentos, técnicas de comunicar informações e emoções, entendidas como uma das artes da fala,

mas também como uma técnica-arte da existência. Aliás, a construção do texto é viagem, é movimento de existir, assim, Barros (1998, p. 10) aponta que o seu gosto é de “viajar por palavras do que de trem”.

Isto posto, pedimos licença ao leitor se vez ou outra uma palavra estranha venha a invadir o mapa deste texto, se esta ou aquela composição textual que aqui construímos escape um pouco da lógica formal de outros tantos artigos. Propomos uma viagem, nos tornando passeantes cartográficos. É que seria muito difícil para nós não sermos polinizados nesta experimentação que consiste em elaborar um diagrama da escrita que se propõe inventiva. Seremos afetados pela alquimia barroelina é tanto inevitável quanto um projeto próprio de nosso percurso, que, em suma, entendemos como o processo de experimentar criações linguísticas. Nos próximos parágrafos apresentamos melhor a cartografia e também o dispositivo, dois conceitos essenciais para pensarmos o método, as pretensões, o trajeto e as nuances da análise pretendida, ao mesmo tempo que continuamente jogamos com enunciados em Barros para desenhar nossa cartografia.

## CARTOGRAFIA E DISPOSITIVO ESCRITANTE

Para cartografar, a receita se pauta por desmodelos, pois buscamos a exposição de indícios para só então poder mergulhar com o corpo pesquisante no campo. Os apriorísticos são elementos bem desvalidados para nosso trajeto. Cartografia é pesquisa-intervenção que não dispensa os mistos, que compõe a partir da junção de filosofias, ideias, conceitos, tanto quanto afetos. É um percurso que tem em seu âmago o ininterrupto movimento, saltos e passagens pelo processo, que não se resume em uma concepção quantitativa-qualitativa. Cartografar é constantemente incluir o ponto de vista singular do pesquisador, causando e permitindo incomodidades, reformulando



as considerações a gosto das tramas do campo, dos jogos de força. Desenhar é cartografar. Cartografia é composição de traços via palavras, pesquisa corporal, verbal, movimento lettral, em que se abandonam procedimentos dados de antemão, pois o projeto investigativo da cartografia é se perguntar constantemente: como realizar um estudo deste plano que se caracteriza pela produção de realidade, que exige o acompanhamento das estreitezas dos processos de produção? (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2015). E se incluímos a possibilidade de intervenção é porque entendemos a potência transformadora que incide na subjetividade de quem pesquisa, de quem escreve, de quem lê, de quem acompanha os produtos desse passeio engenhoso, imaginante e comprometido com o movimento inerente ao campo social. Cartografar é buscamento dos elementos próprios causadores de afetações, encontrar com as linhas do processo. Cartografar é fazer desenho do campo e do resultado desse acompanhamento de fluxos, convergente à leitura esquizoanalítica, “ela não se propõe a representar, interpretar nem simbolizar, mas apenas a fazer mapas e traçar linhas, marcando suas misturas tanto quanto suas distinções” (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p. 119).

É quando Foucault (2019) descreve o procedimento da arqueologia, tão caro a certa Análise de Discursos, que encontramos argumentação para nosso procedimento ímpar com a escrita barroelina, pois o estudo da arqueologia se encontra onde o plural acontece. Analisar arqueologicamente é percorrer sobre uma multiplicidade de registros onde “percorre interstícios e desvios” (FOUCAULT, 2019, p. 192); efetuar desenhos de configurações singulares, sempre mirando efeito multiplicador em detrimento daquilo que unifica. Pretendendo uma arqueologia que liberta o intenso jogo de analogias e também das diferenças, Foucault (2019) assinala que é de uma positividade a outra que podemos ver se estabelecerem relações diversas, seja de subordinação ou complementaridade, e, quaisquer que sejam as relações, elas são matéria para a arqueologia.

Entendemos que o procedimento metodológico da cartografia pode ser confluyente com as prudências arqueológicas, constituindo um método que se estabelece com certa análise que se diferencia de uma análise simbólica, pois tanto cartografia quanto arqueologia não podem ser resumidas em análise tradicional e tampouco apenas análise contextual. Assim partimos de uma leitura que não classifica, não interpreta e também não executa análise causal, isso porque todas essas análises, análises que negamos em nosso trabalho, mais se ocupam dos objetos de efeito daquilo que a arqueologia procura, neste sentido o que realmente nos interessa é o campo de relações que dá as características de uma formação discursiva específica. Procuramos, nesse sentido, as condições de funcionamento, a relação que pode ser apreendida em diferentes níveis, sobretudo a relação que tem muito a ver com a função atribuída ao discurso. Enfim, devemos encarar o discurso como prática.

Fazemos uso da descrição exatamente no que pode uma arqueologia, para subsidiar o jogo que mais multiplica combinações e funções. Assim, experimentamos o jogo com enunciados de Barros ao destacar seu movimento, suas articulações, suas relações próprias que mostram sua escrita funcionando no discurso entendido como resistência, que sobretudo também é o discurso funcionando como prática. Com Manoel de Barros, desenhamos uma cartografia, justamente porque a arqueologia permite esse desenho das configurações singulares do campo.

Se não interpretamos os poemas de Barros, é porque já dizem tudo que podem dizer, então cabe a nós dançar com seus arranjos e conjuntos de palavras para desvelar as sintonias outras que ali existem, movimentando e cortando pelo embaraço que convida a nos sujarmos das intensidades desse processo de escrita, do complexo da poesia das coisas miúdas. O olhar que não interpreta existe justamente para endossar uma análise enquanto descrição minuciosa,

que inclui o ponto de vista da história geral, que dá importância às lacunas e também para os limites, pois o enunciado possui seu dito totalmente dito/escrito dentro de suas condições de possibilidades, igualmente trazendo suas falhas, e também o não-dito, as exclusões e as contradições, cabendo ao empenho de quem analisa “tentar tornar visível e analisável essa transparência tão próxima que constitui o elemento de sua possibilidade” (FOUCAULT, 2019, p. 137). Se Barros intensifica a brincadeira que é jogar e entortar as frases com as palavras, só nos compete jogar junto com esse processo de criação, para podermos dizer melhor do que pode a escrita: escrever colorindo a pureza da razão, desinstitucionalizar sentidos, fabricar viçosos juntamentos de palavras para produzir novas perspectivas e novos mundos. Cartografar o processo escritante barroelino é descrever-trazer-fazer palavras torcidas que abalam os esforços de representação da realidade. Escrita afetada por existência insetal arvorescente dos desobjetos e dos trastes, vejam só: “Quando meus olhos estão sujos de civilização, cresce/ por dentro deles um desejo de árvores e insetos” (BARROS, 1970, p. 49).

A Cartografia corriqueiramente acontece a partir da presença do processo de experimentação. Se há uma questão fundamental na feitura cartográfica, trata-se da urgência de se colocar dentro do passeio pelas linhas de um novo que emerge no campo social, pois cartografar é apreender as linhas de um dispositivo<sup>14</sup>. Quando nos encontramos com as linhas mais evidenciadas do emaranhado do campo da escrita, particularmente do processo da escrita de Barros, fica notável a existência de uma linha que se bifurca constantemente pautada pelos seus múltiplos usos. É o que a poesia barroelina também comporta, desde as múltiplas leituras, devido seu modelo intenso de movimento infinito de costurar palavras por elementos inesperados e inventivos, constituindo-se uma usina que não cessa de produzir na intersecção

14 Referimo-nos ao conceito de dispositivo de poder, a partir da leitura de Gilles Deleuze, em diálogo com as reflexões de Michel Foucault.

de seus leitores. É o fluxo de escrita constantemente ultrapassando quem a escreve. Processo de escrita viva, para um texto vivo, o que remete à reflexão de Courtine (2013, p. 21-2), quando assinala que “os textos, uma vez publicados, vivem de sua própria vida, mesmo se para tanto eles devam fugir às intenções ou ao desejo dos seus autores”. Por essa via, sentimo-nos instigados a nos apropriar dos escritos de Manoel de Barros e a tecer relações entre os discursos inscritos nos enunciados dos poemas com outros discursos tão em voga no campo social, em especial a contraposição entre a valorização das coisas (e sujeitos) descartáveis, dos infames e das miudezas; com Barros, resistimos à valorização da produtividade, *status* e utilidade preconizada pelo capitalismo contemporâneo, mais especificamente, na racionalidade neoliberal. A produção, o mercado, as trocas, o comércio, o valor, a riqueza e a importância são miudamente outras:

Penso num comércio de frisos e de asas, de sucos de sêmen e de pólen, de mudas de escamas, de pus e de sementes. Um comércio de cios e cantos virtuais; de gosma e de lêndeas; de cheiro de íncolas e de rios cortados. Inacabados orifícios de tê-nias implumes. Um comércio corcunda de armaus e de traças; de folhas recolhidas por formigas; de orelhas-de-pau ainda em larva. Comércio de hermafroditas de instintos adesivos. As veias rasgadas de um escuro besouro. O sapo rejeitando sua infame cauda. Um comércio de anéis de escorpião e sementes de peixe (BARROS, 1985, p. 20).

Dos vigos dessa escrita, em parte é fruto de certa alquimia inclusiva, pois Barros desenha um lugar de sujeito que cabe o indivíduo erudito, que cita Lacan, Heráclito, Barthes, Bach, Lévy-Strauss, Sartre, Guimarães Rosa, Baudelaire e Shakespeare, mas que acaba por não propor hierarquias de importância; seu uso de diversos elementos é horizontal, sem sobreposição de privilégios entre bichos, plantas, seres e autores; faz uso das coisas pendidas à lata, processo que tem gosto pelas coisas jogadas fora, e se há alguma estima é a de ser escória, que tende constantemente para a desimportância, inutilidades



que se colocam como potência na poesia. Compor musicais vegetantes de grilos e outros bichos na emergência de filarmônicas para revigorar audácias por caminhos outros para a existência, Barros (1991, p. 24) escreve: “A voz de um passarinho me recita”.

Tal cartografia que vamos construindo com Barros pauta-se na dinâmica de um dispositivo específico. É que o conceito de dispositivo se torna imprescindível para nosso percurso, tornando-se necessária uma passagem mais lenta por ele. Segundo Deleuze (2016), é muito comum que a filosofia foucaultiana seja vista como ato analítico que se interessa por dispositivos concretos. Podemos buscar elementos gerais que são comuns aos inúmeros dispositivos presentes na realidade concreta, mas isso é insuficiente para dizer das linhas inerentes à escrita poética, da escrita barroelina, dessa escrita que pode ser resistência, pois, de forma inventiva, essa produção poética valoriza as coisas miúdas e, ao dar visibilidade a coisas e objetos considerados descartáveis, Barros (1970, p. 12) faz ver e falar sobre o que jogamos fora, “como um homem jogado fora”. Essa é uma das forças encontradas na linha poética do dispositivo de escrita, cujos discursos arrebatam os leitores que aceitam o convite dessa poesia e, por ela, tecem relações com o mundo. Certamente há inúmeras outras linhas de força que formam o nosso dispositivo específico de interesse, o que nomeamos de dispositivo da escrita, mas dado nosso limitado espaço de discussão, restringimo-nos à linha de fuga, o que já é muito, devido seu caráter de multiplicidade.

O trabalho de Agamben (2009) se debruça na terminologia “dispositivo”, mostrando como tal conceito ganha protagonismo dentro das formulações analíticas foucaultianas quando Foucault se ocupa cada vez mais da questão da governamentabilidade, o que podemos entender como o governo dos homens. Em uma espécie de genealogia do dispositivo, Agamben nota que a emergência do conceito se dá exatamente na filosofia hegeliana, que traz a ideia de “positividade” para

nomearmos aquilo que é da ordem do elemento histórico, leitura que o filósofo Jean Hippolite incluirá em certo ensaio para discorrer a respeito daquilo que historicamente produz uma “carga de regras, ritos e instituições impostas aos indivíduos por um poder externo, mas que se tornam, por assim dizer, interiorizadas nos sistemas das crenças e dos sentimentos” (AGANBEM, 2009, p. 32). Quando Foucault toma de empréstimo essas reflexões, passa a elaborar percursos filosóficos sobre alguns elementos que melhor delimitam a sua noção singular de dispositivo. Segundo Agamben (2009, p. 32), munido dessa concepção de dispositivo e as considerações que com ela tornam-se viáveis, o percurso das pesquisas de Foucault posiciona-se cada vez mais em análises sobre a “relação entre os indivíduos como seres viventes e o elemento histórico, entendendo com este termo, o conjunto das instituições e das regras em que se concretizam as relações de poder”. Pensar sobre o dispositivo é pensar exercício de poder. Pensar com a filosofia foucaultiana é pensar questões sobre produção de subjetividade.

Precisamente, o conceito de dispositivo, para Foucault, inclui uma noção abrangente, pois trata-se de

um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos (FOUCAULT, 2014a, p. 364).

Ainda que Deleuze (2016) aponte sobre a incerteza de que todo dispositivo compõe-se também, necessariamente, por uma ou outra linha de fuga, diga-se, linha que verga a linha de força em uma dobra e faz surgir subjetividades no seio da trama saber-poder, afirmamos que, no dispositivo da escrita, a poesia de Barros encarna a existência desta linha de fuga, pois justamente é ela a linha que torna possível fluxos de uma escrita de resistência. No emaranhado da escrita, linhas que fazem nós, ninhos, tranças, linhas de luzes e de vozes, de cores

e gracejos, linhas duras e de formatação, assentos, mesas, teclados, tecnologias ativas, alfabetização, códigos, canetas, corretores, ajustadores, orientação, referências, arquiteturas, escrever com letras ou desenhar com palavras é técnica para produzir estado estático e se encaixar na ortopedia disciplinar. Contudo, também comportando suas brechas específicas para fazer fugir e fabricar moradas estranhas, e, lá onde a escrita maior<sup>15</sup> poderia apenas nos sufocar, as “Minhocas arejam a terra; poetas, a linguagem” (BARROS, 1985, p. 41).

Até aqui discutimos um pouco dos conceitos que nos interessa na análise pretendida, ao mesmo tempo que solicitamos sempre que possível um trecho ou outro da escrita barroelina para experimentar gradativamente o que pode uma escrita que se demonstra enquanto resistência. Sobretudo, apontamos uma escrita que resiste a um jeito hegemônico de escrita que ressoa do núcleo de um dispositivo específico. Nos escritos de Manoel de Barros, a partir *Poesias* (1947), terceiro livro publicado pelo autor, a poesia barroelina ganha melhores contornos afirmando seu estilo, processo escrevente que recupera e acentua a exuberância do universo pantaneiro, constantemente mencionando os conteúdos da vida miúda, emergindo o corpo dos ínfimos por meio de arranjos de palavras torcidas, o que vemos como a “potência poética, lastreada pela miudeza” (CARRASCOZA, 2017, p. 14).

É que em seu primeiro livro, *Poemas concebidos sem pecado* (1937), a escrita de Barros está ancorada em seu momento autobiográfico, com menções tímidas aos passarinhos, lagartixas, à lama e ao ínfimo. Em *Face imóvel* (1942), o conteúdo da escrita se encontra cerceada pelo ambiente melancólico dos moradores da comunidade, lágrimas, rezas, olhares entre as folhagens e janelas, clima de solidão e silêncio, “O corpo na cama,/ O quarto nas trevas/ E o rádio que não

15 Colocamos ‘escrita maior’ em correlação ao que Deleuze e Guattari (2017) vão nomear como literatura maior, em contraste da literatura menor, proposta com a leitura dos textos de Kafka.

deixava/ Que não deixava pensar/ Que alguém estivesse morrendo” (BARROS, 1942, p. 20).

Afirmamos que a escrita de Manoel de Barros passa a se sustentar por um estilo singular durante a segunda metade do século XX até o início do século XXI. Comparando-se a Flaubert<sup>16</sup>, que tinha a pretensão de escrever um livro “sobre nada”, Barros (1996, p. 7) afirma que irá se sustentar apenas pelo estilo e escreve fazendo do “nada” o seu próprio estilo: “O que eu queria era fazer brinquedos com as palavras. Fazer coisas desúteis. O nada mesmo. Tudo que use o abandono por dentro e por fora”. Sendo assim, construiremos o texto da análise que ainda nos resta realizar, utilizando ‘fragmentos’ de *Poesias* (1947), *Matéria de poesia* (1970), *Concerto a céu aberto para solos de ave* (1991), *Retrato do artista enquanto coisa* (1998), *Tratado geral da grandeza do ínfimo* (2001), *Menino do mato* (2010) e *Escritos em verbal de ave* (2011), entendendo que os diferentes enunciados que evidenciamos dessas materialidades não só fazem funcionar melhor nossa análise ao servir como objeto de leitura, mas também podem integrar o corpo das reflexões que executamos. É acionando, dessa maneira, tais enunciados, apresentados nas páginas seguintes deste artigo, que tornamos mais cristalino o movimento de resistência da escrita barroelina, que se faz parte de repetições de seu estilo orquestrado pelas miudezas, o que Carrascoza (2017) chama de estilo do precário, modo original de se expressar.

## BARROS FORJADOR DE DESOBJETOS

A temática dos desobjetos percorre a poética de Barros em diferentes momentos, bem como as discussões sobre as coisas desim-

<sup>16</sup> O escritor Gustave Flaubert é citado por Barros (1996) no início do seu texto: *Livro sobre nada*.



portantes e as miudezas, dentre outros pontos sobre os quais citamos acima. Ao celebrar e criar desobjetos, inventar inutilidades e fazer ver e falar sobre as coisas infames, Barros se inscreve, enquanto sujeito autor, em um lugar discursivo e artístico que nos mostra outras formas de ver e dizer o mundo, o nosso mundo, tão marcado pela produtividade e utilidade. Nessa cartografia com Barros, visualizamos um trajeto temático marcado pela oposição desimportância *versus* importância, desobjetos *versus* objetos de ostentação, lentidão *versus* velocidade. Em Barros (1947, p. 8) deparamo-nos com uma escrita que se demora no contemplar, a sua lógica é a propensão em perceber que tanto criança quanto árvore se dobram na chuva, e que mil coisas estão prontas para nos escutar, as folhas, a luz, os pássaros, os poemas como ilhas ainda submersas nos desafiam; nos restam caminhos indecisos “E um desejo obscuro nas mãos de apanhar objetos largados na tarde...”. As coisas “impressentidas” nos acompanham nesses passos que não têm expectativa de chegada; escrever andanças entre coisas simples, das ruínas, do vagabundeio pelos odores e ventos, o processo é de quem diz que: “Ando à procura de paz”<sup>17</sup>. Devir-menino, perdido entre pétalas, pedras, lábios, caules, rebrotos, renovos, avistar um primeiro trapo é “Uma botina (barco de homem) ao relento”<sup>18</sup>.

Nessa primeira composição com Barros avistamos mais fortemente os traços das miudezas, recorrendo a conteúdos ínfimos, diz de quem anda lento, com olhar demorado, que busca passo impreciso sem trajeto marcado, observando o que lhe observa e percebendo quem se encontra em uma espécie de limbo, são os homens andando candidatos à semente, rumando para uma obscura raiz, brejo de existências ainda indiscernível fadada a horta ou esquecimento. Quem escreve? Certamente é quem consegue ocupar esse lugar que impele preferência de falar com crianças, de fabricar olhar parado, que acom-

17 (BARROS, 1947, p. 11).

18 (BARROS, 1947, p. 17).

panha flores, chuvas e animais, sem dúvida ser experimentador, “Entrar por caminhos ignorados, sair por caminhos ignorados”<sup>19</sup>.

A escrita que pode ser lâmina de romper elos. Entendendo a afirmação de Blanchot (2011), a escrita não só pode ser obra de arte, obra literária, sobretudo escrever é produzir palavra violenta, lançando palavra que causa algo na intimidade entre alguém que escreve e alguém que lê. A escrita que desvincula o domínio do eu sobre a palavra e engendra interpelações entre o ti e o eu colocando o mundo a falar. A escrita barroelina aponta para a importância do olhar, comparar, sentir, lembrar e descobrir; fabricar tempo para andar por outras infâncias, escutar a noite, buscar uma morada em rua sem nome e não mais necessitar dos carinhos pagos que amargam a vida, - escapando dos afagos encontrados na prostituição - o processo de quem busca um amor “que gostasse de passarinho pequeno, gostasse de escorregar no corrimão da escada”<sup>20</sup>.

Enfim, há um convite para a multiplicidade da insignificância. Afetar-se pelo discurso das pequenezas do mundo, pelas simplicidades do caminho, se colocar em demoramentos das lógicas e dos espaços de nossos territórios, os ínfimos com seus tamanhos diversos e também associados as suas medidas de importância. Olhar para um modelo de subversão, ou inversão, mas também invenção, ver bem que o contemporâneo tem suas estimas que vangloriam as coisas grandes e os grandes feitos, talvez. Só assim a escrita com Barros vem fazer arejamentos aos desvalorados, os tais miúdos em relevância. Marginais de estima, material para escrita, alimento da poesia, a multiplicidade do ínfimo.

Diríamos que, na contemporaneidade, há uma produção do que pode ser adotado como elemento de estima, temos a atualização

19 (BARROS, 1947, p. 19).

20 (BARROS, 1947, p. 35).

constante do que deve ser valorizado, daquilo que é objeto de glória, uma medida que é orientada por um paradigma mercadológico. Trata-se de uma lógica que cerceia mundos possíveis, no afã de existências compráveis. Com Manoel de Barros, poderíamos nos perguntar a respeito da possibilidade de encontrar outras formas de trajetórias de vida; experimentar a potência da multiplicidade. A multiplicidade nesse sentido não é entendida como mera diversidade, não é apenas uma junção de muitos, pois certamente seria um entendimento empobrecido acerca desse conceito, ou seja, não é mérito algum tratar o múltiplo apenas como um acúmulo de variedades (DELEUZE, 2018), mas a multiplicidade é vista como a própria potência dos caminhos outros, veredas porvir que constituem um rizoma.

A partir desses primeiros fragmentos da escrita miúda barroelina, esse processo irá sempre emergir em um contexto específico, que é na urdidura de um mundo que sofre com o regime de forças estabelecidos por um sistema capitalista, com sua ideologia pelo trabalho e produção compulsiva, exploração, especulação, mercantilismo e empresariado. Falamos das condições de produção onde a resistência pode ser simplesmente a preguiça, a lentidão, o ócio, a recusa de uma velocidade imposta pelo trabalho compulsivo, resistência que prioriza, por exemplo, o exame demorado, a análise contemplativa dos elementos mais “inúteis” do mundo. Se citamos a preguiça, é que nesse sentido ela se apresenta como oportunidade de “liberação: liberação de tempo, liberação do pensamento, liberação da existência” (GROS, 2012, p. 253). Exercícios de poder e técnicas variadas instrumentalizaram-se como processo disciplinar para eliminar cada vez mais os momentos vazios dos indivíduos. Em *Vigiar e punir*, Foucault (2014b) mostra como a disciplina e a punição servem como via classificatória e condenação de corpos errantes, vagabundos, sobretudo, é o campo onde historicamente foi construído esse espaço de alinhamento do corpo social, onde as técnicas e os mecanismos mais sutis sintetizam modelos de extração de produtividade dos corpos, encarceram/

punem corpos improdutíveis. Gros (2012, p. 258) afirma que é na confluência do conjunto de forças que dá forma ao capitalismo com a doutrina do liberalismo, que se produz a máxima “é preciso trabalhar sem parar, cuidar para não ser superado pelos concorrentes, vigiar constantemente seus negócios etc”. Que trama é essa que gera efeitos políticos e sociais, regimes de verdades cuja afirmação é de que os indivíduos devem se atentar para que todos os instantes sejam úteis, oportunidade para produzir e gerar riquezas?

Pois eis que a escrita barroelina produz diferenças furtando-se dessa esteira da utilidade:

A maior riqueza do homem é a sua incompletude.

Nesse ponto sou abastado.

Palavras que me aceitam como sou – eu não aceito.

Não aguento ser um sujeito que abre portas, que puxa válvulas, que olha o relógio, que compra pão às 6 horas da tarde, que vai lá fora, que aponta lápis, que vê a uva etc. etc.

Perdoai.

Mas eu preciso ser Outros.

Eu penso em renovar o homem usando borboletas.

(BARROS, 1998, p. 61)

Vemos o enunciado que dispensa esse destino útil, e o que esse lugar de sujeito irá recusar? É o homem terminado, pronto. Seu movimento é pelo contínuo constituir-se, furtando-se das definições, das palavras que sacramentam e fatalizam a existência, sujeito vagante que se dissocia do funcional, escapando de ser apenas mais um útil, desgostoso da lógica de ser programado para as mesmas tarefas cotidianas, das mesmas voltas, mesmas paisagens, de horas premeditadas. Temos um discurso de recusa dos lugares formatados, com horas e atividades programadas, recusados pelo sujeito do poema. Com Barros, somos arrastados por um conteúdo primordial, devir-ani-



mal. Borboletas nos afetam, nos reiniciam, nos revigoram, com animais somos Outros<sup>21</sup>, questão de necessidade de existência.

Aprendo com abelhas do que com aeroplanos.  
 É um olhar para baixo que eu nasci tendo.  
 É um olhar para o ser menor, para o insignificante que eu me criei tendo.  
 O ser que na sociedade é chutado como uma barata – cresce de importância para o meu olho.  
 Ainda não entendi por que herdei esse olhar para baixo.  
 Sempre imagino que venha ancestralidades machucadas.  
 Fui criado no mato e aprendi a gostar das coisinhas do chão –  
 Antes que das coisas celestiais.  
 Pessoas pertencidas de abandono me comovem:  
 Tanto quanto as soberbas coisas ínfimas (BARROS, 1998, p. 17).

Com esse enunciado, dialogamos com a filosofia foucaultiana sobre o olhar para as resistências que nos ajuda a entender como o poder incide nas relações, sobre quem o exercício do poder se engendra e como é possível a prática da resistência. Se o poema de Barros elenca os sujeitos descartados, chutados feito barata, o olhar para baixo é tomado como argumento que nos permite ver materializada a resistência nos poemas, resistência visualizada na escrita, pois eleger os seres chutados e afins nos mostra relações de poder que hierarquizam valores, tecem classificações sobre utilidades, que salientam uma chave de leitura inventiva das relações de poder. É que nessa perspectiva, falar em resistência é sempre mencionar relações de poder:

21 Há aqui, um batimento possível com o conceito de 'Outro' colocado pela teoria psicanalítica, especificamente pela proposta de Jacques Lacan, que a grosso modo tem a ver com alteridade e a função da fala, o tesouro dos significantes, enquanto o 'outro', minúsculo, tem a ver com o eu, o semelhante. Como traz Brauer (1994, p. 314) "o sujeito está separado dos Outros, os verdadeiros, pelo muro da linguagem". Ver mais em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1678-51771994000100020&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-51771994000100020&lng=pt&nrm=iso)>.

Quero dizer que as relações de poder suscitam necessariamente, apela a cada instante, abrem a possibilidade a uma resistência, e é porque há possibilidade de resistências e resistência real que o poder daquele que domina tenta se manter com tanto mais força, tanto mais astúcia, quanto mais for a resistência. De modo que é mais a luta perpétua e multiforme que procuro fazer do que a dominação morna e estável de um aparelho uniformizante. Em toda parte, se está em luta – há, a cada instante, a revolta da criança que põe seu dedo no nariz à mesa para aborrecer os pais, o que é uma rebelião, se quiserem – e, a cada instante, se vai da rebelião à dominação, da dominação à rebelião: e é toda essa agitação perpétua que gostaria de tentar fazer aparecer (FOUCAULT, 2006b, p. 232).

Em *Retrato do artista quando coisa* (BARROS, 1998), a escrita se compõe com certa epígrafe, poesia de Fernando Pessoa, revogando o estatuto de “ser” para que haja uma pluralidade outra, “Não ser é outro ser”. É a pista necessária das proposições imbricadas no enunciado poético. Mudança de olhar. Olhar para outras coisas, novas composições, novas importâncias. Uma política de apreço para as miudezas, seja abelha, outrora borboleta, a busca é pelo gracejo do mundo que destoe das tais grandiosidades do mundo pós-moderno, este que institui inventos de assombrosas envergaduras, aviões, navios, turbinas, aeroportos, viagens intercontinentais, e todo um arcabouço de apetrechos oferecidos para que nos vislumbremos com as alturas dos “grandes” feitos da humanidade; grandes conquistas que a massa de corpos vivos é capaz de erguer quando fixada com os diferentes dispositivos que operam pela produtividade. A escrita barroelina está no movimento rebelde, constrói um olhar para baixo, importância dos musgos, gravetos e do chão, faz o olhar fugir para o mundo tocável, que comove pelos seus despropósitos. Escapada das coisas grandes que nos seduzem, que nos iludem, pouco afetam estes corpos vivos. Talvez Conceição Evaristo (2018) traduza melhor o que vemos aqui, quando a escritora diz que “por mais que uma voz hegemônica queira comandar, a água escapole entre os dedos. Você não segura. Não

retém a força da água. Então o povo também encontra maneiras de se afirmar, de falar, de dizer”<sup>22</sup>.

Entendemos que a escrita que escapole, em Barros, corresponde a um lugar que comporta sujeitos dispostos a olhar para as margens onde se localizam os miúdos, o que voa curto e poliniza vida, inseto que rasteja e come cisco, coisas do chão, do piso, do pé, da percepção vagarosa, do caminhante desprezioso que sente. A exemplo de Nietzsche, ou mesmo Rousseau, que ao se colocarem por grandes caminhadas desintencionadas, por longos trechos inúteis, encontravam seu exercício desfadigante como condição para engendrar alimento para a reflexão e criação (GROS, 2012).

Colocar foco no fluxo daquilo que não encontramos nos discursos oficiais e institucionais, miudezas que passam sob o imediato sequestro do esquecimento, coisinhas absurdamente múltiplas jamais mencionadas nas célebres páginas da história dita como verdadeira. É o que Foucault (2006a) já havia antecipado, que há tantas coisas tamponadas, malvistas e vilmente interpretadas para cair na baía da desimportância. Mas esses rastros não registrados emergem na leitura dessa escrita que resiste, e é também uma denúncia para as coisas que há tempos se tenta apagar. A hedionda máquina civilizatória que tritura insetos, também crianças, homens e mulheres marcados pelo selo identitário de improdutivos. Processo de escrita que responde à trama saber-poder que carimba o tecido e a pele de certas formas de existências com seu ferrete discursivo, sua micropolítica reativa.

Ao promover a sensibilidade insetal, a percepção dos ciscos, dos trapos, do chão, a escrita multiplica nosso mundo, fazendo outros

22 Trecho da entrevista de Conceição Evaristo (2018), que questiona a miríade de regras que fizeram com que ela fosse reconhecida enquanto escritora muito tardiamente, aos 71 anos de idade. Embora a fala de Evaristo se interessa com maior força a respeito do lugar das mulheres negras, nos é especificamente cara sua afirmação de que “as histórias de exceção nos ajudam a pensar a regra”. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43324948>>.

em nós. As multiplicidades miúdas suscitam a lenteza de observação, sua inutilidade própria em contraponto à utilidade produtiva do mundo que (re)conhece e mede as coisas de acordo com suas escalas métricas industriais, de importância monetária, imobiliária, valor de câmbio, passagem aérea, alta temporada, hotel dedetizado, quarto asséptico, nenhum mato, nenhum inseto, nenhum miúdo, nenhum mendigo na porta. No jogo de produção de sentidos e verdades, vários discursos dissipam a diferença, sufocam a multiplicidade e corroem as lógicas do mundo miúdo, do mundo até então desimportante; apagam o caos dos jogos de diferenças para se erguer o largo da razão, o reino da representação, uma imensa bolha que nos afasta e dificulta pensarmos a diferença. Assim, como no enunciado analisado, olhar para o ser menor é resistir a essa gama de forças filiadas às passagens ditas heroicas. Contemplar o menor é constatar e questionar jogos de exclusão, semelhante ao que Foucault (2006a, p. 210) traz sobre determinadas “vidas que são como se não tivessem existido, vidas que só sobrevivem do choque com um poder que não quis senão aniquilá-las, ou pelo menos apagá-las, vidas que só nos retornam pelo efeito de múltiplos acasos [...]”. Menor, miúdo, um dos temperos fundamentais da escrita de Barros, “seu pendor assumido pelo menor, pelo pequeno, pelo miúdo, mostrou-se, indiscutivelmente, uma estratégia de larga amplitude para a sua poesia” (CARRASCOZA, 2017, p. 15).

A aposta dessa escrita é que o minúsculo pode desestabilizar o maior. O ínfimo que promove o vislumbre pela insurgência. Diferentes sujeitos que, indiferente de seus territórios, podem disparar e ganhar outra velocidade em uma linha de fuga. Isso é desterritorializar. Seria necessário estar atento para se afetar lá onde estão pipocando os pequenos levantes? Uma problematização importante encontramos em Rolnik (2018), quando a autora chamará de modelo capitalístico aquilo que cafetina os corpos, o pensamento, o desejo, produzindo subjetividades inclinadas à reatividade, passividade que toma conta de nossas percepções produzindo a subjetividades cegas às possi-



bilidades, absortos, forma que não se consegue, também, perceber essas ínfimas insurgências que estão por aí. É nessa urgência que temos, dentre outras coisas, da arte, da poesia e da escrita inventiva como espécie de óculos sensíveis.

Difícilmente um processo de escrita, sua feitura e sua apreciação, essa arte com palavras que requer também uma contemplação, poderia ser objeto de jornada e apreciação sem uma significativa dedicação no interstício da lenteza, da liberação real para participar da sua engenhosa feitura. A arte de nos comunicar impressões, de transmitir sensibilidades. A exemplo de Melville, Proust e Nerval, seja por palavras ou formas, ou mesmo imagens, é a arte de aproximação de visões (BLANCHOT, 2018). Essa aproximação não é simples, carrega ambiguidades, mas não deixa de ser um acontecimento que incide e reelabora as relações do tempo, o tempo de uma escrita é um tempo de uma narrativa, seria necessário nos distanciarmos de tantos outros tempos e outras dinâmicas para experimentarmos as metamorfoses que uma escrita inventiva se encontra gravada.

Como alega Gros (2012), é necessário tempo disponível sintetizando uma espécie de vazio capaz de abrigar uma gestação lenta de processos de renovação e invenção. Não se percebem as miudezas nem se criam outras para compor novas existências na loucura que é a corrida pela produtividade, os excessos próprios da positividade extenuante do contemporâneo. É que em cada época construímos enfermidades bastante características e, dentre os adoecimentos mais significativos da atualidade, destaca-se o cansaço ressoante dos exageros de positividade, como ressalta Han (2017). Entramos de alguma maneira num paradigma em que vemos emergir a sociedade do desempenho, dos empresários de si, tanto produtivos quanto cansados, extenuados, pressionados. Como escapar disso? Han (2017, p. 36, *grifo do autor*) também aposta no fazer contemplativo, no andar lento, na via em que a profunda contemplação gera longo fôlego capaz de

se “ver o perfume das coisas”, este estado contemplativo que propicia saída “de nós mesmos, mergulhando nas coisas”, construir tempo livre no âmago da hiperatividade fatal.

Conforme traz Barros (1991, p. 38): “As 4.000 estrias de um olho de mosca no verão/ irisam. Isso só pode ser visto sem microscópio”. As tecnologias ultra avançadas do mundo civilizado não favorecem a contemplatividade, pois o arco-íris que emerge no brilho do inseto, entendemos como o quadro obra-de-arte a céu aberto; consta mesmo é nas minúcias do olhar de quem se enamora pelas galerias do mundo desimportante. São as anotações da caderneta do andarilho que registram que “Nos lábios do chão formigas fazem de lado”. É preciso muita desregulação para tais considerações, saber das partes sensíveis do chão, da posição de toque e trabalho dos insetos. É necessário um investimento bastante inusitado para alcançar, com as miudezas, alguma descoberta. Barros (1970, p. 47) constata, “Anos de estudo/ e pesquisas: Era no amanhecer/ Que as formigas escolhiam seus vestidos”.

Vemos que a maneira que se dá a constituição da escrita barroelina é pela mistura do que é humanizado com os miúdos-bichos, reunião que se efetiva pela percepção do movimento natural da fervilhaça das miudezas no encontro com a percepção do sujeito inclinado à lata, a musgo, que procura os mundos pequenos com pés no chão, que anseia encontros inúteis, que permite que o mato invada a ruína de sua voz. Na didática da invenção dessa escrita, vemos Barros (1993, p. 8) tentar apalpar a intimidade do mundo, e isso só é possível porque “desaprender oito horas por dia ensina os princípios”.

Desaprender, fazer palavras copularem com outras ultrapassando seus territórios de uso, devir-animal onde palavras caminham como bichos, o que não é uma imitação, não se trata de uma metáfora ou um faz de conta, é composição nova, que também funciona no devir-criança, devir que desconhece as regras de funcionamento e modifica as funções do verbo, “*Eu escuto a cor dos passarinhos*” (BARROS,

1993, p. 11, *grifos do autor*). O bloco de infância não é uma lembrança acabada que pode reaparecer. Devir-criança tem a ver com essa composição de duas cenas, infância que prolifera conexões e produz deslocamentos, processo que desterritorializa algo. Entendemos que a experimentação da escrita barroelina, no fluxo da miudeza, no conluio com as linhas de fuga, é pautada pelo menos em dois devires, criança e animal. Deleuze e Guattari (2017, p. 26) afirmam que “não há criança que não construa ou experimente essas linhas de fuga”, e que o devir-animal sem dúvidas é uma espécie de desterritorialização absoluta, em que o movimento ultrapassa limiares para “encontrar um mundo de intensidades puras”, potência pela busca de matéria não formada. A reflexão é que aquilo que funciona só em seu território dado, se limita a movimentos formalizados, significados, esmorecimentos e inflexibilidades, zonas escassas de vibrações, identificadas, racionalizadas, fadadas a imitações e reprodução do mesmo. O método em que a escrita barroelina se engendra para desterritorializar-se e arquitetar fugas desenhando territórios outros, fugindo do sistema de perímetro inerte, é de fato impulsionado por algo que identificamos enquanto parte de sua regularidade, que é o uso dos devires. Devir que se alastra para outro, que por sua vez pressupõe outros, confabulando rizomas, não capturado por significados, pois “Eu só não queria significar./ Porque significar limita a imaginação. E com pouca imaginação eu não poderia fazer parte de uma árvore” (BARROS, 2010, p. 31).

Em *Tratado geral da grandeza dos ínfimos*, Barros (2001) faz da sua escrita uma disfunção, sintetiza aquilo que funciona torto, seus caminhos tendem ao imprevisto que só se aceita a inércia, uma espécie de ócio, na mesma medida em que as palavras possam se movimentar, trocando os parafusos, visitando as irracionalidades para fazer cruzamentos improváveis com os códigos, mas constantemente mantendo a potência da sensibilidade que contempla e percebe as impetuosidades da escrita que faz brotar sentidos novos. Eleva o cisco como categoria crucial para seu fazer poético, o cisco sendo o mate-

rial e argamassa onde se erguem ninhos e canteiros para nascimento de vida. O escrevedor-portador do olhar diferente é contemplador, ou o contemplar já é processo para gênese de olhar outro. É um devir cisco que não se inclina para a interioridade, mas é candidato a poeta, firmando tratados com passarinhos e insetos, pois não se escreve com a natureza se está apenas rodeado de paredes, mesmo que as alvenarias sejam erguidas apenas com ideias. Barros (2001) está em processo de vangloriar a função comunitária das formigas, comemorar as odisséias na grandeza do quintal, aprofundado em nadezas, locupletos de insignificâncias, se emociona fácil quando elogiado de imbecil. Percebemos que nos cabe “mudar a visada, de redirecionar o olhar do grandioso, do heroico, do famoso, do grandiloquente, para o ínfimo, para o menor, para o abandonado, para o traste, para o infame, para o cisco”, como bem pontua Albuquerque Júnior (2006, p. 01). Não reduzir os sonhos que podem as palavras, ora pois, tenta-se fabricar uma espécie de vidente no olho que se desapropria da visão, no intento de transver (BARROS, 2011).

O processo se furta do visto, do dado, o privilegio é pela visão, no sentido do porvir, do vidente, do sonho, descoberta, o novo, para polinizar com palavras e fertilizar a linguagem. A escrita barroelina desenha também o silêncio, remansos e calmarias oportunizando os diferentes a ganharem voz, terem o que dizer. Tudo acontece com a prudência necessária de experimentar a linha de fuga apenas em seu fluxo de criação, fazer da escrita uma máquina de guerra que é tanto mais artística do que guerreira, promovendo cautelas contra o todo devir, não se submetendo à pura fuga que arrasta, pois a escrita inventiva também comporta prudências, não cabe a ela se colocar nesse imaculado só-fluxo, que apenas revoluciona e perde todas as referências. A escrita barroelina enlouquece as palavras dentro da própria linguagem. O escritor que outrora é inumano, toda palavra, também é homem político que escapa das capturas burocráticas e comerciais; encontra-se em um programa político de uma escrita menor, literatura menor, o que



consiste em uma literatura de enunciação coletiva, de valores coletivos, por uma solidariedade ativa (DELEUZE; GUATTARI, 2017).

Se há uma concepção de que a humanidade é uma coisa e a Terra é outra, onde a humanidade funciona como um liquidificador triturando todo o restante em benefício próprio, estaríamos sempre fadados a digladiar entre nós pelos últimos pedaços do mundo que ainda não consumimos (KRENAK, 2019). Nesse sentido, a escrita menor de Barros é via que provoca e desperta anseios por outros modos de relações, onde, misturados com os miúdos, entardecemos escorados e marcados pelo toque de aves, caramujos, galhos, pedras, rios, onde somos “alçados”, todos nós humanos, para o caráter de inútil, abrindo-nos para vazios e brechas, para palavras e existências voluptuosas de vida.

Como entende Deleuze (2011), é a escrita como devir em sua potência de indiferenciação, em seu modo impessoal, atingindo alto grau de singularidade, inventando um povo que falta, evocando os oprimidos, bastardos. Com Barros, o povo excluído é aquele rejeitado, jogado fora, sendo todas as existências manchadas de pobreza e miséria, do homem que se arrasta, que é recolhido enquanto destroço, incrustado de chão, insetos e vegetais, mas que reconhece a autoridade das pedras, que se interessa pelo mar, pelos sonhos, pelos pássaros, caracóis e todos os cânticos vegetais, que são matérias da escrita porvir.<sup>23</sup> Entendemos como uma poética enquanto máquina de guerra que faz ver e falar de coisas e seres desimportantes, por meio de enunciados que compõem discursos de resistência, nos direciona a curvar a linha de força da produtividade, da utilidade, da velocidade e afins, para nos fazer ver outros mundos.

23 Parafraseamos poemas de Barros presente em *Gramática expositiva do chão* (1966), pois essa escrita para nós também é filosofia, ajuda-nos a pensar.

## CONSIDERAÇÕES QUE ADIAM O FIM DO MUNDO

Com Deleuze (2011, p. 17), vemos a escrita como liberação de potência de vida que pode acontecer quando promovemos um combate com a língua materna, afetados por um devir no processo da escrita que se dá pela via de se tornar sempre uma outra coisa, o escritor ser outra coisa, espécie de arraste e criação de sintaxe, “escrever é também tornar-se outras coisas que não escritor”.

Quando nos abrimos à leitura para experimentação da escrita barroelina, se nos abstermos da interpretação, os poros de quem analisa se impregna daquilo que humaniza as coisas, horizonteando-nos com pássaros, arrastemo-nos de uma oficina de forjar memórias e linguagem renovada. A escrita que usa a razão como acessório é desertora da perspectiva interiorizada, com excitação pela palavra de sabor de primórdios, preferência de aldeias, que luta pelo primitivo, pelo ruído do mato, escrita que emancipa e engana a morte amarrando o tempo no poste<sup>24</sup>. Experimentar essa escrita é permitir ser afetado pelo saber dos jogados fora, da inércia germinativa de velocidades outras, na subversão da cultura de posses, na preferência pelo silêncio, no processo de escutar as formas, em jogar-brincar com os sentidos, fazer vergar a língua, tocar os detalhes ao elaborar palavras imprevistas afirmando as coisas pelas disfunções, a exemplo da magia que é encontrar algum inutensílio que exatamente serve para não funcionar. O traste, o inútil, o miúdo, o nada, o silêncio, todas essas coisas desimportantes que servem de alerta para diagnosticar a miríade de forças que tem invadido a escrita, nos ajudam a entender que há dispositivos que engendram modos de existências subservientes ao paradigma

24 Parafraseando trechos de um conjunto de entrevistas escritas cedidas por Manoel de Barros, publicado pela revista Caros Amigos, Ano X número 117, dez., 2006, p. 29-33, destacando que a preferência do poeta era ceder a entrevistas apenas pela via da escrita, sendo essa uma delas.

do trabalho exacerbado, à infinita correria pela produção de riquezas úteis, da carga civilizatória que cansa, maltrata e adocece o mundo.

Pensar com Foucault tem sido uma oportunidade para residirmos nas vozes marginais, buscando os fios que entrecortam os elementos do campo social, tecendo relações que diferentes enunciados, escritos, apresentam, enriquecendo nossos olhares como estudiosos do campo da linguagem. Pensar com Deleuze, e também com Guattari, plasticiza e dá elasticidade para nossas leituras, alargando os possíveis, provando que uma crítica pode ser vigorosa e artística mesmo nos meios mais estruturais, formalizados.

Sobretudo, pensar com Manoel de Barros, mais do que tomá-lo como autor, objeto, escritor, é não só encontrar com aquilo que potencializa as maneiras de construir um texto, mas é proporcionar o encontro com o acontecimento necessário para questionar o tipo de existência que aceitamos para nós mesmos, à medida que podemos também indagar sobre os movimentos que criamos ou deixamos de criar, e os limites tanto do pensamento quando do ato de escrever como vias de fabricação de vidas.

Como bem relata Krenak (2019), é preciso constantemente problematizar a nossa participação nessa sociedade que quase sempre nos limita e comprime nossa capacidade de inventar, criar, existir e experimentar a liberdade. É nesse sentido que, com Barros, vemos na escrita uma ferramenta de sobrevivência, que pode nos arrancar de alguns embaraços contemporâneos e propor novos caminhos.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *História: redemoinhos que atravessam os monturos da memória*. Natal. 2006, 13p.

AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo?* e outros ensaios. Tradução de Vinicius Nicastro Honesko. Chapecó, SC: Argos, 2009.

BLANCHOT, Maurice. *O livro por vir*. Tradução de Leyla Perrone-Moisés. 3. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2018.

CARRASCOZA, João Anzanello. O consumo, o estilo e o precário na poesia de Manoel de Barros. *Bakhtiniana - Revista de Estudos do Discurso*, [S.l.], v. 13, n. 1, p. Port. 5-16/ Eng. 6-18, nov. 2017. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/bakhtiniana/article/view/33491>>. Acesso em: 18 nov. 2020.

DELEUZE, Gilles. *Crítica e clínica*. Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 2011.

DELEUZE, Gilles. O que é um dispositivo? In: *Crítica e clínica. Dois regimes de loucos: textos e entrevistas*. Edição preparada por David Lapoujade. Tradução de Guilherme Ivo. Revisão técnica de Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Editora 34, 2016. p. 359-369.

DELEUZE, Gilles. *Diferença e repetição*. Tradução de Luiz Orlandi e Roberto Machado. 1. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Kafka: por uma literatura menor*. Tradução de Cintia Vieira da Silva. Revisão da tradução Luiz B. L. Orlandi. 1. ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2017.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia* 2. Vol. 3. Tradução de Aurélio Guerra Neto, Ana Lúcia de Oliveira, Lúcia Cláudia Leão e Suely Rolnik. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2012.

FISCHER, Steven R. *História da escrita*. Tradução de Mirna Pinsky. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2019.

FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Tradução de Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Moraes. Supervisão final de texto de Léa Porto de Abreu Novaes et al. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002.

FOUCAULT, Michel. A Vida dos Homens Infames. In: *A verdade e as formas jurídicas. Ditos e Escritos IV: estratégia, poder-saber*. Organização, seleção de textos e revisão técnica de Manoel Barros da Motta. Tradução de Vera Lúcia Avellar Ribeiro. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2006a. p. 203-222.

FOUCAULT, Michel. Poder e Saber. In: *Ditos e escritos, volume IV: estratégia, poder-saber*. Organização, seleção de textos e revisão técnica Manoel Barros da Motta. Tradução de Vera Lúcia Avellar Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006b. p. 223-240.



FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 28. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014a.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramalhetete. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014b.

GROS, Frederic. Preguiça e capitalismo. In: NOVAES, Adauto (Org). *Mutações: elogio a preguiça*. São Paulo: Edições SESC, SP, 2012. p. 256-266.

HAN, Byung-Chul. *Sociedade do cansaço*. Tradução de Enio Paulo Giachini. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. Apresentação. In: *Ideias para adiar o fim do mundo*. (Orgs.) *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2015. p. 7-16.

PRADO FILHO, Kléber. *Trajetórias para a leitura de uma história crítica da subjetividade em Michel Foucault*. 1998. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/158189/138709.pdf?sequen-ce=1&isAllowed=y> Acesso em 20/05/2020.

PUCHNER, Martin. *O mundo da escrita: como a literatura transformou a civilização*. Tradução de Pedro Maia Soares. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ROLNIK, Suely. *Esféricas da insurreição: notas para uma vida não cafetina*. São Paulo: N-1 edições, 2018.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DE MANOEL DE BARROS

BARROS, Manoel de. *Poemas concebidos sem pecado*. 1937.

BARROS, Manoel de. *Face Imóvel*. 1942.

BARROS, Manoel de. *Poesias*. 1947.

BARROS, Manoel de. *Gramática expositiva do chão*. 1966.

BARROS, Manoel de. *Matéria de poesia*. 1970.

BARROS, Manoel de. *Livro de pré-coisas*. 1985.

BARROS, Manoel de. *Concerto a céu aberto para solos de ave*. 1991.

BARROS, Manoel de. *O livro das ignorâncias*. 1993.

BARROS, Manoel de. *Livro sobre nada*. 1996.

BARROS, Manoel de. *Retrato do artista enquanto coisa*. 1998.

BARROS, Manoel de. *Ensaio fotográficos*. 2000.

BARROS, Manoel de. *Tratado geral da grandeza do ínfimo*. 2001.

BARROS, Manoel de. *Menino do mato*. 2010.

BARROS, Manoel de. *Escritos em verbal de ave*. 2011.

Obs: Todas as obras dessas referências específicas de Manoel de Barros foram consultadas na coletânea de 18 volumes, *Biblioteca Manoel de Barros* [coleção]. São Paulo: LeYa, 2013.

# 3

Margareth Rago

## REINVENÇÕES DE SI NO FEMINISMO DA DIFERENÇA

INTRODUÇÃO<sup>25</sup>

Em 1902, num texto intitulado “Cultura Feminina”, o sociólogo berlinense Georg Simmel, preocupado com o fenômeno da modernização e com as novas formas de interação social desenvolvidas no mundo urbano, perguntava-se pelos efeitos resultantes da entrada maciça das mulheres no mundo público (SIMMEL, 1993). Observava que, num meio em que as formas sociais, as atividades profissionais e as expressões artísticas haviam sido moldadas pelos homens, a expressão feminina não seria nada fácil. Considerando a criação literária, afirmava que

[...] a exteriorização da nuance feminina, sua objetivação, também é bastante difícil na cultura literária, porque as formas gerais da criação poética, [...] são justamente produtos masculinos e mostram provavelmente por essa razão, uma reticência interna ao serem preenchidas por um conteúdo especificamente feminino” (SIMMEL, 1993, p. 78).

Como diria Virginia Woolf, vinte anos depois, comentando a inexistência de uma tradição literária feminina: “essa escassez e inadequação dos instrumentos deve ter afetado enormemente os escritos das mulheres. [...]” (WOOLF, s/d, p. 95) E complementava:

“Seria mil vezes lastimável que as mulheres escrevessem como os homens, ou vivessem como os homens, ou se parecessem com os homens, pois de dois sexos são bem insuficientes, considerando-se a vastidão e variedade do mundo, como nos aranjariamos com apenas um?” (WOOLF, s/d, p.109)

Simmel antevia, pelo menos, duas saídas, quando pensava no impacto da entrada feminina no mundo público: de um lado, a continuidade das práticas e modos já existentes, no que acreditava pouco. Ao

25 Artigo inicialmente publicado na revista digital *Labrys, estudos feministas*, n.14, jul-dez 2008, <http://www.labrys.net.br/labrys14/textos/margaok.htm>



participarem de todas as áreas profissionais, as mulheres repetiriam os mesmos jogos da política, reproduziriam as formas da sociabilidade existentes, conservariam a organização social masculina, dando prosseguimento ao instituído? Talvez. De outro lado, suspeitava de um efeito mais positivo: elas inovariam e transformariam a cultura masculina, objetiva e racional, deixando suas marcas com tudo aquilo que lhes é próprio: a dimensão subjetiva, as emoções, a afetividade, os sentimentos, de modo a complementar e a melhorar a ordem masculina do mundo: “porque as mulheres possuem, com sua constituição idêntica, uma ferramenta de conhecimento recusada aos homens.” (SIMMEL, 1993, p.76). Ferramenta essa que anunciava uma capacidade maior de perceber o mundo exterior e de sensibilizar-se frentes aos sofrimentos, à dor do outro e às demandas sociais.

Desde então, mais de um século se passou e foram muitas as transformações na direção do que Simmel e Woolf desejavam e vislumbravam. O feminismo irrompeu vigorosamente no final dos anos sessenta, em sua segunda vaga, e as mulheres têm ocupado o mundo público, assumindo as profissões masculinas, questionando as práticas culturais, a divisão sexual do trabalho, o modo hegemônico de pensar e agir, apontando para outras possibilidades de existência. Ousaria dizer, a partir das noções de Foucault, criando estéticas feministas da existência (FOUCAULT, 1984; RAGO, 2004). As marcas positivas da presença feminina no público e no social, isto é, a feminização cultural em curso há pelo menos quatro décadas, podem ser percebidas em múltiplos campos de atuação e reflexão (FLORES, 2007; RAGO, 2001). Dessas realizações, e na tentativa de responder a esses dois autores, trata o presente trabalho.

Procuro pensar os efeitos produzidos pela irrupção do feminino na cultura, nos últimos quarenta anos, tendo como foco privilegiado de observação as experiências de invenção subjetiva e de inserção política de algumas brasileiras, hoje acima dos 50 anos de idade. Jo-

vens estudantes ou universitárias, no final dos anos 1960 e inícios dos 1970, Norma Telles, Tânia Navarro Swain, Ivone Gebara, Maria Amélia Teles – a “Amelinha” e Sueli Carneiro romperam, cada qual a seu modo, com os padrões tradicionais de conduta impostos às mulheres, com os valores e códigos morais estabelecidos, questionando o regime de verdades da época, à direita e à esquerda. Trilharam caminhos próprios, novos, dissidentes, dissonantes, abertos com trabalho árduo e com as sofisticadas ferramentas das desbravadoras.

Assumidamente de esquerda, mas em ruptura com o que se convencionou chamar de “esquerda tradicional”, desconfortáveis com a estrutura político-partidária masculina, tiveram algum tipo de participação política na luta contra a ditadura militar vigente no país, entre 1964 e 1985, e continuaram lutando no regime democrático. Algumas foram exiladas, encarceradas, ou excluídas de algum modo da vida social e política naqueles difíceis anos. Feministas, denunciaram e continuam denunciando as inúmeras formas da violência sexual, física ou simbólica, que aniquilam as possibilidades de inscrição diferenciada das mulheres no mundo público e privado. Na literatura, na produção acadêmica, na religião, nas lutas que promovem no “movimento feminista organizado” e fora dele, os espaços em que atuam foram construídos, ao longo dessas décadas, com “máquinas de guerra”<sup>26</sup> e estratégias de combate mobilizadas contra o poder dos homens, dos partidos, do Estado, da Igreja e da ciência. Libertárias, a crítica às relações de poder na vida cotidiana e ao autoritarismo nos múltiplos espaços de sociabilidade ganha força em suas manifestações.

26 “Máquina de guerra” é um operador criado por Deleuze, para referir-se aos fluxos de intensidade que escapam às formas de captura e reterritorialização do Estado. Diz ele: “Quanto à máquina de guerra em si mesma, parece efetivamente irreduzível ao aparelho de Estado, exterior à sua soberania, anterior a seu direito: ela vem de outra parte (...) Seria antes como a multiplicidade pura e sem medida, a malta, irrupção do efêmero e potência da metamorfose.” DELEUZE, G. *Mil Platôs*. vol.5. Trad. Ana Lúcia de Oliveira. São Paulo: Editora 34, 1997, p.13.

Educadas para a virgindade, para o casamento monogâmico indissolúvel, para a maternidade e para os cuidados com a família, enfim, para a passividade e o silêncio, abriram caminhos próprios, singulares, sem contar com a referência de modelos anteriores, tanto em suas trajetórias profissionais, quanto nas experiências vivenciadas em outras dimensões da vida pessoal.

Com suas práticas e modos de pensar feministas, produziram importantes rupturas e sucessivos deslocamentos no imaginário social, especialmente no que tange às questões da moral, da sexualidade e dos modelos de feminilidade e corporeidade que lhes deveriam ter servido de referência. Criticaram e desconstruíram os modos tradicionais de produção da subjetividade e propuseram novos. Contribuem decisivamente para a construção de um pensamento crítico.

Algumas, como Tânia Navarro Swain e Norma Telles, optaram pelo trabalho acadêmico, que combinam com a militância feminista, organizada ou informal; outras, como Ivone Gebara, Maria Amélia Telles e Sueli Carneiro dedicam-se a trabalhos sociais com a população feminina carente. Todas voltam-se, portanto, para as questões políticas e sociais; escrevem ou escreveram em algum momento de suas vidas, e foram de algum modo punidas, sendo mais ou menos afetadas também fisicamente. Saíram todas vitoriosas.

Considero a emergência dessa geração de mulheres como um “acontecimento”, isto é, como forças que irrompem e alteram o curso da história, como explicita Foucault, quando pergunta: “A que acontecimento ou a que lei obedecem essas mutações que fazem com que de súbito as coisas não sejam mais percebidas, descritas, caracterizadas, classificadas e sabidas do mesmo modo [...]?” (FOUCAULT, 1981, p. 231). Ou, em outras palavras, quando define o acontecimento como ruptura, como “entrada em cena das forças [...] o salto pelo qual elas passam dos bastidores para o teatro” (FOUCAULT, 1979, p. 24). Nessa direção, pergunto pelas condições de possibilidade dessa emergência, com todas as suas poderosas implicações e de sua procedência.

Uma vez que não focalizo um grupo organizado de mulheres, mas lido com uma multiplicidade de subjetividades, com dispersões de pensamentos e práticas, esse trabalho abre-se para várias áreas de expressão – das lutas feministas ao amor pela literatura - na tentativa de mapear interpretações de mundo e experiências diferenciadas, mas simultâneas e atravessadas pelo desejo de transformação individual e coletiva.

É possível afirmar que essas mulheres fazem parte de uma mesma geração, se levarmos em conta a contemporaneidade de influências, acontecimentos e rupturas que marcaram suas experiências. Nesse sentido, a participação em uma série de acontecimentos – em especial, as lutas de resistência contra a ditadura militar e, ao mesmo tempo, o “maio de 68” e todas as rupturas culturais do final dos anos sessenta e inícios dos setenta, quando eram muito jovens, que não podem ser dissociadas do impacto das bruscas transformações decorrentes de um acelerado processo de modernização vivido no país, desde os anos setenta - cria um “tempo intersubjetivo”, em que se conforma um destino comum: “um passado lembrado, um presente vivido e um futuro antecipado”, como sugere Reis (1994, p.75).

Além disso, essas mulheres conhecem-se há muitos anos e, de maneira direta ou indireta, têm interagido entre si, já que praticam uma militância de esquerda, fora dos quadros tradicionais da militância político-partidária e consideram-se feministas libertárias, o que implica uma atitude de insistente crítica aos micro-poderes na vida cotidiana. O questionamento do estatuto da mulher e a fuga das identidades marcam suas próprias interpretações de si mesmas, à exceção de uma certa identificação com um feminismo libertário de esquerda, mas em diferentes modalidades.

Essa questão suscita algumas ponderações. Alguns anos atrás, as feministas tinham em seus horizontes uma “comunidade imaginada” de mulheres, reunidas em torno de um mesmo objetivo e de uma



mesma identidade (LEDOUX-BEAUGRAND, 2005). Hoje, a discussão suscita outros olhares e tende a privilegiar as dispersões, diferenças e fragmentações e não mais a unidade. Ainda assim, alguns aspectos comuns a essas mulheres podem ser destacados. Para além das posições ideológicas de esquerda e da opção feminista, a criatividade e a capacidade de invenção marcam intensamente seus modos de pensar, suas práticas e realizações, fazendo com que se destaquem em seu meio social, político e cultural, ao cabo de algumas décadas e tornem-se objetos de estudos recentemente.

Além do mais, percebe-se um nomadismo constante em suas trajetórias, já que, vivendo constantes desterritorializações subjetivas, desenvolvem enorme potencial de transformação e de invenção de novos espaços pessoais, subjetivos e coletivos. Vale notar, ainda, a maneira como trazem o corpo e a sexualidade para o centro de suas produções, entre práticas discursivas e não-discursivas, o que, de modo geral, caracteriza a segunda onda do movimento feminista (GOLDBERG, 1987).

Pode-se dizer o mesmo sobre as formas de atuação das mulheres que privilegio nesse texto: o corpo – e acrescento, a sexualidade – tornam-se problemáticas centrais em seus feminismos e em suas reivindicações pragmáticas. A luta pelos direitos reprodutivos, contra o assédio sexual, a violência doméstica, o estupro, pela descriminalização do aborto, pelos direitos das “trabalhadoras do sexo”, pelo direito ao próprio corpo e ao controle da própria vida, a busca de construção de uma linguagem feminista corporificada e a crítica das hierarquias de gênero presentes nos modos modernos de organização social – são essas as principais bandeiras que as feministas levantam hoje, no Brasil e no mundo.

## BREVES HISTÓRICOS

Das mulheres escolhidas para essa pesquisa, todas são intelectuais e escritoras e têm livros publicados. Norma, Tânia e Ivone estão ou estiveram até recentemente vinculadas à universidade como docentes, enquanto Amelinha e Sueli fundaram suas próprias associações ou Ongs feministas. Ivone atua também nos meios populares vinculada à Pastoral Cristã, no Brasil e no exterior.

Norma, paulistana nascida em 1942, é, em sua lúdica maneira de se auto-referir, “uma aquariana, vim com a cabeça na lua, gosto de artes. Me falta terra, senso de realidade”<sup>27</sup>. Formou-se em História, na Universidade de São Paulo - USP, em 1974 e doutorou-se na Pontifícia Universidade Católica – PUC/SP, em 1987. Nesta instituição, foi professora do Departamento de Antropologia e do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, por trinta anos.

“[...]me separei em 1968 exatamente, eu era muito jovem, pois casei com menos de 18 anos, tive dois filhos, fiquei cinco anos casada e aí minha vida começa. Ia ter um curso na Sorbonne, em Paris, no final de 1968, então eu fui, não terminei o colegial, casei antes. Estudei no “*Des Oiseaux*” até o final do ginásio, aí fui passar um período nos EUA, que coincidiu com os 50 anos de formatura de meu avô lá e eu estudei lá. Quando voltei, fiz um ano de (Colégio) “*Sion*” e acabei casando e não terminei. Nessa época, fui para Paris, para chegar na Sorbonne, estava tudo parado pelas passeatas. O Edgar Morin era o professor querido da juventude parisiense, ele chegava de motocicleta, com capa de Sherlock Holmes e todo muito aplaudia. Meu curso era de francês, mas a gente vivia na Universidade. Quando voltei, fui trabalhar por dois, três anos, com um arquiteto que tinha uma galeria de arte, foi quando comprei muita coisa, depois trabalhei num banco, mas eu sempre queria estudar, queria estudar histó-

27 TELLES, Norma. Entrevista cedida a Margareth Rago. São Paulo, jan. 2005. arquivo.mp3 (120 min).[Transcrição, p. 13] Arquivo pessoal.

ria desde menina. Um dos motivos de romper o casamento era que não podia e eu era muito cheia de idéias próprias.”<sup>28</sup>

Tânia, nascida em Curitiba, no Paraná, em 1944, doutorou-se em História pela *Université Paris III*, Sorbonne e fez pós-doutorado na Universidade de Montréal, onde lecionou na *Université du Québec à Montréal*, (UQAM). Até recentemente, foi professora do Departamento de História da Universidade de Brasília, inaugurando, mesmo com muitas resistências, a criação da área de “Estudos Feministas”, com cursos para a graduação e pós-graduação. Filha de uma escritora, aderiu ao feminismo no período em que vivia em Paris, onde teve contato com o movimento, nos inícios dos anos setenta. A partir daí, as questões feministas tornaram-se centrais em sua vida e não apenas em suas reflexões, assim como a crítica às identidades sexuais, construídas a partir de concepções essencialistas e biologizantes.

Tânia edita, juntamente com a tradutora Marie France Dépêche, a revista feminista digital *Labrys*, nome que se refere a um machado com lâmina dupla, utilizado como arma ou instrumento pelas antigas populações das Amazonas, segundo os registros arqueológicos. Para ela, trata-se sobretudo de um “símbolo maior de afirmação do feminino.”<sup>29</sup> Já com onze números, a revista publica artigos de excelente qualidade de várias feministas de todo o mundo, contribuindo para ampliar e atualizar consideravelmente a rede dos “estudos feministas”.

Ivone, paulistana nascida também em 1944, doutorou-se em Filosofia pela PUC-SP e em Ciências Religiosas pela Universidade Católica de *Louvain*, na Bélgica. Teóloga feminista, vive em Camaragibe, município de Recife, em Pernambuco, desde 1973. Lecionou Filosofia e Teologia no Instituto de Teologia do Recife, durante 17 anos e, a pedido de Dom Hélder Câmara, trabalhou no Departamento de Pesquisa de Assessoria, que cuidava da formação de agentes de pastoral para

28 TELLES, São Paulo. cit.

29 TELLES, São Paulo. cit.

o meio popular naquela instituição. Em 1989, o Instituto foi fechado pelas forças conservadoras e obscurantistas da Igreja.

Amelinha, nascida em Contagem, Minas Gerais, em 1944, no seio de uma família operária, filha de um ativo militante do PCB, logo torna-se ativista política. Em sua memória, a militância é uma constante e a presença do pai é sempre muito marcante.

Com 21 anos, eu entrei para a clandestinidade. Com 15 anos, comecei a militar, lá em Minas mesmo. Mas eu falo que militante sempre fui, não é exagero falar isso, porque a gente morava num cortiço, em Santos. Eu até lembro, o cortiço era assim: um sobradão, tinha uma escada de madeira e tinha os quartos, cada família morava num quarto. Meu pai fazia as reuniões com os comunistas lá e punha a gente sentada na porta para vigiar, porque se viesse polícia a gente avisava e eles desciam lá do outro lado e saíam do outro lado da rua. Não saíam pela frente porque senão iam ser pegos, então eu fazia esse trabalho quando eu tinha sete anos de idade, eu olhava se vinha polícia e subia correndo. Ele ainda falava que criança ninguém ia perceber, mas eu achava que todo mundo estava me olhando, achava que todo mundo ia perceber e ele dizia que não, que não tinha tanta importância, mas eu achava aquilo tão importante, porque todo mundo estava me olhando."<sup>30</sup>

Sueli nasceu no bairro da Lapa, em São Paulo, em 1950 e, como raríssimas mulheres negras, formou-se Filosofia na Universidade de São Paulo - USP, entre 1972-1980; atualmente, faz pós-graduação em Filosofia da Educação, nessa mesma universidade. Da infância, traz as fortes marcas do mundo do trabalho e de uma comunidade gregária.

Eu sou a mais velha de sete irmãos, meu pai era ferroviário e minha mãe era das prendas domésticas e antes de se casar era costureira, era gerente de oficina de costura, (...) Meu pai é de origem rural, na época chamava camponês, nascido em Minas Gerais, em Uberlândia, ele sai da fazenda onde a família trabalhava com dezessete anos e vem para São Paulo, era semi-a-

30 TELES, Maria Amélia. Entrevista cedida a Margareth Rago. São Paulo, fev. 2006. arquivo. mp3 (120min). [Transcrição, p.??]



nalfabeto, trabalhou no país inteiro até que acabou na ferrovia, na Santos-Jundiaí, onde ficou até morrer. Eu sou a mais velha de sete filhos, venho culturalmente de comunidade operária, a ferrovia tem uma cultura muito própria, proletária, eu nasci na Lapa, depois nós mudamos para uma área perto de Pirituba, onde eu cresci, e à medida que os filhos iam nascendo a gente ia ficando mais pobre, o país ia piorando. Então, eu venho de uma comunidade pobre, mas pertencço àquela época em que a gente experimentava uma pobreza decente. Não havia essa indignância humana que está posto aí, essa coisa indigna.”<sup>31</sup>

## DOS BASTIDORES PARA O TEATRO

Desde o final da década de 1970, o movimento feminista, constituído em grande parte por militantes, ex-presas políticas e exiladas que retornavam ao país, decidiu sair do “gueto” e ampliar seu raio de atuação. Invadiu sindicatos, partidos, várias entidades da sociedade civil e, sobretudo, aliou-se ao “movimento de mulheres”, que se articulava na periferia de algumas cidades, desde os anos setenta, apoiado pela Igreja e por grupos políticos envolvidos na luta pela redemocratização. (18)

Embora mobilizasse um contingente feminino excepcionalmente grande, o “movimento de mulheres” não levantava questões feministas como bandeiras de luta. Reivindicava a criação de creches, transportes urbanos e melhores condições de vida sem, contudo, incluir, em sua agenda, temas como aborto, estupro, assédio e violência doméstica contra as mulheres. O contato que se estabeleceu entre os dois movimentos – o feminista e o “movimento de mulheres” – foi certamente muito lucrativo para todas. Para as primeiras, porque passavam a atingir uma rede muito mais ampla da população feminina; para as mulheres pobres da periferia, porque traziam-lhes questões que di-

31 CARNEIRO, Suely. Entrevista cedida a Margareth Rago. São Paulo, jan. 2006. arquivo.mp3 (120 min). [Transcrição]

facilmente seriam enunciadas espontaneamente, como as referentes à moral sexual, ao corpo e à saúde, com que muitas vezes sofriam silenciosamente. Fundamental nessa associação, o feminismo desenvolveu e ampliou suas bandeiras de luta, dando destaque às questões da violência contra as mulheres e dos direitos reprodutivos.

Nesse contexto, diretamente envolvida com a militância política desde longa data, Amelinha cria, em 1981, a “União das Mulheres de São Paulo”, em que atualmente coordena o Projeto de “Promotoras Legais Populares”, destinado a capacitar mulheres da periferia para o acesso à justiça. Sueli funda, em 1988, o “Geledés - Instituto da Mulher Negra”, primeira organização negra e feminista independente no Brasil, que tem como objetivo, como ela explica, “desenvolver um trabalho político e jurídico para a melhoria da situação geral do negro no país e específica da mulher negra.”<sup>32</sup>

## ABORTO X QUALQUER COISA...

Feminista socialista, a teóloga Ivone identifica-se primeiramente como mulher e não como gênero humano, como afirma em sua autobiografia, intitulada *Águas do meu Poço*, de 2005. Aí, esclarece suas posições:

Creio que o encontro com o feminismo, como crítica de uma história e de um pensamento masculino dogmático, abriu-me as portas para pensar minha vida de outra maneira. Atrevo-me a sair, não sem temor, da admirável perfeição do dogmatismo filosófico e teológico masculino no qual fui formada. Atrevo-me a sair das definições a que preciso adaptar-me, porque, segundo dizem, elas constituem a ordem do mundo, do mundo certo, justo, do mundo desejado por Deus. Ouso duvidar do que foi proclamado como verdade e liberdade. (p.26)

32 TELLES, Maria Amélia. Entrevista cedida a Margareth Rago. Local, fev. 2006. arquivo.mp3 (120 min). [Transcrição]

O abandono das referências anteriores, dos antigos modelos de construção da subjetividade e de atuação também são mencionados em seu texto: “Atualmente sinto-me em uma perspectiva de ‘fim de modelos’”, deixando para trás os códigos de conduta que vinham de fora e que lhe eram impostos por alguma autoridade reconhecida. Nesse contexto, ganha força o sentimento de ser estrangeira também na transgressão:

Aprendera tão bem que o pensamento era uma prerrogativa dos homens que por vezes sentia-me estrangeira em minha vocação de mulher filósofa. Mas tal sentimento nunca durava muito. [...] Gostava das pessoas fora do comum, fora da norma reconhecida pela sociedade (p.30).

Ivone é vista como contestadora, radical e transgressora sobretudo dentro da Igreja, já que, até a década de 1980, havia muito poucas feministas desestabilizando publicamente o regime de verdades vigente nesse universo e, sobretudo, as hierarquias de gênero. Sem dúvida, a luta a ser travada aí é das mais extraordinárias, porque questiona diretamente a figura e a autoridade divinas. O contato com livros estrangeiros abre, portanto, um amplo espaço para a estruturação de uma forte crítica aos modos tradicionais, masculinos e profundamente autoritários, porque hierárquicos, das instituições religiosas.

Critico o que faz da religião um espaço de dominação e domesticação das mulheres. Senti na carne a exclusão da liberdade devido à minha condição de mulher que escolheu pensar a vida, pois pensar é, sim, perigoso neste mundo hierarquizado onde só nos pedem que obedeçamos. (GEBARA, 2005, p.68)

Além da atuação no meio acadêmico e de muitos livros publicados, Ivone tem uma história de intensa atividade de militância política feminista, inclusive com a publicação de vários livros, como o recente *O que é Teologia Feminista?*(GEBARA, 2007) Trabalhou, por vários anos, realizando cursos e prestando assessorias aos movimentos sociais no Nordeste. Atualmente, vive e trabalha em Camaragibe,

no Recife, e realiza conferências, seminários e oficinas no país e no exterior, defendendo as lutas feministas e dando assessoria sobre as questões de gênero no âmbito da Teologia Feminista. Ainda assim, pesa, em seu balanço de vida, a metáfora de “cores pastel de boa parte de minha vida”, logo para ela que tanto gosta “das cores fortes, das comidas condimentadas, das grandes paixões, das aventuras!” (GEBARA, ANO, p.33)

Não é assim que observo essa guerreira, que ousa levantar a bandeira da descriminalização do aborto, dentro e fora de seu meio. O que, como sabemos, tem seu preço. Em 1994, tendo dado uma entrevista à revista *Veja*, foi intimada pelo bispo do Recife para retratar-se publicamente. Do mesmo lado, a imprensa conservadora não perdeu a oportunidade de puni-la, publicando notas cotidianas sobre a “freira do aborto”. Ivone reage:

Tudo é tramado para culpar as mulheres e inocentar os homens de suas próprias responsabilidades. As mulheres tornam-se responsáveis pelo destino – quase sempre miserável – das crianças, por sua educação, sua vida. O masculino julga, o feminino é julgado. (GEBARA, 1994 p.151)

Um ano depois, o processo é arquivado, mas logo outro se abre, lançando suspeitas sobre suas ideias religiosas e elencando “seus erros”. Nesse contexto punitivo, não tarda a ser enviada para estudar na Universidade Católica de *Louvain-la-Neuve*, na Bélgica.

É interessante observar que a trajetória de vida de cada uma dessas mulheres, embora seguindo caminhos tão singulares, conflui na medida em que se deparam com questões sociais e políticas comuns. A ditadura militar vigente no país colocou-as do lado dos movimentos de resistência e, ao mesmo tempo, as dificuldades em encontrarem espaços adequados de expressão feminina, ou seja, a persistência da cultura patriarcal, forçaram-nas a abrirem seus próprios territórios, o que não se fez sem muitas pressões misóginas (SOIHET, 2007).



É o caso de Amelinha, que começa cedo a militância política, em parte herdada do convívio com o pai e, posteriormente, descobre o feminismo. Presa política entre 1970-1973, encontra as mulheres começando a organizarem-se no final de 1974 e engaja-se em trabalhos políticos com estas na periferia de São Paulo, seguindo as orientações do PC do B, em que militava há muito tempo. Para o partido, tratava-se de constituir o “Movimento do Custo de Vida”. Nesse momento, a principal reivindicação das mulheres era a criação de creches, necessidade que era subestimada pelo partido. Diz ela,

Mas o Partido e a Igreja tiram essa reivindicação e colocam salários, reforma agrária e o congelamento dos preços de primeiras necessidades - são as três bandeiras no lugar da creche, que são importantes, ninguém é contra. Mas agora, porque tiram a creche? Eu fiquei cismada, tanto é que eu sou uma das pessoas que articula o movimento de rua? por creches no Estado de São Paulo.<sup>33</sup>

As insatisfações com as posições autoritárias e masculinas do partido aumentam; as distâncias se acentuam.

Foi muita polêmica, de 1975 a 1987, eu vivo a polêmica dentro do Partido porque eu achava que as mulheres tinham que ter um espaço próprio e que as reivindicações das mulheres eram tão importantes quanto as do “povo brasileiro”. Nessa discussão da creche, eram mulheres discutindo tudo, às vezes, (fazíamos) reuniões com 200 mulheres, na zona sul, na Figueira Grande, Campo Limpo, Grajaú. Começamos nas igrejas, sociedades de amigos, escolas, posto de saúde, salões paroquiais, em todos os lugares.<sup>34</sup>

Coloca-se a criação de um espaço próprio, feminista, dentro dos movimentos sociais em luta contra a ditadura militar, mas à parte do partido político:

33 TELES, Maria Amélia. Entrevista cedida a Margareth Rago. Local, fev. 2006. arquivo.mp3 (120 min). [Transcrição]

34 *Idem*.

A União é fundada em 1981. Em 1980, São Paulo cria uma rede municipal de creches, pela primeira vez na história. A gente tinha esse grupo de mulheres nessa discussão de creches e pensamos que a gente tinha que ter um grupo para discutir os nossos problemas, porque no Movimento de rua por creches havia a discussão de implantar, onde, comissão para acompanhamento de implantação da creche, de estabelecer os critérios de quais crianças vão para as creches, as mães como terão relacionamento. Porque quando vinha o pai, vinha armado com revólver, porque vinham para brigar, para matar. A discussão ficou muito voltada para a criança e a creche e dizíamos: “e nós, mulheres?”, então fizemos esses grupos, as mulheres vão discutir nossa sexualidade, a questão do aborto, a questão da violência... Aí fizemos esse grupo de mulheres e foi um parto, uma coisa duríssima, porque o Partido queria ser dono da União de Mulheres.<sup>35</sup>

A criação do “Geledés” também decorre da constatação de um enorme vazio em relação às necessidades das mulheres negras, no Brasil. Se o movimento feminista já aglutinara muitas mulheres em torno de suas bandeiras de luta, as negras sentiam-se marginalizadas e esquecidas por todos os lados. Diz Sueli (2006),

O ‘Geledés’ foi criado em 1988. Na origem éramos seis, todas negras. Eu, Maria Lúcia da Silva, Edna Bolam, Solimar Carneiro, Sonia Maria Pareira do Nascimento, não lembro de todas. Não foi uma coisa que nasceu do nada, nasce de um processo, na verdade de um processo que começou a ser construído em torno de 1982, quando a gente... o marco importante foi a construção do Movimento de Mulheres Negras em São Paulo, quando é criado o Conselho Estadual da Condição Feminina, em São Paulo. O movimento das mulheres negras era misturado com o geral, não havia ainda um espaço organizado, exclusivo de mulheres negras. Havia mulheres negras atuando no movimento feminista, no movimento negro.<sup>36</sup>

35 TELES, Maria Amélia. Entrevista cedida a Margareth Rago. Local, fev. 2006. arquivo.mp3 (120 min). [Transcrição]

36 CARNEIRO, Sueli. Entrevista cedida a Margareth Rago. São Paulo, jan. 2006. arquivo.mp3 (120 min). [Transcrição]

Fundar essas Ongs foi tarefa árdua, pois faltava todo tipo de apoio, inclusive dos grupos de esquerda dominados pelos homens, que defendiam questões econômicas e políticas de âmbito mais geral, como a questão salarial e as reivindicações trabalhistas e sindicais, considerando as demandas feministas secundárias. Aliás, o preconceito às reivindicações das mulheres ainda era muito grande, nos inícios da década de 1980, pois eram associadas ao universo de mulheres abastadas e “alienadas”, em suposta busca indefinida da liberdade. Nesse momento, ainda se ignorava muito da história das lutas feministas, no Brasil e no mundo. Desconhecia-se a crescente presença e as realizações culturais das combativas mulheres, tanto da elite quanto dos meios operários, que, desde o final do século XIX e inícios do XX, lutaram para ingressar na esfera pública (SOIHET, 2006). Ignorava-se também que as mulheres participavam em grande número nos movimentos sociais de resistência à ditadura, fortalecendo os diferentes grupos políticos, especialmente os liderados pela Igreja, sem, contudo, colocarem publicamente suas próprias necessidades (ALVAREZ, 1988). Amelinha (ano, página) traduz esse passado:

O Partido contrapunha aborto com constituinte, aborto com aumento do salário, para mostrar que a nossa luta não tem importância. Mas não tem nada a ver, eles contrapõem, ao invés de juntar. Você não acredita o tanto que eles perseguiram a gente e continuam até hoje, ela se mantém. É uma perseguição tão forte, igual à ditadura... marca, toda perseguição, todo autoritarismo marca muito a vida política das pessoas. (...) Sempre fomos, eu sou muito estigmatizada, a minha geração talvez, fomos muito estigmatizadas em tudo o que nós fizemos, nós rompemos com muitos preconceitos, muitas não agüentaram, ficaram dentro de casa, aquelas feministas dos anos 1970, que estão dentro de casa e não agüentam ouvir mais nada, nenhuma crítica. Toda essa discussão que está sendo feita é necessária, sem discussão você não consegue elaborar propostas, é preciso mudar as mentalidades.<sup>37</sup>

37 TELES, Maria Amélia. Entrevista cedida a Margareth Rago. Local, fev. 2006. arquivo.mp3 (120 min). [Transcrição]

No caso do “Geledés”, Sueli (ano, página) explica:

O “Geledés” surge dessa necessidade de reconstruir um espaço autônomo, independente, que pudesse nos permitir, tanto dialogar com o Estado, quanto fazer propostas ao Estado, como também exercer a função de controle social, a crítica em relação aos governos e ao próprio Estado. Isso foi uma das questões que estava muito clara na criação do “Geledés”. Outra era a necessidade de construir um instrumento político para a luta das mulheres negras, um instrumento político que pudesse dar voz, voto, visibilidade na temática das mulheres negras - isso no decorrer de uma crítica histórica em que tanto o movimento feminista, como o movimento negro, ambos subalternizavam nas suas agendas, a temática específica das mulheres negras. Então era preciso criar organizações específicas, instrumentos políticos que rompessem com o silêncio e com a invisibilidade das mulheres negras, então o “Geledés” foi concebido também como uma organização que tinha a pretensão de realizar essa missão. O que nós almejávamos era construir uma organização de mulheres negras, que alcançasse autoridade em torno desse tema e que pudesse dialogar em condições de igualdade, em primeiro lugar com o feminismo, com a luta anti-racista e com outros movimentos sociais, com outros atores sociais. Então era essa a pretensão do “Geledés”, foi assim que surgiu e aí nós estruturamos um programa de ação, inicialmente montado em três eixos, direitos humanos, saúde e comunicação.<sup>38</sup>

## A BIBLIOTECA DE NORMA

Norma buscava suas próprias referências de autonomia feminina, desde pequena: “Desde a época da minha mãe, eu procurava as mulheres (feministas), eu discutia muito com ela, (afirmava) que havia mulheres na época delas que tinham sido livres, mas eu não

38 CARNEIRO, Sueli. Entrevista cedida a Margareth Rago. São Paulo, jan. 2006. arquivo.mp3 (120 min). [Transcrição]



tinha exemplos.”<sup>39</sup> Contudo, se a maioria das mulheres em seu meio ensinavam a obediência e submissão, a garota podia contar com a presença de algumas mulheres fortes em sua vida, como a avó materna, suas três irmãs e a bisavó, “que conheci muito bem e que sempre nos esperava para ler um poema.” Além do mais, enriquecia-se com as leituras propiciadas pela imensa biblioteca do avô. Essa herança vem associada com a conquista da liberdade.

Eu tinha uma polaridade, porque o meu avô estudou nos EUA e ele me dizia: “mulher tem de se preparar mais, porque é mais difícil a vida para a mulher no mundo”, provavelmente por causa de sua vivência americana. E era ele que tinha biblioteca e permitia que eu pegasse qualquer livro. Eu acho que essa base e essa negação, essa revolta brava, porque ficavam me dizendo isso: “moça não vai ali” e eu pensava, - porque que não vai? - “moça não estuda muito”, isso foi uma constante na minha vida. Ao mesmo tempo, eu tinha uma biblioteca aonde eu podia ter liberdade, onde não me proibiam os livros, que eram do meu avô e ele tinha algumas coisas que eu tenho até hoje. Ele era engenheiro, mas acho que, pelos Estados Unidos, ele tinha uma formação mais humanista. Tinha a coleção dos livros de Shakespeare, os livros sagrados da humanidade – Zoroastrismo, Ocultismo, Budismo, Induísmo, eu fiquei curiosíssima, e descobri que todos eram interessantes. Então foi um deslocamento muito grande para quem vinha de um colégio de freiras tradicional, muito fechado. Então eu tive esse lado, se por um lado eu escutava que mulher não fazia determinadas coisas, por outro eu tinha a biblioteca.<sup>40</sup>

Na Faculdade de História, a estudante havia encontrado a comunista alemã Rosa Luxemburgo, militante tão fascinante para essa geração, mas não era exatamente uma feminista. Eram “os anos mais pesados da ditadura”, como diz ela, onde o foco estava distante das questões feministas. Na década seguinte, traduz as cartas de amor enviadas por Rosa ao seu companheiro, Leo Jogiches. “Eu me apai-

39 TELLES, Norma. Entrevista cedida a Margareth Rago. São Paulo, fev. 2005. arquivo.mp3 (120 min). [Transcrição]

40 *Idem*

xonei. Eu não conhecia esse lado dela, da feminilidade, já tem aí uma discussão feminista.” (LUXEMBURGO, 1983) Se Norma não se lembra exatamente de quando encontrou o feminismo, novamente a lembrança da biblioteca familiar ganha espaço em suas memórias:

Ao mesmo tempo, eu cresci lendo a Charlotte Brontë, eu ainda tenho a edição de 1902, do meu avô. Eu tinha uma coisa de paixão por esses livros...que, depois, eu vou perguntar, um dia: Existem escritoras brasileiras? E diziam que não, mas eu fui na teimosia e fui em busca [...]<sup>41</sup>

É possível que a referida falta de referências femininas marcantes em sua vida explique, em grande parte, sua busca incessante pelas escritoras em nosso passado, em geral, mulheres desconhecidas que, não raro, precisavam recorrer à identidade masculina para fazerem-se ouvir. Ao mesmo tempo, também respondem por esse incansável trabalho de resgate tanto a indignação contra as sofisticadas formas de exclusão das mulheres, quanto a certeza de que a transmissão do passado não está absolutamente garantida. Diz ela,

O processo de exclusão das mulheres das narrativas históricas determinou tanto a escassez de obras femininas, em comparação com as masculinas, como também sua falta de transmissão. Nunca é demais enfatizar como é importante a transmissão de um legado para a geração seguinte. Assim trata-se não só de descobrir o passado, mas também novas formas de relacionar-se com ele e de transmiti-lo. (TELLES, 2007).

É, portanto, nessa direção, que Norma traz uma grande contribuição para o conhecimento das mulheres escritoras que, como sabemos, não constam dos livros tradicionalmente respeitados de História da Literatura. Até as décadas de 1980 e 1990, nomes como Carmen Dolores, Júlia Lopes de Almeida, Maria Benedita Câmara Borman, Lola de Oliveira, Narcisa Amália, entre muitas outras, continuavam absoluta-

41 TELLES, Norma. Entrevista cedida a Margareth Rago. São Paulo, fev. 2005. arquivo.mp3 (120 min). [Transcrição]

mente desconhecidos e apenas recentemente algumas dessas obras têm vindo a público (TELLES, 1998).

Então comecei a olhar em dicionários bibliográficos, comecei a perceber que tinha em histórias da literatura, no Antonio Cândido, a Narcisa Amália, mas a gente pega o livro e não vê, porque acha que não existem, sabe que não existe escritoras. Há uma ou duas décadas atrás a gente tinha certeza que começava com a Cecília Meireles e com a Clarice Lispector. (TELLES, 1998)

A identificação com as escritoras e com suas personagens e a interlocução ativada com as tramas encontradas tornam-se importantes fontes de inspiração para o trabalho pessoal, emocional e intelectual de Norma. Como mulher, a subjetividade intercede o tempo todo.

“Quando eu vi a Gilbert and Goubert, *The mad woman in the attic*, mas quando eu vi a louca no sótão, eu despiroquei emocionalmente, porque eu falei sou eu, somos nós, a (mulher) trancada é uma latinoamericana, uma brasileira, que depois é que ela vai escrever... a louca era uma crioula??? A Maria Benedita Bormann me dá a impressão de que ela escreveu que se essa louca tivesse saído do sótão, viraria uma escritora, essa é a minha leitura da *Lésbia*.”<sup>42</sup>

Preocupada com os mitos de origem, Norma encontra *Lilith*, a primeira mulher, transgressora, rebelde, forte, numa época em que poucas haviam ouvido falar dela. Eva ainda dominava o imaginário religioso como a primeira mulher, segundo o relato bíblico, saída da costela de Adão, passiva, submissa. E, portanto, tocada pela personagem, a historiadora feminista traduz o livro do antropólogo italiano Roberto Sicuteri, *Lilith, a Lua Negra* (1995), que teve, em seguida, várias edições no Brasil.

<sup>42</sup> *Lésbia* é o título do romance de Maria Benedita Câmara BORMANN (Délia), publicado em 1890, que Norma Telles introduz e atualiza para republicação pela Editora Mulheres, em 1998.

## A DESCONSTRUÇÃO DE TÂNIA

Crítica radical do pensamento identitário e inspirada por Foucault, já faz algumas décadas que Tânia desafia as definições masculinas da identidade feminina, abarcando as interpretações falocêntricas que, da igreja e da medicina à mídia, pretendem informar a opinião pública ou modernizar o imaginário social misógino. Historiadora, não tem sido fácil a luta que trava para transformar uma área dominada até recentemente pelos temas e objetos masculinos. É, nessa direção, que realiza uma releitura da História do Brasil, tradicionalmente vista por um olhar excludente e hierárquico. Em artigo que focaliza as relações estabelecidas entre os colonizadores portugueses, os jesuítas e os indígenas, ela denuncia:

No âmbito da sexualidade é o desejo dos homens, é a presença dos homens, é a sexualidade masculina que aparecem como reguladores da ordem, como definidores da moral, como parâmetros de inserção no contrato social/sexual que se estabelece na colonização portuguesa. A desigualdade surge aqui com o estabelecimento da “diferença” e de uma exclusão. Assim, aquilo que é tomado como causa da exclusão do político-social – a diferença biológica – não é senão o fruto da instauração de uma desigualdade forjada no político. A prática de ensino jesuítica nas escolas para meninos, por exemplo, de fato cria uma nova divisão entre os sexos, uma nova moral, um novo eixo de saberes, destinados exclusivamente ao sexo masculino, interlocutor escolhido pelos portugueses em seu contato com os indígenas (SWAIN *apud* FUNARI; RAGO, 2008, p.30).

Propondo a desconstrução da identidade lésbica, a autora escreve *O que é Lesbianismo?*, livro em que embaralha todas as possíveis respostas à questão em jogo, revelando as armadilhas aí supostas (SWAIN, 2000). Nesse mesmo ano, apresenta o texto *“Identidade Nômade: Heterotopias de mim”*, em que propõe suas próprias invenções da subjetividade, valendo-se da noção foucaultiana de “heterotopia” (SWAIN *apud* RAGO, VEIGA NETO, ORLANDI, 2002, p.325). Aqui, ela pergunta:



Quem somos “nós”, assim, encerrados em corpos sexua-  
dos, construídos enquanto natureza, passageiros de iden-  
tidades fictícias, construídas em condutas mais ou menos  
ordenadas? Quem sou eu, marcada pelo feminino, represen-  
tada enquanto mulher, cujas práticas não cessam de apontar  
para as falhas, os abismos identitários contidos na própria  
dinâmica do ser? (p.327)

Em 2003, Tânia publica o irônico artigo “*Velha? Eu? Auto-retrato de uma feminista*”, em que parte, com humor e originalidade, para uma crítica performática contra as estigmatizações modernas, que encerram o corpo, a sexualidade e a identidade da mulher na categoria da velhice, associada, por sua vez, à da menopausa (SWAIN, *apud* RAGO, VEIGA NETO, 2006). “É ainda e sempre o ‘dispositivo da sexualidade’ em ação, descrito por Foucault”, denuncia ela. Não é preciso lembrar que a menopausa foi definida pelo discurso médico como o “ocaso” da sexualidade feminina, ou seja, como um momento em que sua vida sexual se encerraria e em que, ao contrário dos homens, elas deixariam de ter capacidade sexual, sendo, portanto, despojada de seu principal papel na sociedade, como reprodutora.

Num estilo jocoso, expondo-se ousadamente no texto e afirmando uma recusa radical de um corpo e de uma identidade pré-estabelecidos, Tânia (2003, p.263) afirma:

Meus cabelos são compridos e brancos, crime de lesa majestade para uma mulher no Brasil. Visto-me como bem me apetece, para escândalo das/dos colegas e para alegria dos alunos, que partilham minhas preferências. Nunca torturei meus pés nestes sapatos pontudos e de salto alto (elegantes!) que nos impedem de correr, saltar, ter uma postura correta. Sinto-me bem e confortável nos meus *running shoes* que me transportam entre conferências e palestras, das bancas de tese às aulas habituais.

Sua crítica desconstrói as interpretações que fazem da velhice um período associado à degenerescência e à morte, um momento de incapacidade e de perda de potência especialmente para as mulheres,

de quem se exigem padrões estéticos elevados, entre beleza e juventude, muito mais do que dos homens:

Mas o que é afinal a velhice? Vemos florescer, mesmo nas fileiras dos feminismos, os “grupos de jovens”, face às feministas “clássicas”, tradicionais, “idosas”, velhas, enfim. O que faz a coerência dos grupos de “jovens”? Quais são seus limites, seus objetivos, seus laços? Como a idade pode determinar o pertencimento, senão em um mundo traçado, estabelecido, definido, onde os gostos e preferências se estabelecem segundo a publicidade, a propaganda, avatar último de uma globalização avassaladora em marcha? E quais são os detalhes sutis que colocam alguém, inexoravelmente entre as “velhas”? A terceira idade começa aos 30 ou 31 ou 42 ou 54? E a 4ª idade e a 5ª? Qual é a ruga ou a quantidade de cabelos brancos que determinam esta passagem? (SWAIN, 2003, p.264)

## RETOMANDO SIMMEL E WOOLF...

Não se pode considerar as importantes transformações conquistadas na vida das mulheres hoje, no Brasil, sem referir-se às experiências das desbravadoras, como as aqui citadas. Por diferentes caminhos, enfrentando tabus e preconceitos arraigados, quebrando os estereótipos vigentes em sua época, abrindo novos caminhos de atuação política, profissional e pessoal, essas guerreiras afirmaram novos modos de existência e novos códigos éticos. Figuras singulares, exemplares, é impossível não reconhecer seus devidos méritos e vitórias. Ao observarmos suas realizações políticas, como a criação das Ongs “União das Mulheres” e “Geledés”; ao considerarmos a produção teórica feminista hoje existente, as instigantes reflexões e fortes críticas trazidas pelos estudos feministas, como os trabalhos de Tânia Swain, Norma Telles e Ivone Gebara; ao conhecermos o intenso trabalho no universo da religião realizado pelas teólogas feministas, em luta pela descriminalização do aborto, pela releitura da Bíblia, por novas

interpretações dos textos sagrados, entre outros temas fundamentais, só podemos sair muito fortalecidas.

Na “União das Mulheres”, diz Amelinha, “Hoje temos uma diretoria com 13 mulheres e o principal projeto nosso são as Promotoras Legais Populares, que tem 3.500 mulheres em toda São Paulo, é um trabalho de campo.” Em relação ao “Geledés”, explica Sueli:

São 23 pessoas que trabalham cotidianamente. Hoje, o “Geledés” não trata apenas da questão das mulheres, mas o foco é a mulher negra. Nós montamos um tipo de programa que nos permite trabalhar a questão da mulher negra em particular e as questões gerais de interesse da comunidade negra, ou seja, da luta anti-racista, no geral. Nós compartilhamos dessa dupla identidade, nós somos feministas, anti-racistas e estamos nos dois campos de batalha, operando nas duas lutas.

Já Ivone, não precisa mais temer suas contundentes declarações, que fazem parte do seu exercício cotidiano da liberdade e da sua invejável autonomia:

Toda essa vivência, bastante pesada, leva-me a pensar ou sonhar com outra coisa: e se Deus não fosse poderoso, mas apenas prazeroso!? E se o prazer fosse a constituição fundamental de nosso ser? E se estivéssemos neste mundo para gozar a existência? No começo, não estávamos todos no paraíso, segundo o mito relatado no Gênesis? O paraíso e a felicidade não seriam constitutivos de nossa origem? (...) E não somos dotados da nostalgia do paraíso perdido? (GEBARA, 2005, p.34)

## BIBLIOGRAFIA

ALVAREZ, Sonia. *Engendering Democracy in Brazil*. Princeton University Press, 1990.

ALVAREZ, Sonia. Politizando as relações de gênero, engendrando a democracia. In: STEPAN, A. (Org.) *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

DELEUZE, Gilles. *Mil Platôs*. vol. 5. São Paulo: Editora 34, 1997.

FLORES, M. B. R. *Tecnologia e Estética do Racismo*. Ciência e Arte na Política da Beleza. Chapecó: Argos, 2007.

FOUCAULT, Michel. *As Palavras e as Coisas*. Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Nietzsche, a Genealogia e a História. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. *Des espaces autres, Dits et Écrits*, IV. Paris: Gallimard, 1994, p.752-762.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade II: O uso dos prazeres*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

GEBARA, Ivone. *Águas do meu Poço*. São Paulo: Brasiliense, 2005.

GEBARA, Ivone. *O que é Teologia Feminista?* São Paulo: Brasiliense, 2007.

GOLDBERG, A. Feminismo e Autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1987. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/13805>. Acesso em 05/08/2008.

LEDOUX-BEAUGRAND, E. “D’une sororité à un corp(u)s éclaté: l’imaginaire de la communauté dans la littérature des femmes”, Revista Labrys, estudos feministas/études féministes. agosto/dezembro 2005 -août/ décembre 2005. Disponível em <https://www.labrys.net.br/labrys8/literatura/evelyne.htm> . Acesso 05/01/2008.

LUXEMBURGO, Rosa. *Camarada e Amante*. Cartas de Rosa Luxemburgo a Leo Jogiches. Trad. Norma de Abreu Telles. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

TELLES, Norma. *Notas para uma aula: história das mulheres*. São Paulo, Mimeo, 2007, p.2.

TELLES, Norma. *Encantações. Escritoras e imaginação literária no Brasil do século XIX*. São Paulo: Nat Editorial, 1998.

RAGO, Margareth. Feminizar é preciso. Por uma cultura filógina, *São Paulo em Perspectiva*: Revista da Fundação SEADE, São Paulo, vol.15, n.3, p.58-66, jul-set 2001.

RAGO, Margareth. Feminismo e Subjetividade em Tempos Pós-Modernos. In: LIMA, C.C.; SCHMIDT, S.P. (Org). *Poéticas e políticas feministas*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2004, p. 31-42.



REIS, J. C. *Tempo, História e Evasão*. São Paulo, Campinas: Papirus, 1994.

SICUTERI, R. *Lilith, a Lua Negra*. Trad. Norma Telles e J. Adolpho S. Gordo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SIMMEL, George. *Filosofia do Amor*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

SOIHET, Rachel. "Feminismos e Cultura Política: uma questão no Rio de Janeiro dos anos 1970-80". In: ABREU, M; SOIHET, R.; GONTIJO, R. (Org.) *Cultura Política e Leituras do Passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.411-436.

SOIHET, Rachel. *O Feminismo Tático de Bertha Lutz*. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

SWAIN, Tania N. Velha? Eu? Auto-retrato de uma feminista. In: RAGO, M.; VEIGA NETO, A. *Figuras de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p.261-270.

SWAIN, Tania N. "História: construção e limites da memória social". In: FUNARI, P. P. A; RAGO, M. *Subjetividades Antigas e Modernas*. São Paulo: Annablume, 2008.

SWAIN, T. N. Editorial da revista digital *LABRYS, estudos feministas/ études féministes*, jan./ jul. 2005.

SWAIN, Tania N. Identidade Nômade: Heterotopias de mim. In: RAGO, M.; VEIGA-NETO, A; ORLANDI, L. *Imagens de Foucault e Deleuze, ressonâncias nietzschiâneas*. Rio de Janeiro: DPA, 2002, p.325-342.

SWAIN, Tania N. *O que é Lesbianismo?* São Paulo: Brasiliense, 2000.

WOOLF, Virginia. *Um Teto Todo Seu* (1928). São Paulo: Círculo do Livro, s/d.

ENTREVISTAS realizadas por M. Rago com:

Suely Carneiro - janeiro de 2006.

Maria Amélia Telles - fevereiro de 2006.

Norma Telles - janeiro de 2005.

# 4

Samuel Cavalcante da Silva

Katia Menezes de Sousa

## **O DISCURSO DO** coaching **PROFISSIONAL** **E A GOVERNAMENTALIDADE** **NEOLIBERAL**

## INTRODUÇÃO

Vivenciamos um momento histórico no Brasil de perdas de direitos trabalhistas, como as mudanças na CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas (2017), a reforma da previdência (2019) e a ampliação na legislação sobre terceirização (2017). Juntando-se a isso, vimos surgir a supervalorização do empreendedorismo de si com a uberização do trabalho e o fortalecimento de discursos como o do *coaching* profissional, que traz em seu bojo uma linguagem engenhosa, cujo objetivo é criar efeitos persuasivos, para levar seus leitores a acreditarem que serão profissionais de sucesso.

Foucault, ao expor sobre a sociedade proposta pelos neoliberais, a apresenta como “[...] uma sociedade na qual o que deve constituir o princípio regulador não é tanto a troca das mercadorias, antes o mecanismo da concorrência [...]. Não uma sociedade de supermercado, mas uma sociedade de empresa” (FOUCAULT, 2010a, p. 191). Nesse sentido, a sociedade neoliberal é baseada na concorrência, e é nesse comando de competição que o sujeito da contemporaneidade constitui seus princípios morais, uma vez que “é esta multiplicação da forma ‘empresa’ no interior do corpo social que constitui, [...] a questão política neoliberal. Trata-se de fazer do mercado, da concorrência e, por conseguinte, da empresa aquilo a que se poderia chamar o poder formador da sociedade” (FOUCAULT, 2010a, p. 193). Ou seja, na sociedade neoliberal, a forma empresa é difundida, alastrada por todos os lados, inclusive no controle dos corpos dos sujeitos trabalhadores. O *homo economicus*, antes visto como “o homem da troca”, no neoliberalismo, passa a ser o “homem da empresa”, o empreendedor de si mesmo.

Nesse sentido, o nosso objetivo centra-se em refletir sobre o discurso do *coaching* profissional e sua relação com a governamenta-

lidade neoliberal, bem como compreender como tal discurso utiliza-se dos dispositivos de segurança e minoridade para capturar o sujeito trabalhador/profissional e, ao mesmo tempo, pensar sobre as possibilidades de resistências.

## AS RELAÇÕES DE PODER E O SUJEITO TRABALHADOR

Ao analisar sobre o poder, Foucault não está preocupado com poder soberano, que flui de um ponto central, mas com o que circula nas múltiplas relações de poder em que o sujeito é posto e que o constitui. Sua preocupação se volta, não somente para as relações de poder que ocorrem nas esferas políticas, governamentais e institucionais, mas principalmente por aquelas que se dão nas micro-instâncias, nas relações do cotidiano, como observamos nas palavras próprio filósofo:

[...] quando se fala de poder, as pessoas pensam imediatamente em uma estrutura política, em um governo, em uma classe social dominante, no senhor diante do escravo etc. Não é absolutamente o que penso quando falo das relações de poder. Quero dizer que, nas relações humanas, quaisquer que sejam elas – quer se trate de comunicar verbalmente, como o fazemos agora, ou se trate de relações amorosas, institucionais ou econômicas –, o poder está sempre presente: quero dizer, a relação em que cada um procura dirigir a conduta do outro (FOUCAULT, 2006, p. 276).

A partir dessa concepção sobre as relações de poder, que são usadas para conduzir condutas, Foucault (2008a) teoriza sobre três grandes domínios: do saber, do poder e da ética. O primeiro estabelece relações do sujeito sobre as coisas; o segundo estabelece relações sobre a ação dos outros; o terceiro, por sua vez, do sujeito sobre si mesmo. Para o filósofo, é preciso analisar a especificidade e o imbr-



camento desses três eixos a partir da seguinte sistematização: “como nos constituímos sujeitos de nosso saber; como nos constituímos sujeitos que exercem ou sofrem as relações de poder; como nos constituímos como sujeitos morais de nossas ações” (FOUCAULT, 2008a, p. 351). Esses domínios encontram-se ligados a dois processos de constituição dos sujeitos: da objetivação dos sujeitos, nos eixos do saber e poder, e da subjetivação dos sujeitos, na perspectiva da ética.

Nesse sentido, o sujeito se constitui como tal por meio de disciplinas e jogos de verdades, que se configuram como modos de subjetivação que, por sua vez, desenvolvem-se através das relações de poder. Sendo assim, podemos pensar na subjetividade como uma exterioridade apresentada como uma construção histórica sob determinadas condições, que possibilitam e/ou produzem posições sujeitos. Essas relações de poder engendram e/ou impõem práticas discursivas que estabelecem representações sobre o corpo, a subjetividade e o sujeito. Como propõe Foucault (1995, p. 244), “o exercício do poder consiste em ‘conduzir condutas’ e em ordenar a probabilidade”. Sobre isso, Prado Filho (2018, p. 97) afirma que:

[...] nossa cultura tem desenvolvido poderosas tecnologias de objetivação e subjetivação de indivíduos, visando a vigilância dos corpos e o governo das suas condutas, além de todo um conjunto de práticas e trabalhos do sujeito em relação a si mesmo que implicam em um governo ético do sujeito sobre si.

É importante salientar que, para Foucault, há uma estreita relação entre poder e saber, de tal forma que “não há uma relação de poder sem constituição de um campo de saber, como também, reciprocamente, todo saber constitui novas relações de poder” (MACHADO, 2011, p. XXI). Nesse sentido, a relação saber-poder, para o filósofo, é o instrumento que permite analisar a relação entre o sujeito e os jogos de verdade (FOUCAULT, 2006). Portanto, para analisar a produção de subjetividade, é preciso pensar nas relações saber-poder, evidenciadas nas e pelas posições sujeitas ocupadas ou reivindicadas nas prá-

ticas discursivas para, assim, pensar nas diferentes formas do sujeito, constituídas historicamente, e sua relação com os jogos de verdade.

Logo, é preciso questionar como o sujeito trabalhador/profissional entra ou é situado nesse jogo de verdade do *coaching*, visto ser este constituído por um discurso que reivindica o lugar de saber sobre o sujeito trabalhador/profissional, afirmando que suas técnicas já foram testadas e aprovadas; que os *coach* são formados em cursos reconhecidos, o que é demonstrado com a apresentação de suas filiações, com o objetivo de dar crédito ao que será dito e, ao mesmo tempo, produzindo um efeito de que o que será dito tem fundamento científico, sendo, portanto, “verdadeiro”.

Foucault apresenta, ainda, uma forma de poder desenvolvido pelo cristianismo, o poder pastoral, que visa produzir verdade e verdade sobre o próprio sujeito. É um poder que se apresenta para cuidar individualmente de cada pessoa, com promessa de salvação e sob a égide de um discurso de doação de si mesmo em prol do outro, a exemplo de Cristo. Essa forma de poder, para Foucault (1995, p. 237), faz parte da história, já que “a pastoral se não desapareceu, pelo menos perdeu a parte principal de sua eficácia”, pois a instituição eclesiástica, sua criadora, perdeu sua força. Entretanto, sua função se multiplicou e ampliou-se, criaram-se formas de ação, além dos muros das igrejas, as quais se desenvolvem por todo o corpo social. Nesse jogo, o Estado passa a ser considerado “a matriz moderna da individualização ou uma nova forma de poder pastoral” (FOUCAULT, 1995, p. 237). Nesse sentido, o poder pastoral sofre algumas alterações e passa a ter novo objetivo, não mais conduzir o indivíduo à salvação, mas passa a se preocupar com a população: saúde, bem-estar, segurança, proteção contra acidentes, surgindo o que Foucault chama de governamentalidade.

Por esta palavra, “governamentalidade”, entendo o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e

reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança (FOUCAULT, 2008b, p. 143).

A governamentalidade assume o lugar da pastoral cristã na missão de condução de conduta dos homens, não mais para levá-los ao paraíso após a morte, mas para conduzi-los a viver no aqui e agora, na vida cotidiana, nas relações consigo e com os outros. A governamentalidade busca gerir a população não mais regular. É preciso manipular e suscitar na população a necessidade de se fazer o que é necessário, é um poder “mascarado”, que não impõe, mas busca mostrar como fundamental para vida. Essa condução se realiza, principalmente, por meio de um instrumento técnico, o qual Foucault denomina “dispositivos de segurança”, que veremos mais à frente. Ainda sobre a governamentalidade, Foucault prossegue:

Em segundo lugar, por “governamentalidade” entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de “governo” sobre todos os outros – soberania, disciplina – e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo e, por outro lado, o desenvolvimento de toda uma série de saberes (FOUCAULT, 2008b, p. 143-144).

Como todo exercício de poder, a governamentalidade desenvolve uma série de saberes, dos quais a economia política é a principal produtora de verdades. E como a população é a meta final do governo, a estatística passa a ser um saber importante, já que as estimativas e os dados estatísticos são formas de controle da população. Há uma reivindicação à racionalidade científica na arte de governar, pois o conhecimento científico passa a ser indispensável para atuação do governo.

É importante destacar que governamentalidade é o nome cunhado por Foucault para reunir, num conceito amplo, o exercício de duas formas de poder que se complementam simultaneamente, duas táticas, ou duas tecnologias de poder, uma individualizante e outra totalizadora, ou o que ele também chama de biopoder, para falar da atuação do poder disciplinar e da biopolítica. O biopoder é o poder sobre a vida e, diferentemente do poder soberano, que reivindicava o direito de “fazer morrer e deixar viver”, tem um novo direito, “o direito de fazer viver e de deixar morrer” (FOUCAULT, 2005, p. 287). Ele tem o objetivo de promover e administrar a vida, ou seja, o gerenciamento da vida caracteriza o biopoder.

O poder disciplinar, segundo Foucault (2005), tem o objetivo de disseminar, de forma desinstitucionalizada, processos flexíveis de controle e pretende fabricar indivíduos em série, homogeneizando-os. Essa forma de poder, segundo Foucault (2005), aparece nos séculos XVII e XVIII, cujos procedimentos e a mecânica de seu funcionamento também são bem diferentes da perspectiva do poder soberano.

Essa nova mecânica de poder [o poder disciplinar] incide primeiro sobre os corpos e sobre o que eles fazem, mais do que sobre a terra e sobre seu produto. É um mecanismo de poder que permite extrair dos corpos tempo e trabalho, mais do que bens e riqueza. É um tipo de poder que se exerce continuamente por vigilância e não de forma descontínua por sistemas de tributos e de obrigações crônicas. É um tipo de poder que pressupõe muito mais uma trama cerrada de coerções materiais do que a existência física de um soberano, e define uma nova economia de poder cujo princípio é de que se deve ao mesmo tempo fazer que cresçam as forças sujeitadas e a força e a eficácia daquilo que as sujeita (FOUCAULT, 2005, p. 42).

O poder disciplinar, ao atuar sobre os corpos e o que eles fazem, buscando extrair seu tempo e a força de seu trabalho, torna-se “um dos instrumentos fundamentais da implantação do capitalismo industrial e do tipo de sociedade que lhe é correlativo” (FOUCAULT,



2005, p. 43), ou seja, é uma forma de poder implantada pela sociedade burguesa, que se caracteriza por sua heterogeneidade e dispersão. Nessa concepção, as disciplinas funcionam e circulam de forma difusa e múltipla em toda a sociedade.

Foucault (2005) apresenta duas imagens da disciplina: a de bloco, fechada, institucionalizada, que pretende fazer romper o mal; e a de mecanismo, que funciona de forma generalizada, em que busca melhorar o exercício de poder, todos se tornam agentes, formando uma malha complexa que se multiplica por todo o corpo social e, assim, torna-se mais eficaz e rápida. Mesmo sem um olhar controlador para vigiá-lo, o sujeito sente-se preso e busca adaptar-se e autocontrolar-se para não cometer erros. Trata-se de uma Biopolítica.

Enquanto a disciplina atua sobre os corpos dos indivíduos, a biopolítica terá como foco de controle a população e vai utilizar um outro mecanismo, os dispositivos de segurança, para conduzir as condutas da população.

Como instrumento técnico, os dispositivos de segurança trabalham com cálculos que apontam que os riscos não são os mesmos para todos os indivíduos, facilitando, assim, a identificação do que é perigoso. Caso, riscos, perigo e crise são, conforme Foucault, noções importantes que atuam no funcionamento do dispositivo de segurança, (re)configurando a identidade de uma população (SOUSA, 2017, p. 135).

Nesse sentido, crise, perigo, riscos e problemas em geral são mecanismos dos dispositivos de segurança que objetivam produzir medo na população, medo que leva à obediência. Essa cultura do medo é, para Foucault, uma característica intrínseca ao liberalismo: “[...] assiste-se em toda a parte a esse estímulo do medo do perigo, que, de certo modo, é a condição, o correlativo psicológico e cultural interno do liberalismo. Não há liberalismo sem a cultura do medo” (FOUCAULT, 2010a, p. 97).

Esses dispositivos funcionam como ampliadores de conhecimento sobre os governados, por meio de estatísticas que revelam dados sobre as riquezas, doenças, emprego e desemprego etc. Esses dados também funcionam como forma de “garantir” a obediência ao governo, por meio de um discurso de proteção e segurança à população.

A disciplina e a biopolítica são “dois níveis de poder que estão necessariamente entrelaçados, uma vez que corpos compõem as populações e populações são compostas por corpos individuais” (TAYLOR, 2018a, p. 63). Sendo assim, podemos afirmar que, nas análises de Foucault sobre poder, há um deslocamento do poder soberano para o biopoder, em que se relacionam controle disciplinar do corpo (poder disciplinar) e controle das populações (biopolítica). Sobre esses dois níveis de poder, Foucault (2005, p. 297) afirma:

Temos portanto, desde o século XVIII (ou em todo caso desde o fim do século XVIII), duas tecnologias de poder que são introduzidas com certa defasagem cronológica e que são sobrepostas. Uma técnica que é, pois, disciplinar: é centrada no corpo, produz efeitos individualizantes, manipula o corpo como foco de forças que é preciso tornar úteis e dóceis ao mesmo tempo. E, de outro lado, temos uma tecnologia que, por sua vez, é centrada não no corpo, mas na vida; uma tecnologia que agrupa os efeitos de massas próprios de uma população, que procura controlar a série de eventos fortuitos que podem ocorrer numa massa viva.

Nesse sentido, os mecanismos disciplinares e os dispositivos de segurança, instrumento técnico essencial da biopolítica, se entrecruzam. Como podemos observar:

[...] o *corpus* disciplinar também é amplamente ativado e fecundado pelo estabelecimento desses mecanismos de segurança. Porque, afinal de contas, para garantir essa segurança é preciso apelar, por exemplo, e é apenas um exemplo, para toda série de técnicas de vigilância, de vigilância dos indivíduos, de diagnóstico do que eles são, de classificação da sua estrutura mental,

da sua patologia própria, etc., todo um conjunto disciplinar que viceja sob os mecanismos de segurança para fazê-los funcionar (FOUCAULT, 2008b, p. 11).

Os mecanismos disciplinares são utilizados como forma de garantir a segurança da população. Para Foucault (2008b, p. 14), “a segurança é uma certa maneira de acrescentar, de fazer funcionar, além dos mecanismos propriamente de segurança, as velhas estruturas da lei e da disciplina”. Esse sucesso em seu funcionamento se faz porque o dispositivo de segurança funciona assumindo o lugar de cuidador do rebanho, antes desempenhado pelo pastor, mas não em termos individuais, como na pastoral, e sim em termos da população. Há promessa de segurança e proteção, há toda uma preocupação com o bem-estar da população e, ao mesmo tempo, busca, ao mostrar os riscos e perigos, produzir medo que leva à obediência.

O biopoder é exercido de forma sutil. Os saberes sobre o prolongamento da vida e do bem-estar são difundidos por todos os lados, tendo a própria população como sua maior propagadora e aliada para garantir seu exercício. Nesse sentido, o biopoder, na forma como é exercido, tem baixo grau de resistência.

Um ponto importante e que muito interessa à presente discussão é a noção de biopolítica relacionada à racionalidade econômica do neoliberalismo. Para Foucault, o neoliberalismo tem uma nova visão sobre a força de trabalho.

Não é uma concepção da força de trabalho, é uma concepção do capital- competência que recebe, em função de diversas variáveis, um determinado rendimento que é um salário, um rendimento-salário, de forma que é o próprio trabalhador que surge como sendo para si mesmo uma espécie de empresa (FOUCAULT, 2010a, p. 285).

O indivíduo passa a ser, no neoliberalismo, o seu próprio capital, o próprio produtor e o próprio produto, a fonte de seu sustento e não

mais um parceiro de trocas: “[...] o *homo economicus* é um empresário, e um empresário de si mesmo” (FOUCAULT, 2010a, p. 311), é um verdadeiro empresariamento da vida, em que ganha mais quem tem melhor capital humano, por isso, cada indivíduo deve se aperfeiçoar, melhorar seu capital humano para obter melhores rendimentos. Logo, o empreendedorismo de si é um projeto de captura das subjetividades, formando um novo ideário de sujeito, “o sujeito empresa”.

Nesse modo de vida neoliberal, o princípio regulador da sociedade são os mecanismos de concorrência. Segundo Foucault (2010a, p. 191):

São esses mecanismos que devem ter a maior superfície e espessura possíveis, que devem também ocupar o maior volume possível na sociedade. Ou seja, aquilo que se procura obter não é uma sociedade sujeita ao efeito-mercadoria, mas sim uma sociedade sujeita à dinâmica concorrencial.

A concorrência é, portanto, o motor propulsor que movimenta o mercado de trabalho na governamentalidade neoliberal, e o trabalhador passa a ser o próprio capital, precisando, portanto, desenvolver competências, qualificar-se, ampliar suas possibilidades, além de tornar-se o melhor no que faz, pois é competindo que nos constituímos de acordo com os princípios morais da sociedade capitalista.

Esta decomposição do trabalho em capital e em rendimento implica, por certo, algumas consequências bastante importantes. Em primeiro lugar, o capital assim definido como aquilo que possibilita um rendimento futuro, rendimento que é o salário, é um capital praticamente indissociável de quem o detém. E, nesta medida, não é um capital como os outros. A aptidão para trabalhar, a competência, o poder fazer qualquer coisa, nada disto pode ser separado daquele que é competente e que pode fazer alguma coisa (FOUCAULT, 2010a, p. 284-285).

Na governamentalidade neoliberal, para Foucault (2010a), todos os sujeitos são considerados livres e as divisões sociais que



existem, bem como as disparidades econômicas, são atribuídas ao fracasso das escolhas de cada indivíduo e à falta de esforço e dedicação. Todos podem alcançar o salário que desejam, desde que se esforcem o bastante.

O *coaching* profissional funcionaria, portanto, como uma prática do neoliberalismo, ou uma das técnicas para “formar capital humano, formar essa espécie de competência-máquina que vai produzir rendimento, ou melhor, que vai ser remunerada pelo rendimento. Significa, evidentemente, fazer aquilo a que se chama de investimentos educativos” (FOUCAULT, 2010a, p. 289). É o investir em si mesmo, com o objetivo de tornar-se empreendedor de si, profissional de sucesso, é o que o *coaching* oferece/vende.

E, para vender o seu produto, o *coaching* utiliza-se de uma marcação dos sujeitos em seu discurso, na qual considera seu interlocutor como aquele que está perdido como profissional e que precisa ser guiado e treinado. Há uma marcação clara das posições sujeitos ocupadas no discurso: o *coach* (o treinador), aquele que é preparado para lhe fazer um profissional de sucesso, e o *coache* (o cliente), o que está perdido e sem rumo, que precisa ser treinado para torna-se bem-sucedido.<sup>43</sup>

Essa noção do indivíduo que precisa ser guiado, herança da pastoral cristã e refiguração da biopolítica, e que objetiva sequestrar a autonomia do sujeito, é discutida por Foucault em *O cuidado de si e dos outros*, ao analisar Kant e problematizar o estado de menoridade. Mas o que seria esse estado de menoridade? Foucault o apresenta, a partir do que Kant fala, da seguinte forma:

Aliás, ele [Kant] próprio diz: se os homens estão nesse estado de menoridade, se eles se colocam sob a direção dos outros, não é que os outros se apossaram do poder, nem tampouco

43 Análise realizada a partir das informações contidas no site do Instituto Brasileiro de *Coaching*. Disponível em: <<https://www.ibccoaching.com.br/>>. Acesso em: 01 fev. 2020.

que lhes tenham confiado o poder, num ato essencial, fundador e instaurador. É, diz ele, porque os homens não são capazes ou não querem dirigir a si mesmos e que outros se apresentaram obsequiosamente para tomá-los sob a sua direção (FOUCAULT, 2010b, p. 29).

Foucault inicia sua aula de 05 de janeiro de 1983 (segunda hora) retomando o texto de Kant, o qual começa com a pergunta “o que é o iluminismo?”, e apresenta a resposta: “a saída do homem da sua menoridade, pela qual ele próprio é responsável” (FOUCAULT, 2010b, p. 25). Para o filósofo francês, Kant fala apenas na saída do homem desse estado de menoridade, sem nenhuma referência para onde ele vai. Logo, essa definição de saída proposta por Kant não é clara. Foucault, então, a problematiza: “ora, aqui também se coloca um problema que é o de saber: o que é esse homem, o que é esse agente da saída que é o homem? Mas, muito exatamente, trata-se mesmo de um agente de saída? Em outras palavras trata-se de um processo ativo ou passivo?” (FOUCAULT, 2010b, p. 27).

Sobre a problematização de Foucault a essa falta de clareza sobre a saída do homem do seu estado de menoridade, conforme apresentado por Kant, Leme (2013, p. 25), corrobora:

Para Foucault essa definição está longe de ser clara e evidente. São três as razões dessa dificuldade: primeiro, a natureza de saída; segundo, o sujeito em causa; e terceiro, o seu carácter prescritivo. O elemento crucial e original na interpretação foucaultiana é a tensão que ele descobre entre o elemento descritivo, a saída como desprendimento, e o elemento prescritivo, a saída como ideal. A dificuldade que esta distinção levanta é que se trata, para Foucault, de uma descrição que é simultaneamente uma prescrição.

Nesse sentido, para Foucault, a saída da menoridade não pode ser prescritiva, pois, dessa forma, o sujeito continuaria agindo por meio de outrem que lhe diga o que fazer, ou seja, a experiência alteradora de

um não serve para outro. Não há uma solução dada, posta, determinada, é preciso problematizá-la.

Essa negação do indivíduo em sair do estado de menoridade é esperada pelos que governam, já que os dispositivos de segurança buscam, por meio do medo, produzir obediência, apresentando aos indivíduos formas de como agir. Essa terceirização da conduta também tem seu valor para o indivíduo que, de certa forma, tem a quem culpar se algo der errado.

Diante do exposto, podemos pensar no *coaching* profissional como uma ferramenta do neoliberalismo, agindo a partir dessa permanência no estado de menoridade, com o intuito de conduzir condutas dos trabalhadores e trabalhadoras, a fim de produzir uma subjetividade que o mercado necessita. Ou seja, as condições para que tal discurso se realize, na contemporaneidade, se faz pelas necessidades capitalistas e neoliberais.

Ao operar a partir dessas necessidades capitalistas e neoliberais, por um lado, o discurso do *coaching* se apropria da lógica do capital humano para oferecer seus serviços aos trabalhadores/profissionais, com o objetivo de captura das subjetividades, a fim de produzir sujeitos úteis ao neoliberalismo e ao capital. Isso é realizado por meio de um discurso engenhoso, que oferece aos seus interlocutores “técnicas” para se tornarem profissionais de sucesso.

Por outro lado, diante das mudanças ocorridas no mercado de trabalho, como mencionamos, o trabalhador vê-se obrigado a se “atualizar” para continuar tendo renda e participando da concorrência nesse mercado. Se na teoria o sujeito é uma máquina, precisa estar sempre melhorando seu equipamento, logo, nesse contexto em que vivemos, terá melhores condições de concorrência quem tiver melhor equipado a sua máquina. O *coaching* se apropria dessa realidade para oferecer seus serviços, tendo as condições adequadas para a produ-

ção de seus discursos, fabricando, em certa medida, sentido aos seus interlocutores e conseguindo audiência, pois muitos estão à procura de alguém que lhe diga como ser um profissional de sucesso, permanecendo em um estado de menoridade.

O *coaching* apresenta técnicas prescritivas sobre o ser e o agir do sujeito trabalhador profissional, uma espécie de sequestro das subjetividades. Essas técnicas devem ser colocadas em prática pelos clientes e são acompanhadas de um discurso que valoriza/culpabiliza os sujeitos pelo seu sucesso/insucesso, pois o neoliberalismo atribui ao sujeito os seus sucessos e fracassos.

As práticas discursivas do *coaching* buscam, por um lado, objetivar os sujeitos trabalhadores/profissionais, de modo a torná-los eficazes (faz do trabalhador um objeto), por outro, o subjetivar, pois produz modos de subjetivação que pretendem levá-lo a mudanças de comportamento e à identificação com a posição sujeito de profissional de excelência. Tal produção de subjetividade é fundamental ao neoliberalismo, que tem como objetivo produzir sujeitos de interesse e competitivos, que sejam empreendedores de si mesmos.

A governamentalidade, baseada no pastorado, que promete segurança, a qual é buscada a qualquer custo pela população, criando a expectativa de sucesso em um mundo de concorrência e competição, atua no governo das condutas da população, logo, do trabalhador. Este é governado por certas formas de poder e deve se governar para atender ao mercado, adequando-se, adaptando-se a sua lógica para ter sucesso como profissional/trabalhador, pois sucesso é um imperativo. A questão que se coloca é: como se governar de outras formas? Ou ainda, alguém quer buscar outras possibilidades de se governar ou simplesmente assumir um lugar de rebanho a ser conduzido em um contínuo estado de menoridade, já que é cômodo ter alguém para culpar?



Para Foucault (1995, p. 239), em *O Sujeito e o Poder*, “temos que promover novas formas de subjetividade através da recusa deste tipo de individualidade que nos foi imposto há vários séculos”. Diante do que vimos até o momento, apresentam-se os seguintes questionamentos: Como promover novas subjetividades, como propõe Foucault? Como resistir a tais capturas das subjetividades, visto que o *coaching* se insere e atende aos objetivos do capitalismo e do neoliberalismo? Não temos aqui a pretensão de dar respostas definitivas, mas de começar a rascunhar algumas reflexões a partir das contribuições de Michel Foucault.

## PRÁTICAS DE SI COMO FORMA DE RESISTÊNCIA À CAPTURA DA SUBJETIVIDADE DO SUJEITO TRABALHADOR

Foucault (1995), como já mencionamos, aponta que o sujeito é posto em relações de poder muito complexas, pois, para o filósofo, tais relações são múltiplas e se apresentam em vários níveis; elas ocorrem não somente nas esferas políticas, governamentais e institucionais, mas também nas micro instâncias, nas relações cotidianas e implicam em lutas e resistências, como nas oposições das mulheres sobre o poder dos homens, dos filhos em relação ao poder dos pais etc. O autor argumenta, entretanto, que não é o bastante afirmar a existência dessas lutas “antiautoritárias”, é preciso definir o que elas têm em comum e, por isso, apresenta seis características delas.

Analisando as três primeiras características dessas lutas, conforme apresentadas por Foucault (1995), observamos que: elas transcendem os limites de um país, a ideia de que “isso sempre foi assim” não impede a resistência sobre os modos de vida im-

postos, seja em um país dito democrático ou não; essas lutas são contra os efeitos de poder nas relações cotidianas, nesse sentido, podemos pensar naquele que anuncia ter razão sobre determinado assunto, “eu sei o que estou falando”, como exemplifica Foucault, o médico que se coloca no lugar do saber sobre a saúde, sobre a vida e morte das pessoas; e, ainda, são lutas que buscam soluções para o aqui e agora, o imediato, não estão preocupadas com os problemas futuros, apenas com as soluções de cada dia, não há um fundamento, uma proposta que oriente a luta.

Já as outras três características das lutas revelam o seu objetivo, que não é atacar uma instituição de poder, ou um sistema governamental, mas as formas de poder do cotidiano, as “micro instâncias” de poder, pois são lutas contra as formas de sujeição. As formas de poder desenvolvidas nessas “micro instâncias” pretendem categorizar o indivíduo, marcando-o como sujeito de uma identidade, estabelecendo regimes de verdade e de saber que determinam as representações identitárias do sujeito, em que os outros têm que reconhecer nele e ele nos outros. É uma forma de poder que faz dos indivíduos sujeitos e que tem como foco as relações entre sujeitos.

Foucault (1995) reitera, ainda, a existência de três tipos de lutas:

[...] contra as formas de dominação (ética, social e religiosa); contra as formas de exploração que separam os indivíduos daquilo que eles produzem; ou contra aquilo que liga o indivíduo a si mesmo e o submete, deste modo, aos outros (lutas contra a sujeição, contra as formas de subjetivação e submissão) (FOUCAULT, 1995, p. 235).

Esse terceiro tipo de luta, contra as formas de sujeição, contra a submissão da subjetividade (micro instâncias), embora esteja se tornando cada vez mais importante, segundo o filósofo, não implica no desaparecimento das lutas contra as formas de dominação e exploração (macro instâncias). O estudioso afirma que “os mecanismos de

sujeição não podem ser estudados fora da sua relação com os mecanismos de exploração e dominação. Porém, não constituem apenas o 'terminal' de mecanismos mais fundamentais. Eles mantêm relações complexas e circulares com outras formas" (FOUCAULT, 1995, p. 236).

Para o filósofo francês, essa terceira forma de luta tende a prevalecer em nossa sociedade, uma vez que isso ocorre devido à nova forma política de poder, o Estado, que se desenvolveu no decorrer da história moderna. Embora o Estado seja uma forma de poder totalizadora, para Foucault (1995), o Estado moderno ocidental começou a desenvolver uma forma de poder individualizante e não somente totalizadora, tendo em vista que passou a integrar em sua política uma forma de poder desenvolvida pelo cristianismo, o poder pastoral, o que ele, em outros textos, chamará de biopolítica, como vimos anteriormente.

Tais lutas descritas por Foucault, são, portanto, formas de resistências à governamentalidade. Sobre isso, Hamann (2012, p. 126) corrobora:

É importante sublinhar o fato dessas lutas serem respostas críticas a formas contemporâneas de governamentalidade, particularmente as técnicas administrativas de assujeitamento utilizadas para moldar os indivíduos em termos de suas condutas livres.

Para Foucault, em uma sociedade de sujeito livres, é possível que eles possam interferir na constituição de suas subjetividades por meio das práticas de si:

[...]essas práticas de si tiveram, nas civilizações grega e romana, uma importância e, sobretudo, uma autonomia muito maiores do que tiveram a seguir, quando foram até certo ponto investidas pelas instituições religiosas, pedagógicas ou do tipo médico e psiquiátrico. (FOUCAULT, 2006, p. 265).

Sobre as práticas de si como forma emancipatória e de resistência, é importante destacar o que Taylor (2018b, p. 221) afirma:

[...] não há instituições e normas emancipadoras que nos capacitem, por um lado, e instituições e normas opressivas ou normalizadoras que nos constriam, por outro; em vez disso, somos simultaneamente capacitados e constriados pelas mesmas instituições e normas.

Nesse sentido, é preciso refletir criticamente sobre esse processo de produção de si, que só se opera no exercício da liberdade. Sobre essa questão, Foucault (2006, p. 268) retoma novamente a ação dos gregos e romanos:

[...] acredito que, nos gregos e romanos – sobretudo nos gregos –, para se conduzir bem, para praticar adequadamente a liberdade, era necessário se ocupar de si mesmo, cuidar de si, ao mesmo tempo para se conhecer – eis o aspecto familiar do *gnóthi seauton* – e para se formar, superar-se a si mesmo, para dominar em si os apetites que poderiam arrebatá-lo.

Cabe retomarmos o que vimos anteriormente sobre o neoliberalismo que, na perspectiva de Foucault (2008b), integrou em seu discurso o poder pastoral, pelo viés da condução de condutas, mas não do indivíduo e sim da população. No mesmo sentido de cuidado que o poder pastoral exercia sobre os fiéis, “a biopolítica moderna assegura que indivíduos já estão sendo cuidados em termos de formas biológicas e econômicas de saber e práticas” (HAMANN, 2012, p. 128). Sendo assim, o biopoder mascara o cuidado de si, pois alguém já cuida de você pelo viés da ciência e pelo saber. E é por esse meio que o *coaching* vende seu produto e conquista adeptos.

Foucault (2008b, p. 174) afirma que:

[...] o homem ocidental aprendeu durante milênios o que nenhum grego sem dúvida jamais teria aceitado admitir, aprendeu durante milênios a se considerar uma ovelha entre as ovelhas. Durante milênios, ele aprendeu a pedir sua salvação a um pastor que se sacrifica por ele.



Logo, aprendemos, por dois milênios, a depender de alguém para nos dizer o que fazer e como nos constituirmos, e o biopoder se aproveita dessa herança que nos foi imposta para conduzir nossas condutas enquanto sujeitos, seja em relação a nossa sexualidade, seja em relação a nossa força de trabalho.

Dessa forma, o sujeito precisa que alguém lhe diga o que fazer e como se constituir. A igreja, como vimos, por meio do poder pastoral e durante muito tempo, buscou produzir sujeitos da menoridade, entretanto, só a saída desse estado de menoridade poderá levá-lo ao exercício da atividade crítica e às práticas de si.

O voltar-se para si mesmo livremente, numa perspectiva da ética, como propõe Foucault, por meio do conhecer a si mesmo, funciona como um campo aberto de possibilidades. Então, no domínio da ética, ao se estabelecer um cuidado de si, ampliam-se as possibilidades de resistências a essas formas de captura das subjetividades. Ademais, tal prática possibilita pensar em novas formas de subjetividade contra os jogos de verdades presentes no discurso do *coaching*, que apresenta uma prescrição pronta, acabada, buscando determinar ao sujeito como deve se constituir. Essas novas formas de subjetividade podem ser construídas por meio do que Foucault (2010b) chamou de “focos de experiências” e que Laval (2019) vê como “experiência utópica”.

Segundo Laval (2019), em suas reflexões sobre a “experiência utópica” em Foucault, é preciso vivenciar e experimentar para sair mudado. Essa experiência depende da crítica do pensar e da resistência à reprodução de “verdades” postas. É preciso refletir sobre essas verdades para que a experiência possa trabalhar como saída da menoridade. Para Laval (2019, p. 109), a experiência é “[...] aquilo que permite fugir das condições de possibilidade de uma época, o que traz em si pelo menos a virtualidade de um deslocamento, de uma modificação do quadro e do modo de vida, de uma transformação de si”. Nesse sentido, é preciso formar um campo de experiências para governa-se a si mesmo.

## REFERÊNCIAS

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. *In*: DREYFUS, Hubert Lederer; RAVINOW, Paul. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica - para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Trad. Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-249.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. A ética do cuidado de si como prática de liberdade (1984). *In*: MOTTA, Manoel Barros da (Org.). *Ética, sexualidade e política/ Michel Foucault – Ditos e Escritos V. 2*. ed.. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p. 264-287.

FOUCAULT, Michel. O que são as Luzes? (1984). *In*: MOTTA, Manoel Barros da (Org.). *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento/ Michel Foucault – Ditos e Escritos II*. Trad. Eliza Monteiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008a, p. 335-351.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território, População: curso no Collège de France (1977-1978)*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*. Trad. de Pedro Elói Duarte. Lisboa: Edições 70, 2010a.

FOUCAULT, Michel. *O governo de si e dos outros: curso no Collège de France*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2010b.

HAMANN, Trent H. Neoliberalismo, governamentalidade e ética. *In*: *Revista Ecopolítica*. Porto Alegre, v. 3, p. 99-133, 2012. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/ecopolitica/article/view/12910>>. Acesso em: 02 fev. 2020.

LAVAL, Christian. Foucault e a experiência utópica. *In*: FOUCAULT, Michel. *O enigma da revolta: entrevistas inéditas sobre a Revolução Iraniana*. Trad. Lorena Balbino. São Paulo: N-1 Edições, 2019, p. 103-142.

LEME, José Luís Câmara. O verme e a ovelha: Foucault, Kant e a relação de si para consigo. *In*: MUCHAIL, Salma Tannus; FONSECA, Márcio Alves da; VEIGA-NETO, Alfredo (Orgs.). *O mesmo e o outro: 50 anos de História da loucura*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

MACHADO, Roberto (Org. e Trad.). Por uma genealogia do poder (Introdução). *In*: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2011, p. VII-XXIII.

PRADO FILHO, Kleber. Estetização da subjetividade: formas contemporâneas de cuidado e produção de si mesmo. *Cadernos Discursivos*, Catalão-GO, Edição Especial, v.2 n 1, p. 92-103, 2018. (ISSN: 2317-1006 – online).

SOUSA, Katia Menezes de. Dispositivos de poder Foucault: práticas e discursos da atualidade. *In: FERNANDES JÚNIOR, Antônio; SOUSA, Kátia Menezes de (Orgs.). Dispositivos de poder em Foucault: práticas e discursos da atualidade. 2. ed. Catalão: Editora Letras do Cerrado, 2017.*

TAYLOR, Chloë. Biopoder. *In: TAYLOR, Dianna (Org.). Michel Foucault: conceitos fundamentais. Trad. Fábio Creder. Petrópolis: Vozes, 2018a.*

TAYLOR, Dianna. Práticas de si. *In: TAYLOR, Dianna (Org.). Michel Foucault: conceitos fundamentais. Trad. Fábio Creder. Petrópolis: Vozes, 2018b.*

# 5

Antônio Fernandes Júnior  
Raquel Costa Guimarães Nascimento

## **BIOPOLÍTICA E NECROPOLÍTICA NA GESTÃO DA VIDA E MORTE E O DISCURSO JORNALÍSTICO**

DOI: [10.31560/pimentacultural/2021.936.133-159](https://doi.org/10.31560/pimentacultural/2021.936.133-159)



## INTRODUÇÃO<sup>44</sup>

No dia 25 de maio de 2018, um incêndio no Centro de Internação que funcionava dentro do sétimo Batalhão de Polícia Militar, localizado no Jardim Europa, em Goiânia, matou 10 adolescentes que cumpriam medida socioeducativa.

No ano seguinte, em fevereiro de 2019, o país foi impactado com a notícia sobre outro incêndio, agora no Centro de Treinamento Presidente George Helal (conhecido como Ninho do Urubu), do time de futebol do Flamengo, localizado no bairro Vargem Grande, na cidade do Rio de Janeiro. O alojamento do time de base, onde dormiam vários adolescentes, foi destruído pelo fogo e morreram 10 deles.

Em ambos os casos, morreram 10 adolescentes: no primeiro, eles estavam custodiados pelo governo e, no outro, sob responsabilidade do clube de futebol. A fim de refletir sobre as relações do discurso midiático com os sujeitos da notícia, selecionamos as primeiras reportagens publicadas pelo *site* G1 a respeito do incêndio no Centro de Internação de Goiânia, e sobre o incêndio no Ninho do Urubu. Para isso, trarei alguns trechos de cada uma das notícias postadas no *site*, observando como foram construídos os enunciados sobre os adolescentes mortos.

Tendo em vista que “o discurso jornalístico colabora para a manutenção de certos discursos em circulação, ou seja, trabalha, no inconsciente, de modo a deixar viva a memória discursiva e, com isso, contribui para a manutenção (ou reforço) das relações sócio-jurídico-políticas” (CORACINI, 2003, p.204), interessa-nos compreender como

44 Este texto é parte da dissertação de mestrado “O incêndio no centro de internação de Goiânia: trajetos discursivos do acontecimento” (em andamento), sob a orientação do professor Antônio Fernandes Júnior no Programa de Pós Graduação em Estudos da Linguagem (SEPPGEL), desenvolvido com fomento de bolsa de mestrado CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

foram constituídos parte dos enunciados que constroem o acontecimento de modo a perceber as aproximações e os distanciamentos entre eles, explicitando as construções discursivas a respeito do incêndio e seus envolvidos, em especial os adolescentes mortos. De início, iremos considerar os conceitos de biopolítica e necropolítica e, após isso, descrever as reportagens, destacando trechos que se refiram aos adolescentes e o discurso de outros sujeitos em relação a eles, para entender como sua morte foi recepcionada pelas diversas instituições que falam nas notícias.

## A GESTÃO DA VIDA E DA MORTE

Em *História da sexualidade I* (1988), Foucault explica que existem, desde o século XVII, duas formas principais de desenvolvimento do poder. Uma delas centrou-se no corpo enquanto máquina, para adestrá-lo, ampliar suas forças e aptidões, para que, ao mesmo tempo, esse corpo se torne dócil e útil. Ele define esses procedimentos como disciplinas anátomo-políticas (FOUCAULT, 1988).

Na segunda metade do século XVIII, essas técnicas de disciplina prévia são embutidas, integradas, de modo a construir uma nova técnica, que “não suprime a técnica disciplinar simplesmente porque é de outro nível, está noutra escala, tem outra superfície de suporte e é auxiliada por instrumentos totalmente diferentes” (FOUCAULT, 1999, p.289). Essa nova técnica, diferente da primeira, que era aplicada ao corpo, se aplica agora à vida, ao homem, não enquanto ser individual, mas enquanto ser-espécie em seus processos biológicos. Se a disciplina prévia toma o homem para individualizá-lo, esta técnica o captura para massificá-lo, passando, então, da anátomo-política para a biopolítica. Foucault descreve essa transição da seguinte forma:

a disciplina tenta reger a multiplicidade dos homens na medida em que essa multiplicidade pode e deve redundar em corpos

individuais que devem ser vigiados, treinados, utilizados, eventualmente punidos. E, depois, a nova tecnologia que se instala se dirige à multiplicidade dos homens, não na medida em que eles se resumem em corpos, mas na medida em que ela forma, ao contrário, uma massa global, afetada por processos de conjunto que são próprios da vida, que são processos como o nascimento, a morte, a produção, a doença, etc. (1999, p.289).

Os objetos de saber dessas tecnologias são os processos de reprodução, natalidade, fecundidade, doenças, endemias, velhice, acidentes, anomalias e outros fenômenos que irão fazer com que a biopolítica instale sistemas de observação, monitoramento e intervenção, na passagem da metade para o fim do século XVIII. Além disso, surgiram preocupações com os problemas hidrográficos e geográficos – como os pântanos, por exemplo – e ainda a questão das cidades.

Ao trato com o corpo individual, soma-se, agora, o trato com o corpo coletivo, o corpo social. E é o fato de os indivíduos não serem mais sujeitos do poder apenas como um corpo, mas como parte de um corpo social que irá implicar mudanças mais propositivas nas atuações desse biopoder. “Pode-se mesmo dizer que, na maioria dos casos, os mecanismos disciplinares de poder e os mecanismos regulamentadores de poder, os mecanismos disciplinares do corpo e os mecanismos regulamentadores da população, são articulados um com o outro” (FOUCAULT, 1999, p.299). Nessa perspectiva, se a saúde do corpo social está em jogo, é preciso que se privilegie o conjunto da sociedade, mesmo que, para isso, alguns integrantes do grupo, ou seja, alguma parte do corpo seja sacrificada em benefício do todo. A imagem de uma doença que deve ser extirpada ultrapassou as áreas médicas e as questões relacionadas à saúde pública para ser aplicada aos mecanismos de gestão social.

A biopolítica, segundo o autor, passou a lidar com a noção de população como problema político, científico, biológico, e como problema de poder. É possível “falar de biopolítica para designar o que faz

com que a vida e seus mecanismos entrem no domínio dos cálculos explícitos, e faz do poder-saber um agente de transformação da vida humana” (FOUCAULT, 1988, p.134).

Esse trato com a vida passará, inevitavelmente, por lidar não com os temas individuais, mas com questões gerais, que englobam a sociedade enquanto corpo social, mediante mecanismos globais, agindo “de tal maneira que se obtenham estados globais de equilíbrio, de regularidade; em resumo, de levar em conta a vida, os processos biológicos do homem-espécie e de assegurar sobre eles não uma disciplina, mas uma regulamentação” (FOUCAULT, 1999, p.294). Essa regulamentação passa a atuar sobre a vida, e o poder, que com o soberano “fazia morrer ou deixava viver”, agora opera de modo a regular, controlar e produzir a vida. Conforme Foucault, o poder é cada vez menos o direito de tirar a vida, e cada vez mais o direito de intervir na maneira com que se vive. A biopolítica foi concebida pelo filósofo como o “fazer viver, deixar morrer”.

Cabe ressaltar que essa dinâmica de poder não substituiu a anterior, porém a recobriu. Dizendo de outro modo, o direito do soberano de “fazer morrer e deixar viver” não foi simplesmente substituído pelo direito do Estado clássico de fazer viver, já que ele não desapareceu, mas foi sobreposto. E assim como o direito do soberano colocava indiretamente a vida dos súditos em risco, mesmo sendo instituído para protegê-la, o biopoder pode, na pretensa defesa ou manutenção da vida, provocar a morte. O poder, que se enuncia a serviço da vida, que exerceria positivamente uma força que gera vida, acaba por matar (FOUCAULT, 1988).

O autor usa os exemplos da bomba nuclear e da fabricação de vírus para exemplificar o nível máximo dessa possibilidade. Nações que, sob a justificativa de protegerem sua soberania, produzem armas capazes de causar destruição massiva à vida, ou ainda manipulam vírus potencialmente destrutivos. Elas são, para o estudioso, um pa-



radoxo que o faz levantar várias questões: Se o biopoder se afasta do direito do soberano na medida em que se distancia do “fazer morrer”, avançando para o “fazer viver”,

como um poder como este pode matar, se é verdade que se trata essencialmente de aumentar a vida, de prolongar sua duração, de multiplicar suas possibilidades, de desviar seus acidentes, ou então de compensar suas deficiências? Como, nessas condições, é possível, para um poder político, matar, reclamar a morte, pedir a morte, mandar matar, dar a ordem de matar, expor à morte não só seus inimigos mas mesmo seus próprios cidadãos? Como esse poder que tem essencialmente o objetivo de fazer viver pode deixar morrer? (FOUCAULT, 1999, p.304).

A partir dessas observações, Foucault desenvolve reflexões sobre racismo de Estado. Para o pensador, é impossível responder a questões como a incidência do poder sobre a vida e a morte sem abordar essa temática, pois, para ele, o aparecimento do biopoder fez com que surgisse esse tipo de racismo, sem o qual não seria possível o funcionamento do Estado moderno.

## RACISMO DE ESTADO

Na aula de 17 de março de 1976, Foucault desenvolve a seguinte reflexão: o racismo insere um corte na sociedade, uma divisão entre “quem deve viver e quem deve morrer. [...] Essa é a primeira função do racismo: fragmentar, fazer cesuras no interior desse contínuo biológico a que se dirige o biopoder” (FOUCAULT, 1999, p.304-305). Para ele, o racismo não surge nesse momento, evidentemente. Porém, é apenas nesse ponto histórico que passa a ter tal modo de funcionamento, o de entender uma parcela da população como uma mistura de raças, agir de modo a qualificar alguns grupos com inferiores ou superiores, bons ou maus, em uma lógica de funcionamento binário da sociedade.

Essas questões não estão pautadas apenas na cor da pele, etnia e nacionalidade, mas na hierarquia biológica dentro de uma mesma população, que justificaria o fato de alguns serem eliminados em favor de uma suposta proteção do corpo social. A relação, nesse caso, não é militar ou política, entretanto biológica, pois,

quanto mais as espécies inferiores tenderem a desaparecer, quanto mais os indivíduos anormais forem eliminados, menos degenerados haverá em relação à espécie, mais eu – não enquanto indivíduo mas enquanto espécie – viverei, mais forte serei, mais vigoroso serei, mais poderei proliferar. A morte do outro não é simplesmente a minha vida, na medida em que seria minha segurança pessoal; a morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal), e o que vai deixar a vida em geral mais sadia; mais sadia e mais pura. (FOUCAULT, 1999, p.305).

O pensador acrescenta que o imperativo da morte dentro do biopoder não está baseado nos embates políticos, mas na eliminação de todo aquele que não se enquadra na norma que disciplina o corpo e regula a sociedade (FOUCAULT, 1999). E para que esse poder possa exercer o antigo direito soberano de morte, isso teria que passar pelo racismo, justificado pela norma. O autor completa que a morte desses indesejáveis não acontece necessariamente de modo direto, “mas também por tudo o que pode ser assassinio indireto: o fato de expor à morte, de multiplicar para alguns o risco de morte ou, pura e simplesmente, a morte política, a expulsão, a rejeição, etc.” (FOUCAULT, 1999, p.306).

Segundo o autor, as teorias darwinianas foram usadas no século XIX como base científica para pensar as relações entre nações e justificar guerras, o trato com criminosos e outros indesejáveis, que se tornariam um mal a ser eliminado, ou, ao menos, afastado do corpo social. Todas as vezes que “for preciso” matar pessoas ou mesmo populações e civilizações inteiras dentro do modelo do biopoder, isso será feito pautado em discursos evolucionistas e racistas (FOUCAULT,

1999). Esse modo de pensamento justificará não só o extermínio do estrangeiro, mas igualmente daqueles que, nesta visão, contaminam o grupo ou impedem sua evolução e segurança.

É possível, então, afirmar que o modelo de pensamento moderno que considera necessário isolar ou matar um criminoso, o faz atravessado por um tipo de racismo darwiniano? O autor adianta uma explicação:

Em linhas gerais, o racismo, acho eu, *assegura a função de morte* na economia do biopoder, segundo o princípio de que a morte dos outros e o fortalecimento biológico da própria pessoa na medida em que ela é membro de uma raça ou de uma população, na medida em que se é elemento numa pluralidade unitária e viva. Vocês estão vendo que aí estamos, no fundo, muito longe de um racismo que seria, simples e tradicionalmente, desprezo ou ódio das raças umas pelas outras. Também estamos muito longe de um racismo que seria uma espécie de operação ideológica [...] A especificidade do racismo moderno, o que faz sua especificidade, não está ligado a mentalidades, a ideologias, a mentiras do poder. Está ligado à técnica do poder, à tecnologia do poder. (FOUCAULT, 1999, p.308-309, grifo nosso).

A ideia de luta de raças não poder ser vista, no pensamento foucaultiano, apenas como embate entre nações, a fim de destruir a raça oponente; é também um sistema de purificação da própria raça, da própria sociedade, a partir dos exemplos por ele discutidos no curso citado. Foucault (1988) destaca que, em tese, a pena de morte para o criminoso deve-se à monstruosidade e incorrigibilidade desse indivíduo, o que poderia constituir não só um risco moral, mas um perigo biológico para o restante do corpo social.

Foucault (1988) pontua que o biopoder foi indispensável para o desenvolvimento do capitalismo, que necessitava de corpos controlados nos aparelhos de produção, além de ajustes da população aos processos econômicos. Era necessário majorar a vida, sem, contudo, permitir que os sujeitos se revoltassem, ou se recusassem a

se sujeitar. Para isso, foram mantidos rudimentos de anátomo e de biopolítica e que estão ainda hoje presentes em instituições diversas, como a família, o exército, a escola, a polícia, a medicina – ou seja, todos os mecanismos de administração da comunidade –, que atuam, segundo o filósofo, não só como mantenedores das relações de produção, mas como agentes de “segregação e hierarquização social [...] garantido relações de dominação e efeitos de hegemonia” (FOUCAULT, 1988, p.132).

Outra consequência do desenvolvimento do biopoder é o valor investido na norma em forma de lei. Aos desviantes dessa lei/norma pesam os riscos de serem capturados pelo sistema regulador. “Já não se trata de pôr a morte em ação no campo da soberania, mas de distribuir os vivos em um domínio de valor e utilidade” (FOUCAULT, 1988, p.135), isto é, não é o soberano que exige a vida, a liberdade ou o afastamento do corpo do indivíduo, entretanto é o indivíduo que coloca sua vida e liberdade em xeque ao se afastar das normas e, automaticamente, se instituir enquanto um risco social. É ele, o indivíduo, quem se distancia da política do “fazer viver” para o domínio do “deixar morrer”, ou ainda do “fazer morrer”.

## “FAZER MORRER”: A NECROPOLÍTICA

Mbembe (2018) parte das discussões de Foucault<sup>45</sup> sobre o direito do soberano à vida do súdito, das pontuações sobre biopoder e das noções “fazer morrer, deixar viver” e “fazer viver, deixar morrer” para discutir as políticas de morte. Para ele, a maior expressão de soberania está assentada “no poder e na capacidade de ditar quem

45 Mbembe argumenta em seu texto que sua abordagem é baseada na crítica de Foucault à noção de soberania e sua relação com a guerra e o biopoder no livro *Em defesa da sociedade*, curso ministrado no *Collège de France* entre 1975 e 1976. As pesquisas de Foucault findaram em 1984, ano de sua morte.



pode viver e quem deve morrer” (MBEMBE, 2018, p.5). Esse filósofo se dedica a pensar o Estado não como um garantidor da vida, mas como um gestor da morte, um poder que faz morrer ou que expõe à morte. Nesse aspecto, o Estado necropolítico se diferencia do Estado biopolítico na medida em que, mesmo que um grupo ou uma parte da população seja deixado(a) para morrer, a biopolítica norteia suas ações para garantir a vida – ainda que não seja de todos. Já o Estado necropolítico somente se articula, se movimenta e efetivamente existe na produção de morte. Mbembe parte das questões:

Mas sob quais condições práticas se exerce o direito de matar, deixar viver ou expor à morte? Quem é o sujeito dessa lei? O que a implementação de tal direito nos diz sobre a pessoa que é, portanto, condenada à morte e sobre a relação antagônica que coloca essa pessoa contra seu ou sua assassino/a? [...] Se consideramos a política uma forma de guerra, devemos perguntar: que lugar é dado à vida, à morte e ao corpo humano (em especial o corpo ferido ou massacrado)? Como eles estão inscritos na ordem do poder? (2018, p.6).

O autor também se interroga até que ponto a noção de biopoder é capaz de fazer compreender as relações contemporâneas em que o poder político investe sobre seus inimigos com punções de morte. Para isso, ele utiliza as noções de soberania, estado de exceção e estado de sítio, reflexões feitas com base nas perspectivas de Arendt (2012) e Agamben (2015).

Sua preocupação central foi com “a instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações” (MBEMBE, 2018, p.10), que seriam as formas de soberania e relação política que ainda vivemos. Ele argumenta que a biopolítica de Foucault funciona basicamente como uma divisão que trata daqueles que devem morrer e daqueles que devem viver no campo biológico.

Dialogando com o conceito foucaultiano de racismo, Mbembe (2018) entende que o argumento da raça sempre foi usado nas

sociedades ocidentais para atacar o inimigo, desumanizando-o, de modo que ele acredita ser justificável a afirmação de que o racismo exerça um lugar vital na racionalidade do biopoder. Para o autor, a soberania é basicamente a expressão do direito de matar, sustentada pelo estado de exceção e a relação de inimizade, pressuposto sob o qual se ampara o racismo.

Pensando a partir da noção de que o biopoder apenas se exerce sob estado de emergência, Mbembe afirma que o “poder (e não necessariamente o poder estatal) continuamente se refere e apela à exceção, emergência e a uma noção ficcional do inimigo. Ele também trabalha para produzir semelhantes exceção, emergência e inimigo ficcional” (2018, p.17). O que significa dizer que é criado um inimigo, que não necessariamente seja de fato um risco, para que se mantenha um estado de tensão e medo e justificar o extermínio de grupos ou até populações inteiras.

Pelo fato de se produzir um estado de medo, a criação e desumanização do inimigo e a justificativa de sua morte não é apenas motor do poder, por ação do Estado, mas é absorvido pela população naquilo que Mbembe (2018) trata da noção de sobrevivente. O sobrevivente é aquele que correu risco de morte, presenciou ou é consciente da morte de seus iguais, porém escapou e, nessa fuga da violência, eventualmente mata seus agressores. “Por isso, em grande medida, o grau mais baixo da sobrevivência é matar” (MBEMBE, 2018, p.62).

## O RACISMO, A PRISÃO E A MORTE DOS ADOLESCENTES

Para este estudo, importa deslocar essa discussão para a realidade do Brasil na conjuntura atual. Se levarmos em conta que a sociedade brasileira é permeada pela questão da violência e que o medo

do criminoso – difundido em grande parte pela mídia – é causa de inquietação, atravessado pela sensação de impunidade, será possível reconhecer as causas desse desprezo por essas vidas e o desejo por sua aniquilação. Se o criminoso é inimigo da sociedade, um perigo público, seu extermínio é percebido por ela como um problema a menos. Não há lamentos quando um delinquente morre, afinal, conforme discurso amplamente difundido em meio à parte da população brasileira, “bandido bom é bandido morto”.

Adolescentes em situação de conflito com a lei podem se enquadrar naquilo que afirma Foucault (1999) ao discutir a respeito do sujeito considerado como um perigo para os outros dentro de uma sociedade, que, por ser considerado um risco para o restante da população, pode ser legitimamente eliminado.

Completando esse raciocínio, Kwen (2016, p.32) relata que a fragilidade social torna os jovens suscetíveis à criminalidade e que a quantidade percentual de jovens e adolescentes envolvidos em crimes é pequena em comparação com adultos. Em crimes hediondos, como estupros, por exemplo, a prisão de jovens alcançou o número de 288 em 2015, enquanto a de adultos no mesmo período foi de 13.980. A maioria das infrações cometidas por jovens e adolescentes está, segundo Kwen (2016), ligada a furtos, ou seja, são crimes não violentos. O que o leva a considerar a conexão desses casos de criminalidade à desigualdade social. Além disso, estes jovens mais pobres, em comparação a jovens de classes mais altas, são presos mais vezes, por mais tempo e morrem mais.

Os estudos desse autor ainda dão conta de que existe um alto índice de mortalidade na faixa entre 18 e 20 anos e que isso está ligado à violência por parte do crime organizado e ao abandono por parte do Estado: a pobreza, a falta de serviços básicos como escola, transporte e o desemprego. O Estado está, por esta perspectiva, diretamente ligado à incidência de adolescentes e jovens em delitos. A omissão deixa

desprotegida a infância e a adolescência pobres no país, formadas, em sua maioria, por negros.

À revelia destas questões sociais, menores em situação de conflito com a lei são tomados na sociedade como criminosos, danosos, desprezíveis, e, portanto, descartáveis, em uma lógica regulada pela distribuição e manutenção da vida pelo poder que “distribui os vivos em um domínio de valor e utilidade” (FOUCAULT, 1988, p.135). Para a proteção de um grupo, permite-se o massacre de outro, o que Foucault chama de racismo ou “genocídio sistemático dos outros” (1988, p.140). Esse genocídio não ocorre, necessariamente, com uma sentença, como dito, mas pode ocorrer com a ausência de um extintor, ou o não socorro (ou a demora do socorro) às vítimas de um incêndio, ou ainda com o arquivamento de um processo. Tal fato é indicado por Foucault, quando argumenta que “Vê-se aparecer na segunda metade do século XVIII a ideia de que o delinquente é o inimigo da sociedade inteira” (2003, p.71).

Partindo dessa constatação, é possível compreender discursos materializados em alguns comentários de leitores do *site G1*, como: “Foi suicídio”; “morreu foi pouco”, entre outros. Foucault foi incisivo em seus textos, ao decretar a falência do sistema penitenciário, que

consiste em internar pessoas, sob uma fiscalização especial, em estabelecimento fechados, até que se emendem – isso é ao menos o que se supõe –, fracassou totalmente. [...] vivemos dentro de um sistema punitivo, é isso que se deve por em questão. A prisão, em si mesma, não é, senão, uma parte do sistema punitivo. (2003, p.66).

O estudioso ainda trata da estigmatização que sofre o apenado e que ela é também lugar de surgimento de revoltas (referindo-se a situações encontradas na segunda metade do século passado na França e em outros países europeus). Ele afirma que quem foi aprisionado sente dificuldade em retornar ao trabalho e à vida social.



Essa situação pode ser igualmente percebida neste século e neste continente. Sobre isso, Cury (2019)<sup>46</sup> diz que as pessoas não são presas para serem ressocializadas, ao serem separadas de suas famílias e colocadas em situação de subclasse de seres humanos. Ele alega, concordando com os autores já citados, que “em nenhum lugar do mundo aumentar o número de pessoas presas diminuiu o número de crimes praticados” (CURY, 2019, p. 46-59).

Continuando sua argumentação, Cury explica que, apesar de as cadeias não cumprirem o papel de ressocializar ou de diminuir os crimes, ela cumpre um papel social seletivo, um sistema de controle, com foco em uma classe social específica, “[e] essa seletividade, ela tem cor, ela tem classe social, e ela tem idade” (2019, p.36-41). A estigmatização é algo que, segundo o palestrante, desumaniza tanto o apenado quanto a família e todos aqueles que fazem parte do mesmo grupo social, isto é, aqueles que estão no mesmo lugar social de onde vieram os presos são vistos como perigo para a sociedade, equiparados a uma subclasse tanto quanto os presos. O que legitima a retirada de direitos não só daqueles que estão presos, mas dos que estão soltos. “Isso tudo é legitimado por conta desse discurso de que os que estão presos são menos humanos que os outros” (CURY, 2019, p.53-26).

Para este representante da defensoria pública, o sistema prisional precisa estigmatizar para existir. Sobre especificamente o adolescente em conflito com a lei, Alessio e Santos (2018, p.166) alegam que até mesmo os códigos anteriores ao Estatuto da Criança e do Adolescente sequer reconheciam o adolescente como ser em formação,

46 Palestra ministrada por Thiago Luna Cury (do Núcleo de Situação Carcerária da Defensoria Pública do Estado de São Paulo), no auditório da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, no I Seminário Internacional “Resistência dos familiares: do sofrimento à luta pelo fim das prisões”, ocorrido nos dias 4 e 5 de julho de 2019. Projeto realizado pela Amparar em parceria com o Fundo Brasil de Direitos Humanos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-EfrG8j3C4&t=3834s>. Acesso em: 10 jul. 2020.

patamar hoje afirmado, senão nas práticas ou nos discursos de alguns grupos, ao menos em lei.

A prisão, apesar de questionada, especialmente a que se ocupa de adolescentes, não perde seu poder de convencer a população de que é eficaz. Ainda que, segundo Foucault (2003, p.67), ela contribua, em realidade, para a manutenção de uma sociedade capitalista que necessita de um sistema punitivo que enquadre certos sujeitos. Concordando com Foucault, Borges acrescenta (2019, p.86):

A sociedade é compelida a acreditar que o sistema de justiça criminal surge para garantir normas e leis que assegurarão segurança para seus indivíduos. Mas, na verdade, trata-se de um sistema que surge já com uma repressão que cria o alvo que intenta reprimir.

No Brasil, a mais importante área da segurança pública é a prisão ou centros de internação.

## O INCÊNDIO NO CENTRO DE INTERNAÇÃO EM GOIÂNIA E O INCÊNDIO NO NINHO DO URUBU

As reportagens do *site G1* são construídas em um estilo padronizado, contêm no alto da página uma tarja na cor vermelha para a aba principal e notícias em geral, verde para a aba de esporte, e laranja e azul para destaques sobre celebridades e entretenimento. Cada notícia pode ser acessada por *links* direcionados por esses temas principais, localizados no alto da página, ou por região do país, em barra de menu à esquerda da tela. Os destaques do dia são posicionados na tela de abertura do *site*. O título, uma imagem e um pequeno trecho de cada matéria são alinhados em ordem vertical.

Acessadas as reportagens, o título de cada uma é disposto em letras maiores, seguido da linha fina e o trecho do jornal televisivo que reportou o fato anteriormente. A página do *site G1* reúne, dessa forma, informação em vídeo, texto, além de imagens, fotos, gráficos e *hyperlinks* que podem levar o leitor a outras matérias relacionadas. O foco de análise, contudo, abordará apenas o texto, ou seja, a dimensão escrita da matéria jornalística.

A primeira das reportagens observadas trata do incêndio acontecido no dia 25 de maio de 2018 – no Centro de Internação que funcionava dentro do sétimo Batalhão de Polícia Militar, em Goiânia – que matou, ao todo, 10 adolescentes. Tal reportagem foi postada alguns minutos após o ocorrido.

A manchete da notícia foi a seguinte:

Incêndio atinge centro de internação para menores em Goiânia e deixa pelo menos 9 mortos, dizem bombeiros.

Segue o texto introdutório:

Corporação explicou que menores colocaram fogo em colchão enrolado na entrada de um dos alojamentos. Unidade fica dentro do 7º Batalhão da Polícia Militar.

Posteriormente, no primeiro parágrafo, a reportagem repete as informações do título e subtítulo, para, em seguida, acionar o depoimento de diversas autoridades: além do Corpo de Bombeiros, a assessoria da Polícia Militar, o Instituto Médico Legal e o Gabinete do Governo Estadual emitiram seus pareceres. A reportagem é encerrada com uma nota do Governo Estadual lamentando o fato; ao que se seguiu a informação dada pelo Hospital de Urgências sobre o estado de saúde do adolescente ferido.

O incêndio em Goiânia chegou a ser noticiado, de forma breve, pelas mídias nacionais, contudo, sem tomar grandes proporções, fi-

cando sua repercussão restrita aos jornais e *sites* regionais. Por outro lado, o incêndio no Centro de Treinamento do Flamengo (Ninho do Urubu), localizado na cidade do Rio de Janeiro, tomou o jornalismo nacional pelas semanas seguintes, seja nas páginas esportivas ou nas páginas de notícias gerais.

A segunda reportagem selecionada para esta análise é a que trata desse incêndio no Centro de Treinamento (CT) Ninho do Urubu, o qual atingiu o alojamento dos atletas juvenis que dormiam na madrugada, matando 10 deles. Postada no dia 08 de fevereiro de 2019, anuncia em sua manchete:

Atletas da base do Flamengo morrem em incêndio no CT Ninho do Urubu.

Segue, abaixo, o texto de abertura:

Dez jovens, com idade entre 14 e 16 anos, morreram; há três feridos. Fogo atingiu alojamento das categorias de base do time em Vargem Grande. Prefeitura disse que dormitório não tem licença municipal.

A matéria que faz o relato do acidente no Rio de Janeiro informa já no primeiro parágrafo, que:

Todas as **vítimas** foram identificadas: eram atletas da base do time – tinham entre 14 e 16 anos.

Nela, evidencia-se a palavra “vítima”, termo que não foi utilizado em nenhum momento na reportagem feita em Goiânia. Imediatamente abaixo, com letras maiores, a matéria sobre o Ninho do Urubu coloca em destaque a fala do dirigente do Flamengo lamentando o ocorrido:

Estamos todos consternados. É a maior *tragédia* pela qual o clube já passou em 123 anos de história.

A palavra “tragédia” ocorre pela primeira vez com relação ao fato e será muitas vezes usada em reportagens seguintes.



Na página do *site G1*, logo na sequência, *hiperlinks* **dão ao leitor a possibilidade de acessar reportagens paralelas:**

VÍTIMAS: veja quem são  
 SOBREVIVENTES: leia depoimentos  
 REPERCUSSÃO: ex-atletas lamentam  
 FOTOS: imagens da tragédia  
 VÍDEOS: momento do incêndio

É possível, por meio desses *hiperlinks*, acessar depoimentos de sobreviventes, entrevistas com parentes, vídeos de atletas profissionais lamentando a morte dos adolescentes.

A reportagem segue com esclarecimentos a respeito da causa do incêndio, entrevistas com funcionários do local, destinado ao treinamento de atletas, além de informações sobre o espaço onde tudo aconteceu, e detalhes de como o local foi comprado e construído.

A seguir, algumas observações sobre estes trechos iniciais de ambas as reportagens:

**Quadro 1 – Os incêndios que mataram 10 adolescentes cada um.**

<b>G1</b>	<b>INCÊNDIO EM GOIÂNIA</b>	<b>INCÊNDIO NO RIO DE JANEIRO</b>
Manchete	<b>Incêndio</b> atinge centro de internação para menores em Goiânia e deixa pelo menos 9 mortos, dizem bombeiros	<b>Atletas</b> da base do Flamengo morreram em incêndio no CT Ninho do Urubu
Linha fina	Corporação explicou que <b>menores colocaram fogo em colchão</b> enrolado na entrada de um dos alojamentos. Unidade fica dentro do 7º Batalhão da Polícia Militar.	Dez jovens, com idade entre 14 e 16 anos, morreram; há três feridos. Fogo atingiu alojamento das categorias de base do time em Vargem Grande. Prefeitura disse que dormitório não tem licença municipal.

Fonte: elaborado pelos autores

Notamos que o sujeito da oração da primeira manchete é o “Incêndio”, já na segunda manchete o agente, ou seja, aquele termo da

frase que faz a ação e, conseqüentemente, recebe maior ênfase na leitura, é o termo “Atletas”. Seguindo essa construção, os enunciados das manchetes determinam quem ou o que receberá mais atenção na narrativa que se seguirá. Essa delimitação demarca mais que o ponto de vista, mas o ponto de partida da construção enunciativa, de modo que o direcionamento da primeira manchete é para o “Incêndio” e, na segunda, para os “Atletas”.

Destacamos o fato de não haver, no trecho de introdução da matéria na cidade de Goiânia, referência a quem eram os “9 mortos” – se trabalhadores, internos ou visitantes. A informação sobre quem morreu é dada na nota do Governo do Estado, no fim da reportagem. É feita referência à necessidade de exame da arcada dentária para identificação dos corpos dos adolescentes, em uma descrição de imagem com letras miúdas, contudo, em nenhum trecho a matéria diz claramente “morreram 9 adolescentes” ou “9 internos”.

Isso colabora para a percepção de que, se o incêndio e as mortes ocorreram em um centro de internação, naturalmente os mortos teriam sido internos e essas palavras não precisam ser escritas. Por outro lado, a responsabilidade pelo fato é delimitada no texto da linha fina (trecho abaixo da manchete), que anuncia que foram os menores alojados no Centro de Internação que atearam fogo aos colchões.

Ambas as reportagens – de Goiás e do Rio de Janeiro – trazem manifestações dos governadores estaduais. No estado de Goiás, a reportagem expõe uma nota oficial do governo, da qual, aqui reproduzida na íntegra, destacarei alguns trechos:

*O incêndio em um alojamento do centro que abriga **menores infratores** no 7º Batalhão da Polícia Militar foi **provocado pelos próprios internos**. Nove adolescentes morreram. Um acabou ferido e foi levado para o Hospital de Urgências Governador Otávio Lage de Siqueira (Hugol).*

*As providências para combater o fogo foram tomadas de imediato e evitaram um **dano ainda maior**. Todas **as forças policiais já estão mobilizadas para apurar as causas do incêndio**.*

*O governador José Eliton, assim que informado, determinou que fossem tomadas as **medidas necessárias para a apuração das causas** e para o apoio aos familiares dos internos. José Eliton, que está em Cuiabá – onde participa do Encontro de Governadores do Brasil Central –, também antecipou seu retorno a Goiânia para acompanhar e designar novas providências necessárias.*

*O Governo de Goiás lamenta o ocorrido e externa sua **solidariedade** aos familiares dos adolescentes mortos<sup>47</sup>.*

Apesar de informar duas vezes na nota (no segundo e terceiro parágrafos) que o governo “mobilizou as forças policiais para identificar as causas do incêndio”, já no primeiro parágrafo, ela dá conta de que a reponsabilidade pelas mortes é dos adolescentes (“menores infratores”, “próprios internos”) e que eles são os causadores do incêndio. Outro termo usado que se destaca é “dano”; as providências foram tomadas, não para evitar mais mortes ou ferimentos, mas para evitar “danos ainda maiores”. Esses movimentos produzidos a partir dos posicionamentos assumidos pelos sujeitos discursivos acionados para falar sobre o fato demonstram que a preocupação com a vida dos adolescentes não está presente. Importa deixar claro que, em Goiânia, os adolescentes estavam sob a tutela do Estado, o que difere dos jovens do Rio de Janeiro, que estavam sob tutela do clube esportivo.

Quanto à reportagem da cidade do Rio de Janeiro, não existe relato de nota oficial do governo. O governador enviou, via *twitter*, a mensagem descrita na matéria:

*Deixo aqui minhas **condolências** aos familiares e amigos dos 10 jovens, vítimas do incêndio no Centro de Treinamento do Flamengo, em Vargem Grande. **Esses atletas seriam o futuro do***

47 A nota oficial foi transcrita em *itálico* na reportagem.

*nosso futebol*. Aguardo investigação minuciosa sobre o fato. Que Deus dê força e conforto às famílias.

No *twitter* do governador, Wilson Witzel, o termo usado é “condolências”, que remete a sentimentos, pêsames, pesares. Há embutido, nesse termo, o sentido de uma intimidade maior, uma dor que se sente conjuntamente. Já na nota do governo goiano, a palavra dedicada à família dos mortos é “solidariedade”, termo que remete, entre outras possibilidades, à ajuda, caridade, assistência.

Vale destacar também, no *twitter*, a frase “Esses atletas seriam o futuro do nosso futebol”. Os jovens mortos são lamentados pelo governador e celebridades ouvidas como estrelas em formação. No país do futebol, em que jogadores de destaque são comparados a heróis, a gestação de cada atleta é importante. Essa noção pode ser percebida no enunciado:

Meninos do Ninho do Urubu eram parte de uma elite talentosa.

A interrupção do percurso de um possível candidato a ídolo pode tomar proporções maiores que a morte de um adolescente comum, pois um atleta, em certa medida, não é uma pessoa comum. Nele, se condensam esperanças, afetos e expectativas. O atleta é objeto de sonhos no imaginário da população.

Além da nota do governador, o jornal reporta as condolências do Presidente da República e das celebridades do mundo do futebol, Pelé, Zico e Neymar. A notícia é de que

Ídolos do futebol e clubes rivais se mandam mensagens de força.

O enunciado remete à ideia de união em torno do luto, já que times rivais determinaram uma pausa no espírito de competitividade, a fim de se consternarem juntos pela morte dos adolescentes.



Outros termos presentes no discurso materializado na reportagem sobre as mortes no Ninho do Urubu são as expressões: “Tragédia” e “luto”.

Tragédia no Flamengo.

O governador Wilson Witzel e o prefeito Marcelo Crivella decretaram luto oficial de três dias.

Vidas se foram.

Nenhuma menção semelhante às vistas a respeito dos meninos mortos no Ninho do Urubu foi feita por qualquer entrevistado na reportagem de Goiás, no que se refere aos adolescentes mortos em Goiânia, seja em manifestações de autoridades ou representantes de entidades. Todas as informações são técnicas, como as seguintes (já apresentadas no capítulo 1 desta dissertação): “em nota o governo de Goiás lamenta”; “a assessoria de imprensa da polícia militar informou que não vai se pronunciar”; “o órgão declarou que não houve rebelião”; “conforme o documento obtido pela TV. Anhanguera”. Notamos nesses enunciados o distanciamento próprio das instituições do Estado.

Dois pontos se destacam na leitura das duas reportagens: aquilo que está dito e aquilo que não está, aquilo que está materializado em forma de texto e o que está nas bordas do enunciado, mas ainda assim, permeia o discurso. Dito de outro modo, não são apenas os termos ou enunciados sobre um fato em comparação ao outro que devem ser destacados. O que também marca a análise – além da seleção de palavras e/ou sintagmas que, em sua dimensão enunciativa, apontam para um discurso ou outro – é justamente a ausência de certos enunciados, discursos ou ainda certos movimentos, sejam eles sociais ou institucionais. A lacuna, o silêncio, aquilo que não é dito sobre certos mortos e o que é sacralizado a respeito de outros é um ponto central dessa análise. Como constatado, termos como “consternados” e “pesar” não existem nas reportagens sobre o incêndio em Goiânia.

Outro detalhe a ser destacado é que os nomes das vítimas são ocultados na reportagem sobre o incêndio no Centro de In-

ternação. Segundo a Secretaria Cidadã de Goiás, e corroborado pelas instâncias midiáticas, isso acontece para que as famílias não sejam constrangidas:

Em nota, a Secretaria Cidadã informou que divulgou os nomes dos jovens primeiramente às famílias para protegê-las de “constrangimento”, seguindo o que preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).<sup>48</sup>

Já na segunda tragédia, os nomes e as fotos são divulgados, com o propósito de homenagem aos falecidos.

O lugar do atleta, desde a Antiguidade grega, carrega a simbologia do homem ideal. É comum que os nomes de atletas famosos ocupem o lugar dos heróis da atualidade, como os semideuses ocupavam em nossas civilizações remotas. Entre os gigantes de cada nação estão sempre nomes de esportistas. Normalmente, entre os grandes feitos da humanidade está algum triunfo realizado por esses habitantes de uma espécie de Olimpo, esse lugar reservado aos que se sobressaem.

A homenagem em forma de citação faz com que esses nomes sejam lembrados. Essas vidas e essas mortes não serão – ou não devem ser – esquecidas<sup>49</sup>. Eram possíveis futuros heróis, os atletas do futuro. Conforme Coracine (2003, p.204), “Alguns desses discursos,

48 Essa informação foi dada na segunda reportagem do G1 sobre o incêndio, postada dois dias depois. Disponível em: <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/unico-sobrevivente-a-incendio-que-matou-9-em-centro-para-menores-de-goiania-esta-sedado-e-respira-por-aparelhos-diz-hospital.ghtml>. Acesso em: 10 set. 2020.

49 Importa destacar que, até a escrita desse texto, as famílias dos adolescentes mortos no Ninho do Urubu requeriam judicialmente indenização pela perda de seus filhos e tinham queixas quanto ao tratamento do clube do Flamengo. Contudo, minha observação se restringe aos discursos jornalísticos datados imediatamente após o incêndio. Essas informações podem ser encontradas em: <https://www.lance.com.br/flamengo/acusado-coagir-sobreviventes-ninho-urubu.html> e <https://www.gazetaesportiva.com/times/flamengo/familiares-de-vitima-no-incendio-do-ninho-protestam-o-clube-esquece-mas-a-gente-nao/>. Acesso em: 10 out. 2020.

repetidos e ao mesmo tempo transformados em narrativas, vão constituindo a memória discursiva de um povo e construindo uma nação”.

Mas quando não se nomeia um morto, não o fadamos ao esquecimento e ao apagamento histórico, social, subjetivo e identitário, fazendo desse fato apenas mais um número? Os mortos em Goiás não são nomeados, suas trajetórias não gloriosas não merecem ser infladas com o anúncio de seus nomes, seus atos, sejam esses bons ou maus. Aos pequenos infames, projetos de marginais, desdenhados pela sociedade, não cabem lembranças. Nada se perde com sua morte. Não há um futuro brilhante à vista, nem projeção de orgulho nacional.

Os discursos analisados evidenciam o lugar de sujeito de cada grupo de jovens, com idade média de 16 anos, já estava definido e foi esse lugar que delimitou o discurso emitido sobre cada um. Os adolescentes custodiados pelo governo, vítimas do incêndio, não eram indivíduos a quem se pretendesse validar a posição de cidadão.

Por outro lado, tanto o espaço físico da prisão, quanto aqueles que, de algum modo, já cruzaram seus corredores como prisioneiros, jovens ou adultos, têm sua história marcada também com um símbolo, não um símbolo de glória, mas como a marca da perdição, e despertam curiosidade, medo e raiva. Foucault (2003) alega que, na segunda metade do século XVIII, começou-se a desenvolver a ideia de que o delinquente é o inimigo de toda a sociedade. Não seria uma perda trágica que alguns sejam sacrificados para o bem da sociedade, dos outros, dos bons cidadãos (FOUCAULT, 1988).

Se for levada em consideração a reflexão de Membro (2018) sobre a criação de um estado de medo – em cujas bases esteja a desumanização de um suposto inimigo em paralelo com o domínio de memória que posiciona adolescentes em conflito com a lei como inimigos reais ou em potencial, e sabendo que grande parte das mídias jornalísticas reproduzem com mais ou menos intensidade esses

enunciados – as reportagens que não os humanizam estão alinhadas com esses discursos que os desmerecem e, por isso, apagam os adolescentes vítimas do incêndio em Goiânia.

Ainda assim, alguns fatos nas vidas destes “sujeitos infames” (FOUCAULT, 2003) despertam algum nível de fascínio que pode ser observado nos relatos de acontecimentos reais. No Brasil, ao mesmo tempo em que a situação de prisões e prisioneiros não é discutida amplamente, a depender do condenado ou de algum acontecimento violento, este espaço ainda é alvo do escrutínio midiático.

## CONCLUSÃO

Observamos as distinções do discurso jornalístico ao abordar cada um dos fatos, usando como base conceitual teórica a biopolítica e a necropolítica. Estas discussões teóricas contribuem para a reflexão na medida em que a normalização de determinados discursos sobre presos ou “bandidos em potencial” permitem que a mídia discorra sobre mortes de adolescentes sob tutela do governo sem gerar a comoção de uma tragédia, mas de um incidente.

Reafirmando, é pela seleção de palavras/enunciados ou formas de dizer, assim como a presença/ausência de certos enunciados, que se delimita uma diferença de discursos sobre os adolescentes. Aos atletas, um discurso; aos menores em conflito com a lei, outro. Formas de dizer que recuperam um domínio de memória muito recorrente em parte da mídia/sociedade brasileira sobre diferentes grupos e classes, formas de ver e falar sobre determinados grupos sociais que podem ser percebidas pelas posições de sujeitos inscritas nos enunciados.

Com as reflexões até aqui desenvolvidas não pretendo desqualificar as homenagens e pesares endereçados aos jovens do Ninho do Urubu. Interessa-me refletir por que a morte de 10 adolescentes



no incêndio de Goiás não é atravessada por discursos de comoção, uma vez que o caso é tratado, em certo nível, como algo casual, até incômodo, ou inconveniente e não como uma tragédia.

## REFERÊNCIAS

ALESSIO, P. C.; SANTOS, M. A. Do vadio ao adolescente em conflito com a lei: uma construção histórico-discursiva. *In: Cadernos Discursivos*, Catalão-GO, v.1, n.1, p.154-174, 2018. (ISSN: 2317-1006 - *Online*). Disponível em: [https://cadis\\_letras.catalao.ufg.br/p/23100-2018-volume-1-n-1](https://cadis_letras.catalao.ufg.br/p/23100-2018-volume-1-n-1). Acesso em: 08 out. 2020.

BORGES, J. *Encarceramento em massa*. Belo Horizonte: Pólen, 2019.

BRASIL. Presidência da República. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei Federal 8.069/90. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, jul. 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso: 10 out. 2020.

CORACINI, M. J. A celebração do outro na constituição da identidade. *In: Organon: Revista do Instituto de Letras da UFRGS*, v.17, n.35, p.201-220, 2003. (E-ISSN: 22388915 - *Online*). Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/organon/article/view/30024>. Acesso em: 08 out. 2020.

CURY, T. L. Resistência dos familiares: do sofrimento à luta pelo fim das prisões. Projeto Amparar. 2019. Vídeo. (2h e 44 min.) Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-EfrG8j3C4&t=3834s>. Acesso em: 10 jul. 2020.

FOUCAULT, M. *A história da sexualidade I: A vontade de saber*. 21. ed. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*. Curso no Collège de France, 1975-1976. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, M. *Estratégia, poder-saber*. MOTTA, Manuel Barros da (Org.). Trad. Vera Lúcia Avellar Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

G1 RIO; TV GLOBO. *Incêndio deixa mortos e feridos no centro de treinamento do Flamengo*. Vargem Grande, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/02/08/incendio-deixa-mortos-e-feridos-no-centro-de-treinamento-do-flamengo.ghtml>. Acesso em: 10 set. 2019.

GAZETA. *Familiares de vítimas no incêndio no ninho protestam: “O clube esquece mas a gente não”*. Disponível em: <https://www.gazetaesportiva.com/times/flamengo/familiares-de-vitima-no-incendio-do-ninho-protestam-o-clube-esquece-mas-a-gente-nao/>. Acesso em: 10 out. 2020.

KWEN, N J. *O debate da Maioridade Penal no Congresso Nacional: Mapeamento das Propostas Legislativas*. 2016. 149 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Direito e Desenvolvimento) - Escola de Direito de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2016.

LANCE. *Flamengo acusado de coagir sobreviventes do ninho do urubu*. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.lance.com.br/flamengo/acusado-coagir-sobreviventes-ninho-urubu.html>. Acesso em: 10 out. 2020.

MBEMBE, A. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. Trad. Renata Santini. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

SANTANA, V. *Incêndio atinge celas em batalhão da polícia militar e deixa mortos em Goiânia dizem bombeiros*. Goiás, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/incendio-atinge-celas-em-batalhao-da-policia-militar-deixa-mortos-em-goiania-dizem-bombeiros.ghtml>. Acesso em: 10 set. 2019.

# 6

Andreia Freitas  
Susana Amante

**A REPRESENTATIVIDADE  
DA VOZ FEMININA  
EM JORNALIS online  
PORTUGUESES:  
ESTUDO DE CASO (2020)**

DOI: [10.31560/pimentacultural/2021.936.160-186](https://doi.org/10.31560/pimentacultural/2021.936.160-186)

## INTRODUÇÃO

Muitas são as lutas das mulheres pela conquista da igualdade de género. Nos últimos três anos, as batalhas por este fim intensificaram-se. Em todo o mundo, emergiu um “grito de guerra” por parte do sexo feminino, numa tentativa de que fossem ouvidas e, particularmente em Portugal, foram aprovados alguns documentos legais relacionados com a procura da igualdade entre mulheres e homens no mundo do trabalho, como bem ilustra, por exemplo, o Despacho n.º 8762/2018.

No entanto, historicamente, denota-se uma preferência dos jornalistas por fontes masculinas, como Martins (2015) faz notar, citando o *Global Media Monitoring Project*, de 2010. Cinco anos antes, um estudo sobre o género de fontes de informação na imprensa americana (PEW 2005), que analisou 16.800 notícias em 45 meios de comunicação, indicava que mais de três quartos das fontes citadas eram masculinas. Essa tendência ainda é apontada como a dominante no *Global Media Monitoring Project* de 2015, já que, segundo o relatório, “*the decade 2005 to 2015 has been one of stagnation*” (GMMP, 2015, p. 1).

Com a crescente afirmação dos meios *online*, emergiu o fenómeno de interação de mulheres e homens comuns, enquanto fontes. No ciberjornalismo participativo, os cidadãos passaram a ter a possibilidade de criar os seus próprios conteúdos e terem interferência na produção jornalística. O meio *online* levou ainda à possibilidade de partilha de conteúdos em rede, através de comentários, divulgação de informação em grupos e redes sociais, que estão em constante evolução (jornalismo de ecossistema).

Tendo em conta as novas formas de interação entre jornalistas e novas fontes de informação – muitas vezes, fontes de informação não oficiais – abre-se uma nova possibilidade de a mulher ter voz nos meios de comunicação.



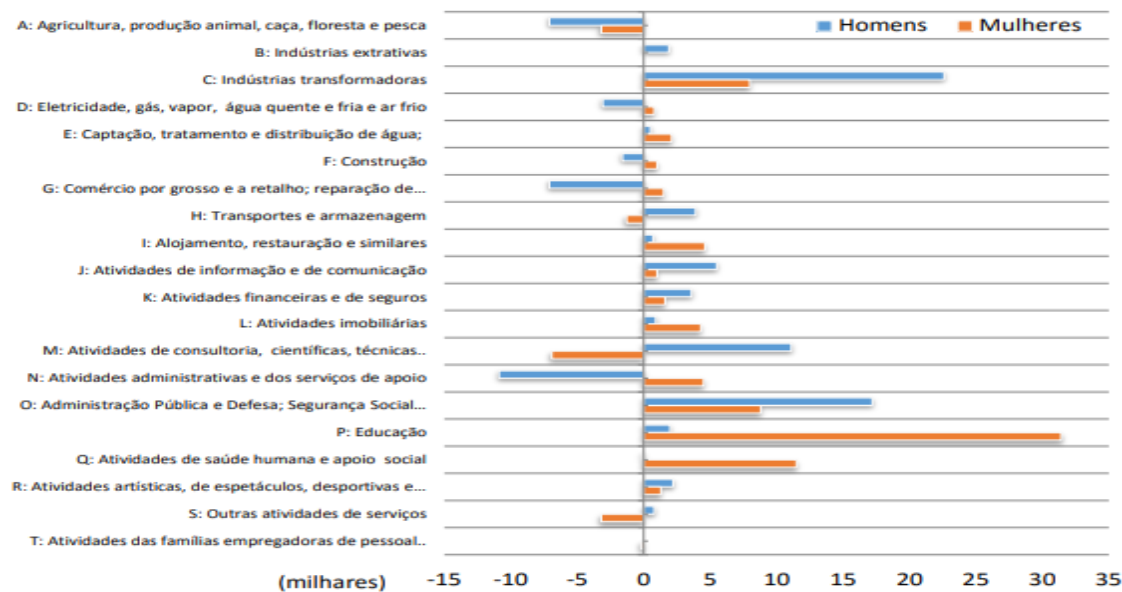
## A DESIGUALDADE ENTRE GÊNEROS

“Portugal tem uma das maiores diferenças salariais entre homem e mulher no mundo”, como constata a notícia de C. Reis, no Diário de Notícias, em 07/03/19<sup>50</sup>. Esta jornalista avança, logo no primeiro parágrafo do corpo de texto, que “as desigualdades entre géneros são uma realidade quase tão patente como eram há vinte anos”, informação que adveio do estudo da Organização Internacional do Trabalho (OIT) lançado no mesmo ano. Este dava conta de uma diferença de 22,1% entre o salário dos homens e das mulheres. Ora, esta percentagem coloca o país a dois lugares do fundo da tabela mundial de desigualdade salarial, apenas ultrapassado pelo Chile (23,7%) e Estônia (25,7%). Exceto três países, a discrepância no mundo nesta variável é, em média, de 18,8%.

Contudo, as diferenças vão muito além do rendimento das mulheres no fim do mês. A desigualdade entre géneros assenta num princípio mais amplo. Segundo Wood e Eagly (2012, p. 699), este conceito prende-se com o maior controle e poder do homem face à mulher em vários aspetos comportamentais do sexo feminino como, por exemplo, a sua sexualidade. Embora algumas das diferenças entre os sexos se tenham vindo a esbater ao longo do último século, nomeadamente em termos do acesso da mulher à política, economia, e ao ensino (Zhu e Chang, 2020), a equidade ainda é uma realidade longínqua no que concerne à base psicológica do sexismo, que faz optar, em muitos momentos, pela presença do homem em detrimento da mulher em diversos setores da sociedade. As mulheres continuam a ocupar em maior escala áreas laborais tidas como “tradicionalmente femininas”. Ou seja, tarefas que, ao longo da história, eram desempenhadas pelas mulheres, continuam a ser-lhes preferencialmente atribuídas, mas, em muitos casos, agora de forma remunerada.

Tabela 1 - Variação do emprego por setor de atividade e por sexo, entre 2017 e 2018 (milhares) (in CITE 2019, 36).

Figura 14 - Variação do emprego por setor de atividade e por sexo, entre 2017 e 2018 (milhares)



A tabela 1, acima apresentada, diz respeito aos dados patentes no *Relatório sobre o Progresso da Igualdade entre Mulheres e Homens no Trabalho, no Emprego e na Formação Profissional – 2018* (CITE 2019, p. 36). Desses, destaca-se o facto de, em Portugal, haver uma maior representatividade do sexo feminino em “Atividades de saúde humana e apoio social” (83,3%, mais 0,5 do que em 2017); na “Educação”, com 78,5% do emprego (mais 1,3 pontos percentuais do que em 2017); em “Outras atividades de serviços” (70,2%, menos 1,4% do que 2017); “Alojamento, restauração e similares” (58,1%, mais 0,5 pontos percentuais do que em 2017) e também em “Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares” (55,2%, menos 4,6 pontos percentuais do que em 2017).

O relatório dá conta que, além de estes setores serem majoritariamente ocupados por mulheres, o sexo feminino tem vindo a alcançar mais lugares de topo.

Todavia, nas áreas “Construção” (92,8%); “Indústrias extrativas” (92,3%); “Transportes e armazenagem” (78,4%); “Captação, tratamento e distribuição de água” (74,4%); “Atividades de informação e de comunicação” (70,2%); “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” (68,2%); “Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio” (63,5%); e “Indústrias transformadoras” (60,8%), são os homens quem lidera, como observamos pelas percentagens apresentadas.

Constata-se também que não é o sexo feminino o predominante na área da investigação, muito menos em lugares de topo. Por exemplo, no âmbito da investigação académica, o relatório *The Researcher Journey Through a Gender Lens*, de Jayabalasingham *et al.* (2020), divulgou que há menos mulheres investigadoras e que são os homens os galardoados com a maioria dos prémios e solicitações de patentes. Ainda assim, quanto mais novos são, menor é a diferença encontrada na proporção entre os sexos.

L. Steiner, (cit. por Lobo *et al* 2015, p. 4, tradução nossa), defende que:

as mulheres e os homens não ocupam e controlam necessariamente polos opostos. Na verdade, até mesmo as mulheres que experienciam, individualmente ou em grupo, consideráveis níveis de sexismo não desenvolvem necessariamente uma consciência de género, muito menos abordagens específicas de género no trabalho.

Esta citação demonstra que as próprias mulheres são, muitas vezes, o veículo dos estereótipos de género, pois elas acreditam e reproduzem valores dominantes, de segregação e subjugação da mulher.

## AS FONTES DE INFORMAÇÃO NOS JORNAIS NACIONAIS

As fontes de informação no jornalismo são uma instância indispensável à rotina desta profissão (Lopes, 2000), já que são a sua matéria prima. Uma das fontes de informação mais utilizada pelos jornalistas são as fontes oficiais, pelo seu nível de confiabilidade (Schmitz, 2011). A contrastar com estas estão as populares, pouco vistas nos jornais. Há ainda outras, como especializadas, empresariais, institucionais (Schmitz, 2011), documentais (Ribeiro, 2006). Outras ainda, por não serem mencionadas, são denominadas de fontes anónimas, mas, pelo risco que representam para o jornalista, são evitadas. Há também as fontes oficiosas/agências de notícias, que são intermediários da informação e a levam às redações (Schmitz 2011), uma prática crescente. A Internet espoletou novas fontes, como as redes sociais e os motores de busca (McGregor e Molyneux, 2018). Estas fontes geraram conceitos como “repórter cidadão/jornalismo cívico”, assumindo-se que a população não formada profissionalmente para a comunicação produz conteúdos como se fosse jornalista (Canavilhas e Rodrigues 2012; Jerónimo, 2015).

O nível de interatividade parece estar relacionado também com a questão de género. As redes sociais, por exemplo, têm níveis e modos de utilização distintos entre homens e mulheres. Segundo o relatório de 2019 da PROCENSUS (Paço, 2019), a utilização de redes sociais de *Facebook*, *Instagram* e *LinkedIn*, parece estar equilibrada, próxima dos 50%. O mesmo, porém, não acontece no *Twitter*, onde há uma ascensão na utilização do público masculino, com uma percentagem de 63%, enquanto que o *Snapchat* tem 66% de utilizadores femininos.

Em termos gerais, e de acordo com alguns estudos, de entre os quais destacamos o de Singh, as mulheres compensam dificuldades



técnicas com a necessidade de se afirmarem em assuntos sociopolíticos através da internet, chegando mesmo ao ponto de deixar para trás os homens a este nível: “Assim, em termos de ativismo digital através da internet, as mulheres não só estão a acompanhar os homens, mas parecem mesmo estar a deixá-los para trás” (2018, p. 167, tradução nossa). Na verdade, as mulheres evidenciam uma maior predisposição para partilhar os seus conhecimentos e/ou opiniões acerca de um assunto em grupos com as suas redes de amigos virtuais.

## A LUTA DO SEXO FEMININO PELA EQUIDADE NA IMPRENSA MUNDIAL

Os *media* têm como um dos seus papéis o de garantir os direitos e liberdade social e ser agentes de democracia através da proliferação de informação. Por isso, importa entender até que ponto são agentes de equilíbrio entre os géneros (Mitchelstein, Andelsman e Boczkowski 2019).

A posição da mulher na imprensa começa, desde logo, nas redações. A busca pela imparcialidade e objetividade na cobertura jornalística tende a ser um dos maiores desafios. Segundo Lobo *et al.*, a identidade de género feminina parece estar em desacordo com a noção de objetividade e prejudica a sua natural forma de ser e agir em detrimento do profissionalismo que o “ser jornalista” exige (2015, p. 4). Para tal, tendem a adotar “traços masculinos” na profissão, e isso torna-se evidente em expressões orais e códigos sociais (Lobo *et al.*, 2015; Mitchelstein, Andelsman e Boczkowski 2019).

Em 2019, Rattan *et al.*, na *Harvard Business Review*, fazem alusão a um relatório de 2015, destacando que “as mulheres constituíram apenas 19% dos especialistas presentes nas notícias e 37% dos repórteres que contam histórias a nível mundial” (tradução nossa).

Um dos argumentos que mais é utilizado pelas editoras dos jornais para justificar tal facto prende-se com a frequente escolha de fontes oficiais. Ora, os cargos governamentais dos países são maioritariamente ocupados por figuras masculinas, embora se perceba uma tendência gradual para o aumento de mulheres com assento parlamentar. Em 1995, o número de mulheres deputadas em parlamentos nacionais era de 11,3%, segundo um relatório da União Interparlamentar (UIP), organização parceira das Nações Unidas, após analisar 50 países que realizaram eleições em 2018 e comparando dados com estudos anteriores. Dessa comparação, constatou-se que, em 2008, passou a haver uma percentagem de 18,3% mulheres deputadas. O número de mulheres aumentou, 10 anos depois, para 25,8%. Na Europa, em 2018, a média da representação parlamentar das mulheres situava-se nos 28,5%, ou seja, um aumento de 15,3% ao longo dos últimos 20 anos. Em Portugal, havia 82 deputadas, isto é, mais sete elementos femininos, denotando um crescimento percentual que vai além dos 33% imposto pela lei da paridade. Ainda assim, tendo em conta todo este panorama nacional e internacional, não será de estranhar que sejam escutadas mais fontes masculinas oficiais do que femininas, visto que o número de homens com assento parlamentar, assim como noutros cargos oficiais, continua a ser mais elevado.

Parece que a comunicação social se tornou parcial não só na escolha do sexo das fontes, mas manifesta também uma tendência para citações estereotipadas. Tal observa-se, por exemplo, nos temas das notícias em que as mulheres são fontes de informação. Geralmente, estão patentes em temáticas como “família”, “educação”, “celebridades”, “saúde e bem-estar”, e o designado “*lifestyle*”, ou seja, os ditos “tópicos femininos” (MITCHELSTEIN; ANDERLSMAN E BOCKOWSKI, 2019).

A pergunta com a qual os investigadores internacionais se têm debatido: questões de género nas redações dos *media* influenciarão

a escolha da sua fonte? Há quem aponte para uma resposta positiva – mulheres jornalistas tendem a escolher fontes femininas e minorias como fontes de informação (DEUZE, 2008) – mas outros afirmam que não, o que torna a questão sem consenso científico (MITCHELSTEIN; ANDERLSMAN E BOCKOWSKI, 2019).

## AS MULHERES NA IMPRENSA PORTUGUESA

Os homens continuam a liderar as fontes de informação no jornalismo. E se há quem defenda que a igualdade de género é cada vez mais uma realidade, nos *media* não será bem assim, como temos vindo a afirmar. Se o estudo do PEW (2005) dá conta de que mais de metade das fontes de informação nos *media* são do sexo masculino, Lobo *et al.* vão mais longe e afirmam que, em Portugal, “as mulheres correspondem a apenas 23% dos sujeitos noticiosos, as fontes masculinas dominam a generalidade dos temas noticiosos e a maioria dos sujeitos noticiosos femininos representam a opinião popular não-especializada” (2015, p. 2, tradução nossa). As mesmas académicas salientam que, apesar do processo de feminização das últimas décadas, as salas de imprensa portuguesas são ainda marcadas por uma grande desigualdade de género e que o número de mulheres que experienciam processos de tomada da decisão é extremamente reduzido.

Outra questão que se torna importante para este artigo é que o estudo de Lobo *et al.* mostrou que os entrevistados – profissionais da comunicação social – não consideram o género um fator distintivo aquando do processo da escolha da fonte de informação.

[...] Durante as entrevistas, o género quase nunca foi considerado um critério para seleção de fontes, porta-vozes, comentadores ou mesmo notícias, por oposição a outros critérios de representação, como a diversidade geográfica, cultural ou racial,

que, por sua vez, foram considerados importantes pela maioria dos inquiridos. (Lobo *et al.*, 2015, p. 6, tradução nossa)

Os jornalistas entrevistados adiantaram mesmo que a desigualdade de género não é um problema nos *media* portuguesas, o que, segundo as autoras, “prova estar profundamente enraizado no falso pressuposto de que vivemos numa sociedade sem falhas e meritocrática, na qual todos alcançarão aquilo para o qual trabalharam, nas mesmas condições” (Lobo *et al.*, 2015, p. 7, tradução nossa).

Se analisarmos a perspectiva de Deuze (2008), que defende que profissionais femininas na comunicação social optam mais por vozes de mulheres nos seus artigos, então olhemos para os números da Comissão da Carteira Profissional de Jornalista (CCPJ, 09/04/2020), sobre a igualdade de género nas redações portuguesas. A 9 de abril de 2020, havia 2307 mulheres portadoras de carteira profissional face aos 3303 homens, o que denota uma predominância do sexo masculino na profissão. Mas é no sexo feminino que se centra o maior número de licenciados (1153 face a 808) e a tendência está alinhada com os graus académicos seguintes, com exceção de doutorados, cujo número de homens supera o das mulheres (29 face a 18). Torna-se interessante reparar que é igualmente superior o número de homens na profissão que está casado (1493) e em união de facto (96), face ao das mulheres (651 e 55, respetivamente).

**Tabela 2 - Situação dos jornalistas em Portugal, segundo a CCPJ (09/04/2020).**

Situação Profissional	Sexo	Total
Desemprego	Masculino	95
Desemprego	Feminino	59
Jornalista em Regime Livre	Masculino	797
Jornalista em Regime Livre	Feminino	407
Jornalista p/ Conta de Outrem	Masculino	2039



Jornalista p/ Conta de Outrem	Feminino	1696
Não Definido	Masculino	153
Não Definido	Feminino	108
Reformada	Feminino	37
Reformado	Masculino	219

No desemprego, há mais homens do que mulheres e o mesmo se verifica em relação aos reformados. Parece assim que, nas várias variáveis analisadas pela CCPJ, há um desequilíbrio entre sexos nas redações portuguesas, mas Mitchelstein, Andelsman e Boczkowski alertam para os benefícios do equilíbrio das fontes, no que ao género diz respeito, já que “o número e a variedade de fontes pode ser considerado como um ‘indicador’ da qualidade das notícias e confere legitimidade e autoridade aos artigos noticiosos, permitindo que os jornalistas se apresentem como observadores objetivos” (2019, p. 1314, tradução nossa).

O Departamento de Análise de *Media* da Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) analisou os conteúdos diários (dados de 2015, 2016 e 2017) dos operadores públicos (RTP1 e RTP2) e privados (SIC e TVI). Se atendermos com um olhar reflexivo ao sexo dos protagonistas das peças dos blocos informativos, percebe-se, na p. 2, que se mantém a tendência do estudo realizado por esta entidade em 2014: “preponderância de atores do sexo masculino nos noticiários de horário nobre”. Os homens aparecem como 70% das fontes, enquanto as mulheres representam “um quinto dos atores”. O estudo denota que tem havido uma tendência favorável do número de mulheres como fontes dos jornalistas em alguns setores – como na política que, embora seja menor do que o número de homens, tende a crescer –, mas noutros, como nas empresas, os altos cargos continuam a ser ocupados pelo sexo oposto.

Os estudos relativos a fontes de informação encontrados até o momento sobre a realidade portuguesa dizem respeito sobretudo à imprensa escrita ou à televisão. É nessa sequência que se torna evidente a necessidade de se analisar a representatividade das fontes femininas nos *media* digitais.

## METODOLOGIA ADOTADA

A fim de se perceber a tipologia das fontes de informação, bem como a representatividade das mulheres nos *media* nacionais, partiu-se da escolha de dois jornais nacionais com linhas editoriais distintas entre si: *JN* (na sua edição *online*) e *Observador* (jornal estritamente digital).

Tendo em conta que pretendemos averiguar se o meio *online* é propício ao aumento da representatividade de fontes de informação femininas, os dados que serão analisados foram oriundos da pesquisa nos *sites* de informação dos respetivos *media*. Face à vasta quantidade de notícias publicadas *online* por dia, delineou-se um critério de pesquisa generalizado a todos os *sites* dos meios de comunicação: a primeira notícia do dia publicada por cada jornal. A pesquisa decorreu entre os dias 1 de janeiro e 30 de março de 2020, tendo sido analisadas 186 notícias.

Os dados coligidos foram examinados à luz de um modelo de análise construído a partir da revisão literária que encontramos na parte inicial do presente artigo e que toma como ponto de ancoragem quatro dimensões, a saber: a) “tipologia das fontes”, b) “género das fontes” e c) “secção dos jornais/temas” e d) interatividade/participação dos cidadãos nas notícias.

No que concerne à primeira (a), teve-se por base os componentes: tipo de contacto com a fonte, isto é, direto ou indireto; fontes

oficiais; populares; documentais; especializadas; empresariais; institucionais; redes sociais/motores de busca. No que respeita à dimensão (b), os componentes analisados foram: feminina e masculina. A dimensão (c) viu os seus indicadores variarem consoante os jornais, visto que cada um deles apresenta especificidades na forma como organiza e como designa as suas secções. Todavia, considerou-se essencialmente os seguintes: desporto; cultura; política; *lifestyle*; sociedade; nacional; economia; inovação; JN direto; local; opinião e ciência. No que diz respeito à interatividade e participação dos cidadãos nas notícias (d), partiu-se da componente de Jornalismo cívico (em que o cidadão produz conteúdo como se fosse jornalístico, mas não se trata de um profissional da área); Ciberjornalismo participativo (que implica a participação da audiência, através da utilização dos *smartphones* e redes sociais.) e jornalismo de ecossistema (que envolve variadas organizações, indivíduos, grupos, em lugares e plataformas variadas, tratando-se de um tipo de jornalismo em constante evolução).

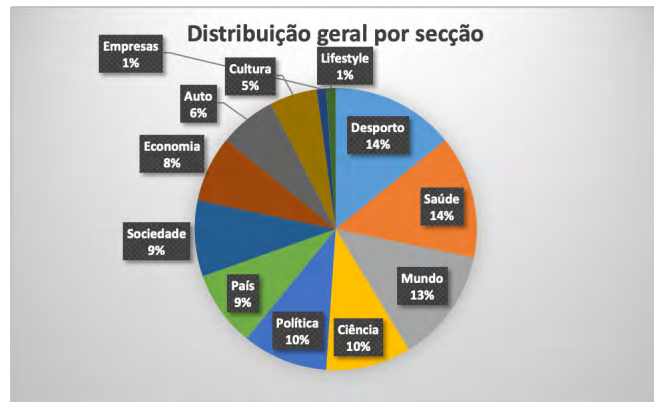
## ANÁLISE DOS DADOS

Procedeu-se a um estudo apurado de conteúdo, de onde foram extraídos dados quantitativos e qualitativos relativos ao *JN online* e *Observador*, que permitiram obter respostas a algumas das questões levantadas ao longo do enquadramento teórico deste artigo, nomeadamente: a) Como se caracterizam as fontes portuguesas nos *media*; b) a mulher estará a ganhar espaço nos *media online*? c) Quais as categorias de notícias em que a mulher serve de fonte com mais frequência? d) o meio *online*, com a característica da interatividade, tem permitido aumentar as vozes femininas nos *media*?

## ANÁLISE OBSERVADOR

Foram, ao todo, recolhidas 93 notícias do jornal *Observador*, construindo-se um universo de análise de 243 fontes. O jornal *online Observador* revelou disparidade no que respeita à consulta das fontes por género e na secção de notícias.

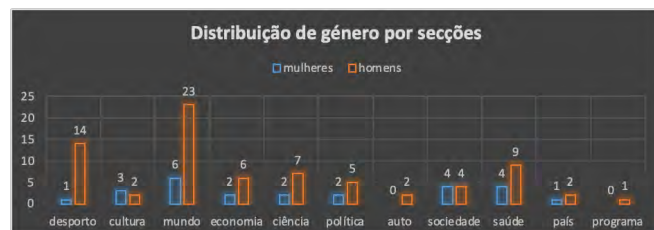
**Gráfico 1- Secções de notícias publicadas no Observador de 1 de janeiro a 31 de março de 2020.**



Fonte: Própria.

Numa análise generalista às secções, constatamos que houve maior incidência na amostra sobre temáticas de “desporto”, “saúde” e “mundo”. Secções como “cultura”, “empresas” e “lifestyle” foram as menos noticiadas, como ilustra o gráfico 2.

**Gráfico 2: Distribuição de género por secções no Observador.**



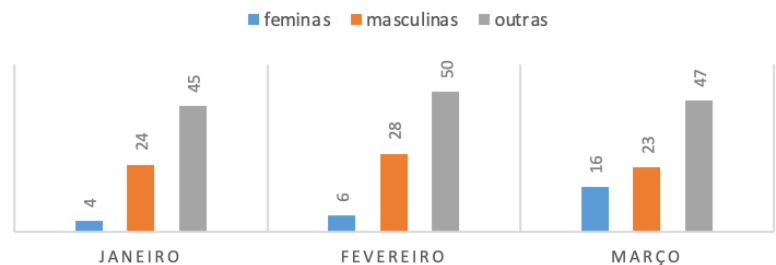
Fonte: Própria.



Se atentarmos nas fontes de informação consultadas por secção, podemos constatar que é nas secções “mundo” (6%), “saúde” (4%) e “sociedade” (4%) que houve mais vozes femininas ouvidas. Recorde-se que, em Portugal, há maior representatividade feminina em atividades de saúde e na educação. Os dados percentuais anteriormente apresentados contrastam com secções como “desporto”, “país” e “programa”, onde a percentagem de fontes femininas se encontra a 1% (cf. gráfico 2). A maior desigualdade de género nas fontes dá-se em categorias como “mundo”, com uma diferença de 17% entre mulheres e homens, e “desporto”, com uma disparidade de 13%. Em “mundo”, a maioria das fontes citadas foi de tipologia oficial, o que justifica esta maior percentagem de vozes masculinas, já que têm maior representatividade (Relatório da União Interparlamentar 2018). Tal vai ao encontro do proferido por Zhu e Chang (2020) ao referirem que as mulheres continuam a ter dificuldade de acesso a certas áreas, como a política, a economia e certos setores industriais.

Gráfico 3 - Fontes de informação por género no Observador

### TOTAL DE FONTES DE INFORMAÇÃO EM TRÊS MESES

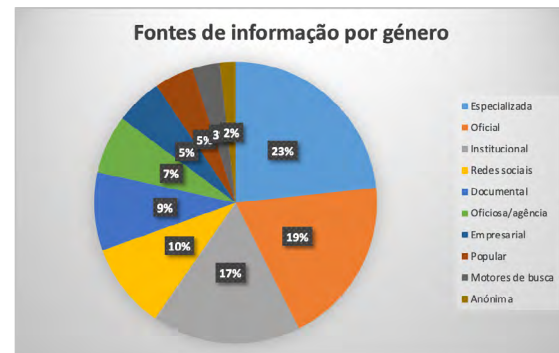


Fonte: Própria.

Como observamos pelo gráfico 3, a amostra revelou a predominância de fontes de informação masculinas face às femininas. Em termos percentuais, o *Observador* consultou, em três meses, apenas

11% de fontes femininas face a 31% de masculinas. Nas restantes fontes mencionadas (58%) não foi possível decodificar o seu género. Janeiro foi mês em que a desigualdade de género nas fontes se revelou mais evidente (20), a contrastar com março (7). Pela análise qualitativa, estima-se que tal subida se deva a fatores como o Dia Internacional da Mulher, e o acentuar da pandemia Covid-19. Neste último caso, verificou-se a consulta frequente de fontes como a Diretora Geral da Saúde, e ainda especialistas femininas. Tal facto poderá justificar os dados do gráfico 4, onde as fontes especializadas foram as mais consultadas (23%), seguidas pelas oficiais (19%) e institucionais (17%). Os jornalistas procuram informações vindas de especialistas devido à sua profissão/conhecimento, e membros do governo e partidos pela sua notoriedade e confiabilidade.

Gráfico 4 - Percentagem por tipologia de fontes de informação.



Fonte: Própria.

As vozes femininas continuam a ser escassas no *Observador* em várias secções e tipologias de fontes. Observou-se que é em fontes *institucionais* que há mais equidade de género. O mesmo aconteceu com as fontes populares. É nas fontes oficiais e especializadas que se acentuam as maiores discrepâncias entre sexos.

Quanto às fontes oficiais, houve nove fontes femininas para vinte e seis masculinas. Tal como referido na revisão da literatura, as mulheres, por ocuparem minoritariamente lugares nos governos nacional e internacionais, não são tão frequentemente citadas.

Já nas *especializadas* houve mais dezanove homens ouvidos pelo *Observador* do que mulheres. A maioria desta tipologia de fonte não apresentou género. Muitas vezes, apareciam sem denominação ou com garantia de anonimato, algo recorrente quando as fontes são de órgãos como GNR, Proteção Civil, entre outras. Nesta tipologia foi também encontrada a referência a uma mulher, diretora do Programa Marinho da WWF Alemanha, citada na notícia pela sua experiência profissional. Tal como explanado anteriormente, o sexo feminino possui um peso significativo na produção de conhecimento científico (Jayabalasingham *et al.*, 2020). Nessa mesma notícia, denota-se a relevância que os *documentos* têm como fonte, verificável também pela percentagem de utilização (9%). No entanto, na sua maioria, foram comunicados enviados às redações, o que evidencia a dependência dos jornalistas do trabalho dos assessores de comunicação/impressão e de relações públicas.

Nestes dois exemplos indicados, verifica-se a existência de um segundo fenómeno: o recurso à citação indireta, proveniente de *fontes oficiosas* (7%), mais precisamente a Agência Lusa. Estas reformulações jornalísticas colocam em evidência a tipologia da fonte cujo género não é conhecido, mas garantem-lhe o anonimato, como se observa em: “O ex-presidente do Tribunal da Relação de Lisboa Vaz das Neves é arguido na Operação Lex [...] disse à Lusa fonte ligada ao processo” (*Observador*, 26 fev. 2020). Tendo em conta que Schimtz (2011) considera comunicados de imprensa fontes documentais, estes não foram considerados na variável “fontes oficiosas”.

Em algumas tipologias de fontes não se encontrou qualquer mulher citada. Foi o caso de fontes empresariais e redes sociais. As *fontes*

*empresariais* são um exemplo claro da supremacia do sexo masculino face às mulheres, pelos cargos ocupados. Exemplo disso é a notícia intitulada “Transformação de água do mar já abastece hotelaria no Algarve com água potável”, onde, das cinco fontes consultadas, três eram masculinas. Já no que concerne às *redes sociais*, o quarto recurso patente na amostra (cf. gráfico 4), foram os homens os mais citados.

Também em fontes populares e especializadas só apareceram em março, graças a fenómenos como o Covid-19 (no caso de especializadas) e Dia Internacional da Mulher (populares). Nas *fontes populares*, o primeiro popular ouvido foi uma idosa de 83 anos que se manifestava pelos direitos da Mulher, a 8 de março, na notícia “Milhares de pessoas manifestaram-se em Lisboa pela igualdade de direitos das mulheres”, embora tivessem sido também escutadas fontes masculinas.

Sobre esta questão de género, analisou-se com maior pormenor esta efeméride assinalada a 8 de março. Sob o mesmo critério de pesquisa, procurou-se entender onde se encontravam notícias sobre o assunto e a primeira que surgiu foi referente à Moda Lisboa, que evidenciou uma reflexão sobre a questão de género: “Foram os homens a elevar a fasquia do estilo. Chapéus, lenços, joias e óculos foram apenas acessórios. As belezas andróginas e os visuais que desafiaram as barreiras de género foram a grande tendência, do dia, da temporada e do futuro” (*Observador*, 8 março 2020).

Os temas seguintes nada tinham a ver com a data: sismo no Funchal, Coronavírus, acusações políticas de António Costa a Rui Rio, entre outros. Foi com o Festival da Canção que se voltou a encontrar notícia alusiva à data, com duas mulheres a sagrarem-se vencedoras:

Questionadas pelo *Observador* se consideram significativo que esta seja a segunda vez nos últimos três anos em que a vitória vai para uma mulher (...) Marta Carvalho respondeu: “O facto de uma mulher compor é sempre respeitado. É estranho as pessoas ficarem admiradas com isso” (*Observador*, 8 março 2020).

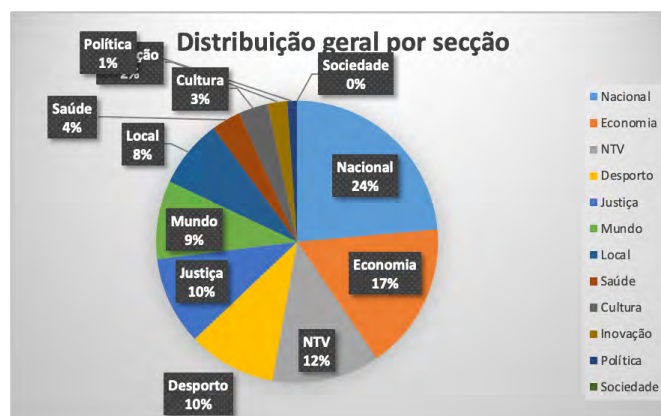


Os *motores de busca* (3%) apareceram no *Observador* como fontes, embora menos vezes do que as redes sociais, e o recurso a *fontes anónimas* evidenciou-se pouco comum na amostra analisada.

## 6.2 ANÁLISE JN

Foram, na sua globalidade, recolhidas as 93 notícias do *Jornal de Notícias Online*, construindo-se um universo de análise de 189 fontes. Verificou-se grande disparidade no que respeita à consulta das fontes por género e na secção de notícias.

Gráfico 5 - Distribuição geral por secções do JN encontradas.



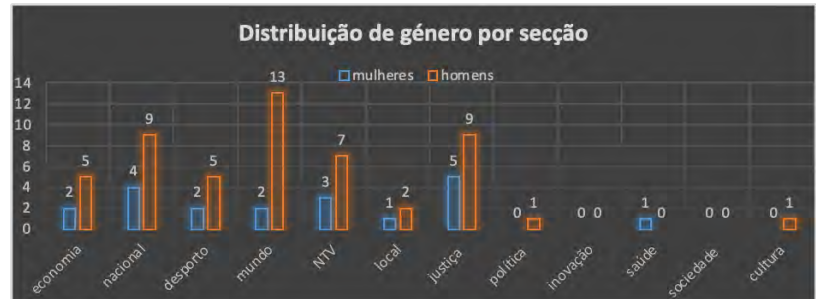
Fonte: Própria.

Partindo de uma visão generalista e quantitativa da distribuição das fontes de informação do *JN Online* por secção, podemos constatar que são privilegiadas as secções “nacional” (24%), “economia” (17%) e o suplemento NTV (12%).

No que respeita à distribuição de género por secção (cf. gráfico 5), é em “mundo”, tal como acontecia no *Observador*, mas também em “nacional”, e “justiça” que encontramos mais fontes de informação. Curiosamente, a secção “mundo” denota a maior disparidade na

consulta das fontes no que ao género diz respeito: de duas vezes femininas para treze masculinas.

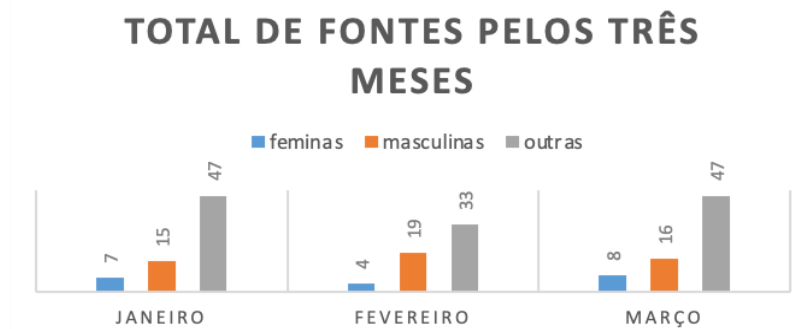
**Gráfico 6 - Distribuição de género feminino e masculino por secções do JN encontradas.**



Fonte: Própria.

Por sua vez, nas secções “cultura”, “política” e “saúde” encontraram-se poucas fontes, sendo que nas duas primeiras observamos apenas uma e masculina, enquanto que na última é citada também apenas uma fonte, mas feminina. Nas secções referentes à categoria “inovação” e “sociedade”, estão totalmente ausentes consultas de fontes.

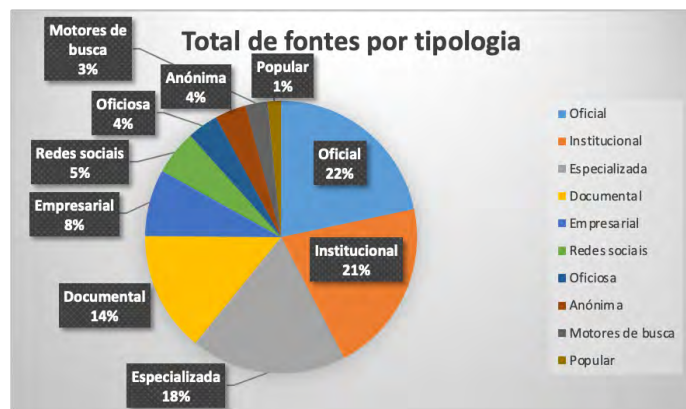
**Gráfico 7 - Total de fontes citadas nos três meses de análise no JN.**



Fonte: Própria.

No total, as mulheres foram ouvidas 19 vezes em três meses, os homens 50 e, nas restantes, não foi possível identificar o seu género. Porém, foi no mês de março que mais houve a consulta de mulheres para a construção noticiosa. A maior diferença entre géneros deu-se em fevereiro.

**Gráfico 8 – Total de fontes pela sua tipologia citadas pelo JN nos três meses de análise.**



Fonte: Própria.

A maioria das fontes foram *oficiais* e, também, masculinas, como expectável. De facto, como exposto anteriormente, estes dados em nada surpreendem, uma vez que, se analisarmos a constituição atual do Governo português (a maioria das fontes oficiais encontradas), verificamos que este é constituído por apenas 36% de mulheres.

As fontes *institucionais* constituíram-se um recurso em 21% da amostra. Um exemplo disso foi uma das notícias com mais fontes citadas (18). Dessas, quatro foram institucionais – como bancos – apenas ultrapassadas pelas fontes oficiais. Falamos de “Os 20 dias de cerco a Isabel dos Santos”<sup>51</sup>, sobre o Luanda Leaks.

<sup>51</sup> Notícia “Os 20 dias de cerco a Isabel dos Santos”, publicada pelo JN, in <https://www.jn.pt/mundo/os-20-dias-de-cerco-a-isabel-dos-santos-11732828.html>.

A terceira fonte privilegiada foi *especializada* (18%), seguida da *documental* (14%). Sobre fontes especializadas, ao contrário do que aconteceu no *Observador*, no *JN Online* encontrou-se um estudo científico em que a fonte ouvida foi um homem. Um dos artigos do mês de janeiro com mais fontes de informação publicado na versão *online* do *JN* intitula-se “Portugueses gastaram mais 500 milhões em compras no Natal”<sup>52</sup>, publicada a 7 de janeiro. Neste, foram consultadas seis fontes, sendo cinco delas documentais (relatórios) e apenas uma fonte feminina, em representação de uma empresa. Verificou-se, pois, a ausência de consulta de vozes masculinas na construção desta notícia.

Dois dias depois, surge uma notícia<sup>53</sup> em que não consta citação da fonte de informação consultada. A notícia dá a entender que a fonte se trata do Portal das Finanças ou outra fonte especializada, como um/a contabilista, que informou todos os prazos a ter em conta na dedução do IRS. O *anonimato de fontes* (4%) foi mais recorrente no *JN Online* do que no *Observador*.

A favorecer as vozes masculinas esteve a polémica associada à família real inglesa. O príncipe Harry mostrou-se “triste”, através das redes sociais, por ter chegado a uma ruptura com família real. Este é um dos vários exemplos da utilização das redes sociais, que totalizou 5%.

Em alguns dos casos anteriormente referidos, constatou-se também a consulta de comunicados de imprensa, oriundos da Agência Lusa (*fontes oficiosas/agências*, com peso de 8%). Destas, contabilizaram-se oito. No que concerne ao género das fontes de informação encontradas nesta notícia, a maioria não foi identificável. As referências foram feitas a entidades, empresas e comunicados consultados, sem identificação nominal das fontes de informação, o que talvez explique o

52 Notícia publicada em <https://www.jn.pt/economia/portugueses-gastaram-mais-500-milhoes-em-compras-no-natal-11677719.html>.

53 Notícia “As datas para a entrega de IRS em 2020”, publicada pelo JN, em <https://www.jn.pt/economia/ha-novos-prazos-para-declaracao-de-irs-o-que-precisa-de-saber-11686962.html>.



facto de 117 fontes de 189 da amostra não terem género identificável. Mas se recorrermos ao mesmo exemplo, vemos a disparidade entre género acontecer: o número total de homens citados foi igual a sete. A primeira fonte feminina, que consta na longa reportagem, aparece a partir da consulta de uma publicação de *Facebook* de Ana Gomes, a única de três mulheres citadas, também fruto das redes sociais: “Numa carta aberta [...] que foi divulgada hoje pela filha ‘Tchizé’ dos Santos na sua página na rede social Facebook [...]”. A única mulher ouvida, fora das redes sociais, foi a própria Isabel dos Santos, mas com recurso a uma entrevista já feita, da BBC.<sup>54</sup>

Uma das notícias cuja fonte principal é do sexo feminino diz respeito ao caso de Cláudia Simões, a mulher que se diz ter sido agredida por um agente da Polícia de Segurança Pública (PSP). Publicada no dia 25 de janeiro, o artigo “Cláudia Simões sobre agressão a motorista: ‘Não temos nada a ver com o que se passou’”<sup>55</sup> possui três fontes de informação. Por um lado, o discurso direto de Cláudia Simões, mas que foi transcrito do jornal Público, o que nos indica uma segunda fonte, neste caso institucional. Quase no final da notícia, também a entidade PSP é tida como fonte para trazer o contraditório da voz feminina.

## CONCLUSÃO

É sabido que a luta das mulheres é uma constante e parece que a batalha é transversal à área do jornalismo: desde às redações – onde a desigualdade começa no número de lugares ocupados por mulheres – até ao número escasso de fontes femininas que são, diariamente, citadas. Não será assim em todos os lugares do mundo, mas numa

54 Notícia publicada em <https://www.jn.pt/mundo/os-20-dias-de-cerco-a-isabel-dos-santos-11732828.html>.

55 Notícia publicada em <https://www.jn.pt/justica/claudia-simoes-sobre-agressao-a-motorista-nao-temos-nada-a-ver-com-o-que-se-passou-11748847.html>.

grande parte e, em Portugal, os homens continuam a liderar: da política à investigação, aos altos cargos que ocupam nas empresas. A mulher, contudo, suplanta o homem em campos como é exemplo o da baixa remuneração, as percentagens de desemprego, o seu nível de instrução académica e participação nas redes sociais. Deste contexto histórico-social, sobressaem números desiguais quando se analisam notícias nos *media* nacionais *online*. Assiste-se ao espoletar da interatividade do ciberjornalismo e dos leitores – campo no qual as mulheres tendem a distinguir-se em termos percentuais – a par do uso das redes sociais e motores de busca como fontes por parte dos jornalistas. Prova disso é a inserção, no interior das notícias, de publicações de cidadãos. Por isso, seria expectável que novos estudos de género em fontes de informação revelassem menor disparidade entre vozes femininas e masculinas, mas não é o caso da presente investigação.

O jornal *Observador* consultou, em termos gerais, mais fontes de informação do que o *JN online*. Todavia, em termos percentuais, constata-se que a percentagem de mulheres consultadas como fontes foi igual (11%), mas com grande disparidade em relação às vozes masculinas (30% no *Observador* face aos 28% no *JN Online*).

Por outro lado, fontes populares tiveram apenas uma interação como fontes de 5% no *Observador* e 4% no *JN*, mas é facto que há um frequente recurso de redes sociais e motores de busca. Quando utilizadas publicações *online*, os jornais optam por vozes socialmente conhecidas e/ou profissionalmente relevantes, e não pelo cidadão comum. Somadas, houve um total de consulta de 13% no *Observador* e 23% no *JN*. Ainda assim, nem por isso se verificou o equilíbrio no que ao género diz respeito, não parecendo haver uma relação direta entre os fatores: a) aumento do uso de redes sociais por parte dos jornalistas como fontes; b) as mulheres serem frequentes usuárias de redes sociais e interativas e, por isso, mais propensas a serem fontes. Prova disso é a supremacia das vozes masculinas nos jornais.

Se afirmámos que os jornalistas optam por vozes especializadas e oficiais, mesmo quando recorrem às redes sociais e motores de busca como fontes, então convém referir que também essas são mais masculinas do que femininas. Setores ligados à política tendem a privilegiar os homens, já que são eles quem mais tem assento parlamentar. O mesmo se repete em empresas e instituições.

A larga percentagem de fontes cujo género não foi identificável revelou, por um lado, a forte dependência de ambos os jornais de fontes indiretas (documentos, relatórios, comunicados de imprensa, agências de notícias – isto é, material pré-fabricado que chega às redações) e também da opção por não se revelarem as fontes, garantindo o anonimato. Neste caso, umas vezes revelam o setor de atividade/área a que pertence a fonte, outras explicitam que a fonte é anónima.

No mês de março, ambos os jornais consultaram mais mulheres (em especial o *Observador*), visto ser o Dia Internacional da Mulher e ter-se dado o agravamento da pandemia Covid-19, o que denota que o género das fontes consultadas está fortemente condicionado pelas temáticas e efemérides. Todavia, este estudo demonstra que, embora se verifique uma maior interatividade e o aumento do uso das redes sociais como fonte, num país em que as vozes masculinas predominam, persiste a desigualdade de género nos *media* portugueses.

## REFERÊNCIAS

CANAVILHAS, J.; RODRIGUES, C. O cidadão como produtor de informação: estudo de caso na imprensa online portuguesa. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, 9(2), p. 269-283, 2012.

CCPJ, Comissão da Carteira Profissional do Jornalista. *Total de Titulares de Carteira Profissional de Jornalista no Estado «Activo»*, 09/04/2020. Disponível em <https://www.ccpj.pt/media/1335/cp.pdf>, consultado a 9 de julho de 2020.

CITE. *Relatório sobre o Progresso da Igualdade entre Mulheres e Homens no Trabalho, no Emprego e na Formação Profissional* – 2018. Disponível em: ht-

[tps://cite.gov.pt/pt/destaques/complementosDestqs2/Relatorio%202018%20Lei%2010.pdf](https://cite.gov.pt/pt/destaques/complementosDestqs2/Relatorio%202018%20Lei%2010.pdf), consultado a 30 de junho de 2020.

CITE. *Relatório sobre o Progresso da Igualdade entre Mulheres e Homens no Trabalho, no Emprego e na Formação Profissional* – 2016. Disponível em: <http://cite.gov.pt/pt/destaques/complementosDestqs2/Relatório%202016%20Lei%2010%202001.pdf>, consultado a 30 de junho de 2020.

COVA, Anne. *Uma reflexão de...* Repositório da Universidade de Lisboa, 2018. Disponível em <http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/32200/1/Pol%-C3%A9mi%20Uma%20reflex%C3%A3o%20de%E2%80%A6Anne%20Cova.pdf>, consultado a 2 de julho de 2020.

*Despacho n.º 8762/2018 de 14/09/2018 da Presidência do Conselho de Ministros - Gabinete da Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade. Diário da República: Série II.* Disponível em <https://dre.pt/home/-/dre/116399402/details/maximized>, consultado a 25 de junho de 2020.

DEUZE, Mark. Understanding Journalism as Newswork: How It Changes, and How It Remains the Same. *Westminster Papers in Communication and Culture*, 5(2), p. 4-23, 2018.

ERC, Entidade Reguladora da Comunicação Social. *Relatório sobre a representação de homens e mulheres nos blocos informativos de sinal aberto*, 2019. Disponível em <http://www.erc.pt/pt/estudos-e-publicacoes/diversidade/relatorio-de-avaliacao-das-obrigacoes-de-pluralismo-e-diversidade-nos-servicos-de-programas-televisivos-analise-da-programacao-da-rtp1-rtp2sic-tvi-cmtv-e-rtp3-em-2018>, consultado a 13 de junho de 2020.

GMMP. *Global Media Monitoring Project*, 2015. Disponível em [https://www.media-diversity.org/additional-files/Who\\_Makes\\_the\\_News\\_-\\_Global\\_Media\\_Monitoring\\_Project.pdf](https://www.media-diversity.org/additional-files/Who_Makes_the_News_-_Global_Media_Monitoring_Project.pdf), consultado a 25 de junho de 2020.

JAYABALASINGHAM, B. et al. *The Researcher Journey through a Gender Lens: A Global Examination of Research Participation, Career Progression and Perceptions across the Globe*, Mendeley Data, V1, 2020. Disponível em <https://data.mendeley.com/datasets/ww6g4t2r32/2>, consultado a 30 de junho de 2020.

JERÓNIMO, Pedro. *Ciberjornalismo de proximidade: Redações, jornalistas e notícias online*. Covilhã: Editora LabCom, 2015.

LOPES, Felisbela. As fontes, os jornalistas e as leis. *Comunicação e Sociedade 2, Cadernos do Noroeste, Série Comunicação*, 14(1-2), p. 339-349, 2000.

LOBO, Paula et al. 'In Journalism, we are all Men': Material Voices in the Production of Gender Meanings. *Journalism Studies*, 18(9), p. 1148-1166, 2015.



- MARTINS, C. *Mulheres, Liderança Política e Media*. Lisboa: Alêtheia Editores, 2015.
- MCGREGOR, S.; L. M. *Twitter's influence on news judgment: An experiment among journalists*, 21(5), p. 597-613, 2018.
- MITCHELSTEIN, E., ANDELSMAN, V.; BOCZKOWSKI, P. Joanne Public vs. Joe Public: News Sourcing and Gender Imbalance on Argentine Digital Media. *Digital Journalism*, 7(10), p. 1311-1327, 2019.
- PAÇO, T. Digital in 2019 – Realidade Portuguesa. *PROCENSUS*, 2019. Disponível em <https://www.procensus.pt/digital-in-2019-realidade-portuguesa/>, consultado a 14 de julho de 2020.
- PEW Research Center: Journalism & Media Staff. The Gender Gap. *Journalism & Media*, 2005. Disponível em: <https://www.pewresearch.org/staff/pew-research-center-journalism-media-staff/>, consultado a 25 de junho de 2020.
- RATTAN, Aneeta et al. Tackling the Underrepresentation of Women in Media. *Harvard Business Review*, 2019. Disponível em: <https://hbr.org/2019/06/tackling-the-underrepresentation-of-women-in-media>, consultado a 13 de julho de 2020.
- RIBEIRO, Vasco. *Fontes Sofisticadas de Informação: análise do produto jornalístico político da imprensa nacional diária de 1995 a 2005*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, Portugal, 2006. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/13047/2/FontesSofisticadasdeInformao000069327.pdf>, consultado a 30 de junho de 2020.
- SCHMITZ, Aldo. *Fontes de Notícias: ações e estratégias das fontes no jornalismo*. Florianópolis: Combook, 2011.
- SINGH, Varsha. Social Media: Where the Notes of Women's Emancipation Reverberate. *Media, the State and Marginalisation: Tackling Challenges*, Rachna Sharma (ed.). Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, p. 161-172, 2018.
- WOOD, Wendy e Alice Eagly. Biosocial Construction of Sex Differences and Similarities in Behavior. *Advances in Experimental Social Psychology*, 46, p. 55-123, 2012.
- ZHU, Nan e Lei Chang. An evolutionary life history explanation of sexism and gender inequality. *Personality and Individual Differences*, 157(1), p. 1-10, 2020.

# 7

Fernando Alexandre de Matos Pereira Lopes

Ana Maria Marques da Costa Pereira Lopes

Fátima Susana Amante

## **MANHÃ SUBMERSA, DE VERGÍLIO FERREIRA: DOS CORPOS DÓCEIS E DOS ESPAÇOS HETEROTÓPICOS DE CRISE E EXCLUSÃO**

## INTRODUÇÃO

Neste artigo, tomando como ponto de partida alguns escritos de Foucault, incluindo o seu ensaio “*Des Espaces Autres*” (1967), procuraremos que a nossa focalização vá desvelando as utopias, distopias e heterotopias, presentes em *Manhã Submersa*, tal como foram definidas pelo intelectual francês, bem como a sua presentificação em espaços concretos, tais como a mansão de D. Estefânia ou o seminário, entre outros.

O termo heterotopia concita-nos a problematizar o papel do espaço na formação e desenvolvimento da subjetividade/alteridade, convocando reflexões sobre a natureza da dialética das relações entre poder e subordinação, centro e margem ou entre liberdade e opressão. Porém, como observa Foucault, em “*Espace, savoir et pouvoir*” (um dos textos contidos em *Dits et Écrits*) a subjugação ou ausência de liberdade estão longe de ser permanentes e inevitáveis, uma vez que é sempre possível a ruptura e transgressão relativamente à ordem instituída:

Je ne crois pas qu'il soit possible de dire qu'une chose est de l'ordre de la « libération » et une autre de l'ordre de l' « oppression » [...] quelle que soit la terreur que puisse inspirer un système donné, il existe toujours des possibilités de résistance, de désobéissance et de constitution de groupes d'opposition. La liberté est une pratique.[...] la liberté des hommes n'est jamais assurée par les institutions et les lois qui ont pour fonction de la garantir [...] je pense qu'il n'appartient jamais à la structure des choses de garantir l'exercice de la liberté. La garantie de la liberté est la liberté. (1982, p. 16-20)<sup>56</sup>

56 Não creio que seja possível dizer que uma coisa é da ordem da «libertação» e outra da ordem da «opressão» [...] qualquer que seja o terror que um dado sistema possa inspirar, existem sempre oportunidades de resistência, desobediência e formação de grupos de oposição. A liberdade é uma prática [...] a liberdade dos homens nunca é garantida pelas instituições e leis cuja função é garanti-la [...] Penso que jamais cabe à estrutura das coisas garantir o exercício da liberdade. A garantia da liberdade é liberdade. (1982, p. 16-20)



Kevin Hetherington, numa linha de entendimento que não coincide inteiramente com a que Foucault expressa na passagem supracitada, sublinha o facto de as heterotopias não se restringirem, necessariamente, a espaços onde os sujeitos subalternos assumem protagonismo:

In using the concept of heterotopia, it would be wrong to privilege either the idea of freedom or control. [...] It would also be wrong to associate heterotopia just with the marginal and powerless seeking to use Other places to articulate a voice that is usually denied them. (1997, p. 46)<sup>57</sup>

Na verdade, as heterotopias podem também consignificar espaços meticulosos aonde impera a ordem, a harmonia e a disciplina, naturalmente instituídas pelos poderes vigentes e dominantes. Como observa Hetherington : “ *An Other place can be constituted and used by those who benefit from the existing [power] relations within a society* [...]”. (1997, p. 46)<sup>58</sup>. Na convicção de que a ordem, a harmonia e a disciplina são essenciais para a salvaguarda da sua integridade física, psíquica, e até moral, o sujeito subordina-se livremente (ou pelo menos assim o crê) ao poder vigente e dominante. A heterotopia passa assim a exercer uma função de total controlo.

Deste modo, começar-se-á por proceder a uma reflexão sobre o impacto que o modo de vida, incluindo o acesso (ou falta deste) à educação, teve nas comunidades rurais em Portugal continental, durante o período do Estado Novo, nomeadamente no sentido de averiguar em que medida é que a configuração dos espaços quer exteriores, quer interiores, refletem e condicionam, positiva ou negativamente, a ação do sujeito. Em seguida, prosseguiremos com uma análise da mundivi-

57 Ao usar o conceito de heterotopia, seria errado privilegiar a ideia de liberdade ou controlo. [...] Também seria errado associar a heterotopia apenas aos [sujeitos] marginais e impotentes que procuram lugares outros para articular uma voz que geralmente lhes é negada. (1997, p. 46)

58 Um lugar Outro pode ser constituído e usado por aqueles que beneficiam das relações de [poder] vigentes numa sociedade [...]. (1997, p. 46).



dência do protagonista de *Manhã Submersa*, quer no seminário, quer na casa de D. Estefânia (e na sua própria), identificando e refletindo sobre a natureza e função dos espaços nos quais António dos Santos Lopes, o Borrvalho, se movimenta. Além do conceito de heterotopia, bem como das suas funções e características, será, pois, necessário convocar ainda o conceito de panótico, bem como a noção de corpo dócil, utópico e heterotópico, na acepção que lhes é dada por Michel Foucault, patente na sua obra *Vigiar e Punir* e ainda numa entrevista concedida à rádio pelo filósofo em apreço.

## INCULTAMENTO IDEOLÓGICO E MODUS VIVENDI NOS ESPAÇOS RURAIS NA PERÍODO DO ESTADO NOVO

Na sua obra *Ideologia*, publicada em 1997, Terry Eagleton defende que

[...] Um poder dominante pode legitimar-se *promovendo* crenças e valores compatíveis com ele; *naturalizando* e *universalizando* tais crenças de modo a torná-las óbvias e aparentemente inevitáveis; *denegrindo* ideias que possam desafiá-lo; *excluindo* formas rivais de pensamento, mediante talvez alguma lógica não declarada mas sistemática; e *obscurecendo* a realidade social de modo a favorecê-lo. Tal *mistificação* como é comumente conhecida, com frequência assume a forma de camuflagem ou repressão dos conflitos sociais, da qual se origina o conceito de ideologia como uma resolução imaginária de contradições reais. (EAGLETON, 1997, p. 19, destaque nosso)

Na verdade, foi graças a um processo de inculcamento ideológico que o povo português se subordinou às políticas impostas pelo governo de Salazar, certo de que, como já ficou dito na introdução, estaria assim a salvaguardar a sua integridade física, psíquica e moral.

Na linha de entendimento de Terry Eagleton, o historiador e político Fernando Rosas, no seu ensaio “O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o homem novo e a questão do totalitarismo” (*Análise Social*, 1031), argumenta que o processo de inculcação ideológica do povo português assentou numa panóplia de mitos, dos quais destacaremos, por considerarmos tratar-se dos mitos que melhor se adequam ao presente trabalho, apenas os mitos da *ruralidade* e da *aurea mediocritas*, que passaremos a descrever de forma muito sucinta.

Assim, o *mito da ruralidade* consistia na ideia de que Portugal era um país inevitavelmente rural e que, nessa sua ruralidade, residia a virtude, a ordem e a harmonia do país. O mito da *aurea mediocritas* corroborava e reforçava ainda mais o mito da ruralidade, uma vez que, de acordo com este mito, os camponeses /as eram “persuadidos/as” a conformar-se com a sua condição de pobreza, colocando de parte eventuais “ambições doentias”, como as classificou António Ferro (*Análise Social*, 1035).

Importa ainda referir que o romance *Manhã Submersa* foi publicado em 1954, altura em que o analfabetismo em Portugal rondava os 40%. Não obstante, a obra reporta-se a factos ocorridos 20 anos antes, ou seja, por volta de 1930, sendo que, à época, como explica, numa mesma linha, a socióloga Maria Filomena Mónica, no seu estudo intitulado “Deve-se ensinar o povo a ler? a questão do analfabetismo (1926-1939)”, 70 em cada 100 portugueses eram analfabetos (MÓNICA, 1977, p. 321). Por outro lado, aqueles a quem era facultada a instrução, cedo foram habilmente “persuadidos” a acreditar que a sua felicidade residia na permanência na aldeia e no cultivo da terra, como defendia o poeta António Correia de Oliveira, numa quadra que viria a fazer parte do livro único do período em que o país viveu sob a sombra do totalitarismo:

Minha terra, quem me dera  
Ser humilde lavrador;  
Ter o pão de cada dia,  
Ter a graça do Senhor;  
Cavar-te por minhas mãos  
Com caridade e amor (OLIVEIRA, 1977, p. 340)

Ainda no mesmo artigo, a socióloga explica que não é possível determinar com precisão, dada a inexistência de dados rigorosos sobre a matéria, se para as classes rurais a ida à Escola era vista como um benefício. Acrescenta, porém que, tendo em conta alguns testemunhos da época, é possível depreender que a maioria da população rural descurava a importância da educação, sobretudo quando se tratava do sexo feminino, como evidencia a resposta dada por um camponês do Minho, quando questionado se tencionava mandar as filhas à escola: “Nada, nada. [...] Elas estão aqui mas é para trabalhar. Qual escola? Se lá fossem, mais tarde não lhes chegava o tempo para se escreverem c’os namoros.” (OLIVEIRA, 1977, p. 347).

Do exposto, averigua-se que nem os governantes, nem os próprios camponeses valorizavam a educação como um direito e bem inalienável. Por vezes, no entanto, a dimensão reduzida das propriedades agrícolas, bem como o seu difícil acesso não eram suficientes para prover pelo sustento de toda a família, que por essa razão, se via reduzida a uma pobreza da qual parecia não ser possível libertar-se. A situação de miséria extrema era mais evidente nas regiões mais populosas, como era o caso da Beira Alta (veja-se anexo 1), como observa o Ministro da Agricultura, Ezequiel de Campos:

O que não há é terra disponível para as novas famílias cultivadoras. A multidão enorme de dezasseis mil pessoas da Beira que todos os anos vai ao Alentejo não se fixa por lá, porque o grande proprietário do Sul nem vende, nem arrenda, nem afora em condições de se construírem por lá novas casas agrícolas, onde se vão integrando as canseiras, as econo-

mias, as alegrias e as dores, as esperanças.... para o futuro dos descendentes. Só a posse individual, familiar, da terra poderá fazer o milagre de transformar a desolação bravia do Alentejo em ermona na alegria dos casais e dos campos em cultura regular. Faculitem a terra ao camponês da Beira, até só a terra, sem mais nada, que veremos o herói da charneca transformar em poucos anos a esteva e os sargaços em searas. A horta e as árvores de fruto alegrarão trechos de regadio, graças aos poços (citado em Silva, Elisa. Diário da Câmara dos Deputados, 12 de Janeiro de 1925, p. 8)

## MANHÃ SUBMERSA: O SEMINÁRIO COMO HETEROTOPIA DE CRISE<sup>59</sup> OU A FORMAÇÃO DE CORPOS DÓCEIS

Como foi referido anteriormente, a escola foi um dos instrumentos de inculcamento ideológico ao serviço do Regime do Estado Novo. Havia, porém, como também já foi mencionado, sobretudo nas regiões superpovoadas do interior de Portugal, nomeadamente na Beira Alta, famílias demasiado pobres para poderem enviar os seus filhos para a Escola. Nesses casos, em ordem a proporcionar-lhes alguma instrução nomeadamente aos jovens do sexo masculino, era usual as famílias enviarem os filhos para o seminário, muitas vezes designado mesmo como a “escola dos pobres”. O próprio Salazar, também ele oriundo de uma família pobre da Beira Alta, chegou a frequentar o seminário. Não parece, pois, despropositado averiguar que a obra *Manhã Submersa* constitui uma crítica acérrima ao regime salazarista, uma vez que o seminário reproduzia o *status quo* social.

59 Dans notre société, ces hétérotopies de crise ne cessent de disparaître, quoi qu'on en trouve encore quelques restes. Par exemple, *le collège, sous sa forme du XIXe siècle*, ou le service militaire pour les garçons ont joué certainement un tel rôle (Foucault, 1984, 757, **negrito nosso**). TRADUÇÃO: Na nossa sociedade, essas heterotopias de crise não cessam de desaparecer, embora se encontrem ainda alguns resquícios delas. Por exemplo, o colégio, no século XIX, ou o serviço militar para os rapazes desempenharam certamente tal papel.



Na verdade, se o governo de Salazar soube encontrar os mecanismos que lhe permitiram transformar a escola num instrumento de controlo, o seminário constituiu, sem dúvida, um mecanismo muito mais eficaz, até porque a função do seminário, tal como a da prisão ou do exército, ou de quaisquer instituições disciplinadoras é a de formar corpos dóceis, como bem observa Foucault, na sua obra *Vigiar e Punir*: “a disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos ‘doceis’ [...] aumenta as forças do corpo (em termos económicos e de produtividade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência)” (FOUCAULT, 1987, p. 127). Segundo Foucault, a disciplina tem como função o controlo total da vida e do corpo, um controlo evidenciado “[no] quadro da escola, do quartel, do hospital e da oficina [...]” (FOUCAULT, 1987, p. 129).

Em *Manhã Submersa*, o seminário, mais do que equiparável a uma escola, é-o a um quartel, na medida em que os seminaristas não só são recebidos por padres comparados a sentinelas, tal como acontece nos quartéis, como são ainda separados por divisões, como se lê no extrato que passamos a citar: “Mudos e quedos, ao pé dos muros, apareceram-me ainda, ao longo do corredor, vários padres de sentinela [...] fiquei na 3ª Divisão, entre os mais miúdos, com lugar na camarata logo ao fundo do corredor” (FERREIRA, 1996 p. 21). Assim, a cada indivíduo é atribuído o seu espaço, sendo que esse espaço é dividido num número de parcelas equivalente ao número de corpos que irão por elas ser repartidos. Esta atribuição de um espaço, necessariamente escasso, a cada sujeito, irá evitar quer a formação de grupos, quer as aglomerações, pelo que esta divisão se adequa, naturalmente, à função disciplinadora pretendida, como se pode ler em várias passagens da obra, de entre as quais destacaremos apenas aquelas que consideramos mais ilustrativas, pelo facto de evidenciarem o controlo total que era exercido sobre os seminaristas nos diferentes espaços nos quais se movimentavam, nomeadamente, além do dormitório, a Capela, o Refeitório, a sala de estudo e a sala de

aulas. Consideremos a passagem em que os seminaristas se dirigem à Capela, a fim de fazer as orações matinais: “a um breve bater de palmas, toda a bicha se arrastou para a capela. Aí, cortadas às parcelas, as duas filas foram-se alinhando aos lados, nos intervalos dos bancos, sem encosto” (FERREIRA, 1996, p. 23). Relativamente à entrada e disposição dos seminaristas pelas mesas do Refeitório o narrador autodiegético esclarece que:

Pe. Tomás bateu as palmas para a forma. E, num longo carreiro de dois a dois, arrastámo-nos pelo corredor, descemos a escadaria da entrada, atravessámos o salão de estudo para o refeitório. Dispuseram-nos então pelas seis filas de mesas de mármore e aí rezámos outra vez. Eu fiquei a meio da primeira fila, virado para a parede (FERREIRA, 1996, p. 28).

Após o almoço, os seminaristas deveriam cumprir um conjunto de tarefas, que iriam repetir-se diariamente, também estas com uma função disciplinadora, atendendo a que, dado o seu caráter repetitivo, se assemelhavam a exercícios ou treinos:

Quando as mesas ficaram limpas, o Pe. Prefeito bateu as palmas. E rezámos outra vez. Depois viemos para a sala de estudo, onde nos distribuíram as carteiras. Fiquei entre o Gaudêncio e o Florentino. Houve ainda a marcação de lugares nas aulas, a distribuição das *Horas da Piedade* e do *Res Romanae*, quatro recreios ao todo e três longas rezas na Capela, afora outras rezas miúdas, espalhadas pelo dia adiante. E, às dez da noite, vencidos, sovados de alarme e de cansaço, metíamo-nos todos na cama, para tirarmos as calças e dormir (FERREIRA, 1996, p. 29).

Como em outros regimes de clausura, fosse o exército ou a própria prisão, o isolamento era também condição *sine qua non* para que existisse, por parte dos seminaristas, total submissão, conforme é evidenciado em várias passagens do romance, através do uso de lexemas como “silêncio”, “solidão” e “solitário” (5, 35, 36, 44, 71, 74, entre outras).

Ainda na mesma obra, *Vigiar e Punir*, Foucault utiliza o termo de *panoticismo* ou *panótico*<sup>60</sup>, elaborado por Bentham para se referir à forma como os prisioneiros eram vigiados nas prisões. O panótico constituía uma torre central, de formato circular, onde o guarda podia observar os prisioneiros sem que estes o pudessem ver. Nesse sentido, o panótico não só desinveste o poder de um sujeito individual, como também “funciona como uma espécie de laboratório de poder [...] na realidade [como] uma figura de tecnologia política que se pode e se deve destacar de qualquer uso específico” (Foucault, 1984, p. 181). Esta noção de panótico, que não deixa de evocar também a noção de *Big Brother* de George Orwell<sup>61</sup>, uma força invisível mas ubíqua, que tudo controla, é, no romance de Vergílio Ferreira, encarnada quer pelo próprio edifício, quer pela figura dos padres e do reitor, como bem evidenciam as passagens que passamos a transcrever. Deste modo, o edifício onde funcionava o seminário é descrito por António, através de uma personificação, da seguinte forma: “espiando-nos do alto da sua quietude lóbrega pelos cem olhos das janelas. Até que, chegados à larga boca do portão, nos tragou a todos imediatamente, cerrando as mandíbulas logo atrás”. (FERREIRA, 1996, p. 21; veja-se anexo 1). Por sua vez, o Prefeito tem como incumbência aterrorizar os seminaristas:

Mas o que mais me aterrorizou foi aquela súbita presença invisível do Prefeito, vinda do fundo da noite, imensa, ilimitada, sem a materialização de um corpo, de um breve ruído

60 O Panótico de Bentham é a figura arquitetural dessa composição. O princípio é conhecido: na periferia uma construção em anel; no centro uma torre; esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado a lado. Basta então colocar um vigia na torre central, e em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar. (...). Em suma, o princípio da masmorra é invertido; ou antes, de suas três funções – trancar, privar de luz e esconder – só se conserva a primeira e suprimem-se as outras duas. A plena luz e olhar de um vigia captam melhor que a sombra, que finalmente protegia. A visibilidade é uma armadilha. (Foucault, 1984, p. 177).

61 No seu romance distópico *1984*, Orwell retrata uma sociedade totalitária, controlada por um *Big Brother*, uma força invisível, que supervisiona a cada instante, graças à existência de câmaras colocadas nos espaços interiores e exteriores da cidade, cada ação e cada movimento do sujeito.

de pés. Pelos anos afora, eu havia de encontrá-los, a esses medos, pelo escuro dos corredores, das escadarias, calados, imóveis, rondando-nos de sombra e de ameaça (FERREIRA, 1996, p.23 - 24).

Quanto ao Reitor, o protagonista, referindo-se a ele, esclarece que:

Não era um homem alto, nem rude, nem agressivo. Tinha uma fala doce, vagarosa, levemente nasal. E, que eu saiba, nunca aplicou a nenhum aluno qualquer castigo violento. E, no entanto, à distância destes anos de onde agora o estou lembrando, ele levanta-se-me ainda como o símbolo mais perfeito do terror. Porque a força que vinha dele, a espantosa dimensão do seu medo, não tinha carga de sombras, muito menos suspeitas de tortura. Não era o medo de um bruxo nem de um carrasco. O terrorismo dele era puro de silêncio (FERREIRA, 1996, p. 34-35).

Importa também referir que, ainda que controlado, tornado dócil e obediente, o corpo de António preserva a sua característica de utopia, de não lugar idealizado, onde ocorrem os sonhos, seja com a sua aldeia e com a sua mãe (FERREIRA, 1996, p. 30) e, mais tarde, os desejos e a sua repressão, quando o seminarista recorda os seios de Carolina ou a face branca da Mariazinha (FERREIRA, 1996, p. 119). Todavia, o corpo de António constitui também uma heterotopia, um lugar que conjuga passado e presente e que, dada a sua inscrição na história e na cultura, se vai ligar a todos os outros lugares, como nos explica ainda Foucault na sua conferência “O corpo utópico”, transmitida, em 1966, através da Radio:

Meu corpo, de facto, está *sempre* em outro lugar. Está ligado a todos os outros lugares do mundo, e, para dizer a verdade, está num outro lugar que é o além do mundo. É em referência ao corpo que as coisas estão dispostas, é em relação ao corpo que existe uma esquerda e um atrás e um na frente, um próximo e um distante. O corpo está no centro do mundo, ali onde os caminhos e os espaços se cruzam, o corpo não está em nenhuma parte [...] O meu corpo é como a Cidade de Deus, não tem



lugar, mas é de lá que se irradiam todos os lugares possíveis, reais ou utópicos.

## ESPAÇOS HETEROTÓPICOS E HETEROLINGUÍSTICOS QUE ALIENAM O (S) SUJEITO (S) E OBSCURECEM OS SEUS “AMANHECERES”

É comum e expectável tomar-se o lexema “manhã” como uma metáfora que prenuncia acontecimentos positivos. Não é, porém, o que acontece no romance de que nos ocupamos, como o próprio título deixa antever. Na verdade, todos os acontecimentos que ocorrem naquele período do dia estão associados a momentos distópicos e a espaços topóforos, como passaremos a expor.

Assim, a partida de António para o Seminário ocorre numa madrugada fria, coberta de névoa, que lentamente se ia desprendendo dos campos e se alojava sobre a montanha. Ao contrário da simbologia que a montanha assume em outras obras de Vergílio Ferreira, associada à ideia de força genesíaca, permanência e solidez, em *Manhã Submersa* todo o espaço se afigura estranho e ameaçador para o protagonista, incluindo a própria montanha (FERREIRA, 1996, p. 12). É também durante a manhã que António se dirige ao escritório do Reitor, a fim de lhe explicar as motivações subjacentes ao seu desejo de abandonar o seminário (FERREIRA, 1996, p. 39), conforme escrevera à sua mãe numa carta que fora lida pelos padres, já que toda a correspondência era entregue aberta, o que comprova que no seminário vigorava uma total ausência de liberdade, tal como acontecia, aliás, na própria sociedade, como já tivemos oportunidade de referir acima. A manhã na qual os seminaristas partem para as suas terras, onde irão passar o Natal, é designada como “manhã negra” (FERREIRA, 1996,

p. 60) pelo protagonista do romance. Também a expulsão de Gama do Seminário ocorre “pelo escuro de uma madrugada clandestina” (FERREIRA, 1996, p. 111) e o funeral de Gaudêncio ocorre numa manhã “agreste de sol e de vento”, em que o protagonista compara a “manhã branca, aberta e árida” a uma praga (FERREIRA, 1996, p. 202, ênfase nossa). A maior parte dos fragmentos textuais em que é feita referência às manhãs envoltas em nevoeiro, por analogia com o regime obscurantista que sobre elas “pairava”, assinalam habitualmente a partida do protagonista da aldeia para o seminário, ou do seminário para a aldeia. A viagem é por norma feita de comboio e de autocarro, espaços que Foucault considera serem espaços heterotópicos por excelência:

Bien sûr, on pourrait sans doute entreprendre la description de ces différents emplacements, en cherchant quel est l'ensemble de relations par lequel on peut définir cet emplacement. Par exemple, décrire l'ensemble des relations qui définissent les emplacements de passage, les rues, les trains (c'est un extraordinaire faisceau de relations qu'un train, puisque c'est quelque chose à travers quoi on passe, c'est quelque chose également par quoi on peut passer d'un point à un autre et puis c'est quelque chose également qui passe). (FOUCAULT, 1994, p. 755).<sup>62</sup>

Porém, em vez de permitir ao protagonista deslocar-se de um espaço topofóbico para um espaço topofílico, ou vice-versa, a viagem de comboio ou autocarro não prenuncia nada de bom, na medida em que os dois espaços nos quais o protagonista se movimenta, tanto na aldeia (ainda que António sinta saudades dela enquanto eco-espço de onde emanam os sons e odores primigénios), como no seminário, constituem a réplica um do outro e, por sua vez, ambos os micro-espços reproduzem os discursos e práticas vigentes no macro-espço e constituem, por isso, uma espécie de “clone” de um espço onde

<sup>62</sup> Evidentemente, poder-se-ia empreender a descrição dessas diferentes alocações, procurando o conjunto de relações pelo qual se pode defini-las. Por exemplo: descrever o conjunto das relações que definem as alocações de passagem, as ruas, os trens (um trem é um extraordinário feixe de relações, pois é algo através do qual se passa, é também algo pelo qual se pode passar de um ponto a outro, e, ainda, algo que igualmente passa).

imperava o autoritarismo e a falta de liberdade de expressão. Consideremos, pois, alguns passos que comprovam a nossa linha de análise. Assim, atentemos num deles, em que António, regressado do seminário para um período de férias na aldeia, é recebido pela sua mãe com palavras muito breves: “descobri então minha mãe, pesada, coberta de negro, e corri ansioso para ela, como para um refúgio do fim. Ela porém, quase me não falou” (FERREIRA, 1996, p. 71). É que a mãe de António, oriunda de uma família de baixa condição social, era subliminariamente “coarctada” a remeter-se a uma condição de silêncio, não só pela proximidade de D. Estefânia, “a senhora” (FERREIRA, 1996, p. 71), mas também pelo facto de lhe ser vedado o acesso ao discurso do outro, que ali representava o poder. Efetivamente, como faz notar Hetherington, na passagem já extratada na introdução a este trabalho e que voltamos a recuperar: “*An Other place can be constituted and used by those who benefit from the existing [power] relations within a society [...].*” (1997, p. 46).

De resto, o próprio protagonista é, também ele, remetido habitualmente a uma condição de heterolinguismo. É que, numa das únicas vezes em que António tenta romper o silêncio, através da carta escrita à mãe, onde exprime o seu desejo de liberdade, a sua voz é silenciada, estilhaçada, na medida em que este seu desejo passa a ser conhecido pelos padres e, fundamentalmente, pelo reitor que o “esmaga” com a sua voz “neutra e impessoal, de puro instrumento de verdade” (FERREIRA, 1996, p. 44). Face a um discurso composto por frases “cheias de curvas” (FERREIRA, 1996, p. 43), António remete-se ao silêncio e num texto para ele esvaziado de sentido, cede voz ao discurso do outro: “E escrevi a minha mãe. E gabei o seminário. E cantei a minha glória de futuro ministro de Deus...” (FERREIRA, 1996, p. 44).

Retomando a asserção acima exposta, segundo a qual nenhum dos espaços - sejam os espaços sociais da aldeia ou o seminário - é topofílico, ou seja, nenhum dos ambientes é passível de proporcionar,

como seria desejável, o bem-estar a António, lembramos que o adolescente mantém com ambas as mães uma relação ambígua, como ilustram vários segmentos (FERREIRA, 1996, p. 71, 79, 81, 211, entre outras), de entre os quais citamos, a título ilustrativo, um em que a mãe biológica de António vai visitar o filho a casa de D. Estefânia, que a ambos controla com o seu olhar, como se o facto de assegurar os estudos do seminarista constituísse motivo para que ela se auto-instituísse como uma espécie de mãe adotiva:

Sem se mover, não ousando tocar-me, disse-me apenas «meu filho» e ficou a olhar-me em silêncio. Eu sentia sobre mim o suplício dos olhos de D. Estefânia, que um pouco atrás assistiam ao encontro; mas, num ímpeto, levantei os braços, rebentei as cordas do medo e atirei-me a minha mãe num abraço desesperado. Imediatamente, porém, D. Estefânia cortou:

- Não, não. Aqui não. Cenas dessas aqui não. Vão lá para a cozinha, se querem (FERREIRA, 1996, p. 77).

No fragmento extratado são claras as dicotomias rico/pobre e centro/margem, como também se torna evidente que a cozinha funciona como espaço heterotópico, espaço outro, no qual as classes economicamente desfavorecidas tinham oportunidade de exhibir, como se de um ato clandestino se tratasse, eventuais manifestações de afecto. Na verdade, a cozinha era um espaço da casa que os proprietários habitualmente não frequentavam e onde por norma a criadagem (como eram conhecidos) se reunia. Poderá então supor-se que a mãe biológica de António constitui para o seminarista um reduto de carinho, a “concha inicial”, da qual a sua casa de família, enquanto lugar de sentido, constitui uma metáfora. Na verdade, da mesma maneira que a mãe abrigou o bebé, a criança, em seu ventre, oferecendo-lhe depois um “seio bom” para o alimentar e lhe proporcionar bem-estar; é suposto a casa proteger o sujeito contra ameaças exteriores, instituindo-se ainda como espaço privilegiado de privacidade, de possibilidade de (re) construção de sonhos, fantasias e memórias. (*Poética do Espaço*,



1958, p. 23-24). A casa deverá ser então, no mundo físico-empírico, equiparável à casa intrauterina, ou seja “concha inicial”, espaço de felicidade, ou espaço topofílico, para continuarmos a utilizar terminologia bachelardiana, retomada ainda por Fu-Tuan. Porém, quando o protagonista visita, às escondidas, a sua família, naquela que em tempos fora também a sua casa, tem uma recepção comparável à de um desconhecido “como se o preto do meu fato lhes amortilhasse a alegria” (FERREIRA, 1996, p. 78). É ainda durante esta visita que António compreende que aquela casa, a sua casa de outrora, se transformara entretanto para ele num espaço heterotópico, idêntico aos espaços de clausura e passível de ser associado, por conseguinte, a uma heterotopia de crise: “ e era através das grossas grades de ferro [...] que eu estava olhando a minha gente, que tinha a minha carne e o meu sangue” (FERREIRA, 1996, p. 79), que mais se agudiza ao abranger a mãe do protagonista, “porque até mesmo a imagem de minha mãe se me afastara para muito longe, desfeita nas gargalhadas, como uma face em espelho de água, subitamente partida em mil pedaços por uma pedra arremessada” (FERREIRA, 1996, p. 82).

Relativamente aos espaços que António ocupa na casa de D. Estefânia, são naturalmente também espaços heterotópicos, tanto de crise, como de exclusão. Assim, o quarto que é ocupado pelo seminarista localiza-se junto à cozinha, ao fundo de um escuro e serpenteante corredor. Segundo a descrição do narrador, tratava-se de “um quarto pequeno, pintado de amarelo, com uma janela de grades” (FERREIRA, 1996, p. 72). A existência de grades evoca, desde logo, espaços de controlo e clausura, que aliados à localização, se enquadram perfeitamente na definição de heterotopias, até pelas semelhanças que evidenciam com os quartos outrora existentes nas grandes fazendas do Brasil, em que o visitante era remetido a uma condição de exclusão, como explica Michel Foucault no seu ensaio “*Des Espaces Autres*” (1967):

Il y en a d'autres, au contraire, qui ont l'air de pures et simples ouvertures, mais qui, en général, cachent de curieuses exclusions; tout le monde peut entrer dans ces emplacements hété-

rotópicos, mais, à vrai dire, ce n'est qu'une illusion : on croit pénétrer et on est, par le fait même qu'on entre, exclu. Je songe, par exemple, à ces fameuses chambres qui existaient dans les grandes fermes du Brésil et, en général, de l'Amérique du Sud. La porte pour y accéder ne donnait

pas sur la pièce centrale où vivait la famille, et tout individu qui passait, tout voyageur avait le droit de pousser cette Porte, d'entrer dans la chambre et puis d'y dormir une nuit. Or ces chambres étaient telles que l'individu qui y passait n'accédait jamais au cœur même de la famille, il était absolument l'hôte de passage, il n'était pas véritablement l'invité<sup>63</sup>

Preso arbitrariamente a um destino que lhe desagradava profundamente, António jurou para si próprio: “hei-de rebentar com tudo. Destruido de peste. De opróbrio. De trampa. Mas hei-de vencer” (FERREIRA, 1996, p. 212). Esta determinação de António não deixa de evocar a ideia expressa por Foucault no seu estudo “Espace, Savoir et pouvoir” citado na introdução do presente artigo:

[...] qualquer que seja o terror que um dado sistema possa inspirar, existem sempre oportunidades de resistência, desobediência e formação de grupos de oposição. A liberdade é uma prática [...] a liberdade dos homens nunca é garantida pelas instituições e leis cuja função é garanti-la [...] Penso que jamais cabe à estrutura das coisas garantir o exercício da liberdade. A garantia da liberdade é liberdade. (1982, p. 16-20)

Assim, a forma de resistência que iria permitir ao protagonista manter-se afastado do seminário, cumprindo um destino que não escolhera e pelo qual sentia repúdio, foi a auto-mutilação:

63 Há outras, pelo contrário, que parecem ser puras e simples aberturas, mas que em geral escondem curiosas exclusões. Qualquer um pode entrar nestes lugares heterotópicos, mas de fato isto é só uma ilusão: acreditamos entrar, pelo próprio facto de se entrar, e se é excluído. Eu estou pensando, por exemplo, nos famosos quartos que existiam nas grandes fazendas do Brasil assim como na América do Sul. A porta de entrada não dava na sala central onde a família vivia, e todo o viajante que passava tinha o direito de abrir esta porta, entrar no quarto e dormir lá por uma noite. Por estes quartos serem assim, o indivíduo que entrava neles nunca tinha acesso às acomodações familiares; o visitante era certamente o hópede em trânsito, não era realmente o hópede convidado.

Mas no instante-limite da explosão, no ápice infinito em que tudo iria acontecer, um impulso absurdo, vindo não sei de que raízes, fez-me arremessar a bomba. Ou talvez que não houvesse impulso algum e tudo seja apenas, ainda agora, uma incrível fímbria de receio de que não cumprisse o meu propósito até ao fim. Porque a explosão deu-se e eu sangrei e perdi dois dedos da minha mão direita.” (FERREIRA, 1996, p. 213)

## CONCLUSÃO

No romance *Manhã Submersa*, vinte anos separam o discurso e a narrativa. Porém, é graças a esta distância que António dos Santos Lopes, mais conhecido como “O Borrvalho” - numa clara alusão à sua inferior condição social -, que o narrador auto-diegético revisita o seu passado. (Re) interpretando o passado com o distanciamento que um hiato de vinte anos lhe proporciona, o narrador poderá finalmente chegar à autognose. Embora sejam vários os momentos que evidenciam a dialética entre espaço da memória e espaço do discurso (FERREIRA, 1996, p. 55, 57,82, 84), elegemos, como exemplo, uma passagem que, ancorando-se no espaço da memória, enquadra e elucida, segundo cremos, a narrativa:

Estranho poder este da lembrança: tudo o que me ofendeu me ofende, tudo o que me sorriu, sorri: mas, a um apelo de abandono, a um esquecimento *real*, a bruma da distância levanta-se-me sobre tudo, acena-me à comoção que não é alegre nem triste mas apenas *comovente*...Dói-me o que sofri e *recordo*, não o que sofri e *evoco* (FERREIRA, 1996, p. 85).

Assim, como fecho deste artigo, entendemos ser pertinente citar, dada a sua relevância, as reflexões expendidas por Robert Tally (2014, p. 3):

[...] it appears that a crucial consideration of any properly spatial literary studies is the pervasive sense of, not only place, but

of placemindedness, which characterizes both the subjective experience and the artistic representation of places, persons, events, and so forth [...] Along these lines, one might propose *topophrenia* as a provisional label for that condition of narrative [...] in which the persistence of place and of the subject's relation to it must be taken into account.<sup>64</sup>

## REFERÊNCIAS

- AUGÉ, M. *Não-Lugares. Introdução a uma Antropologia da Sobremodernidade*. 1ª Edição. Lisboa: Livraria Letra Livre 2012.
- BACHELARD, G. *A Poética do Espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1958.
- BORGES, O. F. *Espaço & Literatura: Introdução à Topoanálise*. Franca: Ribeirão Gráfica Editora, 2007.
- BORGES, O. F. *O Espaço Literário. Textos teóricos*. Uberaba: Ribeirão Gráfica Editora, 2016.
- CUNHA, C. M. F. *Os mundos (im) possíveis de Vergílio Ferreira*. Lisboa, Difel, 1997.
- CRESSWELL, T. *Place: A Short Introduction*. Oxford: Blackwell, 2004.
- DAL FARRA, M. L. "Manhã submersa": um narrador nas jazidas do tempo". *Letras*, Santa Maria, v. 22, n. 45, p. 165-175, 2012.
- EAGLETON, T. *Ideologia*. Trad. de Luís Carlos Borges e Silvana Vieira. São Paulo: Editorial Boitempo, 1997.
- FERREIRA, V. *Manhã Submersa*. 18ª Edição. Lisboa: Bertrand, 1996.
- FOUCAULT, M. *O corpo utópico*. Conferência concedida à Radio France, 1996.
- FOUCAULT, M. "Espace, savoir et pouvoir" *Dit et écrits. IV. 1954-1988*. Paris: Éditions Gallimard, 1982.
- FOUCAULT, M. "Des espaces autres". *Dit et écrits. IV. 1954-1988*. Paris: Éditions Gallimard, 1994.

64 parece que uma consideração crucial de quaisquer estudos sobre espacialidade literária é o senso difundido não apenas de lugar, mas de lugar como representação mental, que caracteriza tanto a experiência subjetiva quanto a representação artística de lugares, pessoas, eventos e assim por diante. [...] Neste entendimento, poder-se-á propor o termo *topofrenia* como designação provisória para aquela condição da narrativa [...] na qual a persistência do lugar e da relação do sujeito com este deve ser tida em linha de conta.



FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir*. Trad. de Raquel Ramallete. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

GORDO, A. S. *A Escrita e o Espaço no Romance de Vergílio Ferreira*. Porto: Porto Editora, 1995.

GOULART, R. M. *Romance Lírico - o Percurso de Virgílio Ferreira*. Lisboa: Bertrand, 1990.

HETHERINGTON, K. *The Badlands of Modernity: Heterotopia & Social Ordering*. London: Routledge, 1997.

CARMO, C. I. *Adolescer em Clausura: Olhares de Aquilino, Régio e Vergílio Ferreira sobre o romance de internato*. Faro & Viseu: Universidade do Algarve e Centro de Estudos Aquilino Ribeiro, 1998.

LLASO, G. *Vergílio Ferreira: Espaço Simbólico e Metafísico*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1989.

LUTWACK, L. *The Role of Place in Literature*. New York: Syracuse University Press, 1984.

MÓNICA, M. F. Deve-se ensinar o povo a ler? a questão do analfabetismo (1926-1939)", *Análise Social*, vol XIII (50), 321-353, 1997.

PAPOULA, T. "Manhã Submersa ou as Vozes do Silêncio. A propósito de um Romance de Vergílio Ferreira" *Revista Eutomia Ano II – Nº 01*. (517-530).

ROSAS, F. "O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o homem novo e a questão do totalitarismo" *Análise Social*, vol. XXXV (157), 2001.

SILVA, E. *A propriedade e os seus sujeitos: colonização interna e colónias agrícolas durante o Estado Novo* Lisboa: FCSH. Páginas. Dissertação (Mestrado em História Contemporânea) – Universidade Nova de Lisboa, 2011.

SOJA, E. W. "Thirdspace: Expanding the Scope of the Geographical Imagination". Ed. D. Massey, D. Allen and P. Sarre. *Human Geography Today*. Cambridge: Polity, 1999.

TALLY, R. *Spatiality*. London and New York: Routledge, 2013.

TALLY, R. "Topophrenia: The Place of the Subject." *Reconstruction* 14.4, 2014.

TUAN, Y. *Space and Place: The Perspective of Experience*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997.

TUAN, Y. *Topophilia: A Study of Environmental Perceptions, Attitudes, and Values*. New York: Columbia University Press, 1990.

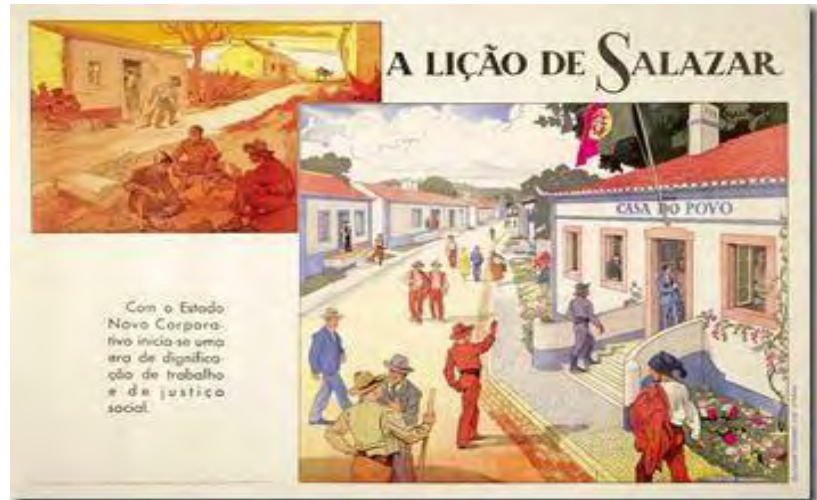
## Anexo 1 - Modo de vida das comunidades rurais na região centro de Portugal, durante o período do Estado Novo



## Anexo 2 - A Lição de Salazar: A Escola do Estado Novo como instrumento de inculcamento ideológico







# 8

Giovana Guimarães Gonzaga  
Alexander Meireles da Silva

**SELVA DE PEDRA  
E TERRORES:  
ESPAÇO E MARGINALIDADE  
NA LONDRES DOS *PENNY DREADFULS***



## INTRODUÇÃO

Surgido para designar a cultura a um povo, o termo “Gótico” passou a designar ao século XIV, e de forma depreciativa, construções que não seguiam o padrão estabelecido pela arquitetura greco-romana. Essa conexão com a Idade Média dos povos bárbaros ganhou uma nova em fins do século XVIII a partir do fascínio que o período medieval exerceu sobre o membro do Parlamento inglês, Horace Walpole, um escritor fascinado com estética gótica, que cria a primeira obra pertencente a este gênero: *O castelo de Otranto* (1764). Esta narrativa foi a percussora para o nascimento de diversas histórias abrangendo a nova essência que o gótico trouxera para a o período denominado Era Vitoriana inglesa.

A Era Vitoriana, período de reinado da Rainha Vitoria, que perdurou de 1837 até sua morte, em 1901 foi uma fase de grandes mudanças no império britânico marcado pela Primeira Revolução Industrial, a expansão do território inglês, descobertas científicas e abertura de novas fábricas. Esse quadro causou um grande aumento nas cidades inglesas, em especial, Londres.

A capital do império britânico é um elemento de suma importância nesta pesquisa, pois partimos da análise de que Londres, a sede mundial de bens, recursos e mão de obra da época, foi o cenário perfeito para a elaboração de obras de caráter violento, bizarro e monstruoso, assim, retomando a temática do gótico. Dentro deste ambiente, esta pesquisa parte da justificativa de uma análise a respeito de Londres como espaço para a criação de histórias de terror e horror, não somente por consequência das mudanças provenientes da Era Vitoriana, mas também refletindo a marginalidade e a violência que percorriam as ruas da cidade.

Nosso objetivo, com a elaboração deste artigo, foi realizar uma reflexão crítica a respeito dos *Penny dreadfuls*. Tais obras abrangiam todos os

elementos do gótico e do grotesco, como assassinatos brutais, violência e roubos, temáticas que não eram comumente abordadas de forma explícita em histórias literárias. Estudando a respeito destes contos, em especial: *Sweeney Todd- O barbeiro demoníaco da rua Fleet*, este estudo ressalta dois elementos principais: Londres e as classes populares urbanas. Dessa forma, é levado em questão a visão que a alta classe possuía dos trabalhadores, como elementos prejudiciais ao desenvolvimento da cidade.

Este estudo parte da análise qualitativa, ou seja, lidamos com a subjetividade da relação construída entre o sujeito e o meio em que este se encontra, abrindo espaço para contextos sociais internos e externos a obra como constituintes de significados e simbologias para a mesma. Utilizamos os estudos teóricos de Gail Marshall, Denis Denisoff, Jeffrey Jerome Cohen e Fred Booting, entre outros, para auxiliar na compreensão das mudanças sociais e industriais que o império britânico sofria na época e sua aplicabilidade na literatura gótica vitoriana.

## O NASCIMENTO DO GÓTICO

Inicialmente, é importante ressaltar a definição do termo “gótico” para assim contextualizá-lo em suas fundamentações históricas e sociais. De acordo com o *Dicionário digital do insólito ficcional* (2018), este termo é inicialmente definido com um adjetivo que se refere aos godos, povo germânico que, ao lado de outras tribos, invadiram Roma no século cinco. Os godos tem sua origem no norte da Europa nas regiões meridionais da Escandinávia. Como relata Orósio (Hist., 7, 33, 10), eles eram povos considerados bárbaros pelo império romano, por se tratarem de indivíduos que não compartilhavam da cultura latina ligada aos romanos, sendo também enxergados como ferozes e violentos.

A segunda definição dada a respeito do gótico faz um deslocamento diacrônico chegando à Europa Renascentista, atribuindo este

termo ao “estilo gótico” voltado para a arte. A arquitetura gótica foi inicialmente chamada de “estilo francês” em seus princípios do século doze e gradativamente começou a rivalizar com o estilo românico dominante até então por conta das possibilidades de construções mais elaboradas. O termo “Arquitetura gótica” surgiu especificamente no século quatorze nos escritos de Giorgio Vasari (1511 - 1574), pintor e arquiteto italiano “com um sentido pejorativo, para diferenciar a arquitetura alemã da arte clássica greco-romana, baseada na relação e harmonia que eram o correlato filosófico da razão e da verdade.” (ÁRAN, 2019). Em outras palavras, Vasari possuía uma maior afeição pelas construções românicas, portanto passou a nomear negativamente as construções não condizentes com a estética romana:

As principais características da arquitetura gótica consiste em amplas janelas adornadas por vidrais coloridos, presença de estátuas de criaturas influentes para o pensamento católico, como os gárgulas e a dimensão e verticalidade das edificações, com a intenção de demonstrar reverência e contato com Deus. (DA SILVA, 2017)

Por razões políticas e sociais específicos do século dezoito, na Europa, em especial na Inglaterra, o gótico ressurgiu sendo reinventado e relacionado à literatura. Segundo Áran:

En este contexto, surge la ficción gótica inglesa comúnmente conocida como literatura negra u horror, y el período temprano se extiende desde 1764-1815, estableciendo una retórica de lo extraordinario, lo irracional y el miedo como una forma de cuestionar el dominio de la Razón dominado por la Ilustración, que artísticamente se expresó como neoclasicismo (2019).<sup>65</sup>

Fascinado pela arquitetura gótica, o inglês Horace Walpole transformou sua residência em um castelo plenamente fiel ao estilo

<sup>65</sup> Neste contexto, o gótico ficção Inglês comumente conhecido como literatura negra ou horror surge, e o período inicial se estende entre 1764-1815, estabelecendo uma retórica do extraordinário, o irracional e medo como forma de questionar o domínio Razão motivada pelo Iluminismo, que artisticamente se expressou como Neoclasicismo. Traduzido por: Giovana Guimarães Gonzaga

gótico, se tornando uma estrutura inglesa de grande visitação, denominada *Strawberry Hill*. Este foi o primeiro passo dado por Walpole no mundo do gótico, que no mais tardar seria o autor da primeira obra de romance gótico.

## O GÓTICO NA LITERATURA

Como citado no tópico anterior, Horace Walpole era um jovem de grande fascínio pela Idade Média, em especial a arte medieval. Essa paixão se manifestou de diferentes formas, sendo a reforma de sua casa para transformá-la em uma versão reduzida de um castelo gótico a face mais visível. No entanto, o impacto sobre a Literatura se fez sentir na criação por parte de Walpole, de uma pequena gráfica onde ele escreveu o primeiro romance gótico: *O castelo de Otranto*, publicado pela primeira vez em 1764. Esta obra foi a percussora da narrativa gótica, influenciando diversos autores, como: Anne Radcliffe e Matthew Lewis.

De acordo com Hogle:

Gothic fiction is hardly 'gothic'. It is totally post-medieval and even post-renaissance phenomenon. Although several long-standing literary forms combined in their early depictions - of ancient prose and verse, novels of Shakespearean tragedy and comedy - the first published work to be called 'A Gothic History' was a prestigious medieval tale published long after the Middle Ages: *The castle of Otranto*, by Horace Walpole. (2002, p.1, ênfase no original).<sup>66</sup>

Esta obra constrói um ambiente de suspense, combinando elementos como fantasmas, barulhos inexplicáveis, objetos sinistros, qua-

<sup>66</sup> A ficção gótica dificilmente é 'gótica'. É totalmente pós-medieval e mesmo fenômeno pós-renaissantista. Embora várias formas literárias de longa data combinadas em suas representações iniciais - da prosa antiga e do verso, romances da tragédia e comédia shakespeariana - o primeiro trabalho publicado a chamar-se "Uma história gótica" foi um prestigiado conto medieval publicado muito depois da Idade Média: *O castelo de Otranto*, de Horace Walpole.



dros que se movem e passagens secretas. Unindo todos estes recursos em um escrito de 124 páginas, foi criado o primeiro romance gótico.

É importante ressaltar que na primeira vez em que o livro foi publicado, Walpole não assumiu a autoria do manuscrito. Entretanto, ao perceber o retorno positivo que estava recebendo, divulgou uma segunda edição acrescentando ao título do seu livro o trecho: “uma história gótica” (WALPOLE, 1765).

A narrativa em questão serviu de base para variados escritores da época, mas na década de 1790 (a década em que Walpole faleceu) o gótico se disseminou não apenas pelos países europeus, mas também pela América.

O período entre 1790 e 1800 pode ser considerado década do gótico, na qual autores e autoras influenciados pela história escrita por Walpole decidiram criar narrativas utilizando dos mesmos elementos usados pelo autor, assim aprimorando a essência do romance gótico. Alguns dos mais relevantes da época foram: Clara Reeve (*The Old English Baron*), William Beckford (*Vathek*), Matthew Lewis (*The Monk*) e Ann Radcliffe (*Mysteries of Udolpho / The Italian*).

Ann Radcliffe foi uma escritora de grande importância para a década do gótico, pois ela foi responsável pelas renovações dos elementos de um romance gótico, trazendo a mulher como heroína dentro de ambientes perigosos e sombrios. A autora teve suas obras comparadas às de Shakespeare por críticos da época, ocupando grande espaço dentre uma sociedade masculinizada, assim também influenciando seus leitores.

Alcançando em especial o público feminino, este gênero altamente instável (HOGLE, 2007 p. 2) perdurou de 1790 a 1830 – o chamado período romântico da Literatura Europeia – e teve como influência a Revolução Francesa, a Revolução Americana e o início da I Revolução Industrial. Tais movimentos sociais, em especial as revoluções francesa e

americana, pregavam principalmente a liberdade e empoderamento do indivíduo, assim, influenciando diretamente os artistas da época.

Da mesma forma, com a chegada da Revolução Industrial na primeira metade do século XIX, foram trazidas inovações científicas e tecnológicas, mostrando sob um novo ponto de vista estudos a respeito do funcionamento da mente e anatomia humana e a construção de novos modelos de máquinas. Estes fatores abriram espaço para a década de *Frankenstein*, de Mary Shelley (1818).

*Frankenstein* trata-se de uma obra representativa da conexão presente entre o gótico e o Romantismo, pois a narrativa engloba uma série de acontecimentos característicos do período denominado *Fin-the – siècle* (1790 - 1890), trazendo elementos como: personagens que reforçam o poder do indivíduo e o limite entre a vida e a morte sendo ultrapassados com o auxílio da tecnologia, para citar alguns casos.

Apesar da história escrita por Mary Shelley se passar em grande parte na Alemanha, ela foi sem dúvidas uma grande referência para o gótico vitoriano, por se tratar de uma absorção das principais e mais polêmicas mudanças ocorrentes neste período histórico europeu.

## O GÓTICO VITORIANO

Um novo passo dado na literatura gótica do início do século XIX foi a presença marcada de Londres – capital do Império Britânico, como berço do monstruoso, grotesco e obscuro.

É importante citar o fato de que o Império Britânico durante a era vitoriana, possuía diversos domínios ao redor do mundo, desde a Ásia até a América. Neste mesmo período, a Inglaterra se adaptava às mudanças trazidas pela Revolução Industrial, afetando os modelos de trabalho, pesquisas científicas e a arquitetura das cidades.

Londres, em especial, foi uma das polis inglesas que mais sofreram modificações durante este período, sendo o receptor de novas fábricas, centros de exportação e comércio e residência de diversos cientistas e pesquisadores.

Dessa forma, a capital passou a necessitar cada vez mais mão de obra, assim abrigoando trabalhadores vindos dos campos em busca de melhores condições de vida e residentes de outras cidades. Por consequência de tais expansões populacionais, acabou se tornando cada vez mais discrepante a diferença entre as classes: famílias donas de empresas com riqueza crescente e por outro lado, famílias de pais e filhos trabalhadores de fábricas e/ou à beira da miséria.

Outro fator que influenciou as mudanças ocorridas durante o fim do século XVIII e início do século XIX, se deu a partir do período de império da Rainha Vitória (1839- 1901) por sua influência o época de seu reinado é chamado de Era Vitoriana- uma mulher conhecida por obter rígidos padrões de comportamento e conduta, assim fazendo com que o inglês se encontrasse em uma posição de opressão por se ater apenas a atividades consideradas condizentes com a ética e conduta esperados. “A espontaneidade do comportamento humano era considerada contrária ao puritanismo” (SILVA, 2017, p.1). Segundo Forman:

Historically put, the glorification of the Empire during the Queen Victoria Diamond Jubilee in 1897, at one extreme, competed with the millennial prediction of fin de sie`cle, fin du globe at the opposite end of the spectrum. And the civilizing mission, with its aims of educating colonial subjects for Western modernity and morality and integrating them into the empire's productive economy, could give rise to local and transnational forms of resistance. (2007, p. 91)<sup>67</sup>

67 Colocada historicamente, a glorificação do Império durante o Jubileu de Diamante da Rainha Vitória em 1897, em um extremo, concorreu com a previsão milenar de fin de sie`cle, fin du globe no extremo oposto do espectro. E a missão civilizadora, com seus objetivos de educar os sujeitos coloniais para a modernidade e a moralidade ocidentais e integrá-los à economia produtiva do império, poderia dar origem a formas locais e transnacionais de resistência.

A literatura gótica acompanha tais mudanças ocorridas durante a Era Vitoriana. Uma das diferenças mais nítidas é a mudança de cenário retratada nas obras: o castelo passa a ser um casarão, lar da família; a apreensão antes representada pelos lordes e aristocratas se torna repressão do marido, pai ou irmão, ou seja, repressão do feminino. (SILVA, 2017).

Desta forma, além da arte refletir as transformações provenientes destes tempos, ela também serviu como ferramenta de resistência a moral vitoriana. Exemplificando, temos o clássico de Oscar Wilde, *O retrato de Dorian Gray* (1890). Esta é uma obra que possui diversos elementos que, até mesmo nos dias atuais, são instrumentos de discussões e polêmicas, ao voltar os olhares para a sociedade vitoriana que priorizava os padrões de moral e ética, sem dúvidas foi fortemente criticada e mal vista.

Dorian Gray é um personagem jovem, rico e atraente que, ao se mudar para Londres passa a explorar todos os seus mais obscuros desejos, especialmente suas fantasias sexuais. Nesta narrativa também é presente o fator do pacto com o diabo que Gray faz para que ele possua sempre sua aparência e vivacidade do jovem galante que uma vez chegara à cidade.

Desta forma, a narrativa de Oscar Wilde faz uma combinação de todos os princípios considerados decadentes e esteticistas para os cidadãos e filósofos ingleses: vaidade, sexualidade, ânsia de descoberta e libertação, narcisismo e o grotesco.

O decadentismo, que, se tratando de literatura nasceu na França, durante o século XIX, foi influenciado principalmente por Félicien Rops. Trata-se de uma postura artística que valorizava a autonomia da arte e sua não-necessidade de servir a causas sociais. Neste, são ressaltados o egocentrismo, o bizarro e o sensacionalismo. Possuindo fortes relações com o Simbolismo e o Impressionismo, é muito presen-



te o “culto ao eu” – exacerbado de excesso, sensualismo, individualismo e o anti- natural; é grandemente marcado pela busca de nova sensações, indo de encontro com o grotesco e mórbido (DENISSOF, 2007, p. 31- 49).

De maneira similar, o esteticismo, nascido durante o século XIX na Inglaterra e influenciado por Oscar Wilde, Dante e Gabriel Rossetti, para citar alguns, foi um movimento artístico que possuía um ideal de que a arte não tem obrigação de trazer valores, portanto esta não pode ser considerada imoral. Tal mobilização pregava valores como: a juventude prevalece a velhice, a beleza prevalece sob o intelecto e a superfície é mais importante que a profundidade. (WERB, 2017)

Ambas as expressões artísticas foram significantes para a literatura e para manifestações artísticas e sociais em prol da liberdade de expressão, seja ela independente de sua forma. O pesquisador Xavier da Silva, em seu trabalho que apresenta uma reflexão crítica sobre a sociedade vitoriana segundo Oscar Wilde, nos traz a seguinte análise:

The Victorian Era has become a time of crusaders, reformers, and theorists, as it has made progress, but it has also had doubts. There was a lot of poverty, injustice, and little certainty about faith or morals. With all ideals, it was a Puritan age and subjects like sex were taboos (all wrapped up in religious discussions and suppressed libido). There was a conventional, rigid morality, and the sacredness of family life was due to the example of Queen Victoria, and her considerable influence on literature and social life.<sup>68</sup> (2017, p 3)

Assim como *O retrato de Dorian Gray* foi significativa para representar tais críticas à postura ditada pela rainha Vitória, é importante ressaltar as obras: *O estranho caso do Dr. Jekyll e Mr. Hyde* (1886), de Robert Louis Stevenson e *Drácula* (1897), de Bram Stoker.

68 A Época Vitoriana tornou-se uma época de cruzados, reformadores e teóricos, já que em termos teve progressos, mas, também teve dúvidas. Havia muita pobreza, injustiça e pouca certeza sobre a fé ou a moral. Com todos os ideais, foi uma época puritana e assuntos como o sexo, eram tabus (tudo envolto em discussões religiosas e libido reprimida). Havia uma moralidade convencional, rígida e o caráter sagrado da vida em família, era devida ao exemplo da Rainha Vitória, e sua influência considerável sobre a Literatura e a vida social.

Ambas as obras apresentam fortes elementos decadentistas e esteticistas, dessa forma, podemos citar alguns fatores, como: a descoberta de novas sensações, exploração da sexualidade e a presença criaturas monstruosas e grotescas (o personagem de Mr. Hyde presente na obra de Stevenson e Drácula, o vilão da narrativa de Stoker) e a fuga da moralidade.

É importante ressaltar que o decadentismo e esteticismo, apesar de se tratarem de movimentos artísticos, se tornaram termos negativos para se referir a tudo que era contrário à moral vitoriana. Max Nordau, médico e ativista, era fiel aos valores pregados pela rainha, assim escreveu uma obra chamada *Degeneration* (1892), que era inteiramente escrita para criticar aquilo que ele acreditava ser uma “arte degenerada”, em outras palavras, fora da ética social vitoriana. Segundo Denisoff (2007, p.31):

Max Nordau devoted an entire chapter of *Degeneration* (1892) to punishing both for encouraging pessimism, sexual aberration, mysticism, and bad taste in clothing. Although we may now find Nordau’s extremism laughable, his contemporaries have not dismissed it so quickly. Similar arguments were even being made by artists and writers.<sup>69</sup>

Diversas pinturas e obras literárias foram fortemente criticadas neste livro e em discursos de outros teóricos da época que compartilhavam do mesmo ponto de vista, dentre elas, as narrativas de Wilde, Stevenson e Stoker, acima citadas.

Traçando uma conexão com os escritores e obras anteriormente citados, percebe-se que Horace Walpole, Ann Radcliffe, Mary Shelley, Oscar Wilde, Robert L. Stevenson e Bram Stoker – alguns dos autores das obras mais influentes do gótico mencionados neste trabalho – são

<sup>69</sup> Max Nordau dedicou um capítulo inteiro de *Degeneration* (1892) a castigar tanto por encorajar o pessimismo, a aberração sexual, o misticismo e o mau gosto nas roupas. Embora agora possamos achar o extremismo de Nordau risível, seus contemporâneos não o descartaram tão rapidamente. Argumentos semelhantes estavam sendo feitos até por artistas e escritores.

todos nascidos em Londres, cidade em que cresceram e viveram durante a escrita de suas respectivas obras.

Outro fator a ser citado é a pequeno período de tempo em que: *O retrato de Dorian Gray*, *O estranho caso do Dr. Jekyll e o Mr. Hyde* e *Drácula* foram escritos. Tal semelhança não é apenas um acaso. Todos os fatores sociais e históricos citados neste tópico, como: I Revolução Industrial, urbanização, avanços científicos, moral vitoriana, decadentismo e esteticismo; influenciaram todo o Império Britânico, em especial, Londres. Assim, inspirando criação de obras tão obscuras e violentas.

Mas antes dessas obras, consideradas hoje clássicos do Gótico inglês, havia toda uma produção gótica de caráter popular que estabeleceu uma ponte entre o fim da primeira fase do Gótico em 1820 e o seu renascimento nas últimas décadas do mesmo século na forma das mencionadas anteriores. Isso decorre do fato da capital inglesa ter se tornado um ambiente perfeito para o nascimento de histórias que exploravam vivamente a violência, a morte e o grotesco: os *Penny Dreadfuls*.

## **OS PENNY DREADFULS**

Sabe-se que Londres, durante o início do século XIX, passava por uma grande urbanização por conta das mudanças provenientes da I Revolução Industrial, e se tornou uma cidade com grandes índices de violência e criminalidade. Roubos em massa e assassinatos violentos não eram acontecimentos comuns para os habitantes de Londres antes desta época, assim causando grande apreensão e estranhamento.

Dentre os diversos crimes sangrentos ocorridos durante estes tempos podemos ressaltar: Jack- o estripador. O primeiro serial killer da história, sendo autor do assassinato brutal de cinco prostitutas nas ruas de Londres.

A população londrina, inserida nesse caos, ficou dividida entre sentimento de medo e curiosidade, pois tais crimes despertaram um interesse por histórias que causavam tal sentimento de suspense, medo e repugnância. Nesse ínterim, diversos escritores informais começaram a escrever pequenos contos de teor grotesco, violento e sangrento. E assim, nasceram os chamados *Penny Dreadfuls*.

O termo *Penny Dreadful* possui este nome pois “*dreadful*” é um adjetivo, que na tradução literal significa: “terrível” ou “medonho”. Já “*penny*”, representa a moeda de um centavo na Inglaterra vitoriana, o que correspondia ao valor destas pequenas histórias. Dessa forma, originou-se o nome destes contos de terror, publicados semanalmente em jornais e impressos em papel barato.

Tais narrativas eram de fácil acesso por seu baixo valor, se tornando então rapidamente famosos pelas ruas da capital inglesa, em especial pelas crianças e homens adultos trabalhadores de fábricas.

Alguns dos *Penny Dreadfuls* mais famosos da época foram: *Varney, O Vampiro* e *Sweeney Todd - O Barbeiro Demoníaco da Rua Fleet*. Ambos possuem mais de duzentos capítulos, pois se tornaram tão populares que a cada semana um novo capítulo era publicado com o objetivo de trazer cada vez mais leitores. Outro fato importante a ser citado é que os dois contos não possuem um único autor, pois como as narrativas se estenderam por um grande período, diversos escritores alteravam a história.

Na análise deste trabalho, iremos utilizar o *penny dreadful - Sweeney Todd - O barbeiro demoníaco da rua Fleet*. Uma narrativa tão marcante que mesmo um século e meio depois se tornou um filme direcionado por Tim Burton, ganhando dez prêmios.

Na análise deste artigo iremos explorar esta obra e como ela se articula com as questões sociais da época e as atuais.



## OS PENNY DREADFULS E A SOCIEDADE

Como apresentado anteriormente, Londres no século XIX era a capital do Império Britânico, a maior potência mundial da época, assim fazendo com que a cidade sofresse um crescimento de larga escala, especialmente por conta da chegada de novas indústrias, provenientes da I Revolução Industrial. Desta forma, a cidade passou a abrigar uma grande diversidade de habitantes, possuindo diferentes nacionalidades e culturas.

Além disso, também foram tempos de grandes mudanças a respeito das questões religiosas, na qual tais valores perdem sua força e o realismo científico passa a ocupar mais espaço. Sob essa perspectiva, foram introduzidas as teorias de Darwin a respeito da seleção natural e as de Freud a respeito da sexualidade, para citar alguns filósofos de maior importância.

Dentro deste contexto, as ruas de Londres – cidade cheia de novos habitantes com variados ideais comportamentais, se tornou lar de vendedores ambulantes, prostitutas, indivíduos de baixa classe e sem oportunidades de emprego. Juntamente com estes novos cidadãos, a capital se tornou um ambiente extremamente violento, sendo o núcleo de diversos crimes.

Com base nestes fatores, ocorre o ressurgimento do gótico, desta vez, abordando de forma crítica a respeito da moral vitoriana; a discrepância entre as classes e as novas descobertas científicas. Podemos tomar como exemplo as obras já citadas: *O retrato de Dorian Gray* de Oscar Wilde e *Frankestein* de Mary Shelley.

Os *Penny Dreadfuls*, criados como contos voltados para o entretenimento da classe trabalhadora, se tornaram febre entre os expectadores por possuírem as novas temáticas do gótico em adição a narrativas de teor violento e grotesco.

O conto foco desta análise é *Sweeney Todd – O barbeiro demoníaco da rua Fleet*, cujo nome original era: *The string of pearls* (O

colar de pérolas), publicado pela primeira vez em 1846. Não se sabe ao certo os autores desta obra, mas acredita-se que foram de autoria de Thomas Peckett Prest, James Malcolm Rymer.

Nesta história somos apresentados a Sweeney Todd – um barbeiro de personalidade macabra e marcante que possui sua loja na rua Fleet, localizada na cidade de Londres. Trata-se de uma narrativa intrigante, pois inexplicavelmente alguns clientes de seu estabelecimento passam a desaparecer sem vestígios.

A narrativa é construída à cerca do desaparecimento de um navegador que possuía um colar de pérolas que deveria ser entregue a esposa de seu falecido amigo, Johanna.

Antes de mais nada, é importante refletir sobre como a geografia, a urbanização e as normas de ética e moral vitorianas na cidade de Londres influenciaram para a criação deste conto e seus reflexos sobre a personalidade do protagonista. Assim, utilizaremos trechos da obra para fundamentar tais afirmações.

### *Fleet Street e a igreja de St. Dunstan*

O primeiro ponto a ser tratado é a respeito do primeiro parágrafo do conto, no qual há uma descrição sobre a *Rua Fleet* – local em que é situada a barbearia de Sweeney Todd:

Before Fleet street had reached its present importance, and when George the Third was young, and the two figures who used to strike the bells in the old church of St Dunstan were in all their glory.[...] There was near the sacred building a small barber shop, which was run by a man named Sweeney Todd.<sup>70</sup> (1846, p.1)

70 Antes que Fleet street tivesse alcançado sua importância atual, e quando George o Terceiro era jovem, e as duas figuras que costumavam golpear os sinos na antiga igreja de St Dunstan estavam em toda a sua glória (...), havia perto do edifício sagrado uma pequena barbearia, que era mantida por um homem de nome Sweeney Todd.

É importante citar que o período em que a história se trata é anterior ao tempo em que a obra foi escrita, pois se refere aos tempos da juventude de George III (1738- 1820), que Governou o Reino Unido de 1801 até sua morte, em 1820.

Também é relevante ressaltar que Rua Fleet e a igreja de St. Dunstan realmente existem em Londres, assim fazendo com que a obra mantivesse características realistas. Conceituando sobre a Rua Fleet no século XIX, tratava-se de uma passagem que liga as cidades de Londres e Westminster (atualmente ambos fazem parte de Londres), era o endereço onde todos os jornais ingleses se encontravam, juntamente com diversas igrejas e pubs:

Fleet Street had been around since Roman times. It stood outside the original city walls, and today connects the City of London with the City of Westminster. It became an even more important street in the Middle Ages, when many religious began to inhabit the region. Therefore, there are a good number of churches. Among them, Bride's Church and Temple Church, the Templar Church. On the other hand, it is also known for the historic pubs it concentrates. Fleet Street pubs are closely linked to the period when newspapers and publishers operated there. Before newspapers, however, came printers.<sup>71</sup> (FERREIRA, 2019)

A igreja de St. Dunstan, também localizada na Rua Fleet e citada no conto, é uma catedral construída em homenagem a São Dustano – Abade de Glastonbury, bispo de Worcester, bispo de Londres e arcebispo de Cantuária (chefe da igreja anglicana) que, após sua morte foi canonizado como santo. St. Dustan é um dos três templos na Europa pertencentes a comunidade anglo-saxônica,

71 A Fleet Street já existia desde o tempo dos romanos. Ela ficava do lado de fora das muralhas da cidade original, e, hoje, faz a ligação entre a City of London e a City of Westminster. Ela passou a ser uma rua ainda mais importante na Idade Média, quando muitos religiosos passaram a habitar a região. Por isso, há um bom número de igrejas. Entre elas, a Bride's Church e a Temple Church, a igreja dos templários. Por outro lado, ela também é conhecida pelos pubs históricos que concentra. Os pubs da Fleet Street estão muito ligados ao período em que os jornais e editoras funcionavam ali. Antes dos jornais, no entanto, chegaram as gráficas.

construído na Idade Média e reformado no século XIX, sob o qual foi adaptado a arquitetura neogótica.

É interessante notar a escolha do ambiente que o(s) autor(es) da obra fizeram, de forma que houvesse uma conexão com a nova arquitetura e as reformas religiosas que a capital inglesa possuía.

Certamente não foi por acaso o estabelecimento do protagonista ser próximo de uma renomada igreja de São Dunstano. Sob esta análise, foi proposital a colocação da barbearia neste ambiente, pois, dessa forma, houve um contraste entre bem e mal; puro e impuro dentro de um mesmo local, uma marca que reflete algumas das mudanças que a cidade de Londres sofria no período em que a obra foi escrita: a dualidade entre extremismo religioso e realismo científico.

Voltando os olhares para a barbearia de Sweeney Todd, no decorrer do livro, é descoberto que o barbeiro é um Serial Killer, que assassina seus clientes que possuem maior valor aquisitivo, rouba seus pertences e joga seus corpos em uma vala subterrânea, localizada abaixo da igreja St. Dunstan. No decorrer do livro, o protagonista desenvolve uma parceria com sua amante, Srta. Lovett- uma mulher conhecia por suas tortas de carne, que passa a transformar as vítimas de Sweeney em suas receitas vendidas, como pode ser visto no seguinte trecho do livro pela adaptação de Hugh Wheeler (2000):

Todd: I had him! His throat was under my hand. No, I had him! His throat was there and now he will never come back.

-- Mrs. Lovett: Easy now, hush love hush. I keep telling you, what's your hurry?

--Todd: When? Why did I wait? You told me to wait - Now he will never come back.



There is a hole in the world like a big black pit. And it's full of people who are full of shit. And the worms of the world inhabit it. But not for long <sup>72</sup>. (p. 134)

Com base nos elementos analisados neste tópico, é notória a influência que Londres possuiu na elaboração desta obra, pois a Fleet Street, que possui em alguns metros uma variedade de templos religiosos, mas ao mesmo tempo um local violento, centro de atrocidades. Assim, refletindo a própria Londres que, governada pela Rainha Vitória, era extremamente rígida e religiosa, contudo, era uma das cidades mais violentas da época. Tais afirmações podem ser percebidas em uma das falas de Sweeney Todd presentes no livro:

There is a hole in the world like a big black pit and the worms of the world inhabit and their morale is not worth what a pig could spit and goes by the name of London. At the top of the hole are the privileged few, mocking the worms in the lonely zoo, turning beauty into dirt and greed ... I also sailed the world and saw its wonders, for the cruelty of men is as wonderful as Peru, but not There is a place like London! (2000, p. 105)

Novamente, é trazida a igreja, como local de esconder as atrocidades realizadas pelo protagonista que, notavelmente é tido como uma profanação ao templo religioso. Também pode ser analisado como uma crítica aos valores de pureza e impecabilidade vigentes no cristianismo.

72 Todd: Eu tive ele! Sua garganta estava lá embaixo da minha mão. Não, eu tive ele! Sua garganta estava lá e agora ele nunca mais voltará.

-- Mrs. Lovett: Fácil agora, hush love hush. Eu continuo dizendo a você, qual é a sua pressa?  
--Todd: Quando? Por que eu esperei? Você me disse para esperar - Agora ele nunca mais voltará.

Há um buraco no mundo como um grande poço negro. E está cheio de pessoas que estão cheias de merda. E os vermes do mundo habitam isto. Mas não por muito

### *Os elementos da personalidade de Sweeney Todd*

No livro, o protagonista Sweeney Todd é caracterizado da seguinte forma:

The barber himself was a long, low-jointed, ill-put-together sort of fellow, with an immense mouth, and such huge hands and feet, that he was, in his way, quite a natural curiosity; and, what was more wonderful, considering his trade, there never was seen such a head of hair as Sweeney Todd's. We know not what to compare it to: probably it came nearest to what one might suppose to be the appearance of a thickset hedge, in which a quantity of small wire had got entangled. In truth, it was a most terrific head of hair; and as Sweeney Todd kept all his combs in it - some said his scissors likewise - when he put his head out of the shopdoor to see what sort of weather it was, he might have been mistaken for some Indian warrior with a very remarkable head-dress.<sup>73</sup>(1845, p. 5)

De acordo com este trecho, a construção semântica da descrição da aparência física do personagem se aproxima do perfil de um louco, pois como evidencia Taylor (2007) em sua análise sobre as obras *Degeneration* e *The time machine* ressalva a visão que as classes predominantes possuíam à respeito dos trabalhadores:

Degeneration and The Time Machine sparked debate when they first appeared in 1895. (...) Both, too, regard the degeneration of humanity as the result of modern civilization - above all, the pressures and divisions of city life - which takes shape from atavisms, or reversals to more "primitive" or infantile stages. But Nordau's cultural research and Wells's folk history also

73 O próprio barbeiro era um tipo de sujeito alto, levemente curvado, de aparência adoentada, com uma boca imensa, mãos enormes e pés, que ele era, a seu modo, uma curiosidade bastante natural; e, o que foi mais maravilhoso, considerando seu ofício, nunca foi visto uma cabeleira como a de Sweeney Todd. Não sabemos com o que compará-la: provavelmente chegou mais perto do que se poderia supor ser a aparência de uma sebe atarracada, na qual uma quantidade de fio pequeno se emaranhou. Na verdade, foi a cabeça mais formidável de cabelo; e como Sweeney Todd manteve todos os seus pentes - alguns também disseram que sua tesoura - quando ele colocou a cabeça para fora do balcão para ver que tipo de clima era, ele poderia ter sido confundido com algum guerreiro indiano com um extraordinário acessório de cabeça.

dramatize very different social narratives. While Nordau primarily regarded degeneration as a form of mental pathology linked to hysteria, leading to the narcissism and unwillingness of the modern artist, Wells saw this as the product of the deep class division produced structurally by the capitalist industry, and these perspectives form particular strands in the interwoven debates about the functioning and significance of inheritance in the late nineteenth century.<sup>74</sup>(p.33)

Desta forma, apesar de o leitor ser apresentado inicialmente à aparência do personagem, antes do desenrolar da história, já é criado uma percepção prévia acerca do protagonista.

Em um segundo momento, somos apresentados a detalhes específicos do comportamento do personagem e suas particularidades:

He had a kind of short, joyless unpleasant laugh that came in all sorts of weird moments when no one saw absolutely nothing to laugh. (...) And then he gave a hyena-like laugh, but it was so short , so suddenly, knocking in the ear for a moment, and then disappearing, that people are known to look at the ceiling, and the floor, and around them, to know where it had come from, hardly supposing that it could possibly come from deadly lips. (...) Some thought he was a clumsy, harmless fellow, without much sense to him, and sometimes almost thought he was a little off balance; but there were others, again, who shook their heads when they spoke of him; and while they could say nothing about him except that they certainly considered him strange, yet when they came to consider what a great crime and misdemeanor

74 Degeneration e The Time Machine provocaram debates quando apareceram em 1895. [...] Ambos, também, consideram a degeneração da humanidade como o resultado da civilização moderna - acima de tudo, as pressões e divisões da vida da cidade - que assume a forma de atavismos, ou reversões para mais "primitivo" ou infantil estágios. Mas a pesquisa cultural de Nordau e a história popular de Wells também dramatizar narrativas sociais muito diferentes. Enquanto Nordau principalmente considerado degeneração como uma forma de patologia mental ligada à histeria, levando ao narcisismo e à falta de vontade do artista moderno, Wells viu isso como o produto da profunda divisão de classes produzida estruturalmente pela indústria capitalismo, e essas perspectivas formam vertentes particulares no entrelaçado debates sobre o funcionamento e significado da herança no final do século XIX.

really is in this world to be strange, we should not be surprised at the ill-odour in witch Sweeney Todd was held.<sup>75</sup> (1845, p.5)

Neste trecho, é exposto o comportamento e mais algumas características físicas de Sweeney, nenhuma delas é de bom caráter, mas sim apresentando-o como um indivíduo estranho, sem ética. Ao citarem o fato de que o personagem possuía mal cheiro, mais uma vez reforça a questão de que se tratava de uma pessoa de classe inferior, pois estes não possuíam oportunidade de manter uma higiene regular como nas classes dominantes.

Assim, é notória a concepção de que as classes populares urbanas eram vistas como elementos nocivos ao desenvolvimento da sociedade. Condizente com tais pré-conceitos, o vilão, assassino e ladrão da história é descrito como um ser pobre e desequilibrado, confirmando a influência que os dizeres de postura e comportamento no meio social ditados na era vitoriana.

## CONCLUSÃO

Levando em conta os rígidos dizeres à respeito de ética e moral ditados pela Rainha Vitória, a expansão das cidades provenientes da Primeira Revolução Industrial e as inovações científicas, em especial ao se tratar do funcionamento da mente e dos comportamentos do

75 Ele tinha um tipo de risada desagradável curto e sem alegria, que veio em todos os tipos de momentos estranhos, quando ninguém viu absolutamente nada para rir.(...)e então ele dava uma risada parecida com uma hiena, mas era tão curta, tão repentinamente, batendo no ouvido por um momento, e depois desaparecendo, que as pessoas são conhecidas por olhar para o teto, e o chão, e ao redor deles, para saber de onde tinha vindo, dificilmente supondo que fosse possível que procedesse de lábios mortais.(...) Alguns achavam que ele era um sujeito desajeitado e inofensivo, sem muito sentido nele, e às vezes quase consideravam que ele estava um pouco desequilibrado; mas havia outros, novamente, que balançaram a cabeça quando falaram dele; e enquanto eles não podiam dizer nada a seu respeito, exceto que eles certamente consideravam que ele era estranho, ainda, quando eles vieram para considerar que grande crime e contravenção realmente é neste mundo ser estranho, não devemos nos surpreender com o mau cheiro que Sweeney Todd possuía.



indivíduo, podemos concluir que os *Penny Dreadfuls*, além de serem narrativas carregadas de elementos violentos e grotescos, também são repletas de marcas dos autores indicando a visão deturpada e pessimista sobre a população de classe trabalhadora.

Em *Sweeney Todd- o barbeiro demoníaco da rua Fleet* é perceptível a maneira com que o recurso da linguagem foi utilizado para construir uma ambientação e visão negativa acerca do vilão, por se tratar de um indivíduo não condizente com as normas de ética da época, além disso, a forma com que é descrito do ambiente em que o protagonista está inserido, que mostra as ruas comerciais da cidade de Londres como um ambiente violento e perigoso, valendo ressaltar que tais ruas eram frequentadas principalmente pela parte humilde da população.

Por fim, cabe ressaltar que a literatura gótica vitoriana foi de grande impacto para a época, pois além de disseminar as mudanças na estética do gênero gótico, também serviu como espelho, mostrando a realidade e as problemáticas presentes em uma das cidades mais importantes do mundo na época.

## REFERÊNCIAS

- AMICOLA, J. *La batalla de los géneros*. Novela gótica versus novela de educación. Rosario: Beatriz Viterbo Editora. AUTOR DESCONHECIDO; *Sweeney Todd: The String of pearls*. 1°. ed. Londres: [s.n.], 1845. p. 1-130, 2003.
- CANAL LONDRES. *fleet street história, pubs e jornais*. Disponível em: <https://www.canallondres.tv/fleet-street-rua-dos-jornais-e-pubs/>. Acesso em: 9 jul. 2019.
- DICIONÁRIO DIGITAL INSÓLITO FICCIONAL. *Gótico - Gênero narrativo*. Disponível em: <http://www.insolitoficcional.uerj.br/site/?s=g%C3%B3tico>. Acesso em: 22 jun. 2019.
- HOGLE, J. E. et al. *Gothic Fiction: The cambridge companion*. 1°. ed. Nova York: Cambridge University Press, 2002. p. 1-85.

HOMO LITERATUS. *Príncipes esmagados e fantasmas no escuro: O Castelo de Otranto, primeiro romance gótico*. Disponível em: <https://homoliteratus.com/o-castelo-de-otranto-primeiro-romance-gotico/>. Acesso em: 12 jun. 2019.

IDADE MÉDIA. *Origens e façanhas dos godos*. Disponível em: <https://www.ricardocosta.com/traducoes/textos/origem-e-facanhas-dos-godos-c-551>. Acesso em: 30 mai. 2019.

MARSHALL, G. et al. *The fin-the-siècle: The cambridge companion*. 1°. ed. Nova York: Cambridge University Press, 2007. p. 1-91.

SILVA, A. *O QUE É GÓTICO (Parte 2): O sagrado e o profano da Arquitetura Gótica*. 2017. (6m9s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9H-9B6ILKwJk&list=PLChLc0R2ozuccM4YNNqcxH28DmZ7afY14&index=2>. Acesso em: 29 mai. 2019.

WEB ARTIGOS. *Uma reflexão crítica da sociedade vitoriana segundo Oscar Wilde*. Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/reflexao-critica-da-sociedade-vitoriana-segundo-wilde/116900>. Acesso em: 29 mai. 2019.

WEELER, H; *Sweeney Todd: The demon barber of fleet street*. 1°. ed. Nova York: Applause; 1st US - 1st Printing edition, 2000. p. 1-220.

# 9

Giovana Guimarães Gonzaga  
Alexander Meireles da Silva

**MONSTROS URBANOS,  
ESPELHOS DA CIDADE:  
REPRESENTAÇÕES DA MARGINALIDADE  
NA INGLATERRA VITORIANA**

## INTRODUÇÃO

O Gótico surgiu como gênero literário no contexto de fins do Iluminismo para expressar a tensão existente entre o pensamento científico hegemônico e a permanência do pensamento maravilhoso no período. Refletindo esse conflito, surgiu em 1764 o romance “*O Castelo de Otranto*” (1764), do membro do Parlamento inglês Horace Walpole. Percebe-se, desde o título, o lugar de destaque dado ao espaço enquanto elemento da narrativa que vai além da mera função de localizar os eventos. Por esta razão, elementos como câmaras escondidas, portas secretas e lugares fechados explorados pelo escritor refletem a própria essência do Gótico enquanto narrativa que traz o passado para assombrar o presente.

Com o sucesso da obra, logo surgiram diversos escritores, escritoras e livros que estabeleceram convenções e temáticas também focadas no espaço, como a presença de cemitérios ancestrais ou abadias assombradas que alimentaram o gênero até o seu esgotamento no início do século XIX. Com o aumento dos efeitos da Revolução Industrial a partir de metade do mesmo século, dá-se o inchaço das cidades e o espaço urbano toma o lugar dos castelos ancestrais. Como coloca Fred Botting (1996, p. 2), os casarões substituem o castelo e os aristocratas cedem lugar a maridos ou irmãos opressores.

Da mesma forma, a rua se torna um lugar de alienação e estranhamento paradoxalmente conhecida e desconhecida dos seus transeuntes. Neste cenário, nenhuma outra cidade do mundo incorporou tanto essas mudanças quanto a Londres vitoriana (1837-1901), negra pela fuligem expelida pelas fábricas e decadente pela situação das classes populares, ela se torna um fomentador de taras, nevroses, subversões que contrastam com o discurso moralizador (e hipócrita) das elites.



Dentro deste quadro, esta pesquisa se justifica pela oportunidade de analisar como o espaço da cidade de Londres pode ultrapassar sua ação e funções na Literatura para se tornar quase um personagem dentro da narrativa gótica, trazendo reflexões sobre o efeito do ambiente urbano sobre seus habitantes, considerações estas que podem ser empregadas em outros contextos, inclusive no Brasil.

Este projeto tem como objetivo principal analisar a influência do Espaço enquanto elemento narrativo do Fantástico, que exerce influência sobre outros elementos da narrativa, como a construção de personagens. Especificamente, a pesquisa tem como meta analisar como a cidade de Londres teve papel chave na criação de um cenário que fomentou a ascensão de um novo modelo de narrativa, marcadas por narrativas sangrentas e violentas, em especial, aquelas escritas por mulheres.

Sob tal perspectiva, a maneira em que estas obras evidenciam também a visão sexista e conservadora a respeito da mulher em narrativas do gênero gótico. Neste sentido, a pesquisa contribui para o entendimento também de como o apagamento feminino é presente nas obras literárias na virada do século XIX para o XX como um reflexo de sua posição na sociedade inglesa vitoriana.

O estudo em questão se baseia nos princípios da pesquisa qualitativa. Diferentemente da pesquisa quantitativa, que considera que tudo pode ser quantificável, ou seja, traduzido em números, a pesquisa qualitativa lida com aspectos subjetivos sendo, portanto, fundamentalmente interpretativa e flexível quanto à necessidade de mudanças do processo de direcionamento da pesquisa. O procedimento para desenvolvimento da pretensa pesquisa será de caráter bibliográfico-documental no qual primeiramente será feita uma análise do espaço da cidade e suas funções literárias. Para isso, serão contemplados os trabalhos teóricos de pesquisadores como Jeffrey Jerome Cohen, Fred Botting, Julia Kristeva, Oziris Borges Filho, Gaston Bachelard, dentre outros.

## ORIGEM DO GÓTICO

O primeiro romance dado como gótico tem origem no século XVII na Inglaterra, intitulado: “*O castelo de Otranto*” (1764), pela autoria de Horace Walpole, porém, antes de associado a literatura, o gótico nasceu entre o povo, perpassou pela arquitetura e, por fim, migrou para a literatura e se disseminou.

O termo “gótico” tem origem como um adjetivo pejorativo para se referir a uma tribo pertencente as regiões meridionais da Escandinávia (região em que hoje se encontram os países da Europa Ocidental, como Suécia e Noruega), esta batizada como “godos”.

Tais povos eram considerados bárbaros pelo império romano por serem originalmente pagãos, ou seja, possuírem suas próprias crenças, que possuíam ramificações no nórdico e práticas xamanistas. Os godos foram grandes inimigos de Roma e também significativamente responsáveis pela queda de seu império.

Além disso, durante essa época, a primeira guerra travada entre os godos e o Império Romano foi nomeada “A Guerra Gótica” (250-271), que consistiu em uma sequência de batalhas nas quais o povo gótico prevaleceu até 268 (LANGER, 2018).

Após o desaparecimento dos godos durante a Alta Idade Média, o termo “gótico” fez um deslocamento diacrônico e reapareceu na Europa Renascentista relacionado à arte.

Catedrais são as construções mais marcantes do “estilo gótico” pela ausência de paredes laterais, grandes janelas com vitrais coloridos, o uso de estátuas de influência das crenças católicas, como as gárgulas e a verticalidade das torres, fazendo com que o edifício seja alto e exuberante. Algumas catedrais góticas mais famosas são de Notre Dame (Paris) e Duomo (Milão).

O artista responsável pela popularidade da ressignificação desse termo foi o pintor e arquiteto italiano Giorgio Vasari (1511 - 1574) no século XVI. Vasari apreciava a arquitetura de estética romana e passou a utilizar “Arquitetura Gótica” para se referir negativamente a edificações que não seguissem os parâmetros românicos.

O ano de 1749 foi um dos grandes marcos do Revivalismo Gótico, com a construção de *Strawberry Hill*, uma grande mansão que ganhou notoriedade pelo excesso e seu estilo Neogótico. A residência foi construída pelo estudioso de arte Horace Walpole e finalizada em 1776 em Londres, Inglaterra. *Strawberry Hill* se tornou extremamente famosa e visitada, fazendo com que seu proprietário, Walpole, se inspirasse a criar a primeira obra literária do gênero Gótico.

## A LITERATURA GÓTICA

A notória admiração de Walpole pelo gótico, após perceber a popularidade que sua residência neogótica atraía, o incentivou a montar uma pequena gráfica dentro de sua mansão para se dedicar a escrita, assim criando a obra: “*O castelo de Otranto*”, que foi publicada em 1764. Este romance foi o vanguardista da literatura gótica, pois consegue harmonizar o imaginário do romance com uma abordagem realista da sociedade, refletida nas ações e comportamento dos personagens.

A obra possui aproximadamente 124 páginas, contendo em sua narrativa elementos que ambientavam o suspense na mente do leitor por conter elementos considerados macabros para o público da época, como: passagens secretas, quadros enfeitados, fantasmas, sons sem origem aparente, entre outros.

A princípio, Walpole publicou seu romance em anônimo, após perceber a boa recepção do mesmo, em 1765, decidiu assumir a au-

toria e adicionar “uma história gótica” ao título, sendo assim, o nome de sua obra passou a ser: “*O castelo de Otranto – Uma história Gótica*”.

Como aponta Hogle:

A ficção gótica dificilmente é “gótica”. É totalmente pós-medieval e mesmo fenômeno pós-renascentista. Embora várias formas literárias de longa data combinadas em suas representações iniciais - da prosa antiga e do verso, romances da tragédia e comédia shakespeariana - o primeiro trabalho publicado a chamar-se “Uma história gótica” foi um prestigiado conto medieval publicado muito depois da Idade Média: *O castelo de Otranto*, de Horace Walpole” (tradução nossa, 2002, p.1)

Horace Walpole faleceu em 1797, no fim da denominada Década do Gótico (1790 – 1800), período no qual a literatura gótica expandiu para diversos países da Europa e também da América.

A obra do autor ganhou grande prestígio, fazendo com que diversos escritores utilizassem o romance como inspiração para suas próprias narrativas, além de incorporar os mesmos elementos de suspense presentes no romance de Walpole. Grandes nomes da literatura gótica utilizaram referências de *O castelo de Otranto* para suas obras, ressaltando: Clara Reeve (*The Old English Baron*), William Beckford (*Vathek*), Matthew Lewis (*The Monk*) e Ann Radcliffe (*Mysteries of Udolpho / The Italian*).

Este período permitiu que as obras pertencentes a literatura gótica fossem aprimoradas, pois incorporavam a união dos elementos previamente estabelecidos por Walpole e a técnica de escrita de cada autor em específico.

Ao falar da década do gótico e sua modificação, não pode deixar de ser mencionada a escritora Ann Radcliffe, um dos grandes nomes da ficção gótica e a maior responsável pelo refinamento do gênero gótico em si, como mencionado acima. Ela foi responsável por estabelecer uma nova perspectiva com relação ao sobrenatural



(DA SILVA, 2017), tanto ao trazer a presença da figura feminina nas obras, mas também a racionalização dos elementos sobrenaturais presentes nas obras.

Como ressalta Miles:

Sua importância reside, em parte, no fato de que ela elevou a descrição da paisagem, a arte verbal do sublime e do pictórico, a um novo nível de perfeição, investindo assim na nova forma de romance de Walpole com elogios poéticos, e em parte no fato de ela ter mudado a fórmula de Walpole. Muito se falou de seu desenvolvimento do sobrenatural explicado, mas sua inovação mais significativa foi expandir um elemento específico de Otranto, a heroína em fuga de um ogro patriarcal em um cenário europeu. O texto de Walpole mostra uma heroína que se retira cada vez mais fundo no labirinto do castelo. Radcliffe entende isso, mas ela também incluiu um período de fuga e fuga prolongadas, um dispositivo que lhe permitiu para acompanhar o progresso de suas heroínas através do cenário pitoresco e sublime do sul da Europa" (MILES,R. 2012, p. 45-46).

Posteriormente, todos estes constituintes se tornaram clichês nas narrativas do gênero gótico que só foram modificados no início do século XIX, proveniente da revolução industrial seus constantes avanços científicos.

A Revolução Industrial, que teve início no ano de 1760 e durou até meados de 1840, trouxe consigo grandes desenvolvimento científico e tecnológico, como o surgimento de máquinas a vapor, locomotivas, grandes fábricas, novos recursos de extração de energia (a vapor, elétrica) entre outros.

Os fatores citados acima abriram espaço para o surgimento da década que gerou o romance de ficção que foi o divisor da literatura gótica: *Frankenstein* (1818), de Mary Shelley. Esta obra incorpora alguns dos maiores medos da sociedade da época: eletricidade, abuso da ciência e a quebra do limite que separa a vida e a morte.

É importante ressaltar que, apesar de a história da narrativa se passar na Alemanha, a obra é considerada uma referência ao gótico vitoriano por englobar as problemáticas e os elementos pertencentes a Era Vitoriana europeia, mesmo que a obra tenha sido escrita antes de tal período.

Tais transformações tiveram direta relação com a literatura gótica da época, pois, apesar de estes novos tempos representarem mudanças e avanços positivos, também despertava o medo do novo e desconhecido, medo este que poderia ser explorado novos romances.

## GÓTICO E A ERA VITORIANA

A Era Vitoriana consiste no período de 1837 a 1901, em que a Rainha Vitoria (1819-1901) governou o Império Britânico. Seu reinado era conhecido por sua grande rigidez em princípios moralistas e por solidez política que, por consequência, fazia com que fosse predominante o pensamento conservador a respeito de questões como sexualidade e conduta, especialmente com relação ao feminino. Assim como argumenta Da Silva (2017), “A espontaneidade do comportamento humano era considerada contrária ao puritanismo”; Dessa forma, o indivíduo presente nesse contexto se vê em uma posição de opressão por conta de tal limitação que girava em torno de qualquer ato presente em seu cotidiano.

Além disso, a Era Vitoriana, como citado no tópico anterior, foi um período que experienciou grandes mudanças não somente políticas e comportamentais, mas também tecnológicas e científicas por consequência da Revolução Industrial. O Reino Unido, durante tal transição, foi um dos mais impactados, pois se tratava da maior potência mundial, com domínios desde o Canadá, até colônias na Ásia e África.

Logo, Londres – a capital do Reino Unido, foi a cidade que mais sofreu com estas modificações, pois era o receptor de grandes fábricas, centro de pesquisas para científicos e psicanalistas e também núcleo de comércios e exportações. Assim, era cada vez mais necessária nova mão de obra para que fosse possível abrigar todos os novos ofícios provenientes do novo modelo capitalista.

Como resultado, Londres foi rapidamente superpovoada por famílias em busca de melhores oportunidades de sustento. Esse fator abriu espaço para que a cidade se criasse uma grande inconformidade entre as classes, onde era habitada por donos de empresas com gradativas fortunas e famílias à beira da miséria.

Este crescimento também causou o aumento do crime na cidade, fazendo com que a mesma se tornasse extremamente perigosa com seus corredores, becos e ruas mal iluminadas, como exemplo, temos Jack – O estripador, o primeiro serial killer da história responsável por matar em cerca de 5 prostitutas no período entre 1888 e 1891 na capital britânica.

Todos os fatores citados acima influenciaram diretamente na literatura da época, fazendo com que assim nascesse o Gótico Vitoriano, onde há uma mudança nos principais elementos das narrativas desse gênero, como: o local onde ocorrem os eventos deixa de ser o castelo e passa a ser o casarão, o opressor da família deixa de ser o aristocrata medieval e torna-se o marido ou o pai e, especialmente, passa a ser discutida a posição da mulher nessa sociedade, como um reflexo das rígidas normas de conduta ditadas pela Rainha Vitoria (BOTTING, 1996, p. 2). Para exemplificar, temos: “*O papel de parede amarelo*” (1892), escrito por Charlotte Perkins Gilman.

Concordando com esta perspectiva, temos Milbank:

O que eles acrescentaram a isso, em termos de gênero, foi, como vimos, um restabelecimento das facetas mais concretas

e sociais da trama gótica: o sistema aterrorizante e a mulher ameaçada por esse sistema. [...] Não há apenas um interesse em registrar os efeitos mentais da repressão social, mas um esforço para escapar do “manto de ferro” do próprio solipsismo mental.” (MILBANK, A. 2002, p. 152)

Em virtude de todo esse contexto social e político que a sociedade inglesa vitoriana se deparava, a literatura passou a não somente refletir a obscuridade violência vividos nas grandes cidades, mas também uma ferramenta de resistência a moral conservadora da época, como temos em “*O retrato de Dorian Gray*” (1891) de Oscar Wilde.

Essa obra retrata a realidade de um jovem rico que se muda para Londres e passa a explorar sua sexualidade e todos os seus desejos mais obscuros, além de contar com o fator da beleza fútil, a oposição entre o luxo e o miserável, o belo e o demoníaco, o toque e a violência, entre outros. Esta narrativa reúne todos os princípios nomeados decadentistas e esteticistas ditados pelos filósofos ingleses: narcisismo, ostentação, liberdade sexual, ânsia de descoberta, exploração do sombrio e grotesco.

É importante que a cidade de Londres como o núcleo para a ocorrência de todos esses fatores, também se tornou o centro para escrita e cenário das grandes obras de notoriedade do gótico vitoriano, como: “*Drácula*” (1897), de Bram Stoker e “*O estranho caso do Dr. Jekyll e Mr. Hyde*” (1886), de Robert Louis Stevenson.

A obra de Stevenson também explora a fuga das normas de conduta para a descoberta de novos hábitos impuros, abuso de substâncias químicas e depravação sexual, além de trazer em questão os debates a respeito das novas descobertas da ciência e suas consequências.

Grande maioria das as narrativas clássicas da época possuem pontos em comum: um laboratório ou cômodo ficcional, onde há experimentos com sensações específicas, provando os limites entre o



corpo e a mente, entre o normal e o patológico, infantil e adulto, vivo e morto, animal e humano, ser e objeto (TAYLOR, 2007, p. 16).

Os termos “Decadente” e “Esteticista” eram utilizados como ferramenta de contenção e crítica às obras da época que retratavam sobre questões consideradas ‘imorais’, como: sexualidade incomum, idealismo e auto exibição. O novelista vitoriano George Gissing (1857 – 1903) diagnosticou este período como uma “anarquia social”.

O Decadentismo, com relação a literatura, nasceu na França, no século XIX. Se tratava de um movimento que ressaltava a autonomia da arte e a não necessidade da literatura de sempre servir a causas sociais, possuindo vínculos com o simbolismo e o impressionismo. Este expressa a busca por novas sensações, vindas do mórbido e do extravagante, enfatizando o narcisismo, sensacionalismo, bizarro e egocentrismo. Um dos artistas influenciadores desse movimento foi o pintor Félicien Rops.

Sob uma perspectiva similar, o Esteticismo nasceu no século XIX, na Inglaterra. Este movimento artístico pregava ideais que davam grande importância à beleza e aparência e a busca por sensações. Artistas e escritores do esteticismo defendiam o ideal de que a arte não precisa trazer mensagens ou valores, por isso, não poderia ser considerada imoral, mas sim proporcionar sentimento de prazer. Dentre os influenciadores podemos destacar o escritor Oscar Wilde, autor de “*O retrato de Dorian Gray*”, fazendo assim com que a obra trouxesse grande atenção para as perspectivas decadentistas e esteticistas.

Porém, não foram apenas estas obras e escritores do gótico que foram afetados pela moral conservadora vitoriana, a mulher neste entremeio foi o alvo mais afetado, por ser obrigada a corresponder padrões de conduta mais rígidos do que aqueles designados aos homens, fator que também foi refletido na literatura gótica vitoriana.

## ANÁLISES

Antes de tudo, é importante ressaltar que houve uma mudança no foco de nossos estudos, após uma apresentação oral realizada no VI Colóquio de Estudos em Narrativa - Nos Multiversos da Ficção Científica (CENA), nos dias 27, 28 e 29 de novembro de 2019, período determinado no plano de trabalho para análise da alteração entre espaço e alteridade nos *Penny Dreadfuls*, este é nosso instrumento de pesquisa desde o ano de 2018.

No decorrer destes dois anos de pesquisa, aproveitamos todo o material de estudo que a Era Vitoriana fornece para apresentar em eventos da universidade e escrever resumos sobre análises com obras diferentes, mas também pertencentes ao contexto da época, da mesma forma, abordamos no VI CENA a seguinte temática: *Frankenstein: A literatura como retrato da ausência feminina na sociedade inglesa vitoriana*.

Para realizar esta análise, foi necessário levar em conta a obra escrita por Mary Shelley, o contexto social da comunidade inglesa desta época, com um enfoque na representação e ocupação do espaço da mulher entre os conflitos da época. Ressaltando a grande influência que a Rainha Vitória exerceu neste período, reafirmando idealizações religiosas e conservadoras, que resultaram em repressão ideológica, sexual e comportamental da mulher.

Como base teórica fui orientada a ler as obras teóricas: “*A mulher que eles chamavam de fatal*” (1996), de Mirelle Dottin-Orsini e “*O corpo do diabo entre a luz e a caldeirinha – Um estudo sobre a mulher e o masoquismo em a feminilidade*” (2000), de Sílvia Alexim Nunes. Após a leitura de ambas e a elaboração da apresentação para o evento, nossa nova proposta começou a ganhar vida, uma nova hipótese se mostrou válida: a análise da apropriação feminina do gênero gótico, levando em conta todo o contexto social e político pertencente a Era Vitoriana. De acordo com a proposta escrita no site da editora:

A Era Vitoriana foi um marco na história da Inglaterra e também no mundo. De um lado, o conservadorismo, a repressão e a subserviência. De outro, as transformações científicas, sociais e tecnológicas. Muito se fala sobre os homens que fizeram história naquela época, mas as mulheres também estavam travando suas próprias batalhas, desafiando convenções em nome da independência e da autonomia. Para enaltecer as mulheres ilustres que prestaram uma contribuição formidável à literatura — e reparar a injustiça histórica que por séculos reverenciou apenas os homens —, a DarkSide® Books e a Macabra Filmes orgulhosamente apresentam a antologia *Vitorianas Macabras*”.

Para fins de pesquisa separamos os contos: “A maldição da morta” (1920), de Henrietta Dorothy Everett e “A porta sinistra” (1882), de Charlotte Riddell para as análises, pois ambos se alinham com o gótico presente nos *Penny Dreadfuls*.

### **A MALDIÇÃO DA MORTA (1920), DE HENRIETTA DOROTHY EVERETT**

Apesar da data de publicação do conto ser 1920, não se sabe ao certo a época em que o mesmo foi escrito, mas os elementos de análise presentes na narrativa são correspondentes ao gótico vitoriano, por isso, decidimos manter o mesmo.

Este conto trata de uma história de assombração em que o marido é assombrado pela sua falecida esposa, que é capaz de controlá-lo de maneira sinistra pelo resto de sua vida, além de ter sido capaz de afugentar a segunda tentativa de casamento do marido.

O primeiro marco nesta narrativa, é a troca de papéis, em que existe a presença da mulher como esposa (Gloriana), como habitualmente, mas desta vez ela também é a causadora do medo, já a vítima é o marido viúvo, algo nada comum para a época. Visto que a Rainha

Vitoria, possuía regras extremamente rígidas sobre o comportamento feminino que, deveria ser sempre inerte e nunca ativa.

Nos primeiros parágrafos nos deparamos com uma conversa entre o personagem principal O viúvo, Tom, com seu amigo, Dick, em que Tom se encontra em um estado de solidão, depressão e medo, o que o leva a contar a Dick toda a história da maldição que tem o causado tais sensações.

Assim, temos mais um fator que mostra o domínio que sua falecida esposa tem sobre ele, que é evidente em trechos, como:

Sabe, Tom, morar sozinho está deixando você muito para baixo. Por que não vende a casa, ou aluga assim como está, e não busca uma mudança completa?' –'Não posso vendê-la. Tenho apenas o usufruto, até minha morte. A casa era da minha esposa' (EVERETT, H. D. 1920, p.2).

Apesar de o conto em si possuir características que mostram autonomia feminina, a narrativa ainda mostra em vários momentos a visão vitoriana sobre as mulheres, assim, reforçando a teoria de Leudox, a respeito do gótico feminino:

Essa discussão adota uma abordagem ligeiramente diferente e questiona por que um termo tão problemático teve um impacto tão sustentado e profundo nas críticas literárias feministas até os dias de hoje. Aborda a história da recepção de textos góticos de autoria de mulheres do final do século XVIII e início do século XIX, sugerindo que a categoria "Gótico Feminino" reflete com mais precisão os objetivos ideológicos da crítica literária feminista de segunda onda do que representa as narrativas das primeiras escritoras do gótico (LEUDOX, 2017, p. 2).

Este conceito, aplicado à obra em questão, pode ser apoiado de acordo com os seguintes fatores:

Vemos o papel de Gloriana em seu casamento com Tom: "Aca-so estaria sentindo falta de Gloriana? Talvez, após tantos anos de



casado tivesse passado a depender de uma mulher que cuidasse dele” (EVERETT, H. D. 1920, p.2). Isso evidencia que a esposa em vida possuía o perfil da feminilidade assexuada e passiva, apenas cuidando do marido e da casa, até que uma grande enfermidade a atingiu, fazendo com que ela falecesse.

As assombrações começam quando Tom decide se casar novamente, com Lucy, assim, em vários momentos, o formato do rosto de sua falecia esposa aparecia em diversas superfícies. Isso se dá pelo motivo de que Gloriana em seu leito de morte pedira que ele não se relacionasse com ninguém mais.

Após várias aparições fantasmagóricas para Tom, Gloriana passa a mostrar-se para Lucy também e seu noivo tenta fazê-la acreditar que tudo era imaginação, até que Lucy não aguenta mais e desiste do casamento.

Com base no comportamento de Tom diante de sua noiva, o conto novamente mostra o pensamento comum da época, de que a mulher é um ser frágil e dependente, assim, totalmente suscetível a alucinações e histeria.

Estudos a respeito da insanidade e doenças nervosas ganharam notoriedade em 1870, juntamente com o avanço em estudos neurológicos. Em 1887, Goucourt escreve em seu jornal “A imaginação da mulher para safadezas está além do que podemos imaginar”. A mensagem por trás desta frase abre interpretação para o imaginário dos escritores, médicos e pesquisadores a respeito da sexualidade feminina.

Psiquiatras e doutores como Tardieu, Kraft-Ebing e Moreau, para citar alguns, possuíam argumentos científicos a respeito do assunto: “A super sexualização feminina tem como corolário as piores desordens: se ‘ela’ não tem homens, há de se tornar histérica; se os tem demais, a mesma coisa; por isso as religiosas enclausuradas e as mulheres da

vida, esses dois femininos extremos, chamam particularmente a atenção do observador masculino” (ORSINI, 1996, p. 167).

Portanto, o pensamento vitoriano à cerca do feminino pode ir em duas direções, uma delas é pontualmente vista no personagem de Lucy:

**A Feminilidade assexuada e passiva:** a mulher é um estágio mais baixo da evolução, mais fraca, mais sensível e eternamente doente, onde a maternidade, a menarca e a menopausa são fases de risco, portanto a esposa deve permanecer em casa, se ater aos deveres da casa e ficar sob os cuidados e sustento do marido, todos os seus esforços devem ser cuidadosos e pensados em apenas uma função: a reprodução. Além de fortes crenças de que a resistência da família dependia da subordinação da mulher ao homem (NUNES, 2000, p. 55-56).

Além disso, este também é marco de uma das mudanças no gótico geradas pela Era Vitoriana que Boting (1996) teoriza, em que o homem passa a ser o opressor na narrativa. Assim como é possível perceber na maneira em que Tom trata Lucy: “Minha cara, mas que coisa absurda! [...] se você continuar assim vamos acabar em uma sessão espírita” (EVERETT, H. D. 1920, p. 8).

Por fim, temos o porquê de Gloriana ser a vilã da história, ela assombra Lucy e o ex-marido pelo fato de ela ter sido trocada por outra, pois assim ela perde a posição de mulher da casa. Então aos olhos da sociedade vitoriana e, até mesmo da escritora deste conto, o único fator que é capaz de fazer com que o perfil doce feminino se torne cruel é o ex marido seguir em frente?

Este é um fator que reproduz o ideal argumentado por Nunes, em que os filósofos e pensadores associavam o feminino a um ser carnal, cheio de sentimentos maléficos e uma depravação sexual ameaçadora, capaz de fazer o inimaginável: “A mulher se constituiria uma criatura que causa medo, na medida em que sua aliança original com a serpente fez dela, para sempre, a depositária do mal” (NUNES, S. A., 2000, p. 24).

Além do mais, no personagem de Gloriana podemos ver a segunda direção que o pensamento vitoriano tinha à cerca da mulher, em concordância com as discussões teorizadas por Nunes, temos:

**2. A mulher sexual e histórica:** o homem tem suas necessidades sexuais que são naturais e que precisam ser saciadas pela parceira, mas se a mulher é aberta com relação a seus desejos sexuais, se ela já teve muitos parceiros na vida ou se ela não possui nenhum é histórica. O desejo sexual feminino é uma patologia, é exagerado, sobrenatural, descontrolado. A mulher é o ser dos exageros. (ORSINI, 1996 p. 166- 173)

## A PORTA SINISTRA (1882), DE CHARLOTTE RIDDLELL

Este conto de 16 páginas também se trata de uma história de fantasma, mas em uma narrativa totalmente diferente, nesta, Sandy – o protagonista, é pago para ir até uma mansão assombrada para descobrir os mistérios que nela possui.

Nesta obra, assim como na anterior analisada é presente a troca de papéis, onde, a mulher é aquela que sente medo, presa na casa, como em “*O papel de parede amarelo*” (1892). Mas neste caso a narrativa traz uma inversão, mostrando como seria o homem cativo em uma residência, solitário e aterrorizado. Tais análises podem ser notadas nos seguintes trechos:

As sombras da noite se aproximaram, então voltei depressa para o salão, experimentando uma certa estranheza ao ficar sozinho com figuras fantasmagóricas de soldados de armadura e estátuas banhadas pelo brilho frio do luar[...] e após uma boa xícara de chá, conseguiria espantar aquela solidão opressora.

[...] Constatei então que estivera de fato com medo, pois experimentei um calafrio de terror ao cruzar a soleira no escuro. (RIDELL, 1882, p. 7-10)

Outro fator que traz a presença mulher diferente do comum é uma personagem desconhecida, não é o fantasma, mas também não é identificada sua origem, apenas que ela é esperta e sabia de segredos presentes naquela casa que ninguém mais tinha conhecimento. Esta se mostrou tão forte que foi capaz de vencer uma luta física contra Sandy, feri-lo e escapar: “*Consegui agarrá-la, mas ela escapou, lutando como uma gata selvagem: ela me bateu, me arranhou e chutou, movimentando-se como se não tivesse um osso no corpo [...] ela mostrava a força de vinte demônios*” (1882, p. 13).

Um fato não é nítido no livro, mas a autora deixou em aberto a identidade desta mulher misteriosa, mas pode ser interpretada a possibilidade de ser a viúva do antigo proprietário da casa que era cheio de riquezas, a fim de conseguir roubá-las.

Assim como pontuado na análise anterior, a personagem misteriosa do conto reflete algum desequilíbrio e até monstruosidade, que é evidente quando o narrador se refere a ela com “A força de vinte demônios”.

Ao falar de anomalias não podemos esquecer de mencionar o pesquisador Sigmund Freud que, “ao se deparar com a questão feminina, são as mulheres, as histéricas, que vão leva-lo a desenvolver seus primeiros trabalhos e desenvolver a psicanálise” (NUNES, 2000, p. 116). Seus anos de pesquisa o fizeram variar entre diversos posicionamentos a respeito da mulher, mas o nosso são as análises e os ideais predominantes no *Fin-de-siècle* Vitoriano.

Portanto, levando em consideração os posicionamentos teóricos de Orsini sobre o perfil da mulher sexual e histérica, a escritora também ressalta:

A mulher é o ser dos excessos: uma ideia fixa que as heroínas da literatura fin-de-siècle repetem [...] demais ou de menos, mas nunca o equilíbrio, a razão, a harmonia. Certamente o excesso



pode se dirigir tanto para a virtude quanto para o pecado [...] o exagero para o mal impressiona mais (1996, p. 173).

Assim como Orsini e Ludox teorizam, a única mulher de notoriedade no conto é apesar de a presença feminina se mostrar diferente do comum nesta obra, seu perfil é estritamente manifestado como vingativo, violento e interesseiro.

Levando em consideração tais discussões, um fator relevante a ser observado é que em ambos os contos o homem teme a figura feminina, pois a mulher em si só é um ser de fronteiras, como nos ideais explorados nesta pesquisa: A mulher sexual e histórica e A Feminilidade assexuada e passiva. Ou seja, o olhar que a sociedade tinha a respeito do feminino é sua natureza com grandes tendências para a histeria.

Além disso, as duas obras selecionadas para análise possuem a personagem da vilã da história como a ex mulher ressentida. No caso de *A maldição da morta*, temos Gloriana como a falecida esposa que não aceita o marido seguir em frente e, em *A porta sinistra* é apresentada a personagem misteriosa que é apenas conhecida por ser a antiga esposa do falecido dono da residência.

É importante ressaltar que essa realidade não é mostrada apenas nos pequenos contos de não tanta fama da época, pois os grandes clássicos do gótico vitoriano possuem os mesmos padrões conservadores com relação ao feminino.

Como essa realidade era o pensamento comum da época ele foi refletido na literatura gótica vitoriana, na qual as únicas aparições da mulher são como a esposa, a vítima ou ambos. Podemos perceber tal análise no clássico de Bram Stoker, *Drácula*, em que as únicas mulheres que marcam presença na obra, Mina e Lucy são meras vítimas que são seduzidas e enganadas pelo vilão.

Em relação ao caso de Mary Shelley em *Frankenstein* (1818), ou seja, uma escritora, poderia ser esperado uma postura diferente, mas a prática é a mesma, as únicas mulheres presentes são esposas, empregadas e vítimas, mas argumenta-se que Shelley escreveu a obra dessa forma propositalmente, para ilustrar a ausência da mulher na sociedade como um total.

Mas, em contraposição àquelas escritoras e personagens designadas ao termo denominado “feminino gótico”, Ledoux argumenta: “No entanto, entre muitos outros, tentaram refinar o termo gótico feminino, seu uso limitou as maneiras pelas quais os estudiosos abordam a escrita gótica das mulheres. Textos de autoria de mulheres que não apresentam alegorias aos “góticos femininos” - heroína angustiada, encarceramento doméstico, ameaças de violência sexual, ansiedade por mães monstruosas ou ausentes” (LEUDOX, 2017, p. 1).

Como maior influenciadora deste ideal, Rainha Vitoria, apesar de mulher, era extremamente religiosa e levava com grande seriedade os padrões comportamentais que uma mulher inglesa deveria possuir, assim fazendo com que tal pensamento fosse cravejado em toda a população e fortemente encorajado em estudos científicos e nas áreas de psicologia e psicanálise.

## CONCLUSÃO

Com base na fundamentação histórica, teórica e nas análises dos contos, podemos constatar que a apropriação feminina do gótico, ou “góticos femininos”, mostram a mulher em papéis de mais notoriedade, mas não interiorizam a mesma ideologia, nem apresentam um empoderamento feminino, mesmo aquelas obras escritas por mulheres. Sob a mesma perspectiva, Orsini ressalta que:

A mulher é o ser dos excessos: uma ideia fixa que as heroínas da literatura fin-de-siècle repetem [...] demais ou de menos, mas nunca o equilíbrio, a razão, a harmonia. Certamente o excesso pode se dirigir tanto para a virtude quanto para o pecado [...] o exagero para o mal impressiona mais" (1996, p. 173).

Portanto, finalizamos com um aplauso em relação as escritoras do gótico da época, por terem tido a bravura de se expor e publicar suas obras literárias em uma sociedade dominada pelo masculino, mas também não podemos deixar de notar a questão de que, por mais que a mulher possua maiores atuações nas narrativas, as personagens retratam o exato pensamento da época, do feminino apagado, ou daquele exagerado, vingativo e histérico, como foi exemplificado nas obras analisadas.

## REFERÊNCIAS

BOTTING, F. *Gothic*. London: Routledge, 1996.

DICIONÁRIO DIGITAL INSÓLITO FICCIONAL. Gótico - Gênero narrativo. Disponível em: <http://www.insolitoficcional.uerj.br/site/?s=g%C3%B3tico>. Acesso em: 22 jun. 2019.

EVERETT, H. D. A maldição da morta. In: *Vitorianas Macabras*. São Paulo: DarkSide books, 2020, p. 237-245.

HOGLE, J. E. et al. *Gothic Fiction: The cambridge companion*. 1°. ed. Nova York: Cambridge University Press, 2002. p. 1-85.

IDADE MÉDIA. Origens e façanhas dos godos. Disponível em: <https://www.ricardocosta.com/traducoes/textos/origem-e-facanhas-dos-godos-c-551>. Acesso em: 30 mai. 2020.

LANGER, J. Dicionário da história e cultura viking. São Paulo: Hedra, 2018. p. 15-6 MARTINS, S. R.; IMBROISI, M. H. Impressionismo. Disponível em: <http://www.historiadasartes.com/nomundo/arte-seculo-19/impressionismo/>. Acesso em 10 de julho 2018.

MARSHALL, G. et al. *The fin-the-siècle: The cambridge companion*. 1°. ed. Nova York: Cambridge University Press, 2007. p. 1-91.

NUNES, S. A. *O corpo do diabo entre a cruz e a caldeirinha* – Um estudo sobre a mulher, o masoquismo e a feminilidade. 1º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 15 - 178.

ORSINI, M. D. *A mulher que eles chamavam de fatal* – Textos e imagens da misoginia fin-de-siècle. 1º ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1996. p. 23 – 230.

RIDDELL, C. A porta sinistra. In: *Vitorianas Macabras*. São Paulo: DarkSide books, 2020, p. 43-69.

SILVA, A. *O QUE É GÓTICO* (Parte 1): A verdade sobre os godos. 2017. (9m). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zll2xNJxpD4>. Acesso em: 29 mai. 2020.

SILVA, A. *O QUE É GÓTICO* (Parte 2): O sagrado e o profano da Arquitetura Gótica. 2017. (6m9s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9H-9B6lKwJk&list=PLChLc0R2ozuccM4YNNqcxH28DmZ7afY14&index=2>. Acesso em: 19 mai. 2020.

HELOISA, M. (org). *Vitorianas Macabras*. São Paulo, DarkSide books, 2020.



# 10

Hellyana Rocha e Silva

**CORPOS TRANSLÚCIDOS:**  
REPRESENTAÇÃO FEMININA  
EM *NADA A DIZER*, DE ELVIRA VIGNA

DOI: 10.31560/pimentacultural/2021.936.254-274

## INTRODUÇÃO

Pensar o contemporâneo é, antes de tudo, refletir sobre o seu próprio significado. Para Agamben, uma primeira e provisória indicação sugere que a contemporaneidade “é uma singular relação com o próprio tempo, que adere a este e, ao mesmo tempo, dele toma distâncias; mais precisamente, essa é a relação com o tempo que a este adere através de uma dissociação e um anacronismo” (2009, p. 59). Isso não significa, evidentemente, que os sujeitos contemporâneos vivam em outra época, mas sim que mantêm o olhar firme sobre seu tempo, sem fugir dele.

Agamben (2009, p.59), ao aprofundar suas indagações sobre o tempo, afirma que é contemporâneo aquele que, ao manter o olhar sobre o seu próprio tempo, sabe perceber a obscuridade e, ao escrever, mergulha suas penas no breu do presente, ou seja, não se deixa ofuscar pelas luzes do século que vivencia. Há, nesse aspecto, uma especial relação com o passado. De fato, tudo o que é contemporâneo faz uma referência ao arcaico assinalando-o também próximo da origem, como devir histórico, assim, “o contemporâneo não é apenas aquele que, percebendo o escuro do presente, nele apreende a resoluta luz; é também aquele que, dividindo e interpolando o tempo, está à altura de transformá-lo e de colocá-lo em relação com outros tempos” (AGAMBEN, 2009, p. 72).

Como sinônimo de transformação, inserem-se nas discussões acerca do contemporâneo a crise da representação do sujeito e, sobretudo, os modelos e paradigmas de opressão, interiorizando questões que atravessam o próprio contemporâneo, como a representação e o estabelecimento de novas subjetividades. No espaço ficcional, as narrativas dão lugar à problematização e desconstrução de identidades outrora pensadas a partir de uma homogeneidade.

Na reconfiguração da representação dos sujeitos e das subjetividades, a literatura se torna um importante dispositivo de desconstrução e reconstrução de identidades anteriormente obliteradas e/ou marginalizadas. Assim, o sujeito contemporâneo assume identidades distintas em diferentes espaços e momentos, longe de qualquer unificação, evidenciando novas posições discursivas.

Dentro dessa necessidade de novas posições discursivas, a literatura contemporânea brasileira de autoria feminina busca repensar a representação imagética das mulheres, questionando o cânone e buscando espaço dentro do campo representacional. Para tanto, as escritoras demonstram especial preocupação em relação à representação a fim de não reafirmar discursos de exclusão e opressão por tanto tempo já proliferados.

Narrativas como as de Elvira Vigna, por exemplo, são fortes representantes dessa construção literária, visto que em seus enredos emergem vozes femininas cuja missão é problematizar trajetórias familiares e contextos sociais que põem em xeque os papéis tradicionais por tanto tempo imbuídos pelo pensamento patriarcal.

Com um discurso ácido e transgressor, Vigna traz em seu currículo a escrita de uma dezena de romances, além de contos e textos teóricos, que tomam forma a partir de incontáveis matérias-primas, dentre elas, destacam-se a ironia, o humor cruel e, singularmente, a sintaxe afiada, que destila veneno discursivo.

Em sua ficção, Elvira lança um olhar lúcido sobre a condição feminina, criando personagens que lutam pelas suas identidades e até mesmo pela sobrevivência – nem sempre grandiosa e, na maioria das vezes, insignificante. Nesse sentido, suas obras se conectam com o empenho da crítica feminista em não criar identidades femininas fixas, visto que suas obras literárias, romances e contos, são uma contribuição para a representação de identidades femininas plurais,

primordialmente na elaboração de pontos de vistas diferentes dos que concebem as mulheres como uma categoria una.

Por esse motivo, a figura do narrador é sempre tão importante nas obras de Vigna. Quase todos femininos e em primeira pessoa, mas sempre a partir de um olhar que vem de dentro ou do lado, as narradoras de seus enredos esbanjam sarcasmo ao contar histórias de personagens miúdas e invisíveis para si e para os outros.

Embora apresente vasta obra em que os sujeitos femininos são protagonistas e que as discussões de gênero se fazem presentes, neste texto, optou-se por utilizar como objeto de análise o romance *Nada a dizer*, publicado no Brasil em 2010 pela editora Companhia das Letras, em Portugal no ano de 2013 e na Itália apenas em 2016. Além das traduções para outras línguas, a obra recebeu também o prêmio “ficção” da Academia Brasileira de Letras e foi dos livros finalistas do Portugal Telecom. Nesta obra, o foco narrativo em primeira pessoa dá voz a uma mulher que sente-se invisível, sem identidade própria, após descobrir o caso de seu esposo com uma mulher vinte anos mais nova.

Tomando como objeto de estudo o romance *Nada a Dizer* (2010), o objetivo desse texto é analisar o modo como a literatura escrita por Vigna articula suas rupturas ao representar novas concepções de gênero ao mesmo tempo em que faz releitura do passado, desconstruindo e reconstruindo identidades engendradas em meio a opressão. Busca-se, portanto, observar a representação da identidade feminina, bem como problematizar as violências estabelecidas nas relações entre homens e mulheres presentes no romance, levando em consideração o sentimento de invisibilidade que marca o tom discursivo do romance, o envelhecimento e as marcas do tempo sobre o corpo maduro da protagonista.



## CORPOS TRANSLÚCIDOS DESCONSTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO DA REPRESENTAÇÃO FEMININA

Em *Nada a dizer*, Elvira Vigna traz para o contexto a representação de uma relação amorosa envolta pela ruína e desestruturação. Neste enredo, uma mulher de meia-idade, cujo nome não é revelado e que fora traída pelo marido, revive todos os acontecimentos que marcaram a traição e, principalmente, as perdas e os danos que a procura pela verdade trouxeram para a sua vida conjugal e pessoal.

O romance estrutura-se em dezoito capítulos predominantemente curtos e intitulados por datas específicas que marcaram os acontecimentos referentes à traição, os meses que seguem a tentativa de recuperação e dois capítulos, em especial, são nomeados como *casa* e *morte*. A organização da narrativa em datas e o tom de autoexposição que marcam o enredo caracterizam-no como uma prosa confessional e o aproximam do gênero diário, tão presente no cenário da literatura contemporânea. Ainda que apresente semelhança com o gênero diário, não se pode afirmar, com precisão, que ele o seja. O que se percebe de maneira clara no romance é a junção do relato investigativo ao tom confessional.

De qualquer forma, a adjacência com o gênero diário possibilitou à protagonista o caminho para a busca do autoconhecimento e da desejada recuperação do trauma vivenciado, visto que a escrita de si foi um dos meios para que ela, ao distanciar-se de seu próprio eu em ruína, conseguisse reformular sua identidade perdida e invisibilizada.

Assim, esse exercício de descoberta e revelação faz com que o enredo se torne uma busca minuciosa pela verdade, pois dentro do enredo todos os episódios da traição são revisitados obsessivamente. Apesar do acentuado rancor presente na trama, a narradora se mostra

lúcida e vê na verdade a possibilidade de recuperação, redescoberta de sua identidade perdida e autoconhecimento.

Ao escrever sobre as literaturas femininas pós 64 no Brasil, Márcia Cavendish Wanderley (2005) analisa as vozes das escritoras e a forma como elas representaram as figuras femininas durante o período em que obtiveram certo espaço para escrever. Sob esse ponto, Wanderley discute que a participação das escritoras trouxe para o contexto uma retratação da prosa ficcional e um dos caminhos percorridos por elas foi a utilização de um tom confessional marcado por discursos de autoexposição, reflexão e, principalmente, lamento acerca da condição e vivências femininas.

A valorização da noção de testemunho é vista por Nizia Vilaça, em *Paradoxos do pós-moderno: sujeito e ficção* (1996), como uma das formas de representação das subjetividades contemporâneas. Isto é, quando o narrador clássico perde impacto, essa narração, que toma como base o memorialismo faz-se presente e a discussão que se põe é por qual via as vivências do sujeito serão narradas, se através da experimentação ou da observação.

Nesta linha de raciocínio, é sintomática a discussão sobre o memorialismo e seu estatuto literário, que perpassa o campo que vai do sujeito empírico ao sujeito ficcional. Tradicionalmente apresentado com valor de valor de verdade, tradução de individualidade, ponte entre um “fora” e um “dentro”, o memorialismo vem sendo discutido e, de alguma forma, revalorizado enquanto forma discursiva, que sabe que dizer “eu sou” é um substituto para a compreensão, talvez devastadora, da errância, da ex-centricidade que o poeta nomeara “je est un autre”. (VILAÇA, 1996, p. 40)

Neste ponto, a literatura torna-se um lugar de deslocamento, onde a narradora distancia-se de si mesma a fim de filtrar o mundo, para que possa descrever o tempo rememorado, o que traz, de certa forma, um caráter impessoal à voz narrativa decorrente da própria

transformação do sujeito contemporâneo. Em *Nada a dizer*, por exemplo, o enredo, reformulado a partir de um tom confessional, memorialístico e investigativo, se apresenta por meio de uma voz feminina lúcida e quase masoquista que se mostra capaz de descobrir tudo em relação à traição e aos fatos que a desencadearam.

Esta autoexposição, no entanto, diz respeito a temporalidades distintas, isso porque o tempo da escrita do texto não corresponde, inicialmente, aos acontecimentos que dão liga ao enredo, como a traição e a sua descoberta, e somente a narração do capítulo final corresponde aos acontecimentos vivenciados pela narradora no momento da escrita, que se encontra em um quarto de hóspedes, um ano após a traição, computando as perdas e confessando as possíveis mentiras do relato que ela assume ter escrito para si mesma.

O não confinamento discursivo da narradora em um tempo determinado pode ser visto como uma estratégia narrativa, pois é a partir dessa volatilidade que ela tem a oportunidade de revisitar as inúmeras cenas que compõem a trama. Logo, o distanciamento entre o acontecimento e o ato da escrita contribui com o olhar investigativo ao permitir que a narradora pudesse pensar e repensar toda a história.

A exemplo do tempo narrativo, o foco discursivo dado pela narradora também representa uma estratégia, seja a narração em primeira pessoa ou a alternância entre outro tipo de ponto de vista, o que acontece na obra, pois por mais que a leitura do prefácio indique o ponto de vista em primeira pessoa, o leitor depara-se, nas primeiras vinte páginas, com um relato minucioso em terceira pessoa, destacando a viagem de Paulo ao Rio de Janeiro, suas impressões, desejos e sentimentos.

A mudança de foco narrativo pode ser considerada uma estratégia textual no sentido de procurar mais liberdade para narrar a traição, já que permite à narradora a focalização nos acontecimentos e não nos

sentimentos pessoais, os quais aparecem apenas ao final do capítulo introdutório quando é feita a troca para a primeira pessoa do discurso.

A troca de foco narrativo foi um procedimento necessário, visto que permitiu à investigação um olhar mais amplo em relação aos acontecimentos que não é possível quando o olhar se dá em primeira pessoa, pois, segundo Friedman (2002, p. 177), esta focalização encontra-se limitada as próprias percepções, emoções e pensamentos, isto é, sua visão é um centro fixo. O que não acontece com outras focalizações, a exemplo do narrador-testemunha, que possui mobilidade e fontes variadas de informação por não estar envolvido de maneira central na ação.

Apenas ao final da página vinte a narradora se põe na narração: “Nem quando chegou em São Paulo e me viu, nem nessa hora voltei a existir para ele”. (VIGNA, 2010, p. 20). O relato onisciente apresentado na introdução do enredo representa o próprio sentimento de apagamento vivenciado pela protagonista, pois ela não compreendia como o seu marido poderia ter feito tanto em um fim de semana sem nem ao menos lembrar-se dela e da sua existência.

No dia 15 de novembro ia para o Rio de Janeiro.

Para o churrasco de seus ex-colegas da multinacional e para a boceta de N., de onde voltou no domingo dia 18, achando que havia descoberto o segredo da felicidade.

Enquanto isso, eu.

Eu estava lá, normal, sendo eu.

Paulo no Rio, se tornando amante de N., eu procurando trabalhos novos em São Paulo. Que foi o que fiz a minha vida inteira: ou eu trabalho ou procuro trabalho. (VIGNA, 2010, p. 22-23)

Narrar e coincidentemente entender a si mesmo é uma das possibilidades quando há o foco narrativo em primeira pessoa, o que faz do narrador-protagonista um desvelador da história e de si. Sobre o foco narrativo como experiência de autoconhecimento em textos escritos por mulheres, Nelly Novaes Coelho, em seu *Dicionário crítico de escritoras brasileiras*, tece o seguinte comentário:



Autêntica escrita de mulher, que se tece com as mais simples experiências da vida, da infância à maturidade, e que só as mulheres conhecem. Experiências, aparentemente banais, sempre centradas no cotidiano comum, no qual a voz narradora vai abrindo rasgões, que mostram o oculto, o encoberto, que acaba por descobrir o eu a si mesmo. (COELHO, 2002, p. 126)

Os diálogos e questionamentos constantes surgem, então, não apenas como uma investigação da traição, mas também como proposta de autoconhecimento. Haja vista que ao se deparar com a traição dentro um casamento de mais de duas décadas, a protagonista passa a questionar sua própria existência, decisões e posturas, isto é, ao lançar um olhar sobre as atitudes do marido, ela volta o olhar sobre si.

Desse modo, as possibilidades de configuração do foco narrativo criadas por Vigna podem ser vistas como uma estratégia de escrita e correspondem à própria evolução pela qual o gênero narrativo vem passando na contemporaneidade e também pelas mudanças que ocorreram ao longo dos séculos e que o tornaram tão distante de sua configuração tradicional.

Sob esse viés, Nizia Villaça (1996) aponta a crise da representação como um dos paradoxos da contemporaneidade. Para ela, a literatura, e mais especificamente o narrador, parece um terreno que beneficia as falhas representacionais, que ameaçam, dentro da organização do universo ficcional, a existência de subjetividades. Nesse sentido, “trabalhar a questão da subjetividade textual é trabalhar a direção e distância impressas pelo narrador no mundo narrado, na construção das personagens, na estrutura espaço-temporal, na ambivalência narrativo-enunciativa da escritura” (VILLAÇA, 1996, p. 9).

Em vista disso, a subjetividade é tida como uma construção discursiva, que aponta para a desconstrução de imagens naturais e substanciais. É importante destacar que num momento em que se vive uma crise da representação, por um lado, escrever e figurar oscilam,

constantemente, entre criação, invenção e vazio. Por outro lado, fala-se dos sujeitos, como fracos, plurais, tribais, capazes de representar, diante de tantas dicções, o sujeito e seu olhar sobre o mundo.

Vive-se o paradoxo, a complexidade num momento de reciclagens, hibridismos, convivência com a diferença, quando se rediscutem os espaços, os tempos, a história, a subjetividade com a preocupação genealógica do que não é nem dado, nem natural, mas constituído [...]. (VILLAÇA, 1996, p. 29)

Stuart Hall (2015), por exemplo, investiga as descontinuidades dos sujeitos e a forma como se situam no mundo a partir da ideia de descentramento, o qual caracteriza tanto os indivíduos em si quanto o seu lugar social e cultural. O descentramento corresponde à “crise de identidade”, que representa processos de transformação de identidades desamarradas de qualquer fixidez, resultando na imprescindibilidade de reposicionar o sujeito, pois é na possibilidade de se rearticular a relação entre sujeitos e práticas discursivas que a identidade se coloca em questão.

A identidade está profundamente envolvida no processo de representação. Assim, a moldagem e a remoldagem de relações tempo-espaço no interior de diferentes sistemas de representação têm efeitos profundos sobre a forma como as identidades são localizadas e representadas. (HALL, 2015, p. 41)

Levando esse ponto de vista em consideração, a ruptura causada por Vigna na organização do espaço e na construção da voz narrativa pressupõe uma rachadura ainda maior se comparada às configurações clássicas da representação feminina, isto porque a autora cria uma personagem que a princípio se imaginava de maneira sólida, com uma identidade formada, pois até o momento em que é descoberta a traição, a narradora imagina ter consciência de si, de sua vida e da vida de seu marido. Nos capítulos iniciais, por exemplo, a narradora apresenta a si e ao marido como pessoas fora dos padrões, isto é, alternativos de meia-idade, que vivenciaram durante a juventude revo-

luções políticas e comportamentais e que, por isso, não se encaixavam nas imagens e conceitos tradicionais.

Zinani (2013, p. 22), em seu texto sobre a construção da identidade feminina, afirma que a voz do narrador corresponde a um espaço de privilégio dentro da narrativa, já que posiciona todos os elementos que constituem a estrutura do texto, além disso, enquanto instância discursiva, cabe ao narrador veicular as ideologias que marcam as vozes presentes na trama. Segundo a estudiosa, “a recodificação do papel da mulher, a partir dos estudos de gênero, implica a constituição da subjetividade feminina” (ZINANI, 2013, p. 55). Isto porque a modificação do padrão tradicional faz com que a mulher assumira o seu lugar tanto no espaço privado como no social.

Evidentemente, as mudanças não emergem apenas no campo estrutural da narrativa – na figura do narrador –, mas também a partir do modo como Elvira conduz um novo olhar para temáticas consideradas habituais (a exemplo da traição e construção de identidade), trazendo à representação novos paradigmas.

Dessa maneira, desconstruindo a imagem que a narradora tem de si, Elvira a coloca diante de situações que a fazem repensar sua identidade e suas ideologias. Para tanto, enquanto refletia sobre a atitude que deveria tomar, a narradora-protagonista afirma que a reação previsível frente à traição era exigir, imediatamente, a separação, afinal ela nunca havia perdido a oportunidade de “subir no banquinho e preferir algum discurso feminista.

A postura esperada de si mesma era o que ela também esperava de seu marido Paulo, pois ambos tiveram a mesma formação identitária: fizeram sessenta anos no início do século XXI, lutaram e enfrentaram censura e hostilidade na luta por direitos, pela tomada de decisões ou ignorando o julgamento das estruturas sociais conservadoras acerca de si e de outros.

Para a narradora, a própria N. (a amante) representaria o contrário de tudo o que Paulo e ela haviam vivido e lutado. A liberdade que N. usufruía foi conquistada não através de luta, fora recebida de graça e, por isso, não havia parcimônia, respeito: “N. pelo seu perfil familiar e de classe social, pela sua biografia de garota rica do Leblon, seria o inimigo, fosse ela vinte anos mais velha” (VIGNA, 2010, p. 83).

O desconhecimento acerca de si e o apagamento vivenciados pela narradora põem em xeque a configuração das identidades e das ideologias, dado que a imagem que o casal transmitia era contrário de tudo que vivenciaram a partir da traição. Nesse sentido, Vigna apresenta a hipocrisia que envolve os sujeitos, inclusive os que se colocam do lado de fora de situações como essa.

No caso de Paulo, que se colocava como sujeito a frente de seu tempo, Elvira revela a imagem de homem que, apesar do discurso politicamente correto, possui uma postura hipócrita ao ter um caso extraconjugal. Na verdade, Paulo representa uma postura revolucionária apenas no discurso, suas ações continuam possuindo uma postura tradicional quando ele possui o direito à traição diferentemente de sua esposa.

Desse modo, a desconstrução e reconstrução de uma identidade antes vista como completa são os pontos fulcrais do enredo, do mesmo modo, a ruína e a invisibilidade que permeiam o corpo e a identidade da protagonista devem também ser consideradas os elementos estruturadores da trama, já que são essas características que dão a consistência ficcional ao enredo e não fazem dele mais um inventário de perdas ocasionado por uma traição.

A desconstrução da identidade teve início logo que o caso de Paulo e N. foi descoberto. E do dia oito de março em diante ela não conseguia mais ser a pessoa que outrora havia sido. Nada do que em outro momento havia falado ou feito poderia, agora, fazer parte do que ela era. É indubitável que toda a sua segurança e liberação



inicial não contavam com uma experiência tão traumática. E o que ela considerava um casamento seguro, na verdade, era um lugar desconhecido, pois a imagem que o marido fazia dela, e até mesmo a importância que ela tinha para ele, era mais relevante do que ela pensava ser, ou seja, ser invisível para o marido a tornava também invisível para si e para o mundo.

Sentindo-se um nada, procura, então, reinventar-se, construir uma nova identidade, um lugar onde pudesse se encontrar, existir novamente. No caso da protagonista, não só a construção de sua identidade foi pautada pelas relações sociais, mas a própria desconstrução, pois a relação com o marido e a traição sofrida foram as responsáveis pela sua perda identitária. E o caminho que a personagem escolhe para tentar sobreviver ao vazio que sentia em relação a si é o de preenchimento de sua ausência, o que a faz passar por inúmeras transformações para tornar-se “outras pessoas”, já que ela era um vazio.

Constata-se, nesse episódio, o pensamento de Zinani (2013) acerca da construção da identidade feminina, haja vista que a identidade se forma por meio da interação do sujeito com a sociedade, isto é, através das práticas sociais, as quais lhe concedem uma multiplicidade de imagens. Assim, “como produto de interações, a identidade se organiza através de sistemas de representações, daí sua relação com o simbólico, pois, tal, como a realidade, a identidade é uma construção simbólica (ZINANI, 2013, p. 58). Isto porque a constituição do sujeito feminino funda suas raízes na história e nos processos de transformação da sociedade. Logo, qualquer mudança identitária ocasiona também alterações nos papéis sociais, que, a partir disso, não se pautam mais na fixidez e unicidade; constitui-se, dessa forma, outras subjetividades femininas, abertas e indeterminadas.

A própria ausência do nome da personagem representa essa crise interior decorrente do vazio que a permeia. Durante todo o enredo, a narradora não faz uma referência ao seu nome e o nome da

amante aparece apenas com a inicial N., a mesma que deu nome ao e-mail e às conversas no chat com Paulo. Em consequência disso, o corpo feminino, em *Nada a dizer*, surge como um local de reescrita da identidade, e é apresentado de duas formas distintas, enquanto o corpo de N. (a amante) representa uma manifestação erótica, a personagem protagonista mostra um corpo altamente fragmentado, que é, inicialmente, um lugar em branco, todavia, ao adentrar o enredo percebe-se que a personagem se preocupa em redescobrir o próprio corpo, e, principalmente, sua imagem.

No enredo é discutido ainda a velhice do corpo feminino, o que segundo Elódia Xavier (2007), em *Que corpo é esse? O corpo no imaginário feminino* (2007), tem sido presença significativa nas narrativas de autoria feminina. Neste texto, a pesquisadora discute, entre outros conceitos, o conceito de corpo invisibilizado e conforme sua análise, o corpo invisível representa, por meio de uma cultura opressora, a inexistência do feminino como sujeito de seu próprio destino, pois ser vista (pelo cônjuge ou pela sociedade) é uma forma de autoafirmação, um ideal de liberdade. Ora, se o corpo envelhecido é um corpo geral deixado à margem, Xavier acredita que se na sociedade industrial o idoso é marginalizado, então,

[...] as mulheres sofrem mais os efeitos dessa marginalização, uma vez que a cultura dominante lhe impõe padrões de beleza e juventude”. O corpo, produzido pela mídia, corrobora esses princípios, transformando a vida das mulheres idosas numa eterna frustração. Ao vincular sua autoestima aos padrões impostos, perdem-se de si próprias e mergulham no vazio existencial. (XAVIER, 2007, p. 85)

Embora a narradora e o esposo não sejam uma representação clássica do envelhecimento – afinal são “velhos-jovens”, tendo em vista que trabalham de maneira ativa e mantêm um relacionamento em que a relação sexual ainda é importante – de certa forma o corpo feminino envelhecido torna-se abrigo do desapontamento, visto que se transforma em vazio existencial por não pertencer aos padrões

dominantes, refletidos, principalmente, no corpo e no comportamento da amante, isto é, “já que o destino da mulher é ser, aos olhos do homem, um objeto erótico, ao tornar-se velha e feia, ela perde o lugar que lhe é destinado na sociedade” (BEAUVOIR, 1990, p. 152 *apud* XAVIER, 2007, p. 86).

Ainda conforme a estudiosa, a complexidade do envelhecimento é muito mais perceptível para a sociedade do que para o ser envelhecido, já que a velhice aparece de modo mais evidente para o outro do que para o próprio sujeito. Percebendo-se velho, o indivíduo tende a reforçar o preconceito. A diferença de idade entre a esposa e a amante definia um problema, no entanto, a forma como N. se comportava, levando em consideração o fato de que na contemporaneidade as mulheres têm maior liberdade, inclusive na relação com o sexo oposto, também era visto pela narradora como um empecilho.

Porque N. queria, como eu também sempre quis, apenas chegar perto e se sentir amada. Seu método era o da inserção no ambiente masculino. O meu, eu não sei qual era, mas sei que também não funcionava. Acho mesmo que nunca tive método. Nem para isso nem para porra nenhuma.

Uma diferença. Mas havia outra.

Vinte anos mais moça do que eu e Paulo, N. se movia, muito segura de si, num ambiente de burguesia fechada, satisfeita consigo mesma, sem questionamentos políticos ou sociais de tipo algum. (VIGNA, 2010, p. 41-42)

Se sob o olhar de padrões sociais e culturais dominantes o corpo feminino envelhecido é deixado às margens, no contexto familiar e matrimonial a situação não é distinta. A personagem protagonista de *Nada a Dizer* além de possuir um corpo envelhecido tem, ainda, que conviver com a diferença de vinte anos de idade que N., a amante de seu marido, possui. Diante desse corpo duas décadas mais jovem, o corpo envelhecido da protagonista representa um lugar de aniquilamento, que mesmo depois do fim do caso extraconjugal de Paulo torna o corpo sexual da personagem imobilizado, e durante o ato sexual com seu esposo ela rememora os momentos dele com a amante:

A cada vez que, desesperada, beijava-o - para que, o rosto grudado no dele, eu nada mais visse, nem mesmo o que vinha dançar dentro das minhas pálpebras fechadas com força -, era a saliva fria, de gosto estrangeiro, a saliva de N., que eu lá encontrava. E, qualquer coisa que ele me propusesse no meio da trepada, eu enrijecia, ele poderia estar tentando reviver, comigo, algo que não era comigo. (VIGNA, 2010, p. 117)

Simone de Beauvoir (1949, p. 350), em *O segundo Sexo*, ao analisar a condição da mulher idosa afirma que, se comparada ao homem, a mulher madura sofre cruéis derrotas. Isso se dá devido ao fato de não mais ser vista como objeto de desejo. A situação se agrava, pois o corpo envelhecido é uma mudança definitiva, vista pela sociedade como um declínio. Tem-se, sob essa perspectiva, a representação de um corpo sexual ao inferiorizado, *grosso modo*, a ruína, a invisibilidade e o envelhecimento tornaram o corpo da protagonista, uma mulher sem nome, imobilizado frente à traição, e sem reflexo a ponto de não conseguir se libertar desse casamento extremamente degradado.

Sob essa perspectiva, e numa última tentativa, decorrente do engano – por ter tentado as soluções erradas para preencher o vazio – e também de uma espécie de vingança, a narradora decide ir embora, muda-se para o apartamentinho, como ela mesmo chama, e após três meses volta. Para Paulo e para a vida a dois, numa busca constante por preencher o que foi retirado dela, mas ainda, assim, do lado dele. No último capítulo, denominado A morte (o que poderia ser uma referência à morte do caso de Paulo e N., ou uma referência à morte do esposo da amante de seu marido), a narradora faz, como num diário, uma análise geral acerca do que viveu há um ano, mostrando-se, primeiramente, em recuperação, e depois supondo ainda em busca de si.

Aqui, no sofá-cama [...] descubro mais uma coincidência ou não: o quarto de hóspedes é, além de silencioso, temporário por definição. Ao olhar em torno, afinal me vejo. É isso que sou. Uma hóspede.

E descubro quem eu não sou (VIGNA, 2010, p. 161).



A reflexão final que a narradora faz, no quarto de hóspedes – descrito como lugar onde ela pode revelar-se, ser quem é – sugere um envolvimento com a morte do esposo da amante de Paulo. Anteriormente a narradora havia sugerido que N. cometera o crime, pois ela conhecia bem o hospital onde ele foi internado, mas, na verdade, ela também conhecia esse hospital, e assim como as inúmeras histórias que já fantasiou em sua mente, poderia também ter colocado a culpa em N. por um crime que talvez ela mesma cometera. De qualquer forma, o relato que finda o texto remete à voz, que ela diz não mais ter e que, por isso, a faz sentir-se bem. Esta cena remete à ideia discutida por Candau (2012) acerca da formação da identidade e de sua relação com a memória, afinal,

a memória e identidade se entrecruzam indissociáveis, se reforçam mutuamente desde o momento de sua emergência até sua inevitável dissolução. Não há busca identitária sem memória e, inversamente, a busca memorial é sempre acompanhada de um sentimento de identidade, pelo menos individualmente (CANDAU, 2012, p. 19).

Nesse sentido, a noção de construção identitária associa-se ao processo de memória a fim de capturar as possibilidades de renovação não mais pautadas nos comportamentos anteriores. De qualquer forma, a rememoração não significa uma mudança total de perspectiva, pelo menos não no caso da protagonista de *Nada a dizer*, visto que

a memória humana é sempre conflitiva, dividida entre um lado sombrio e outro ensolarado: é feita de adesões e rejeições, consentimentos e negações, aberturas e fechamentos, aceitações e renúncias, luz e sombra ou, dito mais simplesmente, de lembranças e esquecimentos (CANDAU, 2012, p. 72).

Nesse íterim, a busca por novas identidades foi o caminho o qual a narradora encontrou para fugir de sua ausência e da invisibilidade. Todavia, o desfecho sugere um hiato nessa busca. Possivelmente, porque as buscas as quais ela se lançou não tivessem ocorrido como

uma forma de preenchimento pessoal, mas, principalmente, como um modo de ser vista por seu marido. Pôr-se frente ao espelho e interrogar-se para que Paulo a veja, a perceba. É como se o olhar de Paulo sobre ela representasse também o olhar dela sobre si mesma.

O Outro pode representar uma maneira de ser distante e desconhecida; ele pode ser a negação do Eu, porém, como por esta razão ele suscita a resistência, sua presença pode implicar a afirmação de um Eu mais sólido, mais autoconsciente e, portanto, mais funcional ou mais feliz. O Outro representa o limite do Eu, mas também deixa claro que ele pode encontrar muitas outras maneiras de existir. (FONSECA& LIMA, 2002, p. 21)

Mesmo que a escolha da narradora seja ainda permanecer com o marido e, de certa forma, a transgressão pareça não ter se cumprido totalmente no desfecho da história, enxerga-se, ainda assim, a literatura de Vigna como uma nova perspectiva acerca da representação feminina, principalmente por expor as arbitrariedades das normas de gênero. Além de construir novos papéis e novas identidades, que subvertem os modelos designados para os sujeitos femininos.

É por meio da problematização que todos os dilemas são apresentados e dessa forma torna-se possível a desconstrução e redefinição de novas identidades não mais pautadas no silêncio e na invisibilidade. Outrossim, a representação evidencia-se como um importante mecanismo de significação, o qual possibilita a discussão e a revisão das relações de gênero. É nesse sentido que *Nada a dizer* se mostra como uma literatura que estabelece e revisa identidades.

## CONCLUSÃO

Entendendo a representação como uma forma de se fazer conhecer o sujeito feminino e, ao mesmo tempo, de dar voz ao discurso

produzido por mulheres, considera-se que modificar os paradigmas da representação foi um dos caminhos pelo qual a autoria feminina encontrou para construir, dentro da literatura, um espaço legítimo e próprio das mulheres, além de buscar romper com a dominação literária masculina. Sob essa perspectiva, a análise da representação feminina no romance *Nada a dizer*, de Elvira Vigna, propiciou a este estudo um maior entendimento acerca do papel que esta autoria desempenha na contemporaneidade.

No enredo, a voz da narradora-protagonista emana furor discursivo, tendo em vista que ela consegue, a partir da verbalização, desvelar a opressão que, por tanto tempo, passou despercebida. Assim, já no primeiro capítulo, Elvira Vigna traz uma voz em terceira pessoa capaz de investigar e esmiuçar os acontecimentos que levaram a protagonista à ruína e somente ao fim desse capítulo o foco narrativo em primeira pessoa é revelado, trazendo as angústias, dúvidas e revelações que desencadearão, mais a frente, os processos de desconstrução e reconstrução identitária.

Neste romance, a mulher é um ser ainda em construção, transgressor e subjetivo. A própria ausência do nome da personagem é um reflexo desse processo de descobrimento. Sem uma identidade definida, a protagonista torna-se uma mulher frente a um espelho, entretanto, o espelho é opaco, e, diante disso, não há uma imagem refletida, apenas um corpo translúcido. Assim, narradora não se vê, não se conhece, pois há um entrave que não permite facilmente que ela se perceba. Apesar disso, a invisibilidade não se mostra uma barreira para a busca por uma identidade, longe disso, o que se percebe após a constatação da invisibilidade é uma procura, quase desesperadora, por algo que a represente enquanto indivíduo.

A narrativa de Vigna possibilita, também, o vislumbramento das contradições que envolvem a identidade feminina. A autora questiona as noções pré-estabelecidas acerca das subjetividades e configura no-

vos processos, nos quais os padrões impostos – sobretudo à mulher madura – são questionados. Ademais, a forma como a autora delinea a protagonista revela-se uma nova perspectiva, considerando-se que o silêncio (o nada a dizer) é, na verdade, um contradiscurso. Durante a narração, a protagonista utiliza a sua voz e a voz do outro como uma forma de conhecer a verdade sobre si e sobre o seu casamento. E até mesmo quando o marido parece não saber ou não ter nada para falar, ela procura – e em algumas situações cria e imagina o que poderia ter acontecido – a verdade dos fatos.

Portanto, Elvira Vigna tem um papel importante dentro da literatura feminina contemporânea, pois não cria uma mera representação estereotipada da mulher e dos problemas que abalam o seu universo, pelo contrário, a autora mostra uma nova perspectiva da identidade feminina a partir da construção de novos paradigmas representacionais.

## REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, G. *O que é o contemporâneo e outros ensaios*. Tradução de Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó, SC: Argos, 2009.
- BEAUVOIR, S. *O segundo sexo*. Tradução de Sérgio de Milliet. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BEAUVOIR, S. *A velhice*. Tradução de Maria Helena Franco Martins. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- CANAU, J. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2012.
- COELHO, N. N. *Dicionário crítico de escritoras brasileiras*. São Paulo: Escrituras, 2002.
- FONSECA, D. P. R.; LIMA, T. M. O. *Notícias de outros mundos: lendas imagens e outros segredos das deusas nagô*. Rio de Janeiro: História y Vida, 2002.
- FRIEDMAN, N. *O ponto de vista na ficção*. Trad. Fábio Fonseca de Melo. Revista USP, São Paulo, n 53, p. 166-182, Março/Maio, 2002.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomaz Ta-deu da Silva e Guacira Lopes Louro]. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.



VIGNA, E. *Nada a dizer*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

VILLAÇA, N. *Paradoxos do pós-moderno: sujeito e ficção*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

WANDERLEY, M. C. Prosa De Ficção Feminina Pós 64 No Brasil. *Revista Mulheres e Literatura, Rio de Janeiro*, v. 9, s/p, 2005.

XAVIER, E. *Que corpo é esse? O corpo no imaginário feminino*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2007.

ZINANI, C. J. A. *Literatura e gênero: a construção da identidade feminina*. 2 ed. Caxias do Sul: Educs, 2013.

# 11

Milena Lourenço da Silva  
Alexander Meireles da Silva

**GALADRIEL:**  
**A SENHORA DE TOLKIEN**

DOI: 10.31560/pimentacultural/2021.936.275-292

Este artigo tem como objetivo demonstrar como a personagem Galadriel, criada pelo escritor John Ronald Reuel Tolkien, se vincula a uma visão da mulher na cultura ocidental como um ser ameaçador e disruptivo. Dado a limitação de espaço aqui estabelecido, nosso foco irá recair sobre o lugar da personagem apenas dentro da trilogia *O Senhor dos Anéis* (1954-1955). Sobre esta obra, cabe destacar que, enquanto estudioso de línguas e da mitologia de diferentes povos da Europa, John Ronald Reuel Tolkien conseguiu, por meio da saga *O Senhor dos Anéis* (1954), transformar a literatura de fantasia contemporânea e nossa própria visão enquanto leitores e pesquisadores da Literatura Fantástica, por meio do que o próprio autor denominou de *Legendarium* (FERREIRA, 2018 p.10), termo vindo do latim medieval e que significa uma coleção literária de lendas, seu próprio mundo mitológico. Os espaços e personagens criados ou reinventados pelo autor sul-africano se tornaram fonte de estudos para diferentes pesquisadores e pesquisadora de áreas diversas.

Durante duas pesquisas de Iniciação Científica na Graduação e do próprio projeto de TCC nos ativemos a trabalhar a literatura de fantasia. A primeira pesquisa em 2017/2018 intitulada “Era uma vez vinte anos depois... Qual o legado de *Harry Potter* para a literatura infanto-juvenil?”, me guiou para o entendimento da própria literatura fantástica e gótica, abordando tópicos como a estrutura mítica da jornada do herói e o romance de enigma. A pesquisa seguinte surgiu em 2018/2019 intitulada: “O meio faz o homem... e o monstro: A influência do espaço na composição do personagem em *O Senhor dos Anéis*” que abriu novos horizontes em minha carreira acadêmica e me permitiu estudar o espaço em conjunto a relação da fronteira e assim a criação do personagem, suas características e ações. A partir de tal pesquisa foi delimitado o tema de meu trabalho de conclusão da graduação que seguiu no mesmo propósito estabelecendo as configurações topoanalíticas e assim a influência entre espaço e personagem.

Tal como a jornada dos personagens pela Terra-média - espaço criado pelo autor- também caminhei por alguns caminhos da obra e dentre tantas opções de heróis e vilões, dos mais definidos aos menos esperados, me deparei com a senhora da luz, rainha de Lothlórien, ser inabalável e intocável, motivo pelo qual decidimos tomá-la como objeto de nosso projeto de mestrado.

Nos últimos anos, trabalhos e pesquisas sobre a posição da mulher na sociedade contemporânea ocidental tem ganhado força, assim como debates sobre os vários tipos de estigmatização das personagens femininas na literatura em geral. A literatura de autoria feminina sempre se fez presente no ocidente, ainda que tenha sido objeto de um apagamento por conta do lugar da mulher na sociedade. Neste sentido, esta literatura começa a ganhar forma, de maneira sutil, no século XIX, vindo a ganhar mais força no transcorrer o século XX, incluindo assim outras perspectivas sociais se tomarmos como base o cânone literário, composto por uma grandiosa quantidade de obras escritas por autores masculinos. Ainda nos dias de hoje as representações de personagens femininos, quase sempre dicotômicas, contam com um sobressalente olhar masculino, como expressa Vasconcelos em seu trabalho *Visão sobre as mulheres na sociedade ocidental* (2005), tal visão em relação a mulher sempre tendeu a ser ambígua, traçando linhas entre o amor e o ódio, desejo e a repulsa, mostrando, é claro, também uma visão contraditória.

Mesmo com distintas nacionalidades, idades, etnias e religiões, as mulheres têm sido reprimidas por ideias, pré-conceitos, que culturalmente e historicamente delimitaram a sua posição na sociedade. Abordar tal sistema opressor está inteiramente relacionado a questionar uma estrutura antiga posta como universal, a começar pelo próprio contraste entre as histórias de Maria e Eva. Como destaca o pesquisador Howard Bloch: “É difícil determinar quando o cristianismo tornou-se dividido entre a possibilidade da salvação e do prazer e, ao mesmo



tempo, entre atitudes de igualdade sexual versus a subordinação da mulher ao homem” (1995, p. 17).

Apesar de sua identidade mutilada, é importante a ressalva da visão da mulher enquanto história e não apenas como meio reprodutor. Dentro deste contexto, devido ao seu poder de fertilidade e poder de reprodução, a mulher foi, desde o início dos tempos, associada a natureza e assim fonte de mistério e medo para o sexo masculino. Tal medo diante desse ser gerou na sociedade a necessidade do homem de criar um discurso de superioridade, passando a se colocar como racional, ao passo que a mulher se tornou instintiva. Joseph Campbell em seu trabalho: *A Jornada do Herói: Joseph Campbell: Vida e Obra* (2003), traz em suas entrelinhas poéticas, a relação homem e mulher:

A deusa representa a natureza. O deus representa a sociedade. E quando se tem uma mitologia que acentua um deus, e não uma deusa, tem-se uma religião que acentua a sociedade sobre a natureza. Então, com a Queda, a própria natureza é amaldiçoada. (2003, p.126)

A ideia do feminino enquanto força natural trouxe superstições e a desfiguração de histórias mal interpretadas que se enraizaram na sociedade, o que acarretou na corporificação de práticas preconceituosas que demonstram os mais puros defeitos de uma civilização.

Abordar o feminino enquanto objeto de estudo nos obriga a avançar nosso trabalho para diversas e distintas culturas, perspectivas e vertentes, desvendar os signos presentes nos mitos antigos e também para aqueles que se criam no dia a dia, a escolha de uma rainha nos abraça também com sua própria natureza e instinto, seus atos e o de outras tantas mulheres e o porquê de sua representação de tal forma e não de outra, o feminino está inserido:

[...] numa teia de interligações que vem dos primórdios do ser humano, das ramificações mais profundas e inerentes à espiritualidade de cada indivíduo que já foi, que é e que ainda será.

Falar sobre o “feminino” é discorrer sobre nossos medos mais profundos e sobre nossas qualidades mais latentes, é discorrer sobre a essência de cada um de nós, daquilo que trazemos de nossos ancestrais e de nossas lembranças mais remotas, do ciclo de “vida-morte-vida” que determina a existência de cada ser que habita esta terra. É falar sobre o mais simples e o mais complexo, é trilhar os meandros de labirintos, espirais e círculos que nos levam como forças centrífugas e centrípetas dentro de nossa própria história de vida. (CABREIRA, 2006, p.31)

Trataremos assim em nossa personagem, pois a natureza de seus passos, seus primórdios e avanços, sua composição e força, suas relações, conquistas e falhas.

A criação da Terra-média – Espaço fantástico criado por J. R. R. Tolkien - abrange uma imensidão do que relatamos ser a cosmologia do *legendarium* do autor, abordando a combinação dos aspectos da teologia e metafísica cristã que cercavam a vida e obra do mesmo, assim como também o irrefutável uso de mitologias vindas de diversas culturas juntamente a uma criada exclusivamente durante todo o período em que a narrativa tomava forma nas páginas.

Os Mitos tem sido a chave para que povos de todo mundo mantivessem sua cultura viva e passada de geração para geração, com seus próprios heróis e vilões. Segundo CHEVALIER & GHEERBRANT, o mito seria a “dramaturgia da vida social ou da história poetizada” ou ainda “conjunto de símbolos muito antigos destinados originalmente a envolver os dogmas filosóficos e as ideias morais [...]” (2019, p 611 e 612), tais historias se estabeleciam e se estabelecem ainda nos dias de hoje por percepções sociais e não necessariamente a certeza científica. No entanto sua origem não se estabelece apenas na função simbolizadora da imaginação, mas na necessidade da explicação da origem das coisas, suas funções, nas forças divididas e da existência do próprio homem.

Em muitas mitologias pagãs encontramos a relação do ser humano e da natureza por meio de seres encantados que se consolidaram na aceitação coletiva e que fazem parte do nosso senso comum até os dias atuais. Tais seres, também denominados de elementais, são considerados a barreira entre o dualismo dos mundos espirituais e terrenos. Nada mais são que espíritos na natureza personificados de distintas formas, sejam com os conhecidos gnomos, duendes e fadas até elfos, ninfas e sereias, tão representativos nas histórias, hoje, e repassadas a crianças. Como guardiões do mundo natural, tais seres se responsabilizam pelo equilíbrio do mundo fantástico, seu lar, e o mundo dos homens. Sendo parte da natureza e sem dela poder ser desvinculado, as categorias de tais seres se referem aos quatro elementos: água, fogo, ar e terra, e como a própria natureza, da mesma forma que dominam o equilíbrio, também são capazes de se tornarem mortais.

Galadriel é do grupo dos elfos *Calaquendi*, nome vindo da língua Quenya, originária das obras de Tolkien, *Cala* significa luz e *Quendi*, elfo, ou seja os elfos da luz (FILHO, 2006, p.51). Dentre as obras de Tolkien, cada elfo pode ter até 4 nomes diferentes. Nossa personagem, em específico, recebeu o nome de *Artanis* de seu pai, que do quenya- língua criada por Tolkien- significa uma “nobre mulher”. De sua mãe, que a partir das tradições, deveria sentir o destino da criança para nomeá-la, recebeu o nome de *Nerwen* que do quenya significa “donzela-homem”. De seu marido recebeu o nome de *Alatariel* com o significado de “Senhora coroada com grinalda radiante”, esse ultimo traduzido para o Sindarin- também uma língua élfica criada pelo autor- torna *Galadriel*, no entanto, devido a sua trajetória na Terra-média, varias nomenclaturas lhe foram dadas como: Senhora de *Lothlórien*, Senhora da luz, Senhora da floresta, Senhora dos Galadhrin, Senhora do Bosque dourado, Senhora da magia, Senhora branca, Rainha Galadriel ou simplesmente, A senhora.

Nossa personagem passa por todo o *legendarium* de Tolkien, todas as suas obras, é caracterizada como um espírito livre, de uma

beleza extraordinária, a princípio é vista como detentora de extrema compaixão, nunca capaz de negar sua boa vontade em ajudar, em confortar, no entanto antes de tudo Galadriel é uma penitente, sua presença na Terra-média se associa a necessidade de a mesma ser testada, seu embate é mental. Seu físico impressiona, com 1,93 de altura, é considerada a maior entre os elfos de Tolkien, seu corpo forte também se assemelha a sua mente forte, capaz de penetrar na mente alheia.

Os elfos mitológicos são de origem nórdica, as vezes associados com anões, em outros mitos são associados a Frey, deus do sol, a partir dos vikings, a crença nos elfos se estende as ilhas britânicas e elí se aliam a crenças sobre as fadas. Os personagens élficos criados por Tolkien na trilogia do *O Senhor dos Anéis* têm seu caminho traçado pela junção de mais de quarenta raças, nações, tribos e cidade-estados de tais seres, colecionados através de histórias (DAY, 2004, p.46), suas características e poderes já eram expressados desde tempos remotos até chegar as telas de cinemas como vemos hoje:

Os Elfos de Tolkien são imortais, com muito mais habilidades, inteligência, força e tolerância que os humanos. De fato, Tolkien sabia que a crença nos elfos era difundida entre os antigos anglo-saxões e os primeiros germanos, remontando a tempos tão antigos quanto qualquer registro pode mostrar. Os anglo-saxões os chamavam de “aelf” ou “ylfe”; os homens do norte os conheciam como os “alfar” ou “alfr”; em alemão antigo eles eram “alp”; em gótico, “albs” (DAY, 2004, p.44)

Com vasta fonte de material bibliográfico a composição de tal classe de seres se deu em alto grau, e assim um novo ser sobrenatural surge, com características próprias, desenvolvidos e personalizados pelas vontades do autor sul-africano, que engrandeceu e fortificou seus personagens.

E assim surgiram personagens como Galadriel, como parte de elementais, representantes da natureza, trazidos de muitas histórias, mas ao mesmo tempo reinventados e colocados em sua totalidade



de poder. Bela, alta, seus incríveis cabelos dourados são capazes de ofuscar quem os olha, seu porte atlético impressiona, sua força a posiciona como rival a qualquer força maligna. David Day (2003, p.58) resalta que há uma relação entre a rainha élfica e as guerreiras nórdicas conhecidas como valquírias, que recebiam os guerreiros que haviam tido uma morte honrosa nas batalhas, as mesmas também possuíam beleza e força, tais seres na cultura nórdica eram vistas como guerreiras e amantes, também possuíam poderes proféticos assim como Galadriel conseguia ver detalhes do futuro em seu espelho.

Outra comparação a ser feita é com as damas brancas da mitologia Gaulesa, esses seres nos lembram muito os elfos em si, adoram caminhar pelas florestas, seus corpos brilham e tem muita afinidade com as estrelas, tais seres eram vistos como protetores das fontes sagradas, pontes e outros lugares das florestas, seus reinos, assim como Lothlórien- reino de Galadriel- é fora do tempo. Outros seres da mesma natureza, as ninfas das águas, também podem ser destacadas como semelhantes, esses seres sobrenaturais possuíam dons e os usam quando ameaçadas. Ou até mesmo, podemos chamar Galadriel de Mãe-Terra, ser representativo em muitas lendas responsável por criar e manter os espaços naturais vivos.

Em seu livro *Sobre Histórias de Fadas* (1964), Tolkien deixa claro as relações com os seres da natureza, o que expressa o hibridismo na composição de seus personagens. O nome “Fadas” tem uma de suas origens no anglo-saxão com a palavra “elf”, dessa forma, não podemos analisar fadas e elfos como sendo classes completamente distintas, tais criaturas são seres naturais e como expressa Tolkien: “Porque é o homem que é, ao contrário das fadas, sobrenatural (e muitas vezes de estatura diminuta)” (1964, p. 10) seriam as responsáveis pelo destino dos homens, controladoras do tempo, e é exatamente desse ponto que surge a ideia arcana da mulher como profetiza, como ser natural responsável por bons e maus presságios. Podemos ver a descrição de elfos no *Oxford English Dictionary* como um incubus e súcubus, demôn-

nios, seres malignos. De acordo com o próprio Tolkien, elfos e fadas, por sua relação com o destino e seus dons, poderiam se apresentar, sim, como ameaças ao bem estar espiritual das pessoas, no entanto em seus contos, tais seres são guias e prometem de certa forma o bem estar de outros personagens.

Essas raízes mitológicas que envolvem Galadriel também nos ajudam na compreensão das relações sociais das quais o feminino se vinculam até os dias atuais, a ligação entre os elementos da natureza, fadas, elfos, o berço da mulher na literatura de fantasia, a relação entre luz e trevas estão presentes e discordando de Tolkien que relata que:

Se os elfos são reais e de fato existem independentemente de nossas histórias sobre eles, então também isto certamente é verdade: a princípio os elfos não estão interessados em nós, nem nós neles. Nossos destinos são distintos, e nossas trilhas raramente se encontram. Mesmo nas divisas do Belo Reino nós os encontramos somente em algum cruzamento fortuito de caminhos. (2006, p. 13)

Apesar de parecerem tão distantes, tais seres sejam fadas ou elfos, ou os dois, se referem a nós, retratam a essência do equilíbrio que buscamos e seu espaço maravilhoso aborda alguns dos desejos primordiais que possuímos, a ideia de escape, o poder inimaginável ou apenas o encantamento de modificar e controlar a vida.

Assim como os seres elementais, o feminino sempre teve seus pontos de contato com a natureza em decorrência da capacidade de gerar a vida. Como dom delegado a mulher, seu compromisso se restringia a permanecer em casa cuidando dos filhos, sua “destinação natural” se submetia a gerar outros seres e nada mais. Desta forma um perfil feminino foi criado, a mulher deveria ser frágil, tímida e passiva. Segundo Rousseau (1992, p.424) não se valiam de direitos iguais já que “por natureza, passivas e que devem estar subordinadas ao homem, que seria a cabeça e guia do casal. A mulher não deve rivalizar o homem, ela é feita para segui-lo e agrada-lo”, tal ideia de subordinação, difundida por

centenas de anos acarretou em um adestramento no comportamento feminino, segundo Bonnici sobre a política de Aristóteles:

A mulher, então, só pode significar a esposa e companheira do cidadão livre, genitora de filhos que serão cidadãos... O ser feminino pertence a uma parte da humanidade que, por natureza, existe para ser governada – para fêmeas diferentes há modos diferentes de governos ...A racionalidade não pertence exclusivamente ao macho mas é um fator masculino (BONNICI, 2007, p. 25 e 26)

No entanto a visão da mulher, de fato, sempre se encontrou dividida, apesar do domínio masculino e de um modelo a ser seguido, de um lado colocam a mulher como um ser frágil, sensível e dependente, como a própria natureza antes mencionada, aquela que traz a beleza da vida, por outro lado, verifica-se uma mulher como ser degenerado, dotada de um excesso sexual e com pouca capacidade moral para manter esse excesso sobre controle, também como a própria natureza, razão de mistério, de perigo, incontrolável.

É fácil associar Galadriel a beleza e a bondade, assim como a maioria dos elfos de Tolkien, no entanto, nos questionamos se, com tanto poder, a mesma não poderia, simplesmente, entrar em combate direto, ir à guerra, e se tornar herói na narrativa, Galadriel é calculista e luta apenas suas próprias guerras, as quais ela mesma escolhe, os elfos jamais são tolos, mostram um passado guerreiro. Galadriel pertencia ao Reino Abençoado, no entanto devido a seu temperamento é dito que a mesma sonhava com as terras longínquas da Terra-média para governá-las como quisesse. E é na Terra-média que a mesma fica conhecida como a Dona Branca da Floresta Dourada, sua luta lá é indireta, como já dito anteriormente, sua figura espelha o maior rival de Sauron, ser mais maligno de seu mundo, sua principal arma é a resistência. Galadriel não é comandada, não é pacífica como todos pensam, guia seu povo para estarem seguros:

- Faz muito tempo que alguém de meu povo viajou até aqui, de volta a região de onde saímos eras atrás- disse Legolas- Mas ouvimos falar que Lórien ainda não esta abandonada, pois há um poder secreto aqui, que impede que o mal se aproxime do lugar.(TOLKIEN, 202, pg. 352)

Ela não se coloca ou coloca seu povo em risco, são raramente vistos, como líder, seu poder é capaz de manter Lothlórien intocada, um lugar onde o tempo não passa, o mal não adentra e sua força permanece a mesma.

Como aborda Mireille Dottin-Orsini em sua obra *A mulher que eles chamavam fatal- textos e imagens da misógina fin-de-siècle* (1996, p.11) tornou-se comum a dualidade feminina, natureza e cultura, luxúria e castidade, verdade e mentira, sendo assim, com tantos elementos dispares a mulher que tranquiliza, idealizada pura, o próprio retrato da Virgem Maria, pronta para todos os sacrifícios, se torna também um monstro sangrento que apavora e pode matar, um ser mais carnal, traiçoeiro, visto desde o início dos tempos como sendo o primeiro mostro.

Tolkien era um católico nato, criado por um padre e seguindo todas as diretrizes religiosas, acabou por fundamentar sua obra em tais doutrinas “inconscientemente no início, mas conscientemente na revisão” (CARPENTER, 2006, p.167), tais elementos foram “diluídos” em seu mundo maravilhoso. Apesar de nunca ter confirmado a relação de Galadriel com a Virgem Maria, muitos especulam sobre as características em comum:

Galadriel é paradoxalmente exaltada por ser capaz de ser humilde. Se há alguma verdade em ressaltar que a figura de Galadriel foi moldada na Virgem Maria (Apesar dela ser claramente, mesmo que Tolkien não tenha dito, também na tradicional imagem da ‘Fada Rainha’) o paralelo se encontra precisamente nessa paradoxal mistura de poder, humildade e renúncia (CROFT & DONAVAN, 2015, p.3456, tradução nossa)



A começar pela aparência da personagem e a forma como a mesma é descrita, temos uma visão radiante, feições meigas, conversas calmas e o aconchego trazido por uma mãe, sua sabedoria conforta aqueles a quem a procuram. No entanto é de relevância lembra que ao criar uma mitologia a seu gosto, o autor recriou seus personagens, criando um encontro entre o pagão, monstros e criaturas mitológicas e o cristianismo, com esperança e humildade.

Dentro deste mesmo quadro, Silvia Alexim Nunes se posiciona sobre a outra visão da mulher, como a promotora do pecado: “Considerada culpada pela Queda, embora toda a humanidade seja condenada, a mulher passa a corporificar a corrupção material associada a carne. É tida como mais assexuada, portanto, mais sujeita a sucumbir as tentações.” (2000, p.22) tal visão se estende na linhagem feminina e como herdeira de Eva também a razão do pecado original, tida com portão do inferno assim como Maria seria o portão do céu, ou seja, céu e inferno no mesmo ser. Mesmo com traços marianos, temos uma figura imperfeita, Galadriel não é um anjo, a suposta dualidade feminina se mostra presente em seus atos, a mesma é inclusive testada:

— Sábua, a Senhora Galadriel pode ser — disse ela —, mas aqui ela encontrou alguém que está à sua altura em cortesia. De um modo gentil, você se vingou do teste que apliquei ao seu coração em nosso primeiro encontro. Agora começa a enxergar com olhos agudos. Não vou negar que meu coração desejou muito pedir o que está oferecendo. Por muitos longos anos, pensei o que faria, caso o Grande Anel me chegasse às mãos, e veja! Ele está agora ao meu alcance. O mal que foi concebido há muito tempo continua agindo de muitas maneiras, quer o próprio Sauron seja ou não derrotado. Não teria sido uma ação nobre a ser creditada ao Anel dele, se eu o tivesse tomado à força ou ameaçando meu hóspede? E agora finalmente ele chega. Você me oferece o Anel livremente! No lugar do Senhor do Escuro, você coloca uma Rainha. E não serei escura, mas bela e terrível como a Manhã e a Noite! Bela como o Mar e o Sol e a Neve sobre a Montanha! Aterrorizante como a Tempestade e o Trovão!

Mais forte que os fundamentos da terra. Todos deverão me amar e se desesperar!

Levantou a mão e do anel que usava emanou uma grande luz que iluminou a ela somente, deixando todo o resto escuro. Ficou diante de Frodo e parecia agora de uma altura incalculável, e de uma beleza insuportável, terrível e digna de adoração. Depois deixou a mão cair, e a luz se apagou; e de repente ela riu de novo e eis então que se encolheu: era uma mulher élfica frágil, vestida num traje simples e branco, cuja voz gentil era suave e triste.

— Passei pelo teste — disse ela. — Vou diminuir e me dirigir para o Oeste, continuando a ser Galadriel (TOLKIEN, 2000, p. 389).

Sua bondade de lugar a um ser diferente e ganancioso, bela mas fatal, se questiona ser a nova rainha do escuro mostrando a incógnita do ser feminino. Galadriel é, de fato, uma das representantes femininas mais fortes nas obras de J. R. R. Tolkien. Ela possui a força vital de uma amazona e a historicidade fantástica utilizada por Tolkien ao recriar a classe dos elfos e a identidade dual presente em muitas representações femininas. Diante tais características temos uma personagem que não se contentando em ser pacífica, se posiciona contra as figuras de poder, delimitando suas batalhas, no entanto, ao seu próprio interesse. Forjada pela dualidade bem e mal, vida e morte, relativos a própria natureza e ao mistério feminino, ela se estabelece como um ser capaz de benevolentemente salvar ou maleficamente destruir. Ao passar pelo teste, auto imposto ou não, a mesma se sente pronta para voltar a sua terra de origem.

O mistério feminino se estende por tradições e mitos em diferentes culturas e sociedades, boa ou má? Anjo ou demônio? Natureza que salva ou destrói? Tais dogmas nunca puderam ser explicados e as discussões sobre a natureza feminina se estenderam do exorcismo a medicina, no centro, o corpo da mulher foi posto: “Esse corpo que aparece como insuportavelmente misterioso e no interior do qual a natureza atua em seu estado mais puro e ameaçador”. (NUNES, 2000, p.83). Nos colocamos diante então de ameaças e salvagens, seja Afrodite, a deusa em busca do amor; Circe, a feiticeira senhora de

suas vontades; Cassandra, a profetiza condenada a nunca ser ouvida; Cleópatras divididas entre o amor e a pátria, fadas responsáveis por guiar os caminhos dos humanos além de Galadriel, que, com pequenos feitos muda o destino do herói Frodo e se coloca como força natural ímpar, uma totalidade de poder dividido entre bem e mal.

Transpassando a historicidade trazida pelos contos e mitos ao redor do mundo nos deparamos com essa questão do mistério feminino e sua relação com a visão do masculino sobre a mulher. Neste aspecto, Galadriel expressa força e está inteiramente ligada a Natureza, da mesma forma que, por muito tempo e até os dias atuais, a figura feminina foi relacionada ao maligno, visão que levou centenas de mulheres a serem enforcadas ou queimadas.

Desta forma, através da nossa personagem escolhida podemos entender: a importância do estudo de um personagem que se rebela contra as estruturas vigentes de poder; as relações históricas e sociais vinculadas ao feminino dentro da tradição da fantasia, além da análise da corporificação desta tradição em personagens femininas enquanto arquétipo sobrenatural de poder. Desta forma a partir de suas ações, seus embates físicos e mentais além do próprio originário de sua criação, podemos considerá-la como uma anti-heroína mostrando, especificamente na obra de Tolkien, como a representação da mulher dentro da tradição literária ocidental é vinculada ao obscuro e a falha, mesmo quando a mulher é apresentada à primeira vista como um ser benévolo.

A concepção de herói se modificou e vem se modificando constantemente ao longo das décadas, originária da cultura Grega, eram considerados heróis indivíduos dotados de feitos extraordinários, segundo o dicionário de símbolos de Chevalier e Gheerbrant (2019, p.488-489) um herói seria o resultado de uma relação entre um Deus e um ser humano, resultando em um ser poderoso dotado de forças celestes, no entanto não naturalmente imortal, tal característica poderia, entretanto, ser adquirida ao longo da vida como Hércules e Pólux

na mitologia grega. Entre os egípcios a visão de herói se torna extremamente específica e se liga as raízes ancestrais da construção das próprias cidades, ou dos reinos antigos, ou até mesmo por tragédias relacionadas ao rio Nilo, considerado o Rio-Deus. Na cultura Celta o protótipo de herói é o Cuchulainn, indivíduo que desde de uma idade prematura guerreou e defendeu sozinho as províncias de seu povo na Irlanda, seu nascimento e sua morte se relacionam a importantes ciclos mitológicos e se destaca por ser epicamente filho do deus Lug, representando a bravura e essência guerreira necessárias a um herói. Ainda no dicionário de símbolos, os autores expressam que o herói simboliza:

[...]o elã evolutivo (o desejo essencial), a situação conflitante da psique humana agitada pelo combate contras os monstros da perversão. O herói é também ornado com os atributos do Sol, cuja luz e calor triunfaram das trevas e do frio da morte. O apelo do herói está no cerne da moral aberta e, no campo espiritual, o motor da evolução criadora... A primeira vitória do herói é a que ele conquista sobre si mesmo.” (CHEVALIER & GHEERBRANT, 2019, p.489)

Visto tais características temos o herói como a corporificação da cultura de seu país de origem, modelos a serem seguidos e advertências ao que não fazer, a priori temos o herói dotado de nobreza, capaz de grandes feitos para proteger aqueles a quem se propôs representar. Com o passar do tempo tal visão primorosa de herói, seguindo o modelo grego foi perdendo força e as mudanças sociais, em todos os aspectos, contribuíram para a necessidade de um herói mais humano, com falhas. A ideia de um herói que representasse as constantes transformações na sociedade e que desmistificasse o herói dividido e inatingível.

Aos poucos sendo desconstruída, a figura do herói clássico, presente nos cânones literários deu origem a um novo personagem, o anti-herói. Tal indivíduo não se posiciona completamente contra o herói como sua nomenclatura sugere, sendo diretamente um antagonista, por exemplo, suas ações são anti-heroicas a luz dos clássicos, ou seja,



ele se difere ao herói dividido, tradicional e se assemelha ao humano. Em seu trabalho intitulado *O estatuto do anti-herói: Estudo da origem e representação, em análise crítica do satyricon, de Petrónio e Dom Quixote, de Cervantes*, Aldinéia Cardoso Arantes retrata que:

O anti-herói carrega características de um perturbador e de um agitador, seu modo subversivo o coloca à margem, contrariamente ao modelo do herói tradicional que é louvado e aclamado por todos, já que defende interesses de um grupo específico que domina e no qual também está inserido (2008, p.35).

Desta forma possuímos dois tipos de anti-heróis, o primeiro deles se difere completamente aos olhos do herói tradicional, por sua postura conformista, caráter frágil e pela falta de honra, é um personagem resultante de seu meio, de suas experiências vividas fadado a conflitos psicológicos e sociais. O segundo deles é o qual relacionamos nossa elfa, a figura do anti-herói enquanto indivíduo que se posiciona contra padrões morais e éticos de determinada época, tal sujeito não se adequa as normas e trabalham para a ruptura das mesmas. Galadriel demonstra uma visão feminina que a principio se encaixa nos padrões impostos, bonita, calma, os belos cabelos que em muitas culturas são o emblema da feminilidade, Mãe-Terra disposta a acolher e amparar quem entra em seu reino, mas que se mostra também como filha rebelde que parte em busca de outras terras, rainha que ao entrar em contato com o Um anel do poder é testada e mostra seu lado ganancioso ao querer governar a todos, que ao liberar seu poder mostra um lado demoníaco que reina como parte de seu ser, que através de seu espelho com águas prateadas mostra fragmentos dos destinos das pessoas, que lê a mente daqueles que acha necessário, uma ninfa, fada, elfa, rainha, feiticeira, anjo e demônio.

## REFERÊNCIAS

ARANTES, A. C. *O Estatuto do anti-herói: estudo da origem e representação, em análise crítica do Satyricon, do Petrônio e Dom Quixote, de Cervantes*. Universidade Estadual de Maringá. Programa de Pós-Graduação em Letras, 2008.

BLOCH, R. H. *Misoginia Medieval e a invenção do amor romântico ocidental*. Trad. Claudia Moraes Rio de Janeiro: Ed 34, 1995.

BONNICI, T. *Teoria e crítica literária feminista: conceitos e tendências*. Maringá: Eduem, 2007.

CAMPBELL, J. A. *Jornada do Herói: Joseph Campbell Vida e Obra*. Org. Phill Cousineau São Paulo: Ágora, 2003.

CARPENTER, H. TOLKIEN, C. *The Letters of J. R. R Tolkien*. Harper Collins Publishers Ltda. 1981.

CHEVALIER, J. GHEERBRANT, A. *Dicionário de símbolos*. Trad. Vera da Costa e Silva, Raul de Sá Barbosa, Angela Melim, Lucia Melim Rio de Janeiro: José Olympio editora, 2019.

COLBERT, D. *O Mundo Magico do Senhor dos Anéis: Mitos, Lendas e Histórias Fascinantes*. Rio de Janeiro: Sextante. 2002.

CRESWELL, J. W. Procedimentos Qualitativos. In: CRESWELL, J. W. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativos, quantitativo e misto*. Porto Alegre: Artmed/Bookman, p. 187-210, 2007.

CROFT, J. B.; DONOVAN, L. A. *Perilous and Fair: Women in the Works and Life of J. R. R. Tolkien*. Altadena: Mythopoeic Press, 2015.

DAY, D. *O Mundo de Tolkien: Fontes Mitológicas em O Senhor dos Anéis*. São Paulo: Arxjovem. 2004.

FERREIRA, T. D. R. *Mitos da Terra Média: Mitologia e modernidade na obra de J. R. R Tolkien*. Uberlândia: Edufu, p. 10, 2018.

KEIGHTLEY, T. *The World Guide to Gnomes, Fairies, Elves and Other Little People*. New York: Gramercy Books, 1978.

LINDAHL, C; MCNAMARA, J.; LINDOW J. (Eds.). *Medieval Folklore: A guide to myths, legends, tales, beliefs, and customs*. New York: Oxford University Press, 2002.

NUNES, S. A. *O corpo do diabo entre a cruz e a caveirinha: um estudo sobre a mulher o masoquismo e a feminilidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

ORSINI, M. D. *A mulher que chamavam fatal: Textos e imagens da misoginia fin-de-siècle*. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

SILVA, A. M. Introdução. In: LE FANU, Sheridan. *Carmilla: a vampira de Karnstein*. Trad. José Roberto O'Shea. São Paulo: Hedra, 2010, p. 9-37.

TOLKIEN, J.R.R. *O Senhor dos Anéis: A Sociedade do anel*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

TOLKIEN, J.R.R. *O Senhor dos Anéis: As Duas Torres*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

TOLKIEN, J.R.R. *O Senhor dos Anéis: O Retorno do Rei*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

TOLKIEN, J.R.R. *Sobre Histórias de Fadas*. São Paulo: Conrad do Brasil, 2006.

VASCONCELOS, Vânia Nara Pereira. *Visões sobre as mulheres na sociedade ocidental*. Bahia: Revista Artémis, n.3, 2005.

# 12

Yuri Pereira de Amorim  
Silvana Augusta Barbosa Carrijo

**TEXTO E IMAGEM  
DE MÃOS DADAS:  
O PODER DA PALAVRA  
E DA ILUSTRAÇÃO EM *FLECTS*,  
DE ZIRALDO**



## INTRODUÇÃO<sup>76</sup>

O texto literário, utilizando-se de aparatos estéticos da língua (figuras de linguagens, duplos sentidos, subjetividade, personificação, entre outros), é capaz de fornecer ao sujeito leitor contato com temas transversais (solidão, preconceito, busca pelo lugar no mundo, entre outros), assuntos algumas vezes escamoteados por uma perspectiva didático-informativo da literatura (AZEVEDO, 2004). Mais do que isso, a manifestação literária, ao conduzir o indivíduo a momentos de catarse e identificação, possibilita que ele (o leitor) passe a respeitar a realidade do outro, tornando-se mais empático para com o próximo. Para além disso, o livro literário proporciona que o sujeito passe a ter compreensão de temas e sentimentos não absorvidos e vivenciados a contento.

Um dos elementos capazes de enriquecer a imaginação do leitor diz respeito às ilustrações, códigos que produzem significados que às vezes complementam e às vezes transcendem o conteúdo verbal e que são de extrema relevância para construção de enredos poéticos e multisignificativos. Desse modo, o presente estudo objetiva discursar sobre o poder da imagem e do texto verbal em *Flicts* (2004), de Ziraldo, linguagens responsáveis por propiciarem a criatividade e a humanização do pequeno leitor.

O livro potencialmente voltado ao público infantil foi escrito e ilustrado pelo cartunista Ziraldo Pinto<sup>77</sup> e publicado originalmente em 1969<sup>78</sup>. A obra narra a história de Flicts, uma cor singular, que se sente

76 Trabalho desenvolvido com fomento de bolsa de mestrado CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

77 Ziraldo é um aclamado escritor brasileiro de livros infantis e juvenis, tais como *O menino maluquinho* (1980), *O bichinho da maçã* (1982), entre outros.

78 A edição que estamos utilizando para desenvolvimento do artigo foi lançada a público em 2004 pela editora Melhoramentos.

marginalizada ao longo de todo o enredo, em razão de suas particularidades. A cor perpassa toda a trama em busca de um lugar no mundo, todavia, só o encontra quando deixa de procurar.

Para o desenvolvimento do trabalho foi utilizada a metodologia descritivo-analítica de caráter interpretativo (THOMAS; NELSON, 1996). No primeiro instante, após leitura da obra literária, foram selecionados e revisados materiais teóricos que remetessem ao campo da literatura enquanto função humanizadora e do poder da ilustração no texto de ficção; em sequência, foram eleitos trechos e imagens da narrativa infantil de Ziraldo (2004) que aludissem ao âmbito das teorias supracitadas; por fim, após coleta do material, as análises foram desenvolvidas, sempre apresentando o olhar dos pesquisadores em relação ao objeto literário.

Com relação à escolha do tema, os motivos se justificam pelos seguintes aspectos: 1) para evidenciar a eficiência da literatura no que concerne à humanização do indivíduo; 2) para manifestar a competência da linguagem literária, com a qual os autores discorrem com sensibilidade sobre temáticas inefáveis; 3) para demonstrar o potencial imagético do enredo de *Flicts* (2004) que, antes do código verbal, produz sentidos autônomos.

Destarte, o artigo encontra-se assim organizado: na primeira seção, embasados em estudos de Azevedo (2004; 2005), Barthes (2013), Candido (2004) e Gregorin Filho (2011), o foco se volta ao conteúdo temático e verbal da narrativa, sempre apontando para a fruição estética da história; no segundo tópico, a ênfase se direciona às ilustrações do livro. Para isso acionaremos estudos de Cascarelli (2007), Biazetto (2008), Werneck (1986), Schuster (2006), Ramos e Panozzo (2010) e outros.

## A LITERATURA ABARCANDO A ALMA: A ESCRITA POÉTICA TOCANDO O CORAÇÃO

A literatura, diferente do discurso utilitário, que discorre sobre a língua, o homem e a natureza de modo racional e objetivo, estrutura-se por via da subjetividade para tratar de temas que não são passíveis de lição, visto que, assim como os sentimentos humanos, essa manifestação artística tende a contemplar, entre sua pletora de temas, aqueles que interessam ao leitor porque tocam diretamente em questões que são caras à condição humana e para os quais cabem não uma única verdade mas múltiplas (AZEVEDO, 2005).

Sob essa perspectiva, Barthes (2013) em seu livro *Aula*, ao discutir sobre as forças da literatura, pontua que:

[...] a terceira força da literatura, sua força propriamente semiótica, consiste em jogar com os signos em vez de destruí-los, em colocá-los numa maquinaria de linguagem cujos breques e travas de segurança arrebentaram, em suma, em instituir no próprio seio da linguagem servil uma verdadeira heteronímia das coisas (p. 30).

Portanto, seguindo a lógica do teórico, um dos elementos literários mais valorosos diz respeito à sua capacidade em jogar com as palavras, quer dizer, sua aptidão e cuidado para com a fruição estética da língua, na tentativa de alcançar diferentes leitores de diferentes modos, sem declinar para a linguagem informativa (frequente em manuais e receitas, por exemplo). Desse modo, em consonância com Azevedo (2005):

[...] o contato com textos subjetivos, movidos a visões pessoais e não consensuais, carregados de ficção e poesia, que se permitem utilizar a linguagem com liberdade, é outro ponto instigante da literatura, seja ela infantil ou outra (p. 10).

Em outras palavras, a escrita de ficção, encoberta de toques poéticos, possibilita ao leitor contato com assuntos intrínsecos à

condição humana, tornando o leitor mais disposto com relação aos outros e apto a “[...] contribuir para a resolução de conflitos em sua relação com a comunidade na qual ele está inserido” (GREGORIN FILHO, 2011, p. 77). Sendo assim, a literatura não só torna o sujeito capacitado a resolver conflitos que permeiam seu contexto, como fomenta sua humanização.

À lume desse entendimento, faz-se necessário esclarecer que, neste *corpus*, a concepção de humanização vai ao encontro das ideias concebidas por Candido (2004), em *O direito à literatura*. Para o estudioso, humanização é:

[...] o processo que confirma no homem aqueles traços que reputamos essenciais, como o exercício da reflexão, a aquisição do saber, a boa disposição para com o próximo, o afinamento das emoções, a capacidade de penetrar nos problemas da vida, o senso da beleza, a percepção da complexidade do mundo e dos seres, o cultivo do humor. A literatura desenvolve em nós a quota de humanidade na medida em que nos torna mais compreensivos e abertos para a natureza, a sociedade, o semelhante (CANDIDO, 2004, p. 180).

Dessa maneira, em consenso com o autor supracitado, a linguagem literária colabora para com a humanização do indivíduo na medida em que lhe permite refletir sobre especificidades da vida humana, tornando-o mais complacente para consigo mesmo e para com seu semelhante.

Tendo discorrido sobre o potencial do texto literário, faz-se pertinente apresentar algumas marcas de literariedade evidenciadas na história de Ziraldo (2004), para dar força poética ao enredo de *Flicts*. O primeiro elemento textual que chama atenção na obra compete à sua inclinação humanizadora. Ao mergulhar na aventura de *Flicts*, logo na primeira página, o leitor cria interesse e afeição pelo protagonista, ainda que não saiba as circunstâncias que acarretaram o desalento do personagem: “Era uma vez uma cor muito rara e muito triste que



se chamava Flicts” (PINTO, 2004, p. 5). À proporção que a narrativa se constrói, o leitor não só apreende o motivo pelo qual Flicts se entristeceu, como cria uma simpatia por ele, torcendo para que seu lugar no mundo seja encontrado:

Tudo no mundo tem cor/ tudo no mundo é/ Azul/ Cor-de-rosa/  
Ou Furta-cor/ é Vermelho ou/ Amarelo/ Quase tudo tem seu tom/  
Roxo/ Violeta ou Lilás/ Mas/ não existe no mundo/ nada que seja  
Flicts/ - nem a sua solidão -/ Flicts nunca teve par/ nunca teve  
um lugarzinho/ num espaço bicolor/ (e tricolor muito menos –  
pois três sempre foi demais)/ Não/ Não existe no mundo/ nada  
que seja Flicts (PINTO, 2004, p. 12).

Neste excerto, as palavras foram organizadas com perícia estética, de modo que viessem a constituir um fragmento poético, viabilizando a humanização do narrador e de quem lê a trama, pois, ao discorrer sobre a solidão e a marginalização sustentada por Flicts, em detrimento de suas características, a narrativa, ainda que ficcional, representa sentimentos e circunstâncias do ser humano, tais como a infelicidade e o preconceito. Ao contemplar tais temas pela epiderme do texto, os leitores possuem a chance de refletir sobre assuntos da natureza humana, identificando-se com os conflitos perpassados pela cor.

Outra marca de literariedade constatada na passagem supramencionada se refere ao uso de personificação, responsável por conferir qualidades humanas aos seres e objetos inanimados. Neste enredo, as cores herdam atributos dos seres humanos, como a fala e os sentimentos: “[...] ‘Sete é um número tão bonito’ disse o Vermelho vermelho” (PINTO, 2004, p. 20).

Para além da personificação, uma outra figura de linguagem bastante empregada na obra concerne à anáfora, incumbida de propiciar, através da repetição de palavras, sonoridade ao livro: “Um dia Flicts parou/ e parou de procurar/ Olhou pra longe/ bem longe/ e foi subindo/ subindo/ E foi ficando/ tão longe/ e foi/ subindo e sumindo/ e foi/ sumindo/ e/ sumindo/ sumiu” (PINTO, 2004, p. 37-38, grifos nossos).

Neste trecho, a recorrência dos vocábulos, ao mesmo tempo que oferecem sonoridade ao texto, servem para enfatizar os acontecimentos que permeiam a trajetória da cor que, ao subir e sumir, encontra seu lugar no mundo: “[...] ninguém/ sabe/ a/ verdade/ (a não ser os astronautas)/ que/ de perto/ de/ pertinho/ a Lua é Flicts” (PINTO, 2004, p. 45-46).

À luz dessa compreensão, o final do protagonista, ao ser reconhecido pela sua singularidade, toca a alma do leitor, fornecendo a ele instantes de catarse, pois mesmo que Flicts tenha passado por momentos de marginalização e provação, tornando-se um sujeito desviante, sua identidade foi reconhecida, sendo digna de um espaço privilegiado no universo. Assim, o enredo da cor personagem se encerra possibilitando esperança aos leitores, no sentido de que, ainda que sua personalidade esteja às margens, quando o indivíduo se respeita como tal, encontra seu lugar na sociedade.

## ENTRE UMA COR E OUTRA: AS ILUSTRAÇÕES CONSTRUINDO E AVIVANDO HISTÓRIAS

Tendo em vista que o código imagético e a linguagem verbal possuem uma estreita relação na construção de significados da obra literária, o presente tópico pretende discorrer sobre a influência da ilustração em *Flicts* (2004), de Ziraldo. Para isso, serão empreendidas ponderações feitas por Ramos e Panozzo (2010), Ribeiro (2008), Werneck (1986), Schuster (2006) e outros.

Ramos e Panozzo (2010) no texto “O papel da ilustração na leitura do livro infantil”, esclarecem que:

A ilustração na literatura para a infância aparece [...] como uma linguagem de acesso mais imediato, auxiliando o leitor mirim

a interagir com a palavra. As duas linguagens compartilham o mesmo suporte, e, na ilustração, geralmente predomina o figurativo, referindo modelos da natureza ou figuras fantásticas oriundas do imaginário. A natureza figurativa é de reconhecimento rápido e permite ao leitor estabelecer conexões com o mundo e elaborar redes interpretativas (p. 18).

Seguindo o raciocínio das autoras, o sistema imagético é muito significativo para a criação, pois além de aparecer como uma linguagem de acesso instantâneo, ela constitui conexões interpretativas com o leitor, sustentando o pacto de plurissignificação. Dessa maneira, a imagem, assim como a palavra, é de grande relevância para construção de significados no discurso literário.

Em vista dessa noção, texto e ilustração, embora sejam códigos distintos, dialogam entre si para suscitar interação entre o autor e quem lê, assim, em concordância com Schuster (2006, p. 72): “texto e ilustração brincam e interagem entre si e com o leitor, numa relação livre e autônoma”. Para um entendimento mais satisfatório, Ribeiro (2008) elucida que:

[...] a relação entre texto e imagem deve ser entendida como uma *tradução*, tendo em vista *adaptar-se* a um sentido a partir de sua *transposição* a um outro ambiente. Nesse caso, podemos considerar o ilustrador um sujeito que interpreta os signos da palavra e os *transporta* para outra linguagem. Desse modo, a ilustração deve ser valorizada como uma nova criação e, sendo assim, a ideia de recriação nos possibilita distanciar ilustração da *imitação* da palavra e do real (p. 133, grifos do autor).

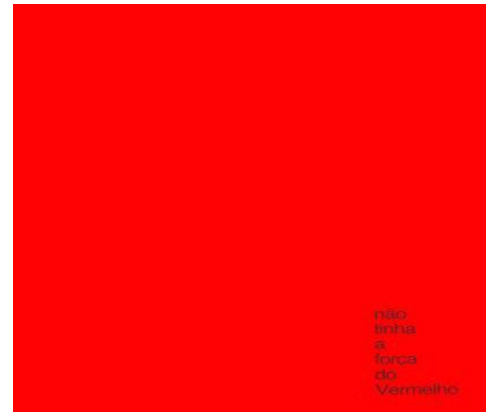
Portanto, em conformidade com o pesquisador, o ilustrador, ao transportar a palavra para um novo signo, concebe uma nova linguagem para a obra literária, valorizando a criação imagética como detentora de interpretações particulares. Destarte, “a ilustração confere ao livro, além do seu valor estético, o apoio, a pausa e o devaneio tão importantes numa leitura criadora” (WERNECK, 1986, p. 148). Em outros termos, a imagem é valiosa para que os sujeitos façam uma

leitura criativa, sendo capazes de criar, por meio do reconhecimento, da pausa e da imaginação, um sentido único para o que leram.

À vista desse entendimento, faz-se interessante iniciar as análises desta seção, destacando como a arte imagética é considerável no enredo de *Flicts* (2004). É pertinente informar que apesar de a narrativa ser majoritariamente ilustrada, o *corpus* fará investigação de apenas algumas, em virtude dos limites próprios de um artigo acadêmico.

Após as três primeiras páginas que iniciam a história, sendo uma dedicada à capa - seguida de uma página em branco - e a outra à apresentação da cor *Flicts*, a subsequente é destinada inteiramente à tonalidade vermelha, ocupando o espaço de duas folhas:

**Ilustração 1 – “não tinha a força do Vermelho”.**



Fonte: (PINTO, 2004, p. 6-7).

Aqui, diferentemente do personagem principal, o Vermelho, definido pelo *dicionário de símbolos* como o “símbolo fundamental do princípio de vida, com sua força, seu poder e seu brilho [...]” (CHEVALIER; GHEERBRANT, 2009, p. 984), exterioriza sua intensidade, preenchendo não só o lugar de duas folhas, mas também suplantando o conteúdo verbal a segundo plano, quer dizer, a ilustração, ao abranger



todo o espaço disponível das páginas seis e sete, faz com que o texto apareça por cima da imagem, isto é, o jogo de perspectivas opera para que a cor se apresente de forma grandiosa, enquanto a linguagem verbal está em uma menor dimensão, quase sendo expulsa da folha.

Em sequência, o Amarelo surge, também preenchendo o espaço da folha dupla com sua imensa luz. Posteriormente, nas páginas 10 e 11, o leitor tem acesso à ilustração do Azul, personagem que contempla, de forma distinta das cores anteriores, uma página e meia da lauda, compartilhando-a com Flicts:

**Ilustração 2 – “nem a paz que tem o Azul. Era apenas o frágil e feio e afilto Flicts”.**



Fonte: (PINTO, 2004, p. 10-11).

Ao lado do Azul, definido por Chevalier e Cheerbrant (2009, p. 107) como a cor “mais pura”, há o Branco, criando uma separação entre Flicts e a cor primária. O Azul, por ser uma cor pura, em concordância com Cascarelli (2007, p. 63), foi exposto “[...] na sequência de páginas onde foram apresentadas as duas cores primárias (em

oposição à *Flicts*)”. Sob esse ângulo de entendimento, o protagonista passa por um processo de marginalização tanto no que diz respeito ao código imagético quanto no que se refere à escrita. No caso da ilustração, a discriminação é evidenciada pela forma como *Flicts* aparece na página: uma pequena faixa sendo arrastada para fora da narrativa.

No decorrer da trama, a cor permanece sendo rejeitada pelos colegas, sendo excluída do arco-íris e das brincadeiras:

**Ilustração 3 – “e as setes cores se deram as mãos e à roda voltaram e voltaram a girar”.**

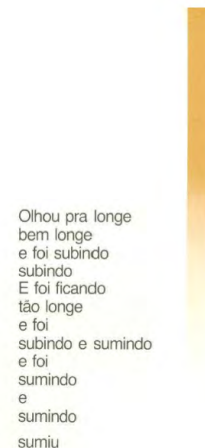


Fonte: (PINTO, 2004, p. 21).

Nesta passagem, as cores, em conjunção e harmonia, ganham forma, transfigurando-se em um círculo, configuração fundamental para suscitar a imaginação do pequeno leitor, que ao visualizar a cena, pode ter a sensação de que elas estejam em movimento. Para Biazetto (2008, p. 63) “a cor pode também virar forma e ajudar na narrativa”, neste caso, a roda produzida pelo conjunto de cores auxilia na construção de significados da história, pois corrobora o preconceito experienciado por *Flicts* (que mais uma vez é menosprezado pelos personagens secundários, sendo excluído da diversão), ao mesmo tempo que demonstra a união delas para isolar o personagem principal.

Depreciada, a cor se torna uma identidade desviante, ficando às margens da coletividade. Logo, por não se emendar, Flicts decide percorrer o mundo em busca de trabalho, atravessando os países mais bonitos e mais distantes, no entanto, sua personalidade também é desacolhida por todas as bandeiras<sup>79</sup>, que “não tinham para ele uma estrela, uma faixa e nem uma inscrição” (PINTO, 2004, p. 30). Um dia, o protagonista deixa de procurar seu lugar no mundo, como consequência, ele começa a sumir:

**Ilustração 4 – “Um dia Flicts parou e parou de procurar”.**



Fonte: (PINTO, 2004, p. 38).

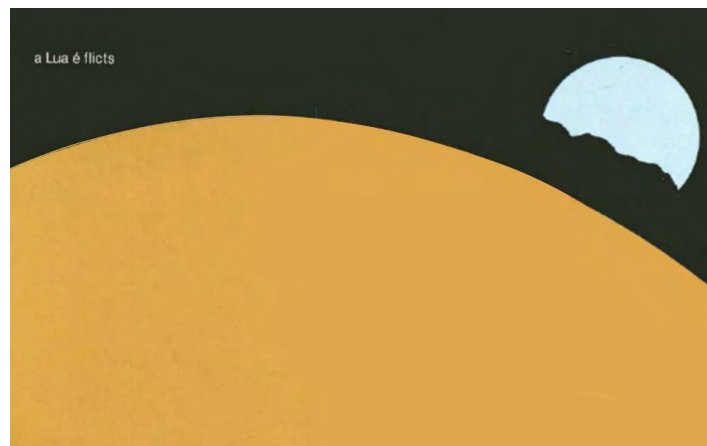
Nesta ilustração, o personagem reaparece ocupando um pequeno espaço da lauda, contudo, divergente das outras aparições, Flicts está se decompondo, em um dégradé que varia entre o branco e a sua tonalidade. O jogo entre as cores suscita, no imaginário do sujeito leitor, a impressão de que o protagonista esteja subindo para algum lugar, ao mesmo tempo que denota sua deformação.

<sup>79</sup> As bandeiras, símbolos representantes dos países, nesta obra, assim como as cores, são personagens que saltam a esfera da simbologia/adjetivação, adquirindo características humanas.

Na página seguinte, não há nenhum jogo visual, o desaparecimento da cor é comprovado exclusivamente pela linguagem escrita: “sumiu/ que o olhar mais agudo/ não podia adivinhar/ para onde tinha ido/ para onde tinha fugido/ em que lugar/ se escondera/ o frágil e feio e aflito/ Flicts” (ZIRALDO, 2004, p. 39).

Perante essa consideração, o enredo prossegue sem especificar o que ocorreu com Flicts. A trama avança sem nenhuma menção ao personagem, conduzindo seu desaparecimento à esfera da banalidade e da insignificância. Na sequência, ilustrações e textos surgem, fazendo alusões às formas e cores da lua. Até que, avançando para o fim da narrativa, o leitor depreende que, na verdade, o narrador não ignorou o apagamento de Flicts, pelo contrário, ao versar sobre as nuances da lua, ele está preparando o sujeito para o que virá a seguir. Ao partir para as duas últimas laudas do livro, o leitor contempla o ressurgimento do protagonista, que ocupa quase todo o espaço da folha dupla:

#### Ilustração 5 – “a Lua é flicts”



Fonte: (PINTO, 2004, p. 46-47).

Por meio do código imagético, o indivíduo que lê a obra de Ziraldo (2004) descobre que Flicts, ao subir e sumir, encontrou seu lugar no



mundo: a lua. Em vista dessa concepção, o leitor absorve que o narrador, ao discorrer sobre outras formas da lua em passagens anteriores, estava não ignorando o protagonista, mas preparando o terreno para que ele (o leitor) pudesse admirar a posição alcançada pela cor. Logo, o trabalho realizado pelo escritor revalida não apenas seu cuidado para com a ilustração como fomenta a catarse, responsável por fornecer identificação com o enredo do personagem, que só ao final de sua trajetória, obteve reconhecimento.

Antes de partir para as considerações finais, é relevante averiguar a linguagem textual que acompanha a ilustração: "a Lua é flicts". Pela primeira vez, o nome do personagem aparece em minúsculo, tal feito ratifica a ideia de acolhimento, pois o protagonista se ausenta do lugar de sujeito para desempenhar o papel de adjetivo.

Sendo assim, código imagético e verbal, ainda que sejam signos diferentes, entrelaçam-se na narrativa para consolidar a fruição literária estabelecida entre autor e leitor, condição indispensável para viabilizar a plurissignificação.

## CONCLUSÃO

Com base nas análises apresentadas ao longo desse artigo, utilizando como alicerce a obra de Ziraldo (2004), é possível afirmar que a narrativa de Flicts é carregada de elementos textuais que contribuem para humanização e desenvolvimento do imaginário do sujeito leitor. Mais do que isso, ao fazer manejo de diversas estratégias literárias (como, por exemplo, a personificação e a anáfora), emprego de ilustrações e ter um cuidado para com a escrita, o escritor alcança múltiplos leitores de diferentes modos, sem se aproximar de um discurso didático-moralizante.

Para além desses recursos, ao tratar de temáticas pertinentes ao ser humano (como o preconceito, a solidão e a tristeza), Ziraldo concede ao leitor, por meio do personagem Flicts, reconhecimento, identificação e instantes de catarse. Logo, as reflexões propiciadas no decorrer deste estudo não esgotam a fonte do livro supracitado, longe disso, elas oportunizam que outros pesquisadores, em momentos futuros, realizem investigações distintas das concebidas, tais como o processo de marginalização experienciado pelo personagem principal, que resiste à discriminação ao longo de toda a trama; pontos não averiguados do código verbal e imagético ou ainda, propostas de mediação desencadeadas a partir de leitura da obra.

Diante da pluralidade do enredo, o presente trabalho, dispondo-se do apoio da narrativa, progressivamente alcançou os resultados esperados, sendo eles: cooperação às pesquisas voltadas ao campo literário e imagético; destaque à história elaborada por Ziraldo (2004) que, repleta de artifícios estéticos, alcança o imaginário dos leitores; contemplação da linguagem imagética, que produz significados tão importantes quanto às do texto escrito.

Ademais, ao ter concluído as análises, foi possível evidenciar o potencial da literatura enquanto arte da palavra e da ilustração, afinal, o autor, ao fazer manejo de recursos estéticos da língua, acentuou, por meio da narrativa supradita, a capacidade que o texto literário possui em refletir sobre registros e sentimentos da natureza humana.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, R. *Aspectos instigantes da literatura infantil e juvenil*. São Paulo, 2005. Disponível em: <http://www.ricardoazevedo.com.br/wp/wp-content/uploads/Aspectos-instigantes-da-literatura-infantil-e-juvenil.pdf>

AZEVEDO, R. *Formação de leitores e razões para a literatura*. São Paulo, 2004. Disponível em: <http://www.ricardoazevedo.com.br/wp/wp-content/uploads/Formacao-de-leitores.pdf>. Acesso em: 03 out. 2020.

- BARTHES, R. *Aula*. Tradução: Leyla Perrone-Moisés. 16. ed. São Paulo: Cultrix, 2013.
- BIAZETTO, C. As cores na ilustração do livro infantil e juvenil. In: OLIVEIRA, I (org). *O que é qualidade em ilustração no livro infantil e juvenil: com a palavra o ilustrador*. São Paulo: DLC, 2008. p. 75-93.
- CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: OLIVEIRA, I *Vários escritos*. São Paulo: Duas Cidades, 2004.
- CASCARELLI, C. *Flicts*: livro de artista. Dissertação (Mestrado em Artes) - Instituto de Artes, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2007. Disponível em: [https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/86987/cascarelli\\_c\\_me\\_ia.pdf;jsessionid=5AD5A680960F22553C8EACD59D5F7C38?sequence=1](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/86987/cascarelli_c_me_ia.pdf;jsessionid=5AD5A680960F22553C8EACD59D5F7C38?sequence=1). Acesso em: 10 out. 2019.
- CHEVALIER, J.; GHEERBRANT, A. *Dicionário de símbolos*. 23.ed. Trad. de Vera da Costa e Silva *et al.* Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.
- GREGORIN FILHO, J. N. *Literatura juvenil: adolescência, cultura e formação de leitores*. São Paulo: Melhoramentos, 2011.
- PINTO, Ziraldo. *Flicts*. Ilustrado por Ziraldo. São Paulo: Melhoramentos, 2004.
- RAMOS, F.; PANOZZO, N. O papel da ilustração na leitura do livro infantil. In: ZINANI, C.; SANTOS, S. *Multiplicidade dos signos: diálogos com a literatura infantil e juvenil*. 2. ed. Caxias do Sul: Educs, 2010. p. 17-34.
- RIBEIRO, M. A relação entre texto e a imagem. In: DE OLIVEIRA, Ieda (org). *O que é qualidade em ilustração no livro infantil e juvenil: com a palavra o ilustrador*. São Paulo: DLC, 2008. p. 123-139.
- SCHUSTER, L. O diálogo entre ilustração e palavra: Tato recria Bruegel. In: SILVA, V. M. T. (org.). *Ora fada, ora bruxa: estudos sobre Sylvia Orthof*. Goiânia: Cãnone Editorial, 2006. p. 69-75.
- THOMAZ, J.; NELSON, J. *Tipos de pesquisa considerando os procedimentos utilizados*. 1996. Disponível em: <http://www.ergonomia.ufpr.br/Tipos%20de%20Pesquisa.pdf>. Acesso em: 10 out. 2019.
- WERNECK, R. O problema da ilustração no livro infantil. In: KHÉDE, Sônia (org). *Literatura infanto-juvenil: um gênero polêmico*. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986. p. 147-154.



# 13

Amanda Magalhães Santiago

Viviane Cabral Bengezen

**ESPAÇOS DE CONVERSÃO  
EM LÍNGUA INGLESA  
COMO LUGAR SEGURO:  
UMA TENTATIVA DE VIVER HISTÓRIAS  
SECRETAS NA ESCOLA PÚBLICA**



## INTRODUÇÃO<sup>80</sup>

Escolas são lugares onde professores e estudantes passam grande parte de seu tempo. Podem ser grandes, pequenas, para toda uma comunidade, específicas de alguma denominação, decoradas ou de aparência neutra. Nos Estados Unidos, por exemplo, as salas de aulas têm o toque de cada professor, porque lá, diferentemente daqui do Brasil, quem muda são os alunos, não os professores. Escolas contêm espaços que são fundamentais para a aprendizagem e ensino de seus alunos, e são locais em que políticas educacionais são implementadas por intervenção de cima para baixo, quase sempre sem ouvir os professores. Essas políticas educacionais também são direcionadas às coordenações e direções de escolas, podendo modificar, por exemplo, a relação entre comunidade e escola e a relação entre coordenação e professores. O professor ocupa, ao mesmo tempo, espaços em que a teoria e as políticas educacionais são o carro-chefe de ações e espaços em que seu conhecimento prático pessoal<sup>81</sup> é predominante. Para Clandinin e Connelly (1995), o posicionamento do professor nestes dois espaços dentro da escola gera dilemas que advêm das diferentes perspectivas epistemológicas que estes lugares possuem. Buscando entender estes dilemas e o posicionamento dos professores, os autores apresentam a metáfora da paisagem do conhecimento profissional do professor, que

[...] é particularmente adequada ao nosso propósito. Ela nos permite falar de espaço, lugar e tempo. Além disso, ela tem uma sensação de expansividade e a possibilidade de ser preenchida com pessoas, coisas e eventos diversos em diferentes

80 Trabalho desenvolvido com fomento de bolsa de mestrado CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e bolsa do Programa Futuros Líderes das Américas – *Emerging Leaders in the Americas Program* (ELAP) – Universidade de Saskatchewan, Canadá

81 Clandinin e Connelly (1995, p.7) definem conhecimento prático pessoal como um corpo de convicções e significados, conscientes ou inconscientes, que surgem da experiência (íntima, social e tradicional) e que são expressas na prática de uma pessoa. Ele surge das circunstâncias, práticas e vivências que tiveram importância afetiva para a pessoa.

relacionamentos. A compreensão do conhecimento profissional como compreendendo uma paisagem exige uma noção de conhecimento profissional composta de uma grande variedade de componentes e influenciada por uma grande variedade de pessoas, lugares e coisas. (CLANDININ; CONNELLY, 1995, p. 4, tradução nossa)<sup>82</sup>.

É nessa paisagem que os professores, de acordo com os autores, enfrentam dilemas epistemológicos criados pelas diferenças entre os ambientes de dentro da sala de aula e de fora da sala de aula. Os ambientes escolares, apesar de serem em sua maioria um local em comum para professores e alunos, podem ter diferentes sentidos para quem ocupa tais espaços. A sala de aula, por exemplo, pode ser um local em que alunos e professores se sentem seguros, devido a sua familiaridade ou pelo estabelecimento de um grupo de confiança que possibilita aprendizagem, amizade e pertencimento, mas também podem ser locais de insegurança, não pertencimento, ansiedade, sofrimento, angústia e julgamentos.

Considerando a importância dos espaços escolares para a construção de conhecimentos de professores e estudantes, temos como objetivo, neste estudo, compreender narrativamente as experiências vividas por Nathan, um aluno do sexto ano, junto com a pesquisadora Amanda, uma das autoras, quando participaram de um espaço de conversação em inglês na escola pública estadual onde ele estudava, em Goiás, com um olhar voltado a entender como os espaços na escola podem se constituir como lugares seguros ou não

82 Original: A landscape metaphor is particularly well suited to our purpose. It allows us to talk about space, place and time. Furthermore, it has a sense of expansiveness and the possibility of being filled with diverse people, things, and events in different relationships. Understanding professional knowledge as comprising a landscape calls for a notion of professional knowledge as composed of a wide variety of components and influenced by a wide variety of people, places and things. Because we see the professional knowledge landscape as composed of relationships among people, places, and things, we see it as both an intellectual and a moral landscape.

seguros para professores e estudantes construir histórias de quem são e quem estão se tornando (*stories to live by*)<sup>83</sup>.

Pesquisadores narrativos costumam dividir as justificativas em três dimensões: justificativas pessoal, prática e social. Como justificativa pessoal, pesquisar espaços de conversação partiu de nossas próprias experiências vividas como aprendizes e professoras de inglês quando participamos ou criamos grupos de conversação antes e durante nossa formação. Devido a essas experiências que tivemos, nós nos perguntamos quais as trocas que acontecem em espaços de conversação e qual o papel que nós ocupamos nesses espaços. A justificativa prática está relacionada a nossas práticas de sala de aula, pois a experiência nos espaços de conversação podem ser novas maneiras de professores de inglês trabalharem com a heterogeneidade de conhecimentos entre os alunos e criarem grupos de trabalho em que há um maior espaço para estudantes utilizarem seus conhecimentos em inglês. Dessa maneira entendemos que entender as trocas que ocorreram com Nathan pode auxiliar a prática de professores de língua estrangeira que estejam em salas de aula.

Por último, este trabalho tem relevância social pois valoriza a formação de espaços de conhecimento na escola pública, que no Brasil é muitas vezes desvalorizada e desprestigiada. Essa pesquisa poderá ser também um início do contar destas experiências em espaços de conversação para que futuras pesquisas sobre espaços seguros na escola e no ensino de línguas sejam realizadas.

Para atingir nosso objetivo, seguiremos o caminho teórico-metodológico da pesquisa narrativa segundo Clandinin e Connelly (2015, p. 51), que entendem essa perspectiva como uma forma de compreender a experiência. É um tipo de colaboração entre pesquisador e participantes ao longo de um tempo, em um lugar ou série de lugares, e em inte-

83 Termo narrativo utilizado por Connelly e Clandinin (1999) para se referir à identidade dos professores.

ração com o *millieus* e das concepções de escrita acadêmica narrativa na pesquisa qualitativa segundo Ely *et al.* (1997), que consideram não haver apenas uma forma de conhecimento e sim várias. Dessa maneira, não existe um modo único de expressar esse conhecimento.

A pesquisa foi realizada entre agosto de 2019 e outubro de 2020, com o espaço de conversação tendo sido realizado no segundo semestre de 2019. Textos de campo da pesquisa consistiram de gravações em áudio dos encontros, notas de Amanda sobre os encontros e conversas de *WhatsApp*. Esses textos de campo foram utilizados para a construção de narrativas como textos de campos intermediários e essas por vez, fazem parte da composição sentidos durante as análises e transformações em textos de pesquisa.

Este texto está organizado da seguinte maneira: na introdução apresentamos o contexto de pesquisa, os termos narrativos histórias de quem são e quem estão se tornando, conhecimento prático pessoal e conhecimento prático profissional, o objetivo de pesquisa, as justificativas pessoal, prática e social da pesquisa. As seções seguintes são divididas em metodologia de pesquisa em que explicamos como o espaço de conversação aconteceu na escola, referencial teórico em que apresentamos a metáfora das histórias secretas, sagradas e de fachada e o conceito de lugar seguro, composição de sentidos em que realizamos a análise das experiências e narrativas e por fim, considerações finais de pesquisa.

## METODOLOGIA

O espaço de conversação analisado neste trabalho aconteceu como parte da pesquisa de mestrado de Amanda, que propôs a realização de um espaço de conversação na escola pública com alunos do ensino fundamental. Os encontros aconteceram no segundo se-



mestre de 2019, entre os meses de agosto e dezembro. O projeto, que foi formalizado na Universidade Federal de Goiás- Regional Catalão como uma atividade de extensão aconteceu em uma escola da cidade de Catalão-GO com alunos dos sexto e sétimo anos. As experiências relatadas aqui aconteceram durante os encontros com seis alunos do sexto ano do ensino fundamental na biblioteca durante as aulas de inglês. O propósito dos encontros era praticar a conversação em inglês de forma mais informal, ou seja, em formato de conversas que não eram previamente estruturadas. A média de idade dos participantes era de 13 anos e os encontros aconteciam uma vez por semana com duração de 40 a 45 minutos. O projeto acontecia durante as aulas de inglês com participantes indicados pela professora da classe.

A proposta do espaço de conversação era a prática do inglês que os estudantes sabiam. O formato do espaço de conversação era de uma conversa cujos tópicos emergiam naturalmente, com o propósito de pôr em prática o conhecimento de inglês de seu dia-a-dia. Nesse sentido, os temas que surgiam durante as conversas envolviam atividades comuns aos estudantes como jogos de videogames, esportes, bandas, disciplinas escolares entre outros.

A proficiência em língua inglesa na habilidade oral dos participantes do espaço de conversação contrastava com a compreensão de inglês que tinham. Enquanto a habilidade oral era baixa, sendo comum o uso do português e a utilização de vocabulários em inglês que conheciam, a compreensão do que estava sendo dito em inglês por Amanda e a resposta a perguntas feitas era grande. Amanda, como professora monitora do espaço falava parte em inglês e parte em português. As conversas aconteciam então, nos dois idiomas. A este contexto de pesquisa aplicamos os conceitos teóricos da pesquisa narrativa segundo Clandinin e Connelly (2015), os quais iremos esmiuçar a seguir.

## REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção apresentaremos os conceitos de experiência na pesquisa narrativa, a metáfora do espaço tridimensional, as histórias de quem somos e estamos nos tornando, a metáfora das histórias sagradas, secretas e de fachada e os conceitos de lugares seguros para professores e estudantes.

### A PESQUISA NARRATIVA, O ESPAÇO TRIDIMENSIONAL E AS HISTÓRIAS DE QUEM SOMOS E QUEM ESTAMOS NOS TORNANDO

A escolha da pesquisa narrativa acontece devido ao aspecto relacional que esta tem e o compromisso ontológico com os participantes e com a experiência vivida. Clandinin e Rosiek (2007), afirmam sobre o viver das *peças* que:

Os seres humanos têm vivido e contado histórias sobre esse viver durante muito tempo. E depois falamos sobre as histórias que contamos por quase tanto mais tempo. Estas histórias vividas e contadas e a conversa sobre as histórias são uma das formas de encher nosso mundo de significado e de nos alistarmos na ajuda mútua para construir vidas e comunidades.<sup>84</sup> (CLANDININ; ROSIEK, 2007, p. 2, tradução nossa).

Nesta metodologia de pesquisa, narrativas são tanto o fenômeno quanto o método de estudo. As pessoas vivem vidas historiadas. Falamos de nossas experiências através de narrativas, e investigamos a experiência pelo uso de narrativas.

84 Tradução nossa. *Human beings have lived out and told stories about that living for as long as we could talk. And then we have talked about the stories we tell for almost as long. These lived and told stories and the talk about the stories are one of the ways that we fill our world with meaning and enlist one another's assistance in building lives and communities.*

Pesquisadores narrativos utilizam a concepção de experiência segundo John Dewey (1938) que via o *continuum* experiencial formado por dois critérios: a interação e a continuidade situadas em um lugar. Esses critérios são mais tarde utilizados por Clandinin e Connelly para criarem a metáfora do espaço tridimensional cujos *axis* são as dimensões de temporalidade, socialidade e lugar. Essa metáfora é utilizada por pesquisadores narrativos para realizarem os movimentos retrospectivos, prospectivos, introspectivos e extrospectivos, situados em um lugar. Com essa movimentação figurativa, o pesquisador analisa a experiência levando em conta o antes, ou seja, as experiências vividas até aquele momento, o depois, ou seja, as experiências que decorreram dessas experiências passadas e presentes, o para dentro de si, ou seja a experiência em relação aos próprios sentimentos, conceitos, pré-conceitos e julgamentos, e para fora de si, em relação ao ambiente e as pessoas que o cercam. Esses movimentos acontecem em um local topográfico.

Pela perspectiva da pesquisa narrativa desse movimento contínuo de existir em relação aos outros, os autores chegam ao termo narrativo histórias de quem somos e estamos nos tornando para falar da identidade dos professores, que está sempre em formação. Pupilampu, Caine e Clandinin (2020) utilizam Greene (1995) para falar sobre como as histórias de quem somos e estamos nos tornando são “uma visão desdobrável da construção da identidade que mostra que cada um de nós está sempre em processo de construção”

## HISTÓRIAS SAGRADAS, SECRETAS E DE FACHADA

Clandinin e Connelly (1995) utilizam para discutir os espaços que professores ocupam em ambientes escolares a metáfora da paisagem do conhecimento profissional. Os autores fazem essa escolha pois entendem que os espaços que professores ocupam nas escolas não são compostos apenas de suas salas de aulas, mas sim das salas

de aulas e ou outros lugares comunais que professores habitam como secretarias, coordenações, diretorias entre outros. O uso da metáfora da paisagem busca englobar as dimensões de espaço, lugar e tempo para explicar o conhecimento profissional do professor nos ambiente escolares que abarcam não somente o tempo do professor dentro da sala de aula e sim em interação com as pessoas que compõe uma escola e seus diversos papéis dentro dela.

Os autores explicam que as experiências que os professores vivem dentro das escolas nem sempre são consideradas pelos próprios professores como positivas visto que nestes ambientes comunais diretrizes e práticas educacionais que nem sempre vão de acordo com suas crenças para educar são impostas em seu trabalho. Estando os professores em situações em que parte de sua prática ou comportamento é ditado pelas instituições, os vários ambientes que o professor ocupa na escola tomam diferentes significações de segurança e nesses diferentes ambientes, o professor vive diferentes histórias.

Clandinin e Connelly fazem uso dos termos histórias sagradas, secretas e de fachada para apresentar as diferentes paisagens que os professores habitam em suas práticas educacionais. Enquanto pesquisavam a paisagem do conhecimento profissional do professor (CLANDININ; CONNELLY, 1995), os autores argumentam que o professor se encontrava em dois lugares epistemologicamente e moralmente diferentes: o dentro da sala de aula e o fora da sala de aula. Eles apresentam o local fora da sala de aula como onde as teorias e as políticas educacionais são implementadas para alterar as práticas dos professores e dos alunos. Clandinin e Connelly (1996) descrevem esse fora da sala de aula como “[...] um lugar repleto de receitas impostas. É um lugar cheio de visões de outras pessoas sobre o que é certo para as crianças.<sup>85</sup>” (p. 2, tradução nossa). Esse lugar apresenta

<sup>85</sup> Original: *a place littered with imposed prescriptions. It is a place filled with other people's visions of what is right for children.*



a imposição “através de várias estratégias de implementação, resultados de pesquisa, declarações normativas, planos, esquemas de melhoria etc.<sup>86</sup>” (p. 2, tradução nossa) de práticas educacionais que não condizem com o seu conhecimento prático de sala de aula. A esses locais, os autores conferem a qualidade de história sagrada, na qual o conhecimento prático do professor não é o fio condutor de sua postura, mas sim as teorias e as políticas educacionais. Esse lugar, fora da sala de aula, muitas vezes não se constitui como lugar seguro para os professores pois não é condizente com seus conhecimentos e prática.

De acordo com os autores, o lugar seguro para o professor, muitas das vezes, é dentro da sala de aula, onde ele se sente à vontade para realizar sua prática de ensino livre do escrutínio administrativo e das imposições que o cercam porta afora. Ali, o professor vive uma história secreta, na qual se sente livre para realizar sua prática de ensino pensando na relação entre em seus alunos e si mesmo.

Como as histórias sagradas e as histórias secretas são muitas vezes, se contradizem, surge a necessidade das histórias de fachada. As histórias de fachada são aquelas vividas pelos professores enquanto buscam “se encaixar no Sistema educacional, isto é, quando precisam se adequar às histórias dominantes das instituições” (BENGEZEN, 2017, p. 79).

## LUGARES SEGUROS PARA PROFESSORES

A paisagem do conhecimento profissional dentro da sala de aula pode ser vista mais claramente quando contrastada com a paisagem do conhecimento profissional fora da sala de aula. (CLANDININ; CONNELLY, 1995, p. 12). Um das maneiras que os autores bus-

<sup>86</sup> Original: *using various implementation strategies, push research findings, policy statements, plans, improvement schemes, and so on.*

cam apresentar a diferença entre esses espaços é a comunalidade das portas fechadas nas escolas. É comum um professor estranhar políticas de portas sempre abertas em escolas, pois faz parte de um senso comum em instituições de ensino que a sala de aula é local de domínio do professor, onde este tem autonomia sobre suas turmas e salas. A privacidade destes locais ajuda na constituição de salas de aulas como lugares seguros para professores, livre de escrutínio e julgamento. Nesses espaços os professores se sentem livres para viver suas histórias de prática pessoal. São espaços que podem se tornar o local no qual histórias secretas se desvelam, histórias que não seriam admitidas em salas de conferências ou de coordenação. São histórias divididas, talvez, com outros colegas que também vivem suas histórias secretas nas salas de aulas que ocupam.

Esse lugar na paisagem do conhecimento prático profissional possibilita que o professor viva sua história de ensino, e se sinta seguro. Em contraste a esse lugar seguro, o espaço fora da sala de aula, nas salas dos professores, coordenações e diretorias constituem lugares em que os professores podem não se sentir tão seguros, lugares em que a história que acontece ali é a da instituição, a história sagrada.

## LUGARES SECRETOS PARA ESTUDANTES

Murphy (2004) e Bengezen (2017), em suas pesquisas, trabalham com estudantes do ensino fundamental e buscam entender suas experiências nas escolas. Quando discutindo os lugares seguros nestas instituições, ambos sugerem que pode haver uma inversão das histórias das salas de aulas para os participantes de suas pesquisas. Murphy (2004), ao pesquisar o conhecimento das crianças e Bengezen (2017), ao pesquisar as histórias de autoria na escola apresentam a sala de aula como o local onde crianças podem viver histórias sagradas e de fachada, nas quais o que era considerado de valor era a memorização de conteúdo, a disciplina, o silêncio.

Ao contrário da experiência de Clandinin e Connelly ao pesquisar as salas de aulas em relação aos professores, Murphy e Bengezen sugerem que é fora da sala de aula que as crianças vivem histórias de autoria, de quem são e quem estão se tornando e que se sentem à vontade para falar e discutir seu conhecimento pessoal, familiar e geracional. São nos ambientes fora da sala de aula em que as crianças parecem sentir maior liberdade para viver as histórias de quem são e estão se tornando. As salas de aula, para os participantes dessas pesquisas, eram locais em que rótulos e julgamentos já haviam se concretizado e por isso, se constituem como lugares não-seguros. Em contrapartida, no estudo de Murphy, o pátio da escola e os encontros com o pesquisador se tornam lugares em que os estudantes podem viver suas histórias de quem estão se tornando. Da mesma maneira, Bengezen relata a história de Everton vivendo suas histórias secretas e sendo livre para ser quem é nas aulas de inglês que acontecem no laboratório de informática, fora da sala de aula, onde quem ele é quem está se tornando é definido por rótulos atribuídos a ele por terceiros, neste caso, outros professores e colegas de classe.

## COMPOSIÇÃO DE SENTIDOS

Nesta seção apresentaremos a história vivida por Amanda em um encontro na biblioteca com Nathan e durante trocas por mensagens de *WhatsApp* e faremos a composição de sentidos dessas experiências.

### A HISTÓRIA DE AMANDA COM NATHAN NA BIBLIOTECA

Dentre os seis participantes do sexto ano, um com quem Amanda desenvolveu uma relação mais próxima durante os encontros foi Nathan<sup>87</sup>. Nathan tinha 13 anos e já estudava naquela escola há três anos.

87 Pseudônimo para preservar a identidade do participante

A história a seguir é escrita sobre a experiência de Amanda em um dos encontros no espaço de conversação na biblioteca com Nathan.

A conexão que a astronomia criou

Estamos sentados na biblioteca, em uma mesa redonda, na qual podemos ver uns aos outros. Nathan se sentou ao meu lado. Quando pergunto como foi a semana a todos e se aprenderam algo novo, Nathan me diz:

-Essa semana eu aprendi sobre os planetas e sobre a lua.

-Foi mesmo? O que você aprendeu sobre elas? - eu pergunto.

Nathan me conta então sobre as várias luas que orbitam Júpiter e Saturno. Me fala sobre os planetas mais próximos do sol serem feitos de pedra e metal e os mais distantes de gases.

Eu lhe pergunto sobre a diferença entre os planetas e as luas. Se podia me explicar por que um era uma lua e o outro era um planeta se tinham praticamente as mesmas composições. Ele me responde que é por conta do corpo que orbitam. "Luas rodeiam planetas. Planetas rodeiam o Sol". Imagino que ele tenha feito essas pesquisas para a escola e pergunto para qual disciplina era. Ele me diz que não era para a escola. Me diz que viu na internet pois estava curioso.

- A gente não aprende coisa legal na escola - ele diz antes de parar para ouvir um colega que começa a falar sobre sua semana.

Mais tarde eu pergunto a ele se ele vai poder usar os novos conhecimentos de astronomia na escola e Nathan me diz que não.

- Só nos próximos anos.

(Narrativa escrita por Amanda, out/2019)

Naquele dia na biblioteca, algo que Nathan falou ficou registrado na mente de Amanda. Que ele só poderia usar o que ele havia estudado por conta própria nos anos seguintes na escola. Buscando entender melhor o que ele quis dizer com isso, Amanda conversou com



Nathan fazendo uso do aplicativo *WhatsApp*. Essa conversa aconteceu pelo meio digital pois não havia a possibilidade de proximidade devido à pandemia de COVID-19 que ocorreu em 2020.

Amanda perguntou para Nathan se ele aprendia e estudava coisas que gostava. Ele respondeu que não, que somente no nono ano ele teria as matérias que gostava na escola. Questionado sobre quais matérias eram essas, ele respondeu que eram sociologia, química e física. Amanda perguntou se Nathan se sentia seguro de dividir com ela no espaço de conversação seus interesses pessoais, como astronomia, jogos, séries entre outros e Nathan disse que sim. Que naquele espaço ele se sentia livre para falar sobre qualquer assunto que lhe interessasse e que por isso a prática de inglês era “mais eficiente”. Quando ele esclareceu o que quis dizer com “mais eficiente”, ele disse que na sala de aula ela não conseguia falar inglês como ele falava no espaço de conversação, sobre os tópicos que lhe chamavam a atenção. No espaço de conversação, era possível que ele fosse ouvido e que sentia que aprender inglês era mais prático. Falar inglês junto com os assuntos que lhe interessavam era mais eficiente. Perguntei então sobre a possibilidade de ele praticar mais inglês na sala de aula e ele me disse que não achava que isso seria possível pois na sala tinha muita gente, que não dava tempo para a professora prestar atenção em todos.

### **RECONTANDO A HISTÓRIA DE AMANDA COM NATHAN NA BIBLIOTECA**

Quando pensamos nas respostas de Nathan sobre sua experiência na sala de aula e em suas experiências no espaço de conversação, pudemos ver que havia para ele uma diferença de expectativas da prática de inglês entre os ambientes que ocupava. Nathan não esperava que pudesse praticar inglês na sala de aula pelo número grande de alunos e pela restrição do tema a ser discutido. Quando Nathan

se movia para o espaço de conversação, ele se sentia mais livre para falar sobre assuntos que eram de seu interesse e sentia que teria mais espaço para falar em inglês e ser ouvido.

Quando questionado sobre como se sentia dentro do espaço de conversação, Nathan se dizia confortável naquele lugar pois considerava que podia falar inglês com os colegas e com Amanda e que obteria respostas. Ali podia discutir os temas que eram mais presentes em sua vida pessoal e que naquele espaço não sentia expectativas a respeito de quem ele deveria ser. Amanda perguntou a ele se ele sentia que deveria ser alguém específico dentro da sala de aula e ele disse que na sala de aula, ele achava que era visto de forma diferente da qual ele se via. A visão que ele tinha de si mesmo e a visão que achava que as outras pessoas tinham dele eram diferentes. Quando pensava nas opiniões que achava que os colegas e a professora tinham dele, ele achava que o descreveriam como uma pessoa “meio antissocial, teimosa e que não fazia as tarefas”. Quando perguntado sobre quem ele era, como ele se via, ele disse que era muito apegado aos amigos próximos, que era inteligente, mas não produtivo dentro de sala de aula. Amanda perguntou se ele se sentia produtivo quando estava no espaço de conversação e ele disse que sim. No espaço de conversação ele se engajava nas conversas e na prática de inglês e recebia de volta um engajamento dos colegas e de Amanda. Na sala de aula, esse retorno nem sempre acontecia.

No espaço de conversação o papel ocupado por Amanda era o de professora-monitora. Ali, ela deveria estar preparada para ajudar os participantes e a conversarem utilizando o idioma inglês e facilitar as trocas de conhecimentos. Um dos pontos que Amanda queria que acontecesse no espaço de conversação era que este tivesse uma estrutura mais relaxada, de conversa informal, pois o propósito era de não ser uma aula de inglês. Apesar da intenção ser essa, o fato de o espaço de conversação ser realizado durante o horário de aula de inglês causava em Amanda uma ansiedade em relação ao aprendizado de inglês dos participantes.

O sentimento de que o inglês era pouco praticado em comparação a ao que Amanda considerava ser o necessário para “validar” o espaço de conversação fazia com que o espaço de conversação se tornasse um espaço de insegurança para Amanda. Ali ela não se sentia conhecedora de práticas de conversação em inglês e sentia falta do ambiente de sala de aula, justamente pelos sentimentos de pertencimentos que aquele local lhe conferia quando ela se posicionava como professora de inglês. No espaço de conversação, não havia a confiança, por parte de Amanda, de ser a professora-monitora do espaço de conversação e por isso o sentimento de estar perdendo o controle acontecia. O espaço de conversação se constituía para Amanda, um lugar não-seguro, criado não pelas diretrizes escolares e pelo movimento de entrar e sair da sala de aula, mas sim pelas suas expectativas do que era esperado dela e a sensação de incapacidade de alcançar expectativas.

Refletindo sobre as experiências relatadas por Nathan e por Amanda, nos perguntamos como o contraste entre as histórias vividas no espaço de conversação afetaram a aprendizagem e o ensino de inglês no espaço de conversação. O quanto que o sentimento de inaptidão de Amanda como monitora no espaço de conversação afetou a sua visão sobre sua prática de ensino de línguas e como o sentimento de engajamento por parte pessoal e dos outros participantes do espaço de conversação contribuíram para tornar aquele espaço um lugar em que Nathan se sentia seguro para viver suas histórias de aprendizado. Ao mesmo tempo que para Amanda o espaço de conversação assumia um papel de ambiente em que ela não se sentia confiante em seu conhecimento profissional e que causava ansiedade e sentimento de não pertencimento, o espaço de conversação constituiu para Nathan um local livre de rótulos que ele identificava serem atribuídos a ele em sala de aula. Livre destes rótulos, Nathan pode viver no espaço de conversação histórias de desenvolvimento de sua habilidade oral em língua inglesa e de interação com os colegas participantes do grupo de conversação.

Para a construção de sentidos das experiências Amanda fez uso do GPNEP<sup>88</sup> como comunidade responsiva na qual suas narrativas foram discutidas e tensões e fios narrativos emergiram. Uma das reflexões que Amanda fez com a ajuda daquela comunidade responsiva foi que a concepção de espaço de conversação que tinha como a “certa” era a de um espaço em que só se falasse inglês e mais nada na língua materna. Na concepção binária de certo ou errado que carregava, um espaço de conversação em inglês só seria real e útil se todas as trocas ocorridas nele acontecessem em inglês.

Depois de muita reflexão, Amanda começou a entender que os espaços de conversação podem ter outras configurações além da que ela considerava certa. Algo que muito perturbava Amanda durante os encontros na escola era a quantidade de tempo que os alunos falavam *da* aula de inglês ao invés de falar sobre outros assuntos. Surgiu então para discussão na comunidade responsiva do GPNEP a possibilidade de que os estudantes que participavam do espaço de conversação precisavam daquele espaço para dividir suas ansiedades, aflições e medos em relação à língua inglesa. O fato dos participantes e de Nathan considerarem os encontros na biblioteca lugares para discutirem seus interesses e suas inseguranças em relação a aprendizagem de língua foi o que favoreceu o espaço de conversação a se tornar um lugar seguro. O que causava ansiedade a Amanda durante os encontros era justamente o que fazia com que o espaço de conversação tomasse características de lugar seguro para os participantes.

## CONCLUSÃO

O espaço de conversação realizado na escola pública em Catalão foi um lugar em trocas aconteceram entre a pesquisadora Amanda

88 Grupo de Pesquisa Narrativa e Educação de Professores



e os participantes do espaço. Os aspectos do espaço de conversação que em Amanda geravam ansiedade eram os mesmos que caracterizavam o espaço como um lugar seguro para Nathan. Podemos entender então que espaços nas escolas detêm significados diferentes para as pessoas que estão inseridas neles. A rotulação e a ansiedade em relação a expectativas reais ou imaginárias são forças que atuam na construção de um lugar seguro na escola. Sugerimos com este trabalho que mais pesquisas sejam realizadas para entender como espaços nas escolas, não só as salas de aulas, mas também bibliotecas, clubes, pátios e outros podem contribuir para a formação de lugares seguros e não-seguros para membros das comunidades escolares.

## REFERÊNCIAS

- BENGEZEN, V. C. As histórias de autoria que vivemos nas aulas de Inglês do sexto ano na escola pública. 2017. 208 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) -Instituto de Letras e Linguística, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.
- CLANDININ, D. J. *Narrative Inquiry: A Methodology for Studying Lived Experience*. Research Studies in Music Education, 27(1), 2006 44–54.
- CLANDININ, D. J.; CONNELLY, F. M. *Pesquisa Narrativa: experiência e história em pesquisa qualitativa* 2. ed. Uberlândia: EDUFU, 2015.
- CLANDININ, D. J.; CONNELLY, F. M. *Teachers' professional knowledge landscapes*. New York: Teachers College Press, 1995.
- CLANDININ, D. J.; CONNELLY, F. M. *Teachers' professional knowledge landscapes: Teacher stories—stories of teachers—school stories—stories of schools*. v. 25, n. 3 Educational researcher, 1996, p. 24-30.
- CLANDININ, D. J.; ROSIEK, J. *Mapping a landscape of narrative inquiry*. Handbook of narrative inquiry: Mapping a methodology, 2007 p. 35-75.
- DEWEY, J. Experience and Education. New York: Macmillan, 1938.
- ELY, M. *et al. On writing qualitative research: Living by words*. Psychology Press, 1997.

GREENE, M. *Releasing the imagination: Essays on education, the arts, and social change*. San Francisco, Jossey-Bass, 1995.

MURPHY, M. S. *Understanding children's knowledge: A narrative inquiry into school experiences*. Dissertação não publicada (doutorado), University of Alberta, Edmonton, Alberta, 2004.

PUPLAMPU, G. L.; CAINE, V.; CLANDININ, J. D. *Sustaining hope: A narrative inquiry into the experiences of hope for nurses who work alongside people living with HIV in Ghana*. V. 7, n. 3, *Nursing Open*, 2020, p. 879-886.

# 14

Cristiane Fuzer

Maria Cecília de Castro da Silva

## **ANÁLISE SISTÊMICO- FUNCIONAL DE RELATOS, EPISÓDIOS E EXEMPLOS COM FOCO NA TRANSITIVIDADE E AVALIATIVIDADE**

DOI: 10.31560/pimentacultural/2021.936.328-353

## INTRODUÇÃO<sup>89</sup>

Antes de apresentarmos o propósito deste estudo, é necessário esclarecermos a distinção funcional entre “histórias” e “estórias” que adotamos, assim como ocorre em outros estudos fundamentados na abordagem teórica de gênero de texto de base sistêmico-funcional (GERHARDT e FUZER, 2020; SILVA BARBOZA, 2018; ROSE, 2008; ROSE e MARTIN, 2012). Neste trabalho, usamos a palavra “estória” (*stories*) para nos referirmos a textos que têm por propósito compartilhar experiências reais ou imaginárias com a finalidade de entretenimento (sem compromisso com fatos em sua totalidade). Já o termo história (*history*) usamos para nos referirmos a textos que têm por propósito documentar eventos socialmente relevantes (compromisso com fatos).

Nosso foco, neste texto, concentra-se nas estórias, as quais, de acordo com Martin e Rose (2008, p. 49), “são gêneros centrais em todas as culturas, de alguma forma em quase toda situação imaginável ou etapa da vida”<sup>90</sup>. De fato, estórias são compartilhadas em todas as civilizações, desde as primeiras interações humanas. Cuidadores contam estórias para crianças desde muito cedo. As primeiras leituras e produções textuais por indivíduos em processo de letramento na escola são de gêneros da família das estórias (ROSE e MARTIN, 2012; CHRISTIE e DEREWIANKA, 2008; MARTIN e PLUM, 1997). “Na pré-escola os professores regularmente leem estórias para os jovens aprendizes, e quando esses jovens dão seus primeiros passos na escrita, eles frequentemente são incentivados a escrever estórias”<sup>91</sup> (CHRISTIE e DEREWIANKA, 2008, p.31).

89 Trabalho resultante de pesquisa vinculada ao projeto guarda-chuva “Leitura e escrita em língua portuguesa na perspectiva sistêmico-funcional” (registro GAP/CAL 037375) da primeira autora, com apoio PIBIC-CNPq.

90 As traduções realizadas neste trabalho são de responsabilidade das suas autoras. No original: “Stories are central genres in all cultures, in some form in almost every imaginable situation and stage of life”.

91 No original. “at the pre-school teachers regularly read stories to young learners, and when they take their first steps in writing they are often invited to write ‘stories’”.



No Brasil, estudos têm evidenciado o uso de estórias no ensino de conteúdos de diferentes disciplinas, principalmente em livros didáticos, ao longo do ensino fundamental e médio (GERHARDT e FUZER, 2020; SILVA BARBOZA, 2018; SOARES, 2018; BADER KHUN e FUZER, 2017; GERHARDT, 2017; SILVA, 2016; ANDRADE, 2012). Mesmo adultos se sentem envolvidos quando ouvem ou leem estórias, que são, muitas vezes, usadas associadas a outros gêneros, como estratégia em textos informativos ou argumentativos, constituindo macrogêneros (FUZER, 2018; FUZER, 2016; FARENCENA, 2015; COOPER, 2012).

As estórias têm o propósito geral de envolver ou entreter ouvintes e leitores e, por esse enfoque, apresentam funcionalidades linguísticas em comum, razão pela qual podem ser agrupadas, numa perspectiva topológica, no que Martin e Rose (2008) chamam de famílias. Por outro lado, é possível distingui-las por propósitos mais específicos, que refletem etapas e características linguísticas que lhes são peculiares, configurando, numa perspectiva tipológica, gêneros distintos.

As estórias se caracterizam pela variedade de campos semânticos avaliativos e significativa frequência de orações materiais e relacionais em língua inglesa (MARTIN e ROSE, 2008). Essas características foram constatadas também em textos na língua portuguesa, em estudos sobre narrativas instanciadas em contos de fada (FUZER e WEBER, 2018; FUZER, GEHRARDT e WEBER, 2016); sobre narrativas, episódios, relatos e *exempla* encontrados em contos e crônicas (SOARES, 2018) e em textos diversos presentes em livros didáticos de Língua Portuguesa (FUZER e GERHARDT, 2018; GERHARDT, 2017), além de relatos instanciados em fábulas (KHUN e FUZER, 2017) e observações em microcrônicas visuais (GEHRKE, 2015).

No presente estudo, são focalizados os gêneros relato, episódio e *exemplum*, que, embora bastante praticados em nosso contexto social, ainda são referidos como narrativa, especialmente em contexto escolar. Conforme Halliday (1989, *apud* Martin, 2013), “a escola exige

que você traga de volta a língua à consciência [...], porque você precisa fazer isso para aprender a ler e escrever. Tornar-se letrado significa refletir conscientemente sobre sua língua"<sup>92</sup>.

A partir dessa ideia, o que deve ser levado à consciência, na medida do possível, conforme Rose (2018, p. 7), são

os padrões de registro instanciados em textos do currículo, para que professores possam chamar a atenção dos alunos para esses padrões e discutir o seu significado. Conhecimentos linguísticos úteis para reconhecê-los incluem as estruturas gramaticais e discursivas nas quais eles são instanciados.

A fim de fornecer subsídios para esse trabalho de consciência linguística no processo de leitura e análise de textos, o objetivo do presente estudo é sistematizar, por meio de análise linguística, aspectos léxico-gramaticais e semântico-discursivos de textos que têm potencial para instanciar gêneros da família das histórias, destacando o que os aproximam na família e o que os caracterizam como gêneros distintos na perspectiva da Linguística Sistêmico-Funcional. Para tanto, foram selecionados textos representativos da família das histórias a partir da análise de realizações do sistema de transitividade, com base em Halliday e Matthiessen (2014), e ocorrências do subsistema atitude do sistema de Avaliatividade, com base em Martin e White (2005).

Além desta introdução, este texto apresenta seções que orientam a leitura e o caminho percorrido na pesquisa até os resultados. A primeira seção contém o referencial teórico sobre a abordagem sistêmico-funcional de gênero, além de categorias da Gramática Sistêmico-Funcional utilizadas na análise do *corpus*, selecionado conforme procedimentos metodológicos apresentados na seção subsequente. Em seguida, são apresentados os resultados das análises com uma discussão de semelhanças na terceira seção e diferenças entre as instanciações dos gêneros em estudo na quarta seção. Por fim, apresentamos algumas considerações finais acerca do estudo desenvolvido.

92 Agradecemos à Profa. Karen Santorum a indicação dessa referência.

## GÊNERO DO TEXTO NA PERSPECTIVA SISTÊMICO-FUNCIONAL

Na Linguística Sistêmico-Funcional, gênero de texto é concebido como um “processo social organizado por etapas e orientado para propósitos específicos”<sup>93</sup> (MARTIN e ROSE, 2008, p.8). Essa abordagem de gênero deriva de princípios da teoria sistêmico-funcional desenvolvida por Halliday (2004), pois “opera a partir da premissa de que a estrutura linguística está integralmente relacionada com a função social e o contexto” (BAWARSHI e REIFF, 2013, p.47). Nessa perspectiva, cada gênero realiza um propósito específico e integra uma família de gêneros, por compartilharem um propósito geral e características recorrentes.

Os gêneros da família das estórias, por exemplo, oportunizam a articulação de valores, ideologias e avaliações nos textos produzidos pelas crianças em contexto escolar. Todos os gêneros dessa família costumam apresentar uma etapa Orientação, uma sequência temporal de eventos e algum fechamento (MARTIN e ROSE, 2008; CHRISTE e DEREWIANKA, 2008). No entanto, também existem diferenças entre eles. De acordo com Martin e Rose (2008, 2012), os gêneros das estórias se distinguem por outras etapas. As narrativas, por exemplo, são reconhecidas pela presença das etapas Complicação e Resolução, além das facultativas Avaliação e Coda; os *exempla* são caracterizados pelas etapas Incidente e Interpretação; os relatos apresentam a etapa Registro de Eventos e podem ter Reorientação; os episódios trazem um Evento Marcante e uma Reação; e as Observações organizam-se em torno de um Evento e um Comentário. O Quadro 1 resume o propósito e as etapas típicas de cada um desses gêneros conforme descritos pelos pesquisadores australianos.

93 No original: “staged, goal oriented social processes.”

Quadro 1 – Propósito e etapas dos gêneros da família das estórias.

FAMÍLIA	Gêneros	Propósitos	Etapas
Estórias	Relato	Relatar um evento	Orientação Registro de eventos (Reorientação)
	Narrativa	Resolver uma complicação	Orientação, Complicação, Resolução, (Avaliação), (Coda)
	<i>Exemplum</i>	Julgamento de personagens ou comportamentos	Orientação Incidente Interpretação
	Episódio	Compartilhar uma reação emocional	Orientação Evento Marcante Reação
	Observação	Apreciar o efeito dos eventos no narrador.	Orientação Evento Comentário

Fonte: adaptado de MARTIN e ROSE, 2008.

Partindo do princípio de que “o sistema de uma língua é instanciado na forma de texto”<sup>94</sup> (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2004, p.26) e de que gênero é um estrato do sistema linguístico (MARTIN, 1992; MARTIN e ROSE, 2007), pode-se dizer que os textos instanciam gêneros (FUZER, 2018). Segundo Halliday e Matthiessen (2004, p.23), textos “são o produto de uma seleção em curso em uma larga rede de sistemas”<sup>95</sup>.

Dentre os sistemas que constituem a linguagem, são focalizados o sistema de transitividade no estrato da léxico-gramática (HALLIDAY, 1978, 1985, 1994; HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2004, 2014) e o subsistema Atitude do sistema de avaliatividade no estrato da semântica do discurso (MARTIN e ROSE, 2005).

94 No original: “The system of a language is ‘instantiated’ in the form of text”.

95 No original: “the product of ongoing selection in a very large network of systems”.



A transitividade, na Gramática Sistêmico-Funcional, refere-se à relação dos processos com participantes e eventuais circunstâncias, componentes experienciais da oração. Cada experiência é representada por tipos de processos: materiais, mentais, relacionais, verbais, comportamentais e existenciais. Halliday e Matthiessen (2014), tomando por base estudos de Hasan (1984/1996) sobre significados nos estratos da semântica e da léxico-gramática em etapas de gênero, destacam que, em histórias, “a linha do evento principal é construída predominantemente por orações materiais”<sup>96</sup>, seguidas por orações relacionais e existenciais (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 217).

O sistema de transitividade, no estrato da léxico-gramática, contribui para a realização, no estrato da semântica do discurso, do sistema de Avaliatividade, proposto por Martin e White (2005) como um constructo teórico para a análise da avaliação em textos dos mais diversos contextos. Na prática, a Avaliatividade é considerada “um conjunto de técnicas para analisar, de forma sistemática, como a avaliação e a perspectiva operam em textos completos e em grupos de textos de qualquer registro” (WHITE, 2004, p.177). Partindo da premissa apresentada por Martin e Rose (2008) de que o subsistema Atitude é o mais significativo para distinguir os gêneros da família das histórias, focalizamos, aqui, os campos semânticos desse subsistema: Afeto, Julgamento e Apreciação (MARTIN e WHITE, 2005).

## PERCURSO METODOLÓGICO

A coleta do *corpus* desta pesquisa seguiu os seguintes critérios: a) textos que apresentassem o propósito sociocomunicativo de envolver ou entreter leitores (propósito geral da família das histórias, conforme MARTIN e ROSE, 2008); b) textos de curta extensão, já que um dos

96 No original: “the main event line is construed predominantly by ‘material’ clauses”.

desdobramentos desta pesquisa é fornecer subsídios para o ensino de leitura e escrita com base em gêneros no ensino fundamental; c) textos direcionados ao público infantojuvenil.

Inicialmente, buscou-se compor um banco de textos representativos de gêneros da família das histórias oriundos apenas de livros didáticos para o ensino fundamental, tendo em vista sua circulação em contexto escolar, de plataformas de domínio público, em função do livre acesso na internet, além de livros em circulação destinados ao público infantojuvenil que podem ser usados em aulas de língua portuguesa como recurso para seleção e análise de textos.

Após a análise dos sistemas de transitividade e Avaliatividade ter evidenciado o propósito específico do gênero, o *corpus* da pesquisa ficou constituído de 29 textos. Desse total, verificou-se que 9 instanciam o gênero relato (R), 11 o episódio (E) e 9 o *exemplum* (X). O Quadro 2 mostra os títulos dos textos que compõem o *corpus* (referenciados pela letra que identifica o gênero e um número sequencial) e as fontes em que se encontram publicados.

**Quadro 2 – Textos que compõem o corpus para análise.**

Cód.	Título do Texto	FONTE
R1	Conversando com o mal	COELHO, Paulo; SOUSA, Mauricio. <i>O Gênio e as Rosas e Outros Contos</i> . São Paulo: Globo, 2004. p. 30-31.
R2	O preço da beleza	COELHO, Paulo; SOUSA, Mauricio. <i>O Gênio e as Rosas e Outros Contos</i> . São Paulo: Globo, 2004. p. 40-41.
R3	Vendemos apenas as sementes	COELHO, Paulo; SOUSA, Mauricio. <i>O Gênio e as Rosas e Outros Contos</i> . São Paulo: Globo, 2004. p. 14-15.
R4	O significado das bananas	COELHO, Paulo; SOUSA, Mauricio. <i>O Gênio e as Rosas e Outros Contos</i> . São Paulo: Globo, 2004. p. 24-25.
R5	O gambá e os tucunarés	FUNAI. <i>100 Kixti (estórias) TuKano</i> . Brasília, 1983. p.84.
R6	O gambá e a onça macho	FUNAI. <i>100 Kixti (estórias) TuKano</i> . Brasília, 1983. p.83.

R7	Verbos	Disponível em: <a href="http://criancas.uol.com.br/piadas/piadas_aula.jhtm">http://criancas.uol.com.br/piadas/piadas_aula.jhtm</a> . Acesso em: 12 de jan 2010. <i>In: CEREJA; MAGALHÃES. Português - Linguagens. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 92.</i>
R8	Primavera em Paris	Disponível em: <a href="http://www.portaldapropaganda.com/marketing/meu_conceito/2004/07/0001">http://www.portaldapropaganda.com/marketing/meu_conceito/2004/07/0001</a> . Acesso em: 14 maio 2007. <i>In: ABAURRE; ABAURRE; PONTARA. Português: Contexto, interlocução e sentido. São Paulo: Moderna, 2008. p. 467.</i>
R9	A voz do elefante	COELHO, Paulo; SOUSA, Mauricio. <i>O Gênio e as Rosas e Outros Contos</i> . São Paulo: Globo, 2004. p. 18-19.
X1	Por que o morcego só voa de noite	BARBOSA, R. A. Histórias africanas para contar e recontar. São Paulo: Ed. Do Brasil, 2001, p. 9-12. <i>In: BORGATO, A. T.; BERTIN, T.; MARCHEZI, V. Projeto Teláris: Português. São Paulo: Ática, 2012. p. 34</i>
X2	A lâmpada queimada	COELHO, Paulo; SOUSA, Mauricio. <i>O Gênio e as Rosas e Outros Contos</i> . São Paulo: Globo, 2004. p. 60-61
X3	O corocoró e as minhocas	FUNAI. <i>100 Kixti (estórias) TuKano</i> . Brasília, 1983. p.43.
X4	O urubu e o demiurgo	FUNAI. <i>100 Kixti (estórias) TuKano</i> . Brasília, 1983. p.67.
X5	O urso e a raposa	<i>Fábulas de Esopo</i> . Compilação de Russel Ash e Bernard Higton. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 1994. p. 57. <i>In: CEREJA; MAGALHÃES. Português - Linguagens. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 105</i>
X6	O cachorro e seu reflexo	COELHO, Paulo; SOUSA, Mauricio. <i>O Gênio e as Rosas e Outros Contos</i> . São Paulo: Globo, 2004. p. 32-33.
X7	O sapo e o escorpião	Heloísa Prieto. <i>O livro dos medos</i> . São Paulo: Companhia das Letrinhas, 1998. p. 25. <i>In: CEREJA; MAGALHÃES. Português - Linguagens. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 193</i>
X8	Os dois amiguinhos	<i>Fábulas de Esopo</i> . Compilação de Russell Ash e Bernard Higton. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 1994. p. 44. <i>In: CEREJA; MAGALHÃES. Português - Linguagens. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 17.</i>
X9	O lobo e a ovelha	CHAND, N. <i>O Lobo e a Ovelha</i> . Tradução de Rita Lisboa. Belo Horizonte: Cedic International, 2013. 16 p.

E1	20 de outubro de 1944	Janaina Bauman. <i>Inverno na manhã – Uma jovem no Gueto de Varsóvia</i> . Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. p. 2005-6. In: CEREJA; MAGALHÃES. <i>Português - Linguagens</i> . São Paulo: Saraiva, 2012. p. 172.
E2	O rapaz e a mucura-gente	FUNAI. <i>100 Kixti (estórias) TuKano</i> . Brasília, 1983. p.86.
E3	Sou eu mesmo	CAPPARELLI, Sérgio. 111 poemas para crianças. Porto Alegre: L&PM, 2003. p. 75. In: CEREJA; MAGALHÃES. <i>Português - Linguagens</i> . São Paulo: Saraiva, 2012. p. 137
E4	Saudosa maloca	RUBINATO, João (Adoniran Barbosa). Saudosa Maloca. 1955 by Irmãos Vitale S.A. Indústria e Comércio. In: CEREJA; MAGALHÃES. <i>Português - Linguagens</i> . São Paulo: Saraiva, 2012. p. 43
E5	O corocoró e a arara	FUNAI. <i>100 Kixti (estórias) TuKano</i> . Brasília, 1983. p.42.
E6	Interrogatório	TORELLY, Aparício (Barão de Itararé). <i>Almanaque para 1949</i> : primeiro semestre. São Paulo: Universidade de São Paulo/ Imprensa Oficial do Estado, 2003. p. 160. In: ABAURRE; ABAURRE; PONTARA. <i>Português: Contexto, interlocução e sentido</i> . São Paulo: Moderna, 2008. p. 224.
E7	O presente invisível	COELHO, Paulo; SOUSA, Mauricio. <i>O Gênio e as Rosas e Outros Contos</i> . São Paulo: Globo, 2004. p. 62-63.
E8	A anta e as formigas	FUNAI. <i>100 Kixti (estórias) TuKano</i> . Brasília, 1983. p.69.
E9	A gratidão da aranha grande	FUNAI. <i>100 Kixti (estórias) TuKano</i> . Brasília, 1983. p.89.
E10	O martim-pescador pequenininho e o tucunaré	FUNAI. <i>100 Kixti (estórias) TuKano</i> . Brasília, 1983. p.52.
E11	O morcego e o sol	FUNAI. <i>100 Kixti (estórias) TuKano</i> . Brasília, 1983. p.60.

Fonte: elaborado pelas autoras.

Para a análise do *corpus*, foram adotados os procedimentos descritos a seguir.

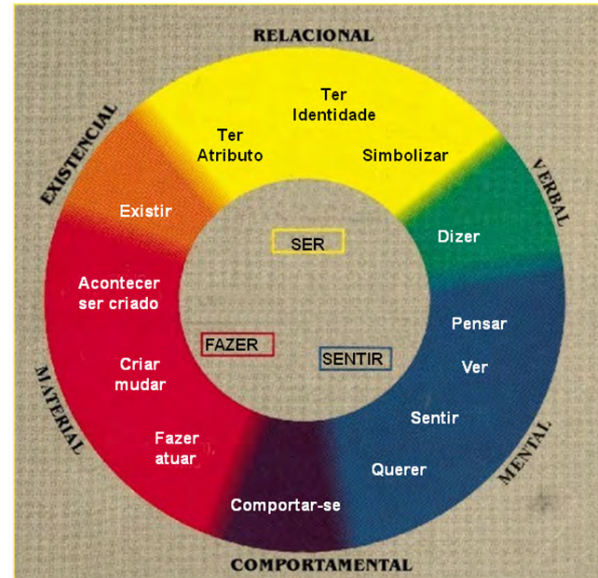
O primeiro procedimento foi a leitura inicial dos textos coletados para identificação do propósito sociocomunicativo e levanta-



mento de hipóteses sobre qual gênero da família das estórias estaria sendo instanciado em cada texto.

Para confirmação ou refutação das hipóteses, fez-se a análise das funções léxico-gramaticais do sistema de transitividade (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2004, 2014) e a análise de ocorrências do subsistema atitude do sistema semântico-discursivo de Avaliatividade (MARTIN e WHITE, 2005). Assim, o segundo procedimento consistiu na análise do sistema de transitividade. Em cada texto, os processos foram destacados com as mesmas cores propostas por Halliday (1994) para identificar os seis diferentes tipos de processo: os processos materiais foram grifados em vermelho, os mentais em azul, os relacionais em amarelo, os verbais em verde, os comportamentais em roxo e os existenciais em laranja, como mostra a Figura 1 adaptada por Fuzer e Cabral (2014) a partir de Halliday (1994).

Figura 1- Tipos de processos em orações.



Fonte: adaptado de Halliday 1994; Halliday e Matthiessen 2004 por Fuzer e Cabral, 2014, p.30.

Para exemplificar esse procedimento, apresenta-se um excerto de um dos textos do *corpus*.

#### Exemplo 1

Mas o marido, teimoso, foi espiá-la. E reparou que ela e o filho estavam completamente murchos. Vendo isso, ele ficou apavorado e foi beliscar o nariz do filho para ver se estava vivo ou morto. O nariz então começou a sangrar e virou uma ferida que não sarou mais. O menino terminou ficando defeituoso. (#E2)

O terceiro procedimento consistiu na análise de ocorrências do subsistema atitude e seus respectivos campos semânticos: afeto, julgamento e apreciação. Para facilitar a visualização dos diferentes campos semânticos distribuídos pelo texto, utilizou-se como recurso de destaque o negrito para evidenciar ocorrências linguísticas de *Afeto*, o itálico para ocorrências de *Julgamento* e o sublinhado para *Apreciação*, como mostra o Quadro 3.

Quadro 3 – Legenda da marcação de ocorrências de atitude.

Campos semânticos do subsistema atitude	Recurso de marcação
<b>Afeto</b>	<b>Negrito</b>
<i>Julgamento</i>	<i>Itálico</i>
<u>Apreciação</u>	<u>Sublinhado</u>

Fonte: elaborado pelas autoras

Dessa forma, ao texto que já tinha em destaque tipos de processo do sistema de transitividade foram acrescentados destaques nas ocorrências de campos semânticos de atitude do sistema de Avaliatividade, como exemplificado no excerto a seguir.

## Exemplo 2

Mas o marido, teimoso, **foi espiá-la**. E **reparou** que ela e o filho **estavam** completamente **murchos**. **Vendo** isso, ele **ficou** apavorado e **foi beliscar** o nariz do filho para **ver** se estava vivo ou morto. O nariz então começou a **sangrar** e **virou** uma ferida que não sarou mais. O menino terminou **ficando defeituoso**. (#E2)

Os resultados das análises da transitividade e avaliações de atitude nos textos forneceram um número considerável de evidências linguísticas que auxiliaram na comprovação ou refutação da hipótese inicial de gênero. Com base nisso, realizou-se o quarto procedimento de análise: identificação das fases e etapas para determinar a estrutura esquemática em cada texto e, assim, confirmar ou não a instanciação do gênero inicialmente apontado como potencial. A seguir, há um exemplo da segmentação de um texto em etapas e fases.

## Exemplo 3

Etapas	Fases	Texto
Orientação	Evento	Um dia, o <b>Corocoró</b> <b>disse</b> para as Minhocas: – <b>Venham</b> cá que eu <b>tenho</b> uma estória para <b>contar</b> a vocês.
	Reação	<b>Muito animadas</b> , as Minhocas <b>disseram</b> “ótimo, que bom”, e <b>foram saindo</b> do buraco.
Incidente	Problema	Só foi o tempo de saírem: o <b>Corocoró</b> <b>devorou</b> -as todas.
Interpretação	Comentário	As <b>pobrezinhas</b> <b>confiaram</b> num estranho e <b>foram enganadas</b> .

#X3

As análises da transitividade e avaliatividade subsidiaram a descrição da estrutura esquemática do gênero, pois forneceram evidências linguísticas que comprovaram as mudanças de etapa e fase do gênero instanciado pelo texto. Após as análises de todos os textos do *corpus* estarem finalizadas, passou-se para o quinto procedimento: realizou-se uma contagem manual dos processos e das ocorrências de atitude identificados. A análise considerou a quanti-

dade de palavras de cada categoria em relação ao total de palavras do texto para realizar um levantamento percentual dos dados, a fim de relacioná-los às características de cada gênero, apresentadas na seção a seguir.

## CARACTERÍSTICAS COMPARTILHADAS PELOS GÊNEROS DA FAMÍLIA DAS ESTÓRIAS

Relato, Episódio e *Exemplum* são gêneros que compartilham características entre si e, por isso, estão agrupados em uma mesma família (MARTIN e ROSE, 2008).

No que se refere à transitividade, a análise mostrou que os tipos de processos mais recorrentes no *corpus* são os materiais, que representam 40,96% dos processos no *corpus* analisado, considerando o total de instanciações dos três gêneros. Esse resultado vai ao encontro dos achados em estudos prévios sobre estórias, como Gerhardt (2017), confirmando que “a linha do evento principal é construída predominantemente por orações materiais”<sup>97</sup> (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 217).

Normalmente, as estórias começam com uma etapa Orientação, a qual se espera ser seguida por sequências de atividades (MARTIN e ROSE, 2008). Isso torna necessária a presença de processos materiais, que auxiliam a encadear uma série de eventos sequenciados no tempo, como se verifica nos exemplos a seguir, extraídos, respectivamente, de instanciações dos gêneros relato, episódio e *exemplum*.

97 No original: “the main event line is construed predominantly by ‘material’ clauses”.



## Exemplo 4

[...] Foi à beira do rio, empoleirou-se num galho curvado sobre a água, esperou um pouco, e lá vieram dois Tucunarés! Ele se atirou com incrível ligeireza e pegou o mais bonito. [...]. (#R5)

## Exemplo 5

[...] a Arraia Grande agarrou-se na barriga da Anta que estava atravessando o rio, a nado, e, assim agarrada, passeou pelo mundo inteiro. Um dia, porém, perdeu as forças, murchou e caiu no chão. [...]. (#E8)

## Exemplo 6

[...] Quando descobriu, voou direto para ela, pousou em cima e começou logo a bicá-la. [...]. (#X4)

Esses excertos demonstram uma série de ações sequenciadas em um período de tempo que caracterizam um evento. Como estão no passado, os processos por si só dão uma ideia de passagem de tempo ao longo das ações, tornando desnecessária a escrita de circunstâncias temporais que evidenciaríamos esse avanço no tempo. Assim, os processos materiais possibilitam a representação de atividades em que as personagens das histórias estão envolvidas, por meio de seqüências de orações de curta extensão.

Outra característica importante compartilhada pelos textos em contextos de recreação, segundo Halliday e Matthiessen (2014), é o uso de orações relacionais para caracterizar personagens, cenários e atividades, como mostram os exemplos.

## Exemplo 7

Um artesão *está* na feira vendendo vasos. Uma mulher se aproxima e olha a mercadoria; algumas peças *estão* sem qualquer desenho, outras *foram* decoradas com todo o cuidado. (#R2)

## Exemplo 8

[...] aqui onde agora *está*  
Esse edifício arto

**Era** uma casa veia  
Um palacete assombrado  
Foi aqui, seu moço  
Que eu, Mato Grosso e o Joca  
Construímos nossa maloca (#E4)

Exemplo 9  
Os dois viraram grandes amigos e todo dia faziam a maior ba-  
gunça, sem jamais brigar. Na realidade, eram as crianças mais  
boazinhas do mundo. (#X8)

## CARACTERÍSTICAS DISTINTIVAS DOS GÊNEROS DAS ESTÓRIAS

Enquanto processos materiais e relacionais são recorrentes em textos que têm o propósito geral das estórias, outros tipos de processos funcionam como características que distinguem os gêneros, ao contribuírem para realizar propósitos mais específicos. Comparativamente, observa-se que, nos relatos, é mais expressiva a recorrência, de processos materiais e verbais; nos episódios, processos mentais e relacionais, e nos *exempla* processos comportamentais são mais recorrentes que nos outros gêneros, como mostra a Tabela 1.

**Tabela 1 – Frequências de processos no *corpus* em correlação com os gêneros em que se destacam.**

PROCESSOS NOS TEXTOS QUE INSTANCIAM OS GÊNEROS ANALISADOS						
Gêneros/Processos	Material	Mental	Rela- cional	Verbal	Comportam.	Existencial
Relatos	49,6%	16,9%	13,1%	16,5%	3,4%	0,5%
Episódios	41,4%	22,3%	19,8%	10,6%	5,9%	0%
<i>Exempla</i>	39,7%	19%	12,7%	14,3%	10,3%	4%

Fonte: elaborado pelas autoras.

Ocorrências de avaliações atitudinais do sistema de Avaliatividade também possuem relação direta com o propósito de cada gênero. A Tabela 2 mostra a frequência de itens avaliativos em cada gênero em relação ao total de palavras dos textos<sup>98</sup>.

**Tabela 2 – Frequência de palavras avaliativas em relação ao total de palavras no corpus.**

AVALIAÇÕES DE ATITUDE EM RELAÇÃO AO TOTAL DE PALAVRAS DO TEXTO			
Gêneros	Episódio	Relato	<i>Exemplum</i>
Total de Palavras	1591	1184	1596
Itens avaliativos	64	7	53
Frequência	4%	0,6%	3,3%

Fonte: elaborado pelas autoras

Na Tabela 2, é possível observar que nos textos que instanciam os gêneros episódio e *exemplum* ocorrem cerca de três vezes mais itens avaliativos do que nos textos do gênero relato, cuja frequência de itens avaliativos é de apenas 0,6%. A quantidade pouco expressiva de avaliações no relato está associada ao seu propósito socio-comunicativo específico, que consiste em relatar uma sequência de eventos, sem a preocupação de reagir emocionalmente a eles ou julgar comportamentos (MARTIN e ROSE, 2008).

A Tabela 3 mostra as frequências dos campos semânticos de atitude encontradas nos textos que instanciam cada um dos gêneros.

Tabela 3 – Frequência de avaliações de atitude no corpus em correlação com os gêneros em que se destacam.

OCORRÊNCIAS DE AVALIATIVIDADE NOS GÊNEROS ANALISADOS			
GÊNEROS / CAMPOS SEMÂNTICOS	Afeto	Julgamento	Apreciação
Relato	14,3%	14,3%	71,4%
Episódio	54,7%	12,5%	32,8%
<i>Exemplum</i>	20,8%	41,5%	37,7%

Fonte: elaborado pelas autoras

Na Tabela 3, observam-se maiores índices de afeto em episódios e de julgamento em *exempla*. Esses dados refletem os propósitos sociocomunicativos desses gêneros. Em episódios, cujo propósito é compartilhar uma reação emocional (MARTIN e ROSE, 2008), predominam os campos semânticos de afeto e apreciação, pelos quais se realizam, no discurso, reações que avaliam emoções positivas ou negativas. Os *exempla*, diferentemente, têm predominância do campo semântico de julgamento, evidenciando o propósito de julgar um comportamento ou personagem. Os relatos têm um baixo índice de palavras avaliativas no geral, no entanto, é importante notar que dentre os campos semânticos, o mais recorrente é a apreciação, pois dialoga melhor com o propósito de relatar quando comparado aos campos afeto e julgamento, que dialogam melhor com os propósitos dos outros dois gêneros analisados.

## O RELATO

Nos textos que instanciam o gênero relato, a alta frequência de processos materiais (49,6%) contribui para realizar o propósito de relatar sequência de eventos, que se constituem de ações e acon-



tecimentos em que os personagens estão envolvidos, sem que haja um problema a ser solucionado, nem uma estória emocionante que sensibilize o leitor. Além disso, processos verbais são usados com frequência (16,5%) para introduzir a voz das personagens no relato das experiências, como se verifica no exemplo 10.

Exemplo 10

A professora **disse** para a Mariazinha:

- Mariazinha, me dê um exemplo de verbo. (#R7)

Outro processo recorrente, especialmente na etapa Orientação, é o relacional, como consequência do propósito de apresentar cenários e personagens realizado por essa etapa, como mostra o Exemplo 11.

Exemplo 11

[...]ouvindo dizer que o Martim-pescador *era* o maior marupiara da região[...] (#R5)

Quanto às avaliações de atitude, o campo semântico mais recorrente, especialmente na etapa Registro de Eventos, é apreciação, como mostra o exemplo 12.

Exemplo 12

O Gambá comeu à vontade e perguntou à filha: - Como é que se consegue pegar coisa tão saborosa? (#R5)

A apreciação expressa uma carga sentimental menor que afeto e não está tão relacionada a caracterização de personagens quanto o julgamento. Assim, ao propósito de relatar eventos, marcas de apreciação são mais usadas do que outros tipos de avaliação.

## O EPISÓDIO

De acordo com Martin e Rose (2008), muitas vezes os processos mentais aliados às marcas de avaliatividade evidenciam o propósito do gênero ou constroem a carga emocional das personagens

no texto, permitindo o reconhecimento do gênero episódio. A análise mostrou maior índice de ocorrências de afeto na etapa Reação (27,9%) do que nas demais etapas do episódio. Essa predominância de afeto evidencia que o propósito de compartilhar uma reação emocional se realiza, tipicamente, na etapa Reação, como se verifica no Exemplo 13.

Exemplo 13

Vendo o que aconteceu, a Mucura-gente ficou **desesperada** (#R2)

Na etapa Orientação, o campo semântico mais frequente é a apreciação, funcionando como um recurso para a caracterização de personagens e cenários, assim como se verificou nos demais gêneros.

### O EXEMPLUM

Orações existenciais, de acordo com Halliday e Matthiessen (2004), apesar de não serem comuns no discurso, têm uma contribuição importante para diferentes tipos de texto. Segundo os autores, em narrativas, elas auxiliam a introduzir participantes nas etapas iniciais. No *corpus* em análise, a maior frequência de orações existenciais foi verificada nos textos que instanciam o gênero *exemplum* (4%) em comparação com o relato (0,5%) e o episódio (nenhuma ocorrência). Essa diferença ocorre, possivelmente, por haver uma proximidade maior entre os gêneros *exemplum* e narrativa e, conseqüentemente, por haver uma repercussão maior de expressões como: “há muito tempo havia” e “Era uma vez”. O exemplo 14 mostra um trecho de um Exemplum em que há uma oração existencial introduzindo dois participantes na etapa Orientação.

Exemplo 14

*Era uma vez* um sapo e um escorpião que estavam parados à margem de um rio. (#X7)

Na etapa Incidente, predominam avaliações de julgamento (52,9%), que contribuem para realizar o propósito do gênero *exemplum*: julgar comportamentos e ações das personagens, como mostra o Exemplo 15.

Exemplo 15

Um dia apareceu outra garça que era uma *encrenqueira*

Finalmente, na etapa Interpretação, há um equilíbrio entre avaliações de afeto (50%) e julgamento (50%), que constroem a reflexão acerca do acontecido.

Na etapa Orientação, assim como nos episódios e relatos, há a predominância de apreciação, como um reflexo do propósito da etapa de apresentar e caracterizar personagens e cenários. Isso evidencia que a etapa Orientação, no que se refere à avaliatividade, não serve para distinguir os gêneros relato, episódio e *exemplum*, e sim para agrupá-los na mesma família.

## CONCLUSÃO

A análise da transitividade dos textos que compõem o *corpus* desta pesquisa evidenciou a predominância das orações materiais como característica comum aos textos que compartilham o propósito da família das histórias, confirmando resultados de pesquisas prévias de base sistêmico-funcional em língua inglesa (MARTIN e ROSE, 2008; HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014) e em língua portuguesa (FUZER e GERHARDT, 2018). Outra característica compartilhada pelos gêneros analisados neste estudo é a recorrência de orações relacionais na etapa Orientação com a finalidade de caracterizar personagens e cenários, contextualizando a história a ser contada.

Os dados resultantes da análise do sistema de transitividade com foco nos tipos de processo e no sistema de avaliatividade com foco no subsistema atitude, em cada etapa de gênero nos textos do *corpus*, revelam a função conjunta desses sistemas linguísticos na realização do propósito sociocomunicativo de cada gênero. Assim, confirmou-se a expectativa de encontrar, em relatos, a predominância de orações materiais e um nível baixo de avaliações atitudinais, as quais, quando ocorrem, é do campo semântico da apreciação. Já em episódios, verificou-se, em comparação com os demais gêneros abordados neste estudo, maior frequência de orações mentais e de ocorrências do campo semântico de afeto, ao passo que, em *exempla*, houve expressiva frequência de orações comportamentais e ocorrências de julgamento. Dessa forma, fica explicado como a linguagem, no domínio da transitividade e da Avaliatividade, é usada para realizar o propósito específico de cada um desses gêneros da família das estórias.

Esses resultados evidenciam a relação entre os estratos léxico-gramatical e semântico-discursivo da linguagem como potencial de significados instanciados em textos. Na Linguística Sistêmico-Funcional, isso é denominado Acoplamento. Segundo Martin (2010, p. 19) a noção de acoplamento se refere “ao modo como os significados combinam – através de estratos, metafunções, ordens e sistemas simultâneos”. Neste estudo em específico, evidenciou-se a combinação do sistema léxico-gramatical de transitividade com o sistema semântico-discursivo de Avaliatividade, também chamada de “acoplamento avaliativo”. De acordo com Cabral e Guimarães (2017, p. 238), os acoplamentos avaliativos “constituem padrões linguísticos pelos quais construímos nossa comunidade de valores em uma cultura”. No caso dos textos analisados em nosso estudo, os gêneros que compartilham o propósito de entreter e envolver leitores e ouvintes – as estórias – “são centrais em todas as culturas, de alguma forma, em quase toda situação imaginável ou etapa da vida” (MARTIN e ROSE, 2008, p.49). Por isso, podemos considerar os diferentes gêneros das estórias uma porta de acesso importante aos recursos do sistema linguístico, desde o início do letramento das crianças,



servindo como ponto de partida para o desenvolvimento da consciência linguística que Halliday (1989) sempre destacou.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, K.A. *Os gêneros textuais e o livro didático de língua portuguesa: da teoria à prática*. Anais do SIELP, v. 2, n. 1. Uberlândia: EDUFU, 2012.
- BADER KHUN, M.I.; FUZER, C. *Instanciações de gêneros em fábulas: um estudo na perspectiva sistêmico-funcional*. v. 6, n. 3. Letras Raras, 2017). Disponível em: DOI: <http://dx.doi.org/10.35572/rlr.v6i3.862>. Acesso em: 20 dez. 2020.
- BAWARSHI, A. S.; REIFF, M. J. *Gênero: história, teoria, pesquisa, ensino*. Tradução Benedito Gomes Bezerra. São Paulo: Parábola, 2013.
- CABRAL, S.; GUIMARÃES, G. Avaliação e Ideação: acoplamentos avaliativos em editoriais. p. 223-267. In: FUZER, C.; SILVA, T. *Linguagem e Representações: estudos em linguística sistêmico-funcional*. Santa Maria: UFSM, PPGL Ed., 2017.
- CHRISTIE, F.; DEREWIANKA, B. *School Discourse: Learning to write across the years of schooling*. London: Continuum, 2008.
- COOPER, J. S. *O Macrogênero drama Norte-Riograndense: uma análise de gênero e de discurso sob a perspectiva da linguística sistêmico-funcional*. Tese (Doutorado em Letras) -e Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.
- FUZER, C.; GERHARDT, C.C. Transitividade em estórias: orações materiais em instanciações dos gêneros *exemplum* e narrativa. In: CABRAL, S.R.S.; BARBARA, L. *Investigações em Linguística Sistêmico-Funcional no âmbito do Projeto SAL*. Santa Maria: PPGL, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/18871/Livro%20SF2.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 dez. 2020.
- FUZER, C.; GERHARDT, C.C. Realizações linguísticas e instanciação de gêneros na perspectiva sistêmico-funcional. DELTA, v. 34, n. 1, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/delta/v34n1/1678-460X-delta-34-01-269.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2020.
- FUZER, C.; GERHARDT, C.C. Gênero na perspectiva sistêmico-funcional e sua contribuição no processo de ensino e aprendizagem de leitura e escrita. In: ENCONTRO SYSTEMICS ACROSS LANGUAGES, 6, abr. 2016. Caderno de Resumos. Porto Alegre: UFRGS, 2016. Disponível em: <http://visal2016>.

blogspot.com.br/2016/03/genero-na-perspectivasistemico.html. Acesso em: 07 maio 2016.

FUZER, C.; GERHARDT, C.C. GERHARDT, C.C.; WEBER, S. *Etapas e fases da narrativa em O Pequeno Polegar: análise de gênero na perspectiva sistêmico-funcional*. Cadernos do IL, v. 1, p. 162-181, 2016.

FUZER, C.; GERHARDT, C.C.; CABRAL, S. R. S. *Introdução à Gramática Sistêmico-Funcional em língua portuguesa*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2014.

FARENCENA, G. S. *Artigo de opinião como macrogênero: relações lógico-semânticas na perspectiva sistêmico-funcional*. 305 p. Tese (Doutorado em Letras) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2015.

GEHRKE, N. A. *Foto do dia ou microcrônica verbo-visual: um gênero na perspectiva da Escola de Sydney*. 212 p. Tese (Doutorado em Letras) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2015.

GERHARDT, C. C. *Investigação de gênero na perspectiva sistêmico-funcional: episódio e exemplum em livros didáticos de língua portuguesa do ensino fundamental*. p. Dissertação (Mestrado em Letras) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2017.

GERHARDT, C. C.; FUZER, C. *Toda estória é uma narrativa? Gêneros de texto exemplum e episódio em livro didático de língua portuguesa*. Trabalhos em Linguística Aplicada, Campinas, SP, v. 59, n. 1, p. 746-776, 2020. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/tla/article/view/8655272>. Acesso em: 20 dez. 2020.

KHUN, M.I.B.; FUZER, C. *Instanciações de gêneros em fábulas: um estudo na perspectiva sistêmico-funcional*. V. 6, n. 3, Revista Letras Raras, 2017 p. 186-209.

HALLIDAY, M. A. K. *Language as a Social Semiotic: The Social Interpretation of Language and Meaning*. London: Edward Arnold, 1978.

HALLIDAY, M. A. K. *An introduction to Functional Grammar*. 1st. ed. London: Edward Arnold, 1985.

HALLIDAY, M. A. K. *An introduction to functional grammar*. 2<sup>nd</sup>. ed. London: Arnold, 1994.

HALLIDAY, M.A.K.; MATTHIESSEN, C. *An introduction to functional grammar*. 3th. ed. London: Arnold, 2004.

HALLIDAY, M.A.K.; MATTHIESSEN, C. *Halliday's Introduction to Functional Grammar*. 4. ed., Milton Park, Abingdon, Oxon: Routledge, 2014.

HALLIDAY, M.A.K.; MATTHIESSEN, C. *English Text: System and Structure*. Philadelphia/ Amsterdam: John Benjamins, 1992.

MARTIN, J. R. Semantic Variation: modelling realization, instantiation and individuation in social semiosis. In: BEDNAREK, M.; MARTIN, J. *New discourse of language: functional perspectives on multimodality, identity and affiliation*. London; New York: Continuum, 2010.

MARTIN, J. R.; ROSE, D. *Genre Relations: Mapping Culture*. London: Equinox, 2008.

MARTIN, J. R.; ROSE, D. *Working with discourse: meaning beyond the clause*. London: Continuum, 2007.

MARTIN, J. R.; WHITE, P. R. R. *The language of evaluation: appraisal in English*. Great Britain: Palgrave/Macmillan, 2005.

MARTIN, J. R.; PLUM, G. Construing experience: Some story genres. *Journal of Narrative and Life History*, p. 299-308, 1997.

ROSE, D.; MARTIN, J. R. *Learning to Write, Reading to Learn: Genre, Knowledge and Pedagogy in the Sydney School*. London: Equinox, 2012. p. 148-179.

SILVA, T.S. *Nos caminhos da natureza: análise de gêneros na abordagem sistêmico-funcional em livros didáticos de ciências naturais*. 2016. 295 p. Tese (Doutorado em Letras) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2016.

SILVA BARBOSA, M.R. Gênero da família das histórias no contexto escolar urbano e rural: estágios e escolhas linguísticas. *DELTA Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, v.34, n. 1, p. 331-349, mar. 2018. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010244502018000100331&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010244502018000100331&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 20 dez. 2020.

SOARES, R. M. *Gêneros em contos e crônicas em livros didáticos de português do Ensino Médio: um estudo na perspectiva sistêmico-funcional*. 2018. 435f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Letras. Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas. Programa de Pós-Graduação em Linguística. Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

WHITE, P. Valoração: A linguagem da avaliação e da perspectiva. *Linguagem em (Dis)curso*. Tubarão, v.4, n. esp, p. 177-205, 2004.

## REFERÊNCIAS ÀS FONTES DE COLETA DO *CORPUS*

ABAURRE; ABAURRE; PONTARA. *Português: Contexto, interlocução e sentido*. São Paulo: Moderna, 2008.

BORGATO, A. T.; BERTIN, T.; MARCHEZI, V. *Projeto Teláris*: Português. São Paulo: Ática, 2012.

CEREJA, W. R.; MAGALHÃES, T. C. *Português: Linguagens*. São Paulo: Saraiva, 2012.

CHAND, N. *O Lobo e a Ovelha*. Tradução de Rita Lisboa. Belo Horizonte: Cedec International, 2013.

COELHO, P.; SOUSA, M. *O Gênio e as Rosas e Outros Contos*. São Paulo: Globo, 2004.

FUNAI. *100 Kixti (estórias) TuKano*. Brasília, 1983.



# 15

Leandro Andrade Fernandes  
Lucas Eduardo Marques-Santos

## **SUPER HERÓIS E VILÕES: UM ESTUDO METONÍMICO EM LIBRAS CONFORME A LINGUÍSTICA COGNITIVA**

DOI: [10.31560/pimentacultural/2021.936.354-384](https://doi.org/10.31560/pimentacultural/2021.936.354-384)

## INTRODUÇÃO

O presente artigo parte dos princípios teórico-metodológicos da chamada Linguística Cognitiva, doravante LC, que compreende a relação humana com a linguagem por meio das experiências cognitivas, pois é a partir daí que os processos de categorização em uma língua se conectam com a formação e produção de um determinado grupo lexical.

De modo que, nos interessou compreender e evidenciar a produção de metonímia na Língua Brasileira de Sinais - Libras e sua formação segundo à LC. Posto que, essa língua é de modalidade visoespacial e possui tanto aspectos da simultaneidade, quanto da sequencialidade em seu sistema linguístico. Além disso, busca-se também especificamente descrever esse processo e como ele se constitui na construção de sinais, observando uma categoria específica e pouco explorada na Libras. Ainda, serão feitas análises com o objetivo de identificar o processo de sinédoque, considerando os esquemas imagéticos propostos pela LC. Além disso, objetivamos categorizar o *corpus*, por meio de uma relação prototípica estabelecida.

Esta pesquisa se justifica pela escassez de trabalhos voltados para a compreensão da interseccionalidade entre os princípios da LC e a categorização da Libras, uma vez que, a visualidade se apropria fortemente, no que tange a formação dos sinais, da iconicidade. Isso nos motivou a buscar respostas para o seguinte questionamento: como o processo metonímico de sinédoque pode ser identificado na Libras?

Os conceitos de sistema e esquema imagéticos da teoria supracitada se mostraram profícuos para que pudéssemos entender como as categorias se comportaram no *corpus* selecionado. Uma vez que, a metonímia é para LC composta por apenas um domínio que se aloja no processo de relação domínio-matriz, sendo que este também é passado por escolhas semânticas de origem cultural.

Neste sentido, focamos o artigo em uma dessas relações domínio-matriz que está situada no esquema imagético categorizado como multiplicidade, especificamente o do tipo parte-todo que também pode ser conhecido como sinédoque. Utilizamos, ainda, para compor o *corpus* investigado o *Livro Ilustrado de Língua Brasileira de Sinais: desenvolvendo a comunicação usada pelas pessoas com surdez* Honora e Frizanco (2010), que apresenta um grupo lexical específico denominado, *Super heróis e Vilões*, que possibilitou a identificação do processo sinedóquico na Libras.

Assim, esta pesquisa foi metodologicamente subdividida em seções que visam tanto apresentar a teoria como descrever o processo prototípico imagético de categorização das sinédoques encontradas no *corpus*. Posto isso, na primeira fizemos uma breve introdução considerando os aspectos mais gerais do artigo, já na segunda mostramos os princípios básicos da LC, na terceira conceituamos sistemas e esquemas imagéticos em consonância à teoria abordada. Foi, então, na quarta seção, que discutimos a formação da metonímia na Libras, em específico a sinédoque, de modo que a quinta e última seção foi reservada para análises dos dados selecionados e categorizados e por fim apresentamos nossas considerações finais e as referências. A Seguir, vejamos cada uma dessas seções acima citadas.

## LINGUÍSTICA COGNITIVA - LC

Os estudos linguísticos são utilizados para entender como as produções podem ser sistematizadas e executadas em determinada língua, permitindo assim a criação de parâmetros, ou seja, regras de uso.

A entidade designada por uma unidade simbólica pode, portanto, ser considerada como um ponto de acesso a uma rede. O valor semântico de uma unidade simbólica é dado pelo



conjunto de relações abertas [...] no qual esse nó de acesso participa. Cada uma dessas relações é uma rotina cognitiva, e por compartilhar pelo menos um componente a ativação de uma rotina facilita (mas nem sempre requer) a ativação de outra (LANGACKER, 1987/1991, p. 163, tradução nossa).

Levando em consideração o objetivo desta investigação, julgamos primordial termos como fundamento a LC. A LC pressupõe a interação humana, bem como suas inúmeras experiências com o mundo em que um determinado indivíduo estabelece algum tipo de relação, por meio da cognição, efetivando, desse modo seus processos de conhecimento. Na LC, as estruturas da língua não são estudadas de forma dissociada ou autônoma do desenvolvimento humano, pelo contrário, são vistas como um elo entre as manifestações linguísticas de organização de conceitos, sejam elas sociais ou individuais.

Dentre os vários interesses da LC, está a categorização, a prototipicidade e os esquemas imagéticos, sendo este último ressaltado neste artigo. O processo de divisão por categorias ocorre como um processo mental de identificação e agrupamento de processos imagéticos, que possuem uma representação da imagem abstrata das percepções de um determinado mundo.

Portanto, “a Linguística Cognitiva, por sua vez, adota uma perspectiva não modular, que prevê a atuação de princípios cognitivos gerais compartilhados pela linguagem e outras capacidades cognitivas, bem como a interação entre os módulos da linguagem” Ferrari (2014, p. 14). Assim, o processo da interação humana surge como uma relação conceitual esquemática de construção dos sentidos, evidenciando um reflexo do mundo que nos cerca em um movimento contínuo de categorização e recategorização de determinados experimentos cotidianos que formam certos modelos compartilhados de convicções e/ou crenças, Ferrari (2014, p. 15) como veremos adiante.



## CATEGORIZAÇÃO E PROTOTIPICIDADE

De acordo com Silva (1997, p. 7, grifo nosso) “Uma das capacidades cognitivas fundamentais é a categorização, isto é, o processo mental de identificação, classificação e nomeação de diferentes entidades como membros de uma mesma categoria”. Tais classificações são formadas por meio da seleção de protótipos que, são modelos mais representativos de um grupo, eles apresentam características que melhor especificam a imagem mental recriada pelos processos de cognição.

Dentro dessas categorias, um item pode ser mais prototípico que outro, o que recebe o nome de saliência, o que quer dizer que este possui elementos mais representativos de referida categoria. Também há elementos que são periféricos, que apresentam características menos específicas quanto à categoria determinada.

Essas tais características não constituem um sistema específico, ou seja, as regras para que ocorram a saliência pode variar de língua para língua, ou de indivíduo para indivíduo. Deve-se isso, à flexibilização dos elementos característicos da categoria que está sendo agrupada semanticamente, mesmo que não seja percebida, pois “também têm uma estrutura interna que afeta a maneira como são processados” Rosch (1973, p. 114). Esta por sua vez, segundo a autora tem seus limites determinados pela relação natural prototípica.

Então, o que se pode observar é uma certa elasticidade quanto aos limites determinantes de uma categoria, isso recebe o nome, segundo a teoria, de “extensionalidade” e “intencionalidade”, o primeiro está relacionado ao agrupamento dos componentes por diferentes graus de representatividade, por serem estes tais limites permeáveis e entrelaçados quanto às possibilidades de formação dos léxicos. Já o segundo, a intencionalidade, refere-se a um agrupamento organizado por significados, formas ou parecenças-de família. Por isso, Ferrari

(2014, p. 39-40, grifo nosso) aponta “que a categorização apresenta níveis de inclusão, de modo que um dos níveis funciona como o nível básico de especificidade [...]. As pesquisas apontam também a existência de dois outros níveis relevantes: o superordenado e o subordinado”.

Isso nos mostra, de acordo com a autora, que as categorias segundo a LC não apresentam limites inflexíveis, porém devem ser vistas como um ambiente interseccionado que produz uma fronteira maleável e conseqüentemente imprecisa, como observaremos na seção das análises.

## SISTEMA E ESQUEMA IMAGÉTICOS

A linguagem está presente em todos os campos da humanidade, definida por Sapir (1969, p. 8) como um “[...] método puramente humano e não instintivo de se comunicar ideias, emoções e desejos por símbolos voluntariamente produzidos”. Assim, entendemos que, a linguagem possui como objetivo a comunicação em sociedade.

Dessa forma, Hall (1968, p. 158) complementa que a linguagem é “uma instituição pela qual os humanos se comunicam e interagem uns com os outros por meio de símbolos arbitrários orais-auditivos habitualmente utilizados”. Por extensão, agregamos a esta definição a modalidade linguística visoespacial pela qual os surdos se comunicam. Posto que, de acordo com Quadros e Karnopp (2004, p. 47-48) esta “é recebida pelos olhos e produzida pelas mãos”.

Entendemos que, linguagem é um conjunto de significados que são convencionados no uso social da vivência humana e que têm o objetivo de proporcionar a comunicação pois, “os conceitos diretamente significativos (os conceitos básicos e esquemáticos da imagem) estão diretamente ligados a aspectos estruturais da experiência Lakoff (1987, p. 268)”.

Por esse motivo, Ferrari (2014, p. 14) destaca que “o significado deixa de ser um reflexo direto do mundo, e passa a ser visto com uma construção cognitiva através da qual o mundo é apreendido e experienciado”. Assim, nossas concepções em relação a linguagem são construídas a partir de nossas relações físicas e socioculturais, que resultam na elaboração e criação de conhecimento:

Toda sentença tem dois subsistemas (o gramatical e o lexical), com funções semânticas distintas e complementares, que especificam diferentes porções da Representação Cognitiva (RC): os elementos gramaticais determinam a maior parte da estrutura, e os elementos lexicais determinam seu conteúdo Ferrari (2014, p. 77, tradução nossa).

Só a partir, então, dessa RC que concebemos esquemas imagéticos que se constituem “como representações de experiências corporais, tanto sensoriais quanto perceptuais” Ferrari (2014, p. 86), permitindo, assim, a produção de metáforas e metonímias. De modo que, neste artigo focamos em apresentar classes que nos permitiram enxergar no esquema imagético de multiplicidade a parte-todo, também conhecido como sinédoque as relações prototípicas existentes na Libras, no que tange aos sinais dicionarizados referentes à categoria *super heróis e vilões* por Honora e Frizanco (2010).

Em seu livro, Ferrari (2014, p.87) revela que os esquemas imagéticos “não são conceitos detalhados, mas sim conceitos abstratos, versando de padrões que emergem de instâncias repetidas da experiência de base corpórea”. Dessa forma, como veremos na próxima seção a metonímia para a LC só pode ser criada por meio desses padrões, que se materializam por meio de uma determinada língua.

## METONÍMIA E SINÉDOQUE

As metáforas e metonímias fazem parte do nosso dia a dia e estão tão presentes que às vezes não as percebemos. Por este motivo, podemos entender que o corpo e a mente não se separam, mas estão envolvidas, nos proporcionando a capacidade de compreender o mundo.

Metáfora é principalmente uma maneira de conceber uma coisa em termos de outra, e sua função primária é entender. A metonímia, por outro lado, tem principalmente uma função de referência, ou seja, permite-nos usar uma entidade por outro. Mas a metonímia não é apenas um procedimento de referência. Ela também desempenha a função de nos fornecer compreensão (LAKOFF E JOHNSON, 1995 [1980], p. 74, tradução nossa).

A metonímia, objeto de estudo neste texto, configura-se como uma das funções da linguagem, Littlemore (2015, p. 4), define metonímia como “ um processo cognitivo em que um elemento conceitual ou entidade (coisa, evento, propriedade), o veículo, fornece um acesso mental para outra entidade conceitual (coisa, evento, propriedade), o alvo”. Ou seja, é um processo linguístico que possibilita a utilização de uma característica de uma entidade para se referir a outra, tendo elas uma condição de relação. Entre as diversas formas de utilização da metonímia, destacamos a sinédoque, que, realiza a comutação da parte pelo todo e vice-versa. Como pode ser observado no exemplo a seguir na língua portuguesa:

- i. Preciso comprar **bombрил**. / Preciso comprar **esponja de aço**.
- ii. Gosto de **Yakult**. / Gosto de **leite fermentado**.
- iii. A **Q-boa** mancha as roupas. / A água sanitária mancha roupas.



Como pode ser observado, a sinédoque realiza a substituição da parte pelo todo, nestes casos, em específico, utilizamos cotidianamente, a utilização das marcas para nos referir ao produto, uma vez que “a metonímia não é um fenômeno de substituição meramente, mas cria um novo complexo semântico” Martínez e Morón Usandivaras (2013, p. 217, tradução nossa).

Dessa maneira, a metonímia para a LC também está associada às experiências cognitivas, mas Lakoff e Turner (1989, p. 108, tradução nossa) conceituam que esta seria formada por apenas um domínio, enquanto que as metáforas possuem dois, pois segundo eles “Visto que as palavras representam os conceitos que expressam”, por isso ela ressalta algum tipo de informação significativa estabelecida na relação domínio-matriz que ocorre em um contexto definido Ferrari (2014).

Portanto, quando se transferem informações entre as entidades ou domínios, acontece uma expansão da significação básica o que possibilita a produção de novos significados e revelam a criatividade e dinamicidade dos sistemas linguísticos. Chiavegatto (2009) sobre essa transferência e criação das metonímias na língua afirma que,

Com as informações que são transferidas entre os domínios, construímos novos significados com relações que se processam no contexto. [...] Quando acontecem correspondências com deslocamentos entre significações de itens que pertencem ao mesmo domínio, explicamos as metonímias e as figuras que lhe são assemelhadas [...] (CHIAVEGATTO, 2009, p. 89).

Dito isso, são esses deslocamentos que nos interessa investigar na produção do significado sinédóquico em uma língua visoespacial e por meio dela, principalmente no que tange o processo de categorização metonímico de base cognitiva, compreender as formações lexicais da Libras, como será discutido na próxima seção.

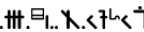
## A METONÍMIA E A LIBRAS

A Língua Brasileira de Sinais - Libras é uma língua de modalidade visoespacial usada pela maioria dos surdos dos centros urbanos brasileiros e reconhecida pela Lei nº10.436/02. A Libras não é a simples gestualização da língua portuguesa, e sim uma língua à parte, comenta Gesser (2009, p. 33) “A língua de sinais tem estrutura própria, e é autônoma, ou seja, independentemente de qualquer língua oral em sua concepção linguística.”

A Libras em sua modalidade visoespacial não se difere das línguas orais possibilitando que em meio a produções de sinais, se perceba as metáforas e metonímias usadas no dia a dia pelos surdos e utentes da língua. Faria (2006, p. 183) diz que “Nesse sentido, a metáfora nas LS parece estar orientada pela visão. Uma vez que os Surdos compreendem o mundo pela visão mais que pela audição, tem uma visão diferente da dos ouvintes”.

Para melhor entendimento deste artigo, há a necessidade de diferenciarmos alguns termos que se parecem, mas que se diferenciam por algum motivo. Sinais produzidos utilizando empréstimo linguístico e iconicidade podem ser diferentes de sinais metonímicos ou até mesmo podem estar todos acoplados em um único sinal.

O empréstimo linguístico é um fenômeno natural, ocorrendo em línguas de contato, no caso da Libras, a língua de maior contato é a língua portuguesa, ocasionando assim empréstimo desta por aquela. Por serem de modalidades diferentes, esses empréstimos se denominam de datilologia ou soletração manual, ou seja, são representações visuais do alfabeto latino da língua portuguesa, possibilitando assim, a construção de sinais, como aponta Fernandes (2019, p. 7) o “empréstimo por meio da datilologia é incorporado ao sistema, dispondo da aparência da língua alvo, como o

sinal de “março”, que é realizado pela forma gráfica , respectivamente, M-A-R-Ç-O”.

Os sinais icônicos são aqueles que por meio da execução do sinal possuem uma plasticidade textual dando ao co-enunciador ou receptor uma visão do objeto, tornando esse metaforicamente icônico para o seu referente, como exemplo, o sinal de telefone: a mão do sinalizante é configurada em “Y” e o ponto de articulação é ao lado da orelha, ao visualizar o sinal entendemos claramente seu significado, tornando-se um sinal icônico.

A comunicação verbal é um processo de negociação de sentidos. Envolve as imagens mentais, construídas por um enunciativador, que são traduzidas em signos (verbaus e não-verbaus, no caso do texto escrito), e que são reconstruídas pelo leitor ou intérprete (co-enunciador). A plasticidade textual é, assim, “referência de iconicidade”, e o código linguístico, neste caso, é “uma das forças exteriores que constrói a plasticidade textual” (SIMÕES, 2007, p. 20).

Faria (2006, p.183, grifo nosso) afirma que a metonímia “é uma figura da fala na qual uma palavra ou frase é substituída por outra com a qual ela está aproximadamente associada”, entre os subtipos da metonímia está a sínédoque que utiliza uma parte para representar o todo, segundo a autora,

[...] é a sínédoque, que consiste na representação apenas de uma parte do todo para representá-lo; não apenas uma parte selecionada para encontrar-se o todo, mas uma característica do todo selecionado irá funcionar como iluminação para o entendimento. Assim, a metonímia tem uma função referencial que nos permite usar uma entidade para encontrar outra (FARIA, 2003, p. 66).

Desse modo, de acordo com Faria (2003), vale evidenciar que os sinais elaborados por empréstimos linguísticos, relacionados a soletração manual, não se referem especificamente a um léxico nativo da Libras, como já mencionado por Quadros e Karnopp (2004, p. 88). Por-

tanto, estes se referem a um tipo de léxico não nativo, mas que pode fazer parte de uma categoria, estando estes na periferia do processo cognitivo. Assim, a iconicidade tem como objetivo apresentar o objeto referenciado diferentemente da metonímia, que representa o todo por uma parte, mas que partilham um mesmo espaço conceitual, tornando-se um caso especial como afirma Wilcox (2004):

Eu defino iconicidade cognitiva como um caso especial em que os pólos fonológico e semântico de uma estrutura simbólica residem na mesma região do espaço conceitual. Uma razão para a riqueza da representação icônica presente nas línguas de sinais é que o pólo fonológico dos signos envolve objetos que se movem no espaço, vistos de um certo ponto de vista: mãos movendo-se no espaço, vistas pelo signatário e pelo observador Wilcox (WILCOX, 2004, p. 119, tradução nossa).

Por isso, ao analisar o processo de substantivação na Língua de Sinais Argentina - LSA Martínez e Morón Usandivaras (2013, p. 218), consideram que a iconicidade é um princípio linguístico que está estreitamente ligada a um “mecanismo metonímico”, o que também verificamos em nossas análises que serão apresentadas na seção cinco deste artigo. A seguir, mostraremos o percurso metodológico que foi utilizado para elaboração de tais análises.

## CAMINHOS METODOLÓGICOS







Como estratégia metodológica, selecionamos o *Livro Ilustrado de Língua Brasileira de Sinais: desenvolvendo a comunicação usada pelas pessoas com surdez*, elaborado por Márcia Honora e Mary Lopes Esteves Frizanco. A escolha deste justifica-se pela sua organização onomasiológica, ou seja, os verbetes estão arrolados em categorias semânticas. O livro é dividido em três volumes, diferenciados por co-



res: i) verde, ii) alaranjado e iii) vermelho, publicados respectivamente em 2009, 2010 e 2011.

As obras possuem diversas categorias semânticas, *cores, família, profissão, meios de transporte, frutas, verduras* e outros. Dentre as possíveis categorias, optamos pela de *Super heróis e vilões*, contendo o total de trinta verbetes, sendo eles: *Aquaman, Batgirl, Batman, Ben 10, Capitão américa, Ciclope, Coisa, Coringa, Demolidor, Doutor Octopus, Duende verde, Flash, Hellboy, Homem aranha, Homem de ferro, Hulk, Lanterna Verde, Lex Luthor, Magneto, Máscara, Mística, Mulher invisível, Mulher maravilha, Professor Xavier, Robin Hood, Superman, Surfista prateado, Tocha humana, Wolverine e Zorro*. Em uma primeira seleção, retiramos dos dados a serem analisados três verbetes:

Figura 1 - Sinais não analisados.

	Nome	Sinal/imagem	ilustração
a)	<i>Lex Luthor</i>		
b)	<i>Robin Hood</i>		
c)	<i>Surfista prateado</i>		

Fonte: elaborado pelos autores com base em Honora e Frizanco (2010, p. 266-267).

Como pode ser observado, na figura acima, o sinal *Lex Luthor* é realizado a partir da utilização do processo de soletração, conhe-

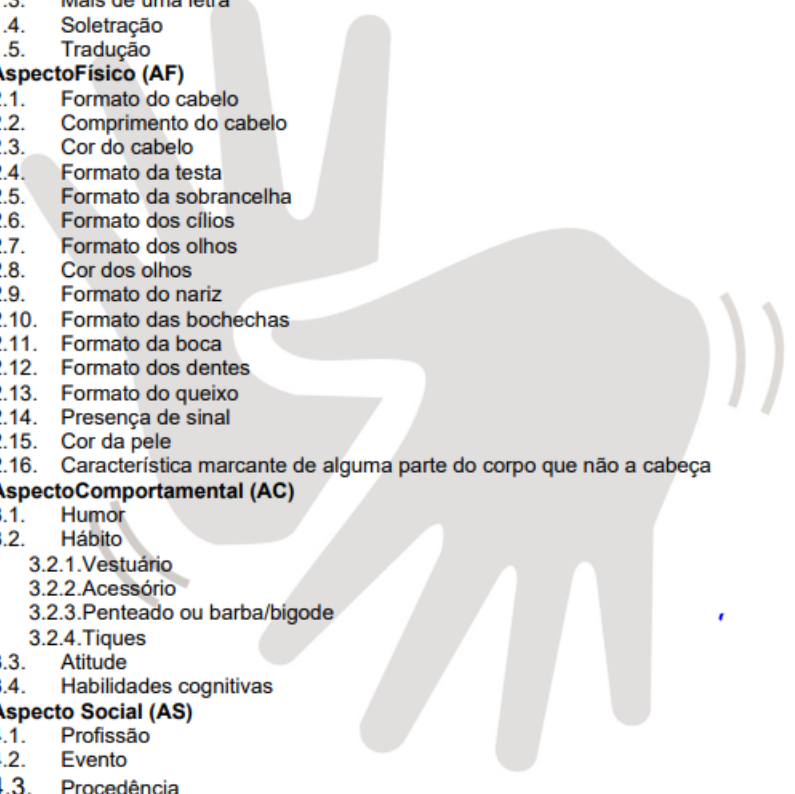
cido como soletração manual ou datilologia, o que não o caracteriza como processo metonímico sinédoque. Também o sinal *Robin Wood*, é um sinal monomanual que utiliza a configuração de mão em “R”, processo de inicialização, como apresentado por Barros (2018). O sinal relacionado ao *Surfista Prateado*, como pode ser observado a figura retrata o herói em sua totalidade, por meio do uso de CMs distintas, sendo estas associadas a um movimento retilíneo, e não apenas uma parte, ou seja, é possível visualizar um homem sobre uma prancha, por este motivo, este sinal também foi retirado das análises e considerado um classificador. Portanto, justificamos, assim, a remoção das supracitadas lexias de nossas análises, contudo, os dados a serem cotejados perfazem o total de 27 sinais.

Para a análise dos dados selecionados, recorreremos aos estudos da linguística cognitiva, de modo a nos valermos do sistema imagético para compreender o processo metonímico em língua de sinais. Selecionamos unicamente o esquema imagético de multiplicidade, apresentado por Ferrari (2014). Assim, dentro dessa categoria optamos pela tipologia parte-todo. A partir do *corpus* utilizado propomos a elaboração de uma ordem taxonômica, com o interesse em apresentar formas de representação do léxico na Libras, em específico, as metonímias relacionadas aos *super heróis* e *vilões* anteriormente indicados.

Como ponto de partida para a construção de nossa categorização, nos beneficiaremos dos estudos de Barros (2018), que tem como objetivo a criação de uma taxonomia antroponímica. Assim, a supracitada autora ao apresentar uma forma de classificar os sinais-nomes na Libras, nos possibilita refletir sobre a relação prototípica da formação dos sinais.

Figura 2 - taxonomia antroponímica na Libras.

**TAXONOMIA ANTROPONÍMICA NA LIBRAS**

- 
- 1. Empréstimo de Língua Oral (ELO)**
    - 1.1. Inicialização
    - 1.2. Uma letra
    - 1.3. Mais de uma letra
    - 1.4. Soletração
    - 1.5. Tradução
  - 2. Aspecto Físico (AF)**
    - 2.1. Formato do cabelo
    - 2.2. Comprimento do cabelo
    - 2.3. Cor do cabelo
    - 2.4. Formato da testa
    - 2.5. Formato da sobrancelha
    - 2.6. Formato dos cílios
    - 2.7. Formato dos olhos
    - 2.8. Cor dos olhos
    - 2.9. Formato do nariz
    - 2.10. Formato das bochechas
    - 2.11. Formato da boca
    - 2.12. Formato dos dentes
    - 2.13. Formato do queixo
    - 2.14. Presença de sinal
    - 2.15. Cor da pele
    - 2.16. Característica marcante de alguma parte do corpo que não a cabeça
  - 3. Aspecto Comportamental (AC)**
    - 3.1. Humor
    - 3.2. Hábito
      - 3.2.1. Vestuário
      - 3.2.2. Acessório
      - 3.2.3. Penteado ou barba/bigode
      - 3.2.4. Tiques
    - 3.3. Atitude
    - 3.4. Habilidades cognitivas
  - 4. Aspecto Social (AS)**
    - 4.1. Profissão
    - 4.2. Evento
    - 4.3. Procedência

Fonte: Barros (2018, p. 51).

Importante destacar que, devido ao fato de analisarmos os sinais relacionados aos super heróis e vilões, a categorização elaborada por Barros (2018), pode não ser suficiente para a organização do cor-

*pus* selecionado, resultando na necessidade de adaptação e criação de novas taxes e sub taxes.

## ANÁLISE DE DADOS: CATEGORIZAÇÃO TAXONÔMICA RELACIONADA À SINÉDOQUE NA LIBRAS

Como mencionado no capítulo anterior, utilizaremos a proposta taxonômica proposta por Barros (2018), no entanto, foi necessário realizar algumas adaptações, assim como a elaboração de outras categorizações, posto que, para a LC “as categorias não representam divisões arbitrárias de entidades do mundo, mas surgem baseadas em capacidades cognitivas da mente humana”. Contudo, na figura a seguir, propomos a seguinte taxonomia.

**Figura 3: Proposta taxonômica.**

### **1. Habilidades Fantásticas (HF)**

### **2. Aspecto Físico (AF)**

- 2.1. característica marcante de alguma parte do corpo que não a cabeça
- 2.2. formato da boca
- 2.3. formato da orelha
- 2.4. presença de chifres
- 2.5. textura da pele
- 2.6. deficiência física

### **3. Aspecto Comportamental (AC)**

- 3.1. Hábito
  - 3.1.1. vestuário
  - 3.1.2. acessórios
  - 3.1.3. ação

Fonte: adaptada pelos autores com base em Barros (2018).



De modo que foi necessária a criação de algumas categorias como:











1. Habilidades fantásticas (HF), em que o sinal está relacionado à produção de poderes do herói ou vilão. Foram ainda, aproveitadas algumas das classificações proposta por Barros (2018), sendo elas:

2. Aspecto Físico (AF), que se vincula às características anatômicas do corpo, assim como as subcategorias: 2.1. característica marcante de alguma parte do corpo que não a cabeça e 2.2. formato da boca. Assim, pela falta de taxes, subtaxes e/ou infrataxes que contemplassem o *corpus* selecionado, foi necessário criar novas categorias que atendesse satisfatoriamente essa subdivisão, sendo elas: 2.3. formato da orelha; 2.4. presença de chifres; 2.5. textura da pele; e 2.6. deficiência física.

Outra categoria também utilizada foi a 3. Aspecto Comportamental (AC), em que o sinal metonímico se volta para a conduta dos personagens. Temos também uma subclassificação específica baseada em Barros (2018) denominada 3.1. Hábito, dentro desta, utilizamos em consonância com autora as seguintes infrataxes: 3.1.1. vestuários e 3.1.2. acessórios. Também houve a necessidade de criação de uma nova infrataxe denominada aqui como 3.1.3 ação, que não está ligada a quaisquer produções fantásticas, mas se voltam ao movimento característico da experiência de vida do herói ou vilão e que os identificam. A seguir, serão apresentadas as análises do *corpus* selecionado, destacando o aspecto metonímico na Libras:

1 **Habilidades Fantásticas:** essa taxte destaca os aspectos fantásticos dos super heróis e vilões, ou seja, o sinal sinedóquico é formado a partir da projeção de uma parte inerente a estes personagens, ou seja, aos seus poderes extraordinários. Como pode ser observado a seguir.

Figura 4 - sinais metonímicos relacionados às habilidades fantásticas.

	<b>Nome</b>	<b>Sinal/imagem</b>	<b>Ilustração</b>
d)	<i>Homem Aranha</i>		
e)	<i>Lanterna verde</i>		
f)	<i>Magneto</i>		
g)	<i>Mulher invisível</i>		
h)	<i>Tocha humana</i>		

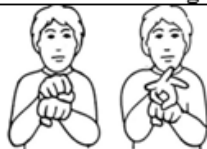



Fonte: elaborado pelos autores com base em Honora e Frizanco (2010, 265-268).

De modo que, a LC nos permite também subdividir esta categoria sob os seguintes aspectos: em d) o sinal se refere a possibilidade do personagem de projetar teias a partir de seu pulso ou de um objeto. Em e) o poder é canalizado e lançado por um determinado objeto. Assim, o aspecto evidenciado, foi o da projeção do poder, como motivação para criação do sinal, veja que essa atitude torna tão icônica que se modifica internamente quanto aos parâmetros fonológicos da língua de sinais. Já em f) há um aspecto ligado a manipulação de uma determinada habilidade. e um terceiro, também pode ser observado em que o poder se associa às características físicas como se vê em g) a mudança altera a percepção do próprio corpo e em h) que a combustão se associa ao físico para evidenciando suas habilidades.

**2 Aspecto Físico (AF):** como definido por Barros (2018, p. 42), refere-se aos “aspectos físicos da pessoa”. Porém, o que se pode observar é que para esse grupo lexical analisado, a formação do sinal não está fonologicamente associada apenas ao PA e ao M como na categorização realizada pela autora, mas também identificamos que o processo de iconicidade restringe a CM por meio da constituição física das personagens, como pode ser visto nas subtaxes a seguir.

**2.1 Característica marcante de alguma parte do corpo que não a cabeça:** nesta, aloca-se todos os super heróis e vilões que apresentam a metonímia em um PA que não seja a cabeça.

Figura 5 - sinais metonímicos relacionados às características marcantes de alguma parte do corpo que não a cabeça.



	Nome	Sinal/imagem	Ilustração
i)	<i>Wolverine</i>		
j)	<i>Coisa</i>		

Fonte: elaborado pelos autores com base em Honora e Frizanco (2010, p. 264 e 268).

Como pode ser observado, em i) o sinal indica a habilidade física do personagem em projetar três lâminas, uma vez que, este herói teve sua estrutura óssea revestida por uma espécie de metal. Isso comprova a restrição da CM como se nota na figura acima. Já em j) o PA é marcado no tórax, sendo o M e a CM simultaneamente usados para marcar a característica do herói, quanto ao seu volume e sua estrutura corporal.

**2.2 Formato da Boca:** de acordo com Barros (2018, p. 54) essa subcategoria está associada à forma que as características da boca servem para a motivação de elaboração de um determinado sinal, podendo ser “lábios grossos, finos, grandes, pequenos e outros”.

Figura 6 - sinais metonímicos relacionados ao formato da boca.

	Nome	Sinal/Imagem	Ilustração
k)	<i>Coringa</i>		



Fonte: elaborado pelos autores com base em Honora e Frizanco (2010, p. 264).

A figura evidencia além dos parâmetros CM, PA, M e OP, o uso de elementos expressivos que compõem as ENM. De modo que, estes elementos constroem uma representação metonímica do tipo sinédoque, quando consideramos ser esta apenas uma das muitas características que poderiam ser utilizadas na formação do sinal e revela. Portanto, mais uma vez o caráter icônico da motivação desse sinal. Vale destacar que, neste *corpus* selecionado as ENMs aparecem fonologicamente em menor número se comparadas a outros parâmetros empregados na elaboração dos sinais.

**2.3 Formato da Orelha:** esta subclassificação está vinculada à característica física de um determinado super herói ou vilão, em que as orelhas constituem o processo metonímico de sinédoque por sua peculiaridade, podendo ser compridas, curtas, entre outras, ou seja, a formação do sinal se relaciona à aparência que estes possuem, a seguir veja em l) que encontramos uma entrada na fonte pesquisada, porém entendemos que há sinais usados pela comunidade surda brasileira que ainda não foram registrados e, portanto, não compõem o *corpus* deste estudo.



Figura 7 - sinais metonímicos relacionados ao formato da orelha.

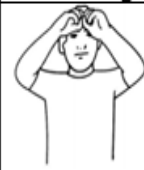

	Nome	Sinal/Imagem	Ilustração
l)	<i>Duende Verde</i>		

Fonte: elaborado pelos autores com base em Honora e Frizanco (2010, p. 265).

Nota-se, em l) a produção de um sinal composto formado pela execução dos seguintes parâmetros, respectivamente: a orelha é marcada pelo PA, na lateral da cabeça, o padrão pontudo é dado pela restrição da CM atrelada ao M e a OP. Nesse sentido, o próximo sinal que foi adicionado está ligado à coloração da pele da personagem, como pode ser verificado acima.

**2.4 Presença de Chifres:** a seguir apresentamos a subtaxe, como o próprio nome alude, refere-se àquelas personagens que são nomeados levando em consideração, a presença de chifres, ou características marcantes que lembrem um chifre.

Figura 8 - sinais metonímicos relacionados à presença de chifres.

	Nome	Sinal/Imagem	Ilustração
m)	<i>HellBoy</i>		





Fonte: elaborado pelos autores com base em Honora e Frizanco (2010, p. 265).

Na figura acima, vemos em m) que a execução do sinal é prototipicamente realizado na testa, porém entendemos que há a possibilidade de alteração desse PA quando se trata de seres sobrenaturais. Já

as CMs e OPs, no verbete encontrado, revelam a condição de simetria. Quadros e Karnopp (2004), também entendemos que esse é um fator fonológico muito flexível, pois no mundo fantástico há seres com apenas um chifre ou mais de dois.

**2.5 Textura da Pele:** esta subtaxe refere-se a personagens, podem apresentar a textura ou cor diferenciada, podendo estes se encaixarem neste item.

Figura 9 - sinais metonímicos relacionados à textura da pele.

	Nome	Sinal/Imagem	Ilustração
n)	<i>Mística</i>		
o)	<i>Coisa</i>		



Fonte: elaborado pelos autores com base em Honora e Frizanco (2010, p. 264 e 267).

Em n) o que se constata é que a CM está intrinsecamente ligada ao PA, que não apresenta uma forma estática, pois está associado às protuberâncias existentes em sua pele. Portanto, o M marca a extensão dessa característica nos personagens. Veja que, em o) essa extensão também propiciada pelo M, porém é acompanhada pela CM, que indica a textura por meio de seu aspecto icônico. Assim, destacamos a flexibilidade do processo de categorização na LC, uma vez que l), também aparece na subtaxe 2.1.

**2.6 Deficiência Física:** apesar de serem super heróis ou vilões, alguns podem possuir algum tipo de deficiência física, e este elemento

muitas das vezes pode definir a produção metonímica que indica sua nomeação em Libras.

Figura 10 - sinais metonímicos relacionados à deficiência física.

	Nome	Sinal/Imagem	Ilustração
p)	<i>Demolidor</i>		

Fonte: elaborado pelos autores com base em Honora e Frizanco (2010, p. 264).









O verbete p) encontrado, destaca a questão da cegueira, em que também se observa a condição fonológica de simetria na elaboração desse sinal metonímico. Além disso, podemos ver que o relaxamento do polegar na CM apresenta uma relação prototípica periférica, posto que assume simultaneamente dois aspectos, o primeiro está associado ao chifre, presente na caracterização da personagem, e à sua fantasia, ou seja, vestuário. Outro fator, que merece destaque nessa categorização é que a questão da deficiência, na motivação do sinal, é fortemente marcada pelo PA.

**3 Aspecto Comportamental (AC):** essa categoria está relacionada, às questões inerentes às práticas e/ou usos que as personagens fazem em algum aspecto não associado aos poderes que apresentam em si, pelo contrário, aqui observamos a humanidade desses super heróis ou vilões, pois essa classe, suas subtaxes e infrataxes revelam atitudes humanas, bem como o uso de fantasias, de acessórios e ações tipicamente humanizadas, como veremos a seguir.

**3.1 Hábito:** essa subtaxe “descreve costumes de uma pessoa” Barros (2018, p. 54). De modo que, fonologicamente a iconicidade está vinculada à imagem característica dessas personagens, portanto, atua fortemente no processo de formação metonímica por sinédoque.

**3.1.1 Vestuário:** nesta infrataxe, podemos verificar que as formações dos sinais estão vinculadas ao uso de trajes específicos, que compõem aspectos mais salientes do protótipo e que estão ligados à indeterminação da identidade humana desses super heróis ou vilões, sendo este um fator determinante para a motivação de produção do sinal.

Figura 11- sinais metonímicos relacionados ao vestuário.

	Nome	Sinal/Imagem	Ilustração
q)	<i>Batgirl</i>		
r)	<i>Batman</i>		
s)	<i>Flash</i>		
t)	<i>Capitão América</i>		

Fonte: elaborado pelos autores com base em Honora e Frizanco (2010, p. 263 e 265).









Nota-se neste grupo a recorrência prototípica do PA na lateral da cabeça, além disso, as CMs, nas entradas organizadas desse dicionário, tendem indicar uma protuberância de volume, que decorre da vestimenta das personagens. Assim, em q) e r) podemos observar que a formação dos sinais é composta também pela adição da marca de gênero.













Em s) pode-se verificar que à CM é incluso o M, que compõem fonologicamente a iconicidade do sinal. Já em t), foi identificada uma relação de periferia, em relação a essa categoria, pois simultaneamente é realizado um sinal com o braço que indica o uso de um objeto que está vinculado ao traje desse super herói, portanto, também poderia estar ligado à próxima infrataxe.

**3.1.2 Acessórios:** outra relação metonímica que foi encontrada no *corpus*, está associada à formação de sinais sinedóquicos motivados pelo uso de algum apetrecho ou acessório pela personagem. Observa-se, nesta infrataxe uma maior flexibilização fonológica quanto ao PA, CM, M e OP. Nota-se que a relação de iconicidade se estabelece como principal característica, o que contribui para que esta seja uma das maiores classes prototípicas encontrada no *corpus*.

Figura 12 - sinais metonímicos relacionados à acessórios.

	Nome	Sinal/Imagem	Ilustração
u)	<i>Ben 10</i>		
v)	<i>Capitão América</i>		
w)	<i>Ciclope</i>		
x)	<i>Doutor Octopus</i>		





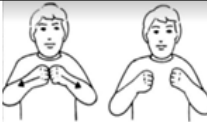

y)	<i>Homem de ferro</i>		
z)	<i>Máscara</i>		
Aa)	<i>Mulher maravilha</i>		
Ab)	<i>Professor Xavier</i>		
Ac)	<i>Zorro</i>		

Fonte: elaborado pelos autores com base em Honora e Frizanco (2010, p. 263-268).

O que se observa nesta classe é que a relação de sinédoque pode ser dada: i) pela manipulação de um determinado objeto, como em u), z) e Ab; ii) pela composição do apetrecho ao traje, como se vê em Aa); iii) como uma peça de extensão do corpo, temos como exemplos x) e y) e iv) em que aparecem a manipulação do objeto e sua associação com o vestuário, como em w) em que temos o óculos (iconicamente modificado por aspectos fonológicos), Ac) em que o sinal é formado pela máscara (objeto que compõe o traje) e o uso da espada. Além disso, em v), o sinal composto também aparece na infra-taxe 3.1.1, uma vez que mantém uma relação metonímica prototípica com a fantasia usada pela personagem.

**3.1.3 Ação:** a última infrataxe analisada, está relacionada a um tipo de hábito que se forma por práticas cotidianas humanas, ou seja, não se liga à um uso específico de acessório ou vestimenta. Pelo contrário, a motivação decorre de habilidades comuns e não está atrelada a qualquer espécie de poder sobrenatural ou incomum. Veja a imagem a seguir.

Figura 13 - sinais metonímicos relacionados à ação.

	Nome	Sinal/imagem	Ilustração
Ad)	<i>Aquaman</i>		
Ae)	<i>Hulk</i>		
Af)	<i>Superman</i>		

Fonte: elaborado pelos autores com base em Honora e Frizanco (2010, p. 263, 266 e 268).

É possível observar nesta infrataxe, que as atitudes dos super heróis ou vilões não estão associadas à sua fonte de poder ou a alguma característica específica de sua vestimenta, objeto, textura etc, como nas classificações acima. Em Ad) vemos que tanto a CM, quanto o M e o PA, indicam a forma de um comportamento, mais natural, da personagem e está próximo às ações humanas, neste caso o ato de nadar.

Em Ae) a mesma relação de conduta é projetada, porém, nota-se o uso simultâneo de ENM para indicar a força e a ferocidade do super herói ou vilão. Já em Af) podemos constatar que, a ação da personagem não se vincula aos seus superpoderes ou mantém algum tipo de

relação com os apetrechos de sua fantasia, mas está ligada ao fato de que este super herói esconde sua identidade, por isso, o sinal é iconicamente motivado pelo ato de abrir a camisa. Isso indica a restrição fonológica do PA que ocorre no tórax e do M que revela essa dinamicidade, de modo que temos aí a relação metonímica parte pelo todo.

## CONCLUSÃO

Após a coleta e tratamento dos dados, os vinte e sete sinais selecionados foram organizados e categorizados nas taxes, subtaxes e infrataxes, de forma a apresentar uma análise qualitativa dessas distribuições. Importante destacar que, o objetivo principal deste texto é apresentar a metonímia na Libras, tendo como base o processo de categorização e prototipicidade preconizado pela LC, segundo Langacker (1987/1991), Silva (1997), entre outros.

De modo que, esta não é uma pesquisa exaustiva de análise taxonômica relacionada aos nomes dos super heróis e vilões, e portanto, com esta forma de exposição, nos permitiu verificar o processo de criação da metonímia do tipo sinédoque em uma língua visoespacial Faria (2003), Martínez e Morón Usandivaras (2013), dentre outros.

Como pode ser observado, há o total de vinte e nove sinais analisados, justifica-se essa quantidade, pois dois dos vinte e sete sinais selecionados terem sido alocados em dois grupos, sendo eles: Capitão América e Coisa, como mostra análises anteriores, o que comprova, de acordo com Rosch (1973) e Ferrari (2014), a flexibilidade do processo de categorização na LC.

Em suma, as análises comprovaram que, a formação de sinais metonímicos do tipo sinédoque, considerando o *corpus* selecionado, possuem um alto grau de iconicidade em sua motivação.



Sendo que, este atua diretamente nas restrições fonológicas da Libras, primariamente, por meio dos parâmetros CM, PA, M e secundariamente pela OP e as ENM.

## REFERÊNCIAS

- BARROS, M. E. Taxonomia antroponímica nas línguas de sinais: a motivação dos sinais-nomes. *RE-UNIR*, v. 5, n. 2, p. 40-62, 2018.
- BATTISON, R. M. *Lexical borrowing in American Sign Language*. Silver Spring, MD: Linstok Press, 1978.
- BATTISON, R. M. Phonological deletion in American Sign Language. *Sign Language Studies*, v. 5, p. 1-19, 1974.
- BRASIL. *Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002*. Disponível em: <[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)>. Acesso em: 22 set. 2020.
- CHIAVEGATTO, V. C. Introdução à linguística cognitiva. *Matraga*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 24, p. 77-96, jan./jun. 2009. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/matraga/article/viewFile/27797/19918>>. Acesso em: 02 out. 2020.
- FARIA, S. P. de. *A metáfora na LSB e a construção dos sentidos nos desenvolvimentos da competência comunicativa de alunos surdos*. 2003. 316 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* do Departamento de Linguística, Línguas Clássicas e Vernácula da Universidade de Brasília, Brasília, 2003.
- FARIA, S. P. de. *Metáforas na LSB: debaixo dos panos ou a um palmo de nosso nariz*. Estudos Linguísticos, Campinas, v. 07, n. 2, p. 179-199, 2006.
- FERNANDES, L. A. Empréstimo linguístico na Libras: lematização de sinais puramente datilológicos no dicionário Novo DEIT-Libras. *Entre Parênteses*, v. 1, n. 8, p. 1-18, 2019.
- FERRARI, L. *Introdução à Linguística Cognitiva*. 1 ed. 1 reimpressão. São Paulo: Contexto, 2014.
- GESSER, A. *Libras? Que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
- HALL, R. A. *An essay on language*. Filadélfia: Chilton Books, 1968.

HONORA, M.; FRIZANCO, M. L. E. *Livro ilustrado de Língua Brasileira de Sinais: desvendando a comunicação surda*. São Paulo: Ciranda, 2009.

HONORA, M.; FRIZANCO, M. L. E. *Livro ilustrado de Língua Brasileira de Sinais: desvendando a comunicação surda*. São Paulo: Ciranda, 2010.

HONORA, M.; FRIZANCO, M. L. E. *Livro ilustrado de Língua Brasileira de Sinais: desvendando a comunicação surda*. São Paulo: Ciranda, 2011.

LAKOFF, G. *Women, fire and dangerous things: What categories reveal about the mind*. Chicago: University of Chicago Press, 1987.

LAKOFF, G.; TURNER, M. *More than cool reason: a field guide to poetic metaphor*. Chicago: University of Chicago Press, 1989.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metaphors we live by*. Chicago/London, the University of Chicago Press, 1995 [1980].

LANGACKER, R. *Foundations of cognitive grammar*. v. 1 e 2. Stanford: Stanford University Press, 1987/1991.

LITTLEMORE, J. *Metonymy*. Cambridge: University de Cambridge, 2015.

MARTÍNEZ, R. A.; MORÓN USANDIVARAS, M. Metonímia e iconicidad cognitiva en señas sustantivas concretas de la lengua de señas argentina (LSA). *Signo y Seña: Buenos Aires*, n. 23, p. 213-237. 2013.

PIZZIO, A. L.; CAMPELLO, A. R. S.; REZENDE, P. L. F.; QUADROS, R. Q. *Língua Brasileira de Sinais III*. Florianópolis, 2009. Disponível em: <[http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecificativa/linguaBrasileira-DeSinaisIII/assets/263/TEXTO\\_BASE\\_-\\_DEFINITIVO\\_-\\_2010.pdf](http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecificativa/linguaBrasileira-DeSinaisIII/assets/263/TEXTO_BASE_-_DEFINITIVO_-_2010.pdf)>. Acesso em: 26 set. de 2020.

QUADROS, R. M. de; KARNOPP, L. B. *Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

ROSCH, E. H. On the internal structure of perceptual and semantic categories. In: MOORE, T. E. (Org.). *Cognitive development and the acquisition of language*. New York: Academic Press, 1973.

SAPIR, E. *Linguística como ciência: ensaios*. 2. ed. Trad.: Joaquim Mattoso Câmara Jr. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1969.

SILVA, A. S. da. *A Linguística Cognitiva: Uma Breve Introdução a Um Novo Paradigma em Linguística*. Universidade Católica - Faculdade de Filosofia de Braga, 1997.

SIMÕES, D. *Iconicidade e verossimilhança*. Semiótica aplicada ao texto verbal. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2007.

STOKOE, W. *Sign and Culture: A Reader for Students of American Sign Language*. Silver Spring, MD: Listok Press, 1960.

WILCOX, S. 2004. Cognitive iconicity: Conceptual spaces, meaning and gesture in signed languages. *Cognitive Linguistics*. v. 15, n. 2, p. 119-147, jan. 2004.

# 16

Patrícia Maria da Silva  
Anair Valênia Martins Dias

## **ESTRANGEIRISMO LEXICAL NOS GÊNEROS REPORTAGEM E INFOGRÁFICO**

DOI: [10.31560/pimentacultural/2021.936.385-407](https://doi.org/10.31560/pimentacultural/2021.936.385-407)



## INTRODUÇÃO

Considerando que toda língua viva é dinâmica, mutável e evolui historicamente, sua característica mais marcante é a mudança que, de acordo com Ferraz (2006), se manifesta em todos os níveis linguísticos (fonológico, morfológico, sintático, semântico, pragmático), mas de forma mais evidente no nível lexical. Nas relações cotidianas, o léxico constitui uma forma de registrar a visão de mundo por meio de novas formações vocabulares que vão surgindo para nomear ideias, objetos e conceitos de acordo com a realidade histórica e cultural das pessoas.

Assim, em conformidade com os acontecimentos que afetam a humanidade, novas unidades linguísticas surgem para designar situações inéditas. Essas palavras, muitas vezes, são importadas de outros sistemas linguísticos, sendo nomeadas a princípio como estrangeirismos.

No atual cenário mundial, estamos nos deparando com uma grande entrada de estrangeirismos para informar a respeito da pandemia mundial da COVID-19. De acordo com os estudiosos da neologia de empréstimos, dentre eles Ferraz (2006) e Carvalho (2009), a entrada dos estrangeirismos na língua portuguesa brasileira acontece principalmente por meio da escrita, atualmente atestada nas linguagens técnicas, científica, jornalística e publicitária. Também é unânime dentre os estudiosos desse assunto que a maioria dessas palavras são de procedência da língua inglesa, também chamado de anglicismos.

Desse modo, os anglicismos entram na língua escrita para informar a população a respeito de vários assuntos de interesse público. Atualmente, em virtude da pandemia, a necessidade de informar e orientar a população a respeito da doença e das novas mudanças de vida advindas com ela tem sido uma constante. Essas informações estão em voga principalmente nos gêneros reportagem e infográfico, sejam eles impressos ou digitais, que se utilizam dos estrangeirismos, principalmente dos anglicismos, para transmitir ideias, conceitos e informações.

Com base nisso, e apoiando-nos nos documentos oficiais que regem a educação no Brasil, dentre eles os Parâmetros Curriculares Nacionais, doravante PCNs (1998) e a Base Nacional Comum Curricular, doravante BNCC (2018), sugerimos atividades que exploram a presença dos estrangeirismos em textos autênticos destinados ao público em geral, com destaque para os gêneros: reportagem e infográfico.

Apresentamos a seguir a fundamentação teórica, a metodologia abordada para essa finalidade de estudo, os gêneros escolhidos e as considerações a respeito dos caminhos apontados na presente proposta.

## OS EMPRÉSTIMOS LEXICAIS

Considerando que uma das formas de ampliação lexical é a *neologia de empréstimos*, discutiremos a seguir o posicionamento de diferentes autores para compreender o caminho que uma palavra percorre desde a sua criação até vir a constituir-se como empréstimo.

Nas palavras de Carvalho (2009), o empréstimo surge da necessidade de nomear objetos, ideias e conceitos advindos de outra cultura, sendo assim, ao usar uma palavra na sua forma vernácula, importada de outro sistema linguístico, o falante está importando também a ideia ou conceito que ela designa, o que implica dizer que língua e cultura são indissociáveis. A autora explica que no início da importação de um termo, os falantes resistem a princípio, criando formas de resistência, uma delas é o decalque ou “calque” que consiste na tradução literal de um termo para a língua importadora. São exemplos de calques: *skyscraper* - arranha-céu; *credit card* – cartão de crédito; *high-technology* – alta tecnologia.

Pensando nessas definições, podemos perceber que não é fácil para o falante comum de uma língua lidar a princípio com o uso de palavras que até então não fazia parte de seu repertório lexical. Então, compreende-se que aportuguesar o termo é uma maneira de familiarizar-se com ele e tentar resistir à influência cultural e tecnológica. Sobre esse assunto, é interessante mencionar que portugueses têm uma tendência maior em aportuguesar anglicismos que os brasileiros. Exemplo disso são as palavras: *delet* (*deletar*) e *mouse*, que no português de Portugal são usadas respectivamente como apagar e rato de computador.

Câmara Jr. (1998, p. 104-105) “acredita que o empréstimo é a adoção de traços linguísticos diversos dos do sistema tradicional”. Segundo o autor, o condicionamento para a ocorrência dos empréstimos é o contato entre povos de lugares diferentes, que pode acontecer pela proximidade geográfica ou por intercâmbio cultural.

Assim como Câmara Jr. (1998), Dubois (2000) também considera importante o contato entre os povos para a ocorrência dos empréstimos. Então, “quando um falar A usa e acaba por integrar uma unidade ou um traço linguístico que existia precedentemente num falar B e que A não possuía; a unidade ou traço emprestado é, por sua vez, chamado de empréstimo” (DUBOIS, 2000, p. 209). Para o autor, o empréstimo é o fenômeno linguístico mais importante entre todos os contatos de línguas.

Para ampliar o conceito de empréstimo, Blomfield (1961) *apud* Carvalho (2009, p. 48) explica que o empréstimo é uma tentativa de reproduzir em uma língua os padrões linguísticos já existentes em outras. Assim, ela também considera que esse fenômeno é uma consequência do contato entre línguas.

Compreendemos que as definições apresentadas até aqui consideram que para a ocorrência dos empréstimos é preciso que haja o

contato entre línguas. Carvalho (2009), assim como Câmara Jr. (1998), acredita que as causas dos empréstimos podem ser divididas em dois grupos: 1) aquelas devidas ao contato interpessoal, à convivência dos falantes; 2) aquelas devidas à distância, mediatizadas por canais artificiais.

Diante disso, Rodrigues (1992, p. 99) afirma que uma língua pode tomar de empréstimo vocábulos de outras línguas, adaptando-as ou não. Nesse sentido, entendemos que a adaptação de um vocábulo de uma língua B ao sistema linguístico de uma língua A é um caso de empréstimo, enquanto que o estrangeirismo consiste na adoção do vocábulo da língua B em sua forma original, o que inclui a mesma grafia. Exemplos disso são as palavras “*shopping*” e “*marketing*” que já estão incorporadas na língua portuguesa e não são mais percebidas como estrangeiras.

Nessa perspectiva, Timbane (2012, p. 8) afirma que

alguns estrangeirismos, logo que entram na língua conseguem manter suas características de proveniência, mas outros mudam transformando-se em empréstimos”. E acrescenta que “as transformações fonéticas e ortográficas fazem com que haja passagem de estrangeirismo para empréstimo (TIMBANE, 2012, p. 5).

Assim, no que diz respeito à adoção de palavras de outro idioma, Carvalho (2009), explica que nem todas as adoções são aceitas porque uma comunidade linguística opta por adotar o que é funcional e necessário. E também lembra que “a adoção do termo estrangeiro como é fundamentalmente uma seleção, se adapta às circunstâncias do momento, podendo entrar e sair de uso, caso se tornem desnecessários” (CARVALHO, 2009, p. 38).

Considerando essa definição, podemos refletir sobre o uso de algumas palavras que entraram para a língua portuguesa para designar situações vivenciadas num dado momento e depois desapareceram. Borba (2006) exemplifica isso destacando o caso da palavra *tsu-*



*nami*, que foi muito usada na época dos acontecimentos na Indonésia, mas depois caiu no esquecimento. Assim, pensemos nas palavras em inglês que estão sendo usadas durante o período de pandemia, elas poderão sair de uso caso se tornem desnecessárias?

Sabemos que isso pode ocorrer e que elas podem se tornar desnecessárias na língua, mas na concepção de Carvalho (2009), a partir do momento em que uma palavra sofre adaptação, ela é tida como um empréstimo. Dessa forma, o empréstimo é o estrangeirismo adaptado. Alves (1994, p. 77) complementa essa ideia, para ela “enquanto estrangeirismo, o elemento externo ao vernáculo de uma língua não faz parte do conjunto lexical desse idioma. A fase propriamente neológica ocorre quando está se integrando à língua receptora”.

O pensamento de Alves (1994) vai ao encontro daquele expresso por Rodrigues (1992), quando afirma que uma língua pode ou não adaptar um empréstimo, acrescentando que a adaptação gráfica da unidade lexical estrangeira ao sistema português não constitui uma regra. Para exemplificar isso, Alves (1994) destaca que muitos empréstimos já assimilados como *abajur* e *xampu* revelam tal adaptação, mas em muitas ocasiões chegam a concorrer com o elemento grafado de acordo com a língua de origem.

Em todos os casos descritos, podemos perceber que não se pode evitar a adoção de empréstimos em uma língua, visto que o contato cultural, econômico, político e tecnológico une os povos de forma global, diluindo fronteiras e aproximando culturas que se inter cruzam por meio da língua. Diante disso, Contiero e Ferraz (2014, p. 51) explicam que “nenhuma língua é isenta de receber unidades lexicais de outros idiomas, sobretudo porque muito da renovação e riqueza de seu léxico advém da incorporação dessas palavras trazidas de fora e adaptadas ao nosso patrimônio lexical”.

No entanto, ao sofrer adaptações, algumas palavras podem ser usadas com frequência e outras caírem no desuso, de modo que quem determina a necessidade e a frequência de uso é a comunidade linguística. A esse propósito, Ferraz (2007, p. 55) esclarece que

A frequência de uso dos neologismos faz com que, gradativamente, a sensação de novidade lexical vá se perdendo até que, naturalmente, as unidades neológicas passam a integrar o conjunto das unidades lexicais memorizadas e de distribuição regular entre os usuários da língua. A entrada no sistema da língua é formalmente marcada quando essas unidades lexicais são registradas em dicionários de língua, o que caracteriza também a sua desneologização (FERRAZ, 2007, p. 55).

Desse modo, ao entrar em uma língua, o neologismo pode sofrer adaptações, de forma que até ser reconhecido como empréstimo, há um caminho a ser percorrido. Para Houaiss e Villar (2009, p. 37), o empréstimo é a “incorporação ao léxico de uma língua de um termo pertencente a outra língua [Dá-se por diferentes processos, tais como a reprodução do termo sem alteração de pronúncia e/ ou grafia (*know-how*), ou com adaptação fonológica e ortográfica (*garçom, futebol*)].”

O estrangeirismo é uma “palavra ou expressão estrangeira usada num texto em vernáculo, tomada como tal e não incorporada ao léxico da língua receptora; peregrinismo, xenismo” (HOUISS; VILLAR, 2009, p. 839). Assim, entende-se que, ao entrar em uma língua, os estrangeirismos passam por transformações até serem reconhecidos como tal. A fase de transição é chamada por alguns autores de “peregrinismo”.

Relacionando essas definições com as de Rodrigues (1992), temos como problema o uso dos xenismos, que apesar de serem considerados estrangeirismos, apresentam-se em número significativo na língua portuguesa. São palavras que, embora não sofreram adaptações, mostram-se aceitas pela comunidade linguística dada a sua frequência de uso.

Por isso, Ferraz (2007) explica que determinar o exato momento em que um termo deixa de ser um estrangeirismo e passa a ser um empréstimo não é uma tarefa fácil, visto que, como estrangeirismo ele sofre modificações e também pode entrar na língua como um xenismo, ou seja, sem alteração na grafia, seguindo a sua forma vernácula.

Para explicar a frequência de uso das palavras e como isso influi na caracterização delas como estrangeirismo ou empréstimo, Carvalho (2009) utiliza a dicotomia saussureana *langue* / *parole*, salientando que:

Enquanto o estrangeirismo faz parte da *parole* – uso individual – o empréstimo passa a ser um elemento da *langue*, já socializado. Dentro deste aspecto alguns empréstimos continuariam como fatos da *parole* (não são retomados em novos enuncios) e outros tornar-se-iam fatos da *langue*, pela frequência de uso (CARVALHO, 2009, p.56 e 57).

Isso significa que, quando uma palavra nova é usada por um indivíduo, ela soa como estranha, mas com o passar do tempo esse uso pode ser frequente e atingir o social. A partir do momento em que essa palavra é de uso social, ela pode sofrer adaptações e ser incorporada à língua importadora ou mesmo incorporar-se na sua forma vernácula. Assim, ela passa a constituir-se como um empréstimo.

Assim, conforme as explicações de Carvalho (2009), o empréstimo constitui-se na fase de instalação de um termo, que pode ser adotado, rejeitado ou substituído. Segundo Carvalho (2009), os empréstimos linguísticos podem ser classificados de várias formas, são elas:

- Segundo a origem, em íntimo, dialetal e externo (admitindo ainda as subdivisões em anglicismo, galicismo etc.);
- Segundo à fase de adoção, em estrangeirismo, empréstimo e xenismo;
- Segundo à forma de derivação, em direto e indireto;

- Segundo à forma de adoção, em calque, adaptação e incorporação;
- Segundo sua função, intenção ou necessidade de uso, em conotativo e denominativo (CARVALHO, 2009, p. 66).

Apesar das escolhas lexicais de um falante, a presença de estrangeirismos no português brasileiro é uma realidade incontestável, bem como o reconhecimento de que a maioria deles é de procedência da língua inglesa. Nesse sentido, tanto Ferraz (2006, p.230) como Alves (1994, p.72) reconhecem a representatividade dos anglicismos no português brasileiro, afirmando que a sua presença é uma realidade hoje atestada nas linguagens técnica, jornalística e publicitária, dentre outras.

A nosso ver, é importante que o professor de línguas, principalmente de língua inglesa, ao trabalhar a presença dos anglicismos na língua portuguesa, levem os alunos a refletirem sobre questões de ordem política e cultural, a fim de que eles entendam que é imprescindível valorizar a identidade linguística local, fazendo uso consciente dos estrangeirismos.

## OS ESTRANGEIRISMOS LEXICAIS

Para melhor compreendermos a diferença entre estrangeirismo e empréstimo é preciso considerar que no processo de formação de uma nova palavra pela *neologia de empréstimos*, o elemento novo soa como estranho, por isso é chamado estrangeirismo. Carvalho (2009) explica que:

Um termo estrangeiro perde esta condição quando não é mais percebido como tal. Se ele permanece escrito na sua forma de origem, será sempre sentido como elemento estranho ao sistema linguístico, quanto à sua forma fônica, o momento em que os falantes de uma língua introduzem um termo estrangeiro não acontece em nível escrito, mas em nível fonológico. É o caso



de *show*, que permanece um xenismo quanto à forma escrita, porém bem adaptado aos hábitos linguísticos do português (CARVALHO, 2009, p.57).

De acordo com essa definição, entende-se que o termo estrangeiro deixa de ser visto como estranho quando a comunidade linguística faz uso deste com frequência. Em contrapartida, outros termos, mesmo sendo usados com frequência, não sofrem adaptações e permanecem em sua forma vernácula – xenismos.

Para esclarecer a distinção existente entre os termos estrangeirismo e empréstimo, Carvalho (2009) elucida que:

Tomando como paralelo o caso dos empréstimos monetários feitos pelo Brasil, embora o governo brasileiro receba em dólares, estes são transformados em reais para uso no território nacional. Assim, o empréstimo é o estrangeirismo adaptado de várias formas (CARVALHO, 2009, p. 60).

Na exemplificação apresentada, Carvalho (2009) nos leva a crer que a partir do momento em que uma palavra sofre adaptações, ela é tida como um empréstimo, partindo desse princípio, entende-se que o empréstimo é o estrangeirismo adaptado de várias formas. Carvalho (2009, p. 76) complementa essa explicação salientando que o termo estrangeiro apesar de chegar aos falantes, a princípio pela língua escrita, passa em seguida para a língua oral. Sendo assim, o termo é assimilado inicialmente como estrangeirismo, elemento da fala, posteriormente alcança a dimensão de empréstimo, elemento da língua.

A exemplo disso, podemos pensar sobre os estrangeirismos que estão sendo veiculados na imprensa escrita nesse momento de pandemia mundial, termos como “*fake news*” e “*lock down*” estão chegando até nós na condição de estrangeirismos, podendo alcançar a dimensão de empréstimos. Nessa conjuntura, serão lançados na corrente evolutiva da língua, nem todos conseguirão esse feito, mas sabemos que serão numerosos os que alcançarão.

De acordo com Biderman (2001), os estrangeirismos podem ter procedências diversas, sendo os anglicismos os mais abundantes conforme especificamos anteriormente. Do ponto de vista formal, a autora reconhece três tipos de estrangeirismos: decalque: no qual é adotada uma versão literal do lexema importado na sua forma original como em cartão de crédito, do inglês (*credit card*); alta tecnologia, do inglês (*high technology ou high tech*); arranha céus, do inglês (*skycraper*); adaptação da forma estrangeira à fonética e ortografia da outra língua, que ocorre em geral quando o estrangeirismo já foi adotado há muito tempo por outra cultura, como boicote (*boy-cott*), clube (*club*), coquetel (*cocktail*), drinque (*drink*), e finalmente, a incorporação do vocábulo com a sua grafia e fonética originais, como em *best seller*, *check-up*, *gangster*, *hardware*, *software*, etc.

Podemos perceber que na definição de Carvalho (2009), os empréstimos linguísticos são classificados segundo a forma de adoção em: calque, adaptação e incorporação. Já Biderman (2001) considera essa classificação para os estrangeirismos, salientando que estes termos permanecerão com caráter neológico até que sejam dicionarizados, o que só ocorre depois de serem aceitos pela comunidade linguística.

Segundo Câmara Jr. (1998, p. 111), estrangeirismos são “os empréstimos vocabulares não integrados na língua nacional, revelando-se estrangeiros nos fonemas, na flexão e até na grafia e os vocábulos nacionais empregados com a significação dos vocábulos estrangeiros”. Assim como Biderman (2001), o autor considera que “na língua portuguesa, os estrangeirismos mais frequentes são os anglicismos e os galicismos e que quando um estrangeirismo é útil à língua, ele tende ao aportuguesamento” (CÂMARA Jr., 1998 p. 111). São os casos do galicismo (*balett*), em português balé, e do anglicismo (*whisky*), em português uísque.

Nesse sentido, entendemos que acontece sim o aportuguesamento de palavras úteis à língua, mas não podemos desconsiderar

aquelas que permanecem sendo usadas com frequência em sua forma vernácula, isto é, da maneira como foram importadas.

Ferraz (2006, p. 226) manifesta-se acerca das questões relativas aos estrangeirismos afirmando que quando uma palavra estrangeira é usada, a princípio ela é tida como uma novidade, podendo perder esse caráter a partir do momento em que se integra ao sistema lexical do idioma receptor, passando a constituir-se como um empréstimo lexical. Já para Garcez e Zilles (2001, p. 15), estrangeirismo é “o emprego, na língua de uma comunidade, de elementos oriundos de outras línguas. No caso brasileiro, posto simplesmente seria o uso de palavras e expressões estrangeiras no português”, os autores chamam o termo estrangeirismo de empréstimo.

A definição de estrangeirismos de Bagno (2001, p. 49) é bem semelhante à de Garcez e Zilles (2001), ele acrescenta que os estrangeirismos estão cada vez mais empregados na língua falada e escrita no Brasil, principalmente os de origem inglesa, os anglicismos. Diante disso, a distinção entre estrangeirismo e empréstimo favorece a compreensão de que uma palavra ao entrar em outro idioma passa por fases e isso não acontece em um curto intervalo de tempo. A partir desse entendimento, a evolução e o dinamismo da língua se mostram de forma mais evidente, haja vista que as línguas se constituem historicamente por empréstimos que percorreram um caminho considerável até vir a ser incorporados na língua.

O estrangeirismo acontece, segundo Alves (1994), quando a palavra não se integra ao léxico de um idioma – uma vez que existe um termo correspondente na língua, e quando a palavra estrangeira se incorpora ao léxico desta língua, sendo encontrada em dicionários, por exemplo, temos o empréstimo adaptado gráfica, morfológica ou semanticamente. Como pode ser verificado nas palavras: “bife” (do inglês *beef*) e “craque” (do inglês *crack*), incorporadas ao português.

Rodrigues (1992) elucida que as importações linguísticas, em especial lexicais, são consequência de uma necessidade expressiva e comunicativa sentida pela comunidade que sofre influências diversas, tais como: políticas, culturais e tecnológicas, gerando uma pressão que está além da capacidade da língua. Por isso, se fala em estrangeirismos e empréstimos “necessários” e de “luxo”, o primeiro se dá pelo fato de não existir um termo correspondente na língua e o segundo por questões de escolhas pessoais.

Assim, compreendemos que a necessidade de nomear objetos e conceitos não existentes na língua é o fator mais relevante para a ocorrência dos empréstimos, porém não se pode negar as preferências de uso das pessoas, bem como a tendência capitalista em explorar a hegemonia da língua inglesa com vistas a vender ideias, conceitos, bens tecnológicos, principalmente no que diz respeito às inovações. Sem dúvida, essa é uma realidade facilmente constatável nos diversos textos que estão à nossa volta.

Conforme explica Garcez e Zilles (2001, p. 22-23),

O apelo da máquina capitalista globalizante é forte demais para que a mídia da informação, do entretenimento e, principalmente da publicidade possa ou queira deixar de explorar as associações semióticas entre a língua inglesa e o enorme repositório de recursos simbólicos, econômicos e sociais por ela mediados (GARCEZ e ZILLES, p. 22-23).

Apesar das escolhas lexicais de um falante, a presença de estrangeirismos no português brasileiro é uma realidade incontestável, bem como o reconhecimento de que a maioria deles é de procedência da língua inglesa. Nesse sentido, tanto Ferraz (2006, p. 230) como Alves (1994, p. 72) reconhecem a representatividade dos anglicismos no português brasileiro, complementando que eles se encontram presentes de maneira relevante em textos técnicos, tais como: científicos, jornalísticos, publicitários, dentre outros.



A nosso ver, é importante que o professor de línguas, principalmente de língua inglesa, ao trabalhar a presença dos anglicismos na língua portuguesa, levem os alunos a refletirem sobre questões de ordem política e cultural, a fim de que eles entendam que é imprescindível valorizar a identidade linguística local, fazendo uso consciente dos estrangeirismos.

Considerando a presença maciça dos estrangeirismos em diversos tipos de textos, entendemos que o estudo do léxico deve ser explorado em sala de aula, de modo a trazer questionamentos e incentivar pesquisas e leituras, sendo assim, discutiremos a metodologia abordada para essa proposta de estudo.

## METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos adotados para o desenvolvimento desse trabalho foram os seguintes: à princípio, verificou-se a frequência de ocorrência de estrangeirismos na linguagem escrita. Com base nisso, constatou-se nos PCNS (1998) e na BNCC (2018) que os estudos do léxico devem estar centrados no texto.

Dessa maneira, visando trabalhar os estudos do léxico, estrangeirismos, como um componente da textualidade, buscou-se fundamentação teórica nos autores que trabalham a neologia de empréstimos. Após uma revisão de literatura sobre o que os autores consideram importante a ser trabalhado em sala de aula sobre o estudo dos estrangeirismos na textualidade, fez-se uma pesquisa considerando a frequência de uso destes nos gêneros reportagem e infográfico, buscando compreender como esses estrangeirismos, principalmente os anglicismos, estão presentes como meio de transmitir informações.

Cumpridas essas etapas, foram escolhidos dois gêneros para serem trabalhados em sala de aula com o propósito de mostrar aos alunos a ocorrência dessas palavras na língua em movimento, tendo também o intuito de promover reflexões sobre como os gêneros discursivos podem se renovar continuamente para atender às necessidades dos seus falantes. Os gêneros selecionados foram a reportagem e o infográfico. Passemos agora à descrição e análise das atividades propostas.

## O QUE FIZEMOS NA SALA DE AULA: ESTRATÉGIA E PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

O professor iniciará a aula dividindo a turma em grupos de 3 alunos. Em seguida, irá conversar a respeito das notícias veiculadas na imprensa sobre a pandemia e suas consequências. Nesse momento, o professor deixará que os alunos contem sobre o que têm lido nos textos veiculados na internet e nas mídias impressas de forma geral.

Então, o professor fará uma leitura coletiva da reportagem da figura 1, destacando o momento em que os idosos em São Paulo são vacinados em esquema *drive-thru*. A reportagem se utiliza da imagem das pessoas sendo vacinadas dentro dos carros, destacando e explicando por meio das linguagens visual e escrita o que significa esse estilo de vacinação. É importante que os alunos compreendam que esse estrangeirismo é de procedência da língua inglesa e que aparece na linguagem escrita com intuito de demonstrar uma realidade atual, na qual o anglicismo está relacionado com a cultura do lugar de onde ele veio.

**Figura 01 – Idosos são vacinados em esquema drive-thru em posto da Zona Sul de SP no primeiro dia de vacinação contra a gripe.**

Fonte: Luiza Vaz/TV Globo, 2020.

Algumas Unidades Básicas de Saúde (UBS) da cidade de São Paulo estão aplicando a vacina contra a gripe Influenza e H1N1 em esquema “drive thru”, ou seja, as pessoas não precisam sair de seus carros para a aplicação da vacina. (Confira a lista dos postos de saúde abaixo).

A vacina não protege contra o novo coronavírus, mas vai auxiliar profissionais na triagem de pacientes e acelerar o eventual diagnóstico do novo coronavírus.

A recomendação é ligar nas UBSs antes de sair de casa para saber se ainda tem a vacina, porque em algumas unidades acabou e a entrega de novas doses ainda está sendo normalizada. A Prefeitura de São Paulo aplicou 358 mil doses de vacina contra gripe até as 17h desta segunda-feira (23), primeiro dia da campanha na capital.

A primeira etapa de vacinação é exclusiva para idosos, com mais de 60 anos, e profissionais da área da saúde. Mais de 2 milhões de pessoas devem ser vacinadas nesta primeira etapa. A estimativa é imunizar 1,8 milhão de idosos.

Fonte: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/03/24/sp-tem-vacinacao-da-gripe-no-esquema-drive-thru-veja-lista-das-ubss-para-para-se-imunizar-sem-sair-do-carro.ghtml>. Acesso em: 13 jul. 2020.

Ao constatar a presença dos estrangeirismos nos textos veiculados na vida cotidiana, os alunos perceberão “que a renovação do léxico de uma língua é um fenômeno permanente e que constitui uma forma de registrar a visão de mundo, os conhecimentos do universo e a realidade histórico e cultural” (CARVALHO, 2007, p. 78).

Com base nessas constatações, será apresentado aos alunos o gênero infográfico digital. Nesse momento, o professor vai mostrar aos alunos por meio do *Datashow* ou por imagens impressas, utilizando-se dos recursos disponíveis em sua unidade escolar, o infográfico digital da figura 2. O professor vai pedir que os alunos observem, pelas imagens apresentadas, as diferenças existentes na estrutura do gênero reportagem e infográfico.

Na apresentação do texto da figura 2, sobre *Fake News*, o professor deve propor questionamentos aos alunos sobre como a definição desse estraneirismo é apresentada no texto, quais são os componentes imagéticos trabalhados na composição do texto. No sentido de enfatizar a relação entre língua e cultura, é importante propor reflexões que busquem analisar o significado dessa expressão, a sua procedência e o motivo de estar sendo usada com tanta frequência na atualidade.

Figura 2 – Como identificar uma Fake News.



Fonte: IMED, 2018

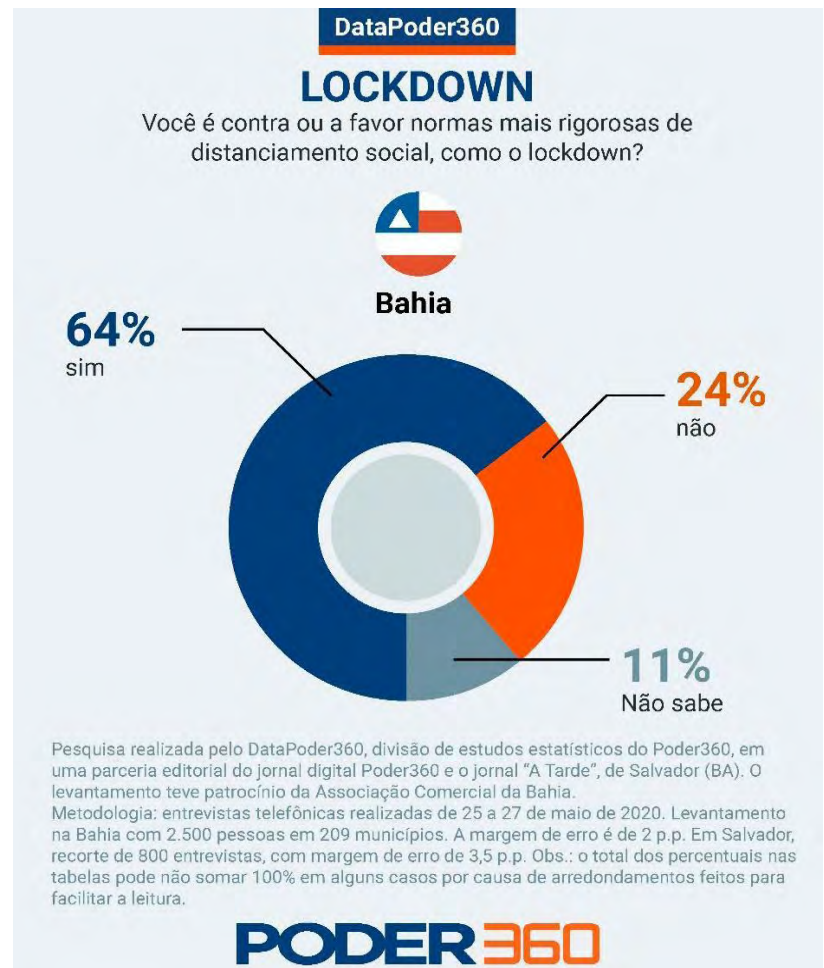


O leitor de um infográfico precisa “relacionar as informações presentes nos diferentes modos semióticos, sobretudo o verbal e o imagético” (COSCARELLI, 2016, p. 44). Na sociedade contemporânea, que cada vez mais se expressa por meio da linguagem escrita, é muito importante relacionar linguagem verbal e escrita no entendimento da mensagem.

No que diz respeito ao uso dos estrangeirismos, Carvalho (2009) explica que a adoção de um termo estrangeiro pode ser um fato de cultura e gosto, mas é caracterizado por uma necessidade, pois aporuguesar um termo estrangeiro custa tempo e demanda interesse, enquanto a adoção é rápida e prática. No caso da pandemia, as informações veiculadas nos gêneros escolhidos são urgentes e de interesse do público em geral.

Ao analisar a figura 3, em que o infográfico em questão representa um gráfico da Bahia apresentando estatísticas sobre o posicionamento das pessoas em relação à ocorrência do *lockdown*, o professor pode questionar aos alunos se foi possível compreender o significado da palavra *lockdown*. Além de informar sobre o termo em questão, o infográfico apresenta um gráfico. O professor pode pedir então que os alunos relacionem o termo *lockdown* com os dados do gráfico. Além disso, poderá fazer os seguintes questionamentos: Qual é a função social desse infográfico? O que esses números indicam para a população?

Figura 3 – Lockdown.



Fonte: Poder 360, 2020.

Dentre as dez competências gerais da BNCC (BRASIL, 2018) para o ensino de línguas, estamos explorando a competência 1 no sentido de “valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social e digital para compreender a realidade” (BRASIL,

2018, p. 9). Nessa proposta também estamos desenvolvendo a competência 5 no que diz respeito a “compreender, utilizar e criar tecnologias de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais” (BRASIL, 2018, p. 10).

De acordo com os pressupostos da neologia de empréstimos, nessa atividade é possível mostrar aos alunos que, assim como explica Ferraz (2007), a renovação do léxico de uma língua é um fenômeno permanente, pois o léxico ao refletir a dinâmica da língua deixa claro que sociedade e cultura são indissociáveis. Além disso, os anglicismos estão sendo usados para registrar o conhecimento de uma informação que não é apenas estatística, mas uma realidade que perpassa pelo conhecimento cultural da palavra *lockdown*.

Nesse sentido, Alves (1994) elucida que não se pode importar uma palavra sem importar juntamente com ela a ideia ou o conceito que esta representa, assim compreendemos que a palavra é adotada junto com a cultura. É importante que o professor promova essa discussão com os alunos e, ao fazer isso, os leve a pesquisar no dicionário bilíngue ou monolíngue de língua inglesa a origem cultural dessas palavras.

De acordo com os pressupostos da neologia de empréstimos, a aceitação e utilização desse termo pela comunidade linguística pode levá-lo a ser incorporado à língua ou não, assim como muitos estrangeirismos utilizados nos tempos de pandemia. A respeito disso, Carvalho (2009, p. 37) explica que “como a língua não é um produto pronto e acabado, ela se refaz continuamente e se fundamenta em modelos anteriores. Ela é dinâmica porque a atividade linguística é falar e entender algo novo por meio de uma língua”.

Com base na explicação de Carvalho (2009), é importante que o professor mostre aos alunos que cada momento vivido nos permite falar e entender algo novo e conseqüentemente compreender um pouco mais da cultura de outros povos que através da língua está

sendo inculcada na nossa vida. Biderman (2001) explica que o intenso intercâmbio da sociedade contemporânea possibilita que as culturas se interpenetram. E, como podemos observar, o acontecimento da pandemia intensifica o intercâmbio entre culturas e línguas, principalmente no que se refere a língua inglesa. A respeito disso, Carvalho (2009) elucida que não há neutralidade na importação de termos de uma cultura, haja vista que os valores advindos acabam por interferir e modificar a cultura importadora.

O professor deve aproveitar a oportunidade para promover essas discussões com seus alunos e explorar ao máximo o aparecimento dos estrangeirismos, enfatizando, dentre eles, a presença majoritária dos anglicismos nos gêneros discursivos contemporâneos.

## CONCLUSÃO

Ao discutirmos os gêneros reportagem e infográfico, pudemos verificar que a linguagem verbal pode se complementar na linguagem visual, vislumbrando uma informação de maneira resumida, rápida e eficaz. Quando a BNCC (BRASIL, 2018) elucida que as práticas comunicativas contemporâneas envolvem novos textos cada vez mais multissemióticos, é importante pensar que os infográficos representam uma maneira de explorar essas práticas multissemióticas no sentido de desenvolver as competências lexical e leitora voltadas para as questões práticas de uso cotidiano da linguagem: como a leitura de códigos, ícones, aplicativos necessários no dia a dia.

Nossa proposta demonstra que as atividades práticas devem explorar a consciência do poder de intervir no léxico, pois a cada dia ele sofre alterações, bem como os gêneros discursivos que se renovam continuamente para atenderem às necessidades dos seus falantes. Desse modo, toda atividade de linguagem está inserida numa intera-



ção social, construímos e produzimos textos orais e escritos que devem ser buscados nos inúmeros gêneros discursivos da vida cotidiana.

Então, para que haja mudanças significativas no ensino, o primeiro passo é inconformar-se com o ensino de língua que vem sendo estudado nas escolas, no sentido de entender que o ensino da gramática e do léxico devem ser contextualizados nas suas diversas possibilidades. Nesse sentido é importante ter em mente que a reflexão favorece a busca de novas práticas de ensino.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, I. M. *A integração dos neologismos por empréstimo ao léxico português*. Alfa. São Paulo. vol 28 (supl.): 1 p. 19-126, 1994.
- BAGNO, M. Cassandra, fênix e outros mitos. *In: FARACO, C. A. (org.). Estrangeirismos: guerras em torno da língua*. São Paulo: Parábola, 2001.
- BIDERMAN, M. T. C. *Teoria Linguística*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- BORBA, F. S. Léxico e herança social. *In: MARCHEZAN, R. C.; CORTINA, A. Os fatos da linguagem, esse conjunto heteróclito*. Araraquara: FCL-UNESP, Laboratório Editorial; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2006 190 p. (Série Trilhas Linguísticas; 10).
- BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2018.
- BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais – 3º e 4º ciclos do Ensino Fundamental – Língua Estrangeira*. Brasília: DF: SEF/MEC, 1998.
- CARVALHO, N. *Empréstimos linguísticos na língua portuguesa*. São Paulo: Cortez, 2009.
- CONTIERO, E., FERRAZ, A. P. A neologia de empréstimos no LDP uma abordagem a partir dos atos discursivos. *In: SIMÕES, D.; OSÓRIO, P. Léxico: investigação e ensino*. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2014, p. 45-49.
- DUBOIS, Jean *et al. Dicionário de Linguística*, São Paulo, Cultrix, 2000.
- GARCEZ, P. M.; ZILLES, A. M. S. Estrangeirismos, desejos, ameaças. *In: FARACO, C. A. (org.). Estrangeirismos: guerras em torno da língua*. São Paulo: Parábola, 2001.

FERRAZ, A. P. A inovação lexical e a dimensão social da língua. In: SEABRA, M. C. T.C. de (org). *O léxico em estudo*. Belo Horizonte, FALE/UFMG, 2006.

FERRAZ, A. P. Neologismos na publicidade impressa: processos mais frequentes no português do Brasil. In: ISQUERDO, A. N.; ALVES, Ieda Maria. *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*, volume III – Campo Grande, MS: Ed. UFMS; São Paulo: Humanitas, 2007.

FERRAZ, A. P. Os neologismos no desenvolvimento da competência lexical. In: HENRIQUES, Cláudio Cezar; SIMÕES, Darcília (orgs). *Língua Portuguesa, educação e mudança*. Rio de Janeiro: Europa, 2008a.

RODRIGUES, C. M.X. *Empréstimos, estrangeirismos e suas medidas*. São Paulo: Alfa, v. 36. p. 99-109, 1992.

TIMBANE, A. A. *Os estrangeirismos e os empréstimos no português falado em Moçambique*. Via Litterae, v. 4, n. 1, 2012, p. 5-24.

# 17

Lucas Victalino Nascimento  
Amanda Moreira de Amorim  
Maria Helena de Paula

**QUE NOMES TÊM  
OS DESCENDENTES  
DA ESCRAVIDÃO NO BRASIL?  
UM ESTUDO EM DICIONÁRIOS  
BRASILEIROS DO SÉCULO XX**

## INTRODUÇÃO

O léxico usado por um povo é atravessado pela sua história e cultura. Neste artigo, propomos analisar pares de lexias comumente utilizados no processo de escravização no Brasil. Em uma perspectiva interdisciplinar, entendemos que fatores históricos e sociais potencialmente viriam a influenciar suas definições em dicionários do século XX, uma vez que o trabalho de acepções em obras lexicográficas para Biderman (1984) não remetem apenas às palavras da língua nem somente a objetos por ela nomeados; remetem, também, a enunciados culturais e a uma visão de mundo.

Desse modo, a investigação é norteada pela questão central: teriam os dicionários brasileiros publicados no século XX, período que sucede à abolição, herdado alguma marca do passado escravocrata e, se sim, de qual(ais) maneira(s) isso se manifesta?

Para responder às questões, buscamos, para cada obra, pistas que indiquem i) o modo de conceber a cultura enquanto uma solução que transpassa todas as esferas políticas e sociais; ii) o modo de conceber a língua como sistema vivo dependente de seus falantes; iii) o modo de conceber a lexicografia como *corpus* pautável para, além de análises de significados, de uma compreensão histórica e cultural da realidade. Para tanto, faz-se necessário considerar as relações de poder durante esse período, de um modo a ponderar todas as injunções econômicas e socioculturais da Igreja sob o Estado e considerar a influência do papel de *raça* no período de colonização e escravização para, então, considerar de quais maneiras essas relações se configuram no pós-escravização.

*Raça* fora um conceito ora sustentado na biologia, ora sustentado na antropologia, neste artigo, considera-se que a identidade de um sujeito *racializado* é transpassada por diversas formas de agressões e resistências. Nesse sentido, essa dualidade é considerada, aqui, como um



dos fatores históricos e sociais potencialmente influenciáveis na memória social, logo, na língua e nas aceções lexicográficas, que de variados modos compõem a identidade nacional e conceitos da língua portuguesa brasileira nos seguintes pares léxicos: crioulo/crioula, ingênuo/ingênuo, homem/mulher, mulato/mulata, negro/negra, pardo/parda e preto/preta.

## OS SENTIDOS POLÍTICOS EM LEXIAS IDENTITÁRIAS

A lexicografia é uma ciência linguística que categoriza, organiza, descreve e analisa o acervo de lexias de uma língua. Embora, teoricamente, as obras lexicográficas tenham sido formadas a partir de um estudo imparcial, os profissionais responsáveis por essa atividade estão imersos em macroestruturas que tendem a se reproduzir nas microestruturas. Como afirma Nunes (2008), a análise discursiva mostra que esse processo não é feito sem posicionamentos ideológicos e posições sustentadas na história das ideias linguísticas.

Os dicionários monolíngues chegam de Portugal ao Brasil no século XVIII com “O Dicionario da língua portuguesa” de Antônio de Morais Silva, partindo do extenso dicionário de Bluteau, que fora um padre e lexicógrafo, precursor dessa ciência em língua portuguesa e que deixaria entrever nas definições dos verbetes grande influência da Igreja. Igualmente, essa instituição teve um papel ímpar sobre a escravização no Brasil, ao passo que, historicamente, os dicionários tendem a apresentar sentidos partindo de uma única ótica pretensamente colonizadora.

Como afirma Alonso (2018), a maioria da elite política imperial no Brasil era pró-escravização; arrastando-se ao máximo e sob pressão inglesa, se proibiu o tráfico atlântico em 1850. Instituída a abolição da

escravidão no Brasil, em 1888, os escravistas garantiram que a lei vigorasse sem direitos aos libertos e sem as ramificações lutadas como o direito à uma pequena propriedade rural.

Nessa nova fase que vigoraria no Brasil, o sujeito negro que havia sido vítima da escravização fora reconhecido, após a abolição, como liberto, e o título de sujeito livre referia-se à condição nata daquele que nascera fora do berço da escravização (DE PAULA; AMORIM, 2018). No século XX, ambos tinham em xeque a questão da igualdade: não mais por causa do sistema escravocrata, mas em nome da ciência e da biologia, posto que essas pessoas foram objetos de estudo de uma pseudociência cujo objetivo foi, por meio de teorias biológicas de raça, atestar que a raça enquanto característica física do indivíduo seria capaz de explicar as diferenças morais, psicológicas e intelectuais (ALMEIDA, 2019).

Os assim chamados “darwinistas raciais” tiveram o respaldo da biologia e, como afirma Schwarcz (2018), poderiam ser basicamente divididos em dois: deterministas geográficos e deterministas raciais. Os primeiros embasavam suas teorias em aspectos cinestésicos do espaço onde o indivíduo vivia: clima, umidade, solo, vegetação etc. Já o segundo grupo trabalhava a ideia do indivíduo enquanto somatória de elementos físicos e morais da raça a que pertencia.

E o processo de eugenia criou, por outro lado, uma teoria de branqueamento do Brasil. Em Londres de 1911, acontece o Congresso Universal das Raças e há teses, pinturas e pesquisas que garantiam que em até três gerações o Brasil seria totalmente branco através da miscigenação. Esse processo de embranquecimento se deu combinando dois grandes eventos que culminavam paralelamente na então recém república: a modernização nacional e a derrubada do sistema escravocrata. Segundo Pochmann (2016), com as alterações liberais consagradas na segunda metade do século XIX, o Brasil foi gradualmente transitando para a economia capitalista. Neste sentido, a mo-

ernização nacional tratava da imigração europeia para que esse grupo ocupasse os postos de trabalho nas indústrias que emergiam no país, tal como “mão de obra assalariada em substituição ao trabalho escravo” (POCHMANN, 2016, p. 79).

Para Almeida (2019), os eventos da Segunda Guerra Mundial e o genocídio pela Alemanha nazista reforçaram que a raça é um elemento essencialmente político, e sem qualquer sentido fora do âmbito socioantropológico. Contudo, no Brasil as pessoas negras foram postas a todas as margens da sociedade, visto que os postos de trabalho destinavam-se majoritariamente aos imigrantes europeus e já se encontrava na memória social o imperativo da inferioridade negra, pressuposto pelo darwinismo racial e mais de três séculos de escravização. Paralelamente, esses sujeitos negros foram atores sociais no modelo de nação que vigorara durante o século XX: o mito da democracia racial. Diferente do que acontecera no *apartheid* na África do Sul ou *Jim Crow* nos Estados Unidos, aqui, como afirma Schwarcz (2012), a ideia de uma democracia racial era corolário de uma *escravização benigna*.

Outrossim, o exercício de responsabilizar os sujeitos negros por sua posição social manifestava-se em todas as esferas políticas, particularmente na esfera linguística. Neste sentido, era comumente sabido que se havia lexias específicas para com os sujeitos negros de acordo com suas características fenotípicas e sociais, no entanto, essas lexias não eram imperativos e podia-se qualquer indivíduo desse grupo receber outra marcação linguística, de acordo com a posição que se ocupava na sociedade, tal como afirmam Almeida *et al.* (2017), “dependendo da [...] sua utilização, tendiam a definir identidades ou a forma como esses indivíduos eram vistos e tratados por aqueles de seu convívio” (ALMEIDA *et al.*, 2017, p. 169).

Indubitavelmente, é importante considerar toda essa configuração social levando em conta que o léxico se liga intimamente à sua comunidade de falantes e que a língua é um sistema vivo está em

constante adaptação para as novas demandas da sociedade. O sentido de uma lexia pode tornar-se, então, mais brando ou denso com o decorrer do tempo, mas os sentidos presentes nos dicionários são eternizados como fruto de seu tempo, bem como Silva (2013) destaca:

[...] o estudo lexical compreende um passo fundamental para o resgate da história e da cultura de um dado grupo social ou de uma etnia, visto que, por meio dele, poderemos fazer a lição histórica, compreendendo os fatos narrados pelos documentos, bem como as práticas sociais, culturais e religiosas, mantidas por tal grupo em determinada época (SILVA, 2013, p. 11).

Dentro dessa ótica, é possível pensar nos sentidos presentes nos dicionários enquanto um *corpus* palatável para determinados estudos sincrónico-culturais, o que significa estudar a maneira que o léxico de um grupo de falantes é atravessado por sua cultura e (re)produz história a partir disso. Assim, entender discursivamente as acepções para com os pares de lexias propostos neste artigo é um passo fundamental no entendimento da memória de um período que buscara esquecer o *modus operandi* do surgimento desta nação, haja vista que o Hino da Proclamação da República (1889) - portanto, um ano após a abolição - já entoava orgulhoso: “Nós nem cremos que escravos outra/ Tenha havido em tão nobre País!”<sup>99</sup>. Para depreender os sentidos dicionarizados no século XX para as palavras por nós selecionadas, apresentamos a seguir os dados.

## Negra e Negro

Quadro 1 - Negra

NEGRA	
Dicionário	Acepção
DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA (NASCENTES, 1988)	Mulher de cor preta; mulher de etnia negroíde.     (p. ext.) Escrava. [...]

99 Disponível em: <<https://www.portalabel.org.br/images/pdfs/hinos-brasileiros.pdf>> Acesso em 30 de abril de 2020.



NOVO DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA- (AURÉLIO, 1986)	[Fem. de negro.] S.f.1. Mulher de cor preta. 2. Escrava, cativa. [...]
DICIONÁRIO CONTEMPORÂNEO DA LÍNGUA PORTUGUESA (AULETE, 1978)	s. f. mulher negra.    (P ext.) Escrava    [...]    Uma negra de trabalho, mulher que se afadiga e moureja por índole ou necessidade. Fem. de Negro
DICIONÁRIO CONTEMPORÂNEO DA LÍNGUA PORTUGUESA (AULETE, 1968)	s. f. mulher negra.    (P ext.) Escrava    [...]    Uma negra de trabalho, mulher que se afadiga e moureja por índole ou necessidade. Fem. de Negro
DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA (FREIRE, 1941)	s.f. de negro. Mulher negra.    2. Escrava. 3. Mulher que trabalha muito. [...] Negra de trabalho, s.f. Pop. Mulher que se afadiga e moireja por índole ou necessidade.
LISA- GRANDE DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA (OLIVEIRA, 1972)	s.f. (de negro). Mulher de epiderme preta. Fig. Mulher que trabalha muito. Ant. Escrava. Gír. A noite, escuridão. [...].

Fonte: Elaborado pelos autores.

Nos dicionários Aurélio (1986) e Freire (1941), os sentidos apresentados para a lexia “negra” são objetivos à escravidão. Neste sentido, pode-se pensar em duas hipóteses: i) “negra” no século XX ainda era usado para marcar aquelas que estavam em situação de escravidão, pois a abolição da escravatura foi instituída sem garantir quaisquer direitos a esse grupo, portanto, como maneira de subsistência não é difícil pensar em quais trabalhos eram desempenhados por essas pessoas; ii) os dicionários tendem a levar anos para serem finalizados, de modo que muitas vezes quando uma obra é finalizada, os sentidos podem já estar ultrapassados, devido ao dinamismo das línguas naturais, no caso da lexia “negra”, umas das possibilidades é de que os sentidos já tenham mudado no momento de sua publicação. Dessa maneira, é importante ressaltar que os dicionários podem ser estudados como *frutos de seu tempo*, mas não perdendo de vista que essas obras tendem a demorar décadas até sua publicação, o que não isenta estas obras.

As acepções para “negra” são objetivamente atravessados pela história, ao passo que no dicionário Lisa (1972), a lexia representa as

mulheres que mourejam de trabalhar, o que se liga à primeira hipótese de que a lexia “negra” remete àquelas que trabalham muito. Ainda, o dicionário Lisa (1972) apresenta a sigla *ant.*, para antigo, ou seja, outrora essa lexia fora usada para nomear as escravizadas. Além disso, “negra” traz, também a memória social do século XX, de modo que nos dicionários Nascentes (1988), Aulete (1978) e Aulete (1968) essa lexia carrega, *por extensão* de sentido e/ou significado, a escravidão, remetendo o sentido à *escrava*.

Em uma análise mais discursiva, os seis dicionários giram em torno de um mesmo ponto: negra enquanto sinônimo de trabalhar arduamente. Assim, os dicionários Caldas Aulete (1968) e (1978) ainda abordam que “negra” moureja de trabalhar por índole ou *necessidade*. Trabalhar por índole significa que o trabalho é uma atividade nata ao indivíduo, o que é uma afirmação pretensamente uniformizadora, pois o trabalho em sociedades capitalistas, bem como a que emergia no Brasil nesse período, são atividades de caráter alienantes, não para com o bem comum da sociedade, mas para a garantia da manutenção de um certo grupo privilegiado. Nesse sentido, o trabalho por índole proposto a esses indivíduos nesse período da História é mais ou menos ligado a serviços braçais protagonizados por negros e negras, já pressupostos nas teorias biológicas do darwinismo racial.

Quadro 2 - Negro

NEGRO	
Dicionário	Aceção
DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA (NASCENTES, 1988)	(fig. Lúgubre; triste; funesto, maldito, execrável.     s.m. Pessoa de pele negra; membro da etnia negróide.     (p. ext.) Escravo; homem que trabalha muito. (Do lat.: nigrus.)
NOVO DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA- (AURÉLIO, 1986)	[Do lat. Nigrus.] Adj. 1. De cor preta. 2. Diz-se dessa cor; preto: terno de cor negra. 3. Diz-se do indivíduo de raça negra; preto. 4. Preto (6). 5. Sujo, encardido, preto [...]; 6. Maldito, sinistro[...] 8. S.m. Indivíduo de raça negra. 9. P. ext. Escravo. 10. Bras. Gír. Homem, pessoa, indivíduo; nego: Há muito nego que não sabe o que é trabalhar.

DICIONÁRIO CONTEMPORÂNEO DA LÍNGUA PORTUGUESA (AULETE, 1978)	Trabalhar como um negro ou ser um negro de trabalho, mourejar, trabalhar excessivamente.    s.m. Pessoa de pele negra; membro da etnia negróide.    (p. ext.) Escravo; homem que trabalha muito.    Meu negro, tratamento carinhoso, familiar, equivalente a meu bem. (Do lat.: nigrū.)
DICIONÁRIO CONTEMPORÂNEO DA LÍNGUA PORTUGUESA (AULETE, 1968)	Trabalhar como um negro ou ser um negro de trabalho, mourejar, trabalhar excessivamente.    s.m. Pessoa de pele negra; membro da etnia negróide.    (p. ext.) Escravo; homem que trabalha muito.    Meu negro, tratamento carinhoso, familiar, equivalente a meu bem. (Do lat.: nigrū.)
DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA (FREIRE, 1941)	[...] 10. Tempestuoso.    11. Tétrico, horrível, lúgubre.    12. Infausto, que anuncia infortúnios, funesto.    13. Ameaçador, medonho.    14. Adverso, inimigo.    15. Maldito, condenado. 16. Perverso.    17. Horrendo, pavoroso.    18 Odioso, execrável. Negro, s.m. Homem de raça negra; prêto    2. Escravo.    3. Homem que trabalha muito.    4. Escuridão, trevas. [...]
LISA- GRANDE DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA (OLIVEIRA, 1972)	Adj. (lat. Nigrum). Que pertence à raça negra; de cor escura; prêto; escuro; sombrio; escurecido pelo tempo ou pelo Sol, lúgubre; triste; funesto; maldito; tempestuoso; infausto, que traz ou anuncia desgraças. Sorte adversa. S.m. Indivíduo de raça negra, escravo. Fig. Homem que trabalha muito.[...]

Fonte: Elaborado pelos autores.

Mbembe, citado Nascimento (2014), aponta que a lexia francesa “*nègre*” passou a ser usada com mais intensidade nos últimos três séculos em que a escravidão se concentrou. Assim, “*nègre*”, tal como “negro” do português, partem de conceitos novos, criados pela branquitude e não como um conceito natural, dessa maneira, “os negros africanos, antes de serem colonizados e sequestrados, não se chamam como ‘negros’ ou reivindicavam para si a identidade ‘negra’ como ‘naturalmente deles.” (NASCIMENTO, 2019, p. 11, grifos do autor).

A partir do cotejo dos cinco dicionários, encontram-se sentidos para “negro” que remetem, majoritariamente, a uma esfera negativa da sociedade: as trevas, o sombrio, o lúgubre, o funesto, o maldito, entre muitos outros. É um signo cujo significante remete-se ao negativo e tudo aquilo

que se reprime e associa-se essa lexia a um grupo social que viria a ser escravizado e explorado. São sentidos que vem para o plano linguístico e nele se repassa, mas se constituem no social como forma de perpetuar e reforçar que esse *outro* não é parte constituinte do mesmo grupo social.

### Crioula e Crioulo

Quadro 3 – Crioulo

CRIOULO	
Dicionário	Aceção
DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA (NASCENTES, 1988)	Adj. Nascido no Brasil (negro); sem raça especial, natural do lugar onde vive (animal); originário do país onde vive, aborígine. [...] s.m. Primitivamente, qualquer negro; escravo nascido na América; atualmente, qualquer homem negro, escravo nascido na casa do senhor; [...]
NOVO DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA- (AURÉLIO, 1986)	[De criar.] [...]. Dizia-se do negro nascido na América. 4. Pertencente ou relativo aos nativos de determinada região [...]. 6. Diz-se da galinha comum, sem tipo nem raça definida. [...] 8. Bras. Diz-se de qualquer indivíduo negro. [...]
DICIONÁRIO CONTEMPORÂNEO DA LÍNGUA PORTUGUESA (AULETE, 1978)	Adj. e s.m. diz-se da pessoa de raça branca, nascida nas colônias européias do ultramar especialmente da América, e também do dialeto que essas pessoas falam   [...] Diz-se da galinha sem raça definida.     F. Cast. Criollo.
DICIONÁRIO CONTEMPORÂNEO DA LÍNGUA PORTUGUESA (AULETE, 1968)	Adj. e s.m. diz-se da pessoa de raça branca, nascida nas colônias européias do ultramar especialmente da América, e também do dialeto que essas pessoas falam   [...] Diz-se da galinha sem raça definida.     F. Cast. Criollo.
DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA (FREIRE, 1941)	S.m. Cast. Criollo. Indivíduo nascido na América e procedente de europeus.   2. Pessoa, animal ou vegetal próprio de certas localidades.   3. Negro nascido na América por oposição Diz-se do animal oriundo de uma determinada fazenda, isto é, nascido e criado ali. [...].
LISA- GRANDE DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA (OLIVEIRA, 1972)	s.m. (cast. Criollo). Descendente de europeus nascidos na América; negro nascido na América; indivíduo de raça negra. [...] . Adj. concernente ou relativo a crioulo; originário do país onde vive; diz-se das pessoas de raça branca nascidas em colônias européias; [...] diz-se do animal comum, sem tipo nem raça definida.

Fonte: Elaborado pelos autores.



A lexia “crioulo” vem da etimologia “criar” e remete-se àqueles originários de certa localidade, era usada para se referir àqueles que nasciam nas colônias portuguesas, especialmente nas Américas. Assim, não tinha necessariamente uma relação com a mestiçagem brasileira de filhos de mãe preta e pai branco (ou vice-versa), no modelo miscigenado que fora tão fomentado pelo governo eugênico.

De acordo com as definições dos dicionários em estudo, “crioulo” relacionava-se ao lugar em que se nascia reforçando a pluralidade que compõe o conceito de *raça*, ao passo que os dicionários Aulete (1968) e Aulete (1978) definem crioulo como: “galinha sem raça definida”, e o dicionário Lisa (1972) define como “diz-se do animal comum, sem tipo nem raça definida”. Dessa maneira, associa-se *raça* com o lugar que se nasce. No dicionário Aurélio: “Diz-se de indivíduos de raça branca nascido nas colônias européias [...], particularmente da América.”. De modo que “crioulo” se dizia aos sujeitos brancos no século XX, e no caso de uso 8, diz que como *Brasileirismo*: “8. Bras. Diz-se de qualquer indivíduo negro”.

Por outro lado, a lexia “crioula” não possuía referências ao passado escravocrata brasileiro nos dicionários cotejados. Assim, o sentido racial para “crioulo” se dá, apenas, no masculino.

### Preto e Preta

Quadro 4 – Preto

PRETO	
Dicionário	Acepção
DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA (NASCENTES, 1988)	Adj. Negro.    (fig.) Difícil: As coisas estão pretas.    s.m. Pessoa ou coisa preta: vestir-se de preto; a cor negra [...]
NOVO DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA- (AURÉLIO, 1986)	Adj. 1. Que tem a mais sombria de todas as cores; da cor do ébano, do carvão. [...] 4. Sujo, encardido. 5. Diz-se do indivíduo negro. 6. Diz-se da cor da pele desses indivíduos, ou da cor da pele clara queimada pelo sol; negro. [...] 8. Bras. Difícil, perigoso; [...]

DICIONÁRIO CONTEMPORÂNEO DA LÍNGUA PORTUGUESA (AULETE, 1978)	[...]   (Bras.) (fig.) Perigoso; difícil.   Homem prêto ou mulher prêta, homem ou mulher pertencente à raça preta: negro e negra.   Raça preta ou negra, raça de homens caracterizados pela pele mais ou menos escura, cabelos curtos e muito crespos, nariz achatados e maxilas proeminentes; raça etiópica.
DICIONÁRIO CONTEMPORÂNEO DA LÍNGUA PORTUGUESA (AULETE, 1968)	[...]   (Bras.) (fig.) Perigoso; difícil.   Homem prêto ou mulher prêta, homem ou mulher pertencente à raça preta: negro e negra.   Raça preta ou negra, raça de homens caracterizados pela pele mais ou menos escura, cabelos curtos e muito crespos, nariz achatados e maxilas proeminentes; raça etiópica.
DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA (FREIRE, 1941)	[...] 4. Que pertence à raça negra.   5. Diz-se da raça negra.   6. Difícil, perigoso, em má situação. PRÊTO, s.m. Habitante negro da África   2. Indivíduo de raça negra. 3. Escravo prêto. [...]
LISA- GRANDE DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA (OLIVEIRA, 1972)	adj. (lat. Nigrum). Que pertence à raça negra; de cor escura; prêto; escuro; sombrio; escurecido pelo tempo ou pelo Sol, lúgubre; triste; funesto; maldito; tempestuoso; infausto, que traz ou anuncia desgraças. Sorte adversa. S.m. Indivíduo de raça negra, escravo. Fig. Homem que trabalha muito. [...]

Fonte: Elaborado pelos autores.

A lexia “preto”, tal qual “negro”, relacionam sentidos figurados e negativos para se referir às pessoas negras, como as definições dos dicionários Aulete (1968) e (1978) apresentam: “(Bras.) (fig.) Perigoso; difícil. | Homem prêto ou mulher prêta, homem ou mulher pertencente à raça preta: negro e negra”. Além desses, o dicionário Aurélio (1986) define preto como “4. Sujo, encardido.”, em seguida, “5. Diz-se do indivíduo negro.”, em uma ordem não arbitrária que se explicita que o conceito de raça, no Brasil, é muito plural, ora sobre o lugar em que se nasce, ora sobre a posição que ocupa na sociedade e ora pelas características fenotípicas que os torna “fora da regra”, tal como os dicionários Aulete (1968) e (1978) definem “preto” baseando-se em: “Homem prêto ou mulher prêta, homem ou mulher pertencente à raça preta: negro e negra. | Raça preta ou negra, raça de homens caracterizados

pela pele mais ou menos escura, cabelos curtos e muito crespos, nariz achatados e maxilas proeminentes”.

A lexia “preta” não possuía referência sobre raça e/ou traços que remetessem ao passado escravocrata brasileiro em nenhum dos seis dicionários.

**Quadro 5 – Preta.**

PRETA	
Dicionário	Acepção
DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA (NASCENTES, 1988)	
NOVO DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA- (AURÉLIO, 1986)	preta (ê). [Fem. De preto.] S.f. Mulher negra.
DICIONÁRIO CONTEMPORÂNEO DA LÍNGUA PORTUGUESA (AULETE, 1978)	s.f. mulher de raça negra.    [...] F. Prêto.
DICIONÁRIO CONTEMPORÂNEO DA LÍNGUA PORTUGUESA (AULETE, 1968)	s.f. mulher de raça negra.    [...] F. Prêto.
DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA (FREIRE, 1941)	s.f. Mulher de raça negra. [...]
LISA- GRANDE DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA (OLIVEIRA, 1972)	

Fonte: Elaborado pelos autores.

## Pardo e Parda

**Quadro 6 - Pardo**

PARDO	
Dicionário	Acepção
DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA (NASCENTES, 1988)	Adj. De cor intermediária entre o preto e o branco, quase escuro.    s.m. Pessoa mestiça, de cor parda; mulato. [...]

NOVO DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA- (AURÉLIO, 1986)	Adj. 1. De cor entre o branco e o preto; quase escuro. 2. De um branco sujo, duvidoso. [...] papel pardo. 4. Diz-se de qualquer dessas cores: animal de cor parda. 5. Mulato (5): homem pardo.
DICIONÁRIO CONTEMPORÂNEO DA LÍNGUA PORTUGUESA (AULETE, 1978)	Adj. que é de cor escura, entre o branco e preto.    Branco sujo. [...] Homem pardo, mulato. [...]
DICIONÁRIO CONTEMPORÂNEO DA LÍNGUA PORTUGUESA (AULETE, 1968)	Adj. que é de cor escura, entre o branco e preto.    Branco sujo. [...] Homem pardo, mulato. [...]
DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA (FREIRE, 1941)	Adj. Que tem cor intermédia a preto e branco.    2. Branco sujo.    3. Diz-se do mulato. PARDO, s.m. O mesmo que mulato.    2. A cor parda.
LISA- GRANDE DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA (OLIVEIRA, 1972)	Adj. Que é da cor escura, entre o preto e branco. S.m. mulato.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Vale a pena repensar esse termo, que funciona como uma espécie de etc. Como ninguém se autodefine como pardo (pardo é sempre uma definição externa), esse conceito funciona tal qual uma opção do tipo: “nenhuma das anteriores”. Ora, é importante questionar um sistema classificatório que, na impossibilidade de definir tudo, cria um novo termo para dar conta do que escapa da seleção. Mais ainda, se tecnicamente o termo se comporta como um quinto elemento – dentre as categorias oficiais há branco, negro, amarelo, vermelho e pardo – na intimidade, ou no poderoso discurso do senso comum, pardo é moreno: essa cor que [...] tem se destacado nos últimos censos. Pardo é, pois, um termo paradoxal e de difícil tradução. Na linguagem oficial representa uma incógnita, já na popular tem cor definida e é silencioso, à semelhança do racismo vigente em nosso país. (SCHWARCZ, 2012, p. 98).

As definições para “pardo” nos dicionários Aurélio (1986), Aulete (1968), Aulete (1978) e Freire (1941) apontam que “pardo” relaciona-se a um “quase branco” ou “branco sujo”, uma das explicações causais



parte do processo de alteridade presente nessas obras lexicográficas, em uma dinâmica de *branco* enquanto *ser universal* e *parâmetro* e o que foge à regra, põe-se na dinâmica de *outro*. Esse modelo de *outridade/alteridade* tende a se manifestar toda vez que propõe-se discorrer sobre raça sem uma ótica pós-colonial. Sob o mesmo ponto de vista, Schwarcz (2012) analisa a revista *Raça Brasil: A Revista dos Negros Brasileiros*, que publicada pela primeira vez em setembro de 1996, *Raça Brasil* trazia já em seu título o pressuposto que, no Brasil, raça é negra. Nas palavras da autora:

O título da publicação pode ser comparado ao eufemismo tão próprio de nossa sociedade que, a fim de evitar as designações *preto*, *negro* e mesmo *mulato*, usa a expressão “homens de cor”, como se branco não fosse cor e raça fosse sempre a negra (SCHWARCZ, 2012, p. 108, grifos da autora).

O mesmo que acontecera no cotejo das lexias “crioula” e “preta” repete-se na lexia “parda”. Os sentidos que remetiam-se à escravidão – ou raça no sentido de análise –, manifestavam-se somente no masculino dessas palavras.

### Mulher e Homem

Quadro 7 - Mulher.

MULHER	
Dicionário	Acepção
DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA (NASCENTES, 1988)	s.f. Pessoa do sexo feminino; pessoa adulta do sexo feminino; pessoa casada do sexo feminino; esposa. [...] (Do lat.: Muliere.)
NOVO DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA (AURÉLIO, 1986)	[Do lat. Mulier.] S.f. 1. O ser humano do sexo feminino capaz de conceber e parir outros seres humanos, e que se distingue do homem por essas características. [...] 5. Mulher (dotada das chamadas qualidades e sentimentos femininos (carinho, compreensão, dedicação ao lar e à família, intuição) [...]) 6. A mulher (1) considerada como parceira sexual do homem. [...]

DICIONÁRIO CONTEMPORÂNEO DA LÍNGUA PORTUGUESA (AULETE, 1978)	[...]    Pessoa do sexo feminino pertencente à plebe ou às classes inferiores da sociedade [...]    Mulher de casa, a que sabe dirigir a administração interna de uma casa e cuidar com economia e providência da vida e educação de sua família.    Mulher de govêrno, governante ou criada a quem está confinada a direção econômica da casa; mulher de casa. [...]
DICIONÁRIO CONTEMPORÂNEO DA LÍNGUA PORTUGUESA (AULETE, 1968)	[...]    Mulher de casa, a que sabe dirigir a administração interna de uma casa e cuidar com economia e providência da vida e educação de sua família.    Mulher de govêrno, governante ou criada a quem está confinada a direção econômica da casa; mulher de casa. [...]
DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA (FREIRE, 1941)	[...] 2. Espôsa.    [...] 4. Pessoa do sexo feminino pertencente à plebe ou às classes inferiores da sociedade (por oposição a senhora ou dama). [...]
LISA- GRANDE DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA (OLIVEIRA, 1972)	[...] esposa; pessoa do sexo feminino, da plebe ou das classes muito pobres. Pop. Homem efeminado. Mulher séria que vive no lar, reservada. [...]

Fonte: Elaborado pelos autores.

A lexia “mulher” possui *corpus* amplo para uma análise socioantropológica das questões de gênero em quaisquer recortes sincrônicos definidos, pois são longas definições e com casos de uso que se podem compreender muitos aspectos através das teorias discursivas, contudo, objetivo a priori deste trabalho é entender as relações entre língua, racialização e História. Desse modo, percebemos que o quadro 9 carrega uma relação com o passado escravocrata brasileiro ao passo que o cotejo dos dicionários e a generalidade dos sentidos da lexia “mulher”, bem como seus casos de uso, ligam-se à administração dos próprios lares e ao cuidado do marido e filhos. Além disso, abarca um sentido discursivo de mulher como um sujeito que existe oposição ao homem. Beauvoir (1949) discorre sobre esse papel de gênero das sociedades modernas em que a mulher é posta como o outro do homem, abordando essa construção ocidental de um modo em que somente exista o “homem” e o “não-homem”, nas palavras da autora: “[...] a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro” (BEAUVOIR, 1970, p.10).

se considerarmos a dimensão social da língua, podemos ver no léxico o patrimônio social da comunidade por excelência, juntamente com outros símbolos da herança cultural. Dentro desse ângulo de visão, esse tesouro léxico é transmitido de geração a geração como signos operacionais, por meio dos quais os indivíduos de cada geração podem pensar e exprimir seus sentimentos e idéias [...] (BIDERMAN, 1981, p.132).

Nesse viés, a herança cultural de Biderman (1981) e o conceito de *outridade beauvoriano* (1949) explicitam que as acepções da lexia “mulher” nas lexicografias cotejadas somente compilam o sentido das mulheres não-negras desse período pois remetiam, em suma, à “administração do lar e da família”, ao passo que as mulheres negras desse período eram definidas como pessoas que “mourejavam de trabalhar”, como visto no quadro 1. Na Convenção dos Direitos das Mulheres, em Ohio de 1851, Sojourner Truth fez seu famoso discurso intitulado “E eu não sou uma mulher?”, em que anunciava movimentos, que aconteciam também no Brasil, nessa configuração relegada às mulheres negras, livres e libertas, uma posição de dupla alteridade que Kilomba (2019) cunha como: *antítese de masculinidade e de branquitude*.

Aquele homem ali diz que é preciso ajudar as mulheres a subir numa carruagem, que é preciso carregá-las quando atravessam um lamaçal e que elas devem ocupar sempre os melhores lugares. Nunca ninguém me ajuda a subir numa carruagem, a passar por cima da lama ou me cede o melhor lugar! E não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para meu braço! Eu capinei, eu plantei, juntei palha nos celeiros e homem nenhum conseguiu me superar! E não sou uma mulher? Eu consegui trabalhar e comer tanto quanto um homem – quando tinha o que comer – e também agüentei as chicotadas! E não sou uma mulher? Pari cinco filhos e a maioria deles foi vendida como escravos. Quando manifestei minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu! E não sou uma mulher?<sup>100</sup>

100 Disponível em: <<https://www.thesojournertruthproject.com/compare-the-speeches>>. Acesso em 19 de maio de 2020.

Quadro 8 – Homem.

HOMEM	
Dicionário	Acepção
DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA (NASCENTES, 1988)	Homem s.m. A espécie humana; qualquer indivíduo da espécie humana, ser humano, pessoa: O homem é o único ser que possui uma linguagem articulada; indivíduo desta espécie pertencente ao sexo masculino; especialmente o adulto desde sexo; o que age maduramente, demonstrando a posse dos atributos de adulto: [...]    (pop.) Marido; amante; sujeito corajoso.    (Teol.) Ser composto de corpo e alma.    Homem feito: adulto.    Homem do mundo: o que frequenta a alta sociedade. [...]
NOVO DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA- (AURÉLIO, 1986)	
DICIONÁRIO CONTEMPORÂNEO DA LÍNGUA PORTUGUESA (AULETE, 1978)	
DICIONÁRIO CONTEMPORÂNEO DA LÍNGUA PORTUGUESA (AULETE, 1968)	
DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA (FREIRE, 1941)	HOMEM, s.m. [...] Animal racional da ordem dos mamíferos que se distingue de todos os outros pelo dom da palavra ou linguagem articulada e pela inteligência.    2. A humanidade.    3. O indivíduo da espécie humana pertencente ao sexo masculino.    4. Pessoa do sexo masculino que atingiu a virilidade ou idade madura.    5. O que procede maduramente, que tem o pensar, o juízo e qualidades próprias do homem maduro. 6    O que possui os requisitos e qualidades necessárias para um determinado fim.    7. O que tem a coragem, o valor, a firmeza de ânimo própria do homem forte. [...]    13. Pop. Autoridade.
LISA- GRANDE DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA (OLIVEIRA, 1972)	[...] soldado; operário; indivíduo corajoso. [...]; guerreiro. [...] O que tem caráter firme e altaneiro. - de Deus. Homem piedoso; santo. Homem inteligente ou altivo. Homem de muita força ou de muita saúde [...]. O conhecedor da arte militar. -de letras. O literato; o intelectual. [...]

Fonte: Elaborado pelos autores.



As acepções para “homem” são extensas e carregadas de ideologias de superioridade masculina, ao passo que a construção desse sujeito social é formada por elementos da esfera positiva da sociedade, bem como o dicionário Freire (1941) traz: inteligência, virilidade, humanidade, juízo e “qualidades próprias dos homens”. Assim, essa categoria lexical é abarcada para além dos adjetivos positivos, como parte neutra, sendo o ser parâmetro para os *outros*, doravante consideremos que as acepções de “homem” não possuem relação com raça, assim como visto no 6.0, o pressuposto histórico e material define que raça é atributo dos negros, dos *outros*.

Em contraste à lexia “negro”, cujas definições giram em torno de um homem que trabalha muito; escravo – como definidos pelos dicionários Caldas Aulete (1968) e (1978) –, os sentidos trazidos para lexia “homem” dizem respeito, portanto, aos homens não-negros, aqueles “destituídos de raça”, tal qual o dicionário Lisa (1972) define como: “Homem inteligente ou ativo. Homem de muita força ou de muita saúde [...]. O conhecedor da arte militar. [...] O literato; o intelectual [...]”.

### Mulato e Mulata

Quadro 9 - Mulato

MULATO	
Dicionário	Acepção
DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA (NASCENTES, 1988)	Adj. e s.m. Diz-se de, ou o filho de branco com negra ou vice versa; pardo. [...] (ant.) Mulo. [...]
NOVO DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA- (AURÉLIO, 1986)	[Do esp. Mulato < mulo, por ser mestiço o mulato.] S.m. 1. Filho de pai branco e mãe preta, ou vice-versa; cabroca, pardo. 2. Homem escuro, trigueiro. [...] Adj. 5 Diz-se de indivíduo mulato (1 e 2); pardo. 6. Bras., PA. Diz-se da rês cujo pêlo é alaranjado no dorso e preto no restante.

DICIONÁRIO CONTEMPORÂNEO DA LÍNGUA PORTUGUESA (AULETE, 1978)	S.m. filho de preto e branco, moreno, trigueiro Mulato, adj. e sm. Que ou o que de pai branco e mãe preta ou vice-versa.    (P. ext.) Que tem côr escura; moreno, trigueiro. [...]    (Bras., Pará) Côr de pêlo do gado, laranja no lombo e prêto no resto do corpo.
DICIONÁRIO CONTEMPORÂNEO DA LÍNGUA PORTUGUESA (AULETE, 1968)	S.m. filho de preto e branco, moreno, trigueiro Mulato, adj. e sm. Que ou o que de pai branco e mãe preta ou vice-versa.    (P. ext.) Que tem côr escura; moreno, trigueiro. [...]    (Bras., Pará) Côr de pêlo do gado, laranja no lombo e prêto no resto do corpo.
DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA (FREIRE, 1941)	S.m. De mulo. O mesmo que um ou mulo.    2. Aquele que é mestiço das raças branca e negra.    3. Aquele que é escuro ou trigueiro    4. Lus. Gir. Café
LISA- GRANDE DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA (OLIVEIRA, 1972)	S.m. (de mulo). Filho de pai branco e mãe preta ou vice-versa; mestiço; homem escuro: cor de pelame do gado. Bras. - velho. V. Patureba

Fonte: Elaborado pelos autores.

A lexia “mulato” possui uma relação de raça muito específica, uma vez que o sentido atribuído a um grupo de pessoas – em suma, filhos de relações interracialis-, outrora fora usado como um brasileiro, que Aulete (1968) e (1978), Aurélio (1986), Nascentes (1988) e Lisa (1972) trazem com uma acepção de relação com os animais, sendo de “cor do pelo do gado”, “pelo alaranjado” e “mulo” em um processo de *animalização* e *reificação*.

Diferentemente das definições do feminino das lexias propostas, as quais não possuíam, em geral, relações com raça, a lexia “mulata” traz sentidos muito próximos de seu masculino, sendo também usada para definir pessoas advindas de relações de “branco com negra ou de negro com branca” (NASCENTES, 1988).

Quadro 10 - Mulata

MULATA	
Dicionário	Aceção
DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA (NASCENTES, 1988)	[...] s.f. Filha de branco com negra ou de negro com branca; mestiça com sangue negro [... ( Fem. De mulato.)
NOVO DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA- (AURÉLIO, 1986)	[...] Fem. De mulato. [...]
DICIONÁRIO CONTEMPORÂNEO DA LÍNGUA PORTUGUESA (AULETE, 1978)	[...] s.f. mulher, procedente de pai branco e mulher preta ou vice-versa. [...] F. de mulato.
DICIONÁRIO CONTEMPORÂNEO DA LÍNGUA PORTUGUESA (AULETE, 1968)	[...] s.f. mulher, procedente de pai branco e mulher preta ou vice-versa. [...] F. de mulato.
DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA (FREIRE, 1941)	S.f. Fem. De mulato. Pessoa do sexo feminino que é mestiça das raças branca e negra.     2. Mulher trigueira.     3. Ant. O mesmo que mula.     [...]
LISA- GRANDE DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA (OLIVEIRA, 1972)	S.f. (fem. de mulato). Pessoa do sexo feminino, filha de pai branco e mãe preta ou vice-versa; mulher trigueira, mestiça [...]

Fonte: Elaborado pelos autores.

### Negrinho e Negrinha

A proposta de análise deste par lexical deu-se a considerar seu uso recorrente em diversos modelos documentais do século que sucedera a abolição, contudo os dicionários brasileiros por nós estudados não dispõem dos sentidos recorrentes ligados à escravização, pois trazem aceções que remetem ao “negrinho do pastoreio”, que Freire (1941) define como: “ente fantástico, anjo bom dos pampas, ao qual as crianças e os campeiros oferecem velas acesas, quando conseguem achar o animal ou cousa perdida” e o dicionário Lisa (1972) explica que “segundo a lenda, trata-se de um negrinho escravo que morreu em virtude de excessivos maus tratos e que, por sua inocência, ganhou o céu”.

Quadro 11 – Negrinho

NEGRINHO	
Dicionário	Acepção
DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA (NASCENTES, 1988)	s.m. Dim. De negro; negro pequeno. [...]
NOVO DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA- (AURÉLIO, 1986)	[Dim. De negro] [...] Negrinho do Pastoreio. Bras., RS. Ente fantástico, anjo bom dos pampas, também conhecido por Negrinho do Pastorejo, Crioulinho do Pastorejo, Crioulinho do Pastorejo, Crioulo do Pastoreio ou Crioulo do Pastorejo.
DICIONÁRIO CONTEMPORÂNEO DA LÍNGUA PORTUGUESA (AULETE, 1978)	
DICIONÁRIO CONTEMPORÂNEO DA LÍNGUA PORTUGUESA (AULETE, 1968)	
DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA (FREIRE, 1941)	Adj. e s.m. De negro. [...] NEGRINHO DO PASTOREIO, s.m. Ente fantástico, anjo bom dos pampas, ao qual as crianças e os campeiros oferecem velas acesas, quando conseguem achar o animal ou cousa perdida. [...]
LISA- GRANDE DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA (OLIVEIRA, 1972)	[...] Ente fabuloso, espécie de anjo bom da região sulina, ao qual as crianças e os campeiros acendem velas quando conseguem encontrar um objeto que se perdera. (segundo a lenda, trata-se de um negrinho escravo que morreu em virtude de excessivos maus tratos e que, por sua inocência, ganhou o céu).

Fonte: Elaborado pelos autores.

Além do uso recorrente de “negrinho” no século XIX, no início do século seguinte, em 1920, Monteiro Lobato publicara o conto “Negrinha”<sup>101</sup>. Como apontam Amorim & De Paula (2018), o texto de Lobato contara com diversas características para descrever a personagem principal, a *Negri-*

101 Disponível em: <<https://cs.ufgd.edu.br/download/Negrinha-de-Monteiro-Lobato.pdf>>. Acesso em 27 de junho de 2020.



*nha*, todavia, os sentidos empregados por Lobato, e que possivelmente foram também correntemente utilizados pela sociedade brasileira desse período, não se manifestam em nenhum dos seis dicionários cotejados e não apontam traços que remetessem à escravização.

### Ingênuo e Ingênuia

As lexias “menino”, “menina”, “ingênuo” e “ingênuia” fazem parte de um largo vocabulário de eufemismos e de cores no Brasil, como afirma Schwarz (2017), aqui, comumente impõem-se novos sentidos para termos já existentes ao falar de raça:

Com a lei de 1871, criaram-se distinções e nomes para lidar com tanta diversidade. Por exemplo, eram chamados de “Ventres Livres” aqueles indivíduos recém-emancipados por essa lei, [...] também, deram-se novos sentidos a termos já existentes – “moleque”, “menino”, “menina”, “garoto”, “cria”, “ingênuo” -, os quais, sobretudo depois da medida que libertava os recém-nascidos, geraram classificações sociais vinculadas ao costume de evitar a determinação da idade precisa dos pequenos escravos. Aí estava um verdadeiro código silenciosamente partilhado; hierarquias dadas por nascimento, origem, educação, cor da pele e data de libertação (SCHWARCZ, 2017, p. 31).

Nos cinco dicionários cotejados, a lexia “ingênuia” não possuía nenhuma ligação com raça, ao passo que essa lexia no masculino, “ingênuo”, carrega referências do passado escravocrata em que acepções se referiam ao “filho de escrava nascido depois da lei da emancipação” (FREIRE, 1941). Nessa perspectiva, a “lei da emancipação”, a que se referem as acepções, dizem respeito da Lei do Ventre Livre, instituída em 1871.

Das leis emancipacionistas promulgadas pelo governo imperial, a Lei de 28 de setembro de 1871, mais conhecida como Lei do Ventre Livre foi a de maior impacto nas relações escravistas. Além de libertar os “ingênuos” (assim eram chamados os filhos dos escravos beneficiadas pela lei) nascidos após sua publicação, a lei instituiu o fundo de emancipação que libertava

escravos com recursos provenientes de impostos sobre propriedade escrava, loterias, multas para quem desrespeitasse a lei e dotações dos orçamentos públicos (FILHO, 2004, p. 41).

Quadro 12 – Ingênuo

INGÊNUO	
Dicionário	Acepção
DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA (NASCENTES, 1988)	[...] s.m. (bras.) Filho de escravo nascido depois da Lei de Emancipação. [...]
NOVO DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA- (AURÉLIO, 1986)	[...] 4. Bras. Filho de escravo nascido após a lei da emancipação. [...]
DICIONÁRIO CONTEMPORÂNEO DA LÍNGUA PORTUGUESA (AULETE, 1978)	[...] (Bras.) Filho de escravo nascido depois da lei da emancipação. [...]
DICIONÁRIO CONTEMPORÂNEO DA LÍNGUA PORTUGUESA (AULETE, 1968)	[...] (Bras.) Filho de escravo nascido depois da lei da emancipação. [...]
DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA (FREIRE, 1941)	[...] 2 Filho de escrava nascido depois da lei da emancipação.
LISA- GRANDE DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA (OLIVEIRA, 1972)	[...] Ant. Filho de escravo nascido depois da lei da emancipação.

Fonte: Elaborado pelos autores.

## CONCLUSÃO

Em que pese a lei que oficialmente determinou o fim da escravização no Brasil em maio de 1988, os dias e anos que se seguiram ao dia 13 não resguardaram aos libertos e livres da escravização brasileira direitos constitucionais, ao contrário: lança-os à mercê de suas próprias sortes. Ainda hoje, mais de um século depois, a desigualdade continua movendo e alimentando resistências que lutam por um Brasil com igualdade por meio de políticas de equidade e inclusão (lei de cotas, lei 10.639/03, PIBIC-AF,

em certo aspecto, e outras tantas) que representam o quanto a estrutura do passado escravocrata ressoa sobre corpos, mentes e saberes negros.

O engano maior deste trilhar de coisificação, animalização e diminuição de mais de 50% da população brasileira que, no reverso de leis tenta *reparar a História*, é que os afetados sejam apenas negros e descendentes. Essa História e todas as teorias do embranquecimento de uma episteme do povo brasileiro afeta-nos a todos como nação, como projeto de soberania na contemporaneidade e no passado: afeta-nos já tão afetados pela colonialidade que tem regido as relações do norte escravizador sobre o sul escravizado.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. A. R.; AMORIM, A. M.; VAZ, V. A. S. S.; DE PAULA, M. H. Crioulo, mulato e pardo: análise lexical das qualificações aos negros no Brasil oitocentista. In: *Perspectivas em estudos da linguagem*. São Paulo: Blücher, 2017.
- ALMEIDA, S. L. *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- ALONSO, Â. Processos políticos da abolição. In: SCHWARCZ, L. M.; GOMES, F. S. (Org.). *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- AMORIM, A.; PAULA, M. H. Negrinha, coisa humana: O léxico referente às personagens Negrinha e Dona Inácia no conto de Monteiro Lobato. *Revista de Estudos de Cultura*, 2018.
- AULETE, C. *Dicionário contemporâneo da Língua Portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Delta, 1968.
- AULETE, C. *Dicionário contemporâneo da Língua Portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Delta, 1978.
- BEAUVOIR, S. *O segundo sexo: fatos e mitos*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.
- BIDERMAN, M. T. C. *A estrutura mental do léxico*. In: BORBA, F. S. (Org.). *Estudos de filologia e linguística em homenagem a Isaac Nicolau Salum*. São Paulo: T. A. Queiroz, Ed. Universidade de São Paulo, 1981.

- BIDERMAN, M. T. C. *O dicionário padrão da língua*. São Paulo: Alfa, 1984.
- DE PAULA, M. H.; AMORIM, A. M. *Em vida e na hora da morte também: o que dizem registros de óbito oitocentistas da Freguesia de Nossa Senhora da Penha de Corumbá (1847-1855)*. Diacrítica, 2018.
- FERREIRA, A. B. H. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- FILHO, W. F. *Encruzilhadas da liberdade: histórias e trajetórias de escravos e libertos na Bahia, 1870-1910*. Campinas, SO, 2004.
- FREIRE, L. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Noite Ed., 1941.
- KILOMBA, G. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- NASCENTES, A. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Bloch Ed., 1988.
- NASCIMENTO, G. *Racismo linguístico: os subterrâneos da linguagem do racismo*. Belo Horizonte: Letramento, 2019.
- NUNES, J. H. *Dicionário, sociedade e língua nacional: o surgimento dos dicionários monolíngües no Brasil*.
- OLIVEIRA, M. *Lisa grande dicionário da língua portuguesa*. São Paulo. LISA. 1972.
- POCHMANN, M. *Brasil sem industrialização: a herança renunciada*. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.
- SCHWARCZ, L. M. *Lima Barreto: triste visionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- SCHWARCZ, L. M. *Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira*. São Paulo: Claro Enigma, 2012.
- SILVA, L. D. *Irmandades de pretos: edição e inventariação lexical em manuscritos goianos do século XVIII*. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem). Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão, Departamento de Letras, 2013.



# 18

Pauler Castorino Oliveira Barbosa  
Vanessa Regina Duarte Xavier

## **OS NEOLOGISMOS GLAMOUROSOS DA MODA E SUAS CONEXÕES SÓCIO-CULTURAIS**

DOI: [10.31560/pimentacultural/2021.936.434-460](https://doi.org/10.31560/pimentacultural/2021.936.434-460)

## ENVEREDANDO-SE PELO GLAMOUROSO LÉXICO DA MODA...

O conjunto de unidades lexicais de uma comunidade linguística, também entendido como léxico, tem como principal característica a representação da realidade física e extralinguística de determinado ambiente. Neste viés, o léxico, nos dizeres de Borba (2006), sofre as influências socioculturais da realidade à qual pertence. Por isso, o teórico entende que o sistema lexical de uma língua é instável e aberto, visto que o léxico é a “conexão entre a língua, como entidade abstrata, e a realidade, o mundo dos objetos” (2006, p. 83).

Em consonância ao exposto, a moda revela-se similarmente instável e vulnerável a mudanças. Scholl, Souza e Wendt (2010, p. 1-2, grifo dos autores) veem a moda como “um reflexo das transformações da sociedade contemporânea, produtora de sentidos e constituída por estes, atravessada pelos costumes e tratada como um *ethos* fundamental e articulador da historicidade dos grupos”. Em outras palavras, a moda também é um tipo de representação, por meio dos vestuários, adornos e estilos, os quais produzem sentidos em nossa realidade, tomando por base que, em cada ocasião, os sujeitos vestem-se de maneiras diferentes para se adequarem ao contexto.

Ante o exposto, entendemos que a moda, assim como o léxico, expressa a cultura de um povo; além disso, notamos que ambos estão propícios a sofrer alterações constantemente, como observa Orsi (2015, p. 2):

A moda é, então, reflexo da contínua mudança da época em que se insere e a roupa é usada como instrumento social para afirmar o status econômico e o próprio papel na sociedade. Por este motivo consideramos que a moda é uma forma de comunicação. Ademais, a isso se acrescenta também o exame de seu léxico, marcado por movimentos de expansão, atualização e

modificação, com fundamento nos processos disponibilizados na língua comum.

De acordo com a estudiosa, os vestuários são instrumentos que (re)afirmam o *status* dos sujeitos na sociedade, constituindo-se a moda, assim, uma espécie de linguagem. Igualmente, o léxico que a representa é marcado por modificações, tendo em vista que este acompanha em tempo real as novidades do campo da moda. Diante disso, é propósito do presente estudo<sup>102</sup> investigar a renovação lexical presente na revista *Glamour*, doravante *RG*, nas edições de novembro de 2012, 2013 e 2014, com vistas a analisar a relação ente léxico, moda e sociedade.

É necessário apontar que a revista *Glamour* é dedicada ao público feminino, tendo sido lançada em abril de 2012 no Brasil, sendo esta originária dos Estados Unidos, onde é publicada desde 1939 (TUPIAS-SÚ, 2012). Destacamos, também, que ela contém tiragens em outros países, como Reino Unido, França, Alemanha, dentre outros, sendo que os principais assuntos da revista são relacionados à moda, como desfiles e tendências, *lifestyle* etc. Segundo Sisson (2015), a revista *Glamour* é destinada a mulheres entre 20 e 40 anos de classe média e alta, como vemos na assertiva a seguir: “a publicação foi pensada para o público feminino das classes A (27%) e B (61%), que possuem a sua independência profissional e utilizam os seus rendimentos em benefício próprio” (2015, p. 44).

Por esta razão, o objetivo deste trabalho é investigar os processos que têm culminado na constante renovação do repertório lexical da moda, em especial, nos expedientes lexicais da revista *Glamour*. Desta maneira, estabelecemos dois propósitos para discussão, sendo eles: a)

102 Esta investigação é fruto de uma Iniciação Científica realizada na Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão (UFG/RC), no período de 2016 a 2017 através do Programa Institucional de Voluntariado em Iniciação Científica (PIVIC), com o título original *Caminhos de renovação lexical: neologismos por empréstimos na revista Glamour*.



analisar algumas confluências entre léxico, moda e sociedade; e *b)* debater sobre a frequência<sup>103</sup> de unidades neológicas no léxico da revista.

Para isso, apoiamo-nos nas obras de Alves (2007), que conceitua as criações lexicais, dentre as quais nos interessam mais detidamente o estrangeirismo e o empréstimo; Carvalho (2009), que problematiza a constante renovação lexical; no *Dicionário UNESP do Português Contemporâneo*, organizado por Borba (2004) e no *Dicionário Caldas Aulete Online*, de Aulete e Valente (2020) que nos serviram como base conforme o processo de formação, além de artigos e manuais de Morfologia.

A metodologia adotada para a investigação do *corpus* constituiu-se por quatro etapas, quais sejam: *a)* a realização da leitura das edições de novembro de 2012, 2013 e 2014 da revista e inventário dos possíveis neologismos; *b)* cotejo destes nos dicionários supramencionados, para que pudéssemos verificar o caráter neológico dos itens lexicais coletados; *c)* análise quantitativa dos dados levantados na revista; e, por fim, *d)* a análise qualitativa, a qual consistiu nas discussões acerca do uso de neologismos no léxico da moda, em especial, naquele usado pela revista.

É importante destacar que o presente artigo será dividido nas seguintes seções: *i)* realizaremos breves apontamentos sobre o cerne das revistas de moda e, conseqüentemente, o léxico presente nelas; *ii)* apresentaremos o percurso metodológico executado; *iii)* analisaremos os neologismos levantados em nosso *corpus*; e, por fim, *iv)* discutiremos acerca dos resultados obtidos. Pretendemos, então, com este estudo, ampliar a reflexão sobre a constante renovação lexical pela qual a língua portuguesa passa ao longo dos anos.

103 Por frequência, compreendemos o número de ocorrências do fenômeno em estudo no *corpus* desta investigação, e não em referência ao uso assíduo das lexias.



## DAS PÁGINAS DA REVISTA AO LÉXICO DA MODA: BREVES APONTAMENTOS<sup>104</sup>

De modo geral, as revistas são publicações mais sofisticadas, dado que essas são confeccionadas com maior rigor gráfico, tais como fotografias em alta resolução, diagramações vistosas (BUITONI, 1990). Inferimos, ainda, que elas abordam questões da atualidade em diversos campos, a exemplo da moda.

É preciso apontar que a unidade lexical *revista* tem origem no item lexical *armazém*, do árabe, que correspondia a publicações impressas que abarcavam diversos assuntos. A unidade *armazém* derivou *magasin* no francês que, conseqüentemente, originou *magazine* no inglês, de acordo com Buitoni (1990). As revistas são publicações impressas e/ou digitais acerca de assuntos diversificados, tais como política, automobilística, dentre outros. Neste estudo, nosso foco serão as publicações de variedades, em específico, uma revista que tem como um de seus principais assuntos a moda, a *Glamour*.

Importa-nos dizer que:

A pedra de toque da imprensa feminina é a novidade. A fim de parecer sempre atual, usa-se o novo. O atual pressupõe uma relação de presença efetiva no mundo histórico. O atual pode ser descoberto ou estimulado, mas não pode ser criado. O atual precisa ter uma relação concreta com os acontecimentos, mesmo que apenas latente (BUITONI, 1990, p. 13).

A imprensa feminina é aquela destinada a mulheres, no entanto, acreditamos que na contemporaneidade não há essa limitação de

<sup>104</sup> Parte das discussões realizadas neste tópico foram derivadas de nosso estudo de mestrado, chamado de Neologismos da moda e consumo: *inter-relações entre revistas de moda no Instagram e lojas de vestuário*, em específico, do tópico *A moda e o efêmero: como as revistas de moda chegaram às redes sociais?*, em que realizamos um breve percurso histórico das revistas de moda desde suas versões impressas às digitais.

gênero, dado que qualquer sujeito de qualquer gênero pode ser um consulente desse tipo de tiragem. Além disso, concordamos com a fala acima sobre o que move as revistas, que são as novidades, uma vez que seus consulentes sempre procuram aquilo que é novo, principalmente no campo da moda, para que possam renovar seus comportamentos e estilos, conforme os “mandamentos”<sup>105</sup> da moda.

Por abarcar a efemeridade, as revistas conseguem “mudar muito rapidamente, adaptando-se às novas realidades dos públicos leitores”, fazendo com que “nenhum outro veículo mostre isso tão claramente” (MIRA, 2001, p. 217). Dizemos isso, porque as revistas de moda acompanham as mudanças do campo dos vestuários, adornos e estilos e, por meio delas, essas renovações podem ser acompanhadas por seus consumidores/leitores. Neste viés, as revistas de moda funcionam como mediadoras na sociedade, pois apresentam aos consulentes quais estilos estão em voga socialmente e/ou expõem um leque de tendências que o leitor pode escolher.

De acordo com Buitoni (1990, p. 14), “a moda impulsiona a imprensa feminina e é por ela impulsionada”. Em outros dizeres, o casamento entre revista e moda teve ótimos frutos, tendo em vista que a moda, com toda sua efemeridade, é promovida pelas revistas, que, por sua vez, são consumidas pelo público, em parte, pelo seu interesse pela moda, já que o público consome moda por intermédio das revistas. Salientamos, então, que nossa investigação mostra-se relevante em consonância ao exposto, pois as revistas de moda podem ser acessadas diariamente pelo público em geral, no intuito de ficar

105 Esta unidade lexical se encontra entre aspas, pois não acreditamos que os consumidores se submetem ao que é ditado pela moda, mas sim que eles escolhem quais peças do vestuário, acessórios ou estilos eles utilizarão, ao passo que eles podem renegar aqueles que não lhes apeteçam. Svendsen (2010, p. 81-82) disserta que “há inúmeros exemplos de tentativas da indústria da moda de lançar certas cores e formas, para descobrir depois que os consumidores se recusavam a comprá-las”, sendo que, nesta perspectiva, nem a imprensa de moda consegue mudar o repúdio do público por tais produtos, conforme observa o autor: “se a massa dos consumidores não quiser um estilo, não adianta muito que a imprensa de moda o elogie em bloco”.

atenado às novidades neste campo, sendo que as inovações não ocorrem apenas nos itens do vestuários, acessórios e/ou estilos, mas, também, no léxico que as nomeia.

Para Mira (2001), as revistas brasileiras baseiam-se em modelos internacionais para realizarem suas publicações mensais, sendo que essa fala corrobora com a assertiva de Orsi (2016, p. 90) de que nas “revistas femininas e de moda, usam-se com frequência os anglicismos, mantendo sua forma escrita genuína, para se identificar com outras culturas e como mostra de sofisticação”. Neste caso, a autora aponta que as revistas fazem uso de unidades lexicais estrangeiras, sobretudo do inglês, para se conectarem com outros ambientes socio-culturais, além de que esse uso pode estar relacionado à terminologia usada pelos grandes centros difusores de tendências da moda.

## PERCURSO METODOLÓGICO

Baseamo-nos pressupostos de Correia e Almeida (2012), para construirmos a metodologia desta investigação. Em princípio, as autoras abordam a necessidade de delimitar um *corpus*, sendo que o nosso é constituído das edições de novembro de 2012, 2013 e 2014 da Revista *Glamour*. Este *corpus* mostra-se propício a uma investigação acerca de neologismos por empréstimos, por serem estes abundantes nesta publicação, além de ela ser relativamente nova no Brasil, tendo apenas oito anos de distribuição local.

Consoante a isso, realizamos levantamentos bibliográficos acerca da temática proposta. Após isso, fizemos a leitura e a coleta dos neologismos nos três (3) exemplares da revista *Glamour*. Os dados inventariados foram postos em uma ficha que contém: a) a lexia; b) a frequência em que o neologismo apareceu no *corpus*; e c) a abonação juntamente com a indicação da tiragem em que foi encontrada a lexia.

É válido ressaltar que as extrações dos itens lexicais neológicos ocorreram sem a ajuda de programas computacionais. Destacamos que, nesse tipo de coleta, cabe ao pesquisador arrolar as lexias que são sentidas como novas por ele, conforme Correia e Almeida (2012).

Delimitamos, também, a escolha do *corpus* de exclusão, que para as autoras é “constituído por um conjunto de dicionários gerais da língua recentes, que se consideram representativos do estado atual do léxico da língua em causa” (2012, p. 26). Neste caso, optamos em consultar o *Dicionário UNESP do Português Contemporâneo*, organizado por Borba (2004), tendo em vista que este se propõe a apresentar o português contemporâneo, e o *Dicionário Caldas Aulete*, de Aulete e Valente (2020), em sua versão online, pois este contém mais de oitocentos e dezoito mil (818.000) verbetes. Assim, partilhamos dos pressupostos de Alves (2007, p. 85) de que os dicionários “simbolizam o parâmetro, o meio pelo qual decidimos se um item léxico pertence ou não ao acervo lexical de uma língua”.

A consulta aos dicionários referidos ocorre para sabermos se as lexias coletadas na revista são de fato neologismos ou não. O dicionário nesta investigação é utilizado, também, devido ao postulado por Biderman (2001, p. 207) de que “de fato os neologismos, uma vez incorporados ao acervo de um dicionário padrão, tendem a perdurar, pois o registro escrito (sobretudo o lexicográfico) documenta aqueles lexemas e os transmite às gerações futuras”. Assim, quando a unidade lexical foi encontrada nas obras lexicográficas organizadas por Borba (2004) e/ou Aulete e Valente (2020), ela era excluída do nosso corpus de análise, uma vez que quando um item lexical é incorporado a um dicionário de língua ele perde seu *status* neológico (ALVES, 2007).

Por fim, realizamos uma análise quanti-qualitativa de nosso *corpus*, com vistas a verificar se os neologismos repetiram-se ou não entre as edições analisadas. Na sequência, fizemos uma discussão mais apro-



fundada sobre as possíveis razões para tal e sobre o uso de itens neológicos no léxico da moda e, conseqüentemente, na língua portuguesa.

## OS GLAMOUROSOS NEOLOGISMOS DA MODA

Estudiosos como Alves e Maroneze (2018) dissertam que historicamente as línguas renovam seus acervos lexicais, em consonância com as mudanças sociais, ponto esse também levantado por Martins, E. (2004), para quem o desenvolvimento tecnológico e a globalização contribuem para a formação de novas unidades lexicais na contemporaneidade.

Destacamos que o sistema lexical português sempre sofreu influências de outras línguas, tendo em vista que sua base lexical latina, incorporou elementos das línguas celta, fenícia, basca, árabe, africanas e tupi, devido ao contato com estas sociedades e suas práticas culturais (ALVES, 2007). Portanto, a renovação lexical não é corrente apenas na atualidade, visto que ocorre desde tempos remotos, conforme os contatos socioculturais e linguísticos e/ou surgimento de novos elementos, em especial os tecnológicos no ambiente, uma vez que a criação de novos itens lexicais ocorre para nomear os acontecimentos sociais.

No entanto, é inegável que atualmente os sujeitos têm maior contato com as inovações lexicais, por meio da mídia impressa ou digital, dado que

Basta acordar, ligar o televisor ou abrir as páginas do jornal diário, para que nos deparemos com vocábulos novos. Isto mostra que a fixidez da língua é apenas aparente. Não há imobilidade. Ela está sempre em mudanças e o componente lexical é aquele que maior passividade dá às alterações permitidas pelo sistema (MARTINS, E., 2004, p. 54).

Para essas inovações linguísticas, damos o nome de neologismos, que são o resultado de processos de formação de unidades lexi-

cais, ou seja, provêm da criação, adoção e/ou ressignificação de lexias na língua, de acordo com Martins (2004).

Existem quatro tipos de neologismos na Língua Portuguesa, segundo os pressupostos de Alves (2007), o fonológico, o sintático, o semântico e por empréstimos, sendo este último de suma importância para esta investigação. A saber, o neologismo fonológico é a criação de um vocábulo cuja estrutura é inédita, ou seja, não utiliza de bases de nosso léxico para sua formação, sendo esse um caso raro em todas as línguas (GUILBET, 1975), o que se confirma nesta pesquisa, pois não obtivemos nenhum neologismo enquadrado nesta tipologia em nossos dados.

No neologismo sintático, diferentemente do fonológico, as bases lexicais de nossa língua atuam como fonte de criação, sendo que “são denominados sintáticos porque a combinação de seus membros constituintes não está circunscrita exclusivamente ao âmbito lexical (junção de afixo a uma base), mas concerne também ao nível frásico” (ALVES, 2007, p. 14). A autora classifica, ainda, os neologismos sintáticos em derivados, compostos, compostos sintagmáticos e compostos formados por siglas ou acrônimos, porém nos interessam apenas os derivados, compostos e sintagmáticos, compreendidos no *corpus* em questão.

De acordo com Henriques (2007), os **derivados** podem resultar da junção de prefixos e/ou sufixos ao radical de uma palavra primitiva, porém esses não tiveram recorrência em nossos dados. No que condiz aos **compostos**, obtivemos frequência em relação dos derivados, pois encontramos oito (8) casos de *justaposição* e trinta e sete (37) de **composição sintagmática**. Começamos apresentando os neologismos por justaposição, que se dá devido à junção de dois ou mais radicais para formarem uma unidade lexical, sem que haja redução de elementos mórficos nas lexias justapostas (HENRIQUES, 2007). Para elucidarmos o exposto, temos *boho-chic*, *boho* + *chic*, para um estilo que preza pela mistura de vestuários modernos e antigos, sendo que este se relaciona

ao modo de viver dos sujeitos, uma vez que “esse estilo teve forte inspiração dos boêmios da década de 20 e, em 70, o movimento que unia moda e arte ganhou as ruas de Londres”, conforme Cerresi (2018, site). Essa autora abarca, também, que *hippie-chic*, junção de *hippie* + *chic*, é um estilo fortemente confundido com o *boho-chic*, no entanto, esse caracteriza-se por vestuários com “cores mais sóbrias, menos vibrantes, em estampas étnicas e florais” (2018, site).

Outras unidades lexicais enquadram-se nas **composições por justaposição**, como são os casos de: a) *vintage-chique*, *vintage* + *chique*, para o estilo em que predominam elementos antigos no vestuário; b) *hi-lo*, *high* + *low*, neste caso, trata-se de um estilo em que há mistura de peças luxuosas com itens esportivos e/ou básicos (WE FASHION TRENDS, 2019); c) *off-white*, *off* + *white*, para o “tom de branco que pode ser levemente acinzentado ou amarelado, sem muita pigmentação”, segundo Castells (2020, site). Salientamos que, dentre os neologismos apresentados até o momento, quatro (4) são relacionados aos estilos, ao passo que um indica um tipo de cor, enquanto os outros três (3) a serem apresentados referem-se aos vestuários, em específico, dois aos sapatos e um à roupa, a saber, d) *flat-desejo* e *it-shoes*, em que o primeiro diz respeito a um sapato que se assemelha a uma sapatilha, mas que desta se difere por não conter um micro salto (BEM VERSÁTIL, 2015), enquanto o segundo item abarca os sapatos que eram tendências nos períodos analisados. Temos, ainda, e) *peça-chave*, *peça* + *chave*, para o item do vestuário essencial no guarda-roupa e/ou no visual dos consumidores. Esses últimos demonstram o que discutimos anteriormente, de que as revistas de moda utilizam de um léxico altamente persuasivo, para que o consumidor julgue que o seu consumo é de suma importância para adequar-se ao que está em voga, sendo que, nesse caso, a lexia refere-se a sapatos que são cobijados pelo público em geral e/ou revelam tendências a serem adotadas, porque são consideradas peças “essenciais” no visual do sujeito moderno.

Continuamos nossas análises com os **compostos sintagmáticos**, em que um elemento frasal se encontra em intrínseca relação sintática, morfológica e semântica, pois

[...] de acordo com Alves (1990: 50), ‘processa-se a composição sintagmática quando os membros integrantes de um segmento frasal encontram-se numa íntima relação sintática, tanto morfológica quanto semanticamente, de forma a constituírem uma única unidade léxica’. Assim, verifica-se que o resultado de um processo de composição sintagmática é uma unidade que equivale a uma palavra da língua como qualquer outra (ARAÚJO, 2015, p. 123).

Em outros dizeres, as composições sintagmáticas dizem respeito a uma estrutura frasal que se encontra em profunda solidez semântica e, conseqüentemente, nomeia um acontecimento e/ou objeto no ambiente, atuando como uma palavra da língua. Em nossa investigação, inventariamos trinta e um (31) itens neológicos dessa tipologia, os quais apresentamos a seguir, no quadro abaixo, com suas respectivas frequências, abonações e definições<sup>106</sup>:

**Quadro 1 – Amostragem das composições sintagmáticas neológicas encontradas na Revista Glamour.**

Item neológico	Frequência	Abonação	Definições
Animal print <sup>107</sup>	2	“Animal print: A estampa queridinha dos fashionistas” (RG, 2014, p. 141, grifos nossos).	Estampa de animal.
Ankle boot	3	“Atenção à peça-chave máster: calça cropped de barra mais ampla – a gente ama com ankle boot!” (RG, 2014, p. 134, grifos nossos).	Trata-se de uma bota de cano baixo até a altura do tornozelo (ETIQUETA ÚNICA, 2020).

<sup>106</sup> É preciso apontarmos que alguns neologismos foram definidos segundo *sites* especializados, ao tempo que criamos aceções para aquelas em que a própria abonação nos indicava seu conceito.

<sup>107</sup> Optamos por apresentar os neologismos em sua forma singular.



Beach couture	2	“Nasce o beach couture, que aposta em modelagens maiores e mais elegantes, perfeitas para usar em festinhas sofisticadas à beira-mar” (RG, 2012, p. 132, grifos nossos).	Segundo a RG (2012, p. 132), a referida unidade lexical designa “a moda sofisticada que surgia [surge] como tendência-mor no mercado” de biquínis.
Blazer oversized	1	“Brinque com as proporções e use o blazer oversized” (RG, 2014, p. 144, grifos nossos).	Casaco de proporções maiores.
Boyfriend jeans	2	“Boyfriend jeans com a barra assim dobrada [...]” (RG, 2014, p. 90, grifos nossos).	Refere-se a uma calça feminina, confeccionada em jeans, larga, sendo que “os quadris são desestruturados e as pernas, amplas”, remetendo-se a uma calça masculina (DAFITI, 2020).
Calça cropped	1	“Atenção à peça-chave máster: calça cropped de barra mais ampla – a gente ama com ankle boot!” (RG, 2014, p. 134, grifos nossos).	Calça de comprimento acima do tornozelo e, geralmente, de cintura alta.
Calça destroyed	1	“Ok, jeans combina com tudo. Mas o jeito que mais amo usar é calça destroyed [...]” (RG, 2014, p. 154, grifos nossos).	Modelo de calça em que o jeans é desgastado e/ou destruído propositalmente, a exemplo de rasgos.
Calça skinny	1	“Calças skinny pretas são sua marca” (RG, 2012, p. 56, grifos nossos).	Calça justa ao corpo.
Candy colors	1	“Candy colors não fazem o seu estilo? Então aposte nas mesmas cores em versão néon ou no luxo dos dourados e bronzes metalizados” (RG, 2012, p. 199, grifos nossos).	Designa-se os tons coloridos nas peças de roupas, em específico, as cores mais suaves.
Clutch de python	1	“A britânica quebrou a delicadeza do vestido de tule de seda Tory Burch com Maxicolor e clutch de python”. (RG, 2012, p. 37, grifos nossos).	Bolsa de mão de dimensão pequena e estampada com pele de cobra píton.

Cocktail dress de chiffon	1	“A diva-mor [Marilyn Monroe] fez muito marmanjo babar com esse cocktail dress de chiffon, que ajudou o longa a levar o Oscar de melhor figurino” (RG, 2012, p. 208, grifos nossos).	Vestido de comprimento até os joelhos, usados em ocasiões formais. Neste caso, a peça é confeccionada em chiffon um tecido fino e levemente transparente, criado a partir do algodão e seda (BLOG STYLE ME, 2014).
Color blocking	1	“Jaqueta e calça com retalhos de efeito color blocking levam o look total jeans a um patamar beem mais alto” (RG, 2014, p. 158, grifos nossos).	Combinação de cores em uma peça.
Daring stripes	1	“O lance da tendência daring stripes são listras de tamanhos e direções diferentes que criam ilusões de ótica” (RG, 2014, p. 138, grifos nossos).	Listras simétricas em direções opostas.
Dress code	1	“O dress code do verão pede (na verdade, implora) ícones divertidos” (RG, 2014, p. 88, grifos nossos).	Código de vestimenta.
Easy chic	1	“[...] camiseta branca e blazer precioso. Easy chic!” (RG, 2014, p. 154, grifos nossos).	Estilo que une peças do vestuário básicas ao moderno.
Flat power	1	“Complete com flats Power [...]” (2014, p. 162, grifos nossos)	Sapato feminino semelhante a sapatilha, sem salto, mas que são “poderosos” e estavam em alta no período investigado.
Friendship bracelets	1	“Misture sem medo pulseiras infantis com friendship bracelets e power joias” (RG, 2012, p. 60, grifos nossos).	Diz respeito a um acessório, em especial, um bracelete de amizade.
High rise legging	1	“Depois de um longo reinado da cintura baixa, a modelagem high rise legging [...]” (RG, 2014, p. 160, grifos nossos).	Calça de elastano, colada ao corpo, com cintura alta.

Jeans concealed	1	“Estamos amando os jeans concealed, de corte reto” (RG, 2014, p. 161, grifos nossos).	Calça de “corte reto, costura embutida, acabamento de alfaiataria e pegada minimalista” (CARRIGAN, 2014 apud RG, 2014, site).
Jeans superstar	3	“Prepara... Vai! e Jeans Superstar, no qual trabalhou com a beleza da Taylor” (RG, 2014, p. 32, grifos nossos).	Segundo a própria edição da revista, esse “modelo [de vestuário] tem de ser rasgado” e usado “com camiseta ou camisa jeans” (RG, 2014, p. 32, grifos dos autores).
Ladylike way of life	1	“Evolução do top cropped, a peça é a cereja do bolo do ladylike way of life” (RG, 2014, p. 86, grifos nossos).	Estilo que tende a exalar feminilidade e com contraste vintage.
Little black dress	1	“Inspire-se nas divas acima e dê um chá de sumiço no seu little black dress!” (RG, 2012, p. 38, grifos nossos).	Vestido preto básico.
Look resort	1	“Garota de fibra.... ..que se preze vai turbinar o look resort com tramas rústicas e prints tribais” (RG, 2012, p. 140, grifos nossos).	Na moda resort denomina pré-coleções, neste caso, o sintagma nos indica que se trata de um vestuário lançado na pré-coleção.
Look rockabilly reloaded	1	“Look rockabilly reloaded, você vê por aqui [...]” (RG, 2014, p. 163, grifos nossos).	Estilo inspirado no gênero musical rockabilly dos anos 50. Por sua vez, este estilo preza por “jaqueta de couro preta, o jeans e um par de botas” (GOMES, 2013, site).
Look sexy	1	“[...]que tal um smoking masculino para deixar o look sexy e zero óbvio?” (RG, 2012, p. 170, grifos nossos).	Visual atraente.

Mules nude	1	“A. T. não abre mão de colares curtos de gemas coloridas vira e mexe repete as mules nude da foto” (RG, 2012, p. 56, grifos nossos).	Sapato feminino, com um leve salto, caracterizado por não ter a parte de trás, de acordo com Machado e Chaves (2020). Salientamos, ainda, que neste caso o sapato tem tonalidade pastel.
Print bold	1	“Os maxipoás de tons contrastantes criam a ilusão de ótica de seios bem maiores. Ponto para a print bold” (RG, 2013, p. 116, grifos nossos).	Estampa que realça as curvas femininas.
Print tropical	1	“A vogue Y. S. aposta em print tropical + volumes sport couture” (RG, 2012, p. 58, grifos nossos).	Estampa com flores e folhagens.
Scarf fever	1	“Status: amando a scarf fever que invadiu as passarelas e street style da vida” (RG, 2014, p. 212, grifos nossos).	Em tradução livre, febre dos lenços, que indica que os lenços estavam em alta naquela estação.
Skinny color	1	“Lance mão de uma skinny color pra um look superfeminino e ao mesmo tempo confortável” (RG, 2014, p. 161, grifos nossos).	Calça skinny, justa, em tonalidade suave.
Sport couture	1	“A vogue Y. S. aposta em print tropical + volumes sport couture” (RG, 2012, p. 58, grifos nossos).	Estilo de vestuários esportivos e modernos que podem ser usados no dia a dia, em ocasiões que não exijam formalidade.
Street style	9	“Contraponto: paródias com logos luxuosos (aqui, Balmain) são hits no street style (RG, 2014, p. 75, grifos nossos).	Em tradução do inglês, estilo de rua que diz respeito as peças usadas diariamente.
Top cropped	2	“Evolução do top cropped, a peça é a cereja do bolo do ladylike way of life.” (RG, 2014, p. 86, grifos nossos).	Um top de dimensão curta que deixa a barriga a mostra, podendo ser justo ou solto ao corpo.



Total white	1	“TOTAL WHITE: Kim e North em (raro) momento minimalista” (RG, 2014, p. 68, grifos nossos).	Visual em que há predominância do branco.
-------------	---	--	---

Fonte: Elaborado pelos autores.

É preciso apontar que, dentre os trinta e um (31) *neologismos sintagmáticos* inventariados, quatro (4) faziam referências às estampas, frequência semelhante aqueles que designavam os estilos. Os acessórios e sapatos obtiveram três (3) nomeações cada, ao passo que as tendências e cores tiveram ocorrências iguais, a saber, dois (2) casos cada. Diferentemente, notamos que os vestuários foram denominados com maior frequência por intermédio deste processo, uma vez que encontramos trezes (13) peças nomeadas a partir dos compostos sintagmáticos.

Dentre os neologismos sintáticos, temos um (1) processo que se enquadra tanto nos derivados quanto compostos, o que chamamos de *hibridismo*, concebido como o item lexical composto “por elemento[s] lexicais provindos de línguas diferentes, e pode ser formado por meio dos processos de derivação ou composição”, segundo Fujiwara (2014, p. 44). Em outros dizeres, a unidade lexical é considerada híbrida quando seus elementos são provenientes de outros sistemas linguísticos, a exemplo de um radical da língua inglesa, que pode juntar-se a um prefixo ou sufixo da língua portuguesa. Vale-nos dizer que inventariamos quatro (4) hibridismos compostos, tal como percebemos em *chic*, do francês, se justapôs a três (3) unidades lexicais de língua inglesa (*boho*, *hippie* e *vintage*) para formar: *boho-chic*, *hippie-chic* e *vintage-chique*. O item lexical *flat*, do inglês, juntou-se a *desejo* do português, oriundo do latim *desidiu*, para designarem uma *flat-desejo*.

Em consonância ao exposto, destacamos que algumas unidades lexicais enquadram-se em mais de um processo neológico, por isso elas se repetem em nossas discussões. Bem como os discutidos anteriormente que, igualmente, podem ser considerados neologismos por justaposição.

Seguimos com os *neologismos semânticos*, “que consistem na mudança semântica sem que uma nova forma significativa seja criada”, segundo os pressupostos de Assirati (1998, p. 122). Compreendemos, então, que este processo se trata de ressignificações semânticas de determinada unidade lexical, neste caso, como indica a autora referida, a estrutura permanece a mesma, o que se altera é o sentido desta. Para exemplificarmos nossa explanação, apresentaremos abaixo os três (3) itens neológicos por alteração semântica encontrados na revista em questão; veja a seguir:

**Quadro 2 – Amostragem dos neologismos semânticos da moda extraídos da Revista Glamour.**

Item neológico	Frequência	Abonação
<i>Bottoms</i>	6	“Combine com <i>bottoms</i> de cintura alta, que cubram o umbigo e deixem apenas um filetinho de barriga à mostra” (RG, 2014, p. 87, <i>grifo dos autores</i> ).
<i>Caftãs</i>	1	“Os <i>caftãs</i> , vestidos, biquínis, maiôs e leggings estão à venda apenas nas lojas próprias” (RG, 2013, p. 56, <i>grifo dos autores</i> ).
<i>Flat</i>	3	“Areia e salto alto definitivamente não combinam. Prefira <i>flats</i> : nada mais chique e prático que rasteiras com pedraria. (RG, 2012, p. 132, <i>grifo dos autores</i> ).

Fonte: Elaborado pelos autores.

*Bottoms* foi encontrada no dicionário organizado por Aulete e Valente (2020, site), que a definiu como um acessório que pode ser preso ao vestuário: “espécie de botão, com dístico ou figura ref. a evento ou produto, e que se usa preso à roupa por alfinete”. Em nosso *corpus*, o item lexical recebe uma extensão semântica, dado que se designa um conjunto de vestuários da parte “de baixo” ou inferior do corpo, ou seja, calças, saias, *shorts* etc.

Outra lexia que contém acepção em uma obra lexicográfica é *caftãs*, que concerne ao “prato árabe feito com carne moída, pimenta,

sal, hortelã, assada em espeto” (BORBA, 2004, p. 216), ao passo que na revista em estudo, a unidade denomina um vestido longo e solto ao corpo da mulher (HESS, 2017). Por fim, temos *flat*, que tem entrada nos dois (2) dicionários consultados, com a acepção de “apartamento” (AULETE; VALENTE, 2020, site) e “unidade de moradia de tipo especial, constante de apartamento compacto, com serviço de hotelaria” (BORBA, 2004, p. 625). Na revista *Glamour*, a unidade lexical diz respeito a um sapato feminino.

Salientamos que nem todos os processos de criações lexicais utilizam bases da própria língua, a exemplo do *neologismo por empréstimo*. Este processo ocorre quando uma palavra vernácula de outra língua passa a integrar o repertório lexical da língua importadora. É necessário destacar que as adoções lexicais ocorrem por diferentes motivos, tais como contato sociocultural por intermédio da globalização, padronização terminológica, dentre outros. Para Alves (2007, p. 72), “os contatos entre as comunidades lingüísticas refletem-se lexicalmente e constituem uma forma de desenvolvimento do conjunto lexical de uma língua”.

Nos estudos lexicais, compreendemos que as lexias estrangeiras perpassam por quatro (4) níveis diferentes de integralização, as quais apresentaremos à luz de Siqueira (2015). O primeiro nível, chamado de *estrangeirismo*, corresponde ao ato de adoção do item lexical estrangeiro, momento este em que a unidade lexical começa a ser utilizada pelos falantes da língua importadora. O segundo condiz com a *tradução* do item importado, seja em termos de sua estrutura e/ou de seu conceito, etapa essa que só ocorre quando a unidade lexical estrangeira tem certa frequência de uso. O terceiro nível tem relação com a *integração* da lexia estrangeira ao sistema linguístico por intermédio de derivações. E, para finalizar, temos o quarto nível, o *decalque*, em que acontece a “tradução literal do estrangeirismo”, de acordo com Siqueira (2015, p. 57).

Essa autora ainda acentua que “a fase neológica de um estrangeirismo está situada entre o estrangeirismo e o empréstimo, já que depois ocorre a instalação da unidade lexical no sistema linguístico” (2015, p. 57). O *empréstimo*, por sua vez, seria a fase final da integração do estrangeirismo, uma vez que é o momento em que o item importado é integrado aos dicionários de língua, perdendo, assim, seu *status* neológico.

Por este motivo, em nossas análises, trataremos apenas dos *estrangeirismos*, pois esses são os que mais se aproximam da inovação lexical, em nossa percepção. Em decorrência dos setenta e três (73) estrangeirismos coletados, criamos um quadro com a sua distribuição em campos temáticos e a quantidade de itens presentes em cada um, a exemplo de vestuários, acessórios, estilos etc.

**Quadro 3 – Estrangeirismos da Revista Glamour em campos lexicais da moda**

Campos temáticos	Item neológico	Total
Vestuários	<i>Beachwear; blazer oversized; bodycon; bottom; boyfriend jeans; calça destroyed; calça skinny; cocktail dress de chiffon; cropped; dress code; high rise legging; hotpant; jeans concealed; jeans superstar; jumpsuit; little black dress; look; look resort; look rockabilly reloaded; look sexy; maxipull; maxitee; microshort; skinny color; thong; top cropped; t-shirt; underwear.</i>	28
Sapatos	<i>Ankle boot; espadrilles; flat; flat-desejo; flats power; it-shoes; loafers; mules nude.</i>	8
Acessórios	<i>Bijoux; clut de python; clutches; friendship bracelets; scarf fever; trilby.</i>	6
Tecidos	<i>Denim; jeansiais; stretch.</i>	3
Estampas	<i>Animal print; artsy; daring stripes; print; print bold; print tropical; tie dye.</i>	7
Cores	<i>Black; blanc; candy colors; color blocking; off-white; pink; total white.</i>	7



<b>Estilos</b>	<i>Boho; boho-chic; crossdresser; easy chic; gir-lie; hi-lo; hippie-chic; ladylike; ladylike way of life; navy; normcore; sport couture; street style.</i>	13
<b>Tendências</b>	<i>Beach couture.</i>	1

Fonte: Elaborado pelos autores.

Em consonância ao quadro acima, observamos que os estrangeirismos na revista *Glamour* têm como foco maior a nomeação de *vestuários*, visto que obtivemos vinte e oito (28) unidades lexicais estrangeiras neste campo. Logo em sequência, o campo *estilos* teve treze (13) estrangeirismos, enquanto o campo *sapatos* conteve oito (8) adoções lexicais. Os campos *estampas* e *cores* obtiveram frequências idênticas, a saber, de sete (7) itens estrangeiros cada. Para finalizar, o campo *acessórios* compôs-se de seis (6) itens por meio de estrangeirismos, ao passo que os campos *tecidos* e *tendências* contabilizaram números ínfimos de três (3) e um (1), respectivamente.

É imprescindível que apontemos a recorrência destes estrangeirismos nas edições analisadas. Carvalho (2009) disserta que os neologismos por empréstimos acontecem por dois motivos: *i) lacuna lexical*, quando não há referente no sistema linguístico e ocorre a necessidade de adoção de uma unidade lexical estrangeira, tal como em *tie dye*, para a técnica de tingimento artesanal de tecidos, que não contém item equivalente no português; e *ii) busca por modernidade*, neste caso, a língua pode conter um item lexical para designar o conceito, mas seus usuários optaram por adotar lexia equivalente, a exemplo de *underwear* para roupas íntimas, utilizada na revista.

No caso do léxico usado na revista em estudo, inferimos que as adoções lexicais podem ocorrer por dois motivos: *a) padronização* das unidades lexicais especializadas do campo, tendo em vista que a maioria dos *vestuários*, *acessórios* e *estilos* expostos nas tiragens são aqueles apresentados nas grandes semanas de moda; e, *b) as revis-*

tas de moda tendem a se inspirar em publicações relevantes da área, tais como naquelas editadas por Anna Wintour, editora-chefe da *Vogue* norte-americana, por isso

A adoção de itens em inglês carregaria consigo o valor de pré-requisito para poder estar entre centros de moda do mundo. As unidades e expressões usadas na revista [*Glamour Itália*] aqui estudada têm, desse modo, uma função enfática e usa-se o inglês para exprimi-las, indicando a importância e força da referida língua (ORSI, 2016, p. 90).

Por esse prisma, notamos uma padronização e inspiração por parte dos editores nas grandes revistas de moda internacionais. Neste viés, os estrangeirismos na atualidade são reflexos do contato socio-cultural que os ambientes têm entre si devido a globalização.

No total, inventariamos setenta e sete (77) neologismos nas três (3) edições investigadas, sendo que algumas lexias se repetiram ao longo delas. Assim, a edição de 2014 abarcou quarenta e nove (49) neologismos, sendo a maior em termos de frequência, enquanto a publicação de 2012 conteve trinta e três (33) criações lexicais em suas páginas, ao passo que a tiragem de 2013 totalizou doze (12) itens neológicos em seus textos. É importante destacar que as edições analisadas podem conter mais neologismos que não se enquadram no campo da moda, uma vez que ela trata de assuntos diversos, tais como *lifestyle*, cultura, viagens etc., ou seja, a temática não se restringe apenas à moda, que foi o foco deste estudo.

Para tanto, observamos, nos expedientes lexicais analisados, uma gama de neologismos que nos indicam que as mudanças nos vestuários, adornos e estilos são, em geral, acompanhadas por inovações no léxico. Sabemos que essas unidades neológicas podem ou não adentrar na língua portuguesa, tendo em vista que estas precisam passar pela aprovação dos falantes, ou seja, devem ser usadas frequentemente pelos sujeitos no cotidiano, a tal ponto que precisem ser dicionarizadas.

Em nossas análises, constatamos que as unidades lexicais aparentam estar em uma espécie de “rodízio”, porque aparecem, desaparecem e podem reaparecer. Dizemos isso, pois existiram lexias que apareceram em uma edição e não se repetiram nas outras, a exemplo de *hotpant* para um *short* extremamente curto, que teve frequência única na edição de 2013. Similarmente a isso, percebemos que houve neologismos usados na edição de 2012 que não foram usados em 2013, mas reapareceram em 2014, tal como *girlie*, para o estilo que preza pela delicadeza nos vestuários e cores. Para nós, esses casos elucidam<sup>108</sup> a sazonalidade da moda nos períodos analisados, pois esta “propõe continuidades e rupturas; inaugura, recupera e antecipa tendências e perspectivas”, conforme aponta Martins. (2004, p. 17).

## À GUIA DE CONCLUIRMOS O GLAMOUROSO LÉXICO DA MODA...

Ao longo deste estudo, tecemos aproximações ente léxico e moda, tendo em perspectiva sua constante renovação e que ambos constituem formas de linguagem, que compõem-se de representações socioculturais. Por este viés, fizemos um percurso por tiragens da Revista *Glamour* e verificamos como o léxico mostra-se relevante nestes suportes impressos, uma vez que a novidade movimenta o campo editorial da moda, manifestando-se na designação de vestuários, acessórios e estilos por ele disseminados, com vistas a prender a atenção dos consulentes da revista.

Os estrangeirismos foram os principais tipos de neologismos encontrados no *corpus* usados, o que acreditamos ser devido a uma padronização lexical do campo, ao mesmo tempo em que estas escolhas lexi-

<sup>108</sup> Não podemos deixar de levantar a hipótese de que estes neologismos podem ter aparecidos em edições anteriores e posteriores, uma vez que nosso estudo é sincrónico por investigarmos o léxico da moda em um momento específico da história.

cais indicam que as revistas de moda pretendem “atrair” seus leitores com um léxico considerado moderno ou refinado. Outros processos neológicos foram encontrados em frequência menor, tais como sufixação, justaposição, composição sintagmática, hibridismos e neologismo semântico.

Por essa razão, concluímos que o léxico da moda, em especial, o usado pela revista *Glamour*, é composto de um número abundante de unidades lexicais provenientes de outros sistemas linguísticos, constituindo os neologismos na língua portuguesa. E os itens neológicos da moda são certamente consequência das renovações do próprio campo da moda, que é sazonal por natureza, além de que elas podem ocorrer por uma questão de consumo, pois a cada nomeação (re)atualizada, os consumidores podem entender que há uma novidade ou mudança de tendência, sendo que isso pode contribuir para que estes venham a adquirir os produtos a ela relacionados.

## REFERÊNCIAS

ALVES, I. M. *Neologismo: criação lexical*. 3. ed. São Paulo: Ática, 2007. (Série Princípios).

ALVES, I. M.; MARONEZE, B. Neologia: histórico e perspectivas. *Revista GETLex*, Uberlândia, v. 4, n. 1, p. 5-32, 2018.

ARAÚJO, M. Composição sintagmática, por siglas e acrônimos. In: RODRIGUES, A.; ALVES, I. M. (Orgs.). *Gramática do português culto falado no Brasil: a construção morfológica da palavra*. São Paulo: Contexto, 2015. p. 123-142.

ASSIRATI, E T. Neologismos por empréstimo na informática. *Alfa*, São Paulo, v. 42, p. 121-145, 1998.

AULETE, F. J. C.; VALENTE, A. L. S. *Dicionário online Caldas Aulete*. Lexikon Editora Digital. Disponível em: [http://www.aulete.com.br/site.php?mdl=aulete\\_digital&op=creditos](http://www.aulete.com.br/site.php?mdl=aulete_digital&op=creditos). Acesso em: 10 set. 2020.

BEM VERSÁTIL. Inspirações de como usar calçado flat. *Bem versátil*, 2015. Disponível em: <https://bemversatil.wordpress.com/2015/07/27/inspiracoes-de-come-usar-calcado-flat>. Acesso em: 12 out. 2020.



BIDERMAN, M. T. C. *Teoria linguística: (teoria lexical e computacional)*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BLOG STYLE ME. Chiffon – como usar e que tecido é esse? *Blog Style Me*, 2014. Disponível em: <https://lojastyleme.wordpress.com/2014/08/28/chiffon-como-usar-e-que-tecido-e-esse/>. Acesso em: 13 out. 2020.

BORBA, F. S. Léxico e herança social. In: MARCHEZAN, R. C.; CORTINA, A. (Orgs.). *Os fatos da linguagem, esse conjunto heteróclito*. Araraquara: FCL-UNESP Laboratório Editorial/São Paulo: Cultura Acadêmica, 2006. p. 81-96.

BORBA, F. S. (Org.). *Dicionário UNESP do português contemporâneo*. São Paulo: UNESP, 2004.

BITTONI, D. S. *Imprensa feminina*. São Paulo: Ática, 1990.

CARVALHO, N. *Empréstimos linguísticos na língua portuguesa*. São Paulo: Cortez, 2009. (Coleção linguagem & linguística).

CASTELLS, B. 40 looks com a cor off-white que exalam elegância. *Dicas de mulher*, 2020. Disponível em: <https://www.dicasdemulher.com.br/cor-off-white/>. Acesso em: 12 out. 2020.

CERRESI, J. Hippie ou boho? A gente explica. *CalçaThai*, 2018. Disponível em: <https://www.calcthai.com/blogs/calcthai/hippie-ou-boho-a-gente-explica>. Acesso em: 12 out. 2020.

CORREIA, M.; ALMEIDA, G. M. B. *Neologia em português*. São Paulo: Parábola, 2012.

DAFITI. Calça boyfriend. *Dafiti*, 2020. Disponível em: <https://www.dafiti.com.br/roupas-femininas/calças-jeans-calca-boyfriend/>. Acesso em: 13 out. 2020.

ETIQUETA ÚNICA. 4 maneiras de criar looks com ankle boot! *Etiqueta única*, 2020. Disponível em: <https://www.etiquetaunica.com.br/blog/maneiras-de-criar-looks-com-ankle-boot>. Acesso em: 13 out. 2020.

FUJIWARA, É. Y. *A criação de neologismos de base japonesa por falantes de português*. 2014. 144 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2014.

GLAMOUR. São Paulo: Globo Condé Nast, n. 8, nov. 2012. Mensal.

GLAMOUR. São Paulo: Globo Condé Nast, n. 20, nov. 2013. Mensal.

GLAMOUR. São Paulo: Globo Condé Nast, n. 32, nov. 2014. Mensal.

GLAMOUR. 5 it-calças jeans que você precisa ter no armário. *Glamour*, 2014. Disponível em: <https://revistaglamour.globo.com/Moda/noticia/2014/12/5-it-calças-jeans-que-voce-precisa-ter-no-armario.html>. Acesso em: 13 out. 2020.

GOMES, F. Tendência fashion: rockabilly. *O cara fashion*, 2013. Disponível em: <https://www.ocarafashion.com/2013/08/19/tendencia-fashion-rockabilly/>. Acesso em: 13 out. 2020.

GUILBERT, L. *La créativité lexicale*. Paris: Larousse, 1975. (Langue et Langage).

HENRIQUES, C. C. *Morfologia: estudos lexicais em perspectiva sincrônica*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

HESS, F. Tudo sobre Caftan – Conheça a história da peça que é tendência para o Verão 2018. *Estilo Samira Campos*, 2017. Disponível em: <http://estilo-samiracampos.com.br/tudo-sobre-caftan-conheca-historia-da-peca-que-e-tendencia-para-o-verao>. Acesso em: 13 out. 2020.

MACHADO, L.; CHAVES, R. Tudo que você precisa saber sobre o sapato mule. *Etrends*, 2020. Disponível em: <https://www.paraisofeminino.com.br/etrends/tudo-que-voce-precisa-saber-sobre-o-sapato-mule/>. Acesso em: 13 out. 2020.

MARTINS, E S. A neologia na literatura: a criação Milloriana. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; KRIEGER, Maria da Graça. (Org.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*, volume II. Campo Grande: Ed. UFMS, 2004. p. 53-64.

MARTINS, M. Prefácio - Considerações sobre os estudos de moda: tendências e perspectivas. In: CASTILHO, Kathia. *Moda e linguagem*. São Paulo: Anhembi Morumbi, 2004. (Coleção moda e comunicação). p. 17-30.

MIRA, M. C. *O leitor e a banca de revistas: a segmentação da cultura no século XX*. São Paulo: Olho d'Água/FAPESP, 2001.

ORSI, V. A presença de empréstimos da língua inglesa na revista brasileira glamour. In: 11º Colóquio de Moda – 8ª Edição Internacional e 2º Congresso Brasileiro de Iniciação Científica em Design e Moda, 8., 2015, *Anais [...]*. São Paulo: Associação Brasileira de Estudos e Pesquisas em Moda – ABEPEM, 2015, p. 1-10.

ORSI, V. Neologismos sedutores: o poder de atração dos anglicismos em seções de moda de revistas femininas. In: 3º Congresso Internacional de Moda e Design – CIMODE, 3., 2016, *Anais [...]*. Buenos Aires: Universidade do Minho, 2016, p. 85-92.

SCHOLL, R. C.; SOUZA, E. A.; WENDT, G. W. Por trás dos panos: moda, história e constituição do feminino. *Revista de Iniciação Científica da F.F.C.*, v. 10, p. 1-11, 2010.

SIQUEIRA, J. C. *Estudos de neologismos*. São Paulo: Agbook, 2015.

SISSON, C. *A influência da revista Glamour na sociedade de consumo*. 2015. 72 f. Monografia (Bacharel em Jornalismo) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo. 2015.

SVENDSEN, L. *Moda: uma filosofia*. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

TUPIASSÚ, A. Chegou ao Brasil a Revista Glamour. Blog Vintage Fashion, 2012. Disponível em: <http://www.vintagefashion.com.br/2012/04/chegou-ao-brasil-revista-glamour.html?m=1>. Acesso em: 10 jun. 2017.

WE FASHION TRENDS. Entenda como é o estilo hi-lo (high-low) e veja como criar looks. *WE FASHION TRENDS*, 2019. Disponível em: <https://www.wefashiontrends.com/entenda-como-e-o-estilo-hi-lo-high-low-e-veja-como-criar-looks>. Acesso em: 12 out. 2020.

# 19

Ivonete da Silva Santos

**A(S) LÍNGUA(S)  
PORTUGUESA(S)  
DO CONTINENTE AFRICANO:  
PAPEL E USO NAS COMUNIDADES LUSO-AFRICANAS**

DOI: 10.31560/pimentacultural/2021.936.461-488



## INTRODUÇÃO<sup>109</sup>

Em consequência ao advento da colonização, a língua portuguesa (LP) é a língua oficial nos países: Moçambique, Angola, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Estes, juntamente com a Guiné Equatorial,<sup>110</sup> fazem parte dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Dado o cenário sociolinguístico e multicultural desses países, a LP não é a única língua falada pelos falantes respectivos a cada uma dessas comunidades africanas, isto é, a LP compõe esse cenário juntamente com outras línguas, as ditas nacionais e/ou africanas.<sup>111</sup>

A história de uma dada comunidade não se realiza sem a presença de determinada(s) língua(s). Historicamente, somos todos sociáveis por meio/pela língua que usamos. É nesse contexto que, por vezes, nos deparamos com a multiplicidade de identidades linguísticas, uma vez que ao atuar em determinado espaço, a língua se sujeita às coordenadas sócio-história do ambiente no qual passa a fazer parte.

Partindo desse pressuposto, vem a cabo as motivações reais que determinaram a oficialização da LP nas comunidades africanas e, em contraponto, a insistência necessária à valoração das línguas nativas. Essa situação é um tanto provocante, já que a língua é parte da cultura de um povo independentemente do seu estatuto, embora o

109 Afirmamos o carácter diversificado da LP como uma única língua que se adaptou as coordenadas culturais e linguísticas respectivas a cada uma das comunidades africanas servidas por ela, no âmbito oficial. Com isso não pretendemos defender a ideia de que existe um sistema LP para cada comunidade, isto é, o sistema é um só e o que muda são os usos. Trabalho desenvolvido com fomento de bolsa de mestrado CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

110 A integração da Guiné Equatorial no núcleo lusófono corresponde aos anseios que objetiva a promoção e difusão da LP, bem como a ampliação da comunicação em transações comerciais transnacionais, cujo intuito é de que o português facilite a integração da Guiné Equatorial em um espaço sociocultural e econômico cada vez mais amplo.

111 Trabalho desenvolvido com fomento de bolsa de mestrado CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

seu uso ocorra em maior ou menor grau nessas comunidades, isto não a torna menos importante.

A heterogeneidade linguística que engloba o contexto das comunidades luso-africanas evidencia características específicas para o uso de cada língua existente em cada uma delas. Isso é devido ao processo de implantação dessas línguas e, posteriormente, ao caráter utilitário do uso delas para os falantes. Com isso, é impossível falar em LP sem traçar um olhar sobre o estatuto e a dinâmica de uso das demais línguas com as quais a LP coexiste nesses espaços.

As discussões sobre as políticas linguísticas (PL): o planejamento de *corpus* e o planejamento de *status* da língua (CALVET, 2007) são preocupações recorrentes que merecem destaque neste estudo. Trata-se de um assunto importante, que enseja uma gama de pesquisas e teorias para complementar as pesquisas já existentes. Por isso, propomos um debate conceitual sobre a importância do conceito de políticas linguísticas (RAJAGOPALAN, 2013; 2011) para entendermos o conceito de nação e, posteriormente, o processo que culminou na oficialização da LP em detrimento das demais línguas africanas, bem como refletir sobre questões relacionadas a promoção da LP no âmbito da nacionalização e internacionalização.

Dessa forma, é inegável a relação entre a constituição do Estado-nação e o *status* da língua dentro da respectiva comunidade. A determinação da língua como língua nacional é reflexo do ideário nacional. Ou seja, a ideia de língua nacional nasce junto com o processo de constituição da comunidade como nação. A nação resulta do desejo dos membros em torná-la una e diferente perante as demais comunidades no mundo (SANDES, 2011).

Ao conceituar o termo nação sob o ponto de vista da unidade nacional, percebemos o quão importante é a cultura para a representação da identidade nacional (WOODWARD, 2014). Assim, conside-

ramos que a língua como elemento fundamental à identidade nacional é o meio pelo qual o falante se constitui como cidadão desta ou daquela nacionalidade.

Portanto, o presente texto tenciona argumentar a favor da ideia de que a abordagem das políticas linguísticas deve questionar as condições de uso da LP nas comunidades luso-africanas como parte das suas culturas, para além de mera herança colonial e; interpelar a respeito da funcionalidade ou não do português nos PALOPs, considerando as práticas sociais perpassadas historicamente por relações de poder (SEVERO, 2014).

## A LP NAS COMUNIDADES LUSO-AFRICANAS

Por ser a língua “um elemento de identidade e de ligação cultural” (ANÇA, 2012, p. 24), capaz de unificar diferentes povos em um conjunto de comunidades que partilham um mesmo sistema oficial comum. É o português uma das línguas que tem maior alcance de falantes no mundo. Diante desse cenário, é inevitável não perceber que a LP conheceu diferentes dinâmicas e abordagens, devido ao contexto geográfico, sociocultural e, até mesmo, as políticas linguísticas dos diferentes países em que se faz presente. Desta forma, o estatuto de Língua Oficial (LO) conferido ao português nas comunidades luso-africanas nem sempre é sinônimo de língua primeira, principalmente, quando se trata do perfil linguístico peculiar dos países (PALOP) que compõem o continente africano e que usam a LP como LO.

Na realidade a presença da LP em países africanos revela a complexidade linguística proveniente da existência de diferentes línguas em um mesmo espaço, isto é, a LP ao coabitar geograficamente com diferentes línguas que para a maioria dos falantes é a LM, assume

um papel muito particular ao ser usada pelos sujeitos pertencentes a esse espaço multicultural e plurilíngue<sup>112</sup>. Daí a importância de estudos sobre as variedades da LP, uma vez que cada comunidade de LP possui um modo muito particularizado de uso desse idioma, conciliando-o à realidade sociocultural de cada espaço em que coexiste. É, por isso que a língua como sistema de signos, que está à disposição dos seus usuários (SAUSSURE, 2012), não se priva de (re)criar-se junto as outras, as ditas nacionais.

No caso dos PALOPs, a manifestação que a LP assume é resultado da coexistência desta com as línguas nacionais (*bantu*), pois a diversidade linguística e cultural influencia, fortemente, a (re)criação do idioma não materno – nesse caso a LO: o português. A pertinência dessa afirmação é justificada pelo fato de que nenhuma língua se mantém intacta, em estágio puro ao coexistir com outras, ainda mais quando o contato é intenso. Embora, cada língua possua uma estrutura gramatical própria não está isenta de sofrer e fazer sofrer o processo da interpenetração<sup>113</sup>.

Esse fato revela a complexidade do português oralizado no cotidiano angolano, moçambicano, santomense, cabo-verdiano e guineense, uma vez que o falante de Língua Materna (LM) ao fazer uso da LO não consegue eliminar os traços linguísticos mais marcantes correspondentes a LM. Essas marcas linguísticas funcionam como elementos cruciais e reveladores de uma identidade linguística e cultural respectiva aos usuários para os quais a língua funciona como materna, isso porque aquela se realiza dentro de uma sociedade sob a forma de comportamento social (LABOV, 2008).

112 Entendidos como a coexistência de línguas e culturas diversas numa mesma comunidade, servindo-a de acordo com as necessidades emergentes nas situações de interação social.

113 Nesse caso, o termo é entendido como um processo em que a LP e as línguas nacionais coexistem numa relação inevitável diariamente, como se uma invadisse o espaço da outra, ou seja, o fato de que em África a LP não ser a LM da maioria dos falantes acabou por sofrer influências significativas das línguas nacionais, por exemplo o *Kimbundu*, sendo que esta é uma das línguas *bantu* que tem maior representatividade linguística nas comunidades linguísticas.



A variedade angolana, por exemplo, apresenta um conjunto de interferências do Kimbundu que afetou os sistemas do português, inclusive o lexical, de modo que a norma do Português Europeu (PE) não é obedecida (BERNARDO, 2017). Tal afirmação se justifica pelo fato de que

[...]o uso de uma determinada variedade linguística marca a inclusão num dado grupo social e dá uma identidade a seus membros. Aprendemos a distinguir as diversas variedades e, quando alguém começa a falar, sabemos que certas expressões pertencem à fala dos mais jovens; outras indicam que o falante tem mais idade. As variantes linguísticas conferem uma identidade as pessoas, sejam elas pessoas do mundo real ou personagens, que são pessoas de ficção. (FIORIN, 2013, p. 27)

Esta visão diz respeito ao fato de que nenhuma língua se mantém intacta e livre de qualquer interferência do meio onde atua, isto é, no espaço luso-africano a LP encontrou respaldo necessário à sua adaptação, já que o fato de estar em um espaço multicultural e plurilíngue contribuiu para a formação de uma variedade que consegue dá conta da complexidade linguística que constitui a realidade africana. Ao considerar a língua como um fato social (LABOV, 2008) e percebê-la como um “retrato do mundo” (PERINI, 2004, p. 52) é preciso assumir que cada variedade linguística se constitui por um conjunto de especificidades linguísticas (fonética, fonologia, sintática e morfológica) que emerge como revelador da dinamicidade da LP.

E, é por meio das bases sócio-cultural-linguística que o sujeito tem a possibilidade de se mostrar ao outro, entendendo também o outro. Esse processo se desenvolve ao logo da vida e participação do sujeito em sociedade. Ao usar a língua materna, o falante, ainda que inconscientemente, obedece a alguns parâmetros normativos já preestabelecidos, transpondo parte deles para o uso de uma outra língua.

Portanto, a LP nas comunidades luso-africanas é resultado da herança colonial, porém esse fato não a torna menos importante e nem

a isenta de fazer parte da cultura das comunidades que a usa. Isto porque como já dissemos a língua não de mantém intacta ao contatar outras realidades socioculturais e, por isso serve a comunidade representando-a perante o mundo. A discussão que se deve travar é aquela que enfatiza a valoração das demais línguas, tal como a LP. Para tal, precisamos refletir sobre a importância das políticas linguísticas para justificar a valoração ou não de determinada língua, bem como a oficialização de uma em relação as demais, o caso do português.

## A IMPORTÂNCIA DO CONCEITO DE POLÍTICA(S) LINGUÍSTICA(S)

Ao entendimento sobre como funcionam as políticas linguísticas é necessário a conceitualização, isto é, é preciso conceitua-la(s) sob o ponto de vista de seus diferentes níveis: interno e externo. Lembrando que no externo opera a dinâmica histórica de cada língua em sua dimensão macro em cada espaço geográfico de atuação.

Para discutir essas questões é indispensável explicações que consigam esclarecer os conceitos centrais que envolvam tais discussões, bem como de um suporte teórico consistente capaz de dar conta de uma compreensão mais clara sobre política(s) linguística(s).

Inicialmente, é fundamental que se entenda a importância do conceito de políticas linguísticas, visto que a “língua é conformada pela consciência de pertencimento a uma dada identidade cultural, seja comunitária, nacional, ou supranacional, identidade esta que a explica e a projeta, pois está sempre marcada pelo movimento constante e pela dinâmica impressa pela história” (ROCA; SOUSA; PONTE, 2018, p. 8).

Diante do exposto, podemos dizer que na construção das “comunidades imaginadas” e/ ou de uma identidade regional ou nacional

a língua é elemento indispensável (ANDERSON, 2000), pois as ações que (re)afirmam o pertencimento a uma dada comunidade linguística e culturalmente constituída seguem as ordens ditadas pela dinamicidade social e histórica do grupo do qual fazem parte os falantes.

Um dos debates centrais sobre a(s) política(s) linguística(s) gira em torno da tensão entre a resistência e a imposição. A resistência pode fundamentar suas afirmações tanto ao longo da história quanto em situações pontuais. A título de exemplo: ações políticas marcadas por um desejo de afirmação de pertencimento a determinado grupo linguístico rogando seja a “valores” linguísticos fixos de um passado historicamente partilhado seja a “valores” linguísticos necessários ao momento atual<sup>114</sup>.

Os valores linguísticos são importantes para o estabelecimento dos limites que definem as fronteiras imaginárias do “nós” pertencemos e do “nós” não pertencemos, servindo fundamentalmente para a identidade linguística – por exemplo, para a identidade linguística brasileira, a portuguesa, a angolana, etc. Por outro lado, “os movimentos étnicos ou religiosos ou nacionalistas frequentemente reivindicam uma cultura ou uma história comum como o fundamento de sua identidade” (WOODWARD, 2014, p. 15), sendo assim, é dessa forma que a identidade linguística se constitui historicamente, pois depende, também, da reivindicação cultural histórica de um determinado grupo, sociedade ou nação.

A resistência assume, dessa forma, diferentes facetas, o que pode ser demonstrado por meio da polêmica que envolveu a redação do primeiro Código Civil brasileiro em 1902<sup>115</sup>. De um lado os que resistem na certeza da necessidade de afirmação do pertencimento linguístico do Estado-Nação Brasil e, por outro lado, os conservadores de uma identidade linguística exterior (MARIANI, 2011).

114 Diz respeito ao desejo de universalização do idioma.

115 Essa polêmica constitui uns dos momentos de “institucionalização de uma história da língua falada no Brasil” (MARIANI, 2011, p. 240).

Situações com esse teor mostram como o processo de imposição linguística se instauram e se firmam no interior das comunidades linguísticas. Ao relembrar a polêmica que envolveu a redação do primeiro Código Civil brasileiro, percebe-se, claramente, que ao lado da luta pelo uso da Língua Portuguesa (LP) com base no Português Europeu (PE), luta-se contra as particularidades culturais brasileiras condicionadoras das especificidades do uso da LP no Brasil. Esse exemplo consegue dar conta das ‘tensões’ que perduram entre as concepções de uma identidade linguística nacional e as concepções de identidade linguística exterior. Comumente,

[...] em Castro (2009, 2010), essa perspectiva é bastante clara. Para a política de internacionalização, há quatro conjuntos agrupados geograficamente, dada a condição do Português como língua internacional. Cada um desses conjuntos requer uma política linguística específica: uma política europeia, uma política global, uma política no espaço luso-falante e uma política no espaço nacional, focando, o texto de 2009, a internacionalização da LP, e o de 2010 a internacionalização do conhecimento linguístico. (ANÇÃ, 2015, p. 99).

Em geral, pode-se dizer que a internacionalização do idioma requer uma adequação específica das ações que coadunam como política linguística correspondente ao espaço onde está inserido o idioma em apreço. Desta feita, é a identidade linguística exterior aqui pensada como intenções de amplificação do conhecimento linguístico e a adoção de uma ideia de globalização da língua.

Como justificativa da análise sobre a importância do conceito de política linguística, é preciso que se lance um olhar mais atento ao examinar o modo como a(s) política(s) linguística(s) se inclui(m) no contexto cultural e linguístico de uma determinada comunidade linguística, observando, também, a forma como a identidade linguística nacional e a não nacional se relacionam com os debates sobre as manifestações do pertencimento a esta comunidade e o não pertencimento a este ou aquele grupo.



Então, porque conceituar política linguística é tão importante? Para compreender essa importância é preciso a análise das preocupações atuais em relação às questões de políticas linguísticas em diferentes instâncias. No espaço local ou nacional, por exemplo, as preocupações dizem respeito a fixação de um dos “modos sociais de falar entre os muitos existentes” da comunidade linguística bem como o “estabelecimento de um conjunto de regras que definem o modo ‘correto’ de falar”.

Em um contexto global, as preocupações existentes são voltadas para a universalização e o *status* do idioma em si. Essas preocupações emergem de ações, debates e reflexões que buscam a afirmação linguística de pertencimento dos excluídos e a manutenção linguística dos incluídos.

Para entender essa conceituação é necessário que se entenda a importância do conceito aristotélico sobre política, visto que esta não se realiza sem estar em conformidade com a ética, sendo que a política é regida pelos princípios éticos, se a pensarmos sob a perspectiva de Aristóteles (RAJAGOPALAN, 2013). Para “Aristóteles a política era uma atividade posta em prática de maneira exclusivamente de cima para baixo (*top down*). Hoje sabemos que a política de forma geral e a política linguística em particular estão sujeita a influências advindas de todos os lados” (RAJAGOPALAN, 2013, p. 34).

As escolhas motivadas por questões políticas recobrem as relações de poder, isto é, as decisões políticas estão pautadas em atos políticos de instâncias superiores e aí temos uma representação de cima para baixo, em que essas escolhas são coercitivas. Mas, como bem ressalta o autor citado acima, as escolhas sofrem influências vindas de todas as direções, mas ainda assim não se pode desvincular as relações de poder com os atos políticos que envolve a língua.

Portanto, é indispensável que se compreenda o conceito de política linguística, não dispensando a relação amálgama entre o político e a língua. A fim de se chegar a uma definição objetiva, o assunto será abordado com mais atenção a seguir, na próxima seção.

## ENTENDENDO O CONCEITO DE POLÍTICA(S) LINGUÍSTICA(S)

Dê início, parece ser simples definir a expressão “política linguística”. A política linguística (PL) se resume em decisões que dizem respeito às relações estabelecidas entre língua e sociedade, bem como a sua implementação<sup>116</sup>. A política linguística assim pensada é “inseparável da sua aplicação” (CALVET, 2007, p. 12), pois a esse binômio deve-se lançar um olhar mais atento.

Aliás, importa mencionar que o ponto de vista que emergiu dos textos, em 1970 e 1980, sobre PL e planejamento linguística constituíram uma diferença significativa, uma vez que segundo Calvet (2007), os pesquisadores europeus e americanos enfatizaram tendências diferentes em relação ao assunto. Os primeiros centraram suas preocupações na questão do poder, ou seja, na PL, ao passo que os americanos enfatizaram o planejamento em si.

Diante do exposto, é importante pensar essas questões sob o viés da “emergência de um conceito, o de política/ planejamento linguística, que implica ao mesmo tempo uma abordagem científica

116 Diz respeito ao planejamento linguístico correspondente à tradução de *language planning* que tendo aparecido pela primeira vez em 1959 no trabalho de Einar Haugen “Planning in Modern Norway”, in: *Anthropological Linguistics*. Nesse texto, o autor tratava sobre as questões linguísticas da Noruega, isto é, a ênfase era dada à intervenção normativa do Estado cuja tentativa centrava-se na construção de uma identidade nacional após séculos de “dominação dinamarquesa”. Mas foi em 1970 e 1980 que o termo passou a ser usado efetivamente, época que culminou no surgimento da Sociolinguística cujos responsáveis foram: Bright, Haugen, Lavov, Gumpers, Hymes, Samarin, Ferguson e Fishman (CALVET, 2007).

das situações sociolinguísticas, a elaboração de um tipo de intervenção sobre essas situações e os meios para se fazer essa intervenção” (CALVET, 2007, p. 19).

Contudo, não se pode pensar numa PL sem política, muito menos negar a relação entre o político e o social porquanto a língua está à disposição da comunidade para servi-la e não o contrário como bem ressalta (CALVET, 2007).

Na mesma linha de raciocínio, a PL é um conjunto que reúne escolhas conscientes concretizadas no âmbito das relações entre língua e vida social (CALVET, 2007; ANÇÃ, 2015). A título de exemplo, citamos o caso da Língua Portuguesa (LP), se pensarmos que essa língua coabita não uma única cultura ou comunidade, mas um espaço geográfico bem definido, a lusofonia. Nesse sentido, o termo PL se refere a uma política singularizada que corresponde às investidas de um Portugal ainda fechado, mas a abertura à lusofonia e ao mundo diz respeito tanto a uma PL específica (interna) quanto as PL (externas). O primeiro caso nos remete às questões empreendidas sobre a língua portuguesa (LP) dentro das comunidades que a usa em separado; já o segundo corresponde às investidas no âmbito mais geral, de modo a promover a globalização/ universalização da LP.

Ainda sobre a singularização ou pluralização do termo PL, é preciso trazer à baila alguns exemplos que tornem clara essa acepção. Por exemplo: as escolhas de uma norma, dentre outras existentes em uma língua a serviço de uma determinada comunidade para padronizá-la como sendo a ideal para a comunicação são ações internas que configuram a PL, assim no singular, visto que são manifestações específicas respectivas a uma determinada comunidade linguística, ou a difusão da LP no país como língua segunda para alunos que não a têm como língua materna.

Por outro lado, as ações empreendidas pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP), entre outros visam a aplicação do conhecimento da LP, bem como a sua manutenção. Desta feita, Severo (2016, p. 1329), reitera que

[...] as políticas oficiais da CPLP e do IILP de promoção da língua portuguesa produzem um efeito cascata ao motivarem uma ampla produção de materiais instrucionais com diferentes propósitos: além do ensino de português como língua materna em todos os países membros da comunidade, há preocupações com a produção de metodologias de ensino de português como língua estrangeira, além da aplicação de testes de proficiência em língua portuguesa brasileira (Celpé-Bras) e portuguesa (QuaREPE).

Essas ações fazem parte das PL entendidas como plural, pois trata-se de mais de uma política da língua. Segundo Ançã (2015), ao pensar a LP como atuante em espaços distintos é evidente a existência de várias ações que dizem respeito as manifestações que correspondem às questões, tanto no âmbito local e interno quanto no âmbito global e exterior. Nesse contexto, “a língua portuguesa emergiu como signo colonial que caracterizou as relações de poder [...]” (SEVERO, 2016, p. 1324) estabelecidas no período colonial.

Com isso, a língua portuguesa falada na lusofonia reclama políticas diferentes em cada país onde atua. Para Severo (2016), ainda é comum a ideia de que o uso da LP na lusofonia definiria uma comunidade globalmente marcada, pois os projetos que daí emergem denunciam ressonâncias coloniais. Desta feita, Castilho (2010) considera que a LP é da ordem da “sociolinguística intervencionista<sup>117</sup>”, uma vez que as ações interventivas decorrem, também, por necessidades “político-sociais”, “concernentes à descrição e à avaliação de situações sociolinguísticas” (MORAES, 2015, p. 432). Sendo assim,

117 Cf. Elvira Narvaja de Arnoux “Política Linguística: los contextos de la disciplina” (1999).



as intervenções podem ser subdivididas em: a planificação do *status* e a planificação do *corpus*.

Calvet (2007) afirma que as intervenções resumem-se em intervenções *in vivo* e intervenções *in vitro*. Aquelas correspondem às escolhas (consciente ou não) dos próprios falantes cujo propósito é solucionar um problema emergente de uma situação linguística específica; por exemplo: o pidgin<sup>118</sup> e, posteriormente, o crioulo.

As intervenções *in vitro* dizem respeito às ações nas funções da língua – o *status*. Como exemplo podemos citar o crioulo<sup>119</sup>. Outro exemplo sobre a questão *in vitro* é a intervenção jurídica que determinou a LP como língua oficial nos países que constituem a lusofonia, entre eles se encontra o Brasil. Em alguns dos países lusófonos, a LP tem o *status* de língua nacional também. No geral, as intervenções *in vitro* se concretizam por meio de ações jurídicas: leis e decretos (MORAES, 2015). Nesse caso, as intervenções são de ordem impositiva sem que aja um prévio consentimento da comunidade envolvida.

Dessa forma, as ações sobre a(s) língua(s) só fazem sentido se compreendidas em sua relação com a realidade social e política que regem a comunidade linguística em causa. Assim, é fácil entender que “a política linguística engloba uma vasta gama de atividades” e envolve tanto “as políticas locais ou pontuais” quanto “às políticas

118 O pidgin é considerado como língua reduzida e mista que surgiu da necessidade de comunicação devido o contato prolongado entre falantes de diferentes línguas (MATTEUS; VILLALVA, 2007). Essas necessidades emergiram por duas razões: pela situação de escravidão ou pela urgência em estabelecer relações comerciais, sem a menor possibilidade de aprendizagem de uma língua segunda. O caso do pidgin é um bom exemplo para mostrar que a decisão dos falantes em relação à atender as necessidades de comunicação em situação específica cujo contato se deu em situação de multiculturalismo, pois “trata-se de situação de contato e/ou de ausência de uma norma comum, resultando em expressões emergenciais altamente significadas relativamente à língua-alvo” (COUTO, 1996, p. 29).

119 Considerado como “língua natural, de formação rápida, criadas pela necessidade de expressão e comunicação plena entre indivíduos inseridos em comunidades multilíngues relativamente estáveis” (MATTEUS; VILLALVA, 2007, p. 26). Ou seja, para Couto (1996), o crioulo seria um pidgin que sofreu mudanças que culminou em uma língua nativa de uma determinada comunidade linguística.

mais complexas e organizadas pelas autoridades governamentais” (RAJAGOPALAN, 2011, p. 127). A política linguística é também uma forma de o “Estado agir nacionalmente com seus aparelhos jurídicos” (MARIANI, 2011, p. 242), pois essas ações determinam que existe um modo correto a ser dito.

Já sabemos que as línguas atuam como “objetos simbólicos” imergidos nos costumes sociais e na forma como indivíduos “historicamente localizados significam seu cotidiano linguageiro” (MARIANI, 2011, p. 239), e por isso, não se pode separar o conflito e a diferença dessas práticas, defende Mariani (2011). Isso porque é inevitável a existência do político na língua, uma vez que o modo como se configuram as sociedades é próprio da disputa, do conflito e, sobretudo, da inclusão deste e a exclusão daquele.

A afirmação da identidade linguística é marcada pelo pertencimento e o não pertencimento, visto que os sujeitos são implicados a incluírem-se ou a excluírem-se, demarcando fronteiras linguísticas e estabelecendo relações de diferenças (GUIMARÃES, 2002). Assim, “a consolidação de línguas como distintas e diferenciadas umas das outras era uma questão de suprema importância, pois dizia respeito à própria sobrevivência dos povos enquanto estados-nações geopoliticamente bem definidos” (RAJAGOPALAN, 2011, p. 127-8).

Na medida em que o político é da “ordem do conflito, da diferença” (ORLANDI, 2002), é também espaço de disputa (MARIANI, 2011). Sobre isso, cabe trazer à baila a polêmica entre Rui Barbosa e Ernesto Carneiro Ribeiro, pois esse exemplo caracterizava uma disputa que pressupõe uma escolha pautada em parâmetros históricos que marcam tanto o pertencimento dos incluídos e a defesa dos não incluídos. Aliás, a PL é a arte de governar, isto é, “arte de conduzir ações concretas de interesse público relativo à(s) língua(s) [...]”. (RAJAGOPALAN, 2013, p. 20).

Portanto, a definição que temos tentando objetivar com este trabalho centra-se na ideia de que o termo política linguística deve ser entendido por dois viés: o singular e o plural, visto que as ações que o envolve não dizem respeito a uma única PL, mas a várias PL. As PLs como a arte de conduzir reflexões em torno da língua, como bem afirma Rajagopalan, (2013), são também intervencionistas, porque visam tanto aos debates, às reflexões e às discussões em torno da língua quanto à mudança de uma determinada situação linguística.

Por conseguinte, o conceito de PL nos revela que as ações intervencionistas podem ser positivas ou negativas, uma vez que os decisores e/ou intervencionistas são o Estado e os próprios falantes. Aqueles determinam, por meio de leis e decretos, o que deve ou não deve ser usado na língua, bem como o *status* que a ela deve ser conferido, e estes atuam fazendo escolhas conscientes ou não de uso de determinada língua.

## A MANUTENÇÃO E A PROMOÇÃO DA LÍNGUA

### CONCEITO DE NAÇÃO

Pensar a comunidade como uma unidade é reconhecê-la como reflexo do sentimento de “pertença a uma coletividade” que se apresenta como singular em relação ao “contexto das outras comunidades nacionais” (FIORIN, 2009). Por isso, é indispensável a identificação de elementos simbólicos comuns à comunidade, pois são esses elementos os responsáveis por conferir características particulares a uma dada comunidade (FIORIN, 2009). Esta como agregadora de diversos elementos simbólicos e materiais recobre a existência do ‘outro’, o diferente, numa linha contínua historicizada pelo passado em conformi-

dade com o presente, ainda que essa relação seja pela diferenciação (o 'nós' e 'o outro').

Diante do exposto, a comunidade sob esse ponto de vista é uma nação, pois, segundo Fiorin (2009, p. 8), essa se configura como “uma comunidade de destino, acima das classes, acima das regiões, acima das raças. Para isso, é preciso adquirir uma consciência de unidade, a identidade, e ao mesmo tempo, é necessário ter consciência da diferença em relação aos outros, a alteridade”.

Então, podemos dizer que a ideia de nação vai além da noção de estar unido 'a', porque a nação é simbolicamente a bandeira, o grito dos reais interesses e o desejo de diferenciação para se firmar a identidade perante as outras comunidades. O diferente é necessário a identidade (SILVA, 2014), e esta é produzida coletivamente no processo de construção da nação. Essa dinâmica resulta na construção do sentimento de pertença a esta comunidade ou Estado-nação e não àquele. Sendo assim,

[...] a nação é concebida como uma grande comunidade unida, união que não se dá pela obediência a um mesmo soberano, tampouco, pelo fato de pertencimento a uma única religião ou classe social. A existência de uma nação independe, nesse caso, da existência de um poder político constituído, uma vez que ela é mais do que isso. A nação se faz forte pelo povo, porque é o único que pode conferir a legitimidade de um poder. (RENZO, 2012, p. 21).

Assim, é necessário que as comunidades postulem e inventem seus elementos caracterizadores específicos (FIORIN, 2009). Dentre os elementos simbólicos que caracterizam as comunidades, constituindo-as como nação, está a língua. A língua é tomada pela comunidade como símbolo nacional, ou seja, os modos de produção dos acontecimentos respectivos a uma determinada comunidade ocorrem pelo “viés da língua” e são historicizados na memória coletiva (RENZO, 2012).



A memória exerce papel fundamental na construção da comunidade como nação que, posteriormente, é entendida como Estado-nação. Aliás, a “construção do imaginário nacional, a ideia de povo parece ser compreendida, segundo Thiesse, como uma abstração e a nação, como algo vivo, que produz o sentido de pertencimento” (RENZO, 2012, p. 21).

A memória coletiva é também nacional e indispensável as reflexões sobre o ‘povo-nação’, uma vez que a nação é uma comunidade que se afirma e reafirma por meio de ações políticas e sociais que coadunam a identidade nacional. Conquanto, a identidade nacional é construída e reconstruída ao longo dos anos, juntamente com a concretização do ideário nacional, a união do todo, sem divisões – a nação.

Chauí (1986), ao discutir sobre ‘nação’, afirma que esta é muito mais “uma prática política e social” do que uma “ideia” ou um “dado factual”. Consequentemente, o conjunto dessas práticas sociais, políticas e culturais resultantes nas relações que aí são postas por meio da língua, funcionam como referência “empírica (território), imaginária (a comunidade cultural e a unidade política por meio do Estado) e simbólica (o campo de significações culturais [...]).” (CHAUI, 1986, p. 114).

Segundo Sandes (2011, p. 25, grifos do autor), “ao ‘povo-nação’, formado em um longo processo histórico, agrega-se a figura do Estado, uma das chaves para compreensão da unidade nacional”. Este devendo ser próprio é o que confere, de fato, à nacionalidade o caráter de nação. Por exemplo, a construção das comunidades imaginadas é focalizada nos eventos de independência, que em alguns casos esses acontecimentos os antecedem, isto é, no Brasil a ideia de nação antecede o acontecimento da Independência, pois as lutas sociais e políticas se deram justamente com foco na emancipação do país, cujo ideário nacional era a existência de uma pátria caracterizada e particularmente específica em relação as demais.

Em outras palavras, o desejo de unicidade e a construção de um governo próprio induziriam a formação de uma nação brasileira bem definida. Todos os acontecimentos funcionam como elementos simbólicos da nação brasileira, até porque “o rito comemorativo redefina o espaço simbólico no qual a nação emerge ora como dado historicamente constituído, ora como utopia a ser conquistada.” (SANDES, 2011, p. 23).

E, por fim, não se pode dispensar a relação entre “os acontecimentos históricos que deram origem” a nação, ao Estado e ao Estado-nação, e à “constituição de uma (sua) língua nacional” (RENZO, 2012, p.20). Essa relação é importante para que se compreenda porque a língua figura como elemento crucial da cultura de uma determinada comunidade e qual é o seu papel dentro do Estado-nação. Para isso é importante rever a história social e linguística da comunidade estudada, analisando os acontecimentos marcos que lhe confere valor estatutário suficientes à sua nacionalização. Sobre esse aspecto, será tratado a diante a questão da nacionalização do idioma sob a perspectiva das políticas linguísticas.

## A NACIONALIZAÇÃO DO IDIOMA

A língua como sistema de signos que está à disposição de uma determinada comunidade (SAUSSURE, 2012) é, naturalmente, um instrumento de comunicação que torna efetiva a interação entre os seres humanos. Sendo a língua parte da cultura de um povo é por meio dela que os indivíduos se mostram ao mundo, conhecendo-o e dando a conhecer a si ao “outro” e o outro a si também. Desta feita, o estudo dos diferentes usos que os sujeitos fazem de uma mesma língua é sinônimo de cultura sócio-história e linguística respectiva a determinada comunidade.

A língua enquanto sistema de signos é abstrato e aberto, pois está a serviço de uma determinada comunidade para servi-la e não o contrário (BENVENISTE, 1989). É, por meio da linguagem que a comunidade apresenta sua identidade nacional, apresentando também suas identidades internas. Isso porque uma nação é uma se pensada como uma comunidade unida não pela obediência e sim pela vontade de criar-se como diferente.

Desse modo, a discussão presente no Crátilo (PLATÃO, 2001), sobre a justeza do nome, é importante ao debate que se estabelece nesse trabalho, porque a língua sendo parte da cultura é, também, a prática eminentemente de significação da realidade para seus falantes. Isto porque o processo de nomeação é inevitável na vida em sociedade, mas os nomes que são atribuídos as coisas são justos e verdadeiros quando suprem as necessidades dos falantes, condizendo com a realidade específica da qual faz parte esses falantes.

Consideramos que a língua é elemento fundamental a constituição da comunidade como nação, sendo que a língua é uma criação cultural produzida pela comunidade (BERENBLUM, 2003). Assim, os sujeitos nacionais se identificam através da língua que funciona para a comunidade de pertença como símbolo da cultura nacional. E, é pela unificação linguística que os membros da comunidade se reconhecem como pertencentes a uma determinada comunidade, Estado ou nação.

A particularização da língua no âmbito nacional é resultado da constituição da comunidade como Estado e nação, isto é, a língua é elemento fundamental à cidadania. Isto porque “a nação necessita de unidade e essa unidade – cultural e linguística – possibilita a identificação dos indivíduos como cidadãos.” (BERENBLUM, 2003, p. 24). É nesse processo que se produz, também a ideia de língua nacional, ou seja, tomar a língua como símbolo particular da cultura de uma determinada comunidade.

Nesse caso, a bandeira do nacional é levantada e se torna materialmente concreta pela língua em uso, ainda que essa língua seja herança externa à comunidade que a recebe. Desta feita,

[...] a língua nacional é elemento fundamental da construção da ideia de nação. E, justamente, pela ideia de nação, tem-se a construção da cidadania que, por sua vez, se dá por processos de identificação. Logo, pode-se dizer que a questão da língua afeta necessariamente as relações com o Estado e vice-versa, produzindo sujeitos e políticas que procuram, cada vez mais, legitimá-lo, visando a construção da unidade em um determinado modelo de sociedade. (RENZO, 2012, p. 53).

Por isso, consideramos importante os desdobramentos da LP a quando da expansão marítima portuguesa, visto que a LP é usada em diferentes culturas, fazendo parte de cada uma dessas culturas de modo particular. Isto porque as comunidades ditas lusófonas ao passar pelo processo de constituição do Estado Nacional se empreenderam na empreitada de mostrar tanto a sua identidade linguística quanto a distinção do português europeu e as variedades respectivas a cada comunidade lusófona (FIORIN, 2009).

Por exemplo: a identidade linguística brasileira é respectiva a ambiência própria do Brasil, isto é, a LP falada no país possui características fonéticas, sintáticas, lexical etc. próprias do espaço brasileiro (FIORIN, 2009). Desta feita, o português falado no Brasil foi modificado pela ambiência brasileira e, conseqüentemente, a LP foi modificada também nas demais comunidades lusófonas.

Por ser a língua “um elemento de identidade e de ligação cultural” (ANÇA, 2012, p. 24), capaz de unificar diferentes povos em um conjunto de comunidades que partilham um mesmo sistema comum. É o português uma das línguas que tem maior alcance de falantes no mundo. Diante desse cenário, é inevitável não perceber que a LP conheceu diferentes dinâmicas e abordagens, devido ao contexto geográfico, sociocultural e até mesmo as políticas linguísticas dos diferentes países



em que se faz presente. Ao considerar a língua como um fato social (LABOV, 2008) e percebê-la como um “retrato do mundo” (PERINI, 2004, p. 52), é preciso assumir que cada variedade linguística se constitui por um conjunto lexical que emerge como revelador da dinamicidade da LP.

A atuação dinâmica das línguas é reflexo do vínculo estreito que essas mantêm com “a identidade individual, comunitária e nacional” (BAGNO, 2011, p. 356). Sendo assim, não podemos negar que entre a língua e a comunidade é estabelecida uma relação amálgama, pois “é incontestável que as línguas são o elemento mais importante de uma cultura, de uma sociedade.” (BAGNO, 2011, p. 356).

A língua ao ser usada por uma determinada comunidade linguística figura nessa mesma comunidade como elemento fundamental que significa o mundo para seus usuários, até porque o conhecimento que os falantes têm do mundo ao seu redor é produzido por meio da linguagem (RENZO, 2012). E, é por isso que a ideia de nação é inseparável da ideia de língua nacional. Em outras palavras, a língua nacional é reflexo do ideário nacional que constituiu a formação do Estado-nação, uma vez que a identidade nacional é reflexo da unidade profunda dos elementos culturais e linguísticos respectivos a determinada comunidade, nação ou Estado.

## **A INTERNACIONALIZAÇÃO: VISIBILIDADE EXTERNA**

A preservação e difusão da LP nos espaços em que atua é uma empreitada muito em voga, pois já não se trata de apenas nacionalizar o português, mas internacionalizá-la também. Por internacional entendemos que é o advento de reconhecimento da língua além fronteiras. Para tal vemos diversos organismos serem criados com intuito de facilitar a visibilidade do português pelo mundo, tais como a CPLP que foi

[...] criada em 17 de julho de 1996 e, ironicamente, surgiu como iniciativa da embaixada brasileira, embora, com o passar do tempo, ela tenha se tornado “[...] um dos aspectos fundamentais da política externa portuguesa nos últimos anos” [...], ressoando o sonho de dominação colonial do quinto império [...]. Anterior à CPLP, foi fundado, em 1989, o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) em São Luís do Maranhão, por sete chefes de Estados que tinham a língua portuguesa como oficial. A criação do IILP buscava, além de preservar e difundir o patrimônio cultural vinculado à língua, alcançar “[...] uma projeção maior, que seria a aproximação política, econômica, comercial entre os países” [...]. [...] Além disso, outro dado que revela a relação econômica entre língua e CPLP está na passagem do Instituto Camões para a tutela do Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 1994, sinalizando para o papel que a língua portuguesa assumiu na política externa do país. (SEVERO, 2016, p. 1328).

As decisões que coadunam em interesses externos, no que diz respeito ao uso da LP, são manifestações concretas de políticas que têm tentado integrar os países que a tem como oficial dentro de um grupo que compartilha comunidades econômicas e financeiras semelhantes, marcando assim a necessidade de uso do português para a sobrevivência internacional. Essas ações afetam diretamente as comunidades que usa o português, visto que a intensões podem ser positivamente aceitas pelos falantes ou não. Isso porque as comunidades luso-africanas são comunidades específicas por apresentarem um mosaico linguístico que influencia diretamente a manutenção, promoção e a difusão da LP, até porque a língua não se desenvolve sem a existência de seus usuários.

Ainda sobre essas questões, Severo (2016) nos adianta que

[...] as políticas oficiais da CPLP e do IILP de promoção da língua portuguesa produzem um efeito cascata ao motivarem uma ampla produção de materiais instrucionais com diferentes propósitos: além do ensino de português como língua materna em todos os países membros da comunidade, há preocupações com a produção de metodologias de ensino de português como língua estrangeira, além da aplicação de testes de proficiência

em língua portuguesa brasileira (Celpe-Bras) e portuguesa (QuaREPE). [...]. (p. 1329)

Isto é, as ações políticas que se referem a promoção da língua acabam funcionando como um destrutor do desejo de um português além fronteiras, universalmente conhecido. Mas é preciso que se tenha atenção ao discutir essas ações a fim de compreender as ressonâncias do advento colonial que ainda ecoam no desejo de se manter o português nas comunidades que a usa. É preciso lembrar que existem variedades de uma mesma língua cujas características são específicas a cada país. Esse fato é importante para que se compreenda a deslusitanização do português, porque não se trata de subvariedades do Português Europeu (PE) e sim de variedades de um sistema maior que é a LP.

Diante do exposto, as questões relativas a possibilidade de acessão internacional da LP é, de fato, tema para muitas discussões, uma vez que a preocupação primeira é o alcance positivo ou negativo de tais ações para os falantes das LNs respectivas as suas comunidades de pertença.

## CONCLUSÃO

É por meio da cultura que a LP não deixou de existir nas comunidades luso-africanas, apesar de existirem intenções políticas que sustentam a sua promoção. Mas como bem ressalta Calvet (2007), as escolhas políticas não dizem respeito simplesmente ao Governo, pois a decisão coletiva em usar a língua também faz parte dessas escolhas. Ainda segundo Calvet (2007), as escolhas determinísticas são de caráter pré-fabricado, enquanto que as escolhas lógicas partem de situações contextuais que correspondem as necessidades comunicacionais dos falantes.

Tal questão merece uma discussão positiva, porque nenhuma língua ao ser oficializada deixaria de estar sobreposta as outras, e o conflito é inevitável dado a diversidade linguística do cenário africano. Então, não se trata de um processo de apagamento desta ou daquela língua, mas de uma questão de valoração de todas elas, tendo em conta o papel e as situações de usos de cada uma delas, bem como a sua real eficácia para a vida dos falantes.

A tentativa de unificação linguística é reflexo de escolhas políticas em prol de algumas visões que nem sempre são viabilizadas no interior da comunidade e, com isso desenvolvem-se as disputas. Essas resultam em resistência (CHAUI, 2014) ou em aquisição, por essa última as escolhas dos falantes respondem que a oficialização faz da língua um instrumento específico a determinada situação, por isso os falantes recorrem ao mosaico linguístico e escolhe a língua que lhes parecem mais conveniente à situação comunicativa vivenciada.

Se a comunicação é no âmbito nacional, comercial, internacional, oficial etc. é a LO a língua usada, mas se a dinâmica comunicacional gira em torno do âmbito familiar, situações menos instrutivas entre outras figuram as línguas maternas oficial ou não. Isso mostra o quão importante é a existência das línguas para a vida dos falantes, ainda que estas servem fins diferentes. Importa ressaltar que em Cabo Verde, por exemplo, a LP e LN, crioulo cabo-verdiano, são usadas em contexto nacional sem que aja um uso específico para cada uma.

Sobre a ideia de nacionalização do idioma, importa dizer que a língua passa a ser parte da nação que serve, caso contrário estará inadequada aos anseios da nação. Para ser nacional uma língua precisa suprir as necessidades reais da vida dos seus usuários. E isso corresponde ao grau de prestígio conferido a ela pelos próprios falantes. Essa questão implica necessariamente aos papéis desempenhados por cada língua em cada espaço de atuação. Nesse sentido, a LP é parte da cultura das comunidades que serve, mas figura lugares di-



ferentes das demais línguas em contato, porque tem exercido papéis diferentes em cada comunidade.

Por fim, consideramos que em algumas comunidades luso-africanas a LP exerce um papel de língua de berço e cotidiana, em outras apenas o papel de instrução e integração comercial. As decisões que implicaram no seu uso foram tomadas em *top down*, mas a sua execução sofre influências de todos os lados, inclusive as iniciativas dos falantes. Portanto, a nacionalização de um idioma passa pelas escolhas governamentais, porém a sua execução é determinada pelos falantes, pois a ideia de nação não se constitui sem a devida aceitação dos membros de uma determinada comunidade.

Esperamos que esta reflexão desperte pesquisas que versarão sobre a importância da LO para as comunidades que a usa ou que a recebeu por meio de um processo de imposição, mas que ao longo do tempo passaram a integrá-la como parte das suas culturas. Outro ponto interessante para uma boa discussão será a problematização dos conceitos de nação, internacionalização, nacionalização e políticas linguísticas.

## REFERÊNCIAS

ANÇÃ, M. H. A promoção e difusão da língua portuguesa – vozes de estudantes lusófonos. *Texto livre, linguagem e tecnologia*. 2015. v. 8, n. 2. Disponível em: <http://periodicos.letras.ufmg.br/index.php/textolivre>. Acesso em: 20/05/19.

ANÇÃ, M. H. Percepções de aanganos sobre a Língua Portuguesa: um contributo para a didática do português língua segunda. *Revista UBI Letras*. Beira, n. 2, pp. 5-30, 2012.

ANDERSON, B. Introducción. In: *Comunidades imaginadas*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2000, p. 17-25.

BAGNO, M. O que é uma língua? Imaginário, ciência & hipóstase. In: *Políticas da norma e conflitos linguísticos*. LAGARES, Xoán Carlos; BAGNO, Marcos (Orgs.). São Paulo: Parábola Editorial, 2011. p. 355 - 387.

- BENVENISTE, É. *O problema de Linguística geral II*. Campinas: Pontes, 1989.
- BERENBLUM, A. *A invenção da palavra oficial: identidade, língua nacional e escola em tempos de globalização*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- CALVET, L. *As políticas linguísticas*. Trad. Isabel de Oliveira Duarte, Jonas Tenfen, Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- CASTILHO, A. T. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.
- CHAUÍ, M. Cultura: cultuar ou cultivar. *Teoria e Debate*, n. 8, 1989.
- CHAUÍ, M. *Conformismo e resistência*. Homero Santiago (org.). v. 4. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.
- FIORIN, J. L. O acordo ortográfico: uma questão de política linguística. *Revista Veredas*. p. 07-19. 2009.
- FIORIN, J. L. *A linguagem humana: do mito à ciência*. São Paulo: Contexto, 2013.
- GUIMARÃES, E. Para uma história dos estudos sobre a linguagem. *Revista Línguas e Instrumentos Linguísticos*. n. 8. 2002. Campinas: Pontes.
- LABOV, W. *Padrões sociolinguísticos*. Trad. Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- MARIANI, B. A redação do Código Civil: polêmica linguística, jurídica ou política? In: LAGARES, Xoán Carlos; BAGNO, Marcos (Orgs.). *Políticas da norma e conflitos linguísticos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011. p. 237-257.
- MORAES, S O. Política linguística no Brasil: breves reflexões sobre as perspectivas de estudo e pesquisa na pós-graduação. *Revista Travessias*. ed. 23. v. 9. 2015. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/11280/8790>. Acesso em: 23/05/2019.
- ORLANDI, E. P. *Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil*. Campinas: Pontes, 2002.
- PERINI, M. A. *A língua do Brasil amanhã e outros mistérios*. São Paulo: Parábola, 2004.
- PLATÃO. *Crátilo*. Trad. Maria José Figueiredo. Portugal: Instituto Piaget, 2001.
- RAJAGOPALAN, K. A norma linguística do ponto de vista da política linguística. In: LAGARES, X. C.; BAGNO, Marcos (Orgs.). *Políticas da norma e conflitos linguísticos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011. p. 121-128.

RAJAGOPALAN, K. Política linguística: do que é que se trata, afinal? In: NICOLAIDES, C.; SILVA, K. A.; TILIO, R.; ROCHA, C. H. (Orgs.). *Política e políticas linguísticas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2013. p. 121-128.

RENZO, A. M. *Estado, a Língua Nacional e a construção das políticas linguísticas*. Campinas: Pontes. 2012.

ROCA, M. P.; SOUSA, S. C. T.; PONTE, A. S. (Org.). *Temas de políticas linguística no processo de integração regional*. Campinas: Pontes, 2018.

SAUSSURE, F. *Curso de linguística geral*. Trad. Antônio Chelini, José Paulo Paes, Izidoro Blikstein. 28.ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

SANDES, N. F. *A invenção da Nação: entre a monarquia e a república*. 2. ed. Goiânia: Editora UFG, 2011.

SEVERO, C G. Línguas e Estados nacionais: problematização históricas e implicações. In: SANDES, N. F.; SITOIE, B.; PEDRO, J. *Estão as línguas nacionais em Perigo?* Lisboa: Escolar Editora, 2014, p. 9-36.

SEVERO, C G. *Lusofonia, colonialismo e globalização*. 2016. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/318691710\\_Lusofonia\\_colonialismo\\_e\\_globalizacao](https://www.researchgate.net/publication/318691710_Lusofonia_colonialismo_e_globalizacao). Acesso em: 20/05/19.

SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. In: SEVERO, C G; HALL, S.; SEVERO, C G. (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 7-72.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T.; HALL, Stuart; SILVA, T. T. (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 7-72.



# 20

Lidineia Ferreira da Silva Oliveira

Anair Valênia Martins Dias

**DESENVOLVENDO  
a AUTONOMIA  
DO SUJEITO ALUNO:  
TRABALHANDO A RETEXTUALIZAÇÃO  
COMO METODOLOGIA DE ENSINO**

DOI: 10.31560/pimentacultural/2021.936.489-503



## INTRODUÇÃO

O presente artigo procura analisar uma proposta de retextualização do conto clássico “Cinderela”, versão original dos Irmãos Grimm, para o conto contemporâneo cuja temática aborda novas versões de *Cinderela*. O trabalho aqui proposto tem como fundamentação teórica principal a retextualização proposta por Marcuschi, e contemplará também autores do campo da Linguística Textual para a análise da retextualização do conto supracitado, objeto de pesquisa que evidencia a escrita no contexto atual.

A justificativa da escolha de analisar a proposta de retextualização do conto clássico neste trabalho é contribuir para ressignificar as aulas de Língua Portuguesa por meio de atividades que abracem as propostas dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Documento Curricular de Goiás (DC/GO), e pelo fato de que a escola precisa promover ações que coloquem o aluno como protagonista do processo de aprendizagem.

Acerca da importância do estudo dos gêneros, Bakhtin (2006, p. 264) afirma que “o estudo da natureza do enunciado e da diversidade de formas de gênero dos enunciados nos diversos campos da atividade humana é de enorme importância para quase todos os campos da linguística”, o que evidencia a necessidade de analisar a retextualização do conto clássico para o conto contemporâneo, como forma de inovação do fazer pedagógico.

A versão do conto clássico “Cinderela” (Irmãos Grimm) será o *corpus* de nossa análise, baseado nos referenciais teóricos contemporâneos, que discutem sobre o uso e a incorporação das múltiplas linguagens na prática pedagógica, e nos estudos acerca da Linguística Textual que fundamentam a concepção marcuschiana de retextualização.

## GÊNEROS TEXTUAIS

Nos últimos anos, é perceptível que tanto o ensino de línguas quanto os modos de se pensar a linguagem têm sofrido mudanças significativas. Renomados estudiosos como Bakhtin (1992), Dolz e Schneuwly (2004), Marcuschi (2010), entre tantos outros, expõem teorias que apresentam os textos como eventos sociais, e os autores como agentes protagonistas em suas produções. Evidenciam, dessa forma, a situação sociocomunicativa, histórica e cultural para o trabalho com textos. Mediante essas discussões, nas décadas de 80 e 90, a maneira de conduzir o trabalho com textos, nas unidades escolares, sofreu mudanças.

Desde 1998, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de Língua Portuguesa propõem um ensino sistematizado pela abordagem dos gêneros, como método mais adequado para facilitar o ensino, a recepção da leitura e produção de textos escritos e orais.

Segundo Dolz e Schneuwly (2004, p. 142), “para tornar possível a comunicação, toda sociedade elabora formas relativamente estáveis de textos que funcionam como intermediárias entre o enunciador e o destinatário, a saber, os gêneros”. Tais autores são tidos como fonte de referência para a elaboração dos PCN, na construção do conceito do ensino de gêneros na escola. Porém, conforme observa Santos (2007, p. 17), é válido ressaltar que, “mais que mudanças na prática, os documentos representaram mudanças teóricas”. Tais mudanças na prática, no que se refere ao trabalho com textos nas unidades escolares, estão longe de se tornar realidade.

De acordo com Marcuschi (2006, p. 24), “as teorias de gênero que privilegiam a forma ou a estrutura estão hoje em crise, tendo em vista que o gênero é essencialmente flexível e variável, tal como o seu componente crucial, a linguagem”. Imprescindível seria, então, que a prática pedagógica relacionada aos textos se centrasse nos estudos dos gêneros,

proporcionando situações e estratégias nas quais os alunos se descobrissem em circunstâncias de uso real da língua, ou seja, um trabalho voltado para o uso do texto, por meio dos gêneros que o exijam, conforme a situação comunicativa e o campo social em que está inserido.

Nesse panorama, a língua é a forma de intermédio para uma interação em práticas sociais concretas, tendo como materialidade os textos orais, escritos e multimodais. Estes, por sua vez, alicerçam-se em gêneros, que, na concepção de Marcuschi (2006, p. 25), “quando ensinamos a operar com um gênero, ensinamos um modo de atuação socio discursiva em uma cultura e não um simples modo de produção textual”, ou seja, a partir da abordagem de gêneros textuais na aula, podemos nos remeter a diversidade que os mesmos carregam, o que possibilita que os alunos se reconheçam dentre essa variedade.

## BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A RETEXTUALIZAÇÃO NA CONCEPÇÃO MARCUSCHIANA

Para melhor compreendermos o termo e o processo de retextualização, nos valem da concepção de Marcuschi (2010), o qual elucida que uma atividade de retextualização envolve interferências na forma e na substância da expressão e do conteúdo. Segundo ele, a retextualização trata-se de um “processo que envolve operações complexas que interferem tanto no código como no sentido e evidenciam uma série de aspectos nem sempre bem compreendidos da relação oralidade- escrita”. (MARCUSCHI, 2010, p. 46).

Na concepção da autora Dell'Isola, a retextualização é

[...] um processo que envolve operações complexas que interferem tanto no código como no sentido e evidencia uma

série de aspectos da relação entre oralidade-escrita, oralidade-oralidade, escrita-escrita, escrita-oralidade [...] é a refacção ou a reescrita de um texto para outro. (DELL'ISOLA, 2007; p. 36).

Conforme os postulados dos autores mencionados anteriormente, entendemos que retextualizar significa ter conhecimentos que vão além da simples decodificação dos símbolos, visto que o aluno, ao fazer o processo de reescrita do texto, precisa ter certo domínio do gênero, bem como compreender o texto a fim de garantir a unidade de sentido no processo de retextualização.

Marcuschi (2010, p. 48) apresenta-nos quatro possibilidades de retextualização, nas quais considera fala e escrita e suas respectivas combinações:

**Quadro 1- Possibilidades de retextualização.**

1. Fala	→	Escrita (entrevista oral	→	entrevista impressa)
2. Fala	→	Fala (conferência	→	tradução simultânea)
3. Escrita	→	Fala (texto escrito	→	exposição oral)
4. Escrita	→	Escrita (texto escrito	→	resumo escrito)

Fonte: Marcuschi, 2010.

Apesar de se apresentarem de forma diversificada, essas possibilidades de retextualização e suas respectivas combinações são correntes em nosso cotidiano.

A linguista francesa Rey- Debove (1996) aponta quatro níveis de relação dos processos de retextualização que são retomados por Marcuschi (2010, p. 50):

1. *nível da substância da expressão* – materialidade lingüística; considera a correspondência entre letra e som;
2. *nível da forma da expressão* – materialidade lingüística; os signos falados e escritos; distinção entre a forma do grafema (a grafia usual) e do fonema na realização fonética (a pronúncia);



3. *nível da forma do conteúdo* – relações entre as unidades significantes (expressões, itens lexicais ou sintagmas) orais e as correspondentes unidades significantes escritas;

4. *nível da substância do conteúdo* – relações entre as unidades significantes (expressões, itens lexicais ou sintagmas) orais e as correspondentes unidades significantes escritas. Ex.: A redação da ata de uma reunião.

Antes de realizar a retextualização do texto falado para o texto escrito, faz-se necessário, primeiramente, fazer a transcrição da fala, obtendo-se uma transcodificação em que se passa da substância e forma da expressão falada para a substância e forma da expressão escrita. O processo de retextualização da fala para a fala é muito comum em qualquer ambiente social e ocorre sempre que transmitimos oralmente a alguém, um relato que ouvimos de outrem, o que é muito bem explanado por Marcuschi (2010, p. 48) “Toda vez que repetimos ou relatamos o que alguém disse, até mesmo quando produzimos as supostas citações *ipsis verbs*, estamos transformando, reformulando, recriando e modificando uma fala em outra.”. Ex.: Quando vamos transmitir um recado a alguém.

O processo da escrita para a fala é outra maneira de retextualizar que merece destaque e também é bastante usual em nosso cotidiano. Sempre que temos acesso a um texto escrito que, de alguma forma, mostra-se relevante para nós, procuramos discuti-lo com alguém. Por isso, é importante observar que muitas vezes omitimos, ainda que involuntariamente, parte do assunto ou até mesmo, acrescentamos informações que não constavam no texto original. Exemplificamos essa constatação quando recontamos um conto que fora lido.

Por fim, mas não menos importante, a retextualização de um texto escrito para outro texto escrito, o que é comum no ambiente escolar, nas propostas de atividades em que o docente propõe ao discente que faça a reescrita do próprio texto, cujas ideias se mantêm as mesmas, porém fazendo as adequações necessárias para torná-lo coeso

e coerente, com uma linguagem clara e objetiva, capaz de promover a compreensão do leitor. Para elucidar tal ideia, podemos exemplificar a proposta de reescrita de um conto.

A fim de realizarmos a análise da retextualização do conto Cinderela (versão original dos Irmãos Grimm) para as novas versões criadas pelas alunas, apoiamo-nos na quarta possibilidade de retextualização, a saber: Escrita → Escrita (texto escrito → resumo escrito). Assim, faremos uso de algumas das nove operações textuais-discursivas propostas por Marcuschi (2010, pp. 77-86):

1. Eliminação de marcas estritamente interacionais, hesitações e partes de palavras (estratégia de eliminação baseada na idealização linguística); [...]
2. Introdução da pontuação com base na intuição fornecida pela entoação das falas (estratégia de inserção em que a primeira tentativa sugere a sugestão da prosódia); [...]
3. Retirada de repetições, reduplicações, redundâncias, paráfrases e pronomes egóticos (estratégia de eliminação para uma condensação linguística); [...]
4. Introdução da paragrafação e pontuação detalhada sem modificação da ordem dos tópicos discursivos (estratégia de inserção): [...]
5. Introdução de marcas metalingüísticas para referenciação de ações e verbalização de contextos expressos por dêitico (estratégia de reformulação objetivando explicitude); [...]
6. Reconstrução de estruturas truncadas, concordâncias, reordenação sintática, encadeamentos (estratégia de reconstrução em função da norma escrita); [...]
7. Tratamento estilístico com seleção de novas estruturas sintáticas e novas opções léxicas (estratégia de substituição visando a uma maior formalidade); [...]
8. Reordenação tópica do texto e reorganização da sequência argumentativa (estratégia de estruturação argumentativa); [...]

9. Agrupamento de argumentos condensando as idéias (estratégia de condensação).

## METODOLOGIA

Esta pesquisa está inserida no processo de retextualização, com ênfase no âmbito da Linguística Textual. É válido ressaltar que a metodologia empregada nesta área fundamenta-se no trabalho de campo. O foco neste estudo foram produções de duas alunas do 8º ano do Ensino Fundamental II de uma escola pública da cidade de Catalão-Goiás que, após terem contato com a versão original do conto Cinderela por meio de uma proposta de sequência didática, fizeram a primeira reescrita desse conto, transpondo o texto original para a contemporaneidade pelo processo de retextualização.

Após essa primeira proposta de reescrita do conto, as alunas tiveram acesso a estudo aprofundado sobre o gênero conto e, a partir daí, retextualizaram seus próprios textos buscando adequar possíveis traços da linguagem informal e empregando a norma culta própria do gênero conto.

Isto posto, é preciso pontuar que o *corpus* desta pesquisa foi assim constituído: uma proposta de sequência didática de produção de contos composta por cinco etapas: na primeira, tivemos a apresentação da situação de comunicação e o primeiro contato para fins de divulgação do trabalho; na segunda: atividades de sondagem sobre o gênero conto; terceira: produção do primeiro conto; quarta: leitura e análise de conto contemporâneo, bem como a análise dos aspectos linguísticos e os elementos da narrativa e, por último, a retextualização do conto original.

O trabalho de retextualização do texto *escrito* para o resumo *escrito* na visão marcuschiana, exigiu dos discentes muita concentração, visto que a proposta da sequência didática não era tão somente reescrever e/ou resumir o texto original, mas acrescentar ao conto clássico aspectos da contemporaneidade que fazem parte do universo deles, como as redes sociais, os meios de transporte, o estilo das roupas, sapatos, as relações sociais, as visões de mundo, entre outros.

A fim de retextualizarem suas próprias versões de textos, os alunos deram enfoque às variáveis que abordam a retextualização de uma versão a outra e são defendidas por Marcuschi (2010, p. 52- 54): “o propósito ou objetivo da retextualização; a relação tipológica entre o gênero textual original e o gênero da retextualização; os processos de formulação típicos de cada modalidade”.

No que tange à análise de dados, enfatizamos basicamente o estilo, isto é, a linguagem própria do gênero escrito, presente nas versões retextualizadas pelos alunos.

## DISCUSSÃO E RESULTADOS

A fim de analisar os dados do *corpus* da pesquisa, privilegiamos apenas alguns trechos dos textos escolhidos de forma aleatória. A primeira versão escrita foi comparada com a segunda com a finalidade de verificarmos os avanços de cada aluno após um estudo aprofundado sobre o gênero conto e suas especificidades. Assim, diante das orientações acerca do processo de retextualização de seus próprios textos, obtivemos os seguintes resultados:



**Produções da aluna A:****Trecho da primeira versão do conto**

*[...] ao chegar em casa guardou o seu lindo vestido e pois se a dormir ,no outro dia cedo ela ouviu alguns gritos e então desceu para ver o que estava acontecendo quando chegou a sala viu que toda sua família estava lá junto com o futuro herdeiro que a procurava sem parar ,ele então se ajoelhou e a pediu em casamento e é claro que ela aceitou ,e eles viveram felizes para sempre.*

**Trecho da segunda versão do conto (retextualização)**

Ao chegar em casa, guardou o seu lindo vestido e pôs se a dormir. No outro dia cedo, ela ouviu alguns gritos e então desceu para ver o que estava acontecendo. Quando chegou à sala, viu que toda sua família estava lá junto com o futuro herdeiro que a procurava sem parar. Ele então se ajoelhou e a pediu em casamento e é claro que ela aceitou. Assim, eles se casaram e viveram felizes para sempre.

Ao trilharmos o caminho percorrido pela aluna A e compararmos as duas versões de retextualização conforme as três primeiras das nove operações propostas por Marcuschi (2010, p. 77-86), já mencionadas neste artigo, notamos que a referida aluna eliminou a escrita inadequada em que se percebe a ausência de letra maiúscula no início do parágrafo “ao”; o uso do conectivo “pois” no lugar que admitia o verbo “pôs”; ausência dos sinais de pontuação vírgula (,), ponto final (.), supressão da consoante muda “h” no vocábulo “erdeiro”.

Após uma análise minuciosa da primeira versão, notamos que os maiores problemas identificados em sua primeira versão foram de concordância e ausência de pontuação. A paragrafação foi mantida, porém organizada com o uso de marcadores temporais com iniciais maiúsculas, verificamos o acréscimo da vírgula e do ponto final onde admitia tais sinais de pontuação. Assim, a aluna fez as devidas adequações na estrutura do texto, assim como corrigiu os erros ortográficos identificados.

Ao analisarmos se a aluna considerou as três variáveis importantes acerca do proceso de retextualização de um gênero para outro, apontadas por Dell'Isola, constatamos que os objetivos propostos inicialmente pela professora foram atingidos. Apesar de a primeira e a segunda versão do texto retextualizado tenha sido da mesma autora (a aluna A), que deveria preservar o gênero do texto original, não fazer tantas mudanças na estrutura, apenas algumas intervenções de forma que a relação temática entre o gênero textual original (conto clássico) e o texto retextualizado (conto contemporâneo) fosse mantida.

### **Produções da aluna B:**

#### **Trecho da primeira versão do conto**

Era uma vez um homem muito rico ,cujo a mulher estava muito doente . Esta quando sentiu o fim chegando chamou a filha para se despedir. Com a mãe falecida o pai depois de um ano se casou com uma mulher má cujo as filhas da mesma eram más igual a mãe ,Cinde-rela ja cansada de ser tratada pela madrasta e pelas “irmãs” ,decidiu sair de casa e começou a trabalhar e ganhar o proprio dinheiro se ter que depender nem do pai e nem da madrasta Os tempos foi se passando e foi anunciado uma festa que todos podiam comparecer des dos mais ricos até os mais pobres ,com essa festa Cindere-la se trocou e foi chegando la encontrou as irmãs e a madrasta, que logo quando a viu rasgou o vestido dela e deixou ela quase nua ,por Sorte de cinderela o dono da festa tinha uma irmã ue era u amor de pessoa e decidiu emprestar uma roupa a ela. Chamou muito atenção ela estava linda , com u vestido azul e um tênis preto o dono da festa e eles viraram muito amigos, começaram to- dos a se divertir.

#### **Trecho da segunda versão do conto (retextualização)**

Era uma vez um homem muito rico, cuja mulher estava muito doente. Esta, quando sentiu o fim chegando, chamou a filha para se despedir. Com a mãe falecida, o pai depois de um ano se casou com uma mulher má cujas filhas eram más iguais a mãe.

Cinderela, já cansada de ser maltratada pela madrasta e pelas “irmãs”, decidiu sair de casa e começou a trabalhar e ganhar o próprio dinheiro, sem ter que depender nem do pai nem da madrasta.

O tempo foi passando e foi anunciado uma festa que todos podiam comparecer, desde os mais ricos até os mais pobres. Com essa festa, Cinderela se trocou e, chegando lá, encontrou as irmãs e a madrasta, que logo quando a viu rasgou o seu vestido e a deixou quase nua. Por sorte de Cinderela, o dono da festa tinha uma irmã que era um amor de pessoa e decidiu emprestar uma roupa a ela. Chamou muita atenção, ela estava linda com um vestido azul e um tênis preto. O dono da festa e ela viraram muito amigos, começaram todos a se divertir.

Numa primeira análise que abarca as três primeiras operações propostas por Marcuschi (2010, pp.77-86), notamos que a aluna B eliminou a junção das palavras “vezum” (vez um); a duplicação das vogais e consoantes em “muuito” (muito), “chaamou” (chamou), “see”, (se) “muuher” (mulher), “aas” (as), “amoor” (amor), “eless” (eles); “cujo a e cujo aas” no lugar de *cuja e cujas*; hifenização das palavras “despe-dir” (despedir) e “Cinde-rela” (Cinderela), “to-dos” (todos); ausência de plural de concordância no vocábulo “igual” (iguais); ausência de pontuação em “ja” (já), “proprio” (próprio), “la” (lá); falta da consoante “l” em “matratada” (maltratada); supressão das consoantes “m” e “q” em “se” (sem), “coparecer” (comparecer), “u” (um), “coeçaram” (começaram), “ue” (que); pluralização e ausência de concordância em “os tempos foi” (o tempo foi); separação inadequada da expressão “des dos” (desde os); ausência de ênclise em “deixou ela” (deixou-a); falta de letra maiúscula no nome “cinderela” (Cinderela);

A partir da intervenção feita pela professora, a referida aluna corrigiu os erros ortográficos, de concordância, de pontuação, organizou a paragrafação do texto, tornando-o mais compreensível e de leitura fluida. O texto base foi estruturado em três parágrafos.

No que concerne às três variáveis relevantes sobre a retextualização propostas por Dell'Isola (2007), os objetivos da retextualização

propostos inicialmente pela professora foram alcançados, uma vez que houve a correção dos aspectos inadequados e a preservação da relação temática entre o texto base e o texto retextualizado.

## CONCLUSÃO

A partir das ações desenvolvidas por meio da proposta de retextualização, acreditamos que estamos promovendo a autonomia no sujeito aluno ao oportunizar vivências de engajamento e participação ativa no processo de aquisição do saber. Outro fato interessante observado foi o sentimento de atuar como protagonista no processo de retextualização da história, no momento que o próprio aluno delinea e atualiza o enredo com sequências de acontecimentos elaboradas por ele mesmo. Com essa promoção de ações e estudos voltados para o processo de retextualização, foi possível promover múltiplos letramentos. Ressaltamos ainda que, conforme postula o pesquisador central para nossos estudos, Marcuschi (2010), “o conceito de retextualização não é um processo mecânico”, visto que envolve conhecimento sobre o tema, clareza sobre o gênero a ser retextualizado e visão de mundo.

Sob esse prisma, a organização de um texto não se efetiva por meio de recursos linguísticos apenas, por meio da escrita, ao contrário, ele pode se configurar através da linguagem escrita, oral, bem como da articulação/ integração dessas modalidades. Isto posto, é preciso repensar e repaginar o processo de ensino aprendizagem das práticas de produção de textos em âmbito escolar. Mais que ler palavras, é preciso formar leitores de imagens, sons, formatos, a fim de que os alunos sejam capazes de compreender, de forma mais ampla, os textos que eles têm acesso.



Nessa mesma perspectiva, entendemos que os professores devem continuar promovendo atividades que conduzam os alunos não apenas a retextualizar textos de outros autores ou de sua própria autoria, como também, apresentar-lhes a diversidade de gêneros textuais que despontam nos mais diversos meios de comunicação.

## REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BRASIL, SEF/MEC. *Parâmetros Curriculares Nacionais: 3º e 4º ciclos do Ensino Fundamental – Língua Portuguesa*. Brasília, DF: SEF/MEC, 1998.

BRASIL (Estado). Constituição (2018). Resolução nº 8, de 06 de dezembro de 2018. *Documento Curricular da Educação Infantil e Ensino Fundamental Para O Sistema Educativo de Goiás*. Goiânia, MINAS GERAIS: Estado de Goiás, 06 dez. 2018. Disponível em: <https://cee.go.gov.br/wp-2018-DOCUMENTO-CURRICULAR.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2020.

DELL'ISOLA, R. L. P. *Retextualização de gêneros escritos*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

DOLZ, J.; SCHNEUWLY, B. *et al, Gêneros orais e escritos na escola*. Tradução e organização Roxane Rojo e Gláís Sales Cordeiro. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004.

MARCUSCHI, L. A. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais emergentes no contexto da tecnologia digital. In: MARCUSCHI, L. A.; XAVIER, A. C. *Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção de sentido*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R. M.; BEZERRA, M. A. *Gêneros textuais & ensino*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO: BNCC. Brasília: 2017. 600p. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_-versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf). Acesso em: 06 nov. 2020.

REY-DEBOVE, J. À procura de distinção oral/escrito. In: CATACH, Nina. (org.). Op. cit. São Paulo: Ática, 1996. P. 75-90.

SANTOS, C.F. O ensino da língua escrita na escola: dos tipos aos gêneros. In: SANTOS, C. F.; MENDONÇA, M.; CAVALCANTI, M.C.B. (orgs.) *Diversidade textual: os gêneros na sala de aula*. Belo Horizonte, Autêntica, 2007.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE GOIÁS. DCGO de Língua Portuguesa: ensinos fundamental e médio, 2018. Disponível em: <https://www.cee.go.gov.br>. Acesso em: 06 nov.2020.

# 21

Denis Carara de Abreu  
Fabíola Sartin Dutra Parreira Almeida

**CRIMINOLOGIA E TRADUÇÃO:  
UN EJERCICIO DE ENGRANDECIMIENTO  
EM ESTUDOS DA LINGUAGEM**

DOI: 10.31560/pimentacultural/2021.936.504-527

## ABRIENDO LA ESCIENA

Caminhante, são teus passoso caminho e nada mais; Caminhante, não há caminho, faz-se caminho ao andar. Ao andar se faz caminho, e ao voltar a vista atrás se vê a senda que nunca se voltará a pisar. Caminhante, não há caminho, mas apenas rastros no mar.

(Antonio Machado – Poeta Espanhol)

Um caminho não é apenas uma ligação entre dois pontos. Não se cinge em ser um trajeto para alcançar objetivos. Caminho não é chegada ou partida. Conquista ou derrota. Sombra ou luz. Caminho é mais! É o que dele se aprende. Depreende. Transforma. Transborda. Acima de tudo... caminho é Intensão!

Dizem os orientais, que antes de iniciarmos um caminho devemos avaliar nossa intenção em percorrê-lo. Do caminho que falamos... é o de ser e tornar-se Educador! De ser aquele cuja meta seja ser ultrapassado por aquele que ensinou. Ser guiado por quem guiou. De ser apenas um dos braços das transformações. Ser repetidamente aprendiz para novamente poder apontar caminhos.

Neste caminho é preciso humildade. Não basta amor, compaixão e motivação. Sem a magia do nada sei, nada parece valer à pena. Ensinamentos tornam-se palavras que voam e não tocam corações. Aprendemos que uma sala de aula é um canteiro. Um ser cuida do outro. Todos assim, florescem o seu melhor.

Deste ponto do caminho seguimos vendo e prendendo com um olho ainda juvenil. Olhar geralmente marejado de gratidão por ter sido, pelo caminho escolhido para nele estar. E assim, mais um aprendizado se fez. O de poder olhar as tantas possibilidades que a tradução de línguas em sala de aula pode trazer. O objetivo de todo caminho é transformar seres. Torná-los hábeis em humanidade. A tradução ajuda



a olhar com acolhimento a todos em suas manifestações culturais. É a parte do caminho de internacionalização das universidades, caminho em que podemos ler, ouvir e compreender o outro no pulsar de sua língua natal. Prática que gera alento, crescimento e satisfação.

Entre as diversas disciplinas no currículo de um curso de Direito está a Criminologia. Ciência que revela nosso estágio, ainda em desenvolvimento, como seres humanos. Desvela nossos medos e reações. Explica muito do porquê geramos divisões, governos e sofrimentos. Nos põem a par de nossas indiferenças, de nossos Gosto/Não gosto. De como nos esforçamos para garantir que mantenhamos próximo o que gostamos e distante o que não gostamos. Este esforço gera dor. Violência. Pesar. E também, que não geramos estas coisas por sermos ruins. Apenas porque ainda não sabemos fazer diferente.

Desta forma, a Criminologia, mais especificamente, a Criminologia Cultural, tem como meta o sentir, mais do que olhar. Comover-se mais que julgar. Compreender mais que excluir. E para isso, dedica-se a identificar nos discursos e enunciados das culturas diversas significações de opressões e violência. Representações do simbólico que geram ações de corpo, fala e mente. Dissemos não olhar...? sim! Busca-se ser mais como uma aranha em sua teia que, por possuir pouca visão, percebe a tudo com outros sentidos. Neste sentido, o pesquisador e antropólogo Clifford Geertz contribui: ao dizer:

O homem é um animal amarrado em teias de significados que ele mesmo teceu”, a cultura seria a condição de existência dos homens, resultado de um processo contínuo pelos quais estes dão sentido às suas ações; assim, a cultura seria a produção de significados e sentidos mediando as relações entre os indivíduos. (GEERTZ, 1989, p.86)

Tais teias culturais, sob a alcunha de crime, são tecidas com rapidez midiática e tecnológica. São expostas como peixes em feiras. Produto de consumo perecível. Nascidas da impermanência. Como

um novo medievo, apagam as linhas do real e virtual, do certo e errado. O crime é produto e produtor. Novos tempos. Ou, por outro olhar, um novo iluminismo onde espocam em flashes toda a sorte de (des)informação. Salo de Carvalho diz um pouco sobre estes tempos:

A exibição superlativa e em tempo real das imagens das violências dissolve não apenas os limites de espaço e de tempo, como estilhaça as fronteiras dos significados do lícito e do ilícito, das condutas socialmente adequadas e daquelas transgressivas, da própria posição de *insider* ou de *outsider* dos seus atores e dos seus espectadores. A inexistência de filtros ou de barreiras destas imagens amplifica hiperbolicamente sua difusão, tornando qualquer pessoa vulnerável à sua recepção, ativa ou passiva. (CARVALHO, 2009. p. 322)

Neste carrossel contemporâneo, giramos velozes, perdemos a nós mesmos. A cada giro, estórias se perdem. Em narrativas distorcidas rotulamos seres e experiências. Ao rotular, deixamos de conhecer o outro. Mas o outro é apenas nós mesmos em um diferente lugar de fala. Seccionado. Fragmentado. E vendido em pílulas. Por isso é preciso ser aranha. Pois quando vemos... não vemos. Nossa mente fixa uma forma, e deste modo exclui outros modos de aparições. Perceber sem “o ver” é sentir. É compreender. É vir a ser!

Esta percepção nos leva a escuta. E esta escuta nos oferece o exercício de nos afastar de nosso auto centramento. Desta forma, é preciso sentir as narrativas presentes na teia em que vivemos e, metaforicamente, as devorar para absorver um novo lugar de fala. De sentidos. De vida. Este é o caminho da Criminologia Cultural.

Em um movimento decolonizador, temos usado muito mais textos criminológicos em português ou em espanhol do que em outras línguas. Privilegiando autores da América Latina. Autores de modos de vida e problemas semelhantes. De teias comuns às nossas. Autores que, também outrora colonizados, repartem o mesmo pão e as mesmas dores. Deste modo, quando do estudo em sala de aula, já

há algum tempo, ofereçemos textos, que compõem os conteúdos da disciplina, mas que carecem de tradução.

A partir de uma sequência didática, utilizamos a tradução como mote inspirador de estudos da linguagem e de aprofundamento de conceitos e contextos em criminologia. E este exercício, além de aproximar o discente de uma nova língua o faz perceber outros traços culturais. Desejar saber mais sobre o autor. Ter motivação para estudar os componentes da disciplina inseridos no contexto de cada enunciado do texto. Bem como, como já dito, contribui para o processo de internacionalização das universidades.

O exercício que aqui propusemos mostrar(tradução específica em criminologia) já possui nome. Ou vários nomes, dependendo da metodologia adotada. Mas que em suma, se insere na proposição de “Tradução de línguas para fins específicos”. Comentemos um pouco sobre isso!

## ENSEÑANZA DE LENGUAS PARA FINES ESPECÍFICOS (ELFE)

No início desta minha prática, por não possuímos segurança em tradução, pedimos a um aluno formado em letras que traduzisse um texto para que se pudesse disponibilizar aos alunos. Ao receber o texto percebemos que a missão seria outra. Entendemos que textos específicos de certa área carecem de conhecimento não raso sobre a mesma para que os sentidos não se percam. Daí pensamos! Se temos que fazer vamos fazer junto aos alunos.

Fomos entendendo que o que não está escrito também constrói sentidos. Que conhecer o autor e seus conceitos prévios é fator determinante para este tipo de tradução. Que saber do país deste, da cultura e sua história, forma o simbólico do contexto da narrativa que se

quer traduzir e compreender. Léxicos de uso dão sentido à metáforas, ironias e referências. E tais habilidades se conquistam aos poucos. É um processo. Um *start*. Um novo caminho que convida.

Sobre este caminho e seus frutos contribui Vera Lúcia Cristóvão:

Portanto, para o processo de compreensão e produção, o sujeito ativa diferentes tipos de conhecimento, tais como: a) conhecimentos sobre a situação de comunicação e da interação que envolvem tanto a produção quanto a leitura do texto; b) capacidades de linguagem para ler e compreender um texto; c) características do texto, do gênero, de sua infra-estrutura textual e estruturas linguísticas. (CRISTOVÃO, pg.26 2011)

Certa vez, narramos em sala de aula, o desconforto quando em viagem para uma palestra em Lodz na Polônia, sobre jovens em situação de vulnerabilidade. Em ter que nos comunicarmos em inglês e não na língua mãe, o Polonês. Que rapidamente pedimos ao gerente do hotel que nos auxiliasse a formar um pequeno Lexo de expressões e que, a partir do segundo dia, já nos esforçávamos para usá-las. Também falamos sobre a diferença de acolhimento devido a este nosso esforço. E a promessa foi: nunca mais iríamos despreparado linguisticamente a um novo País.

O que quisemos dizer, é que hoje cremos que o nativo não tem obrigação de falar a língua do viajante e nem a língua inglesa. Que o viajante é quem deve ter a sensibilidade de mostrar que se interessa pela cultura local e sua língua. Prática de Decolonização. Exercício de empatia e de distanciamento de um auto centramento. Convite a ver e sentir universos que ampliam a noção de mundo. Os alunos não só compreenderam, como também, ao se familiarizarem com uma nova língua, tiveram muitos, o impulso de viajar e conhecer Países Latinos. Confirmada, assim, a visão de J. Dolz quando diz: “Assim, conclui que “dominar várias línguas e culturas não te faz perder nada, ao contrário, enriquece tua personalidade (DOLZ, 2002, p.36).”



Em que pese possa se ter como sinônimos de ELFE (Ensino de línguas para Fins Específicos) o Ensino instrumental, posto que, tratam de um ensino/estudo que é planejado para atender aos interesses e objetivos diretos e práticos dos alunos, mas para que não haja uma limitação de interpretação deste método, a literatura da área passou a usar o termo ELFE ou LinFE (Línguas para Fins Específicos), pela razão de que estes termos ampliam a compreensão sobre a ideia de uma leitura instrumental.

Neste contexto a ELFE se diferencia de um curso para fins gerais uma vez que, em um curso ELFE os objetivos, necessidades e interesses a serem alcançados são localizados e bem específicos. No nosso caso, aprofundar o estudo da Criminologia.

A tradução possui diversos ramos de especialização, entre eles: tradução literária, tradução audiovisual, tradução técnica, tradução científica, tradução jurídica, etc. No caso em tela, as duas últimas citadas englobam a prática de tradução da língua espanhola em seara de criminologia.

No entanto, algumas competências são exigidas para este intento. E é fácil verificar que estas habitam e direcionam a prática da tradução assim que nos postamos a fazê-la. Amparo Hurtado Albir propõem seis categorias de competências específicas na formação de tradutores que podem ser melhor entendidas na tabela a seguir:

**Tabela 1 – Categorias de competência.**

COMPETÊNCIAS	ENUNCIADO
1.COMPETÊNCIAS METODOLÓGICAS E ESTRATÉGICAS	Aplicar os princípios metodológicos e as estratégias necessárias para se percorrer corretamente o processo de tradução.
2.COMPETÊNCIAS CONTRASTIVAS	Diferenciar as duas línguas e monitorar as interferências

3.COMPETÊNCIAS EX-TRALINGÜÍSTICAS	Mobilizar conhecimentos enciclopédicos, biculturais e temáticos para resolver problemas de tradução.
4.COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS	Agir com eficácia no mundo do trabalho.
5.COMPETÊNCIAS INSTRUMENTAIS	Gerenciar a documentação e ferramentas de todo tipo para resolver problemas de tradução.
6.COMPETÊNCIAS TEXTUAIS	Resolver problemas de tradução de diferentes gêneros textuais utilizando as estratégias apropriadas.

Fonte: (Hurtado Albir, Amparo. 2020, P. 388)

Como visto, a ELFE vai além de atender a objetivos específicos. É caminho que busca integrar várias competências do pesquisador/ aluno. A proximidade com uma nova cultura, conceitos da área em foco, léxicos de uso e terminológicos, desenvolvimento de autonomia em pesquisa, são alguns pontos que lhe são base.

Porém, a Tradução para fins específicos, carece de uma *sequência didática* (SD) que lhe dê suporte e método. E sobre conceitos de SD aportamos aqui duas contribuições:

Um conjunto de módulos escolares organizados sistematicamente em torno de uma atividade de linguagem dentro de um projeto de classe”.

(DOLZ E SCHENEUWLY, 1998, pg. 93)

A SD é considerada um conjunto de atividades progressivas, planificadas, guiadas ou por um tema, ou por um objetivo geral, ou por uma produção dentro de um projeto de classe.

(CRISTOVÃO, Vera Lúcia Lopes, 2016, pg.14)

A SD acaba por ser mais uma trilha do que uma norma. Um espaço por onde andar. Que circunda os interesses do aluno, que em posição ativa, pesquisa, compreende, se desafia e aprofunda conhecimentos utilizando a tradução como aliada. No caso em tela, concepções em criminologia a partir da língua Espanhola. A pesquisadora Rosinda de Castro Guerra Ramos explicita as vocações e características gerais

em termos de Sequências Didáticas. O exercício que demonstraremos adiante em seara de Criminologia reúne diversos destes aspectos:

**Tabela 2 – Sequências didáticas.**

Sequências didáticas (SD) Línguas para Fins Específicos
1. Centralização nas necessidades do aluno, em gêneros textuais, temas e conteúdos relacionados às áreas de atuação do aprendiz
2. Objetivo de contribuir para que o aprendiz tenha condições de utilizar determinada língua estrangeira de forma autônoma em situações comunicativas específicas
3. Preocupação em contribuir para o desenvolvimento da autonomia do aprendiz Língua como meio/instrumento para um desempenho eficaz na situação-alvo
4. Material autêntico;
5. Trabalho partindo da compreensão geral para a detalhada, valorizando a conscientização
6. Crença de que os objetivos determinam a maneira como um texto é lido/produzido Uso da língua materna
7. Auto-avaliação
8. Desenvolvimento de estratégias de leitura, de léxico voltado para áreas específicas e de gramática discursiva
9. Preocupação em evitar que o gênero seja tomado como fôrma

Fonte: RAMOS, R. de C. G. 2004, pg.121.

Em suma, a tradução para fins específicos vai além do que anteriormente se chamava de tradução instrumental. Não requer apenas ao traduzir, conhecimento específico da área, mas além, torna aquele que traduz, acima de tudo, um pesquisador. Aquele que acolhe culturas,

imerge em contextos e sentidos e emerge com habilidades linguísticas e extralinguísticas que lhe habilita a uma nova visão de mundo.

## *TRADUCCIÓN EM EL ÁMBITO CRIMINOLÓGICO*

Entendemos que o estudo da criminologia, através do uso da tradução, auxilia o discente a ter proximidade com uma L2, com a cultura local de cada autor, bem como, estimula a pesquisa, afinando o seu discurso com um olhar mais crítico e sólido. O exercício que praticamos e em sala de aula tem seguido estes passos básicos:

**Primeiro:** O Discente faz a tradução em casa, de forma individual, já tentando perceber termos e conceitos que se referem aos conteúdos tratados no componente em pauta, bem como, dados sobre o autor e seu local de origem;

**Segundo:** Em sala de aula, em grupos de três ou quatro, confrontam suas traduções e identificam diferenças de tradução, entendimento e/ou interpretação de conceitos;

**Terceiro:** O grupo volta a pesquisar até chegar a uma tradução única;

**Quarto:** A partir de provocações do docente sobre períodos específicos do texto, cada grupo, através de seu relator, esclarece como entendeu o período destacado. Após o debate, chega-se a uma interpretação final para todos;

**Quinto:** a cada conceito ou expressão traduzida, os docentes são estimulados a fazerem a revisão em outros períodos no texto onde o mesmo aparece, e confrontarem se a tradução naquele outro contexto, permanece a mesma ou se altera;



**Sexto:** Com os conceitos identificados e traduzidos do texto passamos a aprofundar o conteúdo destes, contextualizando-os de forma sócio histórica;

**Sétimo:** debate aberto sobre o conteúdo criminológico estudado.

Passamos a expor um exemplo de tradução já realizada por nós. O texto usado como exemplo a seguir fora traduzido em sala de aula com a metodologia acima.

TEXTO:

*EL DERECHO PENAL Y LA CRIMINOLOGÍA: LA EDAD MEDIA NO HA TERMINADO*

EUGENIO RAÚL ZAFFARONI

*(Universidad de Buenos Aires. Corte Suprema de Justicia de la Nación Argentina - Buenos Aires, Argentina)*

Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM [www.ufsm.br/revista-direito](http://www.ufsm.br/revista-direito) v. 14, n. 2 / 2019 e39384 ISSN 1981-3694 (DOI): 10.5902/1981369439384

*EUGENIO RAÚL ZAFFARONI: (Buenos Aires, 7 de janeiro de 1940) é um jurista e magistrado argentino. Foi ministro da Suprema Corte Argentina de 2003 a 2014 e, desde 2015, é juiz da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Professor emérito e diretor do Departamento de Direito Penal e criminologia na Universidade de Buenos Aires.*

A seguir, são expostos trechos do texto utilizado, com a tradução final produzida de conceitos e expressões imprescindíveis ao entendimento do conteúdo tratado. Após, trechos em que se sugeriu a revisão em outros períodos em que tais conceitos reaparecem. Em ambos, primeiro aparece a sugestão primeira de tradução e após, a conclusão do grande grupo sobre o sentido conclusivo de tradução. Cabe frisar que as primeiras traduções (individuais) são geralmente

realizadas em dicionários ou até mesmo no Google tradutor. Após as primeiras discussões outros softwares e até mesmo sentidos de outros textos compõem a melhor tradução como final.

## DEL EJERCICIO

*(Es cierto que hubo **muchos brotes del poder punitivo**) Es verdad que hubo poder punitivo y derecho penal antes de la edad media (en China, Egipto, Mesopotamia, etc.) y también en nuestra América precolonial (Incanato, Tenochtitlán).*

*Los ochocientos años de poder punitivo **planetarizado** nos han enseñado que los estados han cometido la mayor parte de los crímenes graves. Sucesivas emergencias han sido alegadas desde los orígenes mismos para legitimar las peores masacres.*

Conceitos:

Poder Punitivo: Inicialmente: poder de punir – um poder que pune semelhante a um Deus castigador. Ao final: Poder Punitivo como sinônimo de Direito penal onde o Estado assume a função de retribuir o mal (crime) com o mal (pena)

Muchos brotes - Planetarizado: Inicialmente: Globalizado – de forma Globalizada. Ao final: Planetarizado como forma distinta de globalização, posto que o autor se refere a muitas formas de surgimento (mas de formas distintas) e não de um Poder punitivo unificado, globalizado.

*(El instrumento verticalizador fue el poder punitivo) El instrumento de **verticalización** de las sociedades colonizadoras fue precisamente el poder punitivo con su característica **confiscación de la víctima**, que reemplazó a los **modelos horizontales de solución de conflictos** de los germanos (composición, ordalías y establecimiento de **la verdad por lucha**).*

Conceitos:

Verticalização: Inicialmente: No sentido de colocar em pé, verticalizar, dar surgimento a estas. Ao final: no sentido de uma sociedade se sobrepôr a outras pelo direito penal, como foi o caso das sociedades colonizadoras.

Confiscación: Inicialmente: confisco – subtração. Ao final: Afastamento, Expropriação, aflição, posto que no direito penal não há alocação ou atenção para a vítima, nem no processo, nem em medidas sociais.

Modelos horizontales de solución de conflitos: Inicialmente: De forma horizontal, como se os pares pudessem solucionar conflitos, como se a decisão não viesse de cima. Ao final: No sentido de Alternativos! Posto que, ao momento sócio histórico referido no texto a pena única era a de Morte. Sendo assim, aplicação de composição: (banimento – desterro) ou Ordálias: (penas infames e penas cruéis) começaram a ser aplicadas àqueles que detinham títulos ou influência e que à Coroa não seria interessante matar. Assim chegaram os primeiros habitantes da América latina, por exemplo.

Verdad por lucha: Inicialmente: luta – disputa. Ao final: Imposição. A coroa e a inquisição não disputavam poder. Impunham. Impunham regras, verdades e credos.

Revisão:

*La **confiscación de las víctimas** reemplazó al **modelo horizontal** de efectiva solución de los conflictos por **el punitivo** de decisión vertical, que no lo resolvía, pero secuestraba a Dios, haciendo desaparecer **la ordalía** por innecesaria (se dejaba de convocar a Dios porque era prisionero del **señor**). A partir de ese momento los **conflictos** quedaron **colgados** y las víctimas se cosifican como meros datos al servicio del poder del **señor** en la cúpula de mando del estado.*

Confiscación: Confirmado o sentido vez que, neste período o autor mostra que, como o Estado não se importava com a vontade da vítima, aplicava soluções alternativas de punição ao Autor do crime de forma estratégica a lhe garantir privilégios.

Modelo Horizontal: Confirmado o sentido no trecho em que o autor coloca que o Poder Punitivo era vertical e utilizava formas alternativas de solução.

Poder Punitivo: Confirmado o sentido de Poder do Estado através do Direito Penal.

Tradução:

Colgados: Inicialmente: Pendurado - Enforcados Ao final: Suspensos, afastados. E aqui aparece um novo sentido para a expressão "conflicto", posto que, no contexto do período, o autor dá a entender do conflito do próprio Estado em ter que aplicar penas severas como a de morte, sendo resolvidos, ou suspensos, com a aplicação de medidas alternativas

(Nació la ciencia jurídico-penal) En torno del análisis de esas leyes y de sus Libris terribilis discurrió la llamada **recepción del derecho romano**, con el nacimiento de nuestro **saber jurídico penal** por obra de **glosadores y posglosadores**.

Conceitos:

Recepção do Direito Romano: Inicialmente: recepcionar- receber. Ao final: No sentido de Adotar, posto que, nossa legislação é talhada a partir do Direito Romano, por isso Latina, ou seja, do Latin!

Glosadores: Inicialmente: É também glosador em português. Ao final: Após estudo sobre este léxico em outras fontes do Direito os alunos compreenderam este como Intérprete, hermeneuta da norma escrita, sinônimo de normativistas! Uma classe de juristas Romanos que se apropriaram do direito de interpretar as leis.



Revisão:

*Pero entre tanto también los penalistas **herederos de la glosa** habían evolucionado y -convertidos en prácticos.*

*De este modo, puede decirse que los **glosadores volvieron a hacerse cargo** de la criminología.*

*El **normativismo** lo hace por vía del mayor contenido injusto y la culpabilidad de autor si se mantiene en la glosa, o de la etización **interpretada** por el estado si sigue a los prácticos, en tanto que el segundo opta por el mayor peligro policial ópticamente señalado.*

Glosadores: Os períodos acima confirmam a tradução como interpretes, hermeneutas. E mais, traz novos sentidos, na forma de crítica, quando aponta que os primeiros criminólogos não seriam mais do que simples interpretes da lei, operadores (*prácticos*) e não intelectuais que pensavam ou refletem sobre o todo. Em Criminologia, quando se usa léxicos como: Prático – Operador, se faz em uma conotação pejorativa. Ou seja, entende-se que estes em nada contribuem para o avanço da ciência e da sociedade por não possuírem um senso crítico sobre o seu fazer.

*(Sólo con el tiempo se fueron separando) No debe confundir el hecho de que ambas se hallasen **entreveradas** en los discursos de los primeros penalistas (glosadores y posglosadores) en los albores del saber jurídico de las jóvenes universidades. Sólo con el correr de los siglos **se fueron separando** en dos órdenes de conocimientos. En otras palabras: el derecho penal nació conteniendo el discurso criminológico.*

Tradução em contexto:

Entreverado: Inicialmente: conturbado-distorcido-inter-relacionados. De pronto os alunos (gaúchos) associaram desta forma pois o sentido que se tem deste léxico (também adotado no Sul) remete a confusão, briga (se diz: houve um entrevero lá na festa...). *Ao final*: perceberam que o sentido dado pelo autor era apenas de: misturados, infiltrados, indissociados. Neste ponto, o autor não aplica o termo de uso, mas sim e apenas de forma técnica.

Se fueron separando: Aquí fica confirmado que as duas ciências estavam misturadas e que foram se separando “enquanto ciência” posto que, enquanto discurso ainda estavam umbilicalmente ligadas (*el derecho penal nació conteniendo el discurso criminológico*).

*Éstos eran penados directamente por el hombre (patriarcado) y el príncipe sólo se ocupaba de eliminar a quienes incumplían sus funciones de mando (homosexuales) o de subordinación (mujeres **díscolas**).*

*(El ejército se **disciplinó** desde abajo y antes) La subordinación de la mujer y el rol del hombre como suboficial a cargo de tropa se habían fijado en todos los estatutos medievales entre los siglos X y XI, que **regulaban las relaciones sexuales** y de familia con un detalle muy superior al de la propiedad.*

Tradução:

Díscolas: Inicialmente: Desobedientes – Várias. **Ao final:** O sentido aqui está mais para disciplina que as Subjuga! Pois o texto trata das estratégias de afastar a mulher dos postos de comando e decisão.

Relações sexuais: Inicialmente: relações sexuais (entendendo que a igreja disciplinava tais relações atribuindo, em certos aspectos, a noção de pecado). *Ao final:* Relações de Gênero: lugar de cada Gênero na sociedade, pois até este momento, e em período antecedente ao medievo, a mulher era guerreira e também ocupava postos de liderança.

*(Retribucionistas y peligrosistas) Para legitimar ese poder punitivo del soberano sobre los enemigos (traidores e insubordinadas) los caminos de la **culpabilidad** y de la **peligrosidad** fueron irreconciliables desde el comienzo, enfrentando a penalistas y **administrativistas**. No obstante, ambos coincidían en la necesidad de matar a los homosexuales por traidores y también en que la mujer era inferior al hombre en inteligencia.*

*(Si es menos inteligente es menos reprochable, pero es más peligrosa) Pero los **retribucionistas** postulaban una menor punición para la mujer, justamente fundados en que su inferior inteligencia*

*la hacía acreedora a menor reproche, en tanto que los **administrativistas** les imponían las penas más graves (**combustión**) en razón de que eran más peligrosas en la emergencia satánica.*

Traduções conceituais:

Culpabilidad: Inicialmente: Culpa-ser alguém – Dizer-lhe responsável. **Ao final:** Culpabilidade aqui tem sentido de ser o terceiro elemento constitutivo do conceito analítico de crime: Tipicidade - Antijuridicidade - Culpabilidad. O autor se refere a construção histórica deste conceito.

Peligrosidad: Inicialmente: perigosidade-periculosidade como semelhança à insalubridade) **Ao final:** O sentido aqui está *linkado* está a ideia de reincidência, perigo “inato” a cometer crimes. Periculosidade em seara penal possui até hoje este conteúdo, ou seja, aquele que “é tendente ao crime” que seja um perigo para si e para a sociedade sua existência e ou permanência no convívio social.

Administrativistas: Inicialmente: Administrar –Administrador (no caso, aquele que gerencia o sistema penal) **Ao final:** Como já frisado antes no comentário sobre o léxico “Prático”, é usado aqui como termo pejorativo a julgadores pouco conhecedores do direito penal. Também chamados de: burocratas penais.

Retribucionistas: Inicialmente: sem uma tradução exata. **Ao final:** Diz-se, em seara criminológica, daqueles que acreditam que a prevenção da criminalidade se realize na retribuição do crime pela pena. São os anti reabilitacionistas! Concepção já ultrapassada na criminologia, pois hoje já se sabe que o *quantum* de pena ou a própria aplicação da pena não previnem a prática criminosa.

Tradução não conceitual:

Combustión: (não combustão) mas sim, Fogueira! A prática que se inicia em queimar “bruxas” na inquisição.

Emergencia: (não emergência) mas sim, Surgimento, estar inserido em práticas satânicas!

*A todo esto, los teóricos de la jurisdicción romana de los siglos XIV y XV habían elaborado un importante cuerpo doctrinario acerca de la **etiología** de la **emergencia satánica**. Los dominicos fueron sus autores –que eran los policías encargados de la inquisición- y su saber se llamó demonología. Esta fue la primera elaboración sistemática de una **teoría criminológica**, bien separada de los **balbucesos** fácticos de los primeros penalistas y por una vía que hoy se llamaría **etiológica**.*

*Pocas décadas después del **Malleus**, un médico protestante holandés, Weier o Wier, publicó en Basilea un libro en el que tampoco ponía en duda la inferioridad de la mujer ni el daño que causaban las brujas, pero afirmaba que eran mujeres a las que el enemigo, aprovechando su inferioridad biológica, enfermaba de melancolía, por lo cual proponía que fuesen entregadas al **poder médico**. E trataba de una medida de seguridad curativa para **inimputables peligrosos**.*

Traduções conceituais:

Etiología: Inicialmente: como estudo de causas das coisas ou de doenças) **Ao final:** Como “determinismos” causais biológicos (como a frenologia). Os primeiros estudos criminológicos são chamados de Criminologia Etiológica, que sobre o pretexto de perquerir causas determinavam perfis de criminosos criando estimatizações.

Teoria Criminológica Etiológica: Inicialmente: a mesma tradução, mas sem sentido pois tratava de conteúdo a ser estudado. **Ao final:** Teoria empunhada Por Césare Lombroso e Enrico Ferri: acreditavam que poderiam reconhecer um criminoso por suas características fenópticas. Teoria totalmente desprezada hoje em criminologia devido a seus efeitos estigmatizantes. O livro base chama-se: *L' homo delinquente* de 1876 que traz a ideia de criminoso nato.

Malleus: Inicialmente: sem tradução ou como sinônimo de Mal. **Ao final:** Trata-se do Livro *Malleus Maleficarum* (martelo das feiticeiras).



Conhecido como o “Manual do Inquisidor”. Referência aqui a uma sistematização de regras para fins de punição no medievo, quando então, crime e pecado eram considerados a mesma coisa.

Poder médico: Inicialmente: apenas Poder médico, mas sem conteúdo ou contexto. **Ao final:** Poder penal médico. O sentido criminológico apontado pelo autor se dá em razão de que a medicina protagoniza, desde a origem da criminologia, tornando-se um “poder paralelo” tanto dentro quanto fora do sistema penal.

Inimputables: Inicialmente: no sentido de “a quem não se pode imputar”) **Ao final:** Também no sentido penal, daquele a quem não se pode atribuir uma prática criminal por falta de condições mentais. O autor frisa, em período anterior, que a história atribuía à mulher esta condição inferior de compreensão e entendimento de seus atos.

Tradução não conceitual:

Balbuceos: Inicialmente: Balbucear - falar mal - primeiros passos). **Ao final:** bobagens, baboseiras, coisas sem sentido. O léxico está no contexto de que há hoje um desprestígio pelos primeiros autores criminológicos, entendidos como rudimentares, que o autor deixa claro em seu enunciado.

Revisão:

*(Los cuatro caminos para penar más al enemigo) En síntesis, (a) vemos que el **Malleus** y el **positivismo criminológico** enunciaron un modelo integrado en que la criminología tendía a **tragarse** al derecho penal, que no era más que un relevamiento de signos y síntomas para detectar policialmente a los enemigos.*

Significados:

Positivismo: Inicialmente: como ato de positivar, escrever normas. **Ao final:** como movimento filosófico que influencia todo o universo científico, bem como, o sistema penal como um todo. Influência de

hermenêutica ao “pé da letra” sem considerar condições socioculturais na aplicação do Direito Penal. Teoria já distanciada dos estudos criminológicos modernos.

Malleus e o Positivismo criminológico: Ambos são sistematizações ideológicas de base punitivista que visam o “controle social” tendo como mote o castigo na forma de prevenção e controle do fato criminológico.

Tragar-se: (não no sentido de trazer ou tragar). Mas sim, de ser engolido, sufocado. A criminologia sendo engolida, sufocada pelo Direito Penal.

Tradução em contexto:

*Los ochocientos años de poder punitivo **planetarizado** nos han enseñado que los estados han cometido la mayor parte de los crímenes graves. Sucesivas emergencias han sido alegadas desde los **Orígenes** mismos para legitimar las peores masacres.*

Planetarizado: Retomado aqui, esclarece (não no sentido de globalizado), mas sim, que atinge o planeta de formas diferentes, mas não com o mesmo contexto.

Orígenes: Inicialmente: princípio – origem. **Ao final:** com suporte de outro texto de criminologia entendeu-se pela referência a Orígenes de Alexandria, ou ainda o Livro de Orígenes. Cuja premissa básica era a de que os escritores da Sagrada Escritura haviam sido inspirados por Deus, portanto, que ela, era obra de Deus. Seria como dizer no período em tela: “os piores massacres se deram em nome de Deus”.

*(La criminología de la prudencia punitiva armoniza con el derecho penal de garantías) Se trataría de una criminología destinada a señalar el camino de la prudencia, de la cautela (**criminología cautelar**) y de un **derecho penal de contención** (de garantías), integrados en forma paritaria, sin pretensión de degluciones ni de sometimientos recíprocos.*

Criminologia cautelar: conceito cunhado pelo autor. O CONCEITO DE CRIMINOLOGIA CAUTELAR – EUGÊNIO RAUL ZAFFARONI. ... Assim, Zaffaroni (2012) propõe a contenção da violência, através da prevenção de acordo com a realidade e com o conhecimento dos acontecidos passados.

Derecho penal de Conteción: Neste sentido, a contenção prescrita pelo autor é dirigida ao Estado, vez que, segundo o mesmo, é do próprio Estado que sempre parte a maior cota de violência social. Ou seja, uma Criminologia de Contenção aos abusos do Estado.

*...producto de la distorsión de la información y la **incuria** de los teóricos, ejercido por policías autonomizadas y –además– corrupto y extorsionador*

*importa tanto desde la criminología como desde el derecho penal un programa dinámico, o sea, una actividad **militante** hacia un nuevo **derecho penal políticamente liberal** en el plano del mundo real.*

Incuría: Tem o sentido de *Incúria* em Português. Portanto, exige aqui que o tradutor possua um bom vocabulário na sua língua materna. Deste modo, Incúria = Desleixo, descuido.

Actividad militante: No contexto de *militância jurídica* vem a ser aquele que age sem que seja provocado. Diz-se do judiciário (que deve agir somente sob provocação) quando toma a frente de questões por iniciativa própria. Hoje, pejorativamente, sinônimo de “liberalismo jurídico” (**derecho penal políticamente liberal**)! Porém, o próprio autor, quando magistrado, defendia a militância judicial como forma de aplacar obscuridades e omissões da Lei.

*Si bien no siempre la opción por el estado social llegó a buen puerto, la del estado **gendarme** invariablemente acaba muy mal, porque a la larga los excluidos se resisten, aumenta la conflictividad y ésta termina en su masacre o en un caos con alto costo de vidas humanas y detención o regresión del desarrollo.*

*Gendarme*. Inicialmente: No sentido de Guarda ou Polícia. **Ao final:** A melhor interpretação nos pareceu ser no contexto usado em criminologia como “Estado Beligerante”. Estado armado, aparelhado, subjugador e violento.

## BORRANDO LAS LUCES

A experiência singela que aqui se narrou, não teve como meta firmar uma tradução definitiva sobre termos e conceitos no texto em comento. Não há um intuito comercial ou acadêmico em compartilhar as traduções. O sentido desta, é puramente didático, pedagógico. Certamente outros ao se debruçarem sobre este texto e outros por nós traduzidos, podem encontrar outros sentidos. No entanto, o caminho da tradução nos aponta pontos de referência e de curiosidades. E a partir destas, juntos, docente e discentes motivam-se a procurar, pesquisar e aprofundar ideias e conceitos trazidos pelos autores objeto de estudo.

Muitos já foram os textos traduzidos em sala de aula. Inclusive, em muitas das experiências houve a produção de conteúdos em espanhol na forma de comentários e até mesmo perguntas dirigidas a seus autores. Perguntas acerca do que queria dizer o autor em certa narrativa. Perguntas sobre aprofundamento de conceitos dos quais os autores tenham cunhado. Bem como, viagens para congressos onde os autores figuravam, com direito a apresentações pessoais e conversas.

É fácil perceber que quando se lê um texto em língua nativa, quando tendemos a compreender quase tudo que ali é posto, este não nos gera em regra, um interesse além do próprio conteúdo. No entanto, quando do esforço empregado para realizar uma simples tradução para fim específico, há um exercício de imersão gigantesca. Discentes quando no dia de aula de criminologia, sabiam que era dia de: *Buenas Meste! Los saludo chicos e chicas! Muy bien! Estupendo! Hasta luego!*



Acabamos nos sentindo, no percurso e ao final, mais próximos de cada autor, de *contenidos*, de culturas, de lexos de uso e instrumentais que nos faz sentir vontade de *conocer más*. De ir além. O caminho é bonito aos olhos de quem quer ver beleza. É motivador. Nos coloca como aprendizes e parte de construções. E as palavras aqui se curvam, e elas são: *Gratitud! Agradecimiento!*

Pois, o caminho de singelas traduções que temos realizado tem nos dados este presente, a vontade de continuar... *a caminar el camino!*

## REFERÊNCIAS

CARVALHO, S. *Criminologia cultural, complexidade e as fronteiras de pesquisa nas ciências criminais*. Coordenadora Ana Elisa Liberatore S. Bechara. Revista Brasileira de Ciências Criminais - IBCCRIM. São Paulo: Revista dos Tribunais, ano 17, n. 18, nov./dez. 2009. p. 322.

CRISTOVÃO, V. L. L.; STUTZ, L. *Sequências didáticas: semelhanças e especificidades no contexto francófono como L1 e no contexto brasileiro como LE*. In: SZUNDY, P. T. C. *et al.* Linguística Aplicada e sociedade: Ensino e aprendizagem de línguas no contexto brasileiro. Campinas: Pontes Editores. 2011, p.17-39.

DOLZ, J. 2002. *No es suficiente practicar la lengua, hay que observarla*. Cuadernos de Pedagogía, 330:32-36, 2002.

DOLZ, J.; SCHNEUWLY, B. *Pour un enseignement de l'oral: initiation aux genres formels à l'école*. Paris: ESF éditeur, 1998.

FERRELL, J. *Cultural Criminology Unleashed*. London, Glasshouse Press (2016).

FERRELL, J. Crime and Culture. In: HAYWARD, K.; WAHIDIN, A.; HALE, C. *Criminology*. London/New York, Oxford University Press, 2007.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação de culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

HURTADO, A. A. *Cad. Trad.* Florianópolis, v. 40, nº 1, p. 367-416, jan-abr, 2020.

RAMOS, R. C. G. Instrumental no Brasil: a desconstrução de mitos e a construção do futuro. In: FREIRE, M.; ABRAHÃO, M. H. V.; BARCELOS, A. M. F. (org.). *Linguística Aplicada e Contemporaneidade*. Campinas, SP: Pontes, 2005 p. 109-123.

RAMOS, R. C. G. *Gêneros textuais*: uma proposta de aplicação em cursos de inglês para fins específicos. *The ESpecialist*, 2004, v. 25, n. 2, p. 107-129.

RAMOS, R. C. G. *Revisitando o ensino-aprendizagem de línguas para fins específicos: para onde caminhamos?* I Congresso Nacional de Línguas para Fins Específicos, Vitória (ES) 2009.

# 22

Sarah Thayne Rodrigues Silva dos Santos

Viviane Cabral Bengezen

## **A ÉTICA RELACIONAL EM UMA PESQUISA NARRATIVA COM UMA MULHER CIS E UMA MULHER TRANS**

DOI: 10.31560/pimentacultural/2021.936.528-550

## INTRODUÇÃO<sup>120</sup>

Este capítulo é parte dos resultados da pesquisa de Mestrado em andamento de uma das autoras, Sarah, orientada pela segunda autora, Viviane. O foco de nossa investigação é o conceito de feminino no campo dos Estudos da Linguagem, cujo objeto de estudo é a relação entre língua, linguagem e cultura nas significações e representações das interações humanas, em diferentes contextos sociais e culturais. Nosso objetivo, com a escrita deste capítulo, é compreender mais profundamente a ética relacional, a partir das histórias das experiências narradas por Sarah, uma mulher cis, e Rinara, a participante da pesquisa e mulher trans. Para atingir esse objetivo, trilhamos o caminho teórico-metodológico da pesquisa narrativa, na perspectiva de Clandinin e Connelly (2015), fundamentadas em uma perspectiva indisciplinar *queer* da Linguística Aplicada, segundo Fabricio (2017), Jesus (2019), Livia e Hall (2010) e Moita-Lopes (2006), abordando os estudos de gênero performativos, de acordo com Butler (2006), Jesus (2014) e também, conceitos e problematizações do movimento transfeminista, conforme Dumerasq (2014), Bagagli (2014) e Luppi (2019).

Antes de entrar em contato com a participante em janeiro de 2020, Sarah estava ansiosa, pois nunca convivera com uma mulher trans, nem investigara narrativamente experiências vividas e as histórias que contamos dessas experiências. Não estava segura quanto aos instrumentos para composição de textos de campo e quanto à forma que seu texto de pesquisa teria, durante a escrita da dissertação. Ela decidiu pesquisar sobre a transexualidade após vivenciar algumas experiências relacionadas ao tema, e ter narrado algumas histórias no início de sua pesquisa. Essas histórias são: “O que pode ser uma mulher trans?” e “Problematizações no meio do caminho”.

<sup>120</sup> Trabalho desenvolvido com fomento de bolsa de mestrado CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).



Na primeira história, Sarah conta que quando era adolescente, assistiu a uma peça de teatro, em que a atriz principal era uma mulher trans. Alguns anos mais tarde, foi atendida por uma enfermeira trans. Naquela época, ela pensava que só existia o modo heteronormativo de ser mulher e na época da escola, não teve a oportunidade de pensar e problematizar as formas de (re)existências das mulheres.

Na segunda história, Sarah conta que em 2014 começou a cursar Psicologia e a estudar as diversas formas de sofrimento humano. No final de 2017, participou do *XIX Encontro Nacional ABRAPSO “Democracia participativa, estado e laicidade: Psicologia Social e enfrentamentos em tempo de exceção”* e teve a oportunidade de ouvir a experiência de uma professora antropóloga desenvolvendo atividades no ambulatório especializado para pessoas LGBTQ+, da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), junto a duas pessoas com disforia de gênero<sup>121</sup>: uma queria a cirurgia de redefinição de sexo e outro queria desfazer a cirurgia, por não ter se adaptado ao novo corpo. Nesta mesa, com a professora, havia uma travesti transfeminista e também trabalhadora sexual, que falou sobre como é ser uma travesti de meia-idade, trabalhadora sexual e trans militante de um sindicato. Muito interessada por esses temas, em 2018 Sarah desenvolveu o Trabalho de conclusão de curso (TCC) em Psicologia, analisando os fragmentos de discursos presentes nos vídeos da *youtuber* Thiessa Woinbackk e sua performance de gênero na internet. Quando terminou a graduação, percebeu que queria dar continuidade nos estudos sobre a transexualidade e iniciou sua pesquisa de mestrado, porque desejava desenvolver uma pesquisa que estudasse a relação da linguagem e da cultura, em relação à transexualidade na atualidade, ou seja, queria desenvolver uma pesquisa em que se aproximasse da vida de mulheres trans.

121 Disforia de gênero, no DSM-5 (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais), é o sofrimento clínico significativo apresentado pela incongruência entre o sexo biológico (nascimento) com o sexo psicológico (identidade de gênero).

A partir dessas narrativas iniciais, Sarah começou a se perguntar como ela se expressaria, enquanto pesquisadora narrativa iniciante, quando entrasse em contato com uma mulher trans? Quais histórias contaria? Quais temas abordaria? Quais conflitos e tensões enfrentaria?

Adotando o conceito da ética relacional (CAINE, *et al*, 2019) e com o objetivo de entender a relação entre pesquisadora e participante, mulheres cis e trans gênero, como cada uma vive e narra suas histórias de ser mulher, quais histórias elas escolhem para viver, quais histórias contam e como se expressam no mundo, fez a composição de sentidos conforme Ely, Vinz, Downing e Anzul (2005), com a participante da pesquisa, com foco nas tensões entre suas concepções, enquanto pesquisadora, e da participante, além dos desafios de uma pesquisadora narrativa iniciante, no do espaço tridimensional da pesquisa narrativa. Esta pesquisa é fruto de inquietações sobre o feminino, sobre a transexualidade, sobre o que é ser mulher para cada uma das envolvidas, e esperamos que este trabalho ajude pessoas que não têm familiaridade com este tema, além de contribuir para os debates sobre a cissexualidade, a transexualidade e o feminino na área dos Estudos da Linguagem.

Este capítulo está organizado da seguinte forma: apresentaremos o referencial teórico que baseamos o nosso estudo, a metodologia que usamos, depois narramos as experiências e apresentamos as composições de sentido e por fim, apresentamos as conclusões. Os resultados desta pesquisa assinalam para a edificação da ética relacional entre uma pesquisadora (mulher cis) e participante (mulher trans), a criação de um espaço seguro e o compartilhamento de histórias secretas.

## REFERENCIAL TEÓRICO

A fim de nos ajudar a compreender a ética relacional nessa pesquisa narrativa com uma mulher trans, utilizamos a seguinte fundamentação teórica: 1) apresentamos os conceitos principais que transpassam a transexualidade (SANTOS, 2017; JARDIM, 2016; RODRIGUES, 2016); 2) apresentamos as problematizações dos conceitos através de teorias do movimento transfeminista (DUMARESQ, 2014; FERREIRA, 2017; BAGAGLI, 2014); depois falamos sobre a importância de incluir pautas trans no movimento feminista cis (LUPPI, 2019); além de apresentarmos a ética relacional e a experiência de “viajar entre mundos” (CLANDININ, *et al*, 2012; LUGONES, 1987).

Para compreendermos a transexualidade, expomos alguns conceitos que permeiam a construção do seu sentido. O primeiro conceito é de heteronormatividade, que diz respeito ao que regula ou que segue a norma. Essa palavra origina, culturalmente, quais são as regras e o que é normal em uma relação heteroafetiva. Especificamente no contexto desta pesquisa, que foi realizada em uma cidade do interior do Brasil, entendemos que a heterossexualidade e a heteronormatividade estabelecidas na cultura brasileira têm um contexto histórico, pertinente com natureza particular de poder, em um apurado tempo e espaço (SANTOS, 2017).

Outro conceito importante a ser ressaltado para ajudar-nos na compreensão do feminino é o conceito de cisgênero. O prefixo “cis” tem a sua origem desconhecida, entretanto, sua utilização nos grupos trans começou na década de 90. Dumerasq (2014) assinala que não se podem restringir os termos exclusivamente ao ambiente acadêmico, de tal modo que ela expõe a opinião de diversas mulheres trans sobre o que elas percebem ser a cisgeneridade.

Elencamos duas definições, das cinco apresentadas por Dumaresq (2014) sobre o conceito de cisgênero, a iniciar pela definição de Julia Serrano (2011), que é marcada pelo biologicismo do saber médico e da patologização das pessoas transgêneras, limitando-se somente aos aspectos físicos:

Como alguém que foi designada masculina ao nascer, mas que vive e identifica-se como feminina, eu devo ser descrita como uma mulher transexual, mulher transgênera ou mulher trans. Aquelas mulheres que (diferentes de mim) foram designadas femininas ao nascer, devem ser descritas como mulheres cissexuais, mulheres cisgêneras ou mulheres cis (DUMARESQ, 2014, p. 1).

A segunda definição que apresentamos é a de Hailey Kaas, que mostra uma disposição diferente no movimento transfeminista, pois oferece um entendimento político, da cisgeneridade não como um aspecto biológico e psíquico, mas como uma configuração de expressão da identidade. A definição abaixo mostra o motivo de esse termo abranger as diversas formas de sentido sem perder o contexto histórico, semântico e a realidade das pessoas trans:

[...] ser cis é uma condição principalmente política (mas não só). A pessoa que é percebida como cis e mantém status cis em documentos oficiais não é passível de análise patologizante e nem precisa ter seu gênero legitimado. Ora, homens são homens, mulheres são mulheres e trans\* são trans\* correto? Não. Historicamente a ciência criou as identidades trans\* (e por isso já nasceram marginalizadas), mas não criou nenhum termo para as identidades consideradas “naturais”. É por isso que a adoção do termo cis denuncia esse pseudo status natural. Nomear cis é o mesmo processo político de nomear trans\*: aponta e especifica uma experiência e possibilita sua análise crítica. Nas produções acadêmicas contemporâneas, tanto das ciências médicas quanto das sociais, a identidade trans\* é colocada sempre sob análise, tornando-se, compulsoriamente, objeto de crítica. Ao nomearmos xs “normais” possibilitamos o mesmo, e colocamos a categoria cis sob análise, problematizando-a. *Buscamos o efeito político de elevar o status de pessoas cis ao mesmo das pessoas trans\*: se pessoas trans\* são anormais e doentes mentais,*



*“pessoas cis também o são, suas identidades também não são ‘reais’; se pessoas cis são normais e suas identidades naturais, pessoas trans\* também são normais e suas identidades tão reais quanto.” (DUMARESQ, 2014, p.1 grifo da autora).*

Nada obstante, Dumaresq (2014) problematiza que a questão não atendida pela cisgeneridade condiz com a exclusão das pessoas trans, pois assim como se fala de gênero e corpo, as histórias de vidas trans desaparecem. A autora faz uma crítica e alerta aos pesquisadores acadêmicos que ultrapassam o limite metodológico, cometendo erros conceituais e proferindo falsas conclusões, alertando-nos, de tal modo, que devemos tomar cuidado com as pesquisas pseudocientíficas. Concordamos com a autora reconhecendo que, além de conhecer teorias e conceitos, enquanto pesquisadoras devemos abranger, apreciar e honrar as histórias da participante desta pesquisa, ter cuidado com a forma com que as experiências vividas por ela são representadas neste texto e como ela entende as teorias que versam sobre ela. Além disso, Sarah tem buscado se analisar, enquanto mulher cis, balançando as implicações que a colocam na categorização normativa.

Além da cisgeneridade, é necessário apontarmos as implicações da cis-heteronormatividade, como um conjugado de normas que estão pautadas à imposição da concordância entre a realidade corporal e a realidade psíquica. Dessa forma, uma pessoa nasce com um determinado sexo e gênero e assim se expressa ao longo da vida, sem ambiguidades corporais ou psíquicas (JARDIM, 2016).

Jardim (2016) observa que a imposição da cisnormatividade também inclui quando pessoas trans decidem submeter-se ao processo de hormonização e cirurgias (redesignação sexual). Desse jeito, a sociedade obtém uma aproximação dos protótipos normativos de masculinidade e feminilidade. Um exemplo claro disso, é quando uma mulher trans resolve passar por procedimentos hormonais e estéticos, num anseio de se aproximar dos padrões normativos de como uma mulher deve ser. Quando isso acontece, dizemos que ela é “passável”.

A experiência identitária transexual é arquitetada e amparada pela passabilidade. A passabilidade, de “passar por”, é o atributo de pessoas trans performarem como pessoas cis. É a qualidade de conseguir extinguir ao máximo seu sexo biológico e adotar características sociais e normativas do sexo que ambiciona ser reconhecido. Esta atuação aponta para a fabricação social de gênero, quando estes sujeitos performam sua aparência e comportamento (FERREIRA, 2017).

Dessa forma, falar de cisgeneridade envolve os conceitos de gênero e sexo. Ou seja, inclui falar sobre abjeções, normatividades, resistência, equívocos, alteridades, lugares de fala e também sobre questões linguísticas e dicotômicas que os termos cis e trans pensam e problematizam. É impossível pensarmos a transexualidade sem apontar o conceito e a problemática cis, pois ao conectarmos os conceitos, é possível determinar em uma sociedade o que é “normal” e também o que é “anormal”, tendo a sexualidade como referência, além de, na esfera política, pensarmos em formas de resistência a esse sistema de heterocisnormatividade. Essa é a particularidade que define o transfeminismo. É através da resistência à normatividade que as vozes das pessoas trans marginalizadas (que vivem nas margens da sociedade normativa) vão se emergindo (BAGAGLI, 2014).

A falta de noção das histórias vividas e narradas beneficia o controle biopolítico dos corpos e das identidades trans, tendo como referência as demandas feministas relacionadas às mulheres cis brancas, hetero e de classe média, em sua maioria (BAGAGLI, 2014). Por conseguinte, essa é a deixa para falarmos sobre como é importante à inclusão de pautas trans no movimento feminista cis. Luppi (2019) diz que o movimento feminista é mais eficaz quando todas as mulheres (cis e trans) se unem e dialogam. Colocamos abaixo o trecho em que a autora defende seu ponto de vista:

Precisamos das mulheres trans, em primeiro lugar, porque precisamos das mulheres em geral, de cada uma delas, com

suas experiências e diferenças. Mas não só isso, precisamos das mulheres trans especificamente para nunca esquecermos que ser mulher não é uma identidade definida positivamente, a partir de características (biológicas ou não) que nos igualam. Na nossa sociedade, em geral, ser mulher significa antes de tudo que somos oprimidas diariamente pelo machismo. O patriarcado-capitalista tem efeitos diferentes sobre as mulheres cis e trans, brancas e negras, heterossexuais e não-heterossexuais, mas tem efeito sobre todas nós, enquanto mulheres. Ser mulher é uma "identidade negativa", ou seja, que não se constitui por nossas características comuns, mas por nossa opressão em comum. Ser feminista, nesse sentido, é assumir que nossa própria existência enquanto mulheres desafia todo um sistema de exploração e opressão. (LUPPI, 2019, p. 1).

Dessa forma, concordamos com Luppi (2019), quando diz que nós, mulheres, devemos nos unir em prol do movimento feminista cis e trans, pelas seguintes questões: refletir e problematizar sobre a violência machista, prostituição e exploração do trabalho feminino; perceber o pretexto sobre exclusão de mulheres trans da pauta feminista; conhecer histórias de vida de mulheres trans e os procedimentos de transição; refletir sobre os múltiplos conhecimentos sobre os privilégios e os estereótipos de gênero; além de pensar sobre as desigualdades sistematizações e problematizações do que é ser mulher.

Considerando os conceitos abordados, complementamos ser através da ética relacional que participantes e pesquisadoras vão compondo um espaço de investigação narrativa por meio da vida, do contar e recontar de histórias, que moldam o nosso viver, ou seja, o modo como imaginamos e vivemos a pesquisa. Dessa forma, cria-se um espaço seguro para explorar, improvisar e experimentar outras possíveis narrativas de quem as pesquisadoras e as participantes podem ser e se tornar (CLANDININ, *et al*, 2012) – experimentar o exercício de viajar para o mundo do outro (LUGONES, 1987). Esse "viajar entre mundos" é uma experiência construída através de conceitos, normas, linguagens e relações interpessoais, ou seja, é um mergulho no mun-

do do outro, que exige flexibilidade e compreensão do viajante. Esse processo engloba a transformação de si mesmo e a disponibilidade de aprender novas formas de se perceber no mundo, compreendendo como a outra pessoa é e, também, como ela nos vê.

## METODOLOGIA

Este texto é fruto de uma pesquisa narrativa (CLANDININ, CONNELLY, 2015) fundamentada em uma perspectiva *queer* da Linguística Aplicada (BUTLER, 2006; FABRICIO, 2017; JESUS, 2019; MOITA-LOPES, 2006), pois procuramos contar as histórias vividas por Sarah e Rinara, por meio da composição de sentidos das experiências, buscando pontos de tensões com as histórias vividas e honrar as experiências delas, considerando e compreendendo a ética relacional.

A pesquisa narrativa é o estudo das experiências como histórias, com a preocupação em compreender como cada um narra certas experiências, de acordo com os lugares que ocupam nas paisagens do conhecimento (CLANDININ; CONNELLY, 1995). Porém, existe uma diferença entre pesquisa narrativa e pesquisa com narrativas.

Segundo Barcelos (2020), entende que a pesquisa narrativa se define como uma abordagem dos dados da pesquisa na perspectiva de composição de sentidos. Dessa forma, há um aprofundamento e intervenção da visão de mundo (pessoal e profissional) dos pesquisadores no processo de composição de sentidos das narrativas. Também é necessário ressaltar que neste tipo de pesquisa, há a necessidade de se atentar para a temporalidade, que se caracteriza como as experiências passadas e o desejo de futuras e novas; a sociabilidade, que abrange os sentimentos, esperanças, desejos e reações dos pesquisadores e participantes; e por fim, a espacialidade, ou seja, o contexto



da pesquisa e a história dos participantes. Em relação ao entendimento de temporalidade, entendemos que estamos sempre nos desenvolvendo e sempre em processo de “tornar-se”.

Já a pesquisa com narrativas, se caracteriza como uma auto-narrativa, histórias de vida, autobiografias ou histórias de aprendizagem, para se referir à utilização das narrativas na forma de pesquisas qualitativas como coleta de dados. (BARCELOS, 2020). Também, é representada pelo caráter ficcional, no intuito de estudar as estruturas narrativas, ou seja, fazer uma análise de obra literária, trazendo como aparato teórico as teorias da literatura (CLANDININ, CONNELLY, 2015).

Sobre a pesquisa narrativa, Bengezen (2020) aponta que ela provoca um (re)pensar narrativamente, no qual os pesquisadores narrativos terão o seu olhar sobre o mundo transformado e também, deverão respeitar as diversidades e os diferentes pontos de vistas. Durante a pesquisa, os pesquisadores enfrentarão alguns desafios, dentre eles são: estruturar os objetivos da pesquisa, delimitar o tema e prestar atenção em qual é a relevância social da pesquisa. O diferencial da pesquisa narrativa é que ela foca na forma como as pessoas narram a sua experiência vivida, observando a ética relacional entre participantes e pesquisadores.

Quando os pesquisadores entram no campo de pesquisa, encontram histórias que já se iniciaram e também, quando saem do campo, há histórias que ficam pela metade. Ao fazer os movimentos de viver, contar, reviver e recontar, os pesquisadores narrativos buscam honrar as histórias dos participantes, na cocomposição de sentidos. Por isso, colocando as narrativas em destaque e ao cocompor sentidos delas, é aberto um espaço para a investigação de temas que são importantes para os participantes e que muitas vezes são ignorados. Assim, ao criarmos esse espaço de problematização das experiências, estamos honrando e valorizando os participantes da pesquisa e permitindo que os pesquisadores se posicionem e prestem atenção em

quem são e quem estão se tornando, no espaço em que estão inseridos e nos contextos que vivem (BENGEZEN, 2020).

Por isso, em relação à pesquisa, estivemos o tempo todo considerando e questionando se o recinto era acolhedor para as participantes; se elas se sentiriam seguras para dividir suas histórias; se os lugares as faziam lembrar-se de histórias ocorridas; seria provável visitar essas histórias? Seriam histórias sagradas, secretas ou de fachada<sup>122</sup>? Quais histórias contariam a partir dessa experiência? Como Sarah agiria, enquanto pesquisadora narrativa iniciante, preocupada com a ética relacional? Quanto ele falaria e quanto escutaria na pesquisa narrativa?

Sendo assim, são duas participantes são: Sarah, mulher cis de 24 anos; e Rinara, mulher trans de 26 anos. As duas moram em uma cidade do interior de Goiás e optaram por usar nossos nomes reais. Nesta pesquisa, Sarah e Rinara viveram um processo de colaboração mútua que abarcou muitas negociações, durante o desenvolvimento da pesquisa. Para tanto, significou que elas arquitetassem um relacionamento ético, no qual concebesse um espaço seguro que proporcionasse o compartilhamento de suas histórias, ou seja, precisou que criassem um espaço seguro.

Por conseguinte, o espaço seguro é marcado por um lugar de conversação para participantes e pesquisadoras se vincularem, ou seja, para desenvolverem e cultivarem um relacionamento. É um espaço relacional recíproco que permite empreender outras prováveis

122 Clandinin e Connelly (1995) utilizam a metáfora da paisagem do conhecimento profissional e, com base em Crites (1971), esses autores entendem que as pessoas vivem e contam histórias sagradas, secretas e de fachada nessa paisagem. Histórias secretas são aquelas vividas e narradas somente em lugares seguros, sobre quem somos, o que fazemos e o que sabemos. As histórias sagradas são histórias tomadas por certas, não questionadas, impostas, que não consideram o conhecimento prático pessoal das pessoas e que são vividas e contadas nas instituições (igreja, escola, família etc.). As histórias de fachada são aquelas que vivemos quando queremos nos encaixar no sistema isto é, quando precisamos nos adequar às histórias dominantes das instituições.

histórias e também as tensões que compoem o contar e o recontar de histórias (CLANDININ, *et al*, 2012).

Desta feita, é por meio da ética relacional que participantes e pesquisadoras vão compondo um espaço de investigação narrativa por meio da vida, da contagem e recontagem de histórias, que moldam o nosso reviver, ou seja, o modo como imaginamos e vivemos a pesquisa. Dessa forma, cria-se um espaço seguro para explorar, improvisar e experimentar outras possíveis narrativas de quem as pesquisadoras e as participantes podem ser e se tornar. Estar em um espaço seguro, denota prestarem atenção às tensões, para as histórias que nos constituem e que arquiteta as relações entre as participantes e as pesquisadoras, e as suas respectivas responsabilidades (CLANDININ, *et al*, 2012).

[...] A realidade da pesquisa colaborativa com participantes, no entanto, é que a mesma tende a mudar ao longo de seu desenvolvimento. O papel dos participantes pode mudar ao longo de seu desenvolvimento. O papel dos participantes pode mudar durante o estudo, e isso inclui tornar-se um pesquisador, um interpretador e mesmo um coautor do relatório final da pesquisa. Tais papéis podem não ter sido antecipados quando o pesquisador fez seu contato inicial para solicitar sua participação no estudo. (CLANDININ; CONNELLY, 2015, p. 221).

## NARRANDO AS EXPERIÊNCIAS

Durante o desenvolvimento do relacionamento ético, entre Sarah e Rinara, houve algumas questões que preocupavam a Sarah, enquanto pesquisadora, em relação à postura, a escuta, o relacionamento que estava construindo com a participante, a percepção que Rinara tinha dela e sobre o que ela pensava sobre a pesquisa e a sua participação. A seguir, expomos dois aspectos que refletimos sobre como Sarah se expressava enquanto pesquisadora narrativa iniciante.

## A ANSIEDADE DE UMA PESQUISADORA NARRATIVA INICIANTE

No início do mestrado, Sarah estava insegura sobre como desenvolver uma pesquisa narrativa e como deveria se comportar, enquanto pesquisadora narrativa iniciante, frente a participante. Ela pensava que a minha falta de conhecimento na área e ao fato de não ter convivido com mulheres trans, poderia prejudicar no desenvolvimento da pesquisa. Sendo assim, por causa dessas justificativas, se sentia preparada para conversar com a participante.

Todavia, apesar de todas essas incertezas, a pesquisadora narrativa iniciante marcou de encontrar com Rinara, em sua casa, como ela desejara. No primeiro encontro delas, em janeiro de 2020, Sarah chegou ao local e a participante a convidou para entrar na casa de sua mãe, que estava lá e a recebeu cordialmente. Rinara disse que seria mais adequado elas conversarem em sua casa, que ficava no fundo da casa de sua mãe, então foram até lá.

Agora, em um ambiente tranquilo e silencioso, Sarah se apresentou novamente, retomou como consegui o contato dela (com uma amiga de mestrado da Sarah que estudou com Rinara na adolescência), articulou do que se tratava a pesquisa e se ela confirmava a sua participação. Ela concordou, leu e assinou o TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido) e o termo de autorização de imagem.

Durante a conversa, Sarah observou que Rinara falava muito, fato que achou bom, pois não sabia como agir e não preparara perguntas previamente. Ela queria que tivessem uma conversa (sem roteiros) e que os assuntos partissem da participante, de acordo com a sua disponibilidade de falar. Sendo assim, a postura da pesquisadora narrativa iniciante frente à participante, primeiramente, foi de ouvi-la. Sarah percebeu que Rinara se sentia incomodada



com o fato de não ter nenhuma pergunta pronta. No entanto, ela reforçou várias vezes que estava ali para escutá-la e que a participante poderia me falar o que quisesse.

Em seguida, as duas foram conversando sobre a história de Rinara, passando por sua infância, adolescência, a transição e sobre a sua espera da cirurgia de redefinição sexual. Em algum momento da conversa, Sarah tentou interrompê-la e solicitou para que confeccionasse uma linha do tempo, com os eventos mais importantes da sua vida. Ela levou folhas *chamex* e canetas. A participante pegou os materiais e começou a fazer, apesar disso, cessava e contava mais histórias. Nesse momento, Sarah percebeu que Rinara estava mais interessada em contar sobre a sua história oralmente, do que confeccionar a linha do tempo. Então, ela escreveu na folha, somente frases soltas com poucas datas e acontecimentos.

Naquele dia, quando a pesquisadora narrativa iniciante saiu da casa da participante, escreveu uma narrativa como se fosse Rinara contando a sua própria história e levou para o segundo encontro e leram juntas. Quando Sarah mostrou à narrativa, Rinara ficou entusiasmada, pois, marcava o início da pesquisa e também relatou que estava feliz em ajudar contando suas experiências. A leitura foi feita no *notebook* da Sarah e, ao mesmo tempo, foram acrescentando e modificando as partes do texto. A participante deu um título para a sua história, chamou-a de “Vivendo a transexualidade”.

No terceiro encontro, as duas conversaram sobre a relação de Rinara com a sua mãe e o seu padrasto, e também como eles eram influenciadores na vida dela. A participante relatou que a relação com a sua mãe era de carinho, amor e apoio; com ela aprendeu a ser intensa frente às adversidades da vida, a trabalhar e conquistar as suas coisas. Em relação ao seu padrasto, abordou a convivência harmônica e amorosa, que ultrapassa a relação de pai e filha: tem diálogo, brigas, conflitos e amizade. Rinara não tem convívio com o seu pai biológico, e considera o seu padrasto como pai.

Outro assunto abordado por Rinara era de como gostaria de ter um emprego, para que pudesse ser independente. Apesar disso, contou como é difícil manter vínculo empregatício, sendo uma mulher trans, devido às diversas situações em que ela se sente constrangida pelos seus chefes ou pelos seus colegas de trabalho.

Neste dia, Sarah saiu da casa de Rinara com o compromisso de que retornaria para que continuássemos conversando e pensando sobre a pesquisa. No entanto, não foi possível, já que foi decretado à pandemia do coronavírus, pela OMS (Organização Mundial de Saúde). Durante a pandemia, elas ficaram impossibilitadas de se encontrarem, pois, estavam sob o risco de contaminação. Então, conversaram através das redes sociais, com regularidade.

Contudo, no começo do relacionamento ético entre pesquisadora e participante, Sarah ficava com temor de mandar mensagens para Rinara, com a insegurança de estar incomodando. Apesar disso, o interessante foi quando a pesquisadora narrativa iniciante passava muitos dias sem contatar a participante, pelo *WhatsApp*, ela a procurava. Assim, o contato das duas na pandemia passou a ser diário. Rinara pedia notícias corriqueiramente de como estava à pesquisa e era solícita em oferecer ajuda para o que quer que fosse.

Decidimos narrar essa história, pois ela mostra a insegurança da Sarah em não ser uma boa pesquisadora narrativa. Durante o desenvolvimento do relacionamento ético dela com a Rinara, houve algumas questões que a preocupava, no qual vamos abordar a seguir.

## O QUE É SER UMA PESQUISADORA NARRATIVA?

Quando Sarah começou a pesquisa, sabia como se comportar como psicóloga e estava com a escuta treinada conforme as técnicas que aprendeu na graduação de Psicologia. Entretanto, a pesquisa nar-

rativa tinha outra perspectiva e ela estava começando o processo de se tornar uma pesquisadora narrativa e entendeu que precisaria ter paciência para compreender esse novo olhar sobre o mundo, do qual não estava acostumada.

Escutar exige uma postura atenta, ativa e demonstra empenho em conhecer o mundo do outro. Essa pesquisa permitiu que Sarah exercitasse a empatia e alteridade, antes de se autorizar e posicionar como pesquisadora. Além de ser um espaço para apresentarmos as histórias da perspectiva de quem viveu, e os aprendizados enquanto ouvintes e participantes da pesquisa. Essa metodologia transcende os métodos acadêmicos tradicionais (DUMESRASQ, 2016).

Através disso, Sarah começou a (re)pensar a sua postura enquanto pesquisadora cis entrevistando uma mulher trans e como honrar suas histórias, mesmo com contato virtual, durante uma pandemia mundial? Como a sua pesquisa poderia ajudar a pensar sobre melhor qualidade de vida e equidade social para as pessoas trans? Qual o melhor caminho para se reivindicar as individualidades das identidades trans? Porque as mulheres trans não estão inclusas em todos os movimentos feministas? Como ser uma feminista e pesquisadora que acolhe mulheres trans?

Portanto, entender as questões teóricas, a fez se sentir segura sobre como se relacionar eticamente com a Rinara, e também a sentir-se mais livre sobre como se posicionar, enquanto pesquisadora, sem ficar com medo de estar fazendo algo de errado. No espaço seguro, que Sarah e Rinara criaram para partilhar suas histórias, percebemos que elas compartilharam histórias secretas (aquelas que ocorrem em reuniões fechadas e somente em espaços seguros), segundo Clandinin e Connelly (1995), e também sobre como se sentiram ao contar as histórias. Rinara contava sobre as suas narrativas e Sarah compartilhava os impasses sobre a pesquisa e também, como estava se sentindo enquanto pesquisadora narrativa iniciante. Era um espaço mútuo de acolhimento e compreensão.

Pensamos que na minha realidade, de mulher cis, da Sarah, o seu posicionamento assertivo é importante para aprender a lidar com situações machistas cotidianas e situações que exigem um posicionamento crítico reflexivo, além de saber bancar essa atitude e não se sentir inferiorizada, e também a se posicionar (e se sentir confortável) quando escreve o seu texto de dissertação. Escrever e se posicionar, em primeira pessoa, para Sarah, foi um grande desafio, pois demanda uma força e assertividade que no início da pesquisa ela não tinha. Era insegura, no entanto, no decorrer da convivência com a Rinara, foi aprendendo a se posicionar e a entender sobre como essa atitude era algo importante.

A preocupação da pesquisadora durante toda a pesquisa era: construir um bom relacionamento com base da ética, amizade, respeito, empatia e alteridade. Assim, Sarah ficou satisfeita com o resultado da pesquisa, pois durante todo o processo, a participante da pesquisa colaborou ativamente. Quando perguntou a ela sua opinião sobre o relacionamento ético desenvolvido durante a confecção da pesquisa, Rinara disse gostara de ter conhecido a pesquisadora e de ter compartilhado suas experiências, além de ter gostado de participar da pesquisa e ser colaboradora, pois sentiu satisfação em saber que a sua história contribuiu para a comunidade social e científica.

Ao desenvolver essa pesquisa, aprendemos sobre quem somos e sobre quem estamos nos tornando. O movimento de contar e recontar histórias e, a partir delas, compor sentidos, permitiu que Sarah ressignificasse aspectos da sua vida pessoal e profissional; além de fazê-la pensar sobre quais serão as suas escolhas depois do mestrado. No início, ela teve dificuldade em abrir mão da psicanálise, por conta da afinidade com a teoria, da sua formação em Psicologia e também, as divergências teóricas entre psicanálise e pesquisa narrativa. Pensou muitas vezes em desistir do mestrado, por não achar que era incapaz de desenvolver a pesquisa e se tornar uma pesquisadora narrativa iniciante.



Viver essa experiência da ética relacional fez Sarah problematizar e refletir sobre as suas angústias iniciais sobre como seria a melhor forma de entrar em contato com a participante e qual deveria ser a sua postura diante dela, sem parecer que (de qualquer forma) estivesse desrespeitando-a. Pensando na sua postura ética com a Rinara, durante as conversas, percebemos que ela conseguiu transparecer espontaneidade, criatividade e descontração. Em vários momentos, percebemos que Rinara se mostrava surpresa com a metodologia da pesquisa narrativa e ficava animada em dar continuidade. Assim, concluímos que além ter criado um espaço seguro para que fosse desenvolvida a ética relacional, foi aberto um espaço para conversas sobre assuntos transversais a pesquisa.

Contudo, Sarah entendeu que não precisa se identificar e levantar a bandeira de um feminismo único; refletiu sobre as suas práticas sociais e acadêmicas, quando contamos suas narrativas sobre como decidiu pesquisar sobre a transexualidade e entendeu, na composição de sentido com uma mulher trans, sobre as suas inseguranças em se permitir viver a ética relacional e também sobre as suas inseguranças e impasses enquanto pesquisadora narrativa.

## CONCLUSÃO

Quando Sarah entrou no campo de pesquisa, em janeiro de 2020, estava buscando viver e construir narrativas com uma mulher trans, além de entender as histórias que as constituem e como elas se expressam, através da ética relacional. Olhando para trás, percebemos que ela queria se tornar uma pesquisadora que fizesse a diferença e problematizasse sua prática pessoal e profissional, desde quando decidiu estudar um tema de pesquisa pouco explorado na sua graduação de Psicologia, até quando decidiu desenvolver essa pesquisa no mes-

trado. Investigando as histórias que Sarah viveu junto com a Rinara, percebemos que elas queriam trazer para o meio acadêmico e social histórias que, se não fosse por essa pesquisa, estariam escondidas, e assim possibilitar que desperte o interesse dos leitores a refletir as suas experiências sobre esse tema.

Rinara ajudou Sarah a entender a ética relacional, entre uma pesquisadora mulher cis e uma participante mulher trans. No início da pesquisa, entendemos que descrever e analisar as experiências vividas pela participante buscando compreender como se expressam como mulheres trans, parecia algo distante e impossível para a Sarah. Ela pensava que por ser uma mulher cis, já estava sendo audaciosa ao pesquisar sobre a transexualidade e que de alguma forma Rinara poderia se sentir desrespeitada. Pensava que por não ter experiências e histórias sobre a transexualidade, não tinha propriedade para falar sobre o tema e que as poucas histórias que tinha não eram suficientes.

Pensando sobre o percurso da pesquisa, a questão da exposição era um tópico que deixava Sarah apreensiva na pesquisa. Percebemos que quando ela decidiu pensar narrativamente, entendeu que a exposição era necessária para que vivesse as experiências integralmente e ao expor as suas experiências na pesquisa, pretendia contribuir para os estudos em pesquisa narrativa no Brasil e ajudar futuros pesquisadores narrativos que possam ter os mesmos questionamentos e entraves que ela teve, enquanto estava desenvolvendo a pesquisa.

Apesar disso, vimos que Sarah se perguntava sobre como são as experiências vividas por uma mulher trans e quais as histórias que as constituem. Percebemos que durante a pesquisa, que teve a oportunidade de conhecer uma mulher forte, independente e que lida com os conflitos da vida com bravura e (r)existência, em busca da realização dos seus sonhos. É uma história que provocou na Sarah sentimentos, emoções e reflexões diferentes (sobre a sua prática pessoal e profissional), que teve a oportunidade de reviver e recontar com a participante da pesquisa na composição de sentidos, através da ética relacional.

Também nos atentamos para os questionamentos que Sarah fazia sobre como era viver a ética relacional da pesquisa narrativa, entre ela, uma mulher cis e Rinara, uma mulheres trans. Antes de entrar em contato com a participante, percebemos que ela tinha o receio de que ser uma mulher cis com a intenção de pesquisar sobre as histórias que constituem uma mulher, poderia soar desrespeitoso. No entanto, ela foi surpreendida com a abertura e disponibilidade da participante quando começaram a desenvolver nosso relacionamento ético. Dessa forma, as suas inseguranças em relação à exposição e o sentimento de não ser uma boa pesquisadora narrativa, não se sustentaram. Ela esteve aberta e entregue à pesquisa, assim como a participante esteve também. O relacionamento ético com a Rinara foi construído no dia a dia, nas possibilidades que encontraram frente às adversidades e intercorrências de suas vidas e de suas histórias. Foi o elemento essencial para que ela se permitisse viver a pesquisa sem medos, inseguranças, receios e ansiedade.

Destarte, o caminho que percorremos até aqui desenvolvendo esse trabalho, nos proporcionou o aprofundamento teórico, mas também um mergulho nas percepções que temos em relação a nossas escolhas e decisões práticas, pessoais e profissionais. Portanto, este texto representa uma porta de entrada para a temática da ética relacional e que deixa muitas lacunas para que futuras pesquisas sejam desenvolvidas.

## REFERÊNCIAS

BAGAGLI, B. P. *O que é cisgênero?*. LOCAL Transfeminismo, 2014. Disponível em: <<https://transfeminismo.com/o-que-e-cisgenero/>>. Acesso em: 16 mar. 2020.

BARCELOS, A. M. F. *Compreendendo a pesquisa (de) narrativa. Pesquisa Narrativa: Histórias sobre ensinar e aprender línguas*. (Org.) Ronaldo Correia Gomes Junior. São Paulo: Pimenta Cultural, 2020 p. 17-37.

BENGEZEN, V. C. *Narrativas de aprendizes de língua inglesa. Pesquisa Narrativa: Histórias sobre ensinar e aprender línguas*. Org. Ronaldo Correia Gomes Junior. São Paulo: Pimenta Cultural, p.62-85, 2020.

BUTLER, J. *Problemas de Gênero*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006.

CAINE, V. LESSARD, S. CLANDININ, D. *Comunidades responsivas como espaços de visibilidade na pesquisa narrativa*. Tradução de MELLO, D. M.; Bengezen, V. C. In: TEIXEIRA, C. M. ; KIND, L. *Narrativas, mulheres e resistências*. São Paulo: Letra e Voz, 2019.

CLANDININ, D.; LESSARD, S.; CAINE, V. *REVERBERATIONS OF NARRATIVE INQUIRY: How resonant echoes of an inquiry with early school leavers shaped further inquiries*. Educação, Sociedades e Culturas, 2012.

CLANDININ, D. J, CONNELLY, M. F. *Teacher Professional knowledge Landscapes*. New York – London: Teachers College Press (Eds). 1995.

CLANDININ, D. J; CONNELLY, M. *Pesquisa Narrativa: Experiência e história em pesquisa qualitativa*. 2 ed. Ver. Tradução: GPNEP: Grupo de pesquisa narrativa e educação de professores. ILEEL\UFU. Uberlândia: UDUFU, 2015.

DUMARESQ, L. *O cisgênero existe*. Transliteração, 2014. Disponível em: <<http://transliteracao.com.br/leiladumaresq/2014/12/comentario-do-texto-o-cisgenero-nao-existe/>>. Acesso em: 16 mar. 2020.

ELY, M.; VINZ, R.; DOWNING, M; ANZUL, M. *On writing qualitative research: living by words*. London and Philadelphia: Routledge Falmer, 2005.

FABRICIO, B. F. *Linguística aplicada e visão de linguagem: por uma (in)disciplinaridade radical*. Revista Brasileira de Linguística Aplicada, v. 1, p. 1-19, 2017.

FERREIRA, S. R. S. *SABERES LOCALIZADOS E A “ESCRITA DE SI” DE SUJEITOS TRANS EM PLATAFORMAS DIGITAIS*. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women’s Worlds Congress (Anais Eletrônicos). Florianópolis, 2017.

JARDIM, J. G. *DEVERIAM OS ESTUDOS QUEER FALAR EM CIS-HETERONORMATIVIDADE? REFLEXÕES A PARTIR DE UMA PESQUISA SOBRE PERFORMATIVIDADE DE GÊNERO NAS ARTES MARCIAIS MISTAS FEMININAS*. 4 Seminário Internacional de Educação e Sexualidade, 2 Encontro Internacional de Estudos de Gênero. Vitória – ES, 2016.

JESUS, D. M. *Educados no sexo neutro: a construção discursiva de sexualidade e de gênero em um texto da revista Veja*. Rev. bras. linguist. apl. [online], vol.14, n.3, p. 613-634, 2014.



JESUS, D.; MARCHETTO, G.; DENARDIN, A.; *Sentidos em Torno do Corpo Transexual: O Discurso Médico Científico no Livro A Garota Dinamarquesa de David Ebershof*. Revista Linguagem em Foco, v. 11, p. 1-15, 2019.

LUGONES, M. *Playfulness, World-Travelling, and Love Perception*. Hypatia, 1987.

LUPPI, M. *O feminismo precisa das mulheres trans*. 2019. Disponível em: <https://medium.com/@mluppi606/o-feminismo-precisa-das-mulheres-trans-b13969434a7b>> Acesso em: 22/06/2020.

MELLO, D. M. *Histórias de subversão do currículo, conflitos e resistências: buscando espaço para formação de professores na aula de língua inglesa no curso de Letras*. 2004. 225 f. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

LIVIA, A.; HALL, K. “*É uma menina!*”: a volta da performatividade à linguística. In: OSTERMANN, A. C.; FONTANA, B. (Org.). Linguagem, gênero, sexualidade: clássicos traduzidos. São Paulo: Parábola, 2010. p.109-127.

MOITA LOPES, L. P. *Da aplicação de Linguística a Linguística Aplicada Indisciplinar*. In: Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar. São Paulo: Parábola, 2006.

# 23

Sheila de Carvalho Pereira Gonçalves

Ana Cláudia Oliveira Araújo

**UM ESTUDO SOBRE  
A PRESENÇA DOS GÊNEROS  
ORAIS NOS LIVROS DIDÁTICOS:  
ANÁLISES PRELIMINARES**

DOI: [10.31560/pimentacultural/2021.936.551-578](https://doi.org/10.31560/pimentacultural/2021.936.551-578)

## INTRODUÇÃO

O livro didático é uma obra de caráter pedagógico, amplamente utilizada nas escolas, geralmente fabricada para expor, nortear, divulgar conteúdos e dirimir dúvidas dos alunos, auxiliando-os, desde as séries iniciais até a conclusão do ensino Médio, no processo de ensino e aprendizagem.

Sem dúvida, um importante instrumento, mas não o único que, por meio do Programa Nacional do livro didático do Ministério da Educação e Cultura, doravante PNLD-MEC, chega às escolas das redes estaduais e municipais de ensino.

O PNLD-MEC atua, ao lado do professor, há 75 anos, na avaliação de livros didáticos prezando sempre pela excelência e qualidade dessas obras. E, essa busca por qualidade tem acompanhado as mudanças do ensino e aprendizagem da Língua Portuguesa.

Suporte de vários gêneros, é notável, nos livros didáticos atualmente avaliados pelo Programa, a presença e o entendimento do texto como evento comunicativo que, por sua vez, manifesta-se no gênero textual.

Sabemos da importância e da necessidade de se priorizar o trabalho com os gêneros no contexto da sala de aula, bem como um ensino que possibilite ao aluno, compreendê-los e dominá-los no decorrer de sua vida escolar. Nesse mesmo sentido, Dolz e Schneuwly (1999) nos informam a respeito do trabalho a partir de gêneros textuais, conforme nos relatam a seguir

[...] uma proposta de ensino/ aprendizagem organizada a partir de gêneros textuais permite ao professor a observação e a avaliação das capacidades de linguagem dos alunos; antes e durante sua realização, fornecendo-lhe orientações mais precisas para sua intervenção didática. Para os alunos, o trabalho com gêneros constitui, por um lado, uma forma de se confrontar com

situações sociais efetivas de produção e leitura de textos e, por outro, uma maneira de dominá-los progressivamente. (DOLZ; SCHNEUWLY, 1999, p.47)

Dessa forma, percebemos que a escola deve propiciar um trabalho efetivo que possibilite ao aluno apropriar-se de características discursivas e linguísticas de gêneros diversos em situações reais de uso, inseridas em um determinado contexto, oportunizando a interligação entre conceitos teóricos, exemplificações e atividades a serem desenvolvidas pelos alunos.

Os gêneros textuais são práticas vinculadas à vida social, sendo caracterizado por formas linguísticas estáveis e convencionais, correspondendo a uma situação comunicativa específica. Nesse mesmo sentido, Bakhtin (1992, p. 274) nos afirma que:

os gêneros constituem formas relativamente estáveis de enunciados, disponíveis na cultura, caracterizados por três elementos: conteúdo temático, estilo e construção composicional. As intenções comunicativas, como parte das condições de produção dos discursos, geram usos sociais que determinam os gêneros que darão forma aos textos.

Portanto, o trabalho com gêneros textuais múltiplos, presentes na sala de aula, podem, para nós, tornar as aulas de Língua Portuguesa mais interessantes e significativas para o aluno uma vez que eles propiciam vivências textuais reais e contextualizadas. Nesse sentido, os gêneros textuais ainda desenvolvem a competência textual discursiva dos alunos e contribuem para que façam uso das diversas questões envolvidas na multiplicidade da comunicação.

Especialmente em relação aos gêneros orais, é necessário que a escola reconheça a sua importância para que possa discutir as situações de interação em que a oralidade esteja em foco. Nesse contexto, Marcuschi (2001, p. 25-26) afirma:



[...] oralidade seria uma prática social interativa para fins comunicativos que se apresenta sob várias formas ou gêneros textuais fundados na realidade sonora; ela vai desde uma realização mais informal à mais formal nos mais variados contextos de uso [...]. A fala seria uma forma de produção textual-discursiva para fins comunicativos na modalidade oral (situa-se no plano da oralidade, portanto), sem a necessidade de uma tecnologia além do aparato disponível pelo próprio ser humano [...]. A escrita seria um modo de produção textual-discursivo para fins comunicativos com certas especificidades materiais e se caracterizaria por sua constituição gráfica [...]

Marcuschi (2005, p. 24) ainda nos aponta que o ensino de práticas orais em sala de aula “não se trata de ensinar a falar”. Engloba a imersão no conhecimento e riqueza de usos possíveis de nossa língua e suas múltiplas modalidades.

Nesse mesmo sentido, Soares (1999) nos alerta que as atividades relacionadas a linguagem e gêneros orais, não devem ser consideradas unicamente como momento de comunicação e interação verbal entre professores e alunos, é necessário compreender que os gêneros orais envolvem planejamento e desenvolvimento de habilidades de produção e percepção da oralidade que se expressa em diversos gêneros e situações comunicativas. E para tanto, esses gêneros precisam ser sistematicamente estudados e exercitados por nossos alunos, conforme vemos a seguir:

Não basta, portanto, que atividades de linguagem oral sejam consideradas apenas como oportunidades de interação oral com o professor e os colegas, elas precisam ser planejadas para o desenvolvimento de habilidades de produção e recepção de textos orais frequentes em situações formais. (SOARES, 1999, p. 22)

Esse artigo pretende, por meio de levantamento e análise dos gêneros orais presentes em livros didáticos, previamente aprovados pelo Programa Nacional do livro didático do Ministério da Educação e Cultura, evidenciar o lugar que esses gêneros ocupam e o modo como essa importante noção foi abordada nessas obras. Tomaremos por

base os estudos de Marcuschi (2001, 2005), Dolz e Schneuwly (1999) Bakhtin (1992) e Soares (1999).

Nosso *corpus* é composto pela seguinte coleção de livros didáticos: Cereja, W. R.; Magalhães, T. C. Português: Linguagens. 9.ed. São Paulo: Saraiva, 2015, destinada aos anos finais do ensino Fundamental, 6º ao 9º anos. Esse artigo está organizado da seguinte maneira: inicialmente, apresentaremos nossa fundamentação teórica. Em seguida, a descrição da coleção de livros didáticos que compõem o nosso *corpus*. Logo após, as nossas análises serão desenvolvidas e, por fim, teceremos as considerações finais, seguidas das referências bibliográficas.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Todo enunciado, seja oral ou escrito, é produzido com uma intenção comunicativa. Segundo Bakhtin (1992) são essas intenções, como parte das condições de produção dos enunciados que determinam quais usos linguísticos definirão os diversos gêneros discursivos.

Atualmente, com o desenvolvimento de novas tecnologias e o aparecimento de novos aspectos de atividades humanas há uma maior heterogeneidade na formação de novos gêneros, apesar de serem “relativamente estáveis”.

Para Bakhtin (1992), faz-se necessário que tenhamos um olhar amplo a essa concepção discursiva uma vez que ela norteará as práticas docentes. De acordo com estudos bakhtinianos, os gêneros podem ser classificados em duas categorias, conforme o nível de complexidade em que se apresentam.

Os gêneros chamados primários referem-se a situações comunicativas do cotidiano, portanto mais espontâneas e informais, enquanto que os gêneros secundários, normalmente mediados pela escrita, situam-se em situações comunicativas mais complexas e elaboradas. Para melhor compreendermos o gênero oral, partiremos, no âmbito desse trabalho, da definição de Travaglia (2017). Para o autor, gênero oral:

[...] é aquele que tem como suporte a voz humana (vista como a característica particular que tem o som produzido pelo aparelho fonador) e foi produzido para ser realizado oralmente, utilizando-se a voz humana independente de ter ou não uma versão escrita. (TRAVAGLIA, 2017, p. 17)

Acreditamos que, na escola, o trabalho com os gêneros escritos é mais frequente, enquanto o trabalho com os gêneros orais não é promovido do mesmo modo. Consequentemente, nota-se o privilégio do ensino da modalidade escrita ao ensino da modalidade falada. Nesse sentido, Cavalcante e Melo (2006, p.182) nos relatam que:

Contudo, embora tenha aumentado a preocupação com o tratamento da oralidade em sala de aula, ainda é grande a dificuldade de didatização do conhecimento adquirido neste campo. Por exemplo, os autores de manuais didáticos, em sua maioria, ainda não sabem onde e como situar o estudo da fala. Muitas vezes, os livros dão a impressão de que a análise da fala figura apenas como curiosidade.

É pertinente compreendermos também que, conforme Marcuschi e Dionísio (2007), textos escritos que, por alguma razão ou pretexto, são oralizados não se constituem em gêneros orais, pois perpassam por um gênero escrito que culmina em uma manifestação sonora (leitura em voz alta).

Marcuschi (1997), nos alerta, ainda, que devemos voltar nosso olhar para a língua falada, sem considerá-la superior, devendo ser inserida no texto da sala de aula, viabilizando a identificação de sua riqueza, multiplicidade e importância de seu uso adequado. Segundo o referido autor:

[...] a língua falada é variada e a noção de um dialeto padrão uniforme (não apenas no Português, mas em qualquer língua) é uma noção teórica e não tem um equivalente empírico. Assim, entre muitas outras coisas, a abordagem da fala permite entrar em questões geralmente evitadas no estudo da língua, tais como as de variação e mudança, dois pontos de extrema relevância raramente vistos. Noções como: “norma”, “padrão”, “dialeto”, “variante”, “sotaque”, “registro”, “estilo”, “gíria” podem tornar-se centrais no ensino de língua e ajudar a formar a consciência de que a língua não é homogênea nem monolítica. (MARCUSCHI, 1997, p. 41)

Atualmente, temos várias contribuições que evidenciam a importância do trabalho com a oralidade na escola. Ramos (1997), por exemplo, defende que essa modalidade oral precisa ter espaço no ensino de Língua Portuguesa. A autora também demonstra que é preciso fazer uso proveitoso da variedade trazida pelo aluno, facilitando o processo de interação e identificação, por parte do discente, no processo de aprendizagem, uma vez que a modalidade que ele traz consigo passa a ser entendida como objeto de estudo, sendo também vista como uma manifestação possível de nossa língua.

Ainda evidenciando a importância do trabalho com oralidade na escola, temos Antunes (2003) que nos alerta a respeito da necessidade de um trabalho mais estruturado em relação a oralidade em nossas escolas, conforme vemos a seguir:

[...] uma quase omissão da fala como objeto de exploração no trabalho escolar; essa omissão pode ter como explicação a crença ingênua de que os usos orais da língua estão tão ligados à vida de todos nós que nem precisam ser matéria de sala de aula [...]. [...] uma equivocada visão da fala, como o lugar privilegiado para a violação das regras da gramática. De acordo com essa visão, tudo o que é erro na língua acontece na fala e tudo é permitido, pois ele está acima das prescrições gramaticais; não se distingue, portanto, as situações sociais mais formais de interação que vão, inevitavelmente, condicionar outros padrões de oralidade que não o coloquial [...]. (ANTUNES, 2003, p. 24-25)



Nesse mesmo contexto, Fávero, Andrade e Aquino (2003) propõem a defesa do oral em sala de aula como uma possibilidade de mostrar ao aluno a gama de variedades de uso de nossa língua, seja no contexto formal ou informal e incentiva práticas orais diversas e um trabalho contínuo com gêneros ligados à oralidade em nossas salas de aula.

Por outro lado, e, considerando-se os Parâmetros Curriculares Nacionais, doravante PCN, a questão que se põe é: quando e como se deve ensinar o gênero oral? Para os PCN, desde os primeiros anos de escolaridade, como podemos ver a seguir:

Em geral o procedimento de expor oralmente em público não costuma ser ensinado. Possivelmente por se imaginar que a boa exposição oral decorra de outros procedimentos já dominados (como falar e estudar). No entanto, o texto expositivo — tanto oral como escrito — é um dos que maiores dificuldades apresentam, tanto ao produtor como ao destinatário. Assim, é importante que as situações de exposição oral frequentem os projetos de estudo e sejam ensinadas desde as séries iniciais, intensificando-se posteriormente. (BRASIL, 1997, p. 39)

Sendo assim, o professor pode exigir de seus alunos o uso mais formal da linguagem oral desde que os tenha ensinado previamente e que sejam significativos para os alunos. É necessário que tais tarefas façam sentido ao contexto do aluno e não sejam apenas para “cumprir” tarefas vazias solicitadas no ambiente escolar e restritas a ele.

Nesse pensamento, os PCN (1998, p. 67-68) nos lembram que:

Ensinar língua oral deve significar para a escola possibilitar acesso a usos da linguagem mais formalizados e convencionais, que exijam controle consciente e voluntário da enunciação, tendo em vista a importância que o domínio da palavra pública tem no exercício da cidadania. Ensinar língua oral não significa trabalhar a capacidade de falar em geral. Significa desenvolver o domínio dos gêneros que apoiam a aprendizagem escolar de Língua Portuguesa e de outras áreas (exposição, relatório de experiência, entrevista, debate etc.) e, também, os gêneros da vida pública no sentido mais amplo do termo (debate, teatro, palestra, entrevista etc.).

Assim, é importante que o professor tenha objetivos claros para que sejam imbricados no conjunto de práticas sociais, interativas e cognitivas e não se constitua num trabalho vazio de significado para o aluno ou que seja apenas um pretexto para trabalhar a escrita. Nesse sentido, Dolz e Schneuwly (2004) nos alertam que:

Os gêneros orais [...] são instrumentos – ou melhor, megainstrumentos, visto que podemos considerá-los como a integração de um grande conjunto de instrumentos num todo único – que fazem a mediação da atividade de linguagem comunicativa. Falta-nos ainda escolher, dentre uma enorme variedade de gêneros, aqueles que podem, e talvez mesmo devam tornar-se objeto de ensino. Já que o papel da escola é sobretudo o de instruir, mais do que o de educar, em vez de abordarmos os gêneros da vida privada cotidiana, é preciso que nos concentremos no ensino dos gêneros da comunicação pública formal. Por um lado, [...] exposição, relatório de experiência, entrevista, discussão em grupo etc [...] e, por outro lado, aqueles da vida pública no sentido lato do termo (debate, negociação, testemunho diante de uma instância oficial, teatro etc.). (DOLZ, SCHNEUWLY, 2004, p. 174).

Conforme Bagno (2001), vemos a imposição de um ensino paucificado apenas na norma considerada culta, que tem gerado um preconceito linguístico capaz de priorizar uma das modalidades de nossa língua (escrita) em detrimento de outra (oral). O medo de “falar errado” ou “escrever errado” inibe os discentes de todos os níveis de escolaridade e os afasta ainda mais da aquisição dos mecanismos da chamada “norma padrão<sup>123</sup>” de linguagem.

No que concerne ao ensino das variedades orais da Língua Portuguesa, Dolz e Schneuwly (2004, p. 149) argumentam que a linguagem oral está bastante presente nas diversas rotinas da sala de aula, como nas leituras, nas conversas e nas instruções e correções de exercícios, contudo “ela não é ensinada a não ser incidentalmente, durante

123 O conceito de “norma padrão” é salientado por Faraco (2008, p. 73) da seguinte maneira: “a norma-padrão não é propriamente uma variedade da língua, mas um construto sócio histórico que serve de referência para estimular um processo de uniformização”.

atividades diversas e pouco controladas”. Tal prática deve ser revista para que haja maior enfoque em situações cotidianas de gêneros orais em que os alunos se sintam mais seguros e mais aptos para aprender suas características e, conseqüentemente, dominá-las.

Como instrumentos presentes nas salas de aula, os livros didáticos continuam sendo uma das principais ferramentas de apoio para o professor e, ao analisarmos o perfil geral das coleções aprovadas para os anos finais do Ensino Fundamental no PNLD-MEC do ano de 2017<sup>124</sup>, verificamos que o próprio Guia do programa reconhece que “a oralidade continua sendo o eixo de ensino menos explorado, causando um certo desequilíbrio nas propostas pedagógicas.” (BRASIL, 2017, p. 32). Ainda conforme o Guia do PNLD-MEC, o ensino da oralidade, em algumas coleções aprovadas, minimiza o ensino da oralidade, sem interligá-la com outras práticas sociais que não as escolares. Segundo o PNLD (2017), a oralidade:

[...] aparece como atividade-meio, e não como atividade-fim. Em conseqüência, a linguagem oral é tratada, nesses casos, como uma competência já adquirida, mobilizada principalmente em propostas de leitura e/ou produção de textos. (BRASIL, 2017, p. 32)

Diante do exposto, pode-se perceber que um trabalho mais efetivo com o gênero oral ainda tem um longo caminho pela frente, dependendo também da atitude do professor. Cabe a ele conseguir coadunar oralidade e escrita no ensino de Língua Portuguesa sem privilegiar a modalidade escrita na prática efetiva em sala de aula. Passemos, a seguir, a descrição da coleção de livros didáticos que compõem o nosso *corpus*.

124 Na edição do PNLD 2017, 21 coleções de “Língua Portuguesa” destinadas aos anos finais do Ensino Fundamental foram avaliadas com base nos critérios expostos no Edital de Convocação 02/2015 – CGPLI: Edital PNLD 2017.

## DESCRIÇÃO DA COLEÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS QUE COMPÕEM O NOSSO CORPUS

Conforme o PNLD-MEC, 2017 o período de uso de uma coleção distribuída por esse programa é de três anos. Nesse sentido, o SIMED (Sistema do Material Didático), disponibilizado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE, englobando os anos de 2014 a 2016 e 2017 a 2019 nos informam que a coleção Cereja e Magalhães (2015), destinada aos anos finais do ensino Fundamental, é uma das mais distribuídas e usadas no Brasil.

As informações referentes a distribuição, por componente curricular, dos anos de 2014 e 2017 podem ser visualizados nas imagens a seguir:

Figura 1 - Coleções mais distribuídas PNLD por componente curricular 2017.

### FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO - PNLD

#### COLEÇÕES MAIS DISTRIBUÍDOS - PNLD 2017 - ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

#### Língua Portuguesa

Código do Livro	Nome do Título	Tipo	Qtde de Exemplares	Qtde de Exemplares
005SP17012006I	PORTUGUÊS: LINGUAGENS	LIVRO DO ALUNO	1.572.329	5.792.929
005SP17012006I	PORTUGUÊS: LINGUAGENS	MANUAL DO PROFESSOR	32.971	
005SP17012007I	PORTUGUÊS: LINGUAGENS	LIVRO DO ALUNO	1.472.436	
005SP17012007I	PORTUGUÊS: LINGUAGENS	MANUAL DO PROFESSOR	32.035	
005SP17012008I	PORTUGUÊS: LINGUAGENS	LIVRO DO ALUNO	1.365.793	
005SP17012008I	PORTUGUÊS: LINGUAGENS	MANUAL DO PROFESSOR	31.132	
005SP17012009I	PORTUGUÊS: LINGUAGENS	LIVRO DO ALUNO	1.255.918	
005SP17012009I	PORTUGUÊS: LINGUAGENS	MANUAL DO PROFESSOR	30.315	



0061P17012006I	SINGULAR & PLURAL – LEITURA, PRODUÇÃO E ESTUDOS DE LINGUAGEM	LIVRO DO ALUNO	305.353	1.108.198
0061P17012006I	SINGULAR & PLURAL – LEITURA, PRODUÇÃO E ESTUDOS DE LINGUAGEM	MANUAL DO PROFESSOR	7.279	
0061P17012007I	SINGULAR & PLURAL – LEITURA, PRODUÇÃO E ESTUDOS DE LINGUAGEM	LIVRO DO ALUNO	279.440	
0061P17012007I	SINGULAR & PLURAL – LEITURA, PRODUÇÃO E ESTUDOS DE LINGUAGEM	MANUAL DO PROFESSOR	6.976	
0061P17012008I	SINGULAR & PLURAL – LEITURA, PRODUÇÃO E ESTUDOS DE LINGUAGEM	LIVRO DO ALUNO	258.930	
0061P17012008I	SINGULAR & PLURAL – LEITURA, PRODUÇÃO E ESTUDOS DE LINGUAGEM	MANUAL DO PROFESSOR	6.760	
0061P17012009I	SINGULAR & PLURAL – LEITURA, PRODUÇÃO E ESTUDOS DE LINGUAGEM	LIVRO DO ALUNO	236.898	
0061P17012009I	SINGULAR & PLURAL – LEITURA, PRODUÇÃO E ESTUDOS DE LINGUAGEM	MANUAL DO PROFESSOR	6.562	
0101P17012006I	PARA VIVER JUNTOS PORTUGUÊS 6	LIVRO DO ALUNO	302.318	1.099.009
0101P17012006I	PARA VIVER JUNTOS PORTUGUÊS 6	MANUAL DO PROFESSOR	7.169	
0101P17012007I	PARA VIVER JUNTOS PORTUGUÊS 7	LIVRO DO ALUNO	279.456	
0101P17012007I	PARA VIVER JUNTOS PORTUGUÊS 7	MANUAL DO PROFESSOR	6.965	
0101P17012008I	PARA VIVER JUNTOS PORTUGUÊS 8	LIVRO DO ALUNO	256.070	
0101P17012008I	PARA VIVER JUNTOS PORTUGUÊS 8	MANUAL DO PROFESSOR	6.615	
0101P17012009I	PARA VIVER JUNTOS PORTUGUÊS 9	LIVRO DO ALUNO	234.039	
0101P17012009I	PARA VIVER JUNTOS PORTUGUÊS 9	MANUAL DO PROFESSOR	6.377	

Fonte: PNLD (2017).

Figura 2 - Coleções mais distribuídas PNLD por componente curricular 2014.

**FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO**  
Programa Nacional do Livro Didático - PNLD

**PNLD 2014 - Coleções mais distribuídas por componente curricular**  
Português

	Código	Título	Tipo	Qtde. Página	Cad. Tipo.	Quantidade	Quantidade por Coleção
1*	27451C0124	PORTUGUÊS: LINGUAGENS	L	256	17	865.061	3.172.012
	27451C0124	PORTUGUÊS: LINGUAGENS	M	336	22	16.811	
	27451C0125	PORTUGUÊS: LINGUAGENS	L	240	16	791.104	
	27451C0125	PORTUGUÊS: LINGUAGENS	M	320	21	15.912	
	27451C0126	PORTUGUÊS: LINGUAGENS	L	256	17	743.657	
	27451C0126	PORTUGUÊS: LINGUAGENS	M	336	22	15.482	
	27451C0127	PORTUGUÊS: LINGUAGENS	L	256	17	708.622	
27451C0127	PORTUGUÊS: LINGUAGENS	M	336	22	15.363		

2*	27469C0124	PROJETO TELÁRIS - PORTUGUÊS - 6º ANO	L	312	20,5	565.445	2.081.451
	27469C0124	PROJETO TELÁRIS - PORTUGUÊS - 6º ANO	M	392	25,5	10.916	
	27469C0125	PROJETO TELÁRIS - PORTUGUÊS - 7º ANO	L	320	21	520.696	
	27469C0125	PROJETO TELÁRIS - PORTUGUÊS - 7º ANO	M	392	25,5	10.349	
	27469C0126	PROJETO TELÁRIS - PORTUGUÊS - 8º ANO	L	352	23	484.397	
	27469C0126	PROJETO TELÁRIS - PORTUGUÊS - 8º ANO	M	424	27,5	9.864	
	27469C0127	PROJETO TELÁRIS - PORTUGUÊS - 9º ANO	L	352	23	469.869	
3*	27494C0124	VONTADE DE SABER PORTUGUÊS - 6º ANO	L	256	17	524.595	1.887.984
	27494C0124	VONTADE DE SABER PORTUGUÊS - 6º ANO	M	352	23	10.843	
	27494C0125	VONTADE DE SABER PORTUGUÊS - 7º ANO	L	272	18	473.667	
	27494C0125	VONTADE DE SABER PORTUGUÊS - 7º ANO	M	368	24	10.209	
	27494C0126	VONTADE DE SABER PORTUGUÊS - 8º ANO	L	256	17	437.176	
	27494C0126	VONTADE DE SABER PORTUGUÊS - 8º ANO	M	336	22	9.819	
	27494C0127	VONTADE DE SABER PORTUGUÊS - 9º ANO	L	272	18	411.917	
27494C0127	VONTADE DE SABER PORTUGUÊS - 9º ANO	M	352	23	9.758		

Fonte: PNLD (2014).

A coleção em análise é composta por quatro livros, sendo um para cada ano. Cada livro está organizado em quatro unidades. Cada unidade possui três capítulos, perfazendo um total de doze capítulos em cada livro. Assim sendo, iremos expor, abaixo, as unidades de cada ano e suas respectivas temáticas, por meio de quadros:

**Quadro 1 - Português Linguagens: unidades e respectivas temáticas para o 6º ano do ensino Fundamental.**

Unidade	Temática
Unidade 1	No mundo da fantasia
Unidade 2	Crianças
Unidade 3	Descobrinho quem sou
Unidade 4	Verdade, adoro ver-te

Fonte: elaborado pelas autoras

**Quadro 2 - Português Linguagens: unidades e respectivas temáticas para o 7º ano do ensino Fundamental.**

Unidade	Temática
Unidade 1	Heróis
Unidade 2	Viagem pela palavra
Unidade 3	Eu e os outros
Unidade 4	Medo e aventura

Fonte: elaborado pelas autoras.

**Quadro 3 - Português Linguagens: unidades e respectivas temáticas para o 8º ano do ensino Fundamental.**

Unidade	Temática
Unidade 1	Humor: entre o riso e a crítica
Unidade 2	Adolescer
Unidade 3	Consumo
Unidade 4	Ser diferente

Fonte: elaborado pelas autoras.

**Quadro 4 - Português Linguagens: unidades e respectivas temáticas para o 9º ano do ensino Fundamental.**

Unidade	Temática
Unidade 1	Caía na rede
Unidade 2	Amor
Unidade 3	Ser jovem
Unidade 4	Nosso tempo

Fonte: elaborado pelas autoras.

Tendo como base o intuito de investigar a presença do gênero oral na coleção em análise, selecionamos os capítulos intitulados Produção de Texto, que apresentam a seguinte configuração:

**Quadro 5 - Português Linguagens: a presença de gêneros orais na coleção em análise.**

Ano	Unidade	Capítulo	Gêneros orais abordados
6º	Unidade 1 Unidade 4	Capítulo 3 Capítulo 3	Conto oral Exposição oral
7º	Unidade 3 Unidade 4	Capítulo 2 Capítulo 2	Argumentação oral Entrevista oral
8º	Unidade 4	Capítulo 2	Seminário
9º	Unidade 4	Capítulo 1	Debate regrado público

Fonte: elaborado pelas autoras.

É possível depreendermos que, no livro destinado ao 6º ano do ensino Fundamental, a coleção em análise, apresenta o “Conto oral”, enfatizando “Contos maravilhosos”<sup>125</sup>. Apresenta vários exemplos dessas narrativas, a exemplo de Chapeuzinho Vermelho, Cinderela, Branca de Neve e os Sete Anões, dentre outros. Os autores enfatizam que esses contos foram transmitidos por gerações na forma oral, para depois serem reproduzidos na linguagem escrita.

A primeira unidade do livro destinado ao 6º ano do ensino Fundamental, orienta os alunos a respeito do gênero “Conto oral” e as necessárias adequações da linguagem do oral para o escrito e do escrito para o oral. Já a quarta unidade do mesmo livro explora o trabalho com a “Exposição oral”, enfocando que, muitas vezes, na escola, o aluno

<sup>125</sup> Conforme Coelho (1987) o “Conto maravilhoso” desenvolve-se dentro da magia feérica (reis, rainhas, príncipes, princesas, fadas, bruxas, gigantes, anões, objetos mágicos, metamorfoses, tempo e espaço fora da realidade concreta). Seu núcleo problemático é a realização do herói ou da heroína, havendo a presença de provas que devem ser vencidas para que o herói atinja sua auto realização.



é solicitado para falar em público, fazendo alguma explicação oral ou debatendo algum tema, requerendo um maior monitoramento de sua fala e para tanto, necessita conhecer os gêneros orais mais formais e os menos formais que possa fazer uso. A mesma unidade também explicita o gênero “Exposição oral”, suas etapas, postura necessária e os recursos que se pode fazer uso para mediar uma exposição oral. Partindo de exemplos práticos, busca dar condições ao aluno de criar e desenvolver uma exposição oral.

Na obra destinada ao 7º ano do ensino Fundamental, os autores enfatizam o gênero “Argumentação oral”, destacando que, muitas vezes, fazemos uso da linguagem oral de forma espontânea, mas, em alguns momentos, ela precisa ser mais monitorada e seguir alguns princípios, como considerar o momento adequado de falar, expor ideias, rebater ideias e assim por diante. Em seguida, os autores estimulam o desenvolvimento do gênero oral “Discussão em grupo” para que os alunos exercitem a discussão de várias temáticas em conjunto e o gênero oral “Debate deliberativo”, para que aprendam a discutir uma temática e, ao final, possam fazer deliberações (tomar uma ou mais decisões) em relação a esse tema. Em seguida, os autores discorrem a respeito do gênero “Entrevista oral” enfatizando os critérios para a interação oral entre entrevistador e entrevistado.

Em relação ao livro do 8º ano do ensino Fundamental, encontramos o gênero oral “Seminário” e a especificação de sua importância no meio estudantil e acadêmico, enfatizando que seu uso é amplo e possui como papel transmitir um conhecimento específico (que pode ser técnico ou científico) pertencente a determinado ramo do conhecimento. Posteriormente, os autores, discutem as etapas do planejamento, tomada de notas e execução de um “Seminário”.

Já o livro do 9º ano trata do gênero “Debate regrado público”, salientando que esse gênero acontece quando um grupo de pessoas quer conhecer diferentes posicionamentos a respeito de uma temática,

objetiva o debate de pontos de vista diferentes e não a tomada de uma decisão coletiva. Destacamos que, no âmbito deste trabalho, privilegiaremos as análises dos gêneros orais presentes no livro didático do 6º ano. A seguir, nossas análises.

## NOSSAS ANÁLISES

Iniciaremos nossas análises, apresentando o quadro abaixo que evidencia a distribuição dos gêneros orais presentes no livro do 6º ano, nosso objeto de estudo, conforme afirmamos.

**Quadro 6 - Português Linguagens: a presença de gêneros orais no 6º ano do ensino Fundamental.**

Ano	Unidade	Capítulo	Gêneros orais abordados
6º	Unidade 1 Unidade 4	Capítulo 3 Capítulo 3	Conto oral Exposição oral

Fonte: elaborado pelas autoras.

Conforme exposto, a primeira atividade proposta ao 6º ano do ensino Fundamental, relacionado aos gêneros orais é o trabalho com o “Conto oral. Inicialmente, os autores fazem um pequeno relato histórico a respeito de “Contos maravilhosos”, situando-os no tempo e no espaço. Explicitam a tradição oral desses contos, repassados de geração a geração. Os autores destacam ainda que é comum que os contos sejam adaptados, adequando-se ao público ouvinte.

Em um segundo momento, os autores do material didático, esclarecem que, posteriormente, esses “Contos orais” foram registrados adequando-se às normas da modalidade escrita de nossa língua. Destacam também que muitos são transformados em filmes, peças de teatro e “servem de inspiração para a criação de outras histórias”, apresentando conformidade ou não com a história original.

A seguir, temos a imagem da atividade proposta no material em análise que objetiva o trabalho com o “Conto oral”:

**Figura 3 - Português Linguagens: atividade proposta a respeito de “Conto oral”.**

**Do escrito para o oral**

Embora os contos maravilhosos tenham se originado da tradição oral, quando foram registrados por escrito e publicados adequaram-se ao registro da norma-padrão. Atualmente, quando um contador de histórias conta oralmente um conto maravilhoso, é normal que ele também empregue a norma-padrão da língua.

As atividades a seguir representam um desafio: você deverá contar histórias empregando a norma-padrão informal.

1. Escolha um conto maravilhoso nos livros sugeridos no início desta unidade ou em outro que você tenha em casa ou que possa retirar da biblioteca da escola ou de sua cidade. Leia-o com atenção e memorize-o. No dia combinado com o professor, conte-o aos colegas.
2. Escolha um conto que você produziu nos capítulos anteriores. Leia-o com atenção e memorize-o. No dia combinado com o professor, conte-o aos colegas.
3. Conte para os colegas um pequeno trecho, do início, do meio ou do fim, de um conto maravilhoso. Por exemplo: “Era uma vez um rapazinho que achou uma lâmpada mágica. Ele a esfregou para limpá-la e, para sua surpresa, de dentro dela saiu um gênio”. Em seguida, os colegas deverão dizer o nome do conto. No caso do exemplo, trata-se de *Aladim e a lâmpada maravilhosa*.

Fonte: Cereja; Magalhães (2015, p. 53), 6º ano.

Na atividade demonstrada na figura 3, é solicitado ao aluno que escolha um “Conto maravilhoso” que ele irá narrar, em sala de aula, aos demais colegas e professor. O aluno poderá escolher um conto de algum livro que tenha em casa ou que possa ser retirado em uma biblioteca ou até mesmo algum dos que foram sugeridos no início da unidade, os quais são demonstrados abaixo na figura 4:

**Figura 4 - Português Linguagens: atividade proposta a respeito de “Conto oral”.**



*Os contos de Grimm (Paulus); As quatro estações das fadas e O livro das fadas, de Betty Bib (Publifolha); Contos e lendas das mil e uma noites, de Rosa Freire D’Aguiar e outros (Companhia das Letras); Horrripilantes contos de fadas, de Michael Coleman (Companhia das Letrinhas); Contos e poemas para crianças extremamente inteligentes, de Harold Bloom (Objetiva); Contos de fadas (Jorge Zahar); Fábulas de La Fontaine, de Marc Chagal (Estação Liberdade); A fada que tinha ideias, de Fernanda Lopes de Almeida (Ática); Literatura oral para a infância e a juventude, de Henriqueta Lisboa (Peirópolis); coleção Baú de Histórias (Atual); Não era uma vez..., de Adela Basch e outros (Melhoramentos).*

Fonte: Cereja; Magalhães (2015, p. 11), 6º ano.

Na segunda atividade proposta na Figura 3, os alunos deverão memorizar um conto que já tenham produzido, na modalidade escrita, em atividades sugeridas anteriormente, no início da unidade 1. Posteriormente, em um momento combinado com o professor, irá contar o mesmo em sala de aula.

Tanto a atividade 1 quanto a atividade 2 partem do escrito para o oral, fazendo o aluno acionar conhecimentos prévios tanto da linguagem escrita quanto da oral. Incentivam o aluno a uma escolha pessoal, pois solicita que ele selecione o texto a ser falado, envolvendo autonomia e explicitação de predileções, o que acaba por tornar a atividade mais dinâmica e prazerosa, considerando os interesses do aluno.

Na terceira atividade proposta na Figura 3, os alunos são levados a algo mais lúdico, como uma “brincadeira” de adivinhação. Vão contar partes de um “Conto maravilhoso” que conheçam e os colegas deverão tentar adivinhar qual é a história. Essa atividade promove continuidade da mesma dinâmica empregada nas atividades anteriores. Irá envolver o acionamento de conhecimentos prévios relacionados a linguagem verbal e escrita, a necessidade de adequação para se falar em público e ainda levará a discussões informais, que exigem um menor monitoramento da linguagem, tentando “acertar” o conto relatado.

Após a realização das atividades 1, 2 e 3 da figura 3, os autores discorrem a respeito da necessidade de planejamento para a produção de um “Conto oral” retextualizado, indicando a necessidade de preparação prévia para execução de um gênero oral e a efetuação de uma fala mais monitorada. Destacamos a seguir, a proposta dos autores para a atividade de planejamento:



Figura 5 - Português Linguagens: planejamento de um texto oral.

#### Planejamento do texto oral

Ao produzir contos orais, leve em conta o perfil do seu público. Procure empregar uma linguagem de acordo com a norma-padrão, mas buscando espontaneidade e informalidade. Para isso, tente:

- não interromper a história, falando **ahn**;
- não empregar gírias;
- não usar **né?** nem as expressões **aí** ou **daí**, substituindo-as por outras equivalentes, como **em seguida**, **mais tarde**, **tempos depois**, **por causa disso**, **por consequência**, etc.;
- utilizar nomes e verbos no plural, quando necessário.

Procure também valorizar as pausas, os sinais de pontuação e dar uma inflexão de voz diferente para a fala do narrador e a fala das personagens.

Além disso, fale olhando para o público em geral ou para um ponto no fundo da sala, e não para um único espectador.

Quando estiver com a história memorizada, faça um ensaio e conte o conto primeiramente a um colega. Depois, no dia combinado com o professor, conte-o para toda a classe.

Fonte: Cereja; Magalhães (2015, p. 54), 6º ano.

Ao expor a necessidade de planejamento para um texto oral, os autores, explicitam os traços da linguagem oral (interjeições, gírias, repetições), indicando que devem ser evitados em um momento de fala mais controlada, levando aluno a refletir a respeito da adequação da fala, conforme o objetivo requisitado pela situação comunicativa. No entanto, ao solicitar que o aluno empregue uma linguagem conforme a “norma-padrão” não evidenciam de forma clara o que vem a ser essa “norma”. O mesmo ocorre com o termo “inflexão de voz”, um tanto distante do vocabulário do cotidiano popular, ainda mais em se tratando de alunos do 6º ano do ensino Fundamental.

Observamos que propor a atividade de “Planejamento do texto oral”, conforme explicitado na figura 5, Cereja e Magalhães, não pretendem uma oralização (simples leitura) de um texto produzido na modalidade escrita de nossa língua. Notamos que o aluno é incentivado a recontar a história com suas próprias palavras, por meio de uma fala mais monitorada, devendo para tanto adequar sua linguagem, fazendo escolhas lexicais que julgue oportunas, indicando ainda o que deve ser evitado, fornecendo exemplos vocabulares que podem ser adicionados. Sem dúvida a atividade de retextualização oral (produção de um

texto a partir de um ou mais textos-base), a nosso ver, é interessante, levando o aluno a perceber a diferenciação da modalidade oral para a modalidade escrita da língua e a necessidade de planejamento para que a atividade seja realizada.

Na última unidade do livro em análise, em seu 3º capítulo, os autores, propõem o trabalho com o gênero “Exposição oral”. De acordo com Cereja e Magalhães, esse gênero é muito utilizado no ambiente escolar para a exposição de saberes e apresentações. Em seguida, explicitam informações a respeito do ponto de vista teórico do gênero, tais como a sua estrutura, tipologia, situação de produção, e finalidade. A seguir, os autores apresentam a necessidade de planejamento e pesquisa para a efetivação desse gênero, como demonstra a figura 6 a seguir:

**Figura 6 - Português Linguagens: planejamento e pesquisa na “Exposição oral”**

#### **Pesquisa e planejamento**

- Pesquise sobre o tema em diversas fontes: livros especializados, enciclopédias, jornais, revistas, *sites* da Internet. Selecione as principais informações e anote-as, bem como os exemplos, gráficos e imagens que podem ilustrar ou fundamentar a exposição. Se houver mais de um ponto de vista sobre o assunto, registre-os também.  
Aprofunde-se no tema até sentir que tem domínio sobre ele e está em condições de transmitir ao público o que sabe.
- Redija um pequeno roteiro para ter em mãos como apoio durante a exposição. Inclua nele as etapas da exposição (apresentadas no item a seguir) e os pontos principais do assunto que vai abordar. Esse roteiro não deve ser lido durante a apresentação, mas apenas consultado, quando necessário.
- Prepare sua apresentação levando em conta o tempo disponível. Faça um treino para saber se há necessidade de ajustes quanto ao tempo.

Fonte: Cereja; Magalhães (2015, p. 253), 6º ano.

Em relação à “Pesquisa e planejamento” que os autores propõem (figura 6), no tocante ao gênero “Exposição oral”, ressaltamos o incentivo dos autores para a busca de informações, levando o aluno a pesquisas e leituras diversas a respeito de uma temática que ele deverá escolher. A escolha do aluno deverá considerar o critério de que seja interessante para a escola, cidade ou região. Posteriormente é solicitado que o aluno redija um pequeno texto com as principais informações pesquisadas. Os autores alertam que o intuito não é a leitura desse texto durante a apresentação, mas a consulta a ele, caso

julgue necessário. É significativo observar que esse é um momento importante da atividade, no qual, o aluno poderá observar a distinção da modalidade escrita e falada de nossa língua, bem como as adequações necessárias para fazermos uso dessas categorias, além de fornecer os subsídios necessários para que o aluno tenha condições de se expressar por meio desse gênero.

Em seguida, os autores enfatizam as etapas necessárias para o desenvolvimento de uma “Exposição oral”, como podemos identificar abaixo:

**Figura 7 - Português Linguagens: etapas para o desenvolvimento de uma “Exposição oral”.**

#### Realização da exposição oral

As etapas a serem observadas no desenvolvimento da exposição oral são estas:

- 1. Abertura:** O expositor saúda o público e apresenta-se. Ou, então, o professor anuncia quem será o expositor, chama-o e lhe dá a palavra.
- 2. Introdução ao tema:** O expositor apresenta o tema ao público, explica rapidamente por que o escolheu e como se aprofundou nele. Esse momento é fundamental para atrair a atenção dos ouvintes.
- 3. Apresentação do plano da exposição:** O expositor explica rapidamente ao público o modo como pretende desenvolver o tema, anunciando os itens que vai abordar.
- 4. Desenvolvimento:** O expositor dá início à exposição, desenvolvendo um a um os itens que anunciou no plano. Entre um e outro item, deve buscar um encadeamento lógico, empregando expressões como “Vamos ver agora os aspectos negativos de tal iniciativa” ou “Vamos ver agora alguns exemplos do que foi desenvolvido”.
- 5. Recapitulação:** O expositor recapitula de forma sintética os principais pontos da exposição. Depois pergunta ao público se há alguma dúvida ou se alguém quer fazer alguma pergunta.
- 6. Conclusão:** O expositor transmite uma mensagem final, representada por uma frase ou um pensamento para reflexão. Ou pode lembrar um problema, relativo ao tema, que exigiria outra exposição.
- 7. Encerramento:** O expositor agradece a atenção do público e se despede.

Fonte: Cereja; Magalhães (2015, p. 253), 6º ano.

No item “Realização da exposição oral”, conforme descrito na figura 7, os autores explicam o desenvolvimento de cada etapa que deve conter uma exposição oral, esclarecendo os itens que o aluno deve explorar desde a abertura até o encerramento de sua apresentação. Dessa forma, instruem a respeito do planejamento necessário para que consigam executar uma exposição oral, indicando procedimentos, posturas e atitudes necessárias para isso.



Em seguida, os autores incentivam a realização de uma exposição oral em sala de aula, para que os alunos exercitem os conhecimentos adquiridos e consigam produzir a atividade de forma clara e objetiva. A atividade proposta será exposta a seguir:

**Figura 8 - Português Linguagens: proposta de atividade com “Exposição oral”.**

### AGORA É A SUA VEZ ►

Participe da realização de uma exposição oral. Com a orientação do professor, reúna-se em grupo e, com os colegas, escolha o tema a ser abordado na exposição. Pensem em um assunto que em sua escola, cidade ou região tem sido motivo de preocupação das pessoas, como, por exemplo:

- Desmatamento
- Poluição dos rios, lagos e represas
- Poluição do ar
- Poluição sonora
- Poluição visual
- O lixo
- Extinção de animais
- Aquecimento global

No dia combinado, façam para a classe a exposição oral do assunto pesquisado, empregando as orientações dadas neste capítulo.

Fonte: Cereja; Magalhães (2015, p. 254), 6º ano.

Na seção “Agora é sua vez”, Cereja e Magalhães promovem a execução prática de uma “Exposição oral”, exemplificam várias temáticas, mas deixam a escolha do assunto a ser abordado, a critério do próprio aluno. Após a escolha, o aluno deverá seguir os passos descritos na figura 7. Para tanto, deverá fazer um planejamento de sua exposição, respeitando as seguintes etapas: abertura, introdução ao tema, plano de apresentação, desenvolvimento da exposição em si, recapitulação, conclusão, encerramento e agradecimento. Todas essas etapas são descritas pelos autores para que o aluno melhor compreenda o que deve ser executado em cada uma delas.

Os autores também solicitam que os alunos façam um pequeno texto escrito, para que possam consultar, caso necessitem, no momento da apresentação. Na preparação desse texto, o aluno terá oportunidade de aliar conhecimentos prévios relativos à leitura e escrita, exercitando atividades que envolvem a passagem do oral para o escrito e do escrito para o oral. O aluno terá ainda oportunidade de exercitar habilidades de percepção dos requisitos que envolvem realizações múltiplas da linguagem, contribuindo para o desenvolvimento de sua competência comunicativa.



As atividades que envolvem o planejamento e execução de uma “Exposição oral” são amplas e exploram a escolha do tema, pesquisa, entonação da voz e postura diante dos ouvintes. Ao proceder a essas abordagens, são exercitadas múltiplas habilidades e demonstram a necessidade de monitoramento de nossa fala, escrita e postura, para se conseguir chegar ao objetivo comunicativo proposto.

A atividade desenvolvida no tópico “Agora é sua vez”, descrita na figura 8, coloca em prática os conhecimentos fornecidos previamente aos alunos e coopera com a fixação do conteúdo bem como o desenvolvimento da linguagem verbal e escrita do aluno, oportunizando a discussão de ideias e desenvolvimento de atividades individuais e grupais.

Da mesma forma que propuseram na atividade relacionada a “Conto oral”, os autores incentivam a autonomia do aluno em suas escolhas, interligando o conhecimento prévio do aluno, áreas de interesse e o conhecimento adquirido a respeito de exposições orais.

Em seguida, os autores solicitam ao aluno que façam uma “Revisão e avaliação da exposição oral”, conforme exposto a seguir:

**Figura 9 - Português Linguagens: proposta de “Revisão e avaliação da exposição oral”.**

#### **Revisão e avaliação da exposição oral**

Se possível, filmem as exposições, assistam aos vídeos e discutam, com o professor e com a classe, os aspectos em que as exposições seguintes precisam ser aprimoradas.

Na avaliação, levem em conta:

- profundidade da pesquisa
- organização das ideias
- estruturação da exposição em etapas
- postura e voz
- interação com o público
- adequação da linguagem
- uso de recursos audiovisuais

Fonte: Cereja; Magalhães (2015, p. 255), 6º ano.

Ao proporem uma atividade de “Revisão e avaliação da exposição oral”, os autores, levam o aluno a autorreflexões a respeito de seu

desempenho e do grupo. Essa reflexão deve levar em consideração critérios como profundidade da pesquisa, estruturação das etapas da apresentação, postura, voz, adequação da linguagem e interação com o público. Isso acaba, mais uma vez, destacando a importância das atividades de planejamento de um texto e que o gênero oral, tanto quanto o escrito, possuem critérios de realização que devem ser objeto de ensino em nossas salas de aula.

## CONCLUSÃO

Diante do exposto, verificamos que, mesmo que os gêneros orais estejam presentes nos livros didáticos analisados, o enfoque ainda é pouco expressivo e não enfatiza a necessidade do trabalho recorrente com a oralidade em sala de aula. Dentre as doze unidades presentes no livro destinado ao 6º ano do ensino fundamental, apenas duas apresentam dois gêneros orais (“Conto oral” e “Exposição oral”), sendo que para cada gênero oral tratado, é proposta uma única atividade para desenvolvimento e prática por parte dos alunos. O que nos parece colaborar com o contínuo privilégio da linguagem escrita em detrimento da oral.

Destacamos ainda que, apesar de apresentar poucas atividades destinadas aos gêneros orais, a coleção em análise, ao apresentá-los, o faz de forma esmerada, com explicações e exemplos diversos que levam o aluno do conhecimento teórico do gênero ao conhecimento prático, explorando as especificidades de cada tipo de texto.

É possível depreendermos que, no decurso do ensino Fundamental 6º aos 9º anos, das 48 unidades presentes na coleção em análise, teremos 42 unidades dedicadas a conteúdos diversos a respeito de gramática, suas nomenclaturas e gêneros escritos de nossa língua e apenas 6 unidades que promovem um trabalho efetivo com gêneros

orais, sendo vinculado a cada uma dessas unidades, poucas atividades a serem desenvolvidas pelos alunos.

Ressaltamos que, na seção “Manual do Professor” o destaque aos gêneros orais e à oralidade são expostos em meia página informando sobre a preocupação da coleção para “desenvolver a capacidade da expressão oral e escrita dos alunos”, mas não orienta a respeito da expansão desses gêneros e implementação, conforme a necessidade da turma.

A coleção em análise, ao trabalhar com gêneros orais, inicia a atividade expondo conceitos, informando estrutura, tipologia, situação de produção e percepção de gênero, ou seja, situam o aluno em relação ao gênero a ser trabalhado e fornece exemplos. A partir desse aporte, o livro didático, leva o aluno às produções orais individuais e coletivas de forma a unir o aspecto teórico e prático do gênero em estudo.

Diante do exposto, é importante que o professor compreenda que, apesar dos gêneros orais serem, muitas vezes, pouco explorados em materiais didáticos, precisamos empreender esforços para que a modalidade oral de nossa língua e gêneros orais sejam exploradas continuamente e juntamente com o desenvolvimento da linguagem escrita e seus gêneros, para que possam levar o aluno a um conhecimento mais significativo de nossa língua em suas múltiplas manifestações.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, I. *Aula de português: encontro & interação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

BAGNO, M. *Preconceito Linguístico: o que é, como se faz*. São Paulo: Ed. Loyola, 2001.

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BRASIL. *Parâmetros curriculares nacionais: primeiro e segundo ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa*. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. *Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. *PNLD 2017: língua portuguesa. Ensino fundamental anos finais*. Ministério da Educação. Brasília, DF MEC/SEF, 2016.

CAVALCANTE, M. C. B.; MELO, C. T. V. *A oralidade no ensino médio: em busca de uma prática*. In: BUNZEN, C.; MENDONÇA, M. (Org.). *Português no ensino médio e a formação do professor*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

CEREJA, W. R.; MAGALHÃES, T. C. *Português Linguagens, 6º ano*. 9. ed. reform. São Paulo: Saraiva, 2015.

CEREJA, W. R.; MAGALHÃES, T. C. *Português Linguagens, 7º ano*. 9. ed. reform. São Paulo: Saraiva, 2015.

CEREJA, W. R.; MAGALHÃES, T. C. *Português Linguagens, 8º ano*. 9. ed. reform. São Paulo: Saraiva, 2015.

CEREJA, W. R.; MAGALHÃES, T. C. *Português Linguagens, 9º ano*. 9. ed. reform. São Paulo: Saraiva, 2015.

COELHO, N. N. *O conto de fadas*. São Paulo: Ática, 1987.

DOLZ, J; SCHNEUWLY, B. *Os gêneros escolares: das práticas de linguagem aos objetos de ensino*. In: *Revista Brasileira de Educação*, nº 11, maio a agosto de 1999.

DOLZ, J; SCHNEUWLY, B. *Gêneros orais e escritos na escola*. Tradução e organização de Roxane Rojo e Gláís Sales Cordeiro. Campinas: Mercado das Letras, 2004.

FARACO, C. A. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo, Parábola, 2008.

FÁVERO, L. L.; ANDRADE, M. Lúcia C. V. O.; AQUINO, Z. G. O. *Oralidade e escrita: perspectivas para o ensino de língua materna*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MARCUSCHI, L. A. *Oralidade e escrita. Signótica*, v. 9, n. 1, p. 119-146, 1997.

MARCUSCHI, L. A. L. A. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. São Paulo: Cortez, 2001.

MARCUSCHI, L. A. L. A. *Oralidade e ensino de língua: uma questão pouco "falada"*. In: DIONÍSIO, A. P.; BEZERRA, M. A. (Org.). *O livro didático de Português: múltiplos olhares*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.



MARCUSCHI, L. A.; DIONISIO, A. P. *Fala e escrita*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

RAMOS, J. M. *O espaço da oralidade na sala de aula*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

SOARES, M. B. *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

TRAVAGLIA, L. C. *Gêneros orais – conceituação e classificação*. Olhares & Trilhas, Uberlândia, vol. 19, n. 2, p. 1-8, julho a dezembro de 2017.

## SOBRE OS AUTORES E AS AUTORAS

### **Samuel Cavalcante Silva**

É graduado em Letras: Português e Inglês/Licenciatura (2007) pela Universidade Estadual de Goiás (UEG) e em Psicologia/Bacharelado (2011) pela Universidade Federal de Goiás (UFG), Regional Catalão; Mestre (2013) pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal de Goiás (UFG), Regional Catalão e doutorando (2019-atual) pelo mesmo Programa. É servidor público federal no cargo de Secretário Executivo, atuando na Pró-reitoria de Graduação da Universidade Federal de Goiás. SILVA, Samuel Cavalcante. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1853625928900181>. E-mail: [cavalcante.psi@gmail.com](mailto:cavalcante.psi@gmail.com)

### **Raquel Costa Guimarães Nascimento**

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu – Mestrado e doutorado em Estudos da Linguagem, da Universidade Federal de Catalão / em transição. Linha de pesquisa : discurso, sujeito e sociedade. Graduada em letras português inglês na Universidade Federal de Goiás - regional Catalão. Atua em pesquisas em linguística, com ênfase em análise do discurso. Professora voluntária no curso pré ENEM Paulo Freire UFG/UFCAT. Tem participação em grupos de pesquisa de análise do discurso e literatura. NASCIMENTO, Raquel Costa Guimarães. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8109504790611362>. E-mail: [raquelcostaguimares@gmail.com](mailto:raquelcostaguimares@gmail.com)

### **Marcelo Vinicius Costa Amorim**

Possui graduação em Psicologia bacharelado/licenciatura pela Universidade Federal de Goiás - Regional Catalão (UFG-RC) (2018), é mestre (2021) e doutorando em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal de Catalão (UFCAT). É membro do Grupo de Estudos Discursivos (GEDIS), do Laboratório de Estudos Foucaultianos de Catalão (LEFGO) e do Grupo Interseções: filosofia, psicologia, arte e educação. AMORIM, Marcelo Vinicius Costa. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2398403818939382>. E-mail: [m.viniciuh@gmail.com](mailto:m.viniciuh@gmail.com)

### **Margareth Rago**

É professora titular aposentada colaboradora do Departamento de História do IFCH da UNICAMP; professora-visitante na Columbia University (NY), en-

tre 2010-2011 e no Connecticut College (EUA), em 1995/1996; diretora do Arquivo Edgard Leuenroth da UNICAMP, em 2000. Publicou: *Do Cabaré ao Lar. A utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista* (1985; 2014); *Os Prazeres da Noite. Prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930* (1991, 2008); *A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenção da subjetividade* (2013), com Maurício Pelegrini (orgs). *Neoliberalismo, Feminismos e Contracondutas: perspectivas foucaultianas* (2019); *As Marcas da Pantera: percursos de uma historiadora* (2021), entre outros. RAGO, Margareth. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3274637598730008>. E-mail: [marga\\_rago@uol.com.br](mailto:marga_rago@uol.com.br)

### **Kátia Menezes de Sousa**

Possui graduação em Letras Português Inglês pela Universidade Federal de Goiás (1988), mestrado em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Goiás (1995) e doutorado em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2002). Realizou estágio pós-doutoral sobre Dispositivos de segurança e inovação na atualidade: os discursos, os saberes e as relações de poder na produção de subjetividades na Universidade Federal de São Carlos, com financiamento da FAPEG/GO. Atualmente é professora associada e voluntária da Universidade Federal de Goiás, com vínculo de professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística. É líder, desde 2003, no Diretório do CNPq, do Grupo Trama: Laboratório de Pesquisas e Estudos Discursivos. Desenvolve, com bolsa PQ do CNPq, o projeto Práticas discursivas e os dispositivos de menoridade na condução das liberdades e das condutas da população. SOUSA, Kátia Menezes. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1920351654350013>. E-mail: [km-sousa@uol.com.br](mailto:km-sousa@uol.com.br)

### **Antônio Fernandes Júnior**

Possui Graduação em Letras pela Universidade Federal de Uberlândia (1997), Mestrado (2002) e Doutorado (2007) em Estudos Literários pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Atualmente, é professor adjunto da Universidade Federal de Catalão. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Literatura Brasileira e Análise do Discurso, atuando principalmente nos seguintes temas: Letra de Música e Poesia no Brasil; Arnaldo Antunes; autoria e suporte de textos; poesia e infância; práticas de subjetivação e construção do sujeito na atualidade. FERNANDES JÚNIOR, Antônio. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9030434824436730>. E-mail: [tonyfer@uol.com.br](mailto:tonyfer@uol.com.br)

**Denise Gabriel Witzel**

Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela FCL/Unesp- Araraquara-SP, com estágio doutoral na Université Louis Lumière de Lyon II, França. Professora Associada na UNICENTRO - Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná, atuando na graduação e no programa de pós-graduação em Letras (mestrado e doutorado). Coordenadora do Laboratório de Estudos do Discurso da UNICENTRO e do Programa Paraná Fala Francês na UNICENTRO. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2281147550095036> E-mail: [witzeldg@gmail.com](mailto:witzeldg@gmail.com)

**Camila Ratki Krautchuk**

Possui graduação em Letras - Português e Literaturas de Língua Portuguesa, pela Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO e em Pedagogia, pelo Centro Universitário de Maringá - UNICESUMAR; é Especialista em Interdisciplinaridade e Docência na Educação Básica, pelo Instituto Federal do Paraná - IFPR. É mestre em Letras pela UNICENTRO. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2253355246108732> E-mail: [camilakraut@gmail.com](mailto:camilakraut@gmail.com)

**Alexander Meireles da Silva**

Doutor em Literatura Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2008), Mestre em Literaturas de Língua Inglesa pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2003), Desde 2009 atua como Professor Associado de Língua Inglesa e Literaturas de Língua Inglesa da Unidade Acadêmica Especial de Letras e Linguística da Universidade Federal de Goiás - Regional Catalão, onde também é Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da RC/UFG. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8325920517508979> E-mail: [prof.alexms@gmail.com](mailto:prof.alexms@gmail.com)

**Giovana Guimarães Gonzaga**

Graduanda em Letras Português e Inglês, professora de língua inglesa e pesquisadora científica há três anos sob orientação do Professor Alexander Meireles da Silva. GONZAGA, Giovana Guimarães. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1789709382903653>. E-mail: [guimaraessgiovana@gmail.com](mailto:guimaraessgiovana@gmail.com)

**Hellyana Rocha e Silva**

Doutoranda em Estudos da linguagem pela Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão. Mestra em Letras - Estudos Literários pela Universidade Federal do Tocantins (2017), Especialista em Gênero e Diversidade na Escola pela



Universidade Federal do Tocantins (2016) e Graduada em Letras: português e respectivas literaturas pela mesma universidade (2013). É professora efetiva do Instituto Federal Goiano, Campus Urutaí; tem experiência como docente do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico. Nos últimos anos desenvolveu estudos na área das Letras, com ênfase em Literatura brasileira contemporânea de autoria feminina, crítica feminista e teorias de gênero, analisando, principalmente, questões relacionadas à representação, identidade e subjetividade femininas. SILVA, Hellyana R. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4674173789896052>. E-mail: [hellyanarocha@gmail.com](mailto:hellyanarocha@gmail.com)

#### **Lucas Silvério Martins**

É graduado em Letras - Português pela Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão (2019). Mestrando em Estudos da Linguagem pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal de Goiás (em transição para Universidade Federal de Catalão), com projeto de mestrado na linha de literatura, memória e identidade. É autor de capítulos de livro e artigos publicados em periódicos especializados. Durante as pesquisas em literatura, quando aluno de Iniciação Científica, ganhou, por duas vezes, menção honrosa por excelência em pesquisa pela Universidade Federal de Goiás (2017 e 2019). MARTINS, Lucas Silvério. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0665678560869835>. E-mail: [Lm122893@gmail.com](mailto:Lm122893@gmail.com)

#### **Silvana Augusta Barbosa Carrijo**

Graduada em Letras pela Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão (1995), Mestrado em Letras e Linguística (2003), Doutorado em Letras e Linguística pela Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás (2009), sob orientação da Profa. Dra. Maria Zaira Turchi e Pós-Doutorado na UNESP/ Faculdade de Ciências e Letras de Assis (2014), sob supervisão do Prof. João Luís Ceccantini. Como parte das atividades de doutoramento, realizou Estágio de Doutorado na École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris-Fr, sob supervisão do Prof. Jacques Leenhardt. Como parte das atividades de pós-doutoramento, realizou Estágio de Pós-Doutorado na Universidade de Santiago de Compostela-ES, sob supervisão da Profa. Dra. Blanca-Ana Roig Rechou. É Professora Associada II da Universidade Federal de Goiás - Unidade Acadêmica de Letras e Linguística – Universidade Federal de Catalão. CARRIJO, Silvana Augusta Barbosa. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5194565631446090>. E-mail: [Silvana.carrijo@gmail.com](mailto:Silvana.carrijo@gmail.com)

**Yuri Pereira de Amorim**

é graduado em Letras - Português pela Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão (2019). Mestrando em Estudos da Linguagem pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal de Goiás (em transição para Universidade Federal de Catalão), com projeto de Mestrado na linha de Literatura, Memória e Identidade. É autor de capítulos de livros e artigos publicados em periódicos especializados. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Língua Portuguesa e Literatura infantil e juvenil, atuando principalmente nos seguintes temas: literatura com temática LGBTQ+, identidade e diferença, memória, luto simbólico. AMORIM, Yuri Pereira de. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0986314551999937>. E-mail: [yuriamorim123@hotmail.com](mailto:yuriamorim123@hotmail.com)

**Amanda Magalhães Santiago**

É licenciada em Letras Português e Inglês pela Universidade Federal de Goiás (UFG) - Regional Catalão. Mestra em Estudos da Linguagem pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal de Goiás (UFG) - Regional Catalão. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal de Goiás (UFG) - Regional Catalão. É membro do Grupo de Pesquisa Narrativa e Educação de Professores (GPNEP). É professora no programa Access E2C em conjunto com o Grupo +Unidos. SANTIAGO, Amanda Magalhães. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9668492232490321>. E-mail: [amanda.msantiago@gmail.com](mailto:amanda.msantiago@gmail.com)

**Amanda Moreira Amorim**

Mestra em Estudos da Linguagem pelo Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem (PPGEL), da Universidade Federal de Goiás - Regional Catalão. Graduada em Letras - Português e Inglês pela Universidade Federal de Goiás - Regional Catalão. Integrante do projeto "Em busca da memória perdida: estudos sobre a escravidão em Goiás" sob coordenação da Professora Doutora Maria Helena de Paula. Membro do GEPHPOR- Grupo de Estudos e Pesquisas em História do Português (CNPq- UFG). Atualmente, é Instrutora de Educação Profissional, na área de Língua Inglesa, no Senac Goiás. AMORIM, Amanda Moreira de. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5118267663086472>. E-mail: [amandamoreiradeamorim@gmail.com](mailto:amandamoreiradeamorim@gmail.com)

**Viviane Cabral Bengezen**

É professora da Unidade Acadêmica de Letras e Linguística da Universidade Federal de Catalão. É doutora em Estudos Linguísticos pela Universidade

Federal de Uberlândia (2017) e desenvolveu parte de seus estudos de doutorado na Universidade de Saskatchewan, no Canadá, com bolsa do Programa Futuros Líderes das Américas (Emerging Leaders in the Americas Program - ELAP). É parecerista do periódico Teaching and Teacher Education e também vice-líder do Grupo de Pesquisa Narrativa e Educação de Professores - GPNEP. Ela também coordena o Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem em sua universidade e tem publicado artigos e capítulos de livros na área de Estudos da Linguagem, Formação de Professores de línguas e Pesquisa Narrativa. BENGZEEN, Viviane Cabral. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6299135330351127> E-mail: [vbengezen@ufcat.edu.br](mailto:vbengezen@ufcat.edu.br)

#### **Anair Valênia Martins Dias**

Professora Adjunto da Universidade Federal de Goiás-UFG/Universidade Federal de Catalão-UFCAT. Docente no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem na mesma instituição. Membro da American Organization of Teachers of Portuguese – AOTP. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Gênero Discursivo e Ensino de Língua – GEGDEL. DIAS, A. V. M. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3328549658105742>. E-mail: [anair\\_valenia@hotmail.com](mailto:anair_valenia@hotmail.com)

#### **Cristiane Fuzer**

É graduada em Letras Licenciatura em Língua Portuguesa e Literaturas, Mestre e Doutora em Letras pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), tendo realizado Doutorado Sanduíche na Universidade de Lisboa, em Portugal, e Pós-Doutora em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela PUCSP. É Professora Associada do Departamento de Letras Vernáculas e do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFSM. Atua no ensino presencial e a distância (EAD). Desenvolve atividades de pesquisa, ensino e extensão sobre leitura e escrita em língua portuguesa na perspectiva sistêmico-funcional, participa do Grupo de Pesquisa Sistêmica, Ambientes e Linguagens (SAL). É vice-líder do GT Linguística Sistêmico-Funcional na ANPOLL. É idealizadora e coordenadora do projeto de extensão Ateliê de Textos. FUZER, Cristiane. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5169963931397212>. E-mail: [crisfuzerufsm@gmail.com](mailto:crisfuzerufsm@gmail.com)

#### **Denis Carara de Abreu**

Doutorando em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal de Goiás (UFG- UFCAT). Mestre em Ciências Criminais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2000). Professor efetivo do curso de Direito da Universidade Estadual de Goiás – UEG nas áreas de Criminologia e Ciências Penais. Desde 2000 é professor adjunto com mestrado da Universidade Lute-

rana do Brasil. ABREU, D. C. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0325625649269234>. E-mail: [deniscarara@gmail.com](mailto:deniscarara@gmail.com)

#### **Fabiola Sartin Dutra Parreira Almeida**

Doutora em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela PUCSP. Atualmente é professora efetiva do Departamento de Letras da UFCAT, professora permanente do Programa de Mestrado Doutorado em Estudos da Linguagem, também da UFCAT Coordenadora do GT. Formação de Educadores em Linguística Aplicada da ANPOLL. Atua, também, como Consultora da Capes. ALMEIDA, Fabiola Sartin Dutra Parreira. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9997730511011881>. E-mail: [fabiolasartin@gmail.com](mailto:fabiolasartin@gmail.com)

#### **Ivonete da Silva Santos**

Professora efetiva de língua portuguesa/Prefeitura Municipal de Uberlândia; Doutoranda em Estudos da Linguagem/UFCAT; Mestra em Estudos da Linguagem/UFG; Dupla titulação em Letras-Português/ UFG; UC. SANTOS, Ivonete da Silva. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9475011369057638>. E-mail: [nete.silva.santos@hotmail.com](mailto:nete.silva.santos@hotmail.com)

#### **Leandro Andrade Fernandes**

Doutorando em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal de Catalão – UFCAT. Mestre em Estudos da Linguagem e graduado em Letras: Libras pela Universidade Federal de Goiás – UFG. Docente do Instituto de Ciências Humanas do Pontal, da Universidade Federal de Uberlândia – ICHPO/UFU. Coordenador de área em Estudos Lexicográficos do Laboratório de Leitura e Escrita das Línguas de Sinais – LALELiS da UFG. Participa do GEPELELL – Grupo de Estudos e Pesquisas em Leitura, Escrita, Livros e Linguagens vinculado ao Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero, Educação e Diversidade – NEPEGED, UFU/Pontal. FERNANDES, Leandro Andrade. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1961766092088942>. E-mail: [leandroandrade.letras@gmail.com](mailto:leandroandrade.letras@gmail.com).

#### **Lidinea Ferreira da Silva Oliveira**

Docente na rede municipal de Catalão- Goiás e na rede estadual do mesmo estado. Discente do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal de Catalão- UFCAT. Membro do Grupo de Pesquisa Gênero Discursivo e Ensino de Língua – GEGDEL. OLIVEIRA, Lidinea Ferreira da Silva. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0465518308110541>. E-mail: [lidiferreira0@gmail.com](mailto:lidiferreira0@gmail.com)



**Lucas Eduardo Marques Santos**

Doutorando pelo programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem- PPGEL pela Universidade Federal de Goiás Regional Catalão, atual Universidade Federal de Catalão (em Transição). Mestre pelo programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem- PPGEL pela Universidade Federal de Goiás Regional Catalão. Possui Especialização *latu-sensu* em Educação Inclusiva com Ênfase em Atendimento Educacional Especializado (AEE) pela Faculdade Brasileira de Educação e Cultura (2015). Possui graduação em Letras - Libras pela Universidade Federal de Goiás (2013). Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Linguística Aplicada. Atualmente é tradutor intérprete em linguagem de sinais e coordenador do núcleo de acessibilidade da Universidade Federal de Catalão- UFCAT. Participante do Grupo de Estudos GEPLAEL e do grupo SAL. MARQUES-SANTOS, LUCAS EDUARDO. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6988438530011479>. E-mail: [lems.lucas@gmail.com](mailto:lems.lucas@gmail.com)

**Lucas Victalino Nascimento**

É graduando em Letras Português e Inglês pela Universidade Federal de Catalão (UFCat). Foi bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC-AF/CNPq, 2019-2020), em que recebeu o prêmio de melhor trabalho de Iniciação à Pesquisa Científica da UFCAT - Edição 2020. Atualmente, desenvolve uma segunda Iniciação Científica e participa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID/ CAPES). NASCIMEN-TO, Lucas Victalino. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4704449695384717>. E-mail: [Lucasvictalino.lv@gmail.com](mailto:Lucasvictalino.lv@gmail.com).

**Maria Cecília de Castro da Silva**

É graduada em Letras Licenciatura em Língua Portuguesa e Literaturas da Língua Portuguesa pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Atualmente é mestranda em Letras do Programa de Pós-graduação em Letras da UFSM e cursa especialização em Gestão Escolar pelo Centro Universitário Internacional UNINTER. Atua como professora de português no coletivo de educação popular Práxis e é integrante da equipe do Ateliê de Textos. SILVA, M. C. C. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6742214697405661>. E-mail: [mcecastro49@outlook.com](mailto:mcecastro49@outlook.com)

**Maria Helena de Paula**

Possui Licenciatura em Letras, com Habilitação em Português pela Universidade Federal de Goiás (1996), Mestrado em Letras e Linguística pela Universida-

de Federal de Goiás (2000) e Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2007). É professora da UFG desde 1998, atuando na graduação e na pós-graduação Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem. É líder da Rede Goiana de Pesquisa e Estudos em “Linguagem, Memória e Cultura” da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG) e consultora ad hoc da FAPEG, CAPES, CNPq e INEP/MEC. PAULA, Maria Helena de. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6122217498972532>. E-mail: [mhp.ufgcatalao@gmail.com](mailto:mhp.ufgcatalao@gmail.com)

#### **Patrícia Maria da Silva**

É licenciada em Letras Português pela Universidade Federal de Goiás (UFG) - Regional Catalão e Letras Inglês pela Universidade Presidente Antônio Carlos (UNIPAC) – Faculdade Regional de Araguari. É pós-graduada em Psicopedagogia pelo Instituto Passo 1 de Ensino e Pesquisa (Grupo Uniasselvi). Mestre em Estudos da Linguagem pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal de Goiás (UFG) - Regional Catalão. É membro do Grupo de Pesquisa Gênero Discursivo e Ensino de Língua (GEG-DEL). É professora da Rede Estadual de Educação do Estado de Goiás. SILVA, Patrícia Maria. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2565895276867657> E-mail: [patricia-gog2009@hotmail.com](mailto:patricia-gog2009@hotmail.com)

#### **Pauler Castorino**

É licenciado em Letras, habilitação em Língua Portuguesa, pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Mestre em Estudos da Linguagem pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal de Goiás (UFG). Doutorando em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo (USP). É membro do GEPHPOR - Grupo de Estudos e Pesquisas em História do Português (CNPq-UFG). CASTORINO, Pauler. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8219967666434117>. E-mail: [paulercastorino@usp.br](mailto:paulercastorino@usp.br)

#### **Vanessa Regina Duarte Xavier**

Possui graduação em Letras Português pela Universidade Federal de Goiás (UFG) - Regional Catalão (RC) (2007) e doutorado em Letras, pelo programa de Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo (2012). Atualmente, é professora da Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão, diretora da Unidade Acadêmica de Letras e Linguística, atuando no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem (PPGEL) desta instituição. É pós-doutora pelo Programa Nacional de Pós-doutorado (PNPD) pela UFG/

RC (PPGEL) e pesquisadora participante do “Grupo de Estudos e Pesquisas em História do Português” (GEPHPOR). Coordena os projetos de pesquisa “Estudos do léxico em perspectiva” e “Investigações sócio-históricas do Português Brasileiro”. Tem experiência na área de Linguística e Filologia, com ênfase em Lexicologia. XAVIER, Vanessa Regina Duarte. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8615393836970411>. E-mail: [vrDXavier@gmail.com](mailto:vrDXavier@gmail.com)

#### **Ana Cláudia Oliveira Araújo**

Doutoranda em Estudos da Linguagem na Universidade Federal de Goiás-UFG. Mestre em Letras pela Universidade Federal de Uberlândia, especializada em Docência do Ensino Superior e Recursos Humanos. Licenciada em Letras – português e inglês, pela Universidade Estadual de Goiás. Atualmente é professora na rede municipal de ensino de Caldas, onde atua na área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias Novas-GO. ARAÚJO, Ana Cláudia O. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4212684375744625> E-mail: [anaadmcaldas@gmail.com](mailto:anaadmcaldas@gmail.com)

#### **Sheila de Carvalho Pereira Gonçalves**

Doutora em Análise Linguística pela Universidade Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Possui Mestrado em Linguística pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Líder do grupo de pesquisa intitulado Grupo de estudos em Lexicografia, Metalexicografia escolar e Terminografia. Atualmente é professora adjunta da Universidade Federal de Goiás (UFG), Regional Catalão, onde atua na graduação e na pós-graduação (Mestrado e Doutorado em Estudos da Linguagem). GONÇALVES, Sheila de Carvalho P. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7720196557038682> E-mail: [sheilacpgoncalves@outlook.com](mailto:sheilacpgoncalves@outlook.com).

#### **Sarah Thayne Rodrigues Silva dos Santos**

Mestra pelo Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem (PPGEL), pós-graduanda em Teoria e Técnica Psicanalítica e graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Goiás - Regional Catalão/ UFCAT em transição. SANTOS, Sarah Thayne Rodrigues Silva. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9264318814145503>. E-mail: [sarahthayne13@gmail.com](mailto:sarahthayne13@gmail.com)

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

abolição 409, 410, 411, 413, 414, 428, 432  
 ações políticas 468, 478, 484  
 adolescência 145, 308, 541, 542  
 adolescentes 17, 18, 134, 135, 144, 147, 148, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157  
 adversidades 542, 548  
 ambiente escolar 494, 558, 571  
 analfabetismo 191, 206  
 anglicismos 386, 388, 393, 395, 396, 397, 398, 404, 405, 440, 459  
 ansiedade 251, 311, 323, 324, 325, 326, 548  
 antropólogo 104, 506  
 aprendizagem 22, 310, 311, 324, 325, 350, 474, 490, 501, 526, 527, 538, 552, 557, 558  
 aspectos físicos 372, 533  
 autoconhecimento 258, 259, 261, 262  
 autoexposição 258, 259, 260  
 autonomia feminina 101, 245  
 autoritarismo 49, 87, 100, 200

### B

Beira Alta 192, 193  
 bem-estar 42, 115, 120, 167, 201  
 biblioteca 54, 102, 103, 314, 320, 321, 325, 568  
 biopolítica 18, 117, 118, 119, 120, 122, 128, 129, 131, 135, 136, 137, 141, 142, 157  
 BNCC 24, 387, 398, 403, 405, 490, 502  
 Brasil 14, 15, 16, 23, 25, 29, 39, 44, 45, 47, 90, 91, 95, 99, 100, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 112, 143, 146, 147, 152, 157,

202, 203, 234, 257, 259, 274, 292, 310, 312, 330, 336, 387, 394, 396, 407, 409, 410, 411, 412, 415, 417, 419, 422, 424, 430, 431, 432, 433, 436, 440, 457, 460, 468, 469, 474, 478, 481, 487, 526, 532, 547, 561, 580, 585

### C

campo 14, 23, 27, 29, 53, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 68, 80, 108, 114, 130, 141, 142, 183, 256, 259, 264, 289, 295, 307, 313, 345, 346, 347, 349, 436, 439, 440, 454, 455, 456, 457, 478, 490, 492, 496, 529, 538, 546, 556  
 campos semânticos 330, 334, 339, 344, 345  
 capacidades cognitivas 357, 358, 369  
 capitalismo 61, 69, 81, 82, 117, 126, 140, 228  
 cartografia 53, 57, 58, 59, 62, 66, 82  
 Catalão 14, 132, 158, 314, 325, 433, 436, 496, 579, 580, 581, 582, 583, 584, 585, 586, 587, 588  
 CCPJ 169, 170, 184  
 ciência 87, 129, 172, 238, 241, 383, 410, 411, 486, 487, 518, 519, 533  
 Cinderela 24, 490, 495, 496, 499, 500, 565  
 cisgeneridade 532, 533, 534, 535  
 civilização 60, 82, 228, 278  
 classe social 113, 146, 265, 477  
 classes populares 211, 229, 233  
 coaching 17, 112, 115, 122, 124, 125, 126, 129, 130  
 colonização 105, 206, 409, 462  
 comunicação social 167, 168, 169  
 comunidade linguística 389, 391, 394, 395, 404, 435, 468, 469, 470, 472, 474, 482



- conhecimento 55, 86, 103, 116, 119, 175, 176, 249, 310, 311, 312, 313, 314, 316, 317, 318, 319, 320, 324, 357, 360, 404, 469, 473, 482, 487, 501, 508, 509, 512, 524, 537, 539, 541, 554, 556, 566, 574, 575, 576
- contemporaneidade 67, 89, 112, 124, 255, 262, 268, 272, 432, 438, 442, 496, 497
- contemporâneo 61, 67, 74, 80, 255, 256, 260, 273, 432, 441, 458, 490, 496, 499, 507
- contexto social 241, 243, 330
- corpo social 33, 68, 112, 115, 118, 136, 137, 139, 140
- Covid-19 175, 177, 184, 322
- crenças 32, 63, 190, 235, 247, 281, 317, 357, 382
- crime 27, 28, 38, 51, 106, 144, 228, 229, 240, 270, 506, 507, 515, 517, 520, 522
- criminalidade 144, 220, 520
- criminologia 24, 508, 510, 511, 513, 514, 520, 522, 523, 525
- cristianismo 46, 115, 128, 226, 277, 286
- CT 149, 150
- cultura 21, 31, 37, 79, 85, 86, 94, 97, 109, 114, 118, 172, 173, 179, 193, 197, 210, 211, 252, 267, 276, 279, 282, 285, 288, 289, 308, 349, 387, 395, 399, 401, 402, 404, 405, 409, 413, 435, 455, 459, 462, 463, 467, 468, 472, 479, 480, 482, 485, 492, 506, 508, 509, 511, 513, 529, 530, 532, 553
- D**
- datilologia 363, 367
- deficiência 370, 375, 376
- desigualdade 18, 105, 144, 162, 168, 169, 174, 175, 182, 184, 431
- desigualdade de gênero 168, 169, 174, 175, 184
- desobediência 15, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 39, 40, 42, 49, 188, 203
- desterritorializar 55, 73
- dicionários 23, 104, 391, 396, 409, 410, 413, 414, 415, 416, 418, 419, 420, 421, 423, 426, 428, 430, 433, 437, 441, 452, 453, 515
- Direito 32, 159, 506, 514, 515, 517, 523, 584
- direitos 38, 39, 90, 95, 101, 112, 146, 166, 177, 264, 283, 411, 414, 431
- discurso jornalístico 17, 134, 157
- ditadura 16, 29, 30, 39, 41, 45, 87, 89, 97, 98, 100, 102
- diversidade 68, 168, 185, 222, 430, 465, 485, 490, 492, 502
- E**
- elfos 280, 281, 282, 283, 284, 287
- empréstimo 63, 363, 387, 388, 389, 390, 391, 392, 393, 394, 396, 406, 437, 452, 453, 457
- ensino 25, 105, 110, 162, 310, 312, 313, 314, 318, 319, 324, 330, 335, 350, 351, 403, 406, 473, 483, 491, 501, 502, 503, 510, 527, 552, 554, 555, 556, 557, 559, 560, 561, 563, 564, 565, 566, 567, 570, 575, 577, 584, 588
- ensino fundamental 313, 314, 319, 330, 335, 351, 575, 577
- entretenimento 222, 329, 397
- Era Vitoriana 210, 216, 217, 239, 243, 244, 247
- ERC 170, 185
- escola pública 22, 311, 312, 313, 325, 326, 496
- escravidão 23, 411, 414, 415, 416, 422, 432, 474, 583
- escravização 23, 409, 410, 411, 412, 428, 430, 431

escravo 43, 113, 412, 416, 417, 419, 426, 428, 429, 431  
 escritoras 91, 103, 104, 233, 245, 251, 252, 256, 259, 261, 273  
 espaço seguro 22, 25, 531, 536, 539, 540, 544, 546  
 espaços heterotópicos 18, 187, 199, 202  
 Estados Unidos 44, 102, 310, 412, 436  
 esteticismo 218, 219, 220, 242  
 estrangeirismo 389, 390, 391, 392, 393, 394, 395, 396, 399, 401, 437, 452, 453  
 estrutura do texto 264, 498  
 estudos linguísticos 356, 383  
 ética relacional 25, 529, 531, 532, 536, 537, 538, 539, 540, 546, 547, 548

## F

feminilidade 88, 103, 243, 246, 253, 290, 291, 448, 534  
 feminismo 16, 86, 89, 92, 95, 98, 101, 103, 546, 550  
 feminista 16, 87, 88, 90, 92, 94, 95, 96, 98, 99, 101, 102, 103, 104, 106, 107, 110, 245, 256, 264, 291, 532, 535, 536, 544, 582  
 ficcional 143, 211, 241, 255, 259, 262, 265, 298, 538  
 fontes femininas 168, 171, 174, 175, 176, 182  
 formação 23, 31, 59, 92, 102, 146, 153, 188, 194, 203, 264, 270, 308, 312, 316, 326, 355, 356, 358, 367, 372, 373, 376, 377, 378, 381, 393, 437, 442, 443, 466, 474, 479, 482, 510, 545, 550, 555, 577  
 foucaultiana 41, 53, 62, 63, 70, 105, 123  
 Frankenstein 215, 238, 251

## G

Galadriel 21, 276, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 290  
 gênero gótico 230, 234, 237, 238, 243  
 gêneros discursivos 399, 405, 406, 555

Goiânia 17, 134, 148, 149, 150, 151, 152, 154, 157, 159, 308, 488, 502  
 gótico 19, 20, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 219, 222, 230, 231, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 241, 242, 243, 244, 245, 247, 250, 251, 252, 281  
 governamentalidade 17, 112, 115, 116, 117, 121, 125, 128, 131  
 GPNEP 325, 549, 583, 584  
 grupo social 146, 413, 417, 466

## H

herói 193, 276, 284, 288, 289, 290, 291, 367, 370, 372, 373, 378, 380, 381, 565  
 heterogeneidade 118, 312, 463, 555  
 heteronormatividade 532, 534  
 heteronormativo 530  
 heterotopias 19, 188, 189, 193, 202  
 humanização 21, 294, 295, 297, 298, 306

## I

Idade Média 210, 213, 224, 225, 235, 237  
 identidade feminina 20, 105, 257, 264, 266, 272, 273, 274  
 identidade linguística 393, 398, 465, 468, 469, 475, 481  
 identidade nacional 410, 463, 464, 471, 478, 480, 482  
 igualdade de gênero 161, 168, 169  
 Império Britânico 215, 220, 222, 239  
 incêndio 17, 134, 135, 145, 148, 149, 150, 151, 152, 154, 155, 156, 157, 158, 159  
 infância 76, 93, 145, 262, 299, 542, 580  
 infográfico 23, 386, 387, 398, 399, 400, 402, 405  
 Inglaterra 19, 212, 215, 218, 221, 235, 236, 242, 244  
 internacionalização 463, 469, 486, 506, 508

## J

jornais 18, 46, 149, 165, 167, 171, 172, 183, 184, 221, 224, 230

jornalista 32, 162, 165, 166  
 jovens 47, 89, 107, 144, 149, 150, 152,  
 153, 155, 156, 157, 193, 267, 329, 466,  
 509

## L

LC 355, 356, 357, 359, 360, 362, 369, 371,  
 375, 381  
 legitimidade 32, 33, 36, 37, 40, 170, 477  
 leitores 61, 62, 112, 145, 183, 214, 221,  
 276, 296, 298, 299, 306, 307, 308, 330,  
 334, 349, 439, 457, 501, 547  
 lexias 23, 367, 409, 410, 412, 413, 422,  
 427, 430, 437, 441, 443, 452, 455, 456  
 lexicografia 407, 409, 410, 459  
 Libras 355, 356, 360, 362, 363, 364, 367,  
 368, 370, 376, 381, 382, 585, 586  
 lifestyle 167, 172, 173, 436, 455  
 linguagem 23, 24, 27, 31, 39, 50, 55, 64,  
 70, 77, 79, 80, 90, 112, 230, 295, 296, 297,  
 298, 299, 300, 302, 305, 306, 307, 333,  
 349, 352, 355, 357, 359, 360, 361, 398,  
 399, 402, 405, 406, 421, 425, 432, 433,  
 436, 456, 458, 459, 480, 482, 486, 487,  
 491, 495, 496, 497, 501, 508, 509, 511,  
 529, 530, 549, 552, 554, 558, 559, 560,  
 565, 566, 569, 570, 573, 574, 575, 576,  
 577, 581, 586  
 língua inglesa 22, 44, 46, 314, 324, 325,  
 330, 348, 386, 393, 397, 398, 399, 404,  
 405, 450, 459, 509, 549, 550, 581  
 língua oral 363, 394, 558  
 língua portuguesa 14, 22, 23, 329, 330,  
 335, 348, 350, 351, 361, 363, 386, 389,  
 391, 393, 395, 398, 406, 410, 433, 437,  
 442, 450, 455, 457, 458, 462, 472, 473,  
 483, 484, 486, 577, 584, 585  
 linguística 22, 331, 332, 350, 359, 363,  
 367, 382, 389, 391, 393, 394, 395, 398,  
 404, 410, 412, 432, 435, 458, 463, 464,  
 465, 466, 467, 468, 469, 470, 471, 472,

474, 475, 476, 479, 480, 481, 482, 485,  
 487, 488, 490, 495, 550, 579  
 Linguística Aplicada 351, 526, 529, 537,  
 549, 550, 584, 585, 586  
 Linguística Cognitiva 23, 355, 357, 382,  
 383  
 literatura gótica 19, 211, 215, 217, 230,  
 236, 237, 238, 239, 242, 250  
 livros didáticos 25, 330, 335, 351, 352,  
 552, 554, 555, 560, 575  
 Londres 19, 20, 210, 211, 215, 216, 217,  
 220, 222, 223, 224, 225, 226, 230, 233,  
 234, 236, 240, 241, 411, 444  
 LSA 365, 383

## M

Manoel de Barros 16, 53, 54, 55, 56, 59,  
 61, 64, 65, 68, 79, 80, 81, 83  
 marginalidade 19, 210  
 marketing 336, 389  
 masoquismo 243, 253, 291  
 mecanismos disciplinares 119, 120, 136  
 meios de comunicação 161, 171, 502  
 menoridade 113, 122, 123, 124, 125, 130,  
 580  
 militância política 95, 96, 98  
 mitologia 38, 51, 276, 278, 282, 286, 289  
 modalidade escrita 556, 560, 567, 569,  
 570, 571, 572  
 modernização 85, 89, 411  
 Morfologia 437, 459  
 morfológica 396, 445, 457, 466  
 movimento feminista 87, 90, 94, 99, 101,  
 532, 535, 536  
 mulher cis 25, 529, 531, 534, 539, 545,  
 547, 548  
 mulheres negras 72, 93, 99, 101, 424  
 mulher trans 25, 529, 530, 531, 532, 533,  
 534, 539, 543, 544, 546, 547  
 multiplicidade 22, 54, 55, 58, 62, 67, 68,  
 73, 87, 89, 135, 136, 266, 356, 360, 367,  
 462, 553, 556

**N**

nação 155, 156, 412, 413, 432, 463, 468, 477, 478, 479, 480, 481, 482, 485, 486  
 narrativa gótica 213, 234  
 necropolítica 17, 18, 135, 157  
 negros 145, 412, 415, 416, 426, 432  
 neoliberal 17, 61, 112, 113, 121  
 neoliberalismo 112, 120, 122, 124, 125, 126, 129  
 neologia 386, 387, 393, 398, 404, 406, 459  
 neologismos 23, 391, 406, 407, 436, 437, 440, 441, 442, 443, 444, 445, 450, 451, 454, 455, 456, 457, 458, 459

**O**

obediência 15, 32, 33, 37, 42, 43, 102, 118, 119, 120, 124, 194, 477, 480  
 Observador 18, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 181, 183, 184  
 operário 43, 196, 425  
 ouvintes 330, 349, 363, 544, 574

**P**

padrões linguísticos 349, 388  
 pandemia 14, 175, 184, 322, 386, 390, 394, 399, 402, 404, 405, 543, 544  
 PCN 490, 491, 558  
 Penny Dreadfuls 19, 220, 221, 222, 230, 243, 244  
 personagem 15, 20, 21, 31, 33, 37, 104, 217, 219, 227, 228, 229, 234, 245, 247, 248, 249, 250, 263, 266, 267, 268, 272, 276, 279, 280, 286, 287, 288, 289, 290, 297, 299, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 345, 371, 372, 374, 376, 378, 379, 380, 429  
 pesquisadoras 16, 22, 25, 534, 536, 539, 540  
 pesquisadores 15, 216, 234, 246, 276, 295, 307, 316, 332, 471, 534, 537, 538, 547

pesquisa narrativa 25, 312, 314, 315, 316, 529, 531, 532, 537, 538, 539, 541, 543, 545, 546, 547, 548, 549  
 pessoas trans 533, 534, 535, 544  
 PEW 161, 168, 186  
 PNLD-MEC 552, 560, 561  
 poder pastoral 115, 128, 129, 130  
 políticas 24, 88, 94, 97, 100, 107, 109, 113, 126, 134, 135, 141, 177, 190, 212, 239, 264, 310, 317, 318, 319, 397, 409, 412, 431, 463, 464, 467, 468, 470, 473, 474, 478, 479, 481, 483, 484, 485, 486, 487, 488  
 políticas educacionais 310, 317, 318  
 políticas linguísticas 24, 463, 464, 467, 470, 479, 481, 486, 487, 488  
 políticos 69, 94, 98, 100, 101, 139, 194, 268, 432, 470  
 positividade 58, 62, 74  
 PPGEL 14, 15, 583, 586, 587, 588  
 prática de resistência 16, 53, 54  
 prática pedagógica 490, 491  
 práticas discursivas 90, 114, 125, 263  
 práticas sociais 55, 266, 404, 413, 464, 478, 492, 546, 559, 560  
 prisão 50, 82, 144, 145, 147, 156, 194, 195  
 procedimentos metodológicos 331, 398  
 processo da escrita 60, 79, 494  
 processo de formação 376, 393, 437  
 processo de leitura 56, 331  
 processo de marginalização 303, 307  
 processo metonímico 355, 367, 373  
 processos biológicos 135, 137  
 produção de textos 491, 501, 560  
 produtividade 61, 66, 68, 71, 74, 78, 194  
 psicanálise 249, 251, 545  
 público 20, 28, 30, 33, 35, 85, 86, 87, 104, 144, 165, 214, 236, 294, 335, 386, 387, 402, 436, 439, 444, 475, 558, 565, 566, 567, 569, 575, 579  
 PUC 91, 92



**R**

racismo 138, 139, 140, 142, 143, 145, 421, 433  
 redes sociais 18, 161, 165, 172, 176, 177, 178, 181, 182, 183, 184, 438, 497, 543  
 relacionamento ético 539, 540, 543, 545, 548  
 relações de gênero 108, 271  
 relações de poder 63, 70, 71, 87, 113, 114, 126, 409, 464, 470, 473, 580  
 reportagem 23, 148, 149, 150, 151, 152, 154, 155, 182, 386, 387, 398, 399, 400, 405  
 representação feminina 20, 263, 271, 272  
 retextualização 24, 490, 492, 493, 494, 495, 496, 497, 498, 499, 500, 501, 502, 570, 577  
 revistas 81, 131, 437, 438, 439, 440, 444, 454, 455, 457, 459  
 Revolução Industrial 210, 214, 215, 220, 222, 229, 233, 238, 239  
 Rio de Janeiro 18, 50, 51, 81, 82, 108, 109, 110, 131, 134, 149, 151, 152, 158, 159, 253, 260, 261, 273, 274, 291, 292, 308, 337, 382, 383, 406, 407, 432, 433, 459, 460, 502, 526, 549, 577, 581  
 romance 104, 191, 195, 196, 198, 199, 204, 206, 213, 214, 231, 233, 235, 236, 237, 238, 257, 258, 272, 276  
 romance gótico 213, 214, 231

**S**

São Paulo 44, 50, 51, 81, 82, 83, 87, 91, 92, 93, 94, 95, 98, 99, 101, 102, 103, 108, 109, 110, 131, 146, 158, 159, 205, 252, 253, 261, 273, 274, 291, 292, 307, 308, 335, 336, 337, 350, 353, 382, 383, 399, 400, 406, 407, 432, 433, 457, 458, 459, 460, 486, 487, 488, 502, 503, 526, 548, 549, 550, 551, 555, 576, 577, 578, 580, 587

sequência didática 24, 496, 497, 508, 511  
 sexismo 162, 164  
 sexo biológico 530, 535  
 sexo feminino 161, 162, 163, 164, 169, 176, 182, 192, 422, 423, 428  
 sexo masculino 105, 168, 169, 170, 177, 193, 278, 425  
 sexualidade 88, 90, 99, 105, 106, 130, 131, 135, 158, 162, 217, 219, 222, 239, 241, 242, 246, 535, 549, 550, 580  
 sinedóquico 356, 362, 370  
 sistema de signos 465, 479, 480  
 sistema imagético 300, 367  
 sistema lexical 396, 435, 442  
 sistema linguístico 333, 349, 355, 387, 389, 393, 452, 453, 454  
 sistêmico-funcional 22, 329, 331, 332, 348, 350, 351, 352, 584  
 soletração 363, 364, 366, 367

**T**

Teologia Feminista 96, 97, 109  
 transexualidade 529, 530, 531, 532, 535, 542, 546, 547

**U**

UFCAT 14, 579, 584, 585, 586, 588  
 UFU 15, 530, 549, 585, 588

**V**

vestuários 370, 435, 436, 439, 440, 443, 444, 449, 450, 451, 453, 454, 455, 456  
 vida social 87, 145, 218, 279, 472, 553  
 vilões 277, 279, 360, 366, 367, 368, 370, 372, 375, 376, 377, 380, 381  
 violência 19, 87, 90, 94, 95, 99, 143, 144, 210, 211, 220, 241, 251, 506, 524, 536  
 visoespacial 355, 359, 362, 363, 381  
 Vitoriana 210, 216, 217, 218, 239, 243, 244, 247  
 vozes masculinas 18, 174, 181, 183, 184  
 voz feminina 18, 182, 260

ORGANIZADORES

Antônio Fernandes Júnior  
Tainá Santos  
Lucas Silvério Martins  
Amanda Magalhães Santiago  
Viviane Bengezen

# VIII SEPPGEL

DESAFIOS E POSSIBILIDADES  
DOS ESTUDOS DA LINGUAGEM  
EM TEMPOS DE PANDEMIA

[www.pimentacultural.com](http://www.pimentacultural.com)

